



Indicadores das Desigualdades Sociais

Relatório do Grupo de Trabalho



Conselho Superior de Estatística

Statistical Council
Portugal

FICHA TÉCNICA

Título

Indicadores das Desigualdades Sociais – Relatório do Grupo de Trabalho

Editor

Instituto Nacional de Estatística, IP
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal

Presidente do Conselho Diretivo

Francisco Lima

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Publicação não periódica

População e sociedade | Condições de vida e cidadania

Edição em papel

Tiragem: 200 exemplares
Depósito legal: 528040/24

ISBN 978-989-25-0706-4

 Apoio | ao utilizador

218 440 695

Chamada para rede fixa nacional

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa • Portugal, 2024

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.



ÍNDICE

1	Introdução	11
2	Proposta de indicadores por áreas de desigualdade social	21
2.1	Trabalho, Emprego e Proteção Social	21
2.1.1	Enquadramento do Trabalho, Emprego e Proteção Social	21
2.1.2	Proposta de indicadores e análises sintéticas	24
2.1.2.1	Trabalho e Emprego	24
2.1.2.1.1	Diferencial das taxas de emprego em grupos etários distintos	24
2.1.2.1.2	Desigualdade na estabilidade do emprego	26
2.1.2.1.3	Desigualdade no acesso ao emprego em função do nível de escolaridade – Diferença nas taxas de emprego segundo o nível de escolaridade completo	28
2.1.2.1.4	Desigualdade no acesso ao emprego nas diferentes atividades económicas e nas diferentes profissões e no acesso a cargos de chefia, segundo o sexo	32
2.1.2.1.5	Subemprego: empregados que trabalham a tempo parcial com disponibilidade para trabalhar a tempo completo	38
2.1.2.1.6	Negociação coletiva	39
2.1.2.2	Desemprego e subutilização	39
2.1.2.3	Rendimentos do trabalho	43
2.1.2.3.1	Taxa de pobreza da população empregada	43
2.1.2.3.2	Taxa de pobreza da população desempregada	44
2.1.2.3.3	Desigualdade social dos desempregados	45
2.1.2.3.4	Disparidades salariais (Ganho)	45
2.1.2.4	Proteção social	49
2.1.2.4.1	Impacto das transferências sociais (excluindo pensões) no coeficiente de Gini	49
2.1.2.4.2	Desemprego	50
2.1.2.4.3	Parentalidade	51
2.1.2.4.4	Pensão de velhice	52
2.1.2.4.1	Disparidades de género do rendimento das pessoas idosas	53

2.1.3	Proposta de novos indicadores e/ou fontes	54
2.1.4	Insuficiências de informação estatística/administrativa	55
2.2	Educação	57
2.2.1	Enquadramento da Educação	57
2.2.1.1	Desigualdades educativas: percursos, competências e qualificações	59
2.2.1.2	O peso das desigualdades sociais nas desigualdades educativas	59
2.2.1.3	O efeito das desigualdades educativas nas desigualdades sociais ao longo da vida	61
2.2.1.4	Notas conclusivas	62
2.2.2	Identificação das dimensões fundamentais e respetivos indicadores	63
2.2.3	Análise sintética e ilustrativa dos principais indicadores	65
2.2.3.1	Acesso à educação	65
2.2.3.1.1	Crianças inscritas e alunos matriculados/inscritos	65
2.2.3.1.2	Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em ofertas de educação e formação destinadas a jovens	66
2.2.3.1.3	Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em vias profissionalizantes	67
2.2.3.1.4	Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em ofertas de educação e formação destinadas a adultos	68
2.2.3.1.5	Alunos matriculados no ensino superior	69
2.2.3.1.6	Taxa de Feminilidade	69
2.2.3.1.7	Alunos matriculados/inscritos por nacionalidade	70
2.2.3.2	Frequência	71
2.2.3.2.1	Taxa de escolarização aos 5 anos	71
2.2.3.2.2	Taxa de escolarização	72
2.2.3.3	Resultados escolares	72
2.2.3.3.1	Taxa de retenção e desistência	72
2.2.3.3.2	Diplomados do ensino superior	74
2.2.3.3.3	Taxa de analfabetismo	75
2.2.3.3.4	População residente com idade entre os 16 e 89 anos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado	76
2.2.3.3.5	População dos 25 aos 64 anos com baixo nível de habilitações	77

2.2.3.3.6	Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (30 aos 34 anos)	77
2.2.3.3.7	Taxa de abandono precoce de educação e formação	78
2.2.3.3.8	Conclusões no Tempo Esperado e Equidade	79
2.2.3.3.9	Percursos dos alunos que ingressaram no ensino secundário, em diferentes vias de ensino (Portugal Continental)	87
2.2.3.3.10	Prosseguimento dos estudos dos diplomados dos cursos científico-humanísticos e dos cursos profissionais, por ano letivo de conclusão do ensino secundário (Portugal Continental)	88
2.2.3.3.11	Desempenho dos alunos no PISA	89
2.2.3.4	Transição para o mercado de trabalho e empregabilidade jovem	91
2.2.3.4.1	Jovens em Portugal com idade dos 15 aos 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF)	91
2.2.3.4.2	Jovens não empregados, nem em educação ou formação: diferença por habilitações (entre o superior e o ensino básico)	91
2.2.3.4.3	Participação dos adultos (25-64 anos) em educação e formação: diferença por habilitações (entre o superior e o ensino básico)	92
2.2.3.4.4	Taxa de empregabilidade dos diplomados dos 20 aos 34 anos	92
2.2.3.5	Formação ao longo da vida	93
2.2.3.5.1	Aprendizagem ao longo de vida	93
2.2.3.6	Financiamento e apoio social	93
2.2.3.6.1	Taxa de alunos abrangidos pela ação social escolar	93
2.2.3.6.2	Beneficiários da ação social escolar no ensino básico e secundário	95
2.2.3.6.3	Bolseiros do ensino superior em % de alunos matriculados no ensino superior	95
2.2.3.6.4	Percentagem do investimento público em educação	96
2.2.3.7	TIC	97
2.2.3.7.1	Número médio de alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, por computador com ligação à internet	97
2.2.3.7.2	Pessoas com idade dos 16 aos 74 anos que utilizaram Internet segundo o nível de escolaridade: diferença por habilitações (entre o superior e o ensino básico)	97
2.2.4	Principais áreas / indicadores a desenvolver	98
2.3	Fiscalidade	99
2.3.1	Enquadramento da Fiscalidade	99
2.3.1.1	Inquéritos versus Notas de Liquidação do IRS	100
2.3.1.2	Notas de Liquidação do IRS 2016 e 2017	103
2.3.1.3	Taxas marginais, médias e efetivas	105
2.3.1.4	Curvas de Lorenz e de Concentração	106
2.3.1.5	Quantis e Fatias	107

2.3.2	Dimensões fundamentais e seus indicadores	108
2.3.2.1	Rendimentos	108
2.3.2.2	Riqueza	110
2.3.2.3	Fiscalidade	112
2.3.3	Análises sintéticas e ilustrativas	113
2.3.3.1	Resultados do Subgrupo de Fiscalidade e Rendimento	113
2.3.4	Novos indicadores e proposta de um painel de indicadores-chave	122
2.3.4.1	Proposta de um painel de indicadores-chave	122
2.3.4.1.1	Coeficientes de Gini antes e depois do IRS: efeito redistributivo isolado do imposto	122
2.3.4.1.2	Redistribuição do IRS decomposta entre Progressividade e Dimensão do imposto	122
2.3.4.1.3	Fatias da distribuição completa e rácios das suas partes	123
2.3.4.1.4	Topos da distribuição de rendimentos dos dados administrativos	124
2.3.5	Notas conclusivas	124
2.3.5.1	Transparência e disponibilização dos dados da Autoridade Tributária	126
2.4	Saúde	127
2.4.1	Enquadramento da Saúde	127
2.4.2	Dimensões fundamentais e respetivos indicadores	130
2.4.2.1	Fase inicial da pesquisa: matriz de análise	130
2.4.2.2	Análise crítica dos indicadores e das fontes	132
2.4.2.3	Outras fontes de informação	133
2.4.3	Indicadores sobre o Estado da Saúde	135
2.4.3.1	Esperança de vida	135
2.4.3.2	Autoapreciação do estado da saúde	138
2.4.3.3	Prevalência de doenças crónicas	143
2.4.3.4	O estado de saúde clinicamente observado	145
2.4.3.5	Obesidade infantil	146
2.4.3.6	Saúde mental	150
2.4.3.7	Saúde laboral	151

2.4.4	Indicadores Determinantes e Fatores de Risco da Saúde	153
2.4.4.1	Excesso de peso e obesidade	153
2.4.4.2	Consumo de tabaco e exposição ao fumo ambiental de tabaco	157
2.4.4.3	Consumo excessivo de álcool	158
2.4.4.4	Atividades sedentárias e práticas de exercício físico	159
2.4.4.5	Consumo de frutas e vegetais	163
2.4.5	Indicadores das Determinantes e Fatores de Risco da Saúde	164
2.4.5.1	Comparações internacionais	164
2.4.5.2	Saúde oral	165
2.4.5.3	Rastreio e prevenção de doenças oncológicas	169
2.4.6	Financiamento dos cuidados em saúde	173
2.4.7	Indicadores chave da Desigualdade na Saúde	175
2.4.8	Notas conclusivas e sugestão de novos indicadores	176
2.5	Habitação	179
2.5.1	Enquadramento da Habitação	179
2.5.2	Dimensões e indicadores	184
2.5.3	Análise sintética e ilustrativa	185
2.5.3.1	Acesso à habitação	185
2.5.3.1.1	Regimes de ocupação	185
2.5.3.1.2	Estado	189
2.5.3.1.3	Mercado	191
2.5.3.2	Condições habitacionais	195
2.5.3.2.1	Ocupação	195
2.5.3.2.2	Condições básicas insuficientes	197
2.5.3.2.3	Encargos e custos financeiros	199
2.5.3.3	Comunidade	203
2.5.4	Sugestão de novos indicadores	206
2.5.5	Proposta de um painel de indicadores-chave	208

2.5.6	Notas conclusivas	209
3	Conclusões e recomendações	211
3.1	Trabalho, Emprego e Proteção Social	211
3.1.1	Sugestão de novos indicadores	211
3.1.2	Proposta de Indicadores-chave	212
3.1.3	Outras sugestões	213
3.2	Educação	214
3.2.1	Sugestão de novos indicadores	214
3.2.2	Proposta de Indicadores-chave	214
3.2.3	Outras sugestões	216
3.3	Fiscalidade	216
3.3.1	Sugestão de novos indicadores	216
3.3.2	Proposta de Indicadores-chave	218
3.3.3	Outras sugestões	219
3.4	Saúde	222
3.4.1	Sugestão de novos indicadores	222
3.4.2	Proposta de Indicadores-chave	222
3.4.3	Outras sugestões	223

3.5	Habitação	224
3.5.1	Sugestão de novos indicadores	224
3.5.2	Proposta de Indicadores-chave	225
4	Bibliografia e webgrafia	225
4.1	Introdução	225
4.2	Trabalho, Emprego e Proteção Social	226
4.3	Educação	227
4.4	Fiscalidade	230
4.5	Saúde	230
4.6	Habitação	232
5	Anexos	235
5.1	Anexos à área da Educação	235
5.1.1	Gráficos	235
5.2	Anexos à área da Fiscalidade	241
5.2.1	Publicações da Autoridade Tributária e Aduaneira	241
5.2.2	World Inequality Lab/Database	243
5.2.3	Resultados por agregado fiscal e informação complementar	247
5.3	Anexos à área da Saúde	255
5.3.1	Grelha analítica	255



5.4	Anexos à área da Habitação	257
5.4.1	Grelha analítica	257
5.4.2	Indicadores segundo características demográficas, socioeconómicas e territoriais	258
5.5	Constituição do Grupo de Trabalho	265
5.6	Participantes deste relatório	266

1 Introdução

Pressupostos: descrição de um processo

O Grupo de Trabalho sobre Indicadores das Desigualdades Sociais (GTIDS) foi constituído no âmbito da Secção Permanente de Estatísticas Sociais do Conselho Superior de Estatística (CSE) a 14 de setembro de 2017 (8ª Deliberação da Secção). O seu mandato definia os seguintes objetivos principais de atuação: identificar dimensões pertinentes das desigualdades sociais considerando a sua natureza multidimensional, cumulativa e sistémica; identificar um conjunto de indicadores de referência associados a cada uma das dimensões identificadas; apresentar a definição de cada um dos indicadores; apresentar um exercício de quantificação dos indicadores para um período determinado; apresentar propostas para eventuais necessidades de cobertura adicional de informação.

Tendo em conta os itens enunciados no mandato, a atividade inicial desenvolvida pelo GTIDS, definida na primeira reunião decorrida no dia 27 de novembro de 2017, foi a de proceder a uma primeira inventariação a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a agenda 2030 no âmbito da ONU. Deste exercício foram concebidas duas grelhas exploratórias: a primeira resultou de um esforço concetual e operativo que visou uma operacionalização das dimensões identificadas pela agenda 2030; partindo dos ODS (e respetivos indicadores) esta empreendeu uma ligação com indicadores nacionais considerando a perspetiva de medição das desigualdades e o tipo de desagregação categorial; a segunda estabeleceu o levantamento mais extensivo dos indicadores tendo como referência as dimensões transversais de desigualdade (distributivo, género, idade, território). Este trabalho exploratório tonou-se fundamental para o delineamento das posteriores atividades que passaram pela formação de cinco subgrupos de trabalho em diferentes domínios de análise: saúde; trabalho, emprego e proteção social; educação e formação; fiscalidade e rendimento; habitação.

O subgrupo “Saúde”, criado na 2.ª reunião do GTIDS que ocorreu no dia 8 de janeiro de 2018, foi constituído pelos seguintes membros do CSE: Prof. Doutor José António Pereirinha (que coordena), Dr. Henrique Vasconcelos (DECO), Dr. Fernando Marques (CGTP) e Dra. Carla Cardoso (INE). O subgrupo “Trabalho, Emprego e Proteção Social” foi criado na 2.ª reunião do GTIDS que ocorreu no dia 8 de janeiro de 2018, visou o aprofundamento da temática das desigualdades na área do trabalho, emprego e proteção social, sendo composto por elementos do INE, CIG, GPEARI MF, CCP, CIP, UGT, CGTP e GEP (ver glossário em Anexo), que ficou de coordenar na pessoa da Dra. Antonieta Ministro. O subgrupo “Educação e Formação” para a análise e sistematização de indicadores de desigualdade na área da educação foi criado na 3.ª reunião do GTIDS que ocorreu no dia 14 de março de 2018. Nessa reunião ficou decidido que o subgrupo iria ser coordenado pela DGEEC, na pessoa do Dr. Nuno Rodrigues, e, posteriormente, à medida que os trabalhos fossem avançando integraria outras entidades. O subgrupo “Fiscalidade e Rendimento” foi criado na reunião do GTIDS de 29 de maio de 2018, sob a coordenação do GPEARI, do Ministério das Finanças. Este subgrupo, coordenado na fase de operacionalização pelo Dr. Alexandre Mergulhão, teve por objetivo identificar indicadores que permitam medir o efeito redistributivo da fiscalidade no rendimento das famílias, sinalizar eventuais lacunas de informação e propor as necessidades de cobertura adicional de informação. O subgrupo dedicado ao tema da “Habitação”, na relação com produção de desigualdades sociais, foi constituído na reunião de 2 de novembro de 2019 com a coordenação da Doutora Alda Azevedo, investigadora do ICS-UL.

Seguindo as orientações decididas ao nível do GTIDS (mas com autonomia na sua execução por parte de cada subgrupo), foi realizado no decorrer dos trabalhos um conjunto de atividades exploratórias necessárias para a concretização dos objetivos, das quais se destacam as seguintes: mapeamento da produção científica sobre desigualdade, em Portugal e em contexto internacional, nas áreas temáti-

cas referidas anteriormente; identificação das principais fontes de informação estatística sobre as desigualdades; localização de um conjunto de indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), de acordo com as indicações da deliberação que especificou o mandato do grupo de trabalho; definição das dimensões mais relevantes nas áreas consideradas; elaboração em cada subgrupo de uma matriz de informação estatística para cada dimensão, na qual se identificaram as fontes de informação e a ventilação dos dados por atributos relevantes da população para análise das desigualdades.

Assim, as atividades dos subgrupos desenvolveram-se e consolidaram-se em torno de cinco etapas fundamentais que, de certa forma, estão plasmadas em cada um dos capítulos que compõem o presente relatório:

- ▶ Empreendeu-se a construção de uma grelha analítica e extensiva composta por dimensões e indicadores de desigualdade em cada tema. Esta construção teve por base uma certa contextualização concetual e metodológica prévia na definição das dimensões a abordar.
- ▶ Procedeu-se ao levantamento e identificação de um sistema alargado de indicadores a partir de critérios definidos de caracterização: designação, descrição, fonte, unidade de análise, níveis e modalidades de desagregação, cobertura territorial, âmbito temporal, periodicidade, etc.
- ▶ Selecionaram-se dos indicadores mais relevantes representativos de desigualdade relativas a cada tema abordado.
- ▶ Elaboram-se análises sintéticas a partir da informação estatística, enquadrando a evolução temporal e a desagregação dos indicadores inventariados e selecionados, e procedeu-se à construção de séries de dados para os indicadores considerados mais relevantes.
- ▶ Avançou-se na proposta de novos indicadores de desigualdade por intermédio da sinalização de insuficiências e de carência de informação estatísticas num conjunto de domínios, assim como a proposta de novos indicadores ou de indicadores compósitos.

É de salientar que ao longo deste processo organizaram-se várias reuniões internas e algumas com especialistas nas diversas temáticas, por forma a identificar as possibilidades e as limitações do uso dos dados para produzir informação de qualidade nas análises pretendidas. Selecionaram-se variáveis e construíram-se indicadores simples que revelassem, para as dimensões selecionadas, aspetos relevantes das desigualdades em Portugal, com base numa interpretação da informação estatística recolhida.

Neste âmbito foi organizado um Workshop sobre Indicadores de Desigualdades Sociais que decorreu a 29 de outubro de 2019. O objetivo geral deste evento visou a apresentação preliminar do trabalho efetuado pelas diferentes equipas do GTIDS, assim como, o comentário e a crítica construtiva de especialistas convidados nas diferentes áreas temáticas. Pretendeu-se auscultar, em primeiro lugar, se o trabalho se desenvolvia no bom caminho contemplando as metodologias e indicadores considerados relevantes e, em segundo lugar, identificar futuros passos quer em termos de diagnóstico, quer no que concerne a novos indicadores capazes de influenciar o rumo das políticas públicas.

O programa do workshop incluiu dois comentadores por área temática: Trabalho, Emprego e Proteção Social - Clara Murteira (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) e Paulo Marques (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET); Fiscalidade e Rendimento - Frederico Cantante (CoLABOR e ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa), Nuno Alves (Banco de Portugal); Habitação - Romana Xerez (ISCS e Centro de Administração e Políticas Públicas, Universidade de Lisboa), Jorge Malheiros (Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa); Educação - Susana Martins (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e CIES-ISCTE), Pedro Abrantes (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e CIES - ISCTE); Saúde - Joana Alves (Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa), Tiago Correia (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e CIES-ISCTE).

A realização do Workshop contribuiu para a consolidação das análises efetuadas por cada subgrupo e para uma melhor clarificação do esquema concetual e metodológico desenvolvido. Este tornou-se também essencial para uma melhor estruturação do relatório e dos vários capítulos que o constituem. Neste sentido, foi definido um conjunto de itens para a redação de cada capítulo que se debruça na respetiva área temática. Salvaguardando a relativa autonomia na redação dos textos esta estrutura considerou cinco pontos essenciais:

- ▶ Introdução concetual e metodológica (breve enquadramento teórico e problematizante sobre o tema estudado, assim como dos procedimentos metodológicos desenvolvidos).
- ▶ Identificação das dimensões fundamentais e respetivos indicadores (seleção dos indicadores mais relevantes representativos de desigualdade relativas cada dimensão abordada).
- ▶ Análises sintéticas e ilustrativas (apresentação de informação estatística sobre a evolução dos indicadores mais representativos referidos no ponto anterior).
- ▶ Sugestão de novos indicadores, proposta de um painel de indicadores alerta, breves notas conclusivas (sinalização de insuficiências e de carência de informação estatísticas num conjunto de domínios e proposta de novos indicadores ou de indicadores compósitos).
- ▶ Anexos – grelha analítica (inclusão das grelhas como fonte de informação que fundamentam os pontos anteriores); lista completa de indicadores analisados.

De forma a monitorizar a qualidade do trabalho efetuado e contribuir para a melhoria de cada capítulo tanto em termos formais como a nível do conteúdo, foi constituído um sistema de avaliação entre pares no conjunto dos membros do GTIDS. Este processo, além de inovador, foi bastante relevante para aprimorar das análises e as interpretações efetuadas nas versões preliminares dos capítulos temáticos.

Convém realçar que os temas abordados no presente relatório não esgotam, longe disso, as problemáticas das desigualdades sociais. Desde logo, teria sido pertinente o aprofundamento da análise em três temas que se consideram muito relevantes no contexto das sociedades contemporâneas, a saber: a produção das desigualdades resultantes das dinâmicas díspares de mobilidade espacial e urbana; o impacto das alterações climáticas no ambiente e na coesão dos territórios; a desigualdade no acesso e no direito à justiça. O avanço nestas e noutras áreas temáticas não se revelou possível de concretizar por uma série de razões organizacionais e de limitação do âmbito da equipa do GTIDS. De qualquer modo, fica sinalizada a sua pertinência para o desenvolvimento de projetos futuros.

Do ponto de vista analítico teria também sido relevante aprofundar a relação estatística entre os indicadores de desigualdade inventariados e um conjunto de variáveis de caracterização, designadamente os grupos socioprofissionais, a classe social, os territórios e as origens étnico-raciais. Sobre as últimas, o GTIDS salienta a realização, pelo INE, do “inquérito piloto às condições, origens e trajetórias da população residente em Portugal” (ICOT), com vista à caracterização da população com enfoque na sua pertença/identificação étnico-cultural e observação de problemáticas que possam constituir elementos de desigualdade ou discriminação da população”, que decorreu em 2021/2022 à população da Área Metropolitana de Lisboa. É fundamental que este inquérito contemple as dimensões de interseccionalidade no sentido de se compreender, de forma mais clarividente possível, o modo como as desigualdades étnico-raciais são produzidas e reproduzidas no contexto da sociedade portuguesa e dos seus diferentes territórios. Neste sentido, é importante a sua aplicação a nível nacional prevista para 2023.

Breve enquadramento teórico

Apresenta-se nesta secção um pequeno enquadramento teórico sobre a temática das desigualdades sociais no qual se identifica algumas das dimensões fundamentais de análise. Trata-se de um texto resul-

tante de um trabalho em progresso que não esgota o levantamento das várias abordagens e perspectivas sobre o tópico¹. O ponto de partida refere-se a uma pergunta evidenciada pelo economista Amartya Sen que no final dos anos de 1970 publicou um texto intitulado “Equality of What?” (“Igualdade do Quê?”) no qual avançava na necessidade de se reformularem as abordagens vigentes sobre os processos de produção de desigualdades, no sentido de se contemplar uma visão multidimensional que considere outros aspetos e variáveis que na altura não eram incorporados na maior parte das análises.

Em diversas reuniões do GTIDS foi levantada a questão sobre que tipo de desigualdades estaríamos a trabalhar e em que medida um mero indicador traduz só por si um determinado tipo de desigualdade. Estas e outras perguntas suscitam reformulações permanentes sobre o objeto de análise cuja configuração não se resolve por uma enunciação unívoca e unidirecional. Na verdade, as desigualdades são, pela sua natureza, um objeto relacional cuja complexidade e textura só se depreende verdadeiramente por via de análises multidimensionais. A pergunta lançada por Sen desencadeou grande debate e discussão não só no meio científico, como no campo político e no espaço público em geral. Esta levanta várias questões sobre o modo como deveremos encarar e trabalhar analiticamente o tema das desigualdades sociais e das políticas de igualdade.

Um dos sociólogos que mais tem explorado do ponto vista teórico a ideia da multidimensionalidade e do carácter relacional das desigualdades é Göran Therborn que, num livro editado em 2006, define as desigualdades da seguinte forma: “as desigualdades são diferenças que consideramos injustas. Desigualdade é a negação da igualdade. Além da perceção de desigualdade, estabelece-se assim uma noção de injustiça, de violação de qualquer tipo de igualdade” (Therborn, 2006: 4).

Assim, no entender do autor sueco, as desigualdades devem ser abordadas com base na sua multidimensionalidade que, por sua vez, não se circunscreve a apenas um setor da sociedade (como a economia, a educação, a saúde, etc.), nem a um único recurso ou tipo de capital, segundo a conceção de Pierre Bourdieu (2010[1979]). De acordo com o sociólogo francês, os atores sociais mobilizam desigualmente e de maneira mais ou menos estratégica um conjunto de capitais que têm à disposição: o capital económico (riqueza, rendimento, propriedade), o capital cultural (qualificações educacionais, práticas culturais, domínio/mestria do simbólico) e o capital social (redes sociais e pertença a certos clubes e associações). Nesta perspetiva o espaço social é marcadamente desigual na medida em que se constitui e se reconfigura com base nas dinâmicas de conflito e de luta social no acesso, na posse e na mobilização estratégica dos vários recursos. Trata-se assim de um espaço de relações estruturado a partir de posições sociais dominantes e subordinadas em função do tipo e da amplitude do capital apropriado e acionado.

Os dois sociólogos nomeados partilham a ideia de que as desigualdades se intercetam de forma relacional no que diz respeito às causas e aos seus efeitos. Nesta linha, Therborn propõe a identificação de três grandes tipos de desigualdade. As *desigualdades vitais* que, em termos gerais, significam as desigualdades perante a vida, a morte e a saúde. Estas são expressas em indicadores como a esperança de vida à nascença ou a taxa de mortalidade infantil, que são utilizados para analisar comparativamente desigualdades entre populações ou para analisar evoluções no tempo. Este tipo não se circunscreve a uma dimensão meramente biológica no sentido em que a noção de vital ou de vitalidade compreende fatores de ordem social, económica e até cultural e que variam conforme o contexto geográfico e o nível de desenvolvimento humano desigualmente repartido entre países e regiões (Costa, 2012). De qualquer modo, no entender de Therborn, este tipo de desigualdade refere-se aos seres humanos como organismos vivos que padecem de um conjunto diferenciado de vulnerabilidades ao nível da saúde e do bem-estar físico e mental que, por sua vez, dependem de um conjunto de condições produzidas socialmente e que têm respostas institucionais e organizacionais muito desiguais (ao nível, por exemplo, da qualidade e abrangência dos serviços públicos de saúde, entre outros).

¹ Uma versão expandida e adaptada desta secção foi, entretanto, publicada como *commentary article* (Carmo, 2021).

O outro grande tipo são as *desigualdades de recursos* que identifica a desigual distribuição dos recursos (sociais, económicos e culturais). Mais concretamente, incluem dimensões como as desigualdades de rendimentos e de riqueza, de escolaridade e de qualificação profissional, de competências cognitivas e culturais, de posição hierárquica nas organizações e de acesso a redes sociais (Costa, 2012). Os indivíduos humanos são vistos e enquadrados como atores sociais que, segundo a conceção de Bourdieu, apropriam e mobilizam estrategicamente e relacionalmente um conjunto diferenciado de capitais no espaço social.

O último tipo refere-se às *desigualdades existenciais*, significando o desigual reconhecimento dos indivíduos humanos enquanto *pessoas*. Neste caso focam-se as desigualdades resultantes de opressões e restrições à liberdade individual e/ou coletiva, às discriminações, estigmatizações e humilhações, como são exemplo fenómenos como o patriarcado, a escravatura ou o racismo (Costa, 2012). Estas detêm um carácter objetivo, no sentido em que podem ser analisadas a partir de certos indicadores, mas, ao mesmo tempo, remetem para elementos ligados à construção social de subjetividades e ao modo como os indivíduos percecionam e sentem uma série de discriminações e de injustiças de que são alvo.

Como se percebe, estabelecem-se relações recíprocas entre os três grandes tipos de desigualdade e, neste sentido, pode dizer-se que esta abordagem apresenta semelhanças com a ideia de interseccionalidade. Segundo Sofia Aboim, “a teoria da interseccionalidade, hoje dominante nas análises das relações de género (...) *uma análise que afirma que os sistemas de raça, classe social, género, sexualidade, etnia, nação, e idade mutuamente formam as características construtivas da organização social*” (Aboim, 2020: 131). No entender da socióloga, a abordagem de Therborn constrói ligações teóricas e analíticas com a perspetiva da interseccionalidade. Isto significa que além de relacionais as desigualdades tendem a acumular-se na trajetória de vida de certos indivíduos e no seio dos grupos sociais mais desfavorecidos, de modo a vincarem os fatores de vulnerabilidade, de desvantagem social e de discriminação.

As dinâmicas de interceção tendem a formar *sistemas* (Bhir e Pfefferkorn, 2008) ou *regimes de desigualdade* (Piketty, 2020) que se reproduzem a se perpetuam no espaço social (Bourdieu, 2010[1979]). Como refere Frederico Cantante, “a sistematicidade das desigualdades implica também que vários tipos de desigualdade (económicas, educativas, habitacionais, de saúde) interajam entre si, combinando-se de acordo com intensidades e lógicas de encadeamento particulares – certas desigualdades tendem a condicionar hierarquicamente outras” (Cantante, 2019: 36).

Na mesma linha de raciocínio Piketty (2020) propõe a noção de *regime de desigualdade* que incorpora um processo necessariamente complexo de construção social, mas também político e ideológico, no qual se vão cristalizando um conjunto de discursos e de arranjos institucionais que estruturam e justificam o nível das desigualdades económicas, sociais e políticas atingido numa dada sociedade. Assim, a intersecção e a multidimensionalidade das desigualdades geram ciclos, mais ou menos viciosos e persistentes, de vulnerabilidade social e de desvantagens acumuladas que tendem atingir diferentemente as categorias sociais, incidindo particularmente nas classes desfavorecidas e nos grupos socialmente mais discriminados reforçando, deste modo, as formas de polarização social (Carmo, 2013).

Um dos livros que mais eficazmente tentou concretizar a noção de que as desigualdades são sistémicas e se relacionam com um conjunto de problemas sociais foi publicado em Inglaterra em 2009, em plena crise económico-financeira, e traduzido em português com o título sugestivo de *O Espírito da Igualdade* (Wilkinson e Pickett, 2010). O estudo correlaciona a desigualdade de rendimentos com o nível de confiança no interior das sociedades, a esperança de vida, a mortalidade infantil, a saúde e a obesidade, a performance educativa das crianças, os homicídios, entre outros indicadores. Os autores construíram um índice composto de “problemas sociais e de saúde” compilado a partir de 10 indicadores base, e identificam uma forte relação entre este e o grau de desigualdade económica existente em cada país (a análise centra-se nos países desenvolvidos). O livro defende a tese de que as sociedades mais igualitá-

rias funcionam quase sempre melhor. De certa maneira, são mais capacitadas para enfrentar os riscos e as vulnerabilidades de maneira a proporcionar condições acrescidas para que as pessoas almejem atingir os seus próprios fins.

O conceito de capacitação (*capability*) proposto por Amartya Sen foi incorporado na perspectiva do desenvolvimento humano e que está na base dos relatórios anuais publicados desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD / UNDP). A ideia central que fundamenta os relatórios e os diversos índices compósitos, que têm sido contruídos neste âmbito ao longo de três décadas, é a de considerar o desenvolvimento e as desigualdades como processos multidimensionais, não sendo analiticamente satisfatório focar para o efeito apenas a dimensão económica nem indicadores económicos convencionais, como o *PIB per capita* (Costa, 2012: 151-152). O livro *Espírito da Igualdade* pretende entre outros objetivos demonstrar que a capacidade de aprofundar a coesão social das sociedades depende sobretudo da distância e da disparidade (de rendimento e não só) entre os mais pobres e os mais ricos e não tanto do nível médio de riqueza produzido pela economia.

Recorrendo novamente ao contributo de Göran Therborn (2006, 2013), este identifica um conjunto de processos sociais, profundos e estruturais, geradores de grande parte das desigualdades e que têm sido estudados sistematicamente por diferentes escolas teóricas e respetivas equipas de investigação, demonstrando assim a sua grande complexidade concetual. O autor evidencia a importância em enquadrar quatro conceitos principais que se encontram relativamente estabelecidos nas ciências sociais. O conceito de *exploração* que remete, pelo menos parcialmente, para a perspectiva marxista e neomarxista, refere-se segundo o sociólogo à geração de desigualdades por efeito da apropriação assimétrica por uns de bens e valores económicos em larga medida produzidos por outros (Costa, 2012). Nesta linha Erik Olin Wright define *exploração* como o “(...) processo em que um grupo tem a capacidade de se apropriar de parte da mais-valia social produzida por outro grupo” (Wright, 1994: 25).

O outro processo designa as formas de *exclusão* e refere-se, segundo Therborn, à geração de desigualdades por efeito de restrições seletivas que certos grupos colocam ao acesso de outros a recursos e oportunidades (Costa, 2012; Therborn, 2013). A perspectiva neo-weberiana tem desenvolvido esta abordagem por meio da qual se pretende identificar processos de fechamento social que, segundo Frank Parkin (1979) visam a manutenção do controlo de recursos e o afastamento de um conjunto de indivíduos e/ou de grupos da possibilidade de usufruírem de certas oportunidades de vida. Por seu turno, esta ideia de fechamento liga-se ao processo de *distanciamento* que significa a geração de desigualdades como resultado de processos de competição ou concorrência em sistemas de interdependência, nomeadamente mercados ou quase-mercados (Costa, 2012; Therborn, 2013). Finalmente, a *hierarquização* que significa a geração de desigualdades por efeitos de institucionalização de posições de superioridade ou inferioridade nas organizações formais (Costa, 2012; Therborn, 2013)

Tendo em conta as abordagens referidas, é importante considerar que as desigualdades estão também associadas à constituição e atribuição de categorias sociais. Em grande medida é por via da reificação dessas categorias que se veiculam e se acionam os processos de produção e reprodução das desigualdades tanto à escala dos indivíduos ou grupos, como ao nível das instituições. De acordo com António Firmino da Costa as categorias constituem-se, de uma forma geral, “como padrões de cultura socialmente partilhados”; “como modo de perceber o mundo, nomeadamente o mundo social”; “como instrumentos por excelência da ação social”; e, finalmente, “como objeto de transmissão social”. Estas são apreendidas e interiorizadas através de processos de socialização, no quadro das designadas instituições de socialização como a família e a escola (Costa, 1998: 68-69).

Segundo Charles Tilly (2005) a produção de categorizações desenvolve-se em torno de quatro modalidades ou situações promotoras de desigualdade social: por via do encontro entre grupos sociais antes separados que, quando entram em contacto, desenvolvem formas simbólicas de categorização recípro-

ca; pela imposição de categorias discriminatórias a conjuntos de indivíduos, por parte de outros grupos sociais; pela negociação de fronteiras, designações, práticas e interpretações, entre indivíduos e grupos em interação; por transferência dessas categorias, fronteiras e relacionamentos, de certos contextos e grupos para outros (Costa, 2012).

A construção social de categorias tende a ser mediada por processos complexos e difíceis de captar através de indicadores estatísticos e de análises meramente quantitativas. Na verdade, a sua análise requer, simultaneamente, a utilização de metodologias qualitativas de caráter intensivo de maneira a se compreender devidamente as dinâmicas processuais e relacionais que estruturam a formação de padrões vinculados (em forma de pré-noções ou estereótipos) transmitidos de grupo para grupo ou de geração para geração.

Como se salientou, os processos e os mecanismos identificados têm sido estudados através de várias correntes teóricas e abordagens metodológicas, mas cujo foco de análise se centra no conceito de classe social e nos modos de estratificação e de reprodução social. Existem diversas formulações tipológicas de operacionalização e formulação das categorias (ou lugares) de classe. No contexto da investigação sociológica levada a cabo em Portugal destaca-se a designada tipologia ACM que consiste num indicador socioprofissional de lugares de classe, construído com base em duas variáveis principais, a “situação na profissão” e a “profissão”². Segundo António Firmino da Costa e Rosário Mauritti esta tipologia possui um conjunto de propriedades concetuais e operacionais: “possibilita a comparação com outras tipologias classificatórias de referência”; “permite recorrer a dados empíricos tanto de estatísticas institucionais como de inquéritos de investigação”; “é uma classificação muito compacta, proporcionando a análise de comparações de larga escala, nomeadamente internacionais”; “admite versões mais finas da tipologia, aplicáveis a problemas analíticos e contextos empíricos específicos” (Costa e Mauritti, 2018: 112).

A utilização desta tipologia não só tem resistido nos estudos sociológicos sobre a composição e recomposição social das sociedades, como enquadra uma elasticidade capaz de se adequar a várias escalas socio espaciais de análise (local, regional, nacional e transnacional). A título de exemplo refere-se a investigação sobre classes e a apropriação de capital social à escala do espaço transnacional europeu (Carmo e Nunes, 2013), onde se identificaram por intermédio da análise dos resultados do European Social Survey (vaga de 2008) dinâmicas de fechamento social entre as classes dominantes face às subordinadas.

Como se referiu, muitos dos processos geradores de desigualdade não só persistem ao longo do tempo, como detêm um efeito reprodutor entre as várias gerações. Neste sentido, a reprodução social é um mecanismo estrutural objetivo, quando, por exemplo, se consegue medir que os filhos de pais mais ricos e qualificados tendem a ter vantagens escolares (mais sucesso e menos abandono) sobre os alunos oriundos de famílias mais desfavorecidas, ou quando se verifica que a mobilidade social depende, em grande medida, do *background* social familiar que condiciona os trajetos ascendentes ou descendentes. Um relatório recente publicado pela OCDE (2018) estuda a *mobilidade intergeracional* - que compara a posição social alcançada por um indivíduo num dado momento com a correspondente posição dos pais (origem social) - e comprova que o ascensor social de grande parte das sociedades contemporâneas está relativamente quebrado. Na verdade, em sociedades como a portuguesa, a probabilidade de um filho de operário se tornar trabalhador manual ainda é muito forte.

2 A configuração mais recente da tipologia ACM é composta pelos seguintes lugares de classe: *Empresários, dirigentes e Profissionais liberais* (EDL) empregadores e/ou os dirigentes das empresas e da administração pública (ED), exercem profissões qualificadas e especializadas por conta própria (L); *Profissionais técnicos e de enquadramento* (PTE) exercem a sua atividade por conta de outrem em profissões intelectuais, científicas e técnicas de nível superior ou intermédio (distinguem-se dos profissionais liberais essencialmente pelo exercício da sua atividade em assalariamento); *Trabalhadores independentes* (TI) exercem atividade por conta própria, sem empregados, em profissões administrativas e similares nos serviços e no comércio, compreendem os artesãos e trabalhadores similares, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; *Empregados executantes* (EE), trabalhadores por conta de outrem respeitante ao pessoal administrativo e similares, e pessoal dos serviços e vendedores; *Operários* (O), trabalhadores manuais por conta de outrem nas profissões mais desqualificadas da construção, indústria e transportes, agricultura e pescas. (Carmo e Nunes, 2013)

Por outro lado, a reprodução social é simultaneamente incorporada e legitimada subjetivamente, como bem demonstrou Bourdieu, ao salientar que as expectativas de vida são parcialmente determinadas pela posição e origem social do indivíduo. Por exemplo, no campo da educação ‘ganhar’ ou obter um bom resultado pode ter um significado muito distinto para um estudante oriundo de uma família com pais altamente qualificados por comparação com outro que seja originário do meio operário pouco qualificado (o primeiro pode estar a ‘lutar’ para entrar num curso universitário altamente valorizado, como medicina ou engenharia aeroespacial, enquanto o segundo ‘luta’ para conseguir aceder ao Ensino Superior).

Muitas das condições socioeconómicas e socioculturais são, em termos sociais, parcialmente herdadas e afetam as oportunidades e expectativas de vida dos indivíduos (joga-se em diversos sectores e esferas da vida social e económica). Estabelece-se assim uma relação entre o nível de desigualdade social de partida (resultados de hoje) e as reais possibilidades de ascensão social (oportunidades de amanhã). Quanto menor for o grau de interferência dos fatores herdados no conteúdo e no mecanismo desta relação, maiores serão as reais possibilidades de os indivíduos se apropriarem das melhores oportunidades de vida independentemente das suas origens sociais (Carmo, 2009). Como refere Anthony Atkinson, “uma desigualdade de resultados [de facto] entre a geração atual está na base da vantagem injusta recebida pela próxima geração. Se nos preocupamos com a igualdade de oportunidades de amanhã, temos, necessariamente, de nos preocupar com a desigualdade de resultados de hoje” (Atkinson, 2016: 26). Isto significa que se as desigualdades se reproduzem geracionalmente, este facto compromete a noção de “igualdade de oportunidades enquanto ideal meritocrático [assim como] a ideia de perda de influência das estruturas sociais na definição das trajetórias dos indivíduos” (Cantante, 2019: 36).

Para se (re)estabelecerem os mecanismos de mobilidade social ascendente é fundamental os Estados, as sociedades e as economias investirem, promoverem e facilitarem o acesso (e a utilização) a um conjunto diferenciado de sistemas de proteção social e de serviços públicos (educação, saúde, justiça, segurança social, etc.) numa lógica de incremento da justiça social intra e intergeracional (Carmo et al, 2018). Na conceção inspirada na obra de John Rawls (2001 [1971]), é importante que se garanta a equidade distributiva assente na eficiência global do sistema redistributivo e de provisão, fazendo com que os membros menos abonados da sociedade possam melhorar as suas condições de vida (aquilo que designa como “bens primários”).

Contudo, apesar da redistribuição do rendimento e de outros recursos gerados pela economia ser uma condição necessária para garantir o aumento da coesão social, esta não é suficiente para se almejar a uma plena justiça social. Para se tornar uma condição suficiente, a política redistributiva deverá articular-se com outras que incidam sobre as capacidades individuais e coletivas (Barata e Carmo, 2015). Ou, como refere Amartya Sen, “se a questão está em centrar-nos na oportunidade real do indivíduo para conseguir os seus fins, então ter-se-á de ter em conta não apenas os bens primários que cada pessoa possui, mas também as características pessoais relevantes que comandam a conversão dos bens primários em capacidade pessoal de promover os próprios fins” (Sen, 2003 [1999]).

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019 (UNDP, 2019) focado sobre o tema das desigualdades avança com três ideias fortes: a) perspetivar as desigualdades além do rendimento e da riqueza, entendendo que apesar de estas dimensões serem relevantes torna-se fundamental aprofundar abordagens mais compreensivas capazes de enquadrar outros aspetos do desenvolvimento humano; b) ir além das médias simples que assentem apenas em análises unidimensionais; c) projetar além do tempo presente, contemplando a evolução e a diminuição das desigualdades até ao século XXII. Nesta linha, o relatório propõe uma conceção mais complexa das formas de capacitação distinguindo as “capacitações básicas” (basic capabilities) associadas à erradicação de privações extremas, das “capacitações melhoradas” (enhanced capabilities) que incrementem as modalidades de agência individual e coletiva no sentido de propiciar às pessoas condições acrescidas para promover e atingir os seus próprios fins.

São exemplos de capacitações melhoradas (ou avançadas): aceder a um nível de saúde elevado e de qualidade, atingir graus superiores de educação, utilizar tecnologias de ponta e incorporar maior resiliência a choques e riscos inesperados.

O recente impacto da pandemia da COVID-19 veio demonstrar de forma muito vincada como as sociedades contemporâneas se constituem por múltiplos tipos de vulnerabilidade social e territorial que não só se reforçaram, como podem ter contribuído para o agravamento das desigualdades sociais. Também emergiram novas disparidades com a pandemia cuja amplitude está ainda por medir na sua plenitude. A prazo perceberemos os impactos mais mediatos no tempo e as suas consequências no funcionamento dos sistemas de provisão e de proteção social, assim como na extensão e na qualidade dos serviços públicos. É importante que estes tenham a capacidade de atenuar e reduzir as desigualdades e não sejam, simultaneamente, um fator que contribua para o seu agravamento. Na verdade, como demonstram os capítulos do presente relatório, o papel dos serviços e das políticas públicas é essencial não só para conter as desigualdades como para antecipar o seu crescimento em novas esferas sociais e de atuação, como é o caso das novas tecnologias e da chamada transição digital. A noção de “capacidades melhoradas” significa precisamente essa necessidade em antecipar os riscos de maneira a reduzir as suscetibilidades e as fragilidades estruturais dos sistemas sociais e económicos no sentido de reforçar a coesão social e as tendências para uma maior igualização no acesso e na utilização dos recursos sociais, culturais e materiais.

A leitura dos capítulos

Como foi referido no primeiro ponto desta introdução, os tópicos que se abordam neste relatório não esgotam as problemáticas das desigualdades. Todavia, apesar dessa limitação prévia, considera-se que as análises efetuadas nas cinco áreas temáticas resultam de um trabalho sistemático de levantamento, mapeamento, interpretação e análise de informação estatística, recorrendo a um número diversificado e extenso de fontes nacionais e internacionais. Neste sentido, considera-se que os objetivos que constituem o mandato definido para o GTIDS foram, no essencial, alcançados.

A elaboração de cada capítulo tem por referência a estrutura indicada anteriormente, contudo é importante notar que estes apresentam especificidades que derivam da natureza, da extensão e da disponibilidade dos dados trabalhados. Assim, se nuns casos o registo analítico pretende dar primazia ao mapeamento de indicadores e de informação estatística fundamental, noutros pretendeu-se ir mais a fundo na análise de dimensões específicas no sentido de aprofundar abordagens que têm sido afloradas por equipas inseridas em diferentes institutos ou centros de investigação. Deste modo, embora enquadrados num todo coerente, que representa este relatório, cada capítulo acaba por deter uma autonomia relativa de maneira a permitir leituras mais focadas e parcelares sobre um ou outro tópico.

Sublinhe-se que algumas das séries estatísticas apresentadas e descritas podem não estar completamente atualizadas no que diz respeito ao período temporal mais recente que esteja, entretanto, disponibilizado. Este dado não se deve a qualquer tipo de inoperância, mas pelo simples facto de que o trabalho efetuado de mapeamento e identificação se prolongou por vários meses (e, em alguns casos, anos) sendo difícil, para o efeito, garantir uma permanente atualização das largas dezenas de indicadores levantados. Convém a este respeito referir que o objetivo principal deste relatório não visa incorporar uma lógica de observatório e de permanente atualização de um sistema de indicadores, mas sim uma lógica mais estrutural de problematização e de sinalização das dimensões fundamentais e dos indicadores considerados mais pertinentes de desigualdade.

Também é importante realçar a articulação entre esforço de efetuar uma análise extensiva de indicadores tendo por base uma matriz multidimensional e a capacidade de avançar com a identificação de indicadores chave em cada uma das áreas temáticas. Este trabalho de articulação tornou-se fundamental

no desenvolvimento dos trabalhos realizados e apresenta uma mais-valia do presente relatório, que tanto sinaliza um número alargado de variáveis e indicadores, como apresenta com uma lista mais reduzida de indicadores incontornáveis para medir o impacto da desigualdade no tema em causa. Na verdade, o segundo exercício decorre do primeiro, ou seja, sem o trabalho extensivo operacionalizado no desenvolvimento da grelha analítica dificilmente se conseguiria identificar o conjunto mais restrito de indicadores chave.

Além disso, cada capítulo avança com a recomendação de indicadores compósitos ou da pertinência em se elaborar novos indicadores. Este contributo é particularmente relevante e tem um duplo objetivo, por um lado, aprofundar ainda mais o conhecimento do tema abordado por intermédio de uma análise mais fina e também mais multidimensional e, por outro lado, fundamentar a conceção e a aplicação de políticas públicas que visem a diminuição das desigualdades nestas áreas.

Em suma, o relatório que se apresenta resulta de um trabalho sistemático e persistente desenvolvido em equipa no âmbito do GTIDS, que mobilizou pessoas pertencentes a diversas instituições, com formações em diferentes ciências e saberes e com distintas experiências profissionais e de vida. Tratou-se de uma atividade muito estimulante e entusiasmante onde se aprendeu muito e se partilhou múltiplos pontos de vista. Cada capítulo espelha precisamente essa diversidade de registos ao conseguir articular pertinentes enquadramentos teóricos e metodológicos com análises mais ou menos extensivas de indicadores estatísticos, enquanto se relaciona as grelhas de partida com a recomendação de novos indicadores e maneiras de organizar a informação estatística.

Por último, gostaria de fazer um agradecimento a todos os elementos do GTIDS que contribuíram para este relatório e para todo o trabalho desenvolvido, assim como à equipa do CSE particularmente a Dra. Maria da Graça Bento, a Dra. Maria Cristina Brito e a Dra. Marlene Ferradosa.

2 Proposta de indicadores por áreas de desigualdade social

2.1 Trabalho, Emprego e Proteção Social

2.1.1 Enquadramento do Trabalho, Emprego e Proteção Social

Introdução

Durante as últimas décadas o fenómeno das desigualdades tem vindo a ganhar uma maior relevância junto do meio académico e dos agentes políticos. Tem-se assistido a um crescente número de trabalhos e em paralelo ao aumento na produção e na disponibilização de indicadores sobre a temática. As análises procuram mostrar o carácter transversal das desigualdades sociais, os diferentes domínios em que elas se manifestam e as suas conexões, bem como pluralidade das suas causas e os seus impactos.

De acordo com Göran Therborn (2006), as desigualdades podem ser estruturadas em três grandes conjuntos de dimensões – “vitais”, “existenciais” e de “recursos”.

Desigualdades “vitais” estão relacionadas com as desigualdades perante a vida, a morte e a saúde. Normalmente, são usados indicadores como a esperança de vida à nascença, a taxa de mortalidade infantil, a prevalência/vulnerabilidade de determinadas doenças e aos recursos de saúde disponíveis ou às respostas sociais dadas.

As desigualdades “existenciais”, isto é, as desigualdades de reconhecimento dos indivíduos ou grupos, focando-se na liberdade, nos direitos, no reconhecimento e no respeito de que os indivíduos e grupos têm em sociedade (ex.: a escravatura, o racismo).

Os “recursos” é a dimensão da desigualdade que mais se destaca no debate público. Abrange dimensões como as desigualdades de rendimentos e de riqueza, de escolaridade e de qualificação profissional, de competências cognitivas e culturais, de posição hierárquica nas organizações e de acesso a redes sociais, e fatores como as transformações no mercado de trabalho ao longo das últimas décadas, a globalização, as mudanças tecnológicas e as reformas dos quadros regulatórios nacionais, em conjunto com as atuais tendências demográficas e sociais - contribuído para o aumento da desigualdade, segundo OECD (2015).

Neste sentido e de acordo com Carmo e Cantante, “*As desigualdades são por natureza multidimensionais, não se circunscrevem apenas a um setor da sociedade (educação, saúde, economia, comunidade...), nem a um único recurso (riqueza, cultura, títulos...), nem sequer a uma única variável (rendimento, escolaridade, idade, género, região...)*.” (Carmo e Cantante, 2015).

As desigualdades podem definir-se como “*sistemas de diferenças que se traduzem em desvantagens duradouras e penalizadoras de indivíduos e grupos e que são geradas, mantidas e reproduzidas — independentemente de méritos ou deméritos individuais — através de diversos mecanismos identificáveis nas sociedades*” (Almeida, 2012).

Sabe-se que a desigualdade de rendimento é uma das manifestações mais evidentes destas diferenças e desvantagens, ganhando relevância acrescida se for interpretado como um elemento estruturante da análise das condições de vida dos indivíduos e das famílias (Rodrigues, Figueiras e Junqueira, 2012). É importante ter presente, que o rendimento disponível das famílias resulta, da agregação de diversas fontes de rendimento, mas fundamentalmente da parte relativa aos rendimentos de trabalho.

O trabalho e emprego apresentam um papel central na vida dos indivíduos e na forma como a sociedade está estruturada, já que nele confluem determinantes simbólicos, económicos e sociais. Assim, “enquanto mediador no acesso aos recursos e às oportunidades, ponto de confluência onde se atualizam as estruturas sociais e os trajetos de vida, o mercado de trabalho assume-se como um campo basilar na constituição do “sistema de desigualdades” (Bihr & Pfefferkorn, 2008 apud Frederico, C., 2018, p. 1). Pode atenuar, manter ou acentuar as desigualdades preexistentes à entrada no mercado de trabalho e pode ainda, gerar, ele próprio, novas desigualdades a vários níveis: no acesso e tipo de trabalho e/ou emprego, ao nível do desemprego e subutilização do trabalho, ao nível dos rendimentos e da distribuição dos mesmos e ainda ao nível da própria proteção social que pode contribuir para a igualdade de oportunidades, para o bem-estar e para a coesão social ou, pelo contrário, contribuir para um acentuar das desigualdades sociais. Mas alcançar a inclusão requer a construção de instituições que tanto dentro como fora do mercado de trabalho. Neste sentido, parte do trabalho debruçou-se na análise de quatro dimensões.

- ▶ Dimensão trabalho e/ou emprego - aspeto decisivo das condições materiais de vida dos indivíduos, da sua realização pessoal e da possibilidade de projetarem o seu futuro, pelo que a possibilidade de acesso ao emprego, o tipo de contratos que o indivíduo tem, se trabalha a tempo inteiro ou a tempo parcial - e essa condição é voluntária ou involuntária - o número de horas, as condições em que trabalha e o tipo de relações laborais que se estabelecem podem, desde logo, mitigar ou acentuar as desigualdades sociais.
- ▶ Dimensão do desemprego e subutilização do trabalho – O trabalho estrutura e é estruturante da vida em sociedade, pelo que a principal distinção que se estabelece a este nível é a condição da pessoa estar empregada (socialmente valorizada) ou desempregada (valoração negativa e/ou estigmatizante). A subutilização do trabalho inclui outras componentes que não só as pessoas desempregadas.
- ▶ Dimensão dos rendimentos do trabalho – Aspeto fundamental atendendo à dimensão da população empregada, à expressão do assalariamento, ao papel dos rendimentos do trabalho na melhoria das condições de vida e à sua incidência na segurança social. No mercado de trabalho definem-se, desde logo, algumas assimetrias, uma das quais se relaciona diretamente com os rendimentos do trabalho.
- ▶ Dimensão da proteção social – O sistema de proteção social inclui o sistema previdencial que visa garantir prestações de substituição do rendimento de trabalho cessante na sequência de um conjunto de eventualidades legalmente previstas (velhice, invalidez, desemprego, doença, acidentes de trabalho e doença profissional, maternidade, paternidade e adoção, morte) e o sistema de proteção social de cidadania que tem como objetivo garantir os direitos básicos das cidadãs e dos cidadãos, a igualdade de oportunidades, o bem-estar e a coesão sociais³.

³ Nomeadamente, o direito a mínimos vitais em situação de carência económica; a “prevenção e a erradicação” de situações de pobreza e de exclusão; a compensação por encargos familiares e a compensação por encargos nos domínios da deficiência e da dependência. Embora a segurança social corrija desigualdades (sendo, pois, importante considerar medidas como o impacto das transferências sociais no índice de Gini), pode haver insuficiências na cobertura ou na adequação das prestações que se devem considerar.

Procedimentos metodológicos | Indicadores propostos segundo as dimensões

O subgrupo “Trabalho, Emprego e Proteção Social” foi criado no dia 8 de janeiro 2018, no âmbito da 2.ª reunião do Grupo de Trabalho sobre Indicadores das Desigualdades Sociais (GTIDS) do Conselho Superior de Estatística (CSE)⁴. Este subgrupo é coordenado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e é constituído pelas seguintes entidades / representantes:

- ▶ Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (GEP/MTSSS) – Rute Guerra / Antonieta Ministro / Rita Figueiras
- ▶ Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, Intersindical Nacional (CGTP, IN) – Fernando Marques
- ▶ Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) – Carla Bernardo (até 31 de janeiro de 2020)
- ▶ Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – Isabel Francisco
- ▶ Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE, I.P.) – Eduarda Góis
- ▶ Ministério das Finanças (MF) GPEAR1 – Conceição Amaral (até 31 de dezembro de 2018) / Daniel Goulão (até 31 de dezembro de 2019) / Conceição Nunes
- ▶ União Geral dos Trabalhadores (UGT) - Paula Bernardo / Vanda Pina

A **metodologia** de trabalho adotada no âmbito do subgrupo passou por:

- ▶ Identificação das dimensões a serem analisadas, tendo-se consensualizado quatro dimensões: emprego, desemprego e subutilização do trabalho, remunerações e proteção social;
- ▶ Identificação das desagregações sociodemográficas consideradas elementares (sexo, grupo etário, nível de escolaridade, nível de qualificação, região (NUTII), cobertura territorial, âmbito temporal);
- ▶ Identificação de outras variáveis consideradas importantes, nomeadamente, descrição do indicador, fonte, disponibilidade do indicador (link), possibilidade de comparação internacional, objetivo do indicador, nota justificativa da pertinência do mesmo e se está incluído nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- ▶ Elaboração da matriz com lista exaustiva de indicadores e respetivas desagregações;
- ▶ Discussão e reflexão aprofundada de quais os indicadores (de entre todos os que tinham sido elencados) mais pertinentes para retratarem as desigualdades sociais, havendo a preocupação de chegar a indicadores de desigualdades sociais claros, fiáveis, oficiais e, sempre que possível, comparáveis;
- ▶ Sistematização de informação sobre os indicadores selecionados e síntese analítica dos mesmos.

4 8.ª Deliberação da Secção Permanente de Estatísticas Sociais.

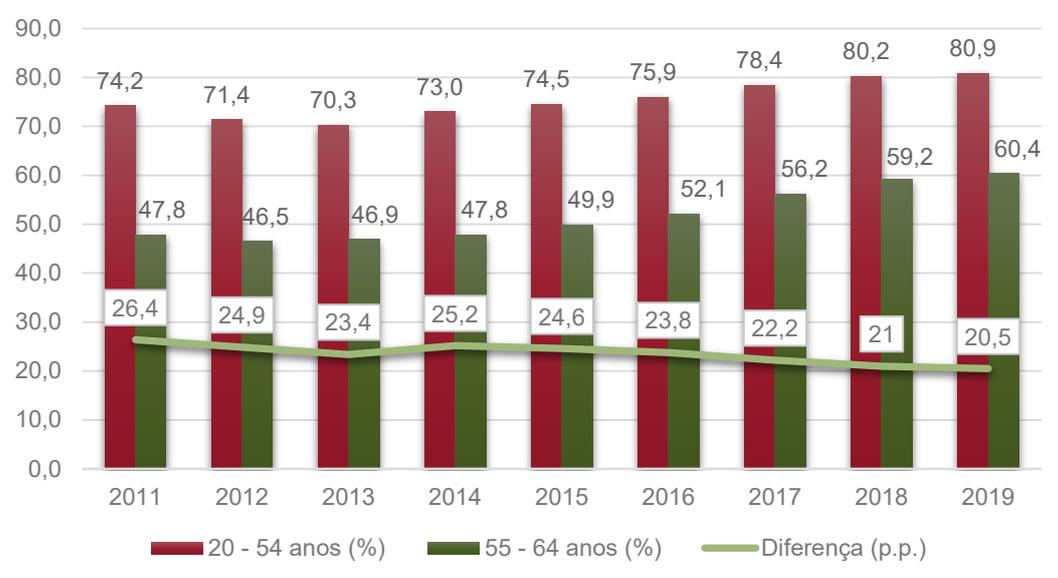
2.1.2 Proposta de indicadores e análises sintéticas

2.1.2.1 Trabalho e Emprego

2.1.2.1.1 Diferencial das taxas de emprego em grupos etários distintos

A empregabilidade de pessoas em idade ativa (15-64 anos) é diferenciada segundo a idade dos indivíduos, podendo esta refletir um fator de desigualdade no acesso e na integração no mercado de trabalho, pelo que se considerou relevante selecionar um indicador que permitisse captar estas dimensões. Neste sentido, optou-se pelo diferencial entre as taxas de emprego para diferentes grupos etários (20-54 anos e 55-64 anos), com base no qual se apresentam os gráficos seguintes.

Figura 1 - Diferença entre as taxas de emprego das pessoas com idade dos 20 aos 54 anos e dos 55 aos 64 anos

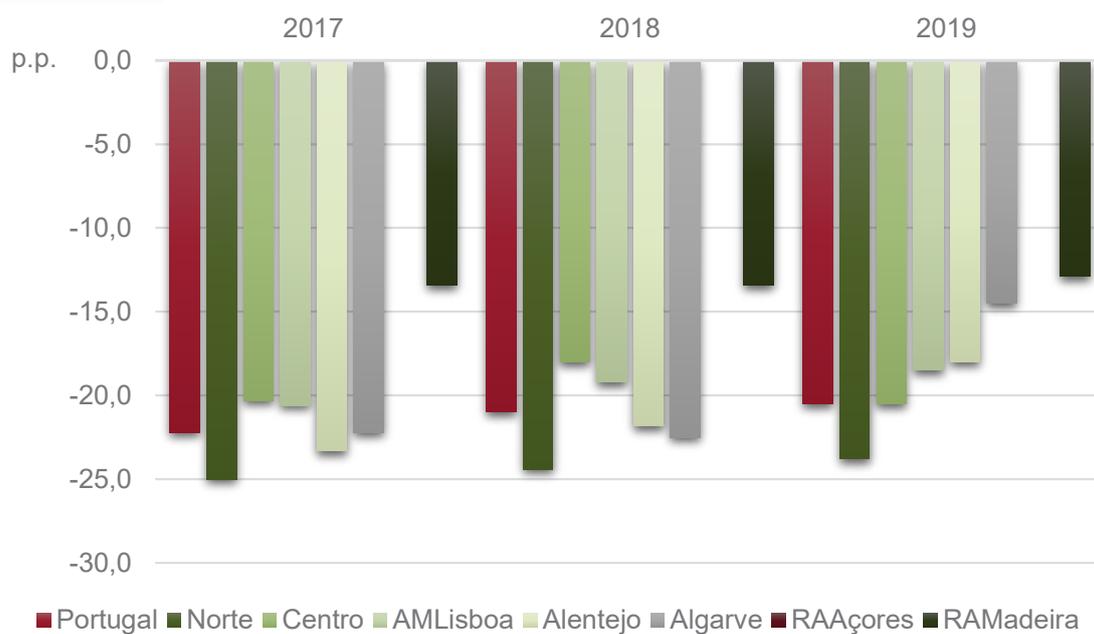


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A taxa de emprego das pessoas com idades dos **55 aos 64 anos** (60,4%), em 2019, continua a ser consideravelmente inferior à taxa de emprego das pessoas dos **20 aos 54 anos** (80,9%), ainda que a diferença, no conjunto do país e na última década, tenha apresentado uma tendência descendente: de 26,4 pontos percentuais (p.p.) em 2011 para 20,5 p.p. em 2019.

Se observarmos este indicador nas diferentes NUTS II, nota-se que, nos últimos anos, a região Norte registou, normalmente, a maior diferença entre grupos etários, por exemplo, com menos 23,8 p.p. em desfavor dos mais velhos em 2019, enquanto a Região Autónoma da Madeira mostrou o diferencial mais baixo (12,9 p.p. em 2019).

Figura 2 - Diferença entre as taxas de emprego das pessoas com idade dos 20 aos 54 anos e dos 55 aos 64 anos por NUTS II



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Nota: A Região Autónoma dos Açores não se encontra representada, devido ao elevado coeficiente de variação associado aos dados para o grupo etário dos 55-64 anos.

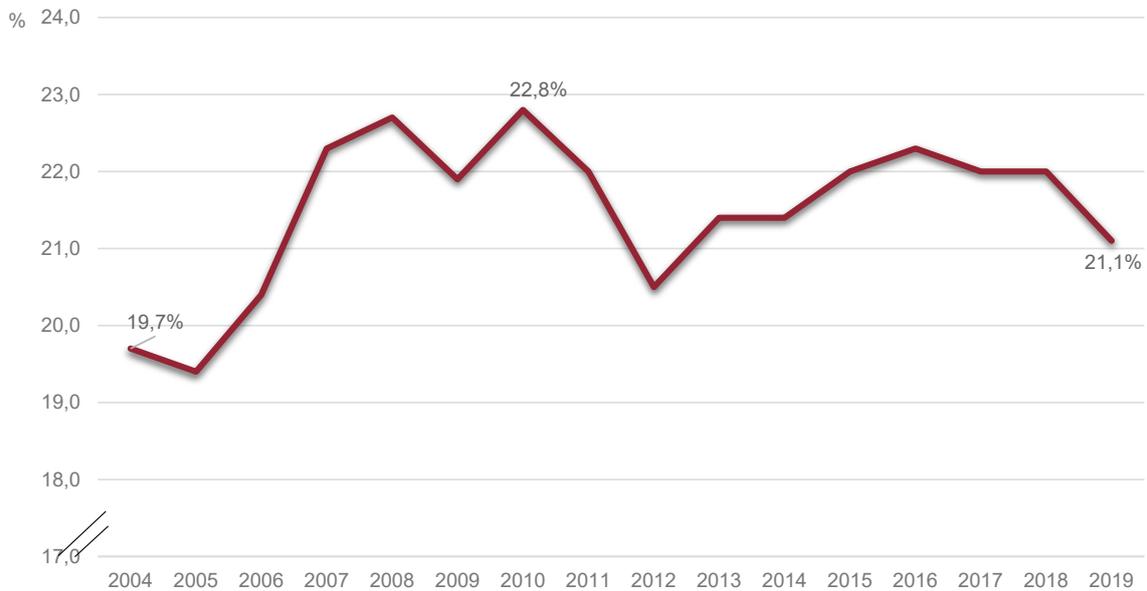
Em termos de **comparação com a média da UE28**), embora não se disponham de informação exatamente para os mesmos grupos etários utilizados atrás, o diferencial entre a taxa de emprego das pessoas dos **25 aos 54 anos**⁵ e das pessoas no grupo etário dos **55 e 64 anos**, em 2019, foi de 21,1 pontos percentuais, inferior ao observado em Portugal para os mesmos grupos etários (24,8 p.p.).

5 Grupo etário disponível mais próximo do considerado.

2.1.2.1.2 Desigualdade na estabilidade do emprego

A desigualdade na estabilidade de emprego pode ser medida como a proporção de trabalhadores por conta de outrem (TCO) com contratos não permanentes (CNP) em relação ao total de TCO.

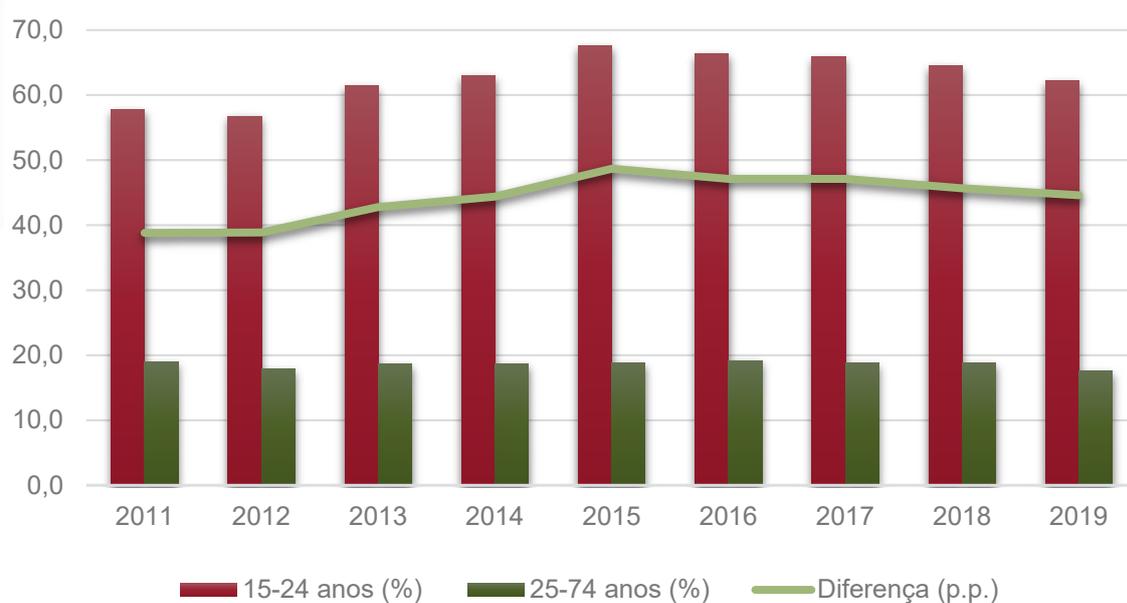
Figura 3 - Proporção dos trabalhadores com contratos não permanentes no total de trabalhadores por conta de outrem (%)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A importância relativa do **tipo de contrato** no emprego é também diferenciada segundo os grupos etários, razão pela qual se considerou justificar-se a seleção de um indicador que permita analisar a respetiva evolução: **o diferencial entre a proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo nos jovens e em indivíduos adultos**, conforme se ilustra na figura seguinte.

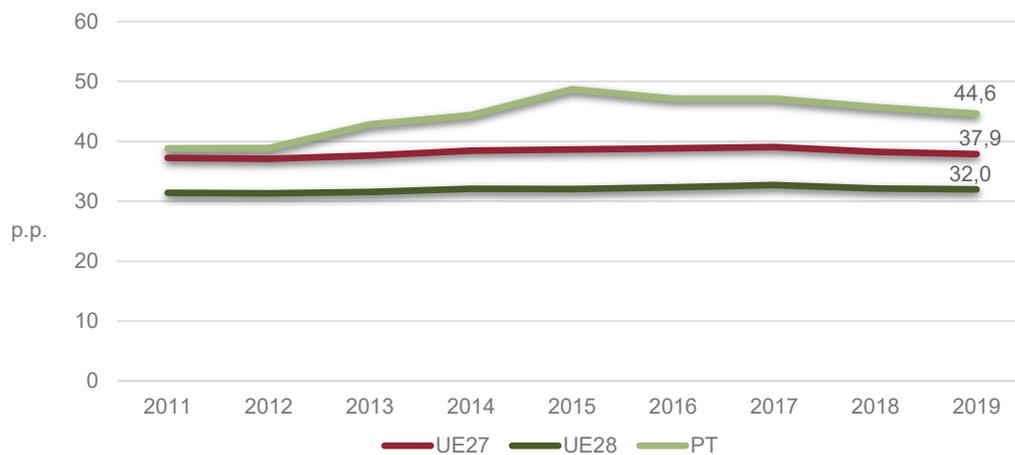
Figura 4 - Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato a termo, por grupo etário



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Os resultados apresentados permitem concluir que existe uma elevada desigualdade em relação à situação contratual dos contratos dos trabalhadores por conta de outrem até aos 25 anos e os do grupo etário dos 25 aos 74 anos, da ordem dos 45 p.p., tendo atingido os 48,7 p.p., em 2015.

Figura 5 - Diferença entre a proporção de TCO com contratos a termo no total de TCO do grupo etário dos 15 e os 24 anos e do grupo etário dos 25 aos 74 anos



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

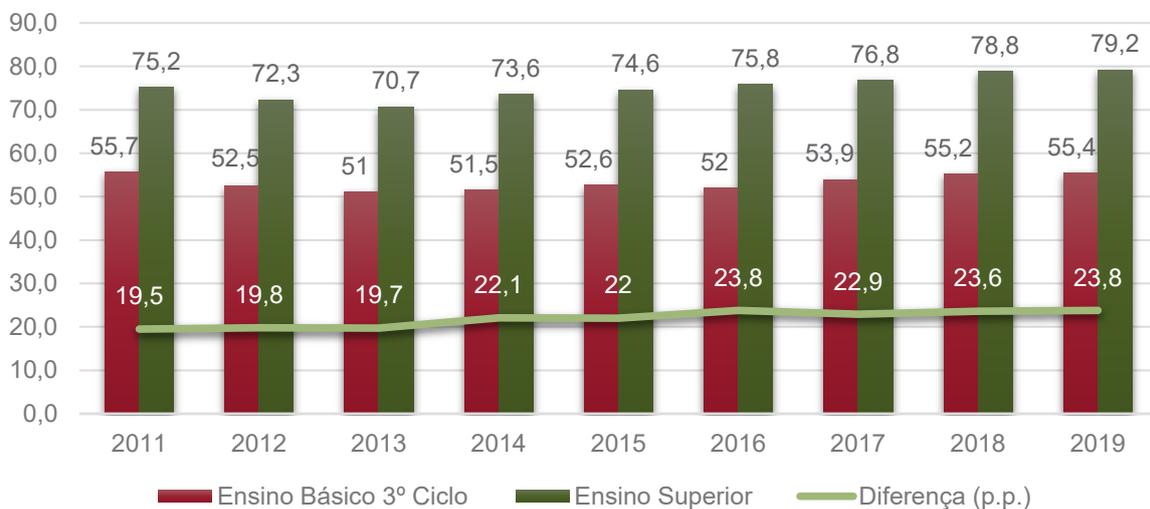
Constata-se que a diferença entre a proporção de TCO com contratos a termo nas pessoas dos 15 aos 24 anos e nas pessoas dos 25 aos 74 anos é superior em Portugal (de quase 45 p.p. em 2019), face à UE (de quase 38 p.p. na UE27 e de 32p.p. na UE28).

2.1.2.1.3 Desigualdade no acesso ao emprego em função do nível de escolaridade – Diferença nas taxas de emprego segundo o nível de escolaridade completo

Em Portugal, e à semelhança do que acontece no conjunto da UE, a empregabilidade é tanto mais elevada quanto o **nível de escolaridade**, fenómeno que se traduz por taxas de emprego superiores entre as pessoas empregadas com ensino superior face às taxas de emprego de pessoas empregadas com escolaridade até ao ensino básico.

Com vista a monitorizar este fenómeno, não obstante a análise de indicadores adicionais, seleccionou-se o indicador “diferença entre as taxas de emprego de diferentes níveis de escolaridade”, o qual foi igualmente analisado segundo grupos etários distintos, com base no qual se apresentam os gráficos seguintes.

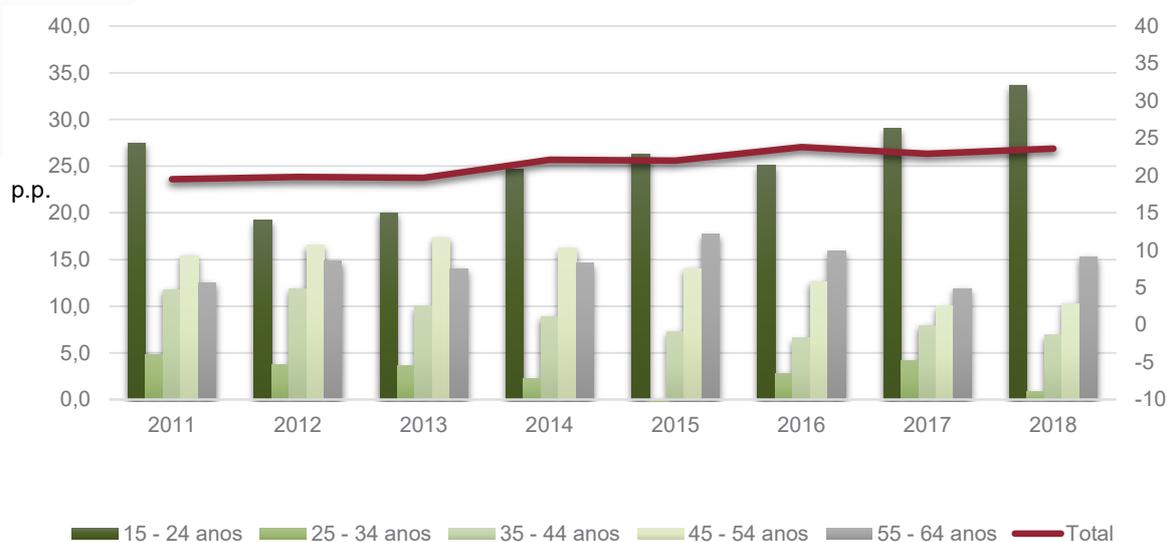
Figura 6 - Taxas de emprego das pessoas com escolaridade ao nível do ensino básico (3.º ciclo) e do ensino superior



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A comparação dos resultados relativos ao emprego entre aqueles que completaram o ensino superior e os que apenas concluíram o 9.º ano de escolaridade ou equivalente (3.º ciclo) evidencia uma diferença significativa no acesso ao emprego para o primeiro grupo, transversal aos anos analisados. Esta diferença passou de 19,5 p.p. em 2011 para 23,8 p.p. em 2019. Neste último ano, 79,2% dos detentores de um diploma do ensino superior estavam empregados, enquanto a proporção dos que tinham terminado o 3.º ciclo do ensino básico e estavam empregados era de apenas 55,4%.

Figura 7 - Diferença entre as taxas de emprego das pessoas com ensino superior e a das pessoas com ensino básico (3º ciclo), por escalão etário

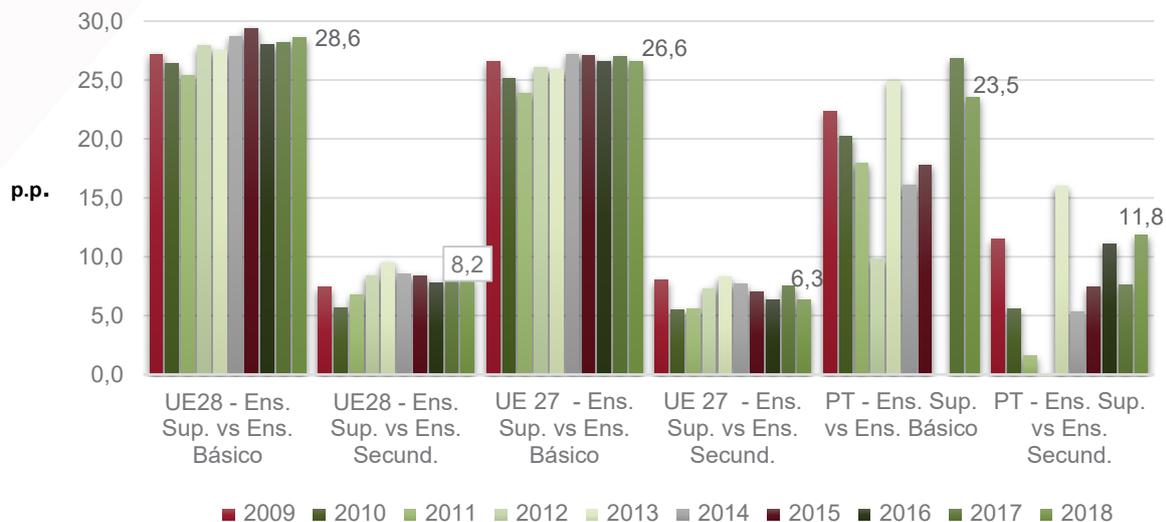


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Esta diferença tem vindo a aumentar para o grupo etário dos 15 aos 24 anos, especialmente desde o final do período de intervenção financeira e tende a reduzir-se acima dos 45 anos. Com exceção do grupo etário dos mais jovens que é aquele que apresenta de forma sistemática o maior diferencial entre as taxas de emprego dos que têm ensino superior e dos que têm ensino básico, verifica-se, desde 2015, que a diferença das taxas de emprego dos dois grupos é tanto maior quanto maior o grupo etário considerado.

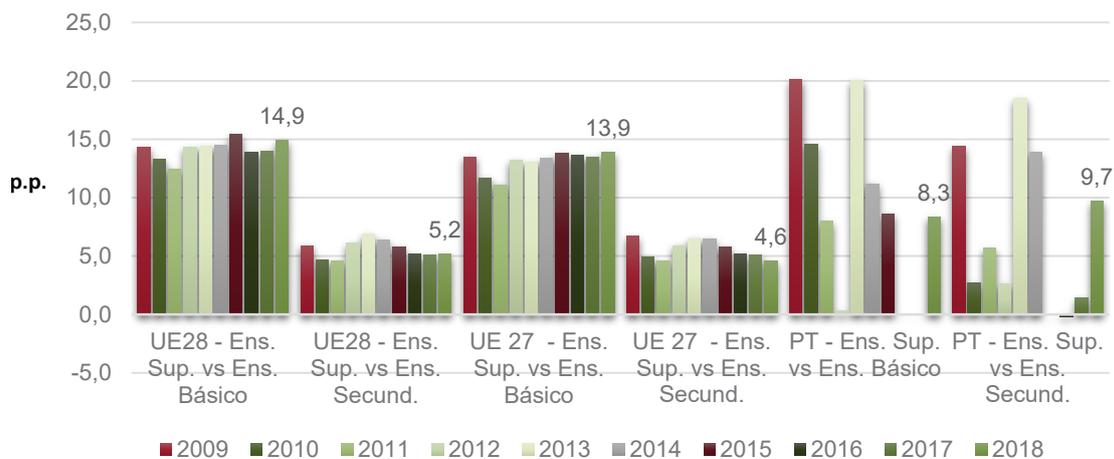
Comparando Portugal com a UE, nos universos das pessoas com 15 ou mais anos, com 25 ou mais anos e dos 25 aos 54 anos, constata-se que, nos três grupos considerados, o diferencial da taxa de emprego das pessoas com ensino superior em relação à das pessoas com ensino básico é inferior em Portugal, face à UE28. A diferença das taxas de emprego das pessoas com ensino superior relativamente à das pessoas com ensino secundário é ligeiramente superior em Portugal.

Figura 8 - Diferença entre as taxas de emprego da população com mais de 15 anos com ensino superior e com ensino básico ou menos e entre ensino superior e o ensino secundário ou pós-secundário



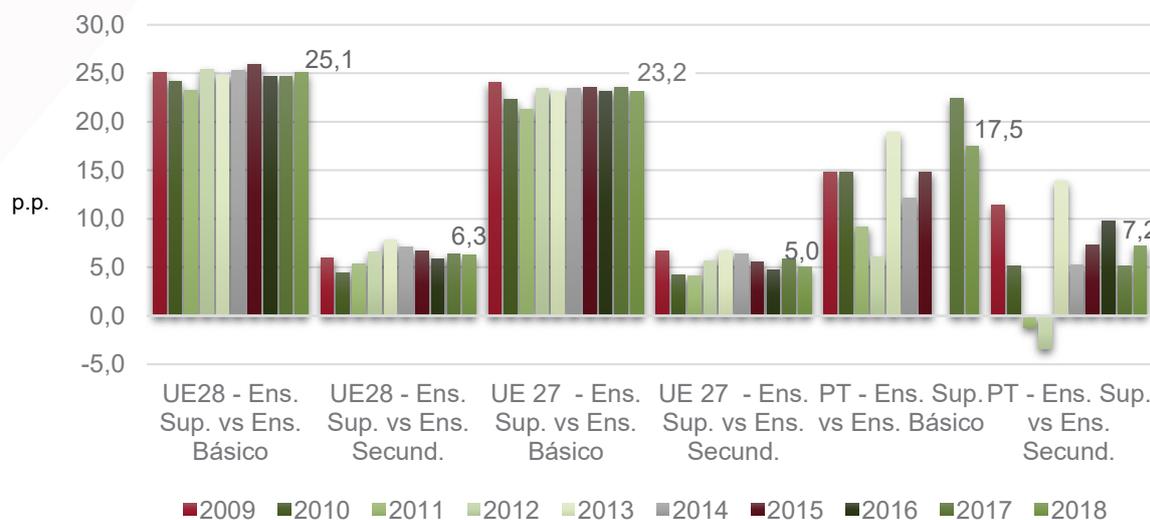
Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

Figura 9 - Diferença entre as taxas de emprego da população dos 25 aos 54 anos com ensino superior e com até ao ensino básico e entre ensino superior e o ensino secundário ou pós-secundário



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

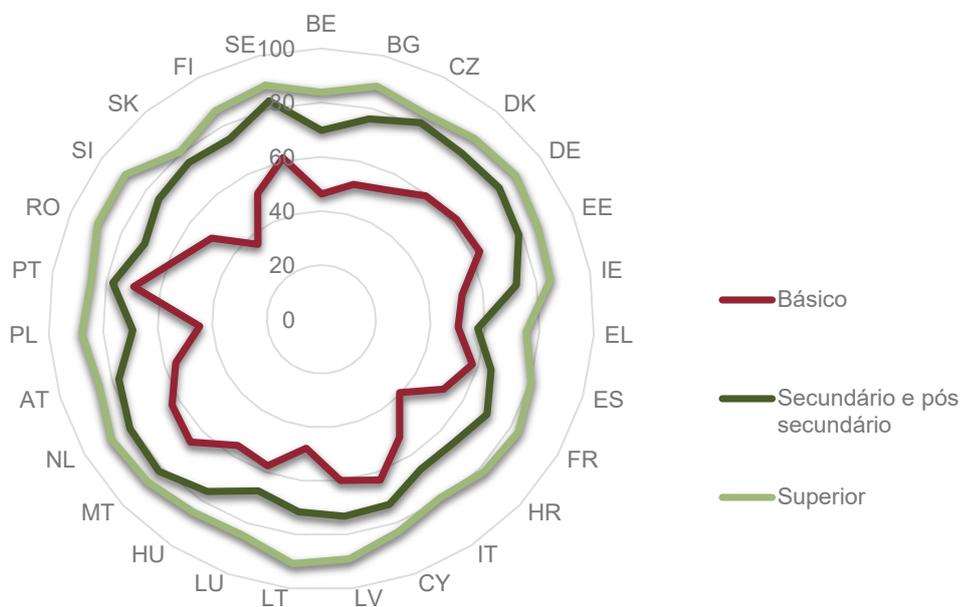
Figura 10 - Diferença entre as taxas de emprego da população com idade igual ou superior a 25 anos com ensino superior e com ensino básico ou menos e entre ensino superior e o ensino secundário ou pós- secundário



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

A comparação da informação dos vários Estados Membros da UE permite mostrar que, ainda que a diferença seja generalizada, a desigualdade é mais evidente nuns países do que noutros.

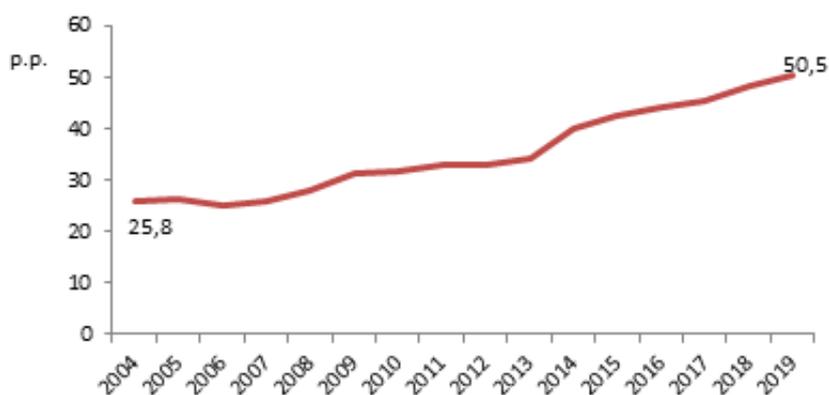
Figura 11 - Taxas de emprego (20- 64 anos) por nível de escolaridade



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

Se a análise incidir na diferença entre os que possuem o ensino superior e o 1.º ciclo do ensino básico, os valores passam de 25,8 p.p. em 2004 para 50,5 p.p., em 2019.

Figura 12 - Diferença entre as taxas de emprego da população com ensino superior e com o 1.º ciclo do ensino básico (p.p.)

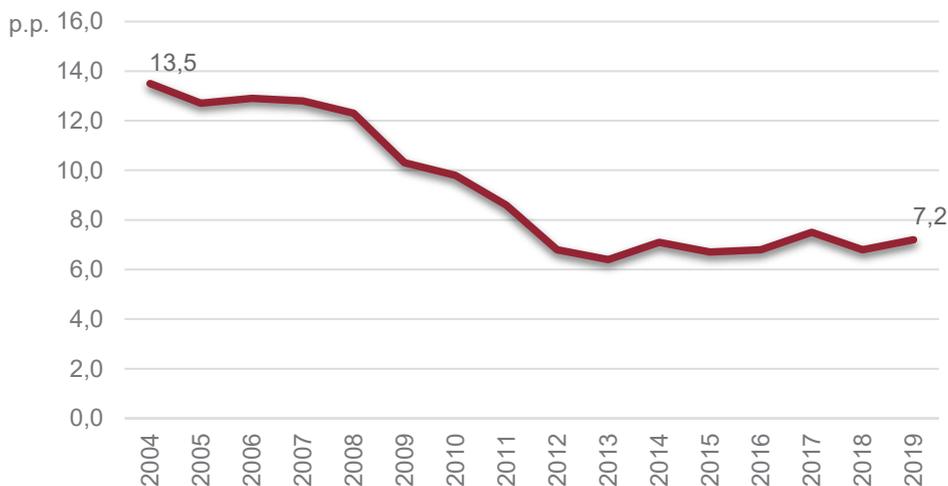


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

2.1.2.1.4 Desigualdade no acesso ao emprego nas diferentes atividades económicas e nas diferentes profissões e no acesso a cargos de chefia, segundo o sexo

Antes de se avançar para maior detalhe em termos de disparidades entre homens e mulheres, considera-se relevante apresentar o indicador relativo à diferença na taxa de emprego entre ambos os sexos.

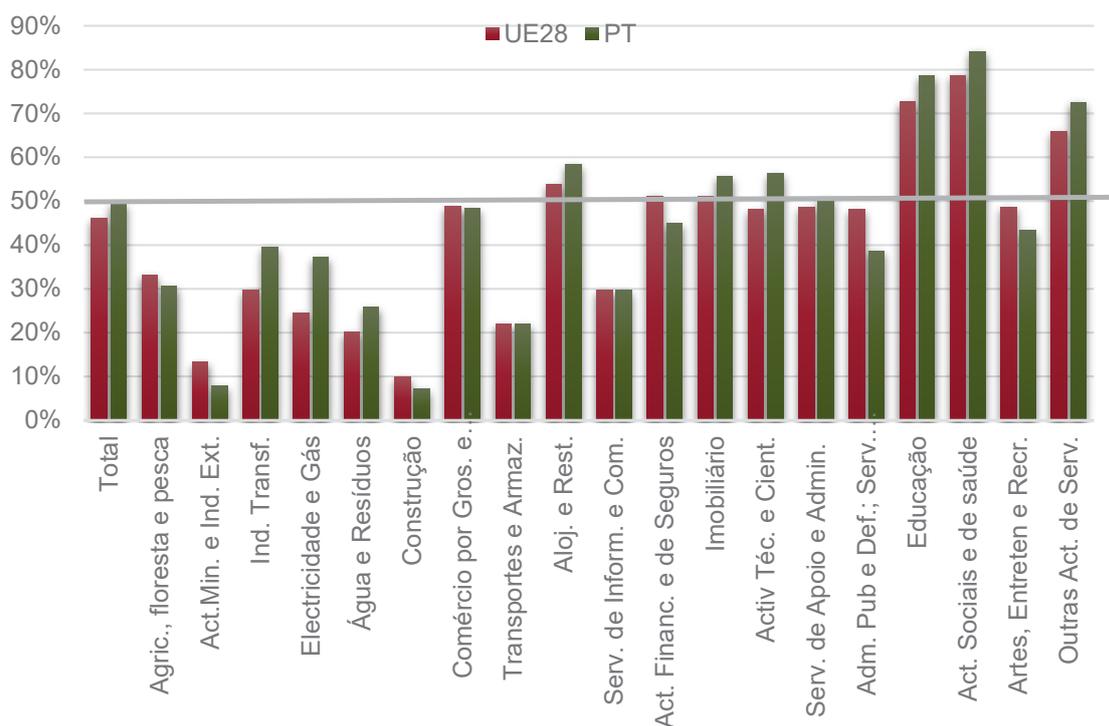
Figura 13 - Diferença na taxa de emprego (20- 64 anos) entre homens e mulheres (p.p.)



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

A proporção de homens e mulheres é distinta nas diferentes atividades económicas e nas diferentes profissões, podendo esta situação traduzir-se em situações de desigualdade no acesso ao emprego e a cargos de chefia, pelo que se selecionaram três indicadores que permitem aferir as diferenças por atividades económicas e por profissões, e no acesso a cargos de chefia, conforme ilustrado nos gráficos seguintes.

Figura 14 - Proporção de mulheres nas atividades económicas, em 2018 - PT e UE28



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

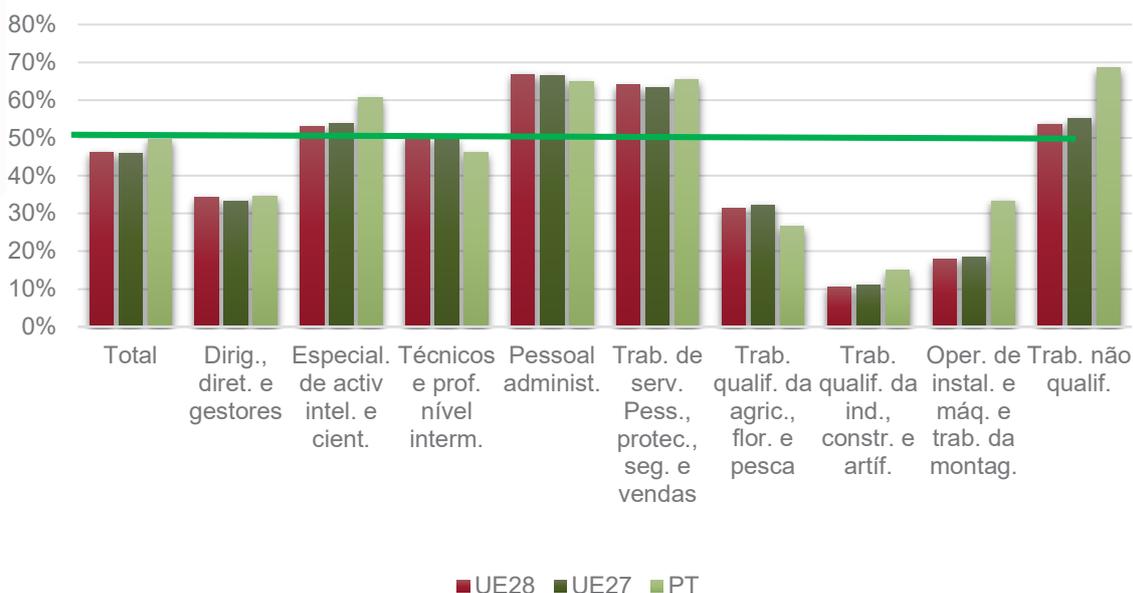
Os sectores/atividades económicas nas quais as mulheres em Portugal representam uma proporção menor que os homens e ainda menor que na UE28:

- ▶ construção (pouco mais de 5%)
- ▶ atividades mineiras e da indústria extrativa (perto de 9%)
- ▶ agricultura, floresta e pesca (cerca de 30%)
- ▶ administração pública e defesa e nas atividades de serviços de apoio às empresas (pouco menos de 50% na UE28 e menos de 40% em Portugal)
- ▶ e artes e entretenimento e atividades recreativas (pouco mais de 40%).

Sectores/atividades em que a proporção de mulheres é inferior à dos homens, mas, apesar disso, acima da proporção que representam na UE28 são:

- ▶ atividade das águas e resíduos (pouco menos de 30%)
- ▶ eletricidade e gás (pouco menos de 40%)
- ▶ indústria transformadora (cerca de 40%).

Figura 15 - Proporção de mulheres por profissão principal, em 2018 – PT, UE28 e UE27



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

No que se refere à profissão, é nas profissões qualificadas da indústria, construção e de artífices que as mulheres apresentam uma proporção muito menor que os homens: cerca de 15% em Portugal, ainda que acima dos cerca de 10% na UE.

Figura 16 - Índice de paridade entre mulheres e homens (rácio do número de mulheres face ao número de homens em cada profissão)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Seguem-se as profissões qualificadas da agricultura, floresta e pesca em que as mulheres portuguesas representam pouco mais de 25% do total de profissionais e abaixo dos pouco mais de 30% que nesta categoria de profissões representam na UE.

Nas profissões de dirigentes, diretores e gestores as mulheres representam pouco mais de 30% dos profissionais nessas categorias, ainda que em linha com a média da UE.

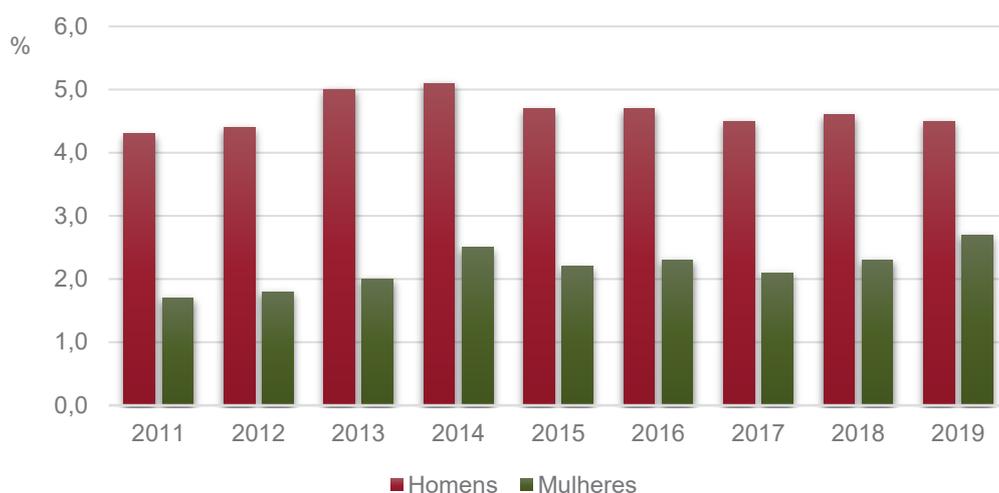
No sentido oposto, destaca-se a proporção (de 69%) que as mulheres em Portugal assumem no grupo dos trabalhadores não qualificados e bastante acima da média da UE (pouco mais de 50%). Também se constata uma maior representação em Portugal das mulheres no grupo de profissionais das atividades intelectuais e científicas, de cerca de 60% e acima dos pouco mais de 50% na UE.

Finalmente, as mulheres têm também uma maior representação quer nas categorias do pessoal administrativo, quer nas categorias dos trabalhadores dos serviços pessoais, e da proteção e segurança, em ambos os casos próximos dos 65% e próximo da média da UE.

De salientar que a concentração de mulheres e homens em diferentes setores e ocupações é uma das principais causas das disparidades salariais, das diferenças ao nível das pensões e da dependência económica (geral) das mulheres, ao longo da sua trajetória de vida (EIGE, *Gender Equality Index 2017*).

Em Portugal a proporção de mulheres que ocupam cargos de chefia no total do emprego feminino é quase de metade da proporção de homens em cargos de chefia.

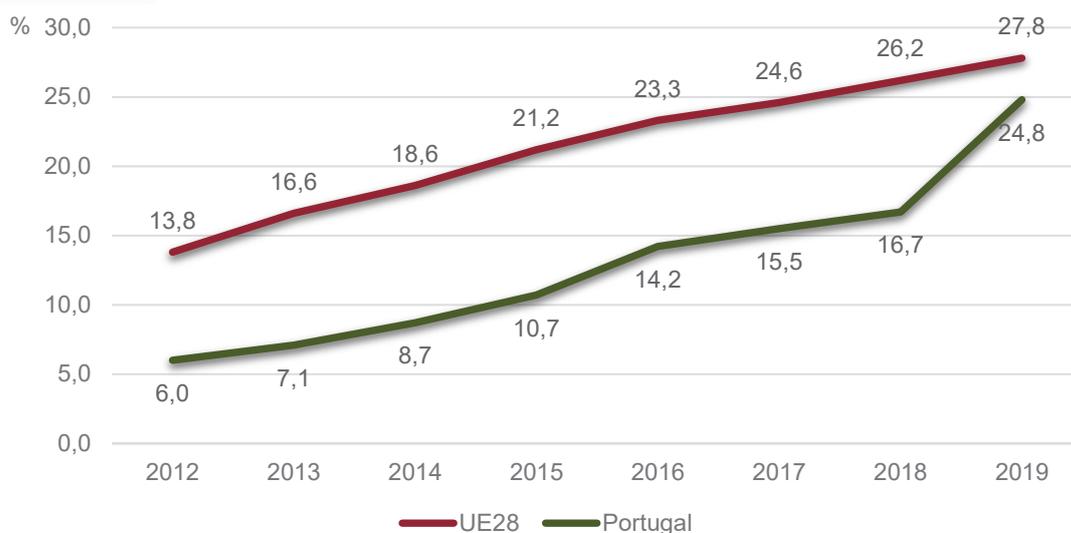
Figura 17 - Proporção de mulheres e homens empregados com cargos de chefia



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Considerando o universo das maiores empresas cotadas em Bolsa, que no caso português é um conjunto muito diminuto de empresas, a proporção é muito superior, mas, ainda assim, muito abaixo da proporção que assume no conjunto da UE.

Figura 18 - Proporção de mulheres membros do conselho de administração das empresas cotadas em Bolsa



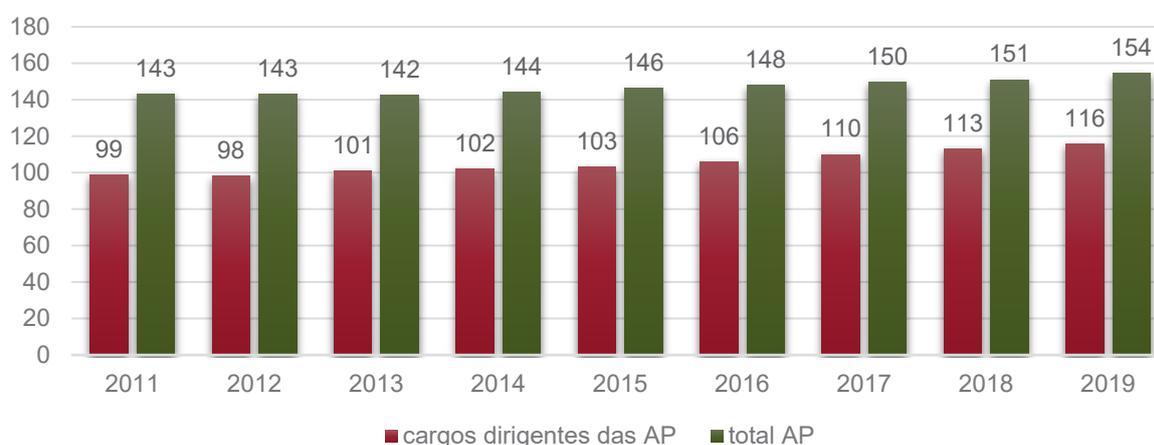
Fonte: European Institute for Gender Equality.

A presença de mulheres nos conselhos de administração das maiores empresas cotadas em bolsa, tanto na UE28, como em Portugal, tem registado uma evolução positiva, apesar de ainda ser baixa.

Em 2018, a expressiva evolução da taxa de feminização dos conselhos de administração das empresas cotadas em bolsa, em Portugal, que passou de 16,7%, em 2018, para 24,8%, em 2019, poderá refletir os ajustes realizados pelas empresas na sequência da aprovação da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, que veio estabelecer o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.

Relativamente ao setor das administrações públicas, existem mais mulheres que homens em cargos dirigentes. Contudo, dado que existem mais mulheres no total, a percentagem de mulheres em cargos dirigentes é bastante inferior à sua representatividade no total do setor (proporção de 116 mulheres para 100 homens em cargos dirigentes e 154 mulheres para 100 pessoas no total). Este indicador tem vindo a mostrar uma melhoria, dado que entre 2011 e 2019 a proporção de mulheres em cargos dirigentes aumentou mais que a proporção de mulheres no total do setor (17p.p. versus 11p.p.).

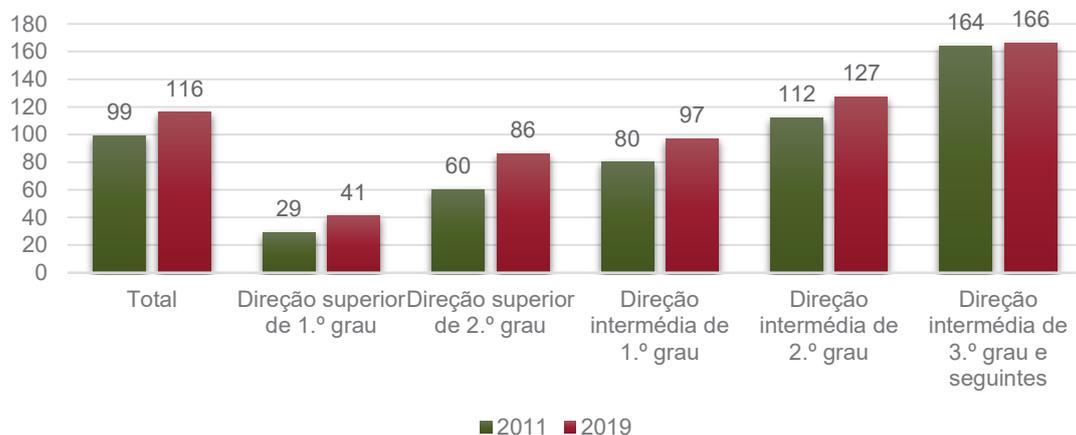
Figura 19 - Relação de feminilidade (mulheres por 100 homens) no emprego e nos dirigentes no setor das administrações públicas



Fonte: INE e DGAEP.

Numa análise transversal ao tipo de cargos, constata-se que as mulheres têm maior presença em cargos de direção intermédia de 2º grau ou inferior, sendo os homens, apesar de em menor número, que detêm os cargos de mais alto nível (direção superior e intermédia de grau 1). Comparativamente a 2011, o maior incremento verificou-se nos cargos de direção superior de 2º grau.

Figura 20 - Relação de feminilidade (mulheres por 100 homens) entre os dirigentes no setor das administrações públicas, por cargo

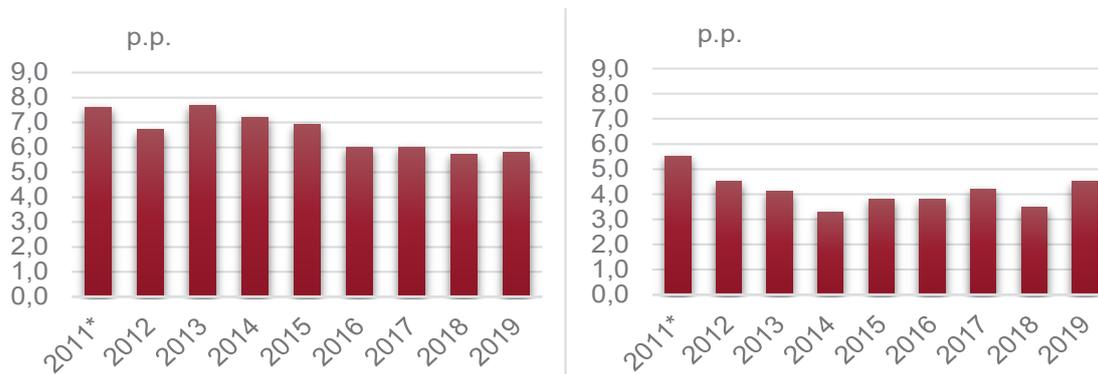


Fonte: INE.

As mulheres que constituem mais de metade da população, apresentam, em geral, um nível de escolaridade superior ao dos homens e estão representadas massivamente, há já várias décadas, no mercado de trabalho. No entanto, como mostram as quatro figuras anteriores, ainda se encontram sub-representadas nos cargos de poder e tomada de decisão (segregação vertical).

Quanto ao regime de trabalho, considera-se relevante a diferença do trabalho em tempo parcial em termos do sexo, independentemente do carácter voluntário ou não. Esta diferença poderá ser medida em relação ao emprego total ou ao emprego assalariado. A título de informação juntam-se os gráficos abaixo.

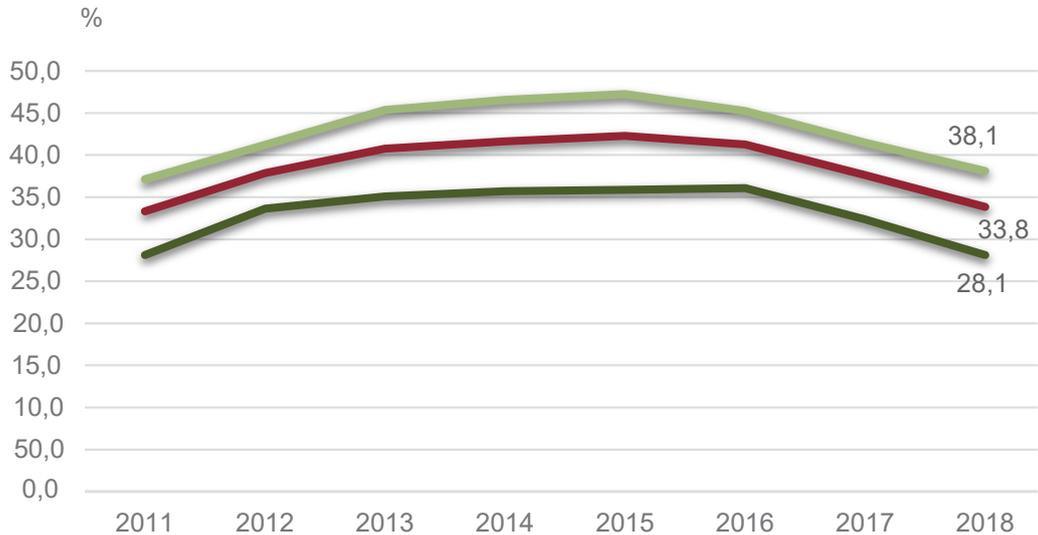
Figura 21 - Diferença na taxa de emprego a tempo parcial entre mulheres e homens nos TCO e na população empregada (p.p.)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

2.1.2.1.5 Subemprego: empregados que trabalham a tempo parcial com disponibilidade para trabalhar a tempo completo

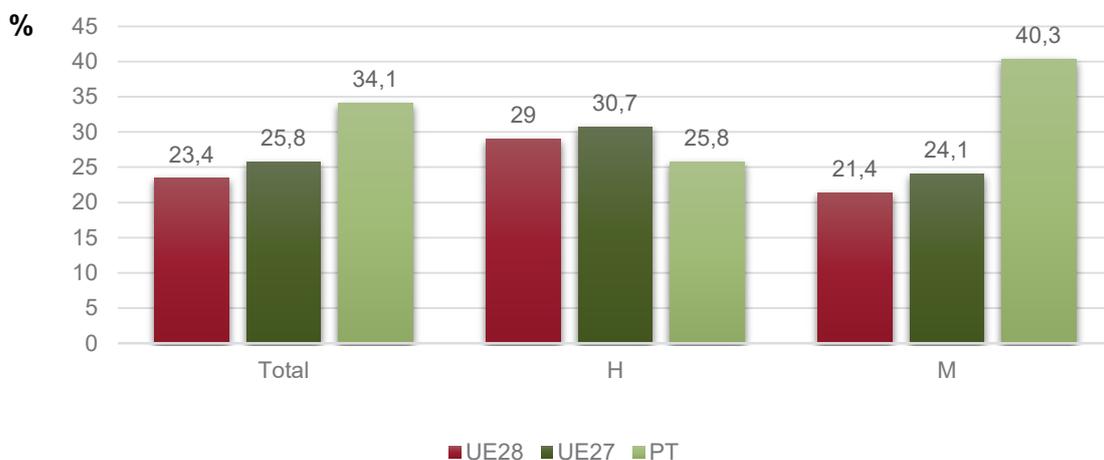
Figura 22 - Proporção do subemprego no emprego a tempo parcial por sexo



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Em Portugal, a proporção de pessoas que trabalhavam a tempo parcial foi de 33,8%, sendo de 38,1% no caso das mulheres e de 28,1% nos homens (menos 10p.p.). Isto s apesar de terem disponibilidade para trabalhar a tempo completo ignifica que, de uma forma geral, um terço dos homens e das mulheres que trabalham a tempo parcial fazem-no porque não conseguem encontrar um emprego a tempo inteiro e não por opção própria. Vários estudos têm sublinhado que a feminização desta modalidade se explica com base na persistência de representações sociais tradicionais e na assimetria na partilha de responsabilidades e tarefas domésticas e de cuidado entre mulheres e homens, perpetuando-se a ideia de que as mulheres são “naturalmente” cuidadoras, remetendo-as para o espaço doméstico, limitando as suas carreiras profissionais ao mesmo tempo que se reforça o padrão masculino de reduzida alocação de tempo destinado ao espaço doméstico.

Figura 23 - Proporção de subemprego de trabalhadores a tempo parcial, por sexo (2018)



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

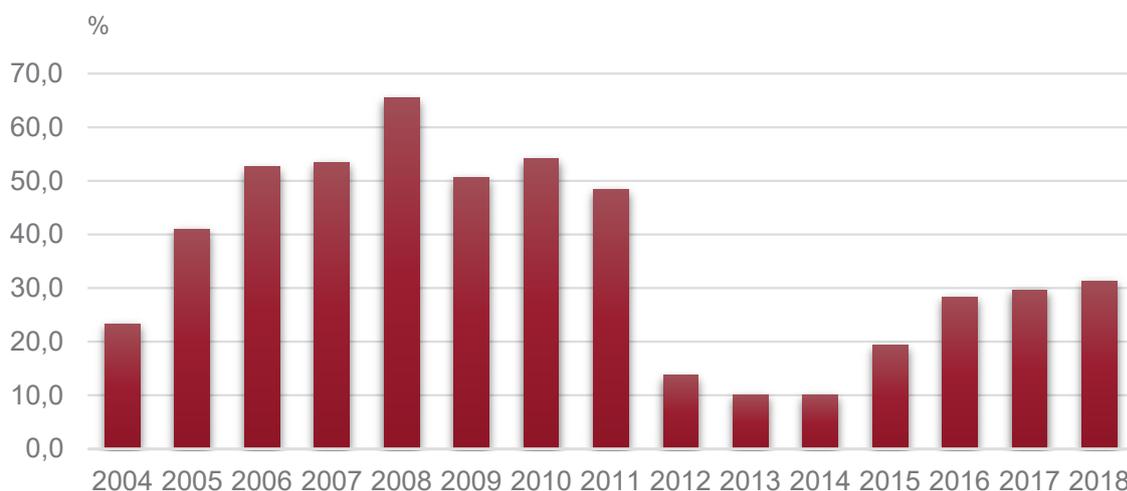
Comparando com a situação na UE, é precisamente no caso das mulheres que em Portugal a proporção de subemprego de trabalhadores a tempo parcial é muito superior, enquanto nos homens a proporção é inferior. Ao contrário do que se verifica em Portugal, na média dos países da UE existe mais subemprego de homens a tempo parcial do que mulheres, sendo a diferença tão evidente que a percentagem de mulheres nesta condição em Portugal é quase o dobro da verificada na UE28 (40,3% versus 21,4%, respetivamente).

2.1.2.1.6 Negociação coletiva

A cobertura da contratação coletiva no período 2004-2018 está indicada na figura seguinte. A cobertura é medida pela relação entre os trabalhadores abrangidos pelas convenções publicadas (Convenções Coletivas, Acordos Coletivos e Acordos de Empresa) e o total de TCO obtidos através dos Quadros de Pessoal. Em 2019 foram abrangidos 792,9 mil trabalhadores, mas não se dispõe ainda do total de TCO dos Quadros de Pessoal.

A negociação coletiva constitui um elemento-chave em termos de qualidade do emprego e tem um papel na prevenção das desigualdades “(...) *collective bargaining and workers’ voice still have a role to play in preventing inequalities in a changing world of work. To this end, collective bargaining systems need to be adapted to better balance flexibility and inclusiveness*” (OCDE, 2019).

Figura 24 - Percentagem de TCO cobertos pela contratação coletiva



Fonte: GEP, MTSSS, Quadros de Pessoal e DGERT

2.1.2.2 Desemprego e subutilização

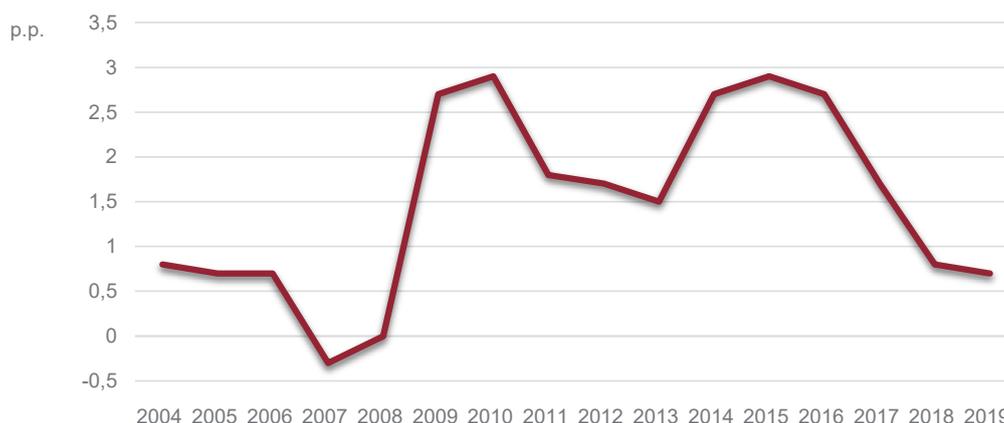
Neste ponto, a desigualdade é observada tendo em conta indicadores relativos à diferenciação social da taxa de desemprego e da subutilização do trabalho. Admite-se que as pessoas com menos escolaridade são mais vulneráveis ao desemprego. Usa-se, como medida, a diferença na taxa de desemprego dos indivíduos com maior nível de escolaridade (ensino superior) e os com menor nível de escolaridade (até ao 1.º ciclo do ensino básico).

A taxa de desemprego dos trabalhadores com o nível de escolaridade até ao 1.º ciclo do ensino básico é sempre superior à dos que têm ensino superior, com exceção de 2007. Mas a evolução da diferença no período em análise é muito irregular. Entre 2011 e 2013, quando se verificou uma quebra acentuada no crescimento económico e o emprego regrediu, a taxa de desemprego cresceu mais para os trabalhadores com ensino superior do que para os trabalhadores com nível até ao 1.º ciclo do ensino básico pelo

que a diferença diminuiu. Depois, com a retoma económica, a diferença aumentou. Mas, ao intensificar-se o crescimento económico, no período de 2017 a 2019, a diferença voltou a baixar, em resultado da expansão do emprego em sectores que exigem baixos níveis de escolaridade.

Esta evolução do diferencial da taxa de desemprego entre os níveis de escolaridade tem relação com o ciclo económico e com a especialização produtiva do país.

Figura 25 - Taxa de desemprego: diferença ensino básico (1º ciclo) – ensino superior (1º ciclo) em p.p.



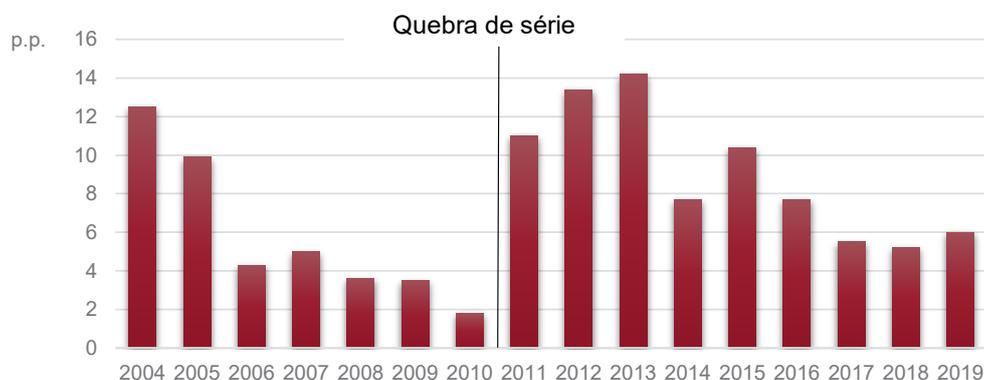
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Outra perspetiva da desigualdade social no desemprego e da subutilização do emprego refere-se à possível maior vulnerabilidade da população estrangeira, face à população nacional.

Como medida de desigualdade, utiliza-se o desvio entre a taxa de desemprego da população estrangeira (extracomunitária) e a população nacional.

A população ativa estrangeira tem, em todos os anos considerados, uma taxa de desemprego superior à verificada para a população nacional. Porém, a evolução é irregular, podendo ser distinguidos vários períodos. No período de 2004 a 2010, constata-se uma descida contínua da diferença (ver figura 26.1). A partir de 2011 (ver figura 26.2), a diferença atingiu valores mais expressivos no período de 2011 a 2015. Nos anos seguintes, a partir de 2016, a tendência foi de diminuição, pese embora o ligeiro aumento observado em 2019.

Figura 26 - Taxa de desemprego: diferença entre a população estrangeira e a população nacional, em p.p.



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

As pessoas que vivem em agregados familiares em que os adultos trabalham em média menos de 20% do tempo de trabalho possível (intensidade laboral per capita muito reduzida) têm uma posição mais desfavorável na sociedade. A baixa intensidade laboral tem implicações em termos de emprego, precariedade, rendimento e exposição à pobreza e à exclusão social. Aponte-se, em particular, que a população considerada em risco de pobreza ou exclusão social⁶ abrange os indivíduos em risco de pobreza ou que vivem em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material severa.

O indicador escolhido mede a proporção da população com menos de 60 anos a residir em agregados domésticos privados com intensidade laboral per capita muito reduzida, ou seja, a proporção de pessoas com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos dos 18 aos 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

A evolução do indicador mostra dois períodos distintos. A população afetada aumentou até 2012, ano em que atinge 12,2% do total, estabiliza em 2013, e desce nos anos seguintes, sendo de 6,2% em 2018. Não obstante, o valor de 2018, é superior ao verificado em 2004 (6%).

Figura 27 - Intensidade laboral per capita muito reduzida (Europa 2020) (%)



Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento.

Em termos regionais, observam-se fortes disparidades: a Região Autónoma dos Açores apresentou, em 2018, uma proporção de quase o dobro da média nacional (11,9% face a 6,2%) e na Região Autónoma da Madeira o valor é também claramente acima da média (9,4%); o Centro é a região onde o indicador é mais baixo (5,0%).

O desemprego constitui uma fonte de desigualdade social. No entanto, a taxa de desemprego não permite por si só dar indicação de realidades equivalentes ou próximas do desemprego. Esta constatação levou a considerar um conceito que integra o desemprego no conjunto mais amplo de subutilização do trabalho. A subutilização compreende, para além do desemprego, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas temporariamente não disponíveis e os inativos disponíveis para trabalhar que não procuram emprego. As duas principais categorias são o subemprego de trabalhadores a tempo parcial e os inativos disponíveis que não procuram emprego.

⁶ Estratégia Europa 2020.

A evolução da taxa de subutilização do trabalho mostra uma tendência de aumento no período de 2004 a 2013, com o aumento do ritmo de crescimento entre 2011 e 2014, seguida, a partir de então, pela inversão da tendência. A taxa mais que duplicou durante a recessão económica (entre 2009 e 2013). Em 2013, uma em cada quatro pessoas encontrava-se numa das quatro situação condições de subutilização do trabalho.

Figura 28 - Taxa de subutilização do trabalho



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Em termos de composição social, observa-se que a subutilização afeta mais os trabalhadores com baixa escolaridade. A diferença entre as taxas de subutilização do trabalho da população (em idade ativa) com escolaridade ao nível de ensino superior e da população com escolaridade ao nível do ensino básico (até ao 3.º ciclo) manteve-se significativa ao longo do período, mas com tendência de diminuição desde 2015. Em 2019, a taxa de subutilização do trabalho da população com escolaridade até ao ensino básico foi de 12,7% (690 mil pessoas).

Este indicador indica uma maior incidência para as mulheres (que em 2019, foi de 14,8% face a 10,6% para os homens), o que resulta, sobretudo, da sua maior proporção no subemprego a tempo parcial.

Figura 29 - Taxa de subutilização do trabalho por escolaridade



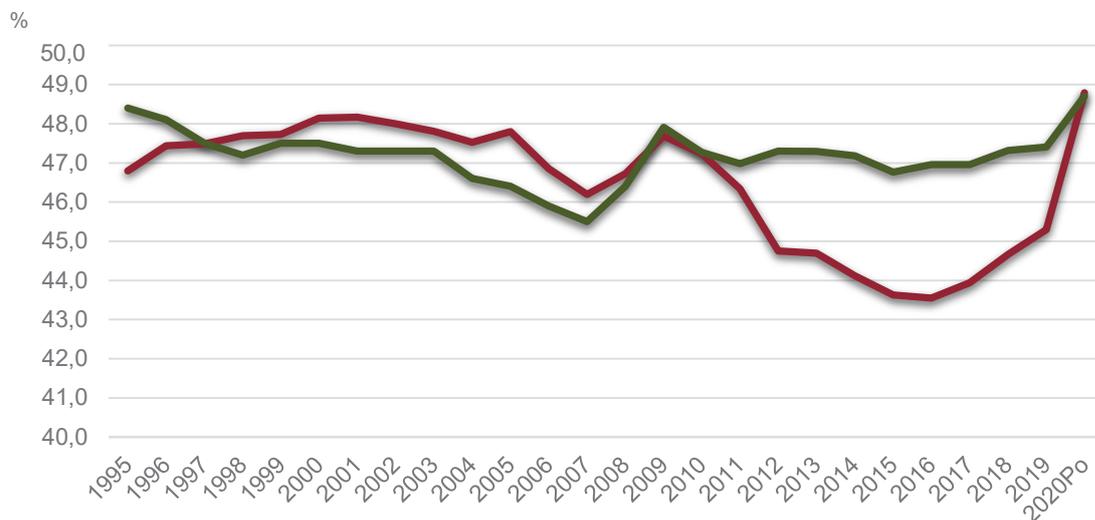
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

2.1.2.3 Rendimentos do trabalho

A parte salarial tem vindo a ganhar relevância no debate económico e social nos últimos anos devido à confluência de várias razões: evolução de longo prazo com tendência para a sua diminuição; maior sensibilidade para a magnitude das desigualdades; visão abrangente das desigualdades abrangendo a distribuição funcional e pessoal do rendimento; associação entre parte salarial e distribuição pessoal do rendimento.

A parte salarial é medida pela proporção dos salários (dos trabalhadores por conta de outrem), excluindo contribuições sociais, pagas por estes, no PIB. A evolução mostra uma tendência de declínio com recuperação a partir de 2016. O ano de 2020, em consequência da quebra abrupta do PIB, levou a um aumento do rácio e a uma aproximação à média da UE. É ainda cedo para avaliar o impacto da crise associada à pandemia COVID-19 na distribuição funcional do rendimento.

Figura 30 - Percentagem dos salários no PIB

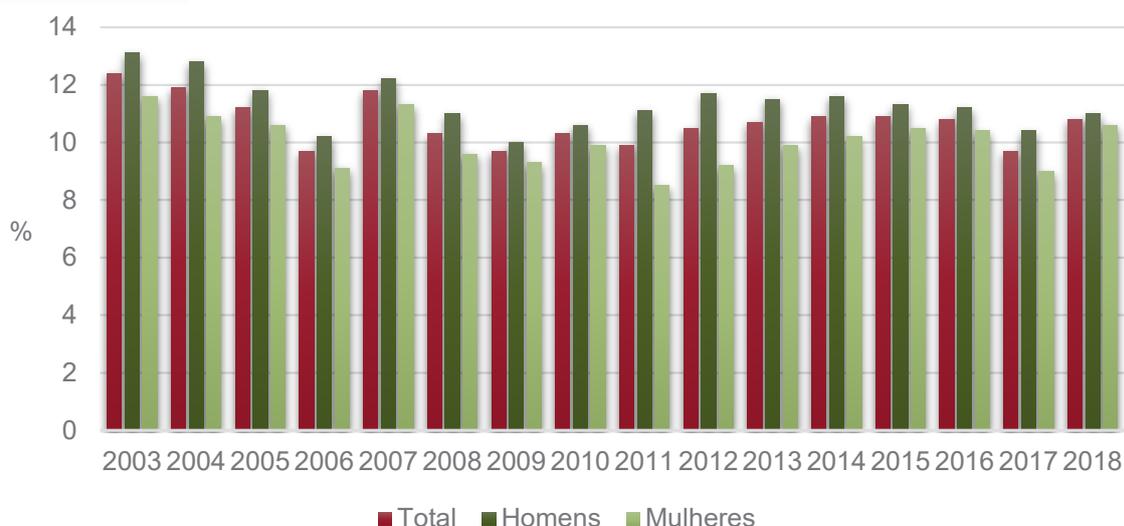


Fonte: INE, Contas Nacionais.

2.1.2.3.1 Taxa de pobreza da população empregada

O emprego tem um papel essencial na redução da desigualdade, pelo que a existência de trabalhadores pobres põe em causa essa relação. A taxa de risco de pobreza para a população empregada entre 2010 e 2018 mostra, uma estabilização em torno de um valor médio de 10,5%. Em 2018, esta taxa situa-se acima da média da zona euro (10,8%, que compara com 9,2%).

Figura 31 - Taxa de risco de pobreza para a população empregada, por sexo



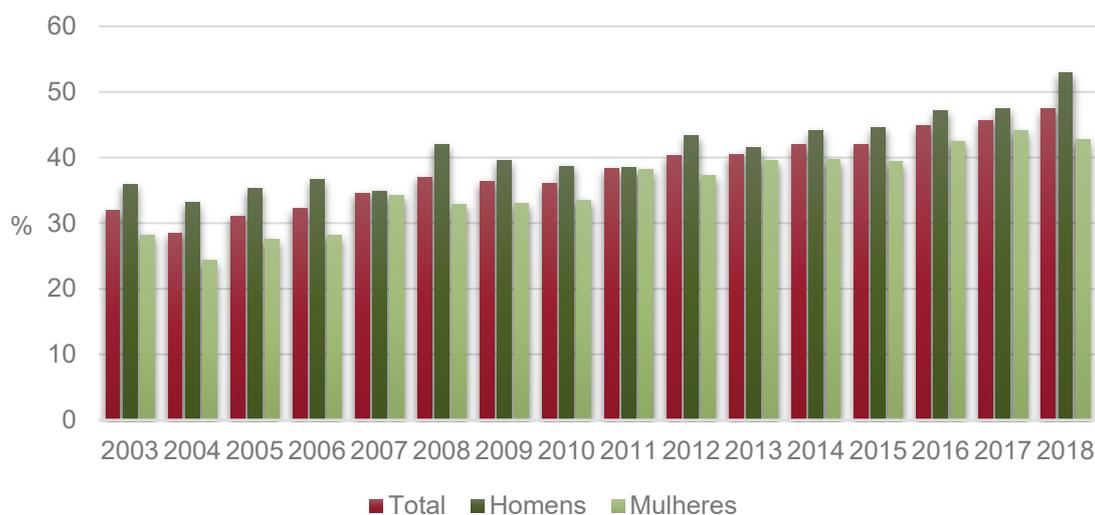
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

Este indicador permite concluir que ter um emprego não é muitas vezes uma condição suficiente para evitar uma situação de pobreza.

2.1.2.3.2 Taxa de pobreza da população desempregada

A série relativa à taxa de risco de pobreza dos desempregados evidencia uma tendência clara de aumento, mais de 10 pontos percentuais entre 2008 (37,0%) e 2018 (47,5%). O risco de pobreza é tendencialmente mais elevado para os homens, sendo que mais de metade destes desempregados se encontram em risco de pobreza em 2018.

Figura 32 - Taxa de risco de pobreza para a população desempregada, por sexo

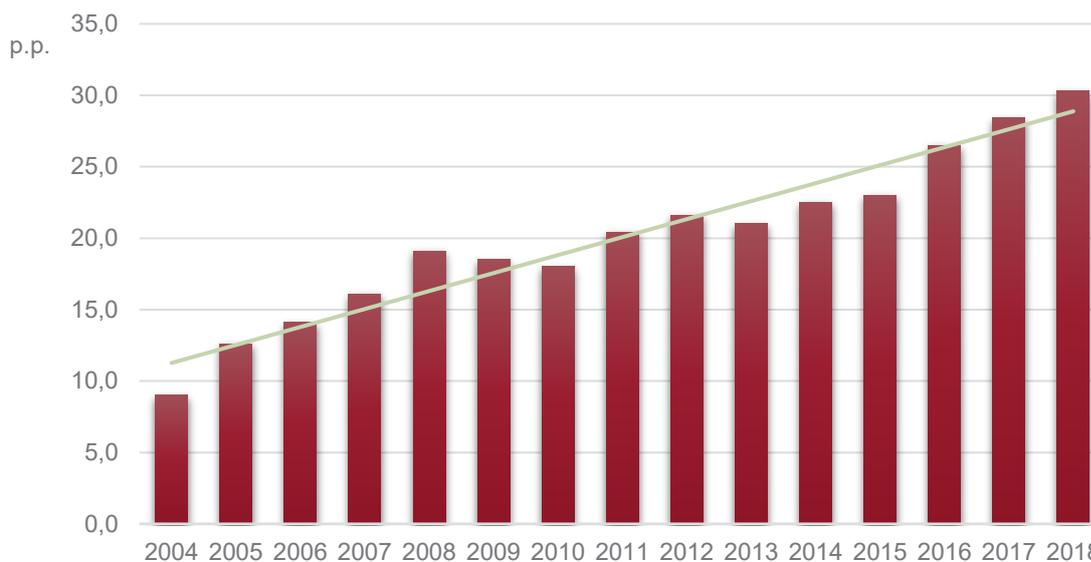


Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

2.1.2.3.3 Desigualdade social dos desempregados

A desigualdade social dos desempregados é medida tendo como referência a diferença do risco de pobreza em relação ao total da população (expressa em pontos percentuais). Esta diferença entre as taxas de risco de pobreza tem sido crescente ao longo do período, tendo passado de 18,0 p.p. em 2010 para 30,3 p.p. em 2018. Tendo em conta que, em 2018, a taxa de risco de pobreza na população total é inferior a 20%, uma pessoa desempregada tem mais de o dobro da probabilidade de se encontrar nesta situação.

Figura 33 - Desigualdade social da população desempregada



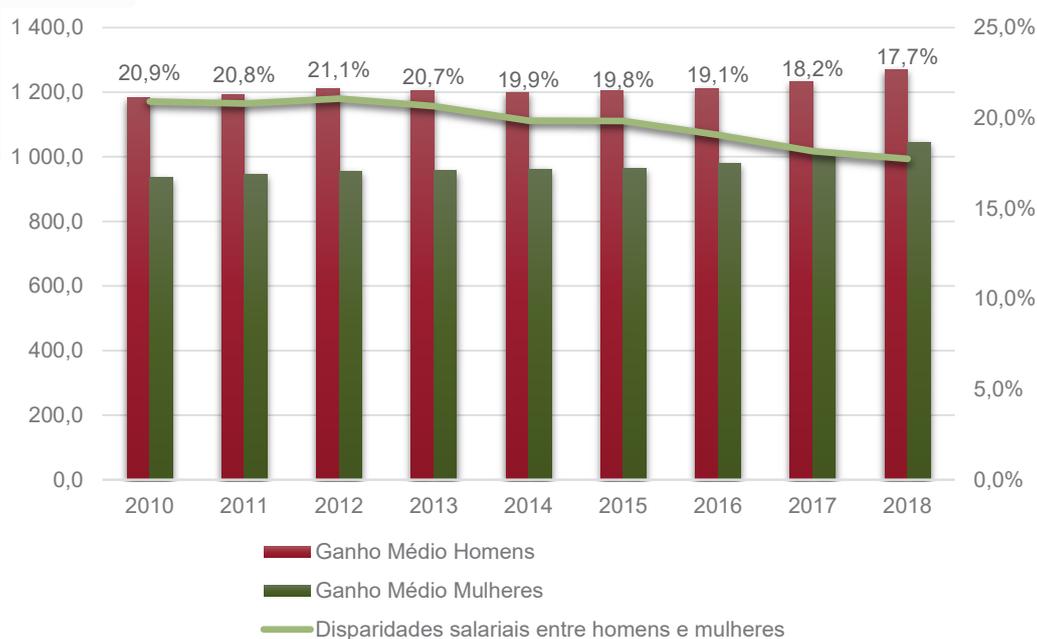
Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

2.1.2.3.4 Disparidades salariais (Ganho)

A igualdade salarial em Portugal tem vindo a crescer gradualmente. No entanto, as mulheres continuam a ganhar menos do que os homens. As causas para as disparidades salariais entre homens e mulheres são múltiplas, complexas e muitas vezes interligadas, tais como as qualificações escolares e profissionais, a ocupação profissional, o setor de atividade, as interrupções na carreira, a dimensão da empresa onde se trabalha, bem como o tipo de contrato de trabalho e a duração do trabalho.

Os dados estatísticos relativos à diferença salarial entre os homens e as mulheres têm por base os apuramentos estatísticos dos Quadros de Pessoal, em que a diferença salarial entre homens e mulheres foi analisada relativamente ao ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem com remuneração completa e horário completo.

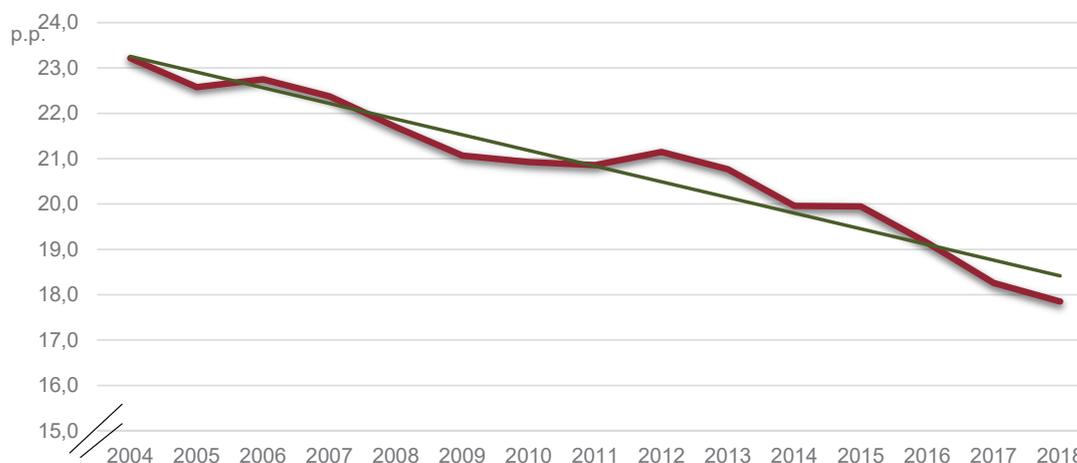
Figura 34 - Disparidades salariais entre homens e mulheres em Portugal, 2010- 2018



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal.

Nota: Os dados dos Quadros de Pessoal não abrangem a Administração Pública.

Figura 35 - Desvio salarial entre homens e mulheres



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal.

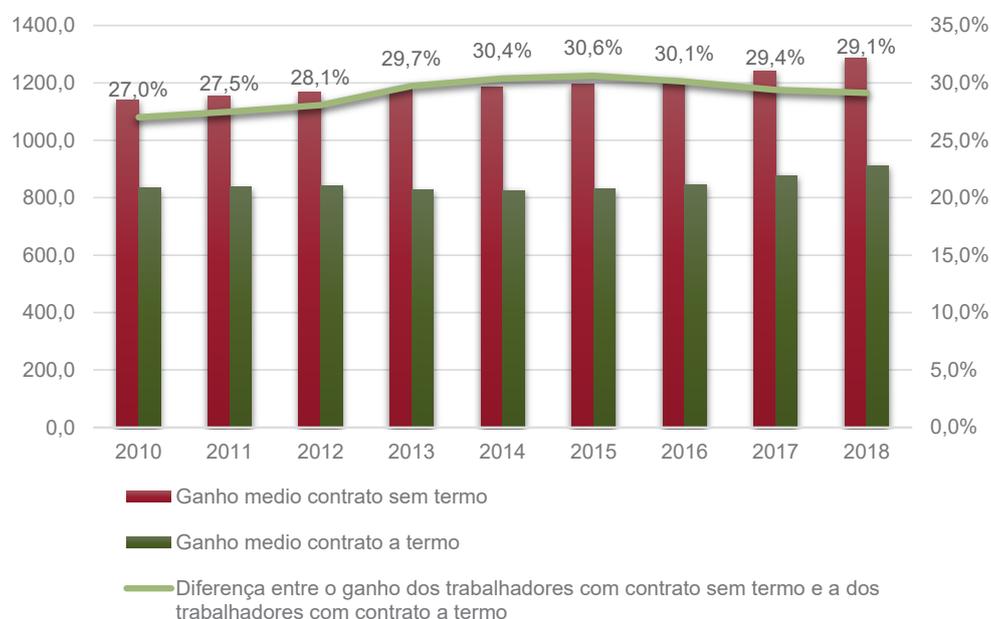
Nota: Os dados dos Quadros de Pessoal não abrangem a Administração Pública.

De acordo com os dados observados, em 2018, a diferença salarial entre homens e mulheres persiste, em desfavor das mulheres, sendo de 17,7%.

A análise da evolução anual dos valores da diferença de ganho das mulheres em relação ao dos homens confirma uma tendência para a redução deste diferencial nos últimos anos, com uma diminuição de 0,4 p.p. entre 2017 e 2018 e de 2,9 p.p. entre 2013 e 2018.

Quanto ao ganho médio dos trabalhadores com contrato sem termo e a dos trabalhadores com contrato a termo, existe uma diferença bastante significativa. Em 2018, os trabalhadores com contrato a termo auferiam um salário 29,1% mais baixo, tendo esta diferença aumentado face a 2010.

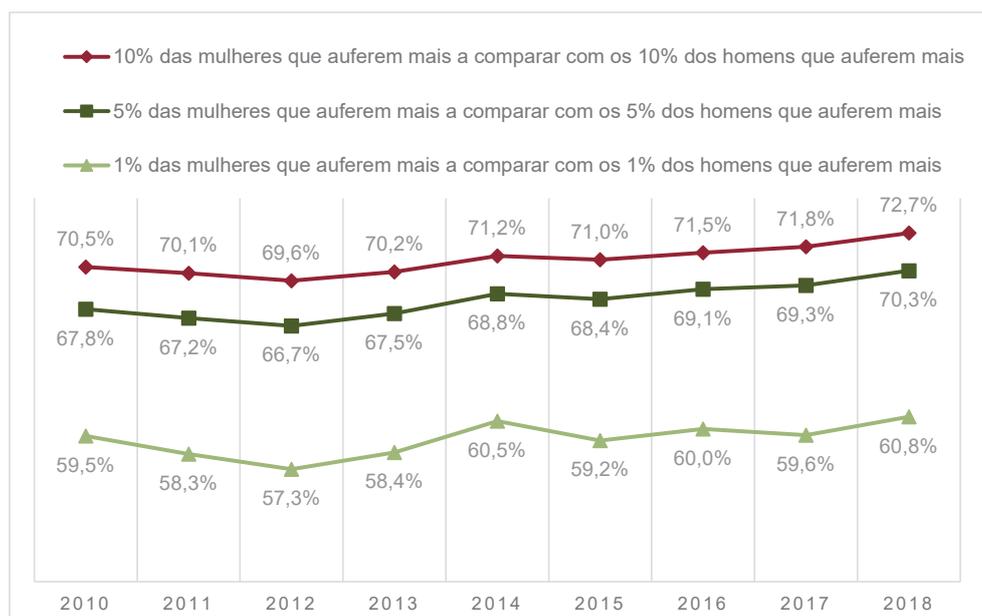
Figura 36 - Diferença entre a remuneração de base dos trabalhadores com contrato sem termo e a dos trabalhadores com contrato a termo, 2010-2018.



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

A figura seguinte permite observar que quanto mais o grupo se posiciona no extremo da distribuição dos ganhos salariais, maior é a desproporção entre os salários dos homens e o das mulheres. Em 2018, nos 10% mais bem pagos (9º decil), o ganho médio das mulheres era 72,7% do ganho médio dos homens no mesmo decil, já no grupo dos 1% mais bem pagos o ganho médio das mulheres era 60,8% do ganho médio dos homens nesse percentil (cerca de 39 p.p. menos do que os homens).

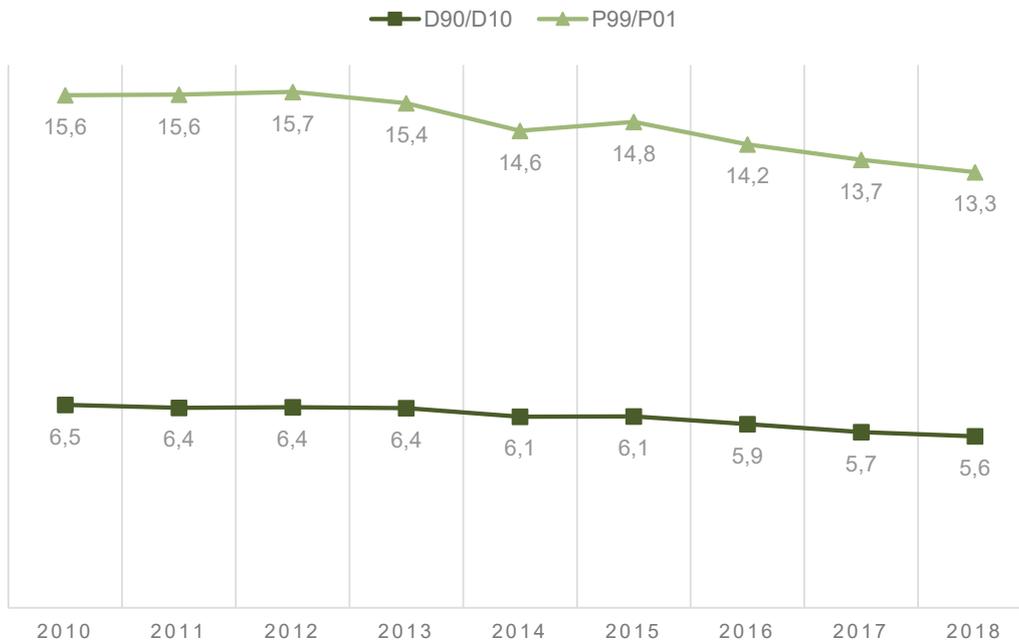
Figura 37 - Ganho médio das mulheres face ao dos homens (homens=100), 2010-2018



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal.

Os índices apresentados na figura seguinte indicam a distância entre as proporções dos ganhos auferidos pelos diferentes percentis da distribuição do ganho. O índice S90/S10 mostra que os ganhos auferidos pelos 10% de trabalhadores com maiores salários era, em 2010, cerca de 6,5 vezes superior aos dos trabalhadores situados no primeiro decil, enquanto em 2018 esta diferença diminuiu para 5,6. Da mesma forma, os 1% com maior ganho auferiam, em 2010, 15,6 vezes mais que os do primeiro percentil, enquanto em 2018 essa diferença diminuiu para 13,3.

Figura 38 - Desigualdade do ganho, 2010-2018



Fonte: GEP/MTSSS (Quadros de Pessoal).

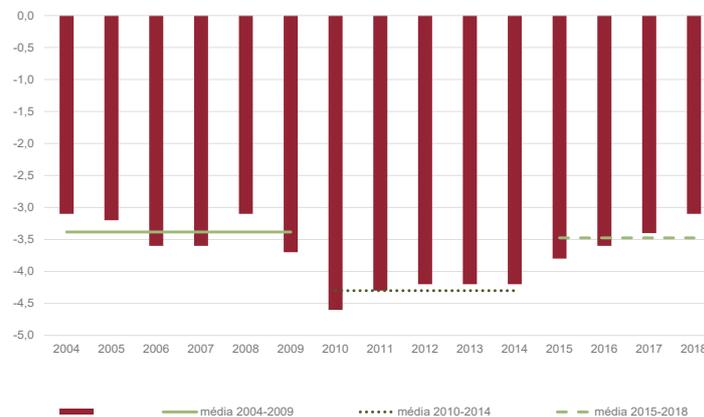
2.1.2.4 Proteção social

2.1.2.4.1 Impacto das transferências sociais (excluindo pensões) no coeficiente de Gini

Este indicador é obtido pela diferença entre o coeficiente de Gini após pensões mas antes de outras transferências sociais, que designaremos, coeficiente de Gini antes de transferências sociais, e o coeficiente de Gini após transferências sociais⁷.

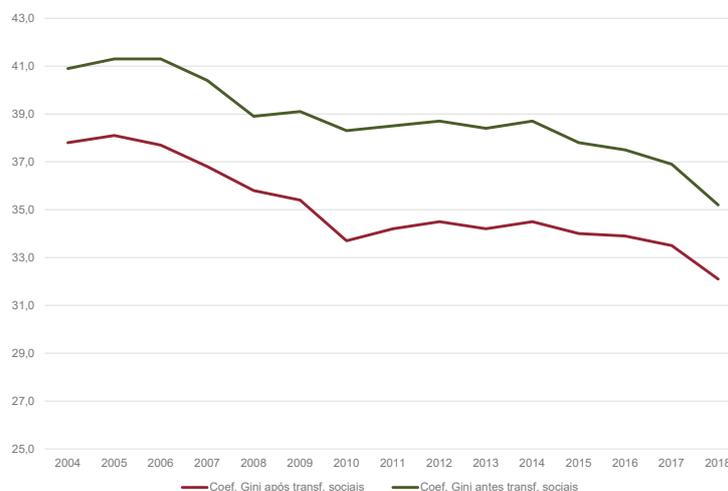
As transferências sociais excluindo as pensões têm um papel na redução das desigualdades sociais de acordo com os dados. A diferença entre o coeficiente de Gini antes e após transferências sociais (para além das pensões) manteve-se inalterada entre 2004 e 2018 (ano de inquérito), ainda que nos anos intermédios tenham existido oscilações. Assim, identificam-se 3 períodos: de 2004 a 2009 (com uma média de 3,4p.p.), de 2010 a 2014 (média de 4,3p.p.) e de 2015 a 2018 (média de 3,5p.p.). Esta evolução resulta da melhoria do coeficiente de Gini antes de transferências sociais (que passa de 40,9% em 2004 para 35,2% em 2018).

Figura 39 - Diferença entre o coeficiente de Gini antes e após transferências sociais (p.p)



Fonte: Eurostat.

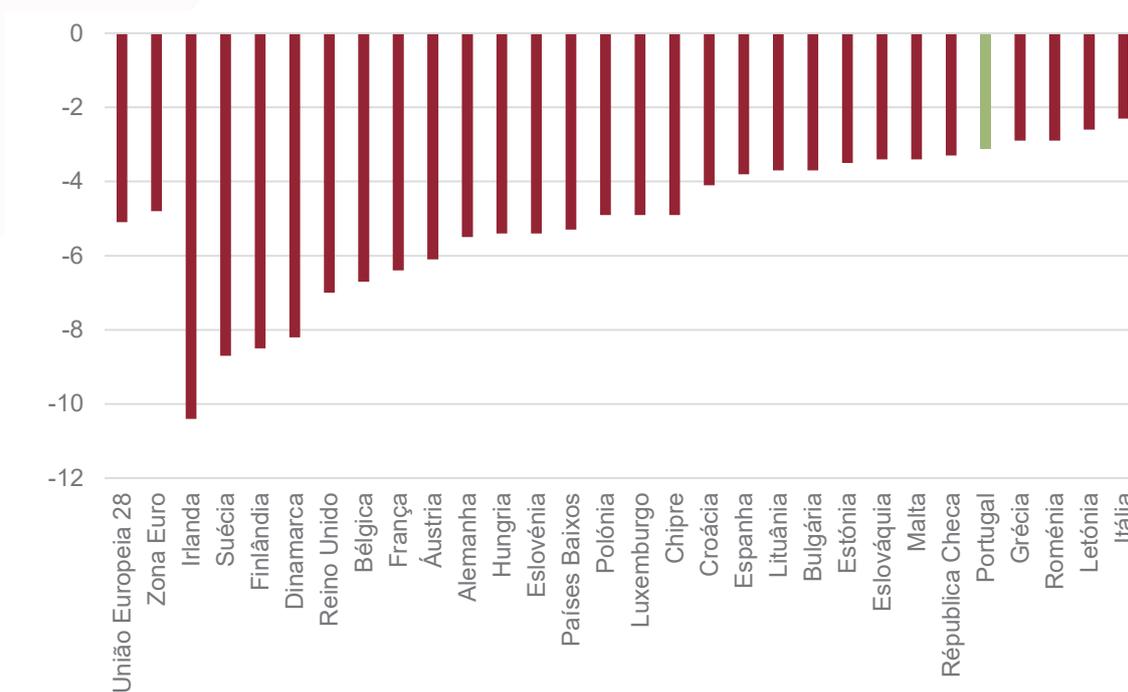
Figura 40 - Evolução dos coeficientes de Gini antes e após transferências sociais (%)



Fonte: Eurostat.

⁷ O indicador foi obtido a partir da diferença dos coeficientes de Gini dados pelos códigos ilc_di12 e ilc_di12c. Este indicador está diretamente associado a transferências relacionadas a situações de desproteção social e mede o seu impacto redistributivo.

Figura 41 - Diferença entre o coeficiente de Gini antes e após transferências sociais 2018- Comparação com a UE28 (p.p.)



Fonte: Eurostat.

Nota: Ano de inquérito.

De acordo com os resultados do inquérito de 2018, Portugal, em comparação com os seus pares da União Europeia (UE28) apresenta-se como um país onde as transferências sociais excluindo pensões têm menor efeito na diminuição das desigualdades sociais: o diferencial é inferior em cerca de um terço à média da UE e área do euro e apresenta o quarto menor diferencial.

2.1.2.4.2 Desemprego

A taxa de cobertura⁸ das prestações de desemprego⁹ apresenta valores que se situam entre os 40% e os 70% no período em análise. As alterações legislativas de 2010 e 2013¹⁰ condicionaram o acesso às prestações de desemprego com impacto direto no número de beneficiários. O rácio de benefício¹¹ do subsídio de desemprego, nos últimos dez anos, tem apresentado valores entre 40% e 50%, com exceção do ano de 2011 em que as regras de determinação da condição de recurso na qual se baseava a atribuição do subsídio social de desemprego foram alteradas.

8 A taxa de cobertura foi obtida pelo rácio entre o número de beneficiários de prestações de desemprego da Segurança Social (SS/MTSSS) e a população desempregada de acordo com o Inquérito ao emprego (INE).

9 Inclui beneficiárias/os de subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego inicial e subsequente, prolongamento de subsídio social de desemprego e medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração.

10 Decretos-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho e n.º 13/2013, de 25 de janeiro.

11 O rácio de benefício foi obtido entre a despesa média mensal com o subsídio de desemprego (INE) e o salário médio por trabalhador (base de 12 meses) das contas nacionais (EUROSTAT).

Figura 42 - Taxa de cobertura das prestações de desemprego em dezembro de cada ano (%)

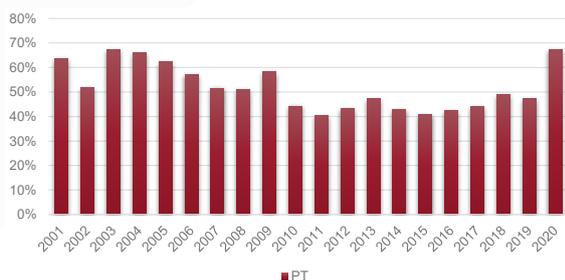
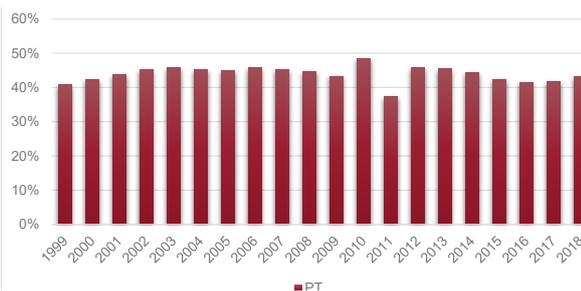


Figura 43 - Rácio de benefício das prestações de desemprego (%)

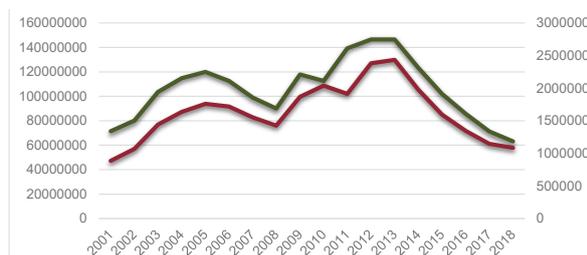


Fonte: INE e SS/MTSSS.

Figura 44 - Valor processado e salário médio dia (euros)



Figura 45 - Número de dias processados e despesa (euros)



Fonte: INE e Eurostat.

2.1.2.4.3 Parentalidade

Em 2009, o regime de proteção social na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção foi alterado¹², reforçando os direitos do pai por nascimento de filho, possibilitou o prolongamento da licença parental inicial por mais seis meses e alargou a cobertura para os trabalhadores independentes. Na sequência desta alteração, a taxa de cobertura¹³ da licença parental¹⁴ passou a registar valores perto de 100%¹⁵ no caso das mulheres e de 70% no caso dos homens, significando que na maioria dos casos os dois progenitores beneficiam da licença. No caso particular dos homens, é de salientar que ao longo do tempo tem vindo a aumentar a taxa de cobertura. Relativamente ao rácio de benefício¹⁶, os valores são acima dos 60%¹⁷, ainda que nos últimos anos tenham vindo a diminuir em resultado do aumento médio do salário.

Figura 46 - Taxa de cobertura da licença parental inicial, por sexo (%)

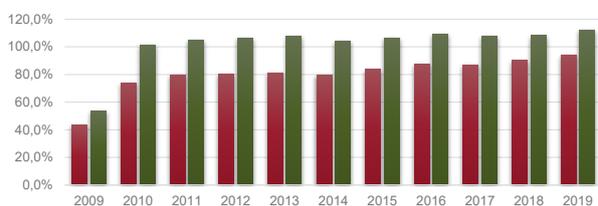
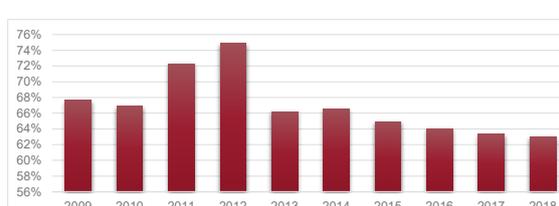


Figura 47 - Rácio de benefício da licença parental inicial (%)



Fonte: INE e SS/MTSSS.

12 Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril.

13 A taxa de cobertura foi obtida pelo rácio entre o número de beneficiários da licença parental inicial (regimes contributivo e não contributivo) e o número de nados vivos (INE).

14 Inclui Subsídio Parental Inicial, Subsídio Parental Alargado, Subsídio Social Parental Inicial.

15 Taxas acima de 100% podem estar relacionada com o facto de haver beneficiários que tenham lançamentos em mais do que um centro distrital no ano.

16 O rácio de benefício da licença parental foi obtido entre a despesa média diária (INE) e o salário médio por trabalhador (base de 12 meses) das contas nacionais (EUROSTAT).

17 O montante diário atribuído varia entre 100% e 80% da remuneração de referência, que não inclui os subsídios de férias e Natal.

Figura 48 - Beneficiários da licença parental inicial e nados vivos

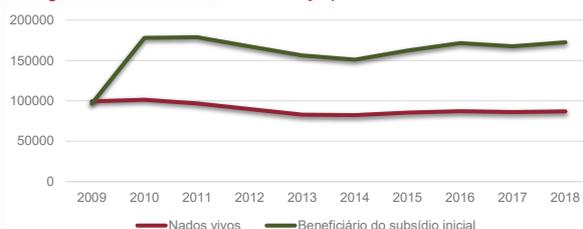


Figura 49 - Despesa por dia e salário médio diário (euros)



Fonte: INE e Eurostat.

2.1.2.4.4 Pensão de velhice

A taxa de cobertura¹⁸ das pensões de velhice¹⁹ manteve-se mais ou menos estável em torno de 86% no período 2006-2012. A partir de 2013²⁰, a taxa de cobertura das pensões tem vindo a diminuir, consequência direta da alteração da idade normal de acesso à pensão de velhice, que passou a variar em função da evolução da esperança de vida aos 65 anos.

Figura 50 - Taxa de cobertura da pensão de velhice (%)

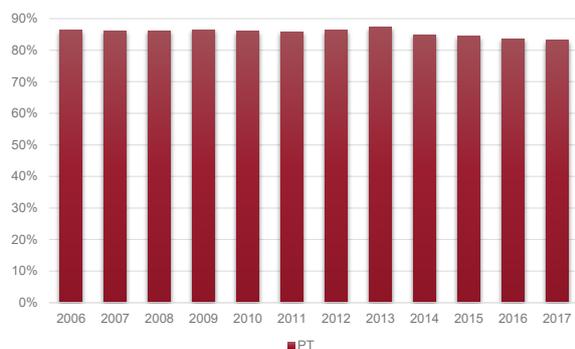
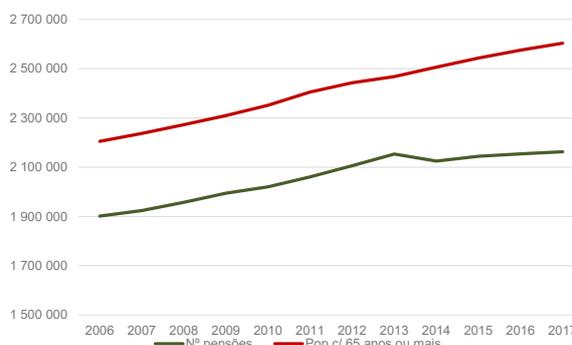


Figura 51 - Número de pensões de velhice e população com 65 ou mais anos



Fonte: Eurostat.

O rácio de benefício das pensões de velhice aumentou entre 2006 e 2014, em consequência dum crescimento mais acentuado da pensão média no período. A partir de 2014, o rácio de benefício diminuiu, dado que as remunerações médias apresentam um crescimento superior ao das pensões²¹, apesar das atualizações extraordinárias das pensões mais baixas.

Figura 52 - Rácio de benefício da pensão de velhice (%)

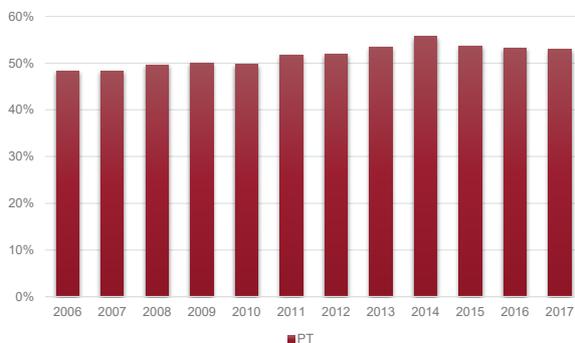
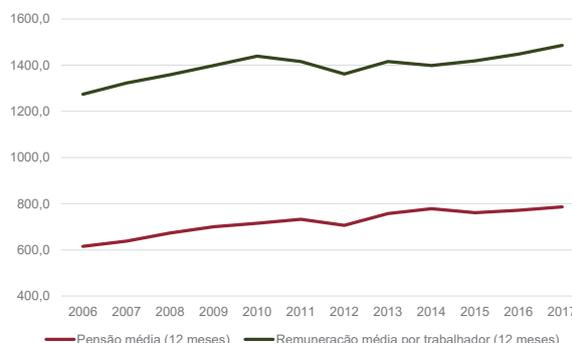


Figura 53 - Pensão e remuneração média (euros)



Fonte: Eurostat.

18 A taxa de cobertura foi obtida pelo rácio entre o nº beneficiários da pensão de velhice e a população com 65 anos ou mais (EUROSTAT).

19 O rácio de benefício das pensões de velhice foi obtido a partir da despesa média (despesa com pensões de velhice a dividir pelo número de pensionistas de velhice (INE)) e o salário médio por trabalhador (base de 12 meses) das contas nacionais (EUROSTAT).

20 Em 2013, o aumento do número de pensões é justificado pela previsível alteração dos parâmetros do sistema, como a determinação da idade normal de reforma em função da variação da esperança de vida aos 65 anos.

21 A atualização das pensões depende do valor da pensão, do crescimento do PIB e da inflação.

Comparativamente com os restantes países da UE, em 2017, Portugal posiciona-se em décimo lugar no ranking dos países com a menor taxa de cobertura das pensões de velhice, facto que poderá estar relacionado com a idade normal de reforma ser superior aos 65 anos (66 anos e 3 meses), e no sétimo lugar dos países com maior rácio de benefício das pensões de velhice.

Figura 54 - Taxa de cobertura da pensão de velhice na UE – 2017 (%)

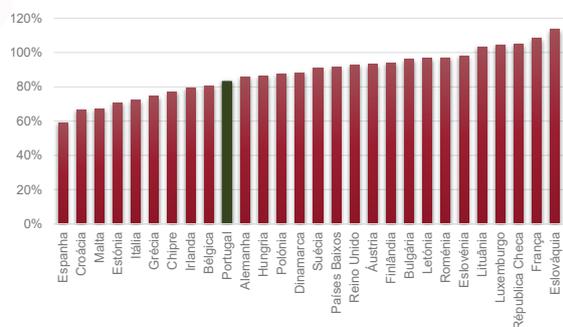
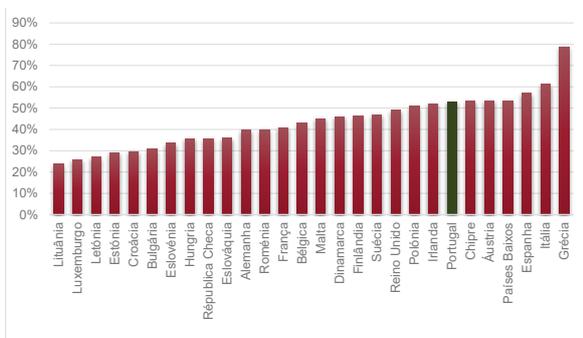


Figura 55 - Rácio de benefício da pensão de velhice na UE – 2017 (%)



Fonte: Eurostat.

2.1.2.4.1 Disparidades de género do rendimento das pessoas idosas

Para aferir a disparidade do rendimento das pessoas idosas utilizou-se como indicador a percentagem da diferença entre a média do rendimento anual médio equivalente das mulheres e dos homens na média de rendimento anual médio equivalente dos homens para a população total e para as pessoas c/ 65 ou mais anos²².

A conjugação destes dois indicadores mostra que as mulheres em média têm rendimentos inferiores aos dos homens, situação que se agrava em idades mais avançadas (65 anos ou mais), ainda que essa diferença seja atenuada pelo diferencial existente entre a pensão de sobrevivência de ambos os sexos.

Figura 56 - Diferença entre o rendimento anual dos homens e mulheres total e com 65 anos ou mais (p.p.)

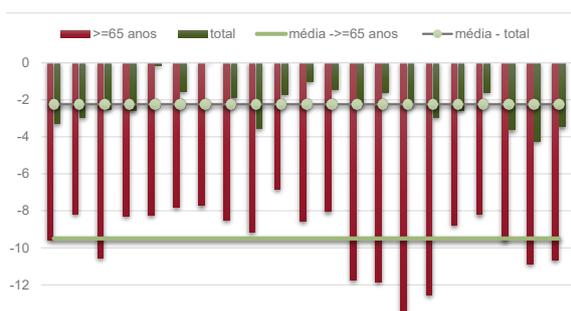
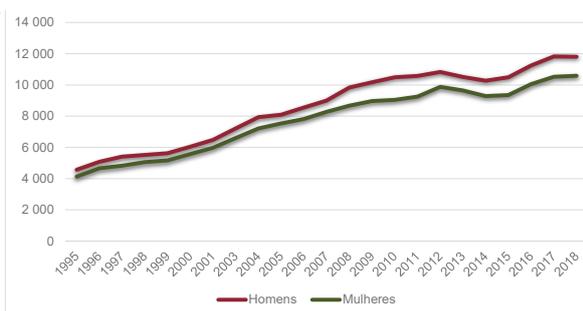


Figura 57 - Rendimento anual médio equivalente dos homens e mulheres com 65 anos ou mais (euros)

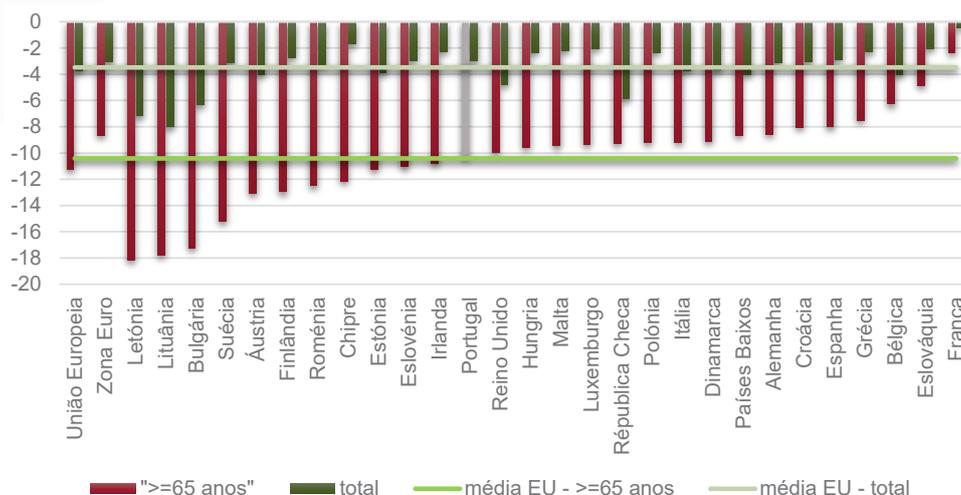


Fonte: Eurostat.

Em comparação com os restantes países da UE, em 2018 Portugal apresentava um diferencial entre géneros inferior à média da UE para a população total, mas superior para a população com 65 anos ou mais.

²² O indicador foi obtido pela diferença entre o rendimento anual médio equivalente em euros das mulheres face ao dos homens (dado pela diferença dos dados obtidos pelos códigos ilc_di03) a dividir pelo rendimento anual médio equivalente dos homens (EUROSTAT). No cômputo do rendimento são considerados os rendimentos do trabalho, de capital, as transferências entre famílias e as transferências sociais (incluindo pensões).

Figura 58 - Diferença entre o rendimento dos homens e das mulheres com 65 anos ou mais – 2018 - Comparação com a UE



Fonte: Eurostat.

2.1.3 Proposta de novos indicadores e/ou fontes

As dimensões e os indicadores (e mesmo as fontes) selecionados, no âmbito deste trabalho, não esgotam os campos passíveis de serem explorados na análise da relação entre trabalho, emprego, desemprego e os rendimentos do trabalho e as desigualdades sociais. Assim, parece pertinente incluir uma reflexão relativamente a outras dimensões/indicadores que poderiam ser explorados no futuro, com vista a complementar e aprofundar esta análise. Entre essas dimensões/indicadores refere-se:

Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico e em prestação de cuidados não pagos - Os estudos feitos, tanto a nível internacional como a nível nacional²³ apontam para assimetrias significativas entre mulheres e homens ao nível da partilha das tarefas domésticas e do trabalho de cuidado nas famílias, que continua a recair maioritariamente sobre as mulheres.

Mudanças tecnológicas - As novas tecnologias apresentam um potencial para alterar a natureza do processo de produção e aumentar a produtividade e o crescimento, mas também estão a alterar, de forma significativa, o mercado de trabalho, colocando alguns desafios importantes. Um dos desafios relaciona-se com os efeitos das mudanças tecnológicas nos grupos mais vulneráveis e às maiores dificuldades de adaptação que terão no mercado de trabalho. É esse o caso do *gap* na área digital entre mulheres e homens, entre indivíduos de escalões etários mais elevados e indivíduos mais jovens, o *gap* entre ativos com mais e com menos escolaridade, com mais e com menos qualificações, em profissões passíveis de execuções mais ou menos automatizáveis, entre outros. A maior vulnerabilidade, não só ao nível do mercado de trabalho, mas também ao nível educacional, o que na prática se traduz em lacunas na inovação e no futuro de toda a economia digital e do conhecimento, já que a influência do setor digital é generalizada a todos os aspetos da vida. O Fundo Monetário Internacional no relatório *Gender, Technology and the Future of Work* (FMI, 2018) refere que no estado atual da tecnologia, 10% da força de trabalho masculina e feminina (54 milhões de trabalhadores e trabalhadoras) em 30 países

²³ A nível internacional, os usos do tempo têm constituído um domínio de inquirição estatística e de investigação com uma tradição longa e consolidada, nalguns casos com mais de um século. Em Portugal, apenas nas décadas de 1980 e 1990 uma perspetiva de análise da ocupação do tempo começou a ser incluída em alguns estudos sobre a partilha das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças. Alguns desses estudos eram de carácter académico e, na sua maior parte, tinham um âmbito de aplicação limitado, nomeadamente em termos territoriais; outros foram de iniciativa pública e desenvolvidos no âmbito da (então) Direcção-Geral da Família. O último estudo realizado nesta área - INUT - Inquérito Nacional aos Usos do Tempo de Homens e de Mulheres (2014-2016), foi levado a cabo por uma equipa do CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social em parceria com a CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, tendo contado com o financiamento do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, EEA Grants, Área de Programa PT07 - Integração da Igualdade de Género e Promoção do Equilíbrio entre o Trabalho e a Vida Privada.

correm um risco alto (70%) de serem substituídos pela tecnologia nas próximas duas décadas. No entanto, segundo a mesma fonte (FMI, 2018) o risco é maior para as mulheres do que para os homens (11% versus 9%), na medida em que as mesmas executam tarefas mais rotineiras do que os homens, em todos os setores e ocupações (tarefas essas que são mais propensas à automação).

Proteção social

Apesar de existirem inquéritos²⁴ que permitem analisar as diferentes fontes de rendimentos, essa informação não permite, por exemplo, a desagregação ao nível do tipo de prestação recebida.

As bases de dados administrativas, em particular as da Segurança Social, permitirão o conhecimento, de uma forma detalhada, desses segmentos da população. Com base neste tipo de informação, será possível obter estatísticas mais precisas e com mais qualidade em estratos de menor dimensão, possibilitando informações mais pormenorizadas. Contudo, uma vez que esses dados administrativos não são recolhidos para fins estatísticos, não dispomos de meta informação associada, pelo que os conceitos, classificações e nomenclaturas terão de ser trabalhados para uma maior adequação e perceção da informação.

No caso das bases administrativas da Segurança Social em Portugal, os dados poderão ser recolhidos, essencialmente, a partir:

- ▶ Da identificação nacional única de todas as entidades que estabeleçam relação relevante com a Segurança Social;
- ▶ Do requerimento de prestações;
- ▶ Do requerimento de pensões;
- ▶ Da declaração de remunerações.

Neste sentido, importaria desenvolver um trabalho de clarificação ao nível das diferentes fontes de informação e das variáveis/dos indicadores que nos podem fornecer. A título de exemplo referem-se, os seguintes:

- ▶ Adequação do Subsídio de Desemprego (valor médio do Subsídio de Desemprego/remuneração declarada à SS)
- ▶ Cobertura do Subsídio de Desemprego (proporção do nº de beneficiários do subsídio de desemprego no total da população desempregada)
- ▶ Adequação do Subsídio Parental (valor médio do Subsídio Parental Inicial/remuneração declarada à Segurança Social e Proporção do nº de pais a receber subsídio parental inicial no total de partos de nados vivos)
- ▶ Cobertura das Pensões de Velhice (proporção do número de pensões de velhice no total da população +65 anos)
- ▶ Adequação das Pensões de Velhice (valor médio das pensões de velhice do Regime Geral/remuneração declarada à Segurança Social)

2.1.4 Insuficiências de informação estatística/administrativa

A necessidade de obter diagnósticos mais detalhados, no plano da intervenção pública (o desenho, a monitorização e avaliação das políticas assim o exige), na construção de conhecimento por parte da academia, ou na necessidade de maior escrutínio por parte dos cidadãos, entre outras, associada a novas realidades e dinâmicas colocam exigências acrescidas em matéria de informação estatística. Ainda que sobre determinadas questões possa existir informação a nível mais agregado, a robustez das

²⁴ Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) e Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF).

desagregações, por exemplo, em termos regionais, níveis de escolaridade, grupos etários, sexo, tipo de contrato, entre outros não é passível de ser assegurada.

Ao nível da informação estatística que existe nota-se a sua desatualização e impossibilidade de análise no detalhe, uma vez que a sua desagregação implica a ausência de representatividade.

No caso da informação administrativa identifica-se a dificuldade de acesso à informação desagregada e a escassez da meta informação associada, o que dificulta a perceção do seu conteúdo e a sua utilização por um público mais alargado, impossibilitando a sua classificação enquanto estatísticas.

Em termos de ausência de informação, ou de informação atualizada, podem identificar-se as seguintes temáticas:

- ▶ Percurso de vida dos indivíduos, explorando as ligações entre vários tipos de elementos com a caracterização da família de origem e agregado familiar atual, percursos académico e profissional.
- ▶ Usos do tempo
- ▶ Trabalho não pago
- ▶ Deficiência e incapacidades
- ▶ Economia social e solidária
- ▶ Pobreza e desigualdade (ação social, fontes complementares, ...)
- ▶ Acesso e qualidade dos serviços sociais
- ▶ Novas realidades ligadas, entre outros ao trabalho no âmbito das plataformas digitais e dos nómadas digitais
- ▶ Alterações climáticas, nomeadamente nas ligações com o mercado de trabalho e as exigências em termos de competências.
- ▶ A informação ao nível regional e sub-regional também teria um papel fundamental neste âmbito.

2.2 Educação

2.2.1 Enquadramento da Educação

Introdução

O presente documento resulta do trabalho desenvolvido pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) no âmbito de um grupo de trabalho criado pelo Conselho Superior de Estatística (CSE) - Grupo de Trabalho sobre Indicadores das Desigualdades Sociais (GTIDS) -, mais concretamente no que concerne a Indicadores na área da educação.

Na recolha da informação estatística disponível, existiu a preocupação de apresentar séries longas, e sempre que possível para Portugal (incluindo o continente e as ilhas) por forma a permitir uma análise mais detalhada sobre o sistema de educação e formação. Ainda que as comparações já fiquem fora do espectro do presente relatório, foram privilegiados, quando possível, indicadores harmonizados a nível internacional, em resultado do trabalho que as autoridades estatísticas nacionais têm realizado com as suas congéneres, propiciando análises comparativas que têm sido vertidas em relatórios internacionais, nomeadamente, no âmbito da UNESCO, OCDE, União Europeia, Organização dos Estados Ibero-americanos, etc.

O grande desafio neste trabalho, para além da compilação das várias fontes de informação, foi encontrar indicadores que fossem os mais adequados por forma a contribuir para o conhecimento e análise das desigualdades sociais na área da educação.

Como metodologia de trabalho, foi elaborada uma matriz com as dimensões e os respetivos indicadores que identificámos como mais pertinentes para o tema, tendo por base uma revisão bibliográfica da investigação neste campo.

Após o debate no seio do grupo de trabalho e posterior apresentação dos indicadores à comunidade científica (note-se, no workshop realizado no salão nobre do Instituto Nacional de Estatística (INE), em outubro de 2019), verificou-se que a maioria destes constitui o “estado de arte” da educação ao longo dos anos. Assim sendo, os indicadores que evidenciam as desigualdades sociais nesta área são mais difíceis de alcançar e existem diversas razões, entre as quais: a informação mais procurada/pertinente nem sempre se encontra disponível; esses dados não existirem ou só existirem para uma parte do sistema; não ser possível o cruzamento de diversas bases de dados do sistema de educação e formação. Ficou ainda assinalada a necessidade de produzir outro tipo de indicadores.

O relatório que se segue, na área da Educação, apresenta a seguinte estrutura:

II.2.1. Enquadramento do subgrupo Educação

II.2.2. Identificação das dimensões fundamentais e respetivos indicadores

II.2.3. Análise sintética e ilustrativa dos principais indicadores

II.2.4. Principais áreas/indicadores a desenvolver

Introdução conceptual e metodológica

O tema sobre as desigualdades sociais tem merecido destaque ao longo das últimas décadas, estando cada vez mais na ordem do dia. Na área da educação, muitos são os estudos de investigadores e dos serviços da área governativa que têm contribuído para um conhecimento mais real e aprofundado do

tema. Sem pretensões de exaustividade, procura-se ao longo das seguintes páginas referenciar alguns desses estudos.

No campo científico, o conhecimento sobre a relação entre as desigualdades sociais e a educação incluindo as desigualdades na educação, mas não se circunscrevendo a elas é hoje muito amplo e diversificado, em resultado de este ter sido um objeto de inúmeras investigações, ao longo das últimas décadas, por todo o mundo, sobretudo no âmbito da Sociologia, mas também noutras áreas como a Economia, a Antropologia, a Psicologia, a Geografia, entre outras.

A centralidade do tema está relacionada com a seguinte constatação. Por um lado, o sistema educativo é frequentemente apresentado – e, em muitos países, incluindo Portugal, mesmo consagrado na Constituição – enquanto instituição regulada pelo princípio da igualdade de oportunidades e instrumento central do combate às desigualdades sociais, nas sociedades modernas. Por outro lado, não apenas as desigualdades sociais tendem a persistir, apesar da universalização dos sistemas educativos, mas também existem amplas evidências de que essas desigualdades se refletem na própria educação, permitindo fenómenos que se têm designado de reprodução social, no sentido em que permitem a transmissão entre gerações de privilégios (e de constrangimentos).

Em termos conceptuais, podemos desdobrar a relação entre desigualdades sociais e educação em três diferentes processos:

- a) A relação das desigualdades sociais de origem dos alunos com os percursos, competências e qualificações obtidas nos sistemas educativos;
- b) A relação desses percursos, competências e qualificações escolares com as desigualdades sociais da população ao longo da vida;
- c) A relação dos sistemas educativos no conhecimento, consciência e atitude dos cidadãos ante as desigualdades sociais.

Na prática, existe alguma relação entre estas três questões, tal como exploraram, por exemplo, Bourdieu e Passeron (1970), no seu trabalho seminal sobre o tema. Contudo, os avanços da investigação têm conduzido a alguma autonomização e especialização das várias linhas de investigação, em torno de cada uma destas questões. Para os efeitos da presente reflexão iremos centrar-nos, sobretudo, nas duas primeiras, uma vez que têm gerado diversos tipos de análises estatísticas (sem prejuízo dos contributos também muito relevantes de pesquisas qualitativas), enquanto a terceira, pela sua natureza, tem conduzido, sobretudo, a pesquisas de pendor qualitativo.

Antes de avançarmos, é importante esclarecer que entendemos, neste texto, as desigualdades sociais enquanto situações de privilégio de uns indivíduos (ou grupos) face a outros, sendo que as mesmas se podem refletir em diversas dimensões da vida, tais como a saúde, o prestígio/estatuto, os rendimentos, a qualidade de vida, o conhecimento, etc. (Therborn, 2006; Costa, 2012). As apreciações sobre a eventual legitimidade ou ilegitimidade desses privilégios estão fora do objeto do presente texto. Por seu lado, a educação é aqui entendida enquanto processo de frequência, aprendizagem e certificação, no âmbito dos sistemas formais de educação e formação e não na aceção mais ampla.

O presente texto organiza-se em três pontos que representam três formas de abordar a temática. O primeiro ponto procura mapear as principais desigualdades que têm sido estudadas no seio dos sistemas de educação e formação. O segundo ponto apresenta como essas desigualdades têm sido relacionadas com diferentes desigualdades sociais de origem dos alunos. O terceiro ponto discute a relação entre as desigualdades educativas e as condições e oportunidades dos indivíduos ao longo da vida.

2.2.1.1 Desigualdades educativas: percursos, competências e qualificações

Ao nível do sistema educativo, a investigação tem identificado e procurado explicar vários tipos de desigualdades, entre as quais as seguintes:

- ▶ Acesso formal à educação – linha histórica que tem vindo a ser abandonada, no estudo das sociedades contemporâneas, à medida que formalmente tem sido garantida a possibilidade de acesso de todos os grupos/categorias sociais aos vários tipos e modalidades de educação;
- ▶ Acesso efetivo dos indivíduos à educação, tendo em conta as taxas de cobertura dos vários tipos e modalidades de educação, colocando-se hoje, sobretudo, ao nível da educação pré-escolar, assim como dos ensinos secundário e superior, uma vez que se generalizou, em muitos países, o acesso ao ensino básico;
- ▶ Duração dos percursos educativos - em geral, observado pelo número de anos de escolaridade de cada indivíduo, utilizado sobretudo em estudos econométricos;
- ▶ Sucesso educativo, em geral, entendido como a obtenção de avaliações positivas, transição para o seguinte ano ou ciclo de escolaridade;
- ▶ Diplomação e qualificação, entendidos enquanto a atribuição aos indivíduos, por parte dos sistemas de educação e formação, de diplomas e certificados com valor no mercado de trabalho e na vida social;
- ▶ Participação na vida escolar, concretizado nas taxas de absentismo nas atividades curriculares e também envolvimento em atividades extracurriculares;
- ▶ Modalidades de ensino, cursos, escolas e turmas, entendidos enquanto desigualdades, quando se observam assimetrias claras, seja ao nível do seu “prestígio social”, seja ao nível das condições, recursos e oportunidades objetivas que proporcionam aos indivíduos;
- ▶ Conhecimentos, competências e valores proporcionados pelo sistema educativo, geralmente aferidas pelos resultados de avaliação dos indivíduos, seja na avaliação interna, seja em testes e questionários “estandardizados”, a nível nacional ou internacional (também frequentemente designados como “resultado”, “desempenho” ou “performance” escolar).

Por vezes, agrupam-se os primeiros cinco tipos de desigualdade enquanto “desigualdades verticais”, pois têm a ver com a longevidade do percurso dos indivíduos no sistema educativo, enquanto os últimos três se podem designar por “desigualdades horizontais”, uma vez que decorrem da própria qualidade e intensidade da experiência escolar. As primeiras têm uma tradição maior na investigação socioeducativa, mas é possível observar que, à medida que os sistemas educativos se expandem (e, em alguns casos, se generalizam), as desigualdades verticais tendem a diminuir, pelo que tende a observar-se um crescimento do estudo sobre as desigualdades horizontais – o que Pierre Bourdieu (1997) designou, numa obra posterior, os “excluídos do interior”.

Aliás, esta parece ser a tendência das organizações intergovernamentais, hoje consagrada na designação assumida pelas Nações Unidas de “uma educação de qualidade para todos”, implicando tanto indicadores de cobertura/acesso/qualificação como outros de “qualidade”, no sentido dos conhecimentos, competências e valores efetivamente desenvolvidos através dos sistemas educativos.

2.2.1.2 O peso das desigualdades sociais nas desigualdades educativas

A questão torna-se mais complexa (e socialmente relevante) quando observamos que as desigualdades educativas, referidas no ponto anterior, ao invés de se distribuírem de forma aleatória (e equitativa) pela população, tendem a apresentar correlações significativas com outras desigualdades sociais (Seabra, 2009).

Esta relação tornou-se objeto de diversos estudos e debates, nomeadamente, a partir da publicação nos Estados Unidos do “relatório Coleman” (Coleman, 1966), o qual constatava que o principal fator explicativo para os resultados escolares dos alunos era a condição socioeconómica dos agregados familiares. Esta relação foi, posteriormente, confirmada por estudos em diversos países e interpretada, tendo em conta processos de dominação e reprodução cultural (Bourdieu e Passeron, 1970), escolhas racionais dos indivíduos (Boudon, 1981) ou as culturas juvenis (Willis, 1977). Para aplicações ao caso português, veja-se Grácio (1997), Machado et al. (2003) ou Abrantes (2011).

Ao referirmos a condição socioeconómica (ou a classe social), estamos a agregar um conjunto de fatores que a investigação tem identificado como relevantes, tais como os rendimentos, o nível de escolaridade e a categoria socioprofissional dos pais, sendo que, entre estes, apesar da relevância de cada um deles separadamente, o nível de escolaridade da mãe tende a ser aquele que apresenta um nível de correlação maior com os resultados escolares, o que não deixa de significar uma maior importância dos fatores culturais sobre os económicos e sociais. Além disso, vários estudos têm mostrado que o poder causal desses fatores depende de os mesmos serem acionados em práticas familiares quotidianas, tais como a leitura, a visita a museus e espetáculos, a frequência de explicações e atividades extracurriculares, o acompanhamento do trabalho escolar, a interação com os professores, entre outros (Devine, 2004; Almeida & Vieira, 2006).

Outra linha de desigualdade que se tem observado diz respeito ao país, região ou território em que vivem os jovens. Existem países em que as oportunidades educativas – nos vários parâmetros identificados no ponto anterior ou, pelo menos, em alguns deles – são claramente superiores a outros.

E, dentro de cada país, tendem a existir igualmente assimetrias entre regiões ou territórios, sendo comum, por exemplo, alguma vantagem dos contextos urbanos face aos contextos rurais. Embora tenda a existir alguma relação desses padrões com a riqueza dos países ou regiões (frequentemente aferida pelo “produto interno bruto”), também existem diferenças que não podem ser explicadas por fatores económicos e que, portanto, resultam de parâmetros culturais, sociais e/ou políticos (Muller & Karle, 1993; Buchmann & Hannum, 2001; Martins, 2012).

Uma terceira linha de desigualdade tem a ver com a nacionalidade, a naturalidade ou “origem étnica” dos alunos. Em diversos países tem-se observado que os alunos imigrantes ou descendentes de imigrantes, assim como de “minorias culturais”, tendem a obter percursos e resultados educativos inferiores à média do país ou região em que se encontram, ainda que essa situação seja muito variável, segundo a origem nacional ou cultural. É certo que uma parte dessa assimetria é explicável pelas próprias condições socioeconómicas mais vulneráveis de certas comunidades migrantes e culturais, mas alguns estudos têm mostrado que, mesmo neutralizando o fator socioeconómico, algumas desigualdades educativas persistem, podendo resultar de processos de diferenciação, segregação ou racismo (Machado, Matias e Leal, 2005; Seabra et al., 2011; Abrantes & Roldão, 2019).

Uma quarta linha de desigualdade tem sido associada às questões de género. Na perspetiva das democracias contemporâneas, a educação desempenha um papel importante no garante que rapazes e raparigas, mulheres e homens têm as mesmas oportunidades na sua vida pessoal e profissional.

Historicamente, os homens tiveram maiores oportunidades de acesso à educação. Contudo, em quase todo o mundo, as últimas décadas foram marcadas por uma entrada massiva das mulheres no sistema educativo. Ainda assim, permanecem alguns gaps entre elas e eles: ao nível da participação e permanência no sistema de ensino (com os rapazes a terem maiores probabilidades de abandonarem precocemente a educação), ao nível dos rendimentos escolares diferenciados em diferentes disciplinas, impulsionados pelo facto das escolas e sociedades promoverem diferentes níveis de autoconfiança, motivação e interesses

por diferentes áreas temáticas entre meninos e meninas (OCDE, 2015); e também, ao nível da segregação das escolhas educacionais que têm contribuído para a segregação do mercado de trabalho, o qual tem sido mais penalizador para as mulheres (Grácio, 1997; Abrantes & Abrantes, 2014).

2.2.1.3 O efeito das desigualdades educativas nas desigualdades sociais ao longo da vida

Embora esse tema não seja aprofundado no presente relatório, será de referir que relação entre as desigualdades sociais e a educação pode ser também equacionada em termos do efeito da educação na produção das desigualdades sociais. Esse efeito tem dois níveis de análise distintos que passamos a apresentar em seguida.

Por um lado, existe um amplo património científico sobre os efeitos das desigualdades educativas numa panóplia de dimensões de vida, desde logo, os rendimentos económicos (também conhecido como o “prémio educativo”), a empregabilidade e o estatuto social, mas também a esperança de vida, o bem-estar, o desenvolvimento cognitivo, as redes sociais (ou “capital social”), a participação cívica e política, o acesso a cargos dirigentes ou as próprias oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, entre outras variáveis (e. g. Grossman, 2006; Lochner, 2011; Hanushek & Woessmann, 2011).

Aliás, esse é o motivo pelo qual já desde o final do século XX as Nações Unidas integraram a educação enquanto uma das dimensões do índice de desenvolvimento humano, a par de um indicador económico (PIB per capita) e um indicador sanitário (esperança de vida). Em todo o caso, um aspeto relevante – e complexo – é que esses efeitos podem ser individuais e coletivos, sendo que os efeitos coletivos são frequentemente superiores a uma soma aritmética dos efeitos individuais. Por exemplo, uma sociedade em que os empresários e dirigentes têm níveis educativos reduzidos também tende a valorizar menos essa variável, ao nível da empregabilidade e dos rendimentos. Por seu lado, uma sociedade com níveis elevados de qualificações tende a propiciar a esperança de vida mesmo dos indivíduos menos escolarizados, devido à disseminação de hábitos, conhecimentos e serviços de saúde.

Outro aspeto importante, a este propósito, é o facto de o próprio movimento de escolarização produzir alterações nestes efeitos, redefinindo os critérios de seleção, hierarquização e exclusão, num fenómeno por vezes conhecido como “inflação dos diplomas”. Esse fenómeno é evidente, por exemplo, num conjunto de empregos que hoje exige a posse de um diploma de ensino secundário, quando até recentemente apenas implicava o título do 9.º ou do 6.º ano de escolaridade. Uma situação similar tende a ocorrer ao nível dos estudos superiores, entre as oportunidades e condições permitidas pela licenciatura, mestrado e doutoramento.

Por outro lado, é importante referir que as desigualdades educativas, bem como a sua relação com vários tipos de desigualdades sociais, não são uniformes entre escolas, nem entre sistemas educativos. Ou seja, são influenciados pela própria “ação educativa”, a vários níveis.

Vários estudos têm vindo a discutir a existência de sistemas educativos em que os processos de seleção e segregação são mais acentuados e precoces, enquanto outros têm apresentado indicadores de “compreensividade”, inclusão e equidade mais positivos (Muller & Karle, 1993; Martins, 2012; Abrantes & Abrantes, 2014). O encaminhamento precoce dos alunos para vias vocacionais (designado “tracking”), assim como práticas de retenção massivas, por exemplo, tendem a ser associadas a sistemas educativos que (re)produzem, com maior intensidade, desigualdades sociais (Dupriez et al., 2008; Betts, 2011). Outros estudos, a este propósito, têm chamado a atenção para a importância para os resultados educativos obtidos de diversos tipos de recursos alocados aos sistemas educativos (atualmente, esta discussão tem-se colocado muito ao nível dos recursos TIC, constituindo um novo tipo de recursos que

se tornou fundamental para o processo educativo), bem como de políticas e medidas lançadas a nível nacional ou regional.

Por outro lado, dentro de cada país, tem-se observado que certas escolas têm, consistentemente, proporcionado maiores oportunidades educativas ou uma maior equidade no acesso a essas oportunidades do que outras, o que tem sido conhecido como o “efeito escola” (Abrantes, 2010). Essas diferenças podem resultar dos recursos assimétricos alocados às diferentes escolas, mas também às estratégias, ofertas e práticas desenvolvidas em cada escola, existindo aliás programas nacionais – como é o caso dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – que procuram alocar recursos adicionais e apoiar estratégias educativas específicas em escolas situadas em contextos mais vulneráveis, procurando assim mitigar as desigualdades referidas no ponto anterior (Wenglinsky, 1998).

2.2.1.4 Notas conclusivas

Assim, importa perceber qual o estado da educação numa determinada sociedade e ao mesmo tempo perceber se existem desigualdades educativas e como é que estas aparecem e porquê. Será que existem desigualdades de acesso, de oportunidades, de progressão, de conclusão? Serão os apoios socioeconómicos existentes suficientes? Existirão regiões e/ou distritos mais afetados? Serão essas desigualdades mais evidentes nas mulheres do que nos homens?

Este relatório não apresenta as políticas educativas desenvolvidas, não se baseia num estudo qualitativo, nem pretende identificar medidas, práticas ou soluções para diminuir as desigualdades. Este relatório apresenta indicadores importantes que servem de diagnóstico ao atual estado da educação em Portugal e que poderão, porventura, contribuir para a identificação de possíveis desigualdades na área da educação e assim permitir análises mais aprofundadas pelos diferentes agentes sociais.

Pretende-se ainda que, futuramente, e de forma a contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre este tema, estes possam servir de base para se encontrarem novas pistas de estudo e de análise sobre o tema, que permitam elaborar novos indicadores, através do cruzamento de bases de dados de informação (sempre que estas estejam disponíveis).

O relatório apresenta um conjunto de indicadores relativos ao acesso à educação, à sua frequência, aos resultados escolares, à transição para o mercado de trabalho, aos efeitos no mercado de trabalho, à formação ao longo da vida, ao financiamento e apoio social e às tecnologias de informação e comunicação, em Portugal.

A grande maioria dos indicadores presentes neste relatório tem como fonte as estatísticas oficiais divulgadas pela DGEEC, muitos deles provenientes de fontes administrativas, e apresenta dados relativos aos diferentes níveis de ensino – educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário, ensino pós-secundário não superior e ensino superior, para as escolas públicas e privadas, desde o ano letivo 2000/01 até 2020/21.

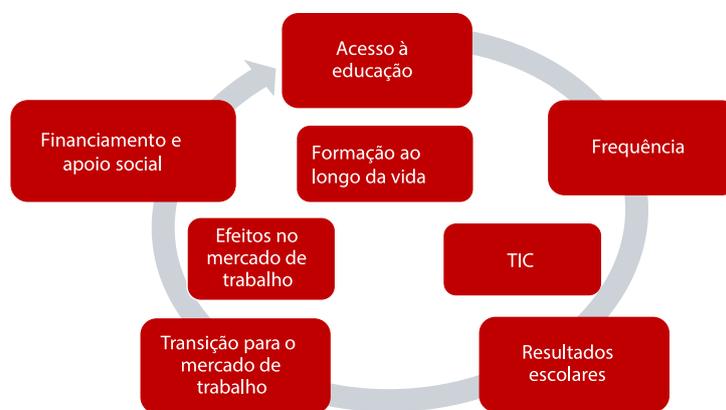
No entanto, por existirem operações estatísticas harmonizadas a nível europeu e/ou por serem as principais fontes de referência utilizadas internacionalmente, são igualmente apresentados indicadores recolhidos através de outras fontes de informação estatísticas, tais como o INE, o Eurostat e a OCDE.

2.2.2 Identificação das dimensões fundamentais e respetivos indicadores

Após a análise da informação estatística disponível na área da educação, que é muita vasta, escolher os indicadores mais relevantes para o tema abordado não foi tarefa fácil.

Após a sua identificação, tentou-se ser o mais exaustivo possível, de forma a apresentar séries longas que permitam reduzir eventuais efeitos de medidas pontuais e com o maior número de desagregações possíveis, isto é, sempre que possível são apresentadas desagregações por sexo, por grupo etário, por nível de educação e ensino/ciclo de estudos, por natureza do estabelecimento, por oferta de educação e formação, por região, por âmbito temporal e comparação internacional.

Foram identificadas as seguintes dimensões²⁵:



No presente relatório, apresentam-se apenas alguns dos indicadores que permitem uma breve contextualização do tema em análise.

Para cada uma das dimensões, apresentam-se alguns dos indicadores mais relevantes para o tema, nomeadamente:

Acesso à educação

- ▶ Crianças inscritas e alunos matriculados/inscritos
- ▶ Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em ofertas de educação e formação destinadas a jovens
- ▶ Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em vias profissionalizantes
- ▶ Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em ofertas de educação e formação destinadas a adultos
- ▶ Alunos matriculados no ensino superior
- ▶ Taxa de Feminilidade
- ▶ Alunos matriculados/inscritos por nacionalidade

²⁵ Neste relatório, e por uma questão de melhor sistematização da informação, as dimensões 4 e 5 (“transição para o mercado de trabalho” e “efeitos no mercado de trabalho” são apresentadas de forma agregada.

Frequência

- ▶ Taxa de escolarização aos 5 anos
- ▶ Taxa de escolarização

Resultados escolares

- ▶ Taxa de retenção e desistência
- ▶ Diplomados do ensino superior
- ▶ Taxa de analfabetismo
- ▶ População residente com idades entre os 16 e 89 anos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado
- ▶ População dos 25 aos 64 anos com baixo nível de habilitações
- ▶ Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (30 aos 34 anos)
- ▶ Taxa de abandono precoce de educação e formação
- ▶ Conclusões em tempo Esperado e Equidade
- ▶ Percursos dos alunos que ingressaram no ensino secundário, em diferentes vias de ensino (Portugal Continental)
- ▶ Prosseguimento dos estudos dos diplomados dos cursos científico-humanísticos e dos cursos profissionais, por ano letivo de conclusão do ensino secundário (Portugal Continental)
- ▶ Desempenho dos alunos no PISA

Transição para o mercado de trabalho e empregabilidade jovem

- ▶ Jovens em Portugal com idade dos 15 aos 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF)
- ▶ Jovens não empregados, nem em educação ou formação: diferença por habilitações (entre o superior e o ensino básico)
- ▶ Participação dos adultos (25-64 anos) em educação e formação: diferença por habilitações (entre o superior e o ensino básico)
- ▶ Taxa de empregabilidade dos diplomados entre dos 20 aos 34 anos

Formação ao longo da vida

- ▶ Aprendizagem ao longo de vida

Financiamento e apoio social

- ▶ Taxa de alunos abrangidos pela ação social escolar
- ▶ Beneficiários da ação social escolar no ensino não superior público, por tipo de benefício
- ▶ Bolseiros do ensino superior em % de alunos matriculados no ensino superior
- ▶ Percentagem do investimento público em educação

TIC

- ▶ Número médio de alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, por computador com ligação à internet
- ▶ Pessoas com idade dos 16 aos 74 anos que utilizaram internet segundo o nível de escolaridade: diferença por habilitações (entre o ensino superior e o ensino básico)

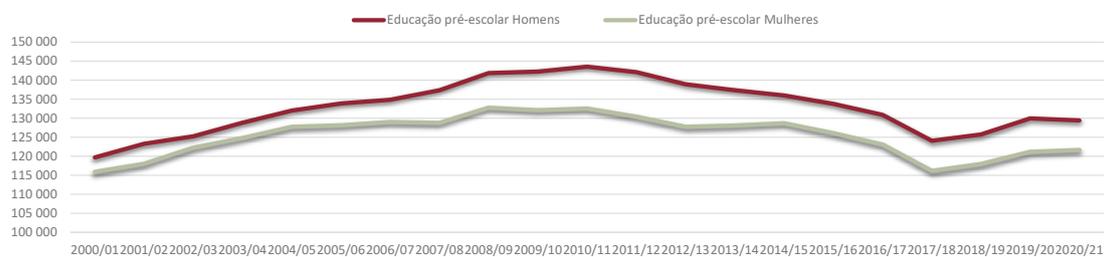
2.2.3 Análise sintética e ilustrativa dos principais indicadores

2.2.3.1 Acesso à educação

2.2.3.1.1 Crianças inscritas e alunos matriculados/inscritos

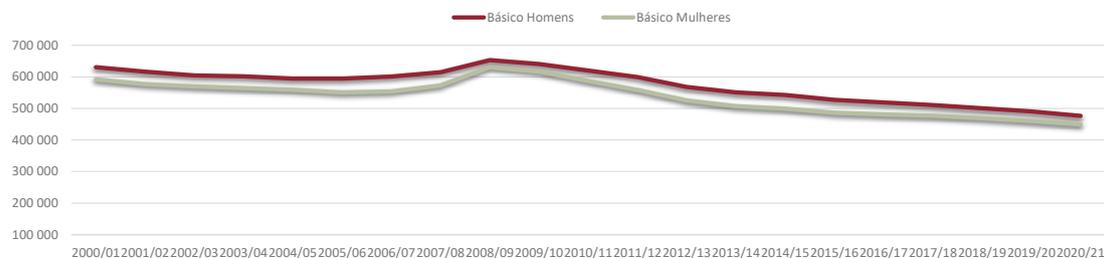
Em Portugal, seguindo a própria estrutura da população portuguesa, o sexo masculino está mais representado, mantendo-se, de uma forma geral, uma evolução estável do número de crianças e alunos matriculados por sexo em todos os níveis de ensino, desde 2000/01 até 2020/21. Curiosamente, no ensino secundário, onde tradicionalmente existia uma maior representação do sexo feminino, o número de alunos do sexo masculino passou também a estar em ligeira maioria a partir de 2012/13, o que poderá ser resultado de uma conjugação de fatores, como por exemplo, o alargamento da escolaridade obrigatória, a melhoria de resultados do 3.º ciclo, a existência de mais rapazes do que raparigas residentes no país na faixa dos 15-19 anos, uma maior duração dos estudos secundários por parte dos rapazes ou a diversificação de ofertas do ensino secundário.

Figura 1 - Crianças na educação pré-escolar (N.º) em Portugal, por sexo



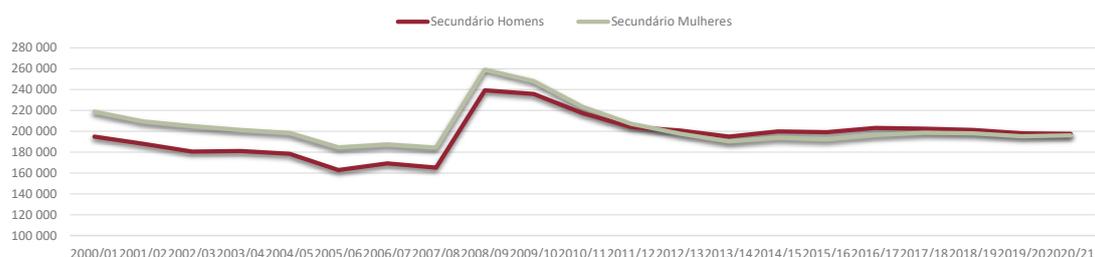
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em julho de 2022

Figura 2 - Alunos matriculados no ensino básico (N.º) em Portugal, por sexo



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em julho de 2022

Figura 3 - Alunos matriculados no ensino secundário (N.º) em Portugal, por sexo



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em julho de 2022

De referir que as flutuações observadas neste indicador decorrem, em grande medida, de dois fatores. Por um lado, a quebra da natalidade ocorrida entre 2000 e 2014 (cerca de 30%, neste período) reduziu, gradualmente, o número de crianças e jovens em idade escolar (ver 2.2.3.1.2). Por outro lado, o investimento na educação e formação de adultos, sobretudo, de nível secundário, entre 2008/09 e 2010/11, suscitou um aumento dos matriculados durante esse período, assim como a suspensão desse investimento gerou uma quebra correspondente nos anos seguintes (ver 2.2.3.1.4).

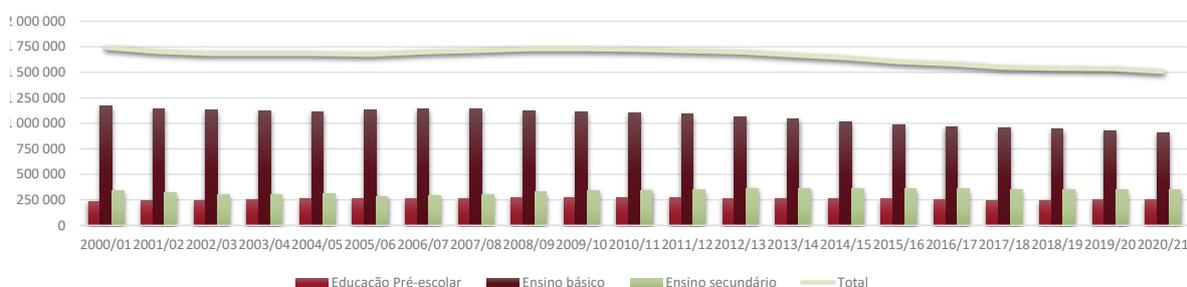
Por seu lado, uma comparação dos alunos beneficiários do programa de Ação Social Escolar (ver 2.2.3.6.1) permite constatar uma percentagem menor de beneficiários no ensino secundário, relativamente ao ensino básico, o que pode resultar de um menor acesso a este nível de ensino dos alunos de condições socioeconómicas mais desfavorecidas.

Em relação à distribuição dos alunos por natureza institucional, constata-se que a maioria dos alunos matriculados frequenta o ensino público. No caso do ensino não superior, o ensino privado independente do estado apresenta um ligeiro aumento ao longo da série (ver em Anexos – gráfico 1). No caso da educação pré-escolar, a diferença entre o ensino público e o ensino privado é muito ligeira (ver Anexos – gráfico 2).

2.2.3.1.2 Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em ofertas de educação e formação destinadas a jovens

A evolução do número de alunos jovens matriculados em Portugal (2000/01 a 2020/21) regista um ligeiro aumento na educação pré-escolar e no ensino secundário. Apenas o ensino básico regista um decréscimo, sendo este influenciado maioritariamente pelo 1.º ciclo, o que decorre da diminuição do número de crianças residentes, durante este período, assim como de uma redução das taxas de retenção que permitiu uma redução do tempo de permanência, em cada ciclo.

Figura 4 - Alunos matriculados, em ofertas de educação e formação orientadas para jovens (N.º) em Portugal, por nível de ensino



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022 (Nota: não inclui o ensino pós- secundário)

Figura 5 - Alunos matriculados, em ofertas de educação e formação orientadas para jovens (N.º) em Portugal, por ciclo de estudos

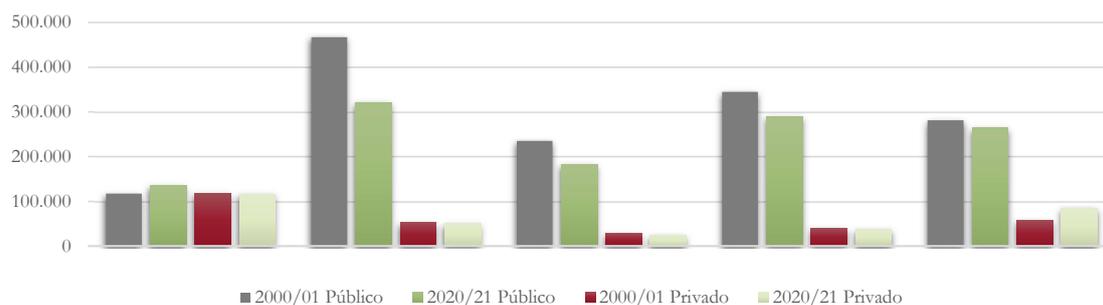


Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022 (Nota: não inclui o ensino pós- secundário)

Em termos de evolução, não existem diferenças significativas entre homens e mulheres ao longo da série, com exceção dos últimos anos do ensino secundário onde os homens predominam, ainda que a diferença seja muito reduzida (Anexos gráfico 3 e gráfico 4).

Em Portugal, os alunos jovens matriculados no ensino básico e secundário frequentam maioritariamente o ensino público. O número de alunos a frequentar o ensino privado regista, ao longo dos últimos vinte anos, uma ligeira subida no ensino secundário, mas não no ensino básico nem na educação pré-escolar.

Figura 6 - Alunos matriculados no ensino não superior em ofertas de educação e formação orientadas para jovens (N.º) em Portugal, por ano letivo e natureza institucional

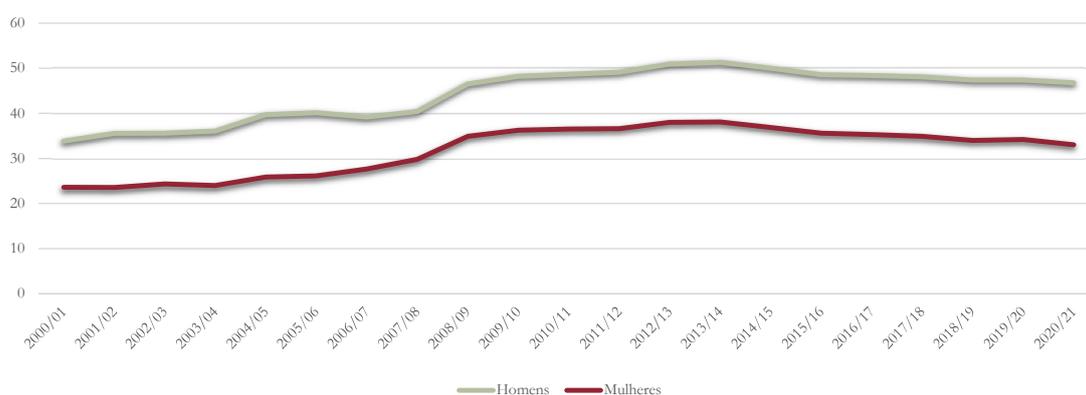


Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022

2.2.3.1.3 Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em vias profissionalizantes

Analisando o número de alunos matriculados em vias profissionalizantes de nível secundário²⁶ - modalidades de educação e formação orientadas para jovens, no Continente, entre 2000/01 e 2020/21, constata-se que estas vias atraem, maioritariamente, alunos do sexo masculino, enquanto o sexo feminino se encontra em maior proporção nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário. A percentagem de homens nestas vias já atinge os 46,8%, enquanto nas mulheres o valor é de 33,0%.

Figura 7 - Percentagem de alunos matriculados em vias profissionalizantes de nível secundário - modalidades de educação e formação orientadas para jovens - face ao total de matrículas no ensino secundário e face ao total por sexo, no Continente



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022

Ao longo da série, a evolução é muito semelhante em ambos os sexos, embora a percentagem das mulheres esteja sempre abaixo dos 40% a tendência é positiva, ou seja, registou-se um aumento acentua-

²⁶ São consideradas as seguintes modalidades: Cursos tecnológicos (Ensino regular); Cursos de Artes visuais e audiovisuais e Cursos de Dança (Ensino artístico especializado em regime integrado - regular); Cursos profissionais; Cursos de aprendizagem; Cursos CEF; 10.º ano - via profissionalizante.

do da percentagem de raparigas a frequentar as modalidades profissionalizantes do ensino secundário na primeira década do século XXI, seguido por uma certa estabilização na segunda década.

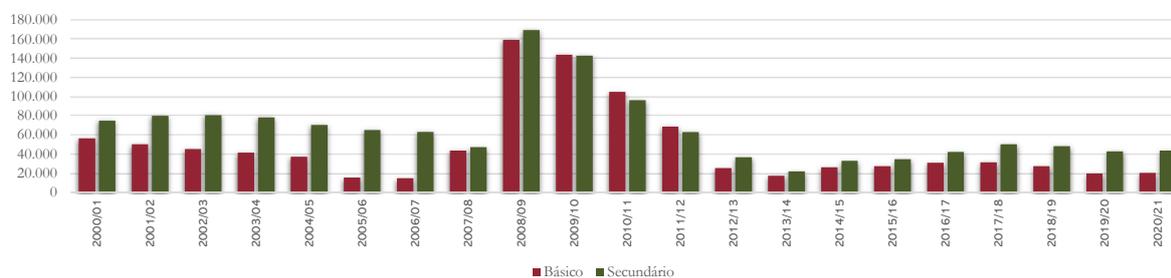
De referir que o aumento da percentagem de alunos nas vias profissionalizantes no ensino secundário contribuiu para a redução das desigualdades sociais, ao promover o aumento muito significativo da percentagem de jovens que completam o ensino secundário (ou seja, que não abandonam precocemente a escola) e que obtêm, simultaneamente, uma qualificação profissional. De referir que Portugal se caracterizou por uma redução do abandono precoce da educação e formação, de mais de 40% para menos de 10%, ao longo dos vinte anos em análise, o que constitui um progresso ímpar a nível europeu. Contudo, a investigação sobre o tema (ver 2.2.1) chama também a atenção para o risco de se sedimentar uma desigualdade entre vias do ensino secundário (ver 2.2.3.3.9).

2.2.3.1.4 Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em ofertas de educação e formação destinadas a adultos

Analisando a evolução do número de alunos matriculados em ofertas de educação e formação orientadas para adultos, por nível de ensino e ciclo de estudos, em Portugal, registou-se um crescimento acentuado em 2008/09, efeito do Programa Novas Oportunidades (nomeadamente os adultos em processos RVCC e em Cursos EFA), voltando a valores pouco expressivos a partir de 2012/13, com a extinção do Programa, e conhecendo um ligeiro aumento a partir do ano de 2016/17, com o Programa Qualifica.

Em 2020/21, os alunos adultos representavam 4,8% do total de alunos matriculados nos ensinos básico e secundário.

Figura 8 - Alunos matriculados, em ofertas de educação e formação orientadas para adultos em Portugal, por nível de ensino



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022

Figura 9 - Alunos matriculados, em ofertas de educação e formação orientadas para adultos em Portugal, por ciclo de estudos



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022

2.2.3.1.5 Alunos matriculados no ensino superior

Em Portugal, a maioria dos alunos inscritos no ensino superior frequenta o ensino público universitário. Tanto no ensino público, como no ensino privado, existem mais mulheres inscritas no ensino superior do que homens.

A maioria dos alunos inscritos no ensino superior apresenta idades entre os 18 e os 22 anos. O padrão de evolução é idêntico, tanto nos homens como nas mulheres (ver Anexos – gráfico 5 a 7).

Figura 10 - Alunas/os inscritas/os no ensino superior (N.º) em Portugal, por sexo e tipo de subsistemas



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022

A evolução do número de alunos que entram pela primeira vez no ensino superior tem tido oscilações ao longo da série. O ano letivo de 2021/22 apresenta o valor mais elevado (152868 alunos) (ver Anexos – gráfico 8). Convém não esquecer que o número de jovens residentes em Portugal conheceu uma quebra significativa durante este período, mas também que o ensino superior português passou a atrair mais estudantes estrangeiros.

2.2.3.1.6 Taxa de Feminilidade

Entre 2000/01 e 2020/21, a taxa de feminilidade tem oscilado entre os 49,0% e os 49,8%.

Analisando por nível de ensino, verifica-se que as maiores oscilações ocorreram no ensino secundário e no ensino superior.

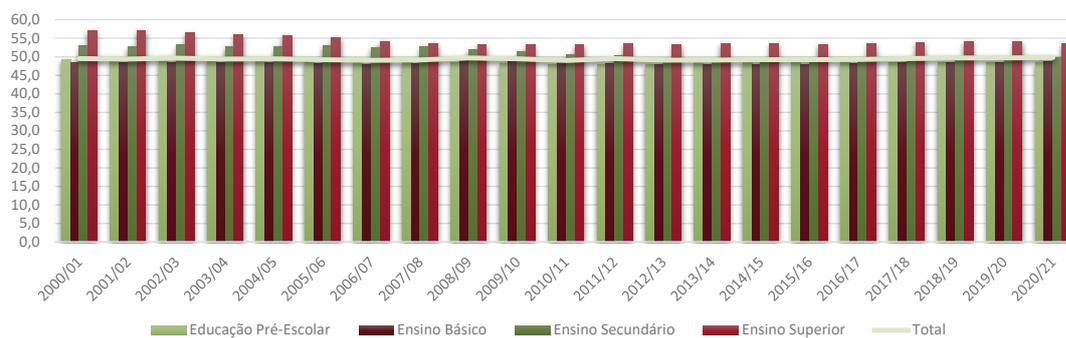
A educação pré-escolar apresenta taxas sempre abaixo dos 50%.

Ao longo da série, a taxa no ensino básico tem oscilado, registando taxas entre os 47,9% e os 49,1%. Se verificarmos por ciclo, salienta-se duas situações: o 2.º Ciclo regista as taxas mais baixas dos três ciclos de ensino e sempre abaixo dos 50%, por outro lado, o 3.º ciclo apresenta taxas ligeiramente superiores ao 1.º ciclo e ao 2.º ciclo, atingindo o valor mais elevado em 2008/09 (50,3%). A partir de 2012/13, esta tendência parece alterar-se, passando o 1.º ciclo a ter as taxas mais elevadas.

Embora apresente taxas acima dos 50%, o ensino secundário regista um decréscimo ao longo de toda a série, passando de 52,9% em 2000/01 para 49,8% em 2020/21.

No ensino superior, embora tenha existido uma ligeira diminuição entre 2000/01 (57%) e 2020/21 (53,6%), as taxas de feminilidade têm-se mantido sempre acima dos 50%.

Figura 11 - Taxa de Feminidade em Portugal, por nível de ensino



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022

2.2.3.1.7 Alunos matriculados/inscritos por nacionalidade

No Continente, os alunos estrangeiros representam uma parte dos alunos matriculados/inscritos no sistema de ensino nacional. No ano letivo 2020/21, o ensino superior é o que tem a maior percentagem (14,4%), enquanto o ensino secundário tem 6,7% e o ensino básico têm 7,6% de alunos estrangeiros.

Será importante considerar que isto não significa que os alunos migrantes tenham taxas de sucesso escolar e prosseguimento de estudos mais elevadas que os alunos portugueses, sendo importante considerar o contingente de estrangeiros que se desloca para Portugal já em idade adulta, uma parte dos quais precisamente com o intuito de realizar estudos superiores.

Em todos os níveis de ensino, a grande maioria dos alunos estrangeiros são provenientes do Brasil, o que aliás coincide com a primazia desta nacionalidade entre os imigrantes em Portugal, ao longo da última década.

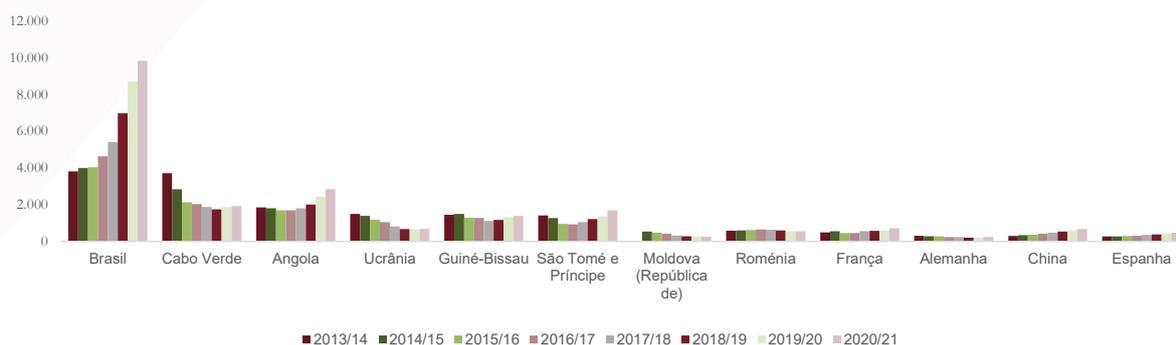
Figura 12 - Alunos matriculados de nacionalidade estrangeira no ensino básico (*) no Continente, por nacionalidade e ano letivo



(*) foram consideradas as nacionalidades mais frequentes em cada ano letivo e na série

Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022

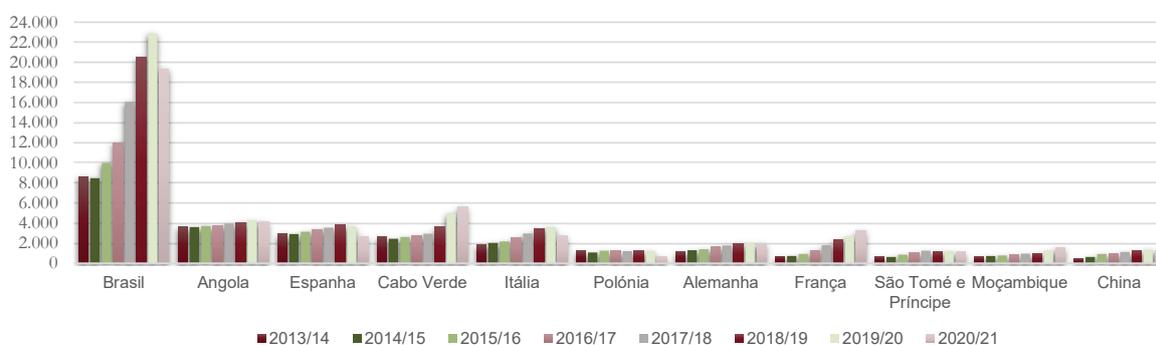
Figura 13 - Alunos matriculados de nacionalidade estrangeira no ensino secundário (*) no Continente, por nacionalidade e ano letivo



(*) foram consideradas as nacionalidades mais frequentes em cada ano letivo e na série

Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2022

Figura 14 - Alunos matriculados de nacionalidade estrangeira no ensino superior (*) no Continente, por nacionalidade e ano letivo



(*) foram consideradas as nacionalidades mais frequentes em cada ano letivo e na série inclui os alunos inscritos em mobilidade internacional

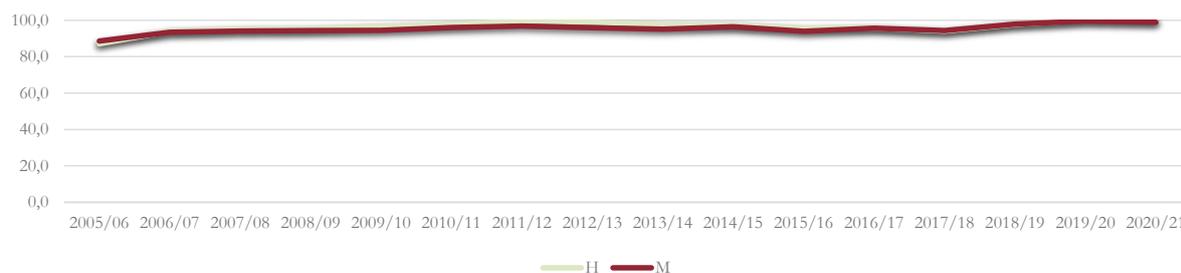
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2022

2.2.3.2 Frequência

2.2.3.2.1 Taxa de escolarização aos 5 anos

A taxa de escolarização aos 5 anos apresenta uma evolução crescente (de 87,8% para 99,2%), não existindo grandes diferenças entre sexos no total, como se pode verificar no figura seguinte. Observou-se um ligeiro predomínio dos rapazes entre 2009/10 e 2013/14, mas que foi, entretanto, superado.

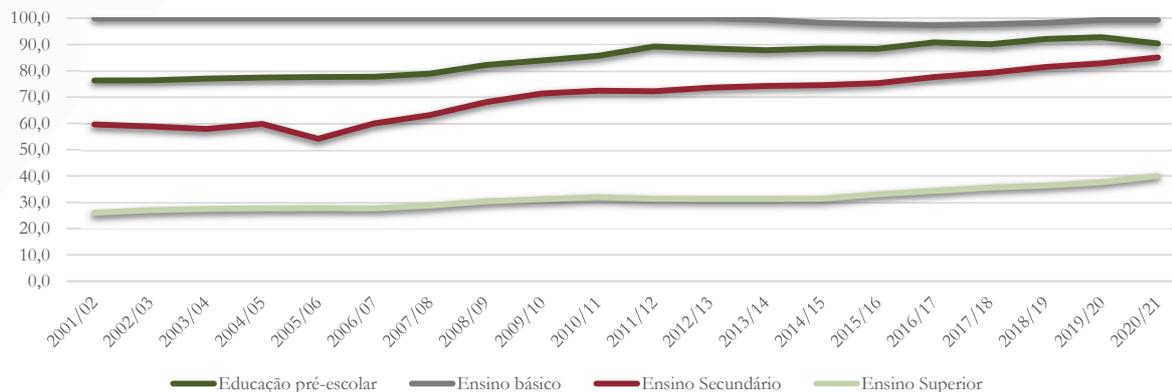
Figura 15 - Taxa de escolarização aos 5 anos em Portugal, por sexo e ano letivo



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em julho de 2022

2.2.3.2 Taxa de escolarização

Figura 16 - Taxa real de escolarização por nível de ensino e ano letivo, em Portugal



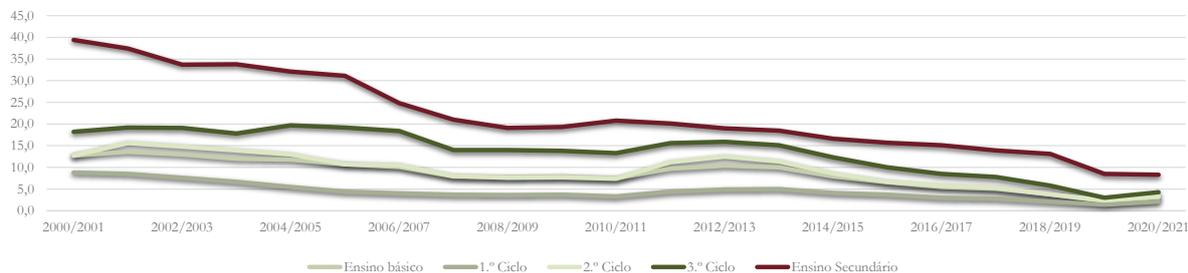
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em julho de 2022

2.2.3.3 Resultados escolares

2.2.3.3.1 Taxa de retenção e desistência

Ao longo de toda a série, verifica-se uma redução nas taxas de retenção e desistência, em todos os níveis/ciclos de estudos, apesar de um aumento entre 2010/11 e 2013/14, sendo de salientar que o ensino secundário é o que apresenta sempre taxas mais elevadas (8,3% em 2020/21).

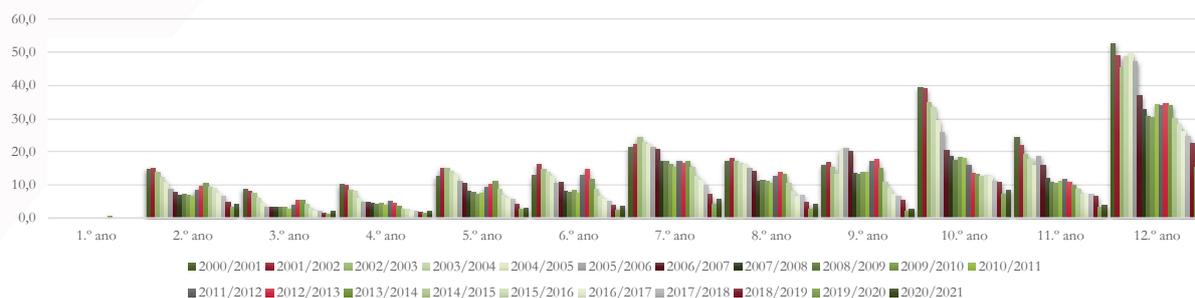
Figura 17 - Taxa de retenção e desistência em Portugal (%), por ano letivo, nível e ciclo



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em Julho de 2022

Neste sentido, entre 2000/2001 e 2010/2011 e, novamente, entre 2013/2014 e 2020/2021, verifica-se uma melhoria nas taxas de retenção e desistência, em todos os anos de escolaridade, sendo que o 12.º ano de escolaridade é o que apresenta sempre taxas mais elevadas (em 2020/21 é de 12,9%), mas que em parte decorre do regime de avaliação do ensino secundário, o qual implica que os estudantes possam avançar para o ano de escolaridade seguinte com retenção a algumas disciplinas, mas tenham que concluir com sucesso as mesmas para obter o grau no final dos estudos.

Figura 18 - Taxa de retenção e desistência em Portugal (%), por ano de escolaridade e ano letivo

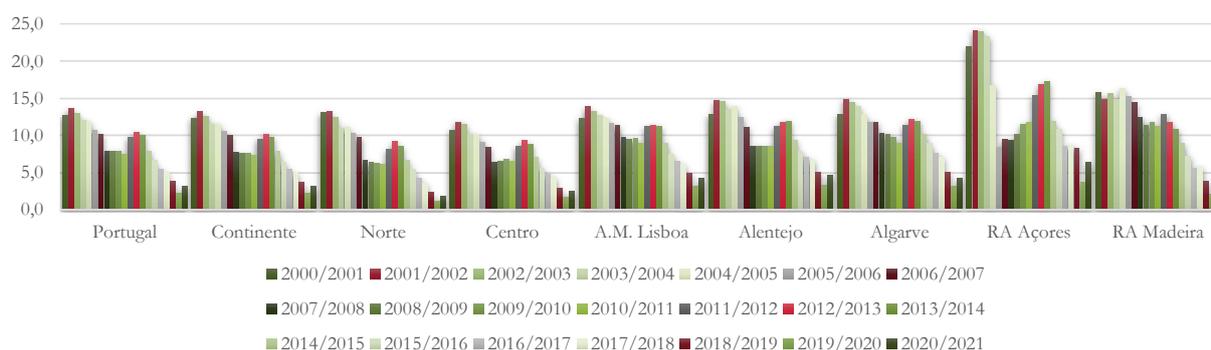


Fonte: DGEEC - Dados atualizados em Julho de 2022

O primeiro ano de cada ciclo/nível, nomeadamente o 5.º ano e o 7.º ano, têm taxas mais elevadas dos que os anos seguintes do mesmo ciclo (ver Anexos – gráfico 9).

Se analisarmos por NUTS II, também se verifica uma melhoria nas taxas de retenção e desistência no ensino básico em todas as regiões, entre 2000/01 e 2019/20, sendo a R.A. dos Açores a que apresentou a maior redução (-15,6 p.p.), mas também aquela cujos valores eram claramente os mais elevados no início da série.

Figura 19 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%), por localização geográfica



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em Julho de 2022

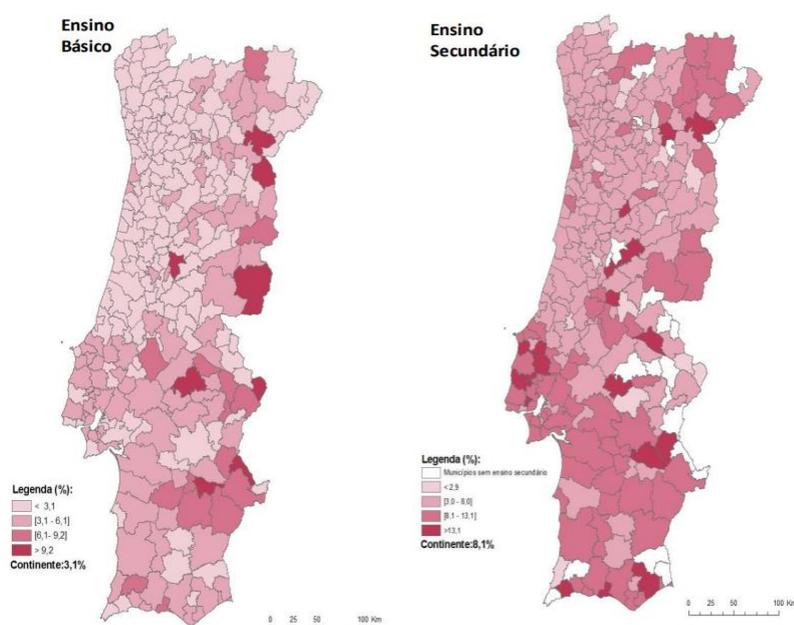
Em 2020/21, o Norte apresenta a taxa de retenção e desistência no ensino básico mais baixa (1,8%). No lado oposto, encontramos a R.A. dos Açores e o Alentejo, com 6,4% e 4,6% respetivamente.

Em 2020/21, independentemente das NUTS II, a taxa de retenção e desistência no ensino básico e nos respetivos ciclos de estudos, é sempre superior nos homens (ver Anexos – gráfico 10 a 13).

Analisando agora por município, em 2020/21, verifica-se que:

- ▶ No ensino básico, grande parte dos municípios já apresentavam taxas de retenção e desistência inferiores a 3,1%, com especial relevo para o litoral Norte/Centro, enquanto as taxas mais elevadas situam-se em alguns municípios do interior;
- ▶ No ensino secundário, as taxas são mais altas do que no ensino básico, existem municípios sem oferta e não existe uma variação regional clara, com valores bastante elevados em alguns municípios da Área Metropolitana de Lisboa, assim como outros no Algarve.

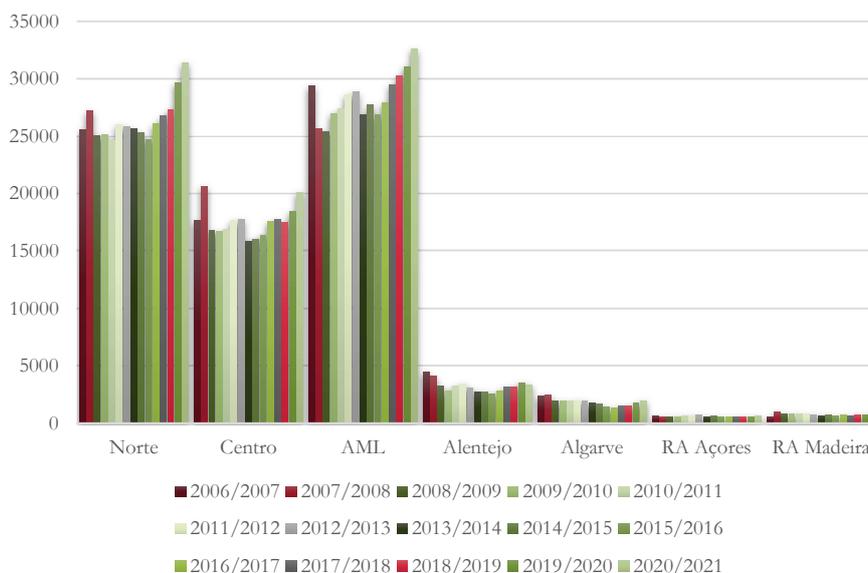
Figura 20 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico e no ensino secundário (%), por município (2020/2021)



2.2.3.2 Diplomados do ensino superior

O número de diplomados do ensino superior tem crescido nos últimos anos letivos, principalmente nos Estabelecimentos de Ensino Superior localizados nas regiões de A.M.L., Norte e Centro. O Alentejo e o Algarve apresentam valores muito inferiores às restantes regiões, o que estará relacionado tanto com a demografia destas regiões, mas também com a possibilidade de uma parte dos seus jovens realizarem o ensino superior noutras regiões.

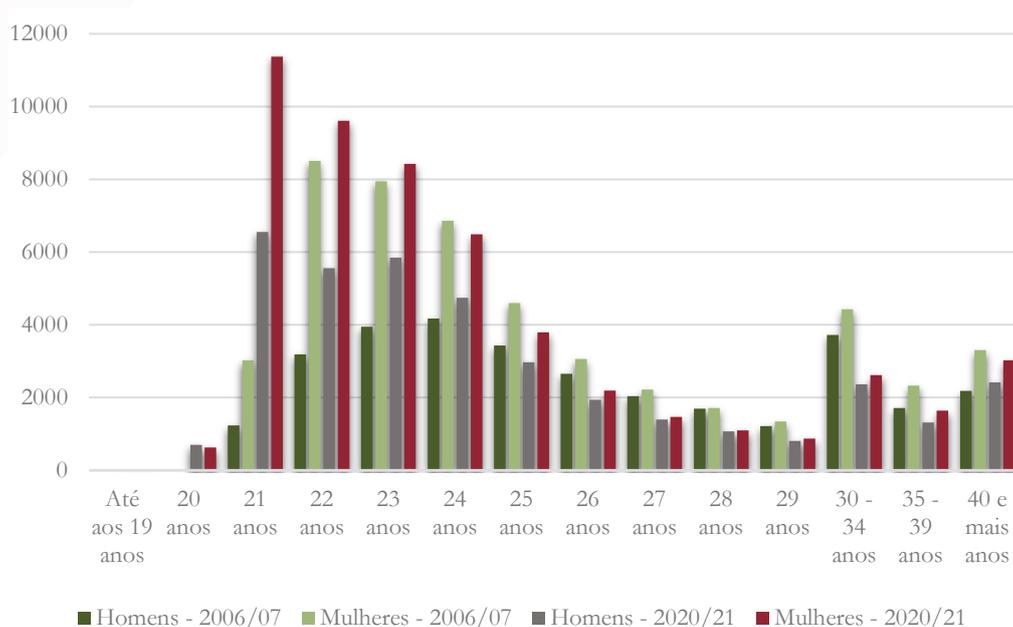
Figura 21- Diplomados (N.º) por localização geográfica e ano letivo



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em Julho de 2022

Em 2006/07, a maioria dos diplomados do ensino superior, independentemente do escalão etário, eram mulheres. Esta diferença é menos acentuada à medida que a idade avança. Em 2020/21, a tendência mantém-se, existem mais mulheres diplomadas do que homens diplomados.

Figura 22 - Diplomados do ensino superior (N.º), por idade, sexo e ano letivo



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em Julho de 2022

De 2000/01 para 2019/20, verifica-se uma diminuição da proporção de mulheres diplomadas no ensino superior em todas as NUTS, excetuando a R.A. dos Açores que tem tido algumas oscilações.

Em 2020/21, a proporção de mulheres diplomadas no ensino superior aumenta ligeiramente em praticamente todas as NUTS face a 2019/20, excetuando o Norte e a R.A. da Madeira. A R.A. dos Açores apresenta a maior proporção de mulheres diplomadas no ensino superior (69,0%).

Figura 23 - Proporção de mulheres nos diplomados no ensino superior por NUTS



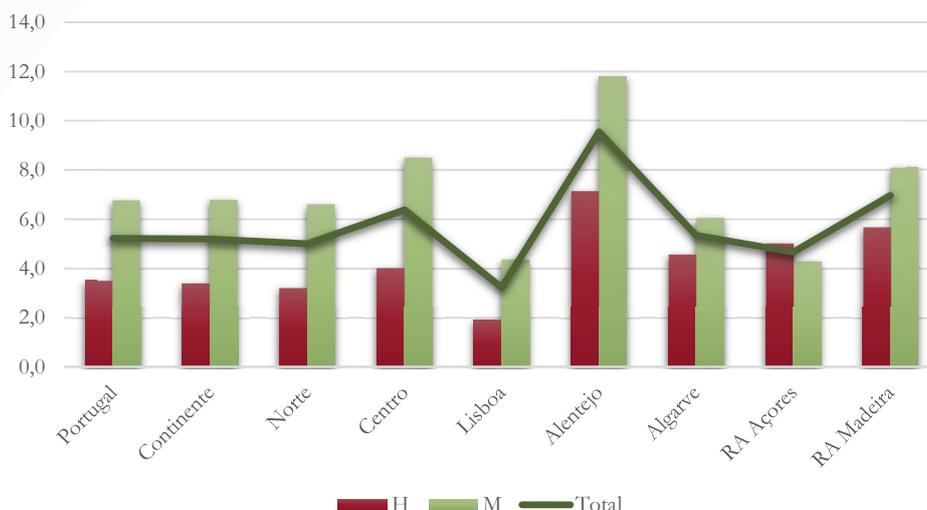
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em julho de 2022

2.2.3.3 Taxa de analfabetismo

O analfabetismo, em Portugal, é apurado através dos Censos, observando-se uma redução acentuada ao longo das últimas décadas. Refira-se que, ainda em 1981, Portugal registava cerca de 1,5 milhões de analfabetos, reduzindo-se este valor para um terço, trinta anos volvidos.

Em 2011, à data dos últimos censos, a taxa de analfabetismo é maior nas mulheres chegando mesmo a ser superior ao total, em todas as NUTS, excetuando a R.A. dos Açores. O Alentejo apresenta as taxas de analfabetismo mais elevadas, tanto para as mulheres (11,8%) como para os homens (7,1%).

Figura 24 - Taxa de analfabetismo (%), por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo



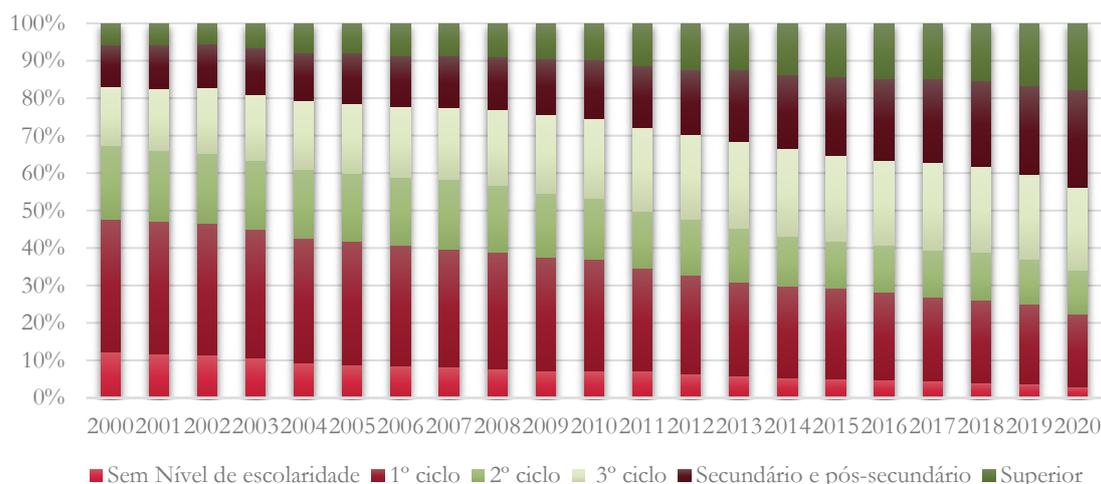
Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011 - Dados atualizados em fevereiro de 2014

2.2.3.3.4 População residente com idade entre os 16 e 89 anos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado

Desde 2000 até 2021, a população residente em Portugal com idade entre os 16 e 89 anos, está mais escolarizada em ambos os sexos. As mulheres apresentam taxas maiores que os homens nos extremos, ou seja:

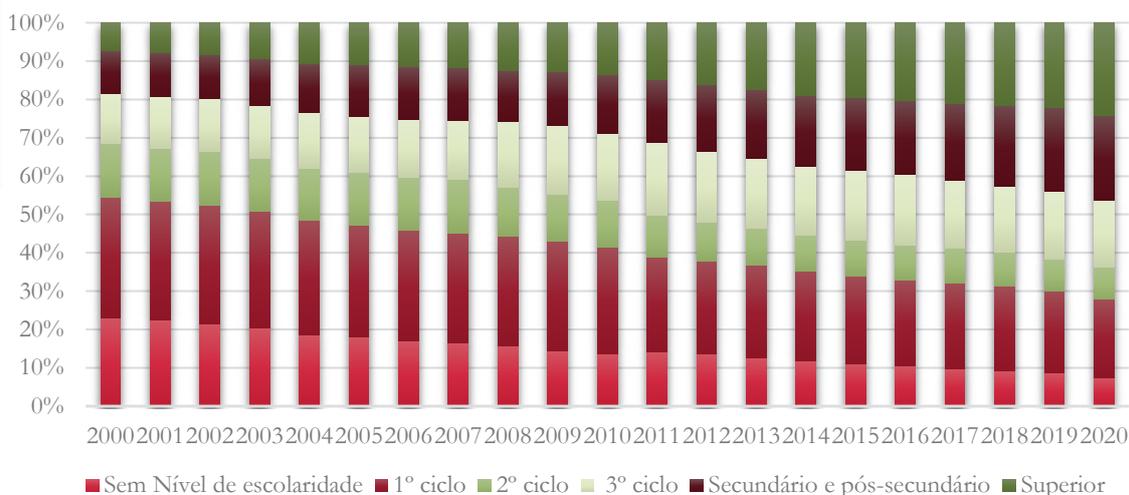
- ▶ Em 2000/01, as mulheres são menos escolarizadas (55% contra 48% - sem e com o 1º Ciclo completo) e mais escolarizadas (7,2% contra 5,7% com o ensino superior).
- ▶ Em 2020/21, as mulheres são menos escolarizadas (26% contra 20% - sem e com o 1º Ciclo completo) e mais escolarizadas (27,8% contra 20% com o ensino superior).

Figura 25 - População residente com 15 e mais anos de idade por nível de escolaridade completo mais elevado, por ano - Homens



Fonte: PORDATA (INE - Inquérito ao emprego) - Dados atualizados em fevereiro de 2021

Figura 26 - População residente com 15 e mais anos de idade por nível de escolaridade completo mais elevado, por ano - Mulheres

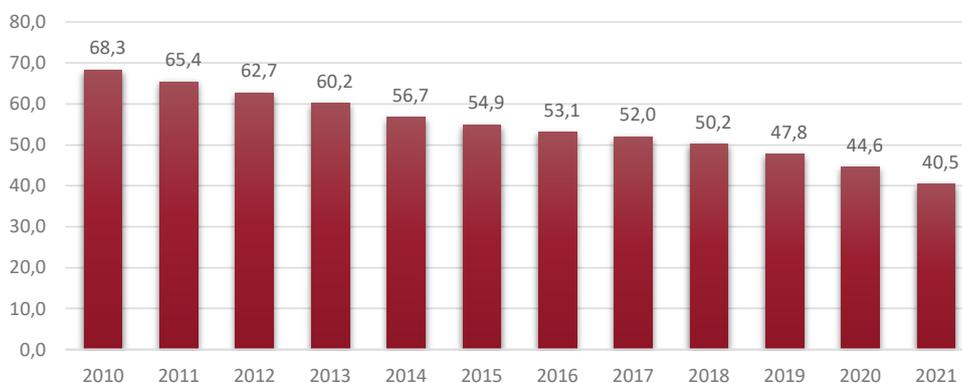


Fonte: PORDATA (INE – Inquérito ao emprego) - Dados atualizados em fevereiro de 2021

2.2.3.3.5 População dos 25 aos 64 anos com baixo nível de habilitações²⁷

Admite-se que as pessoas com baixo nível de escolaridade tenham uma posição mais desfavorável na sociedade; de outro modo, que a igualdade de oportunidades e de resultados estejam correlacionadas com o nível de habilitações atingido.

Figura 27 - População com baixo nível de habilitação (%)



Fonte: Eurostat, Base de dados (EDAT_LFS_9903)

A população com baixo nível de escolaridade, tem uma dimensão muito elevada, embora se observe uma tendência de redução progressiva. Consta-se também existir uma forte disparidade face à média verificada na UE (20,7% em 2021).

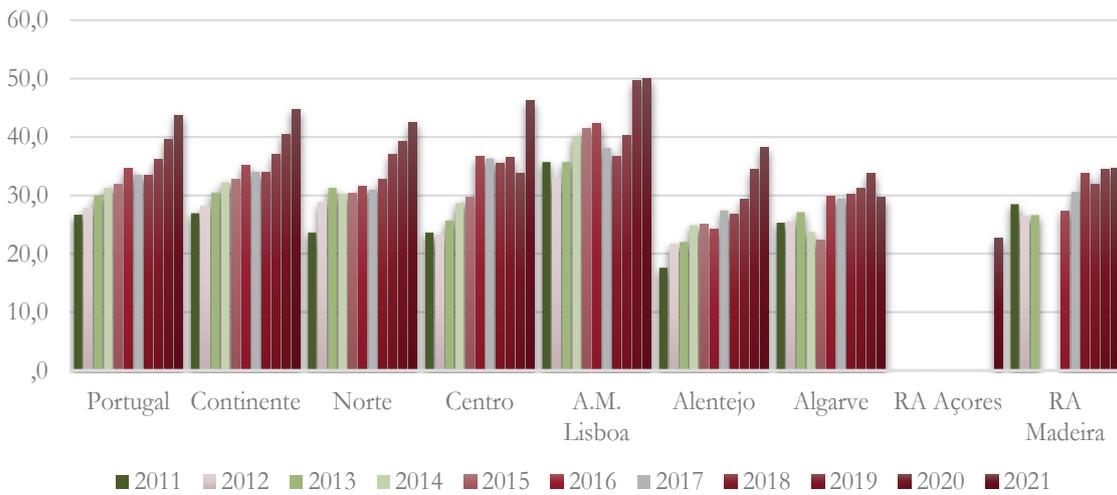
2.2.3.3.6 Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (30 aos 34 anos)

Em Portugal, de 2011 para 2021, a taxa de escolaridade do nível de ensino superior dos 30 aos 34 anos cresceu cerca de 17,0 p.p. atingindo no último ano 43,7% em Portugal e 44,7% no Continente.

Ao longo da série, verifica-se que a taxa cresceu em todas as NUTS. Em 2021, a A.M.L. é a região que tem a maior taxa (50,0%) e a R.A. Açores a menor taxa (22,6%).

²⁷ Para efeitos do presente relatório, consideraram-se como “baixos níveis de escolaridade”, os níveis da CITE 0, 1 e 2, o que compreende a educação pré-escolar, os 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

Figura 28 - Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (%) da população residente com idade entre 30 e 34 anos, por local de residência



Dados em falta na RA Açores (2011 a 2020) e RA Madeira (2014 e 2015):
§ Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado

Fonte: INE, Inquérito ao emprego - Dados atualizados em junho de 2022

A taxa de escolaridade de nível superior da população residente dos 30 aos 34 anos é superior nas mulheres. De 2011 a 2021, a taxa aumentou 17,0 p.p., sendo que nas mulheres aumentou 19,5 p.p. e nos homens aumentou 14,7 p.p..

Se olharmos para a taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população residente com idade entre 30 e 34 anos, por país, verifica-se que Portugal, de 2010 para 2020, aumentou a taxa de 24% para 43,7% (ver gráfico 14).

2.2.3.3.7 Taxa de abandono precoce de educação e formação

Em Portugal, de 2010 para 2021 a taxa decresceu mais de 22 p.p. atingindo no ano mais recente o valor de 5,9%.

Figura 29 - Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação (%) - Portugal



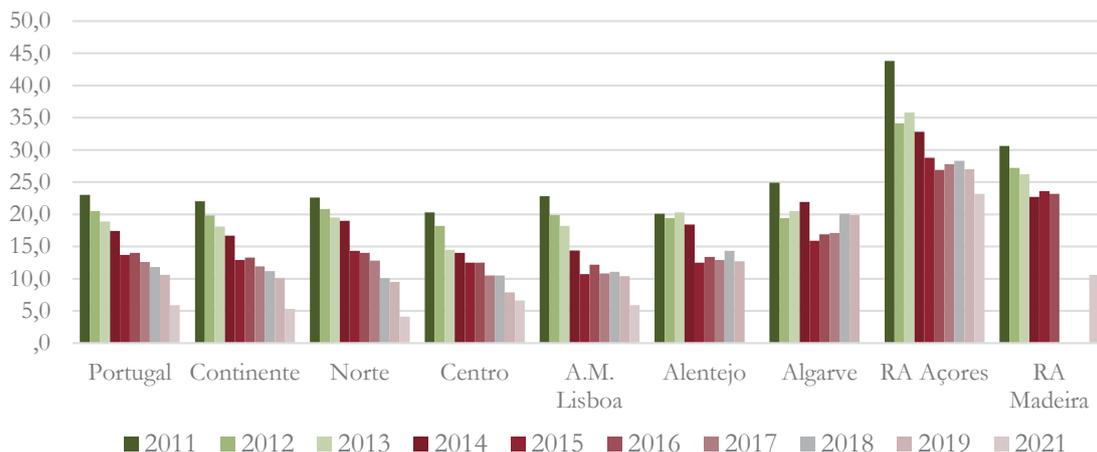
Fonte: Eurostat, Base de dados (EDAT_LFSE_14)

A taxa de abandono precoce de educação e formação decresceu em todas as NUTS II apresentando assim uma melhoria gradual ao longo de toda a série.

Em 2021, as taxas superiores a 20% encontram-se na R.A. dos Açores. No entanto, a região registou o maior decréscimo da série (21 p.p.).

Constatou-se ainda que os homens “abandonam” mais do que as mulheres.

Figura 30 - Taxa de abandono precoce de educação e formação por Local de residência e ano



Dados em falta RA Madeira (2017 a 2020), Alentejo (2020) e Algarve (2020): § Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

Fonte: INE - Dados atualizados em junho de 2022

Se compararmos com os dados europeus (ver gráfico 15), observa-se que em 2021 (dados mais atuais a nível internacional), Portugal e a UE28 nos últimos anos apresentaram taxas relativamente próximas, mas nem sempre foi assim, uma vez que no início da série, em 2010, a diferença era ainda bastante acentuada, apresentando assim o maior decréscimo (22,4) desde 2010 até 2021²⁸.

2.2.3.3.8 Conclusões no Tempo Esperado e Equidade²⁹

Nos últimos anos, a DGEEC tem vindo a produzir um indicador mais avançado para aferir o sucesso escolar, observando-o ao longo de cada ciclo de estudos e combinando, sempre que possível, avaliações internas e externas.

Devido à pandemia de COVID-19, nos últimos dois anos letivos não foi possível apurar os dados para o indicador dos percursos diretos de sucesso, em virtude das alterações implementadas na avaliação externa. Por isso, e de forma a apresentar os sucessos e insucessos dos alunos dos vários níveis de ensino, apresentam-se aqui as conclusões no tempo esperado e a equidade.

Por conclusões no tempo esperado, consideram-se todos os alunos que concluíram com sucesso o seu percurso escolar dentro do limite de tempo esperado de cada nível de ensino.

Por equidade, considera-se a diferença entre a percentagem de alunos com apoio ASE que concluíram o nível de ensino e a percentagem de alunos do país com um perfil semelhante que também concluíram o mesmo nível de ensino.

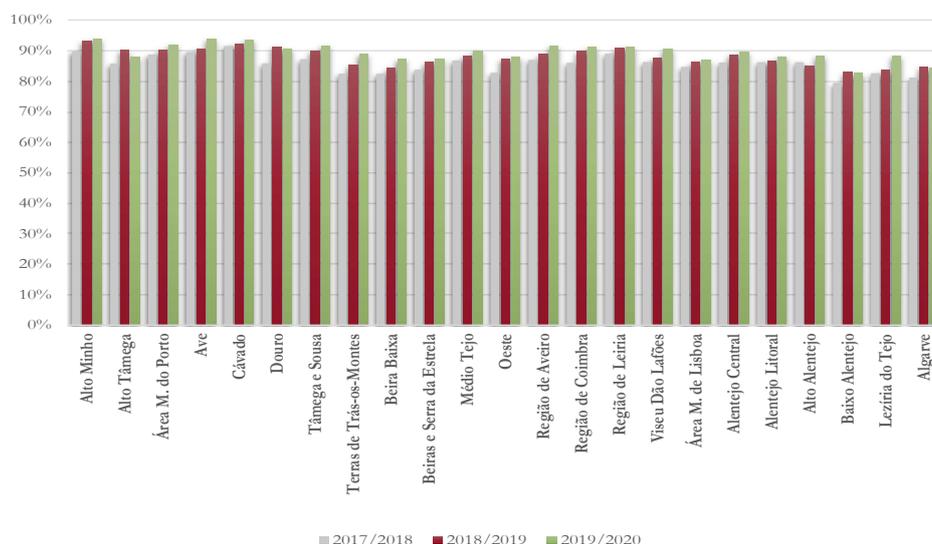
Os alunos que concluíram o 1.º ciclo do ensino básico dentro do tempo esperado, ou seja, até quatro anos depois de terem ingressado neste ciclo, são considerados casos de sucesso.

²⁸ Para efeitos de comparação internacional, os dados mais atuais são os relativos a 2021.

²⁹ Para informação mais detalhada sobre a metodologia usada, sugere-se a consulta do estudo na página da DGEEC ([Resultados Escolares: Sucesso e Equidade | Ensino Básico e Secundário](#))

Desde 2017/18 a 2019/20, a percentagem de alunos que concluíram o 1.º ciclo com sucesso, ou seja, em quatro anos, cresceu em todas as NUTS III, excetuando o Alto Tâmega. Em 2019/20, as NUTS III que apresentavam percentagem de sucesso mais elevadas são: Alto Minho e Ave (94,0%), Cávado (93%) e Área Metropolitana do Porto (92,0%); a percentagem mais baixa com 82% pertence ao Baixo Alentejo.

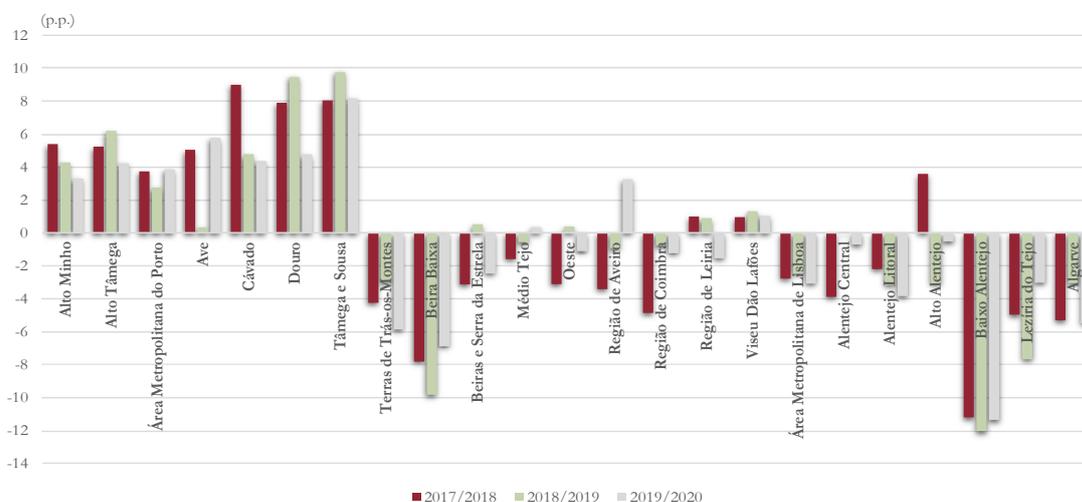
Figura 31 - 1.º Ciclo em 4 anos



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em maio de 2022

Observando os valores da equidade para o 1.º ciclo do ensino básico contata-se uma redução das diferenças desde 2017/18 a 2019/20 em mais de metade das NUTS III. Verifica-se que algumas NUTS III da região norte apresentam melhores resultados, sendo o valor positivo mais elevado registado no Tâmega e Sousa (8 p.p.) e no sentido oposto a região sul com resultados menos favoráveis, sendo o Baixo Alentejo a NUTS III com o valor negativo mais elevado (-11 p.p.). De 2017/18 a 2019/20, a região de Aveiro teve a maior redução percentual (7 p.p.).

Figura 32 - Equidade - 1.º Ciclo em 4 anos

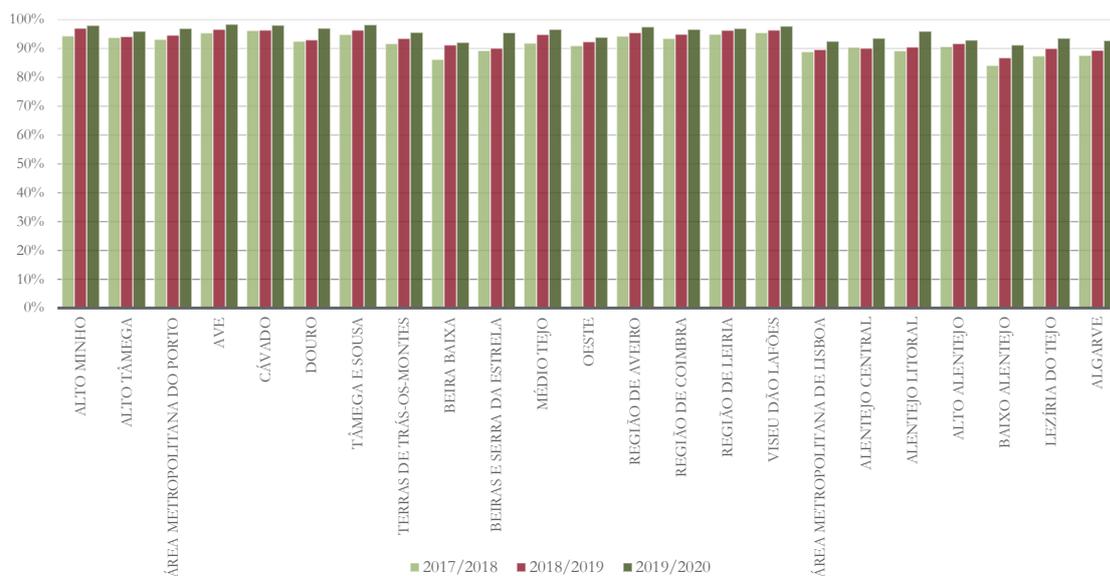


Fonte: DGEEC - Dados atualizados em maio de 2022

Os alunos da escola que concluíram o 2.º ciclo do ensino básico dentro do tempo esperado, ou seja, dois anos depois de terem ingressado neste ciclo são considerados casos de sucesso.

A percentagem de alunos que concluíram o 2.º ciclo com sucesso cresceu, de 2017/18 a 2019/20, em todas as NUTS III. Em 2019/20, todas as NUTS III apresentam percentagem de sucesso acima dos 90%, sendo as mais elevadas no Alto Minho, Ave, Cávado, Tâmega e Sousa, Região de Aveiro e Viseu Dão Lafões (todas com 98%) e as percentagens mais baixas no Baixo Alentejo (91%) e Beira Baixa (92%).

Figura 33 - 2.º Ciclo em 2 anos



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em maio de 2022

Relativamente à equidade no 2.º ciclo do ensino básico, verifica-se que as NUTS III da região norte apresentam valores positivos, sendo que em 2019/20 o Tâmega e Sousa regista o valor mais elevado (4 p.p.) e no sentido oposto encontra-se a Beira Baixa e o Baixo Alentejo com os valores negativos mais elevados, ambas com menos de 5 p.p.. De 2017/18 a 2019/20, as Beiras e Serra da Estrela apresentam a maior redução percentual (5 p.p.).

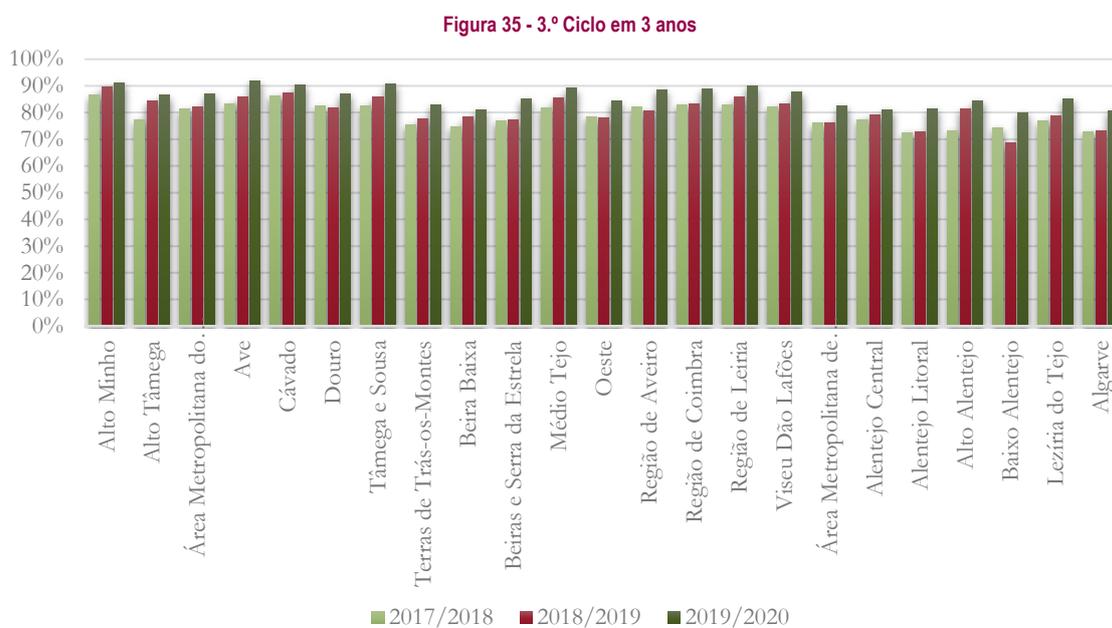
Figura34 - Equidade - 2.º Ciclo em 2 anos



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em maio de 2022

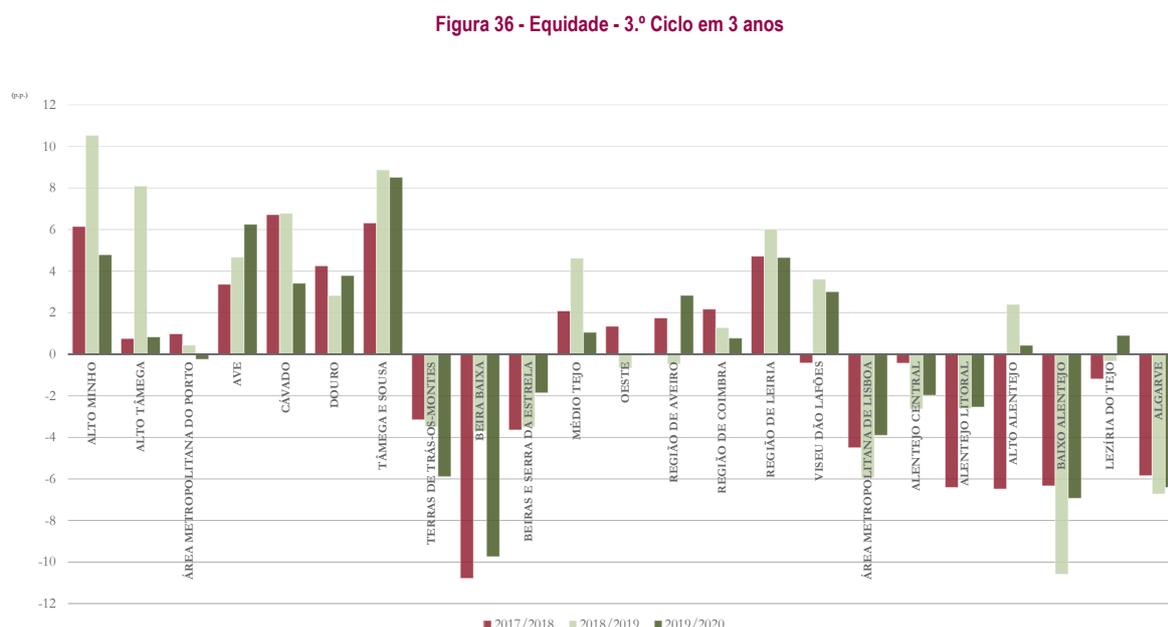
Os alunos que concluíram o 3.º ciclo do ensino básico dentro do tempo esperado, ou seja, três anos depois de terem ingressado neste ciclo são considerados casos de sucesso.

A percentagem de alunos que concluem o 3.º ciclo com sucesso cresceu em todas as NUTS III, desde 2017/18 a 2019/20, excetuando o Baixo Alentejo que teve um ligeiro decréscimo no ano letivo 2018/19, mas que no ano seguinte voltou a crescer. Em 2019/20, as NUTS III que apresentam a percentagem de sucesso mais elevada são: Ave (92%) e Alto Minho e Tâmega e Sousa (91%), a percentagem mais baixa é registada no Baixo Alentejo (80%).



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em maio de 2022

No que respeita à equidade no 3.º ciclo do ensino básico, verifica-se uma distribuição irregular na maioria das NUTS III entre 2017/18 e 2019/20. Em 2019/20, a NUTS III do Tâmega e Sousa apresenta o valor positivo mais elevado com 9 p.p. e a Beira Baixa com o valor negativo mais elevado (-10 p.p.). De 2017/18 a 2019/20, o Alto Alentejo apresenta a maior redução percentual (7 p.p.).

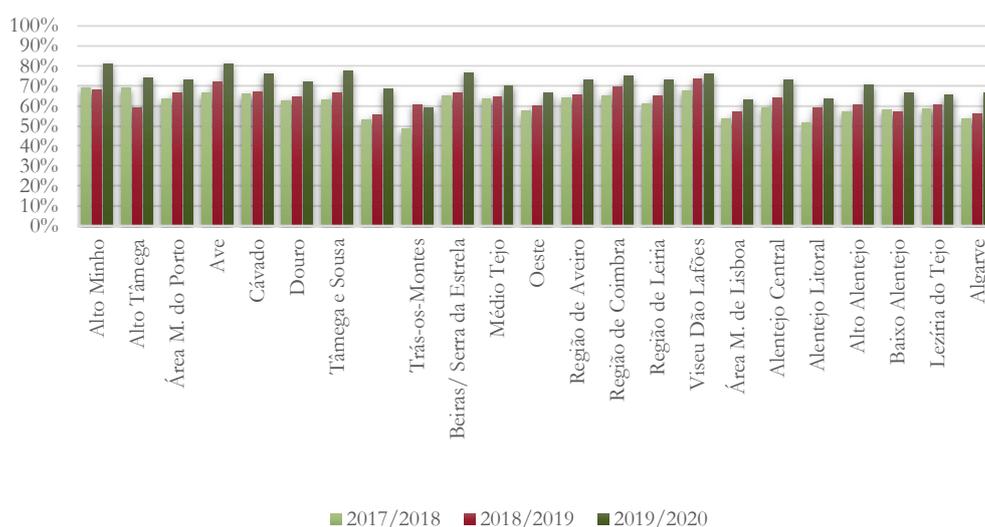


Fonte: DGEEC - Dados atualizados em maio de 2022

Os alunos que concluíram os Cursos Científico-Humanísticos dentro do tempo esperado, ou seja, três anos depois de terem ingressado neste ciclo são considerados casos de sucesso.

De 2017/18 para 2019/20, a percentagem de alunos com sucesso nos Cursos Científico-Humanísticos cresceu em todas as NUTS III, excetuando a Beira Baixa. Em 2019/20, as NUTS III que apresentam a percentagem de sucesso mais elevadas são o Alto Minho e Ave (81%), no sentido oposto encontra-se a Beira Baixa com 59%.

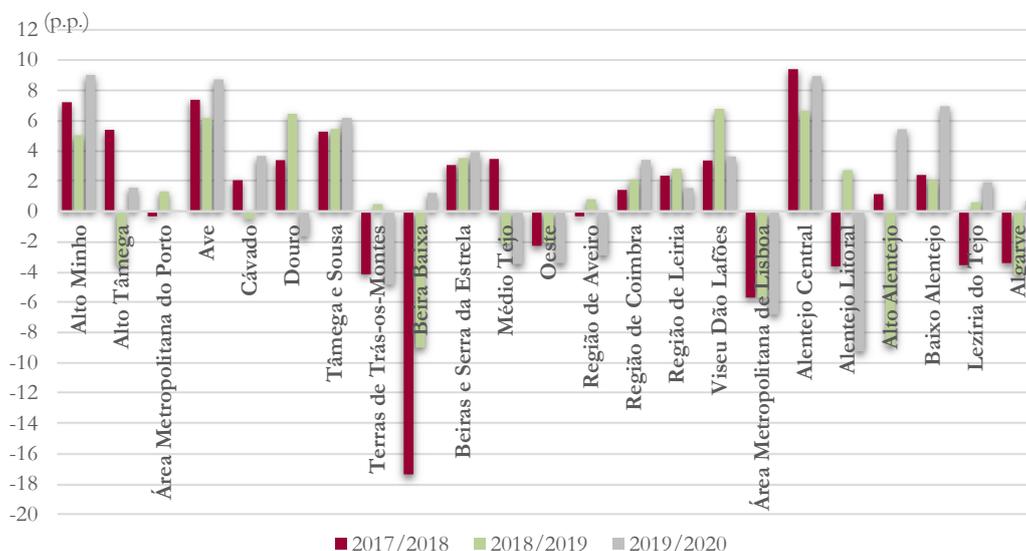
Figura 37 - Ensino Secundário - Cursos científico- humanísticos (CH)



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em maio de 2022

À semelhança do 3.º Ciclo do ensino básico, também a distribuição da equidade nos Cursos Científico-Humanísticos é irregular na maioria das NUTS III entre 2017/18 e 2019/20. Em 2019/20, as NUTS III do Alto Minho, Ave e Alentejo Central apresentam os valores positivos mais elevados (9 p.p.). Em sentido oposto, com os valores negativos mais elevados, estão o Alentejo Litoral (-9 p.p.) e a Área Metropolitana de Lisboa (-7 p.p.). De 2017/18 a 2019/20, a maior redução percentual registou-se na Beira Baixa (19 p.p.).

Figura 38 - Equidade - CH em 3 anos

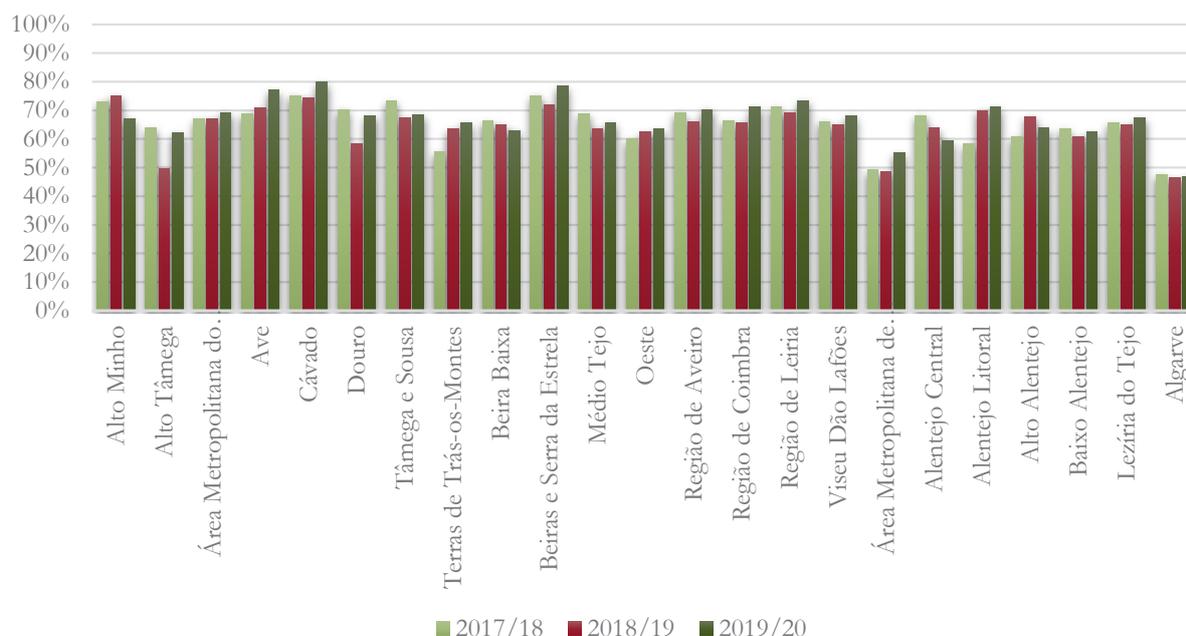


Fonte: DGEEC - Dados atualizados em maio de 2022

Os alunos dos Cursos Profissionais (CP) que concluíram o ensino profissional dentro do tempo esperado, ou seja, até três anos depois de terem ingressado nesta modalidade de ensino, são considerados casos de sucesso.

De 2017/18 a 2019/20, a percentagem de alunos com sucesso nos CP não apresentou a mesma evolução em todas as NUTS III. Em 2019/20, a NUTS III que apresenta a percentagem de sucesso mais elevada, com 80%, foi o Cávado e a percentagem mais baixa, com 47%, foi o Algarve.

Figura 39 - Ensino Secundário - Cursos Profissionais (CP)



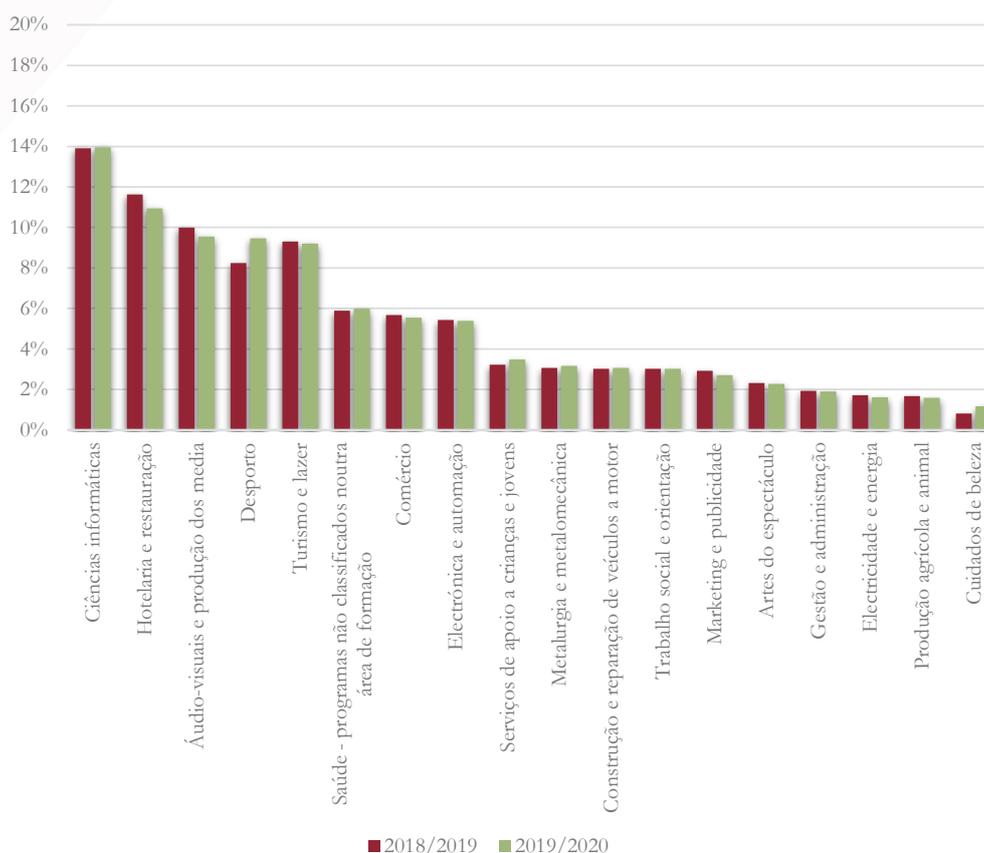
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em maio de 2022

Se olharmos para a percentagem de alunos que concluíram o ensino profissional dentro do tempo normal, por área de educação e formação (AEF) constata-se que existe uma grande dispersão (no gráfico estão indicadas apenas as AEF que têm mais de 1% de alunos).

As AEF mais representadas são as Ciências Informáticas, Hotelaria e restauração e Audiovisuais e produção dos media, com mais de 10% de alunos que concluíram os Cursos Profissionais.

Verifica-se, também, que a representatividade das AEF se mantém estável entre 2018/19 e 2019/20, sendo, no entanto, de salientar o crescimento da AEF do Desporto (1,2 p.p.).

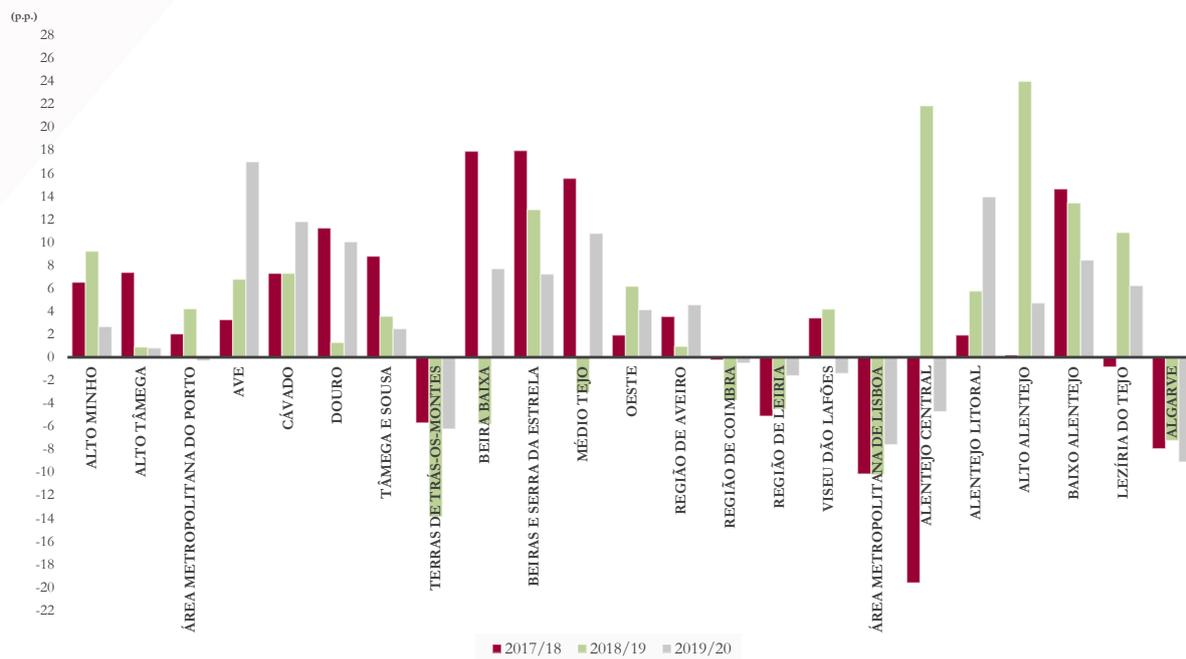
Figura 40 - Ensino secundário - Cursos Profissionais por área de educação e formação (AEF)



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em maio de 2022

Nos Cursos Profissionais, a distribuição da equidade apresenta-se irregular na maioria das NUTS III e os valores são mais elevados do que nos outros ciclos/níveis de ensino apresentados. Em 2019/20, as NUTS III com os valores positivos mais elevado são o Ave (17 p.p.) e o Alentejo Litoral (14 p.p.). Em sentido oposto, o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa apresentam os valores negativos mais elevados, com -9 p.p. e -8 p.p., respetivamente. Embora, o valor continue negativo, a maior redução percentual, com 15 p.p., pertence ao Alentejo Central.

Figura 41 - Equidade - CP em 3 anos



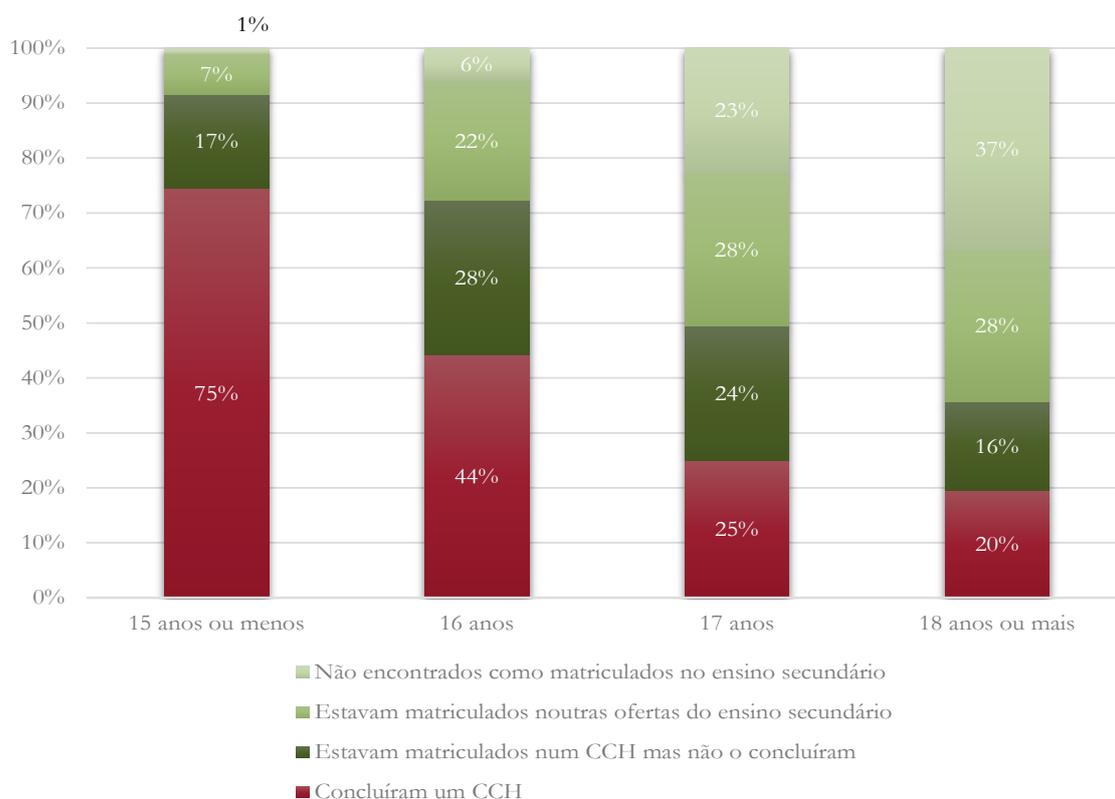
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em maio de 2022

2.2.3.3.9 Percursos dos alunos que ingressaram no ensino secundário, em diferentes vias de ensino (Portugal Continental)³⁰

Dos alunos que ingressaram no ensino científico-humanístico (CH) em 2019/20, os alunos provenientes do ensino artístico especializado obtiveram melhores taxas de sucesso de conclusão do ensino secundário, sendo de referir que o número de alunos aqui indicado é muito menor do que os alunos que são provenientes do ensino básico geral.

Por outro lado, à medida que a idade avança, os alunos que ingressaram no ensino CH concluem menos e, por sua vez, também “abandonam” mais o ensino secundário.

Figura 42 - Situação em 2019/20 dos alunos que ingressaram em CH em 2017/18, por idade no ano de ingresso



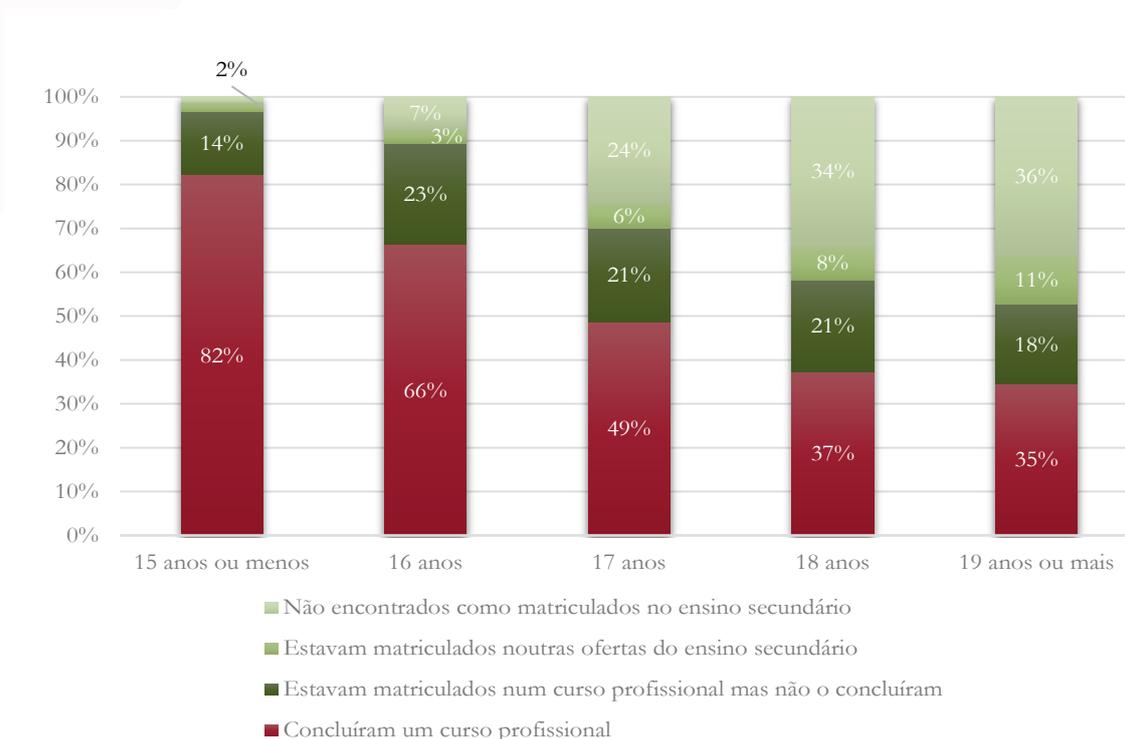
Fonte: DGEEC - dados atualizados em novembro de 2021 - Estudo “Situação após 3 anos dos alunos que ingressam no ensino científico- humanísticos”

Percursos dos alunos que ingressaram no ensino profissional em 2017/18 - dos alunos que ingressaram no ensino profissional em 2017/18, os alunos provenientes do ensino básico geral obtiveram melhores taxas de sucesso de conclusão do secundário dos que as restantes ofertas. Os Percursos Curriculares Alternativos (PCA) e os Cursos Vocacionais são os cursos que apresentam maiores taxas de “abandono”, sendo relevante estas modalidades serem já concebidas para jovens em situação de insucesso escolar repetido e risco de abandono.

À semelhança dos cursos CH, à medida que a idade avança, os alunos dos cursos profissionais concluem menos e, por sua vez, também “abandonam” mais o ensino secundário.

30 Para informação mais detalhada sobre a metodologia usada, sugere-se a consulta dos estudos na página da DGEEC: Cursos Científico-Humanísticos - Situação após 3 anos e Cursos Profissionais - Situação dos alunos após 3 anos.

Figura 43 - Situação em 2019/20 dos alunos que ingressaram nos cursos profissionais em 2017/18, por idade no ano de ingresso



Fonte: DGEEC - Estudo sobre a Situação após 3 anos dos alunos que ingressam no ensino profissional (novembro 2021)

2.2.3.10 Prosseguimento dos estudos dos diplomados dos cursos científico-humanísticos e dos cursos profissionais, por ano letivo de conclusão do ensino secundário (Portugal Continental)³¹

Em Portugal Continental, após um ano da conclusão do ensino secundário em cursos científico-humanísticos, cerca de 80% dos diplomados encontravam-se a estudar numa instituição de ensino superior para obtenção de uma licenciatura ou mestrado integrado.

Figura 44 - Situação após 1 ano dos alunos que concluíram cursos científico- humanísticos, por ano letivo de conclusão do ensino secundário



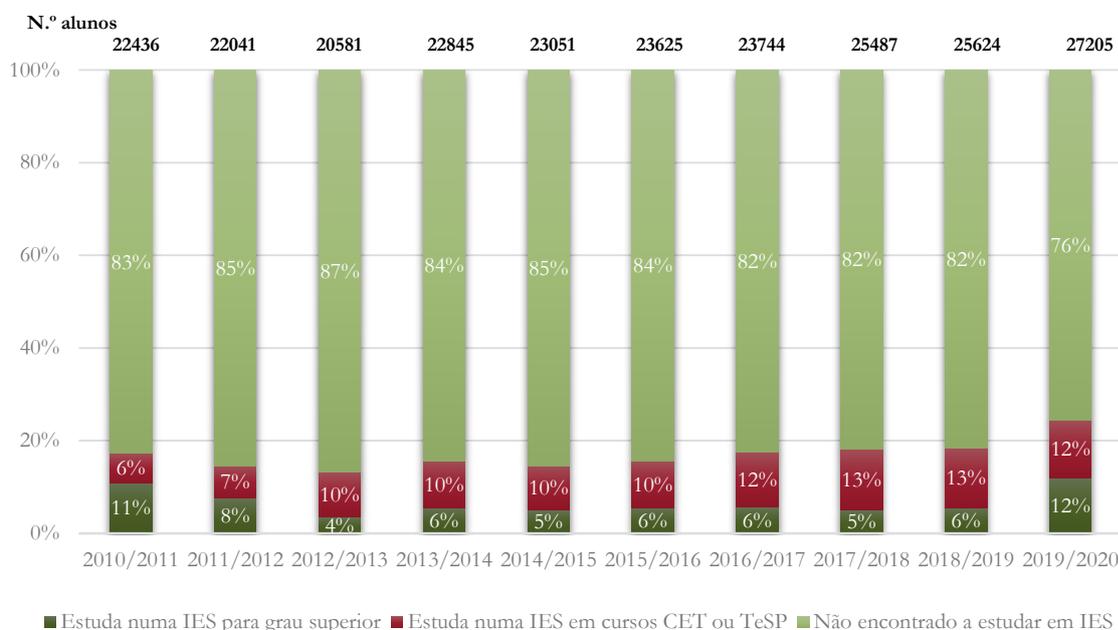
Fonte: DGEEC - Estudo sobre a transição entre o ensino secundário e o ensino superior (fevereiro de 2022)

³¹ Para informação mais detalhada sobre a metodologia usada, sugere-se a consulta do estudo na página da DGEEC ([Transição entre o Secundário e o Superior: série temporal](#))

Após um ano da conclusão do ensino secundário profissional, 24% dos diplomados encontrava-se a estudar numa instituição de ensino superior, em 2019/20, sendo que esse valor se manteve em redor dos 15% ao longo da primeira metade da última década e posteriormente aumentado. A percentagem de alunos que prosseguiu os estudos de licenciatura numa instituição de ensino superior conheceu até um retrocesso apenas compensado no último ano (11% em 2010/11, 12% em 2019/20), ainda que se tenha observado um aumento do prosseguimento de estudos em cursos de especialização tecnológica e cursos técnicos superiores profissionais, os quais podem igualmente ser vias de acesso posterior a graus académicos.

O trabalho realizado pelo Observatório dos Trajetos do Ensino Secundário (OTES) da DGEEC tem permitido observar, através de questionários a amostras alargadas de estudantes, que a este padrão de menor prosseguimento de estudos dos alunos dos cursos profissionais corresponde uma integração mais alargada e mais qualificada no mercado de trabalho, em comparação com os alunos quer dos cursos científico-humanísticos quer dos cursos vocacionais (entretanto, extintos).

Figura 45 - Situação após 1 ano dos alunos que concluíram cursos profissionais, por ano letivo de conclusão do secundário



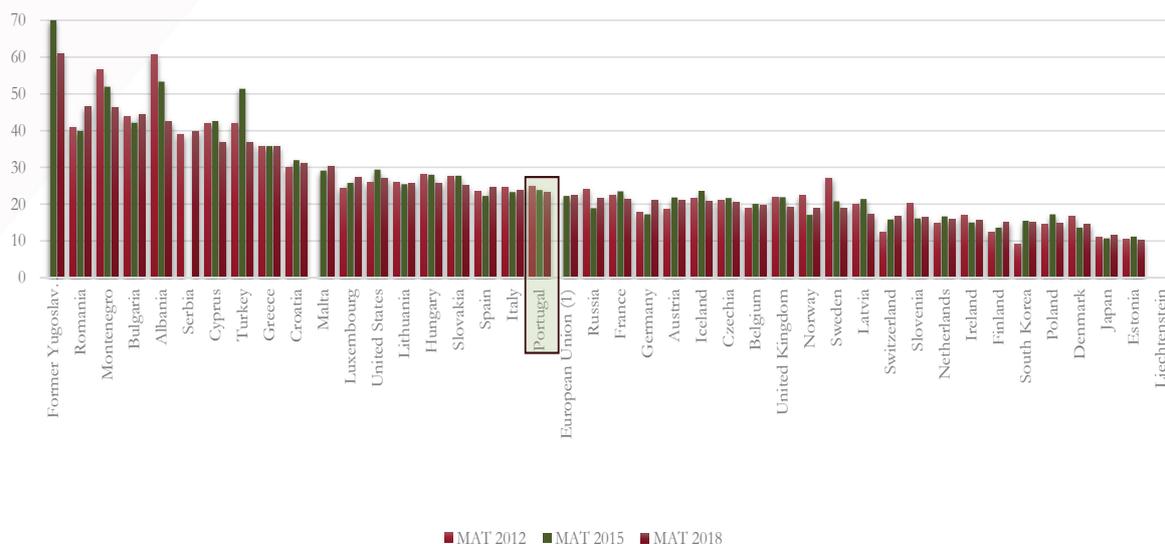
Fonte: DGEEC - Estudo sobre a transição entre o ensino secundário e o ensino superior (fevereiro de 2022)

2.2.3.3.11 Desempenho dos alunos no PISA³²

A análise das desigualdades nos conhecimentos e competências dos alunos, entre países e dentro de cada um deles, constitui igualmente uma linha de trabalho cada vez mais consolidada, ao nível da administração educativa e dos organismos internacionais. Neste caso, Portugal tem registado ao longo das duas décadas progressos relevantes, sobretudo, na redução do número de jovens com baixas competências a Matemática, Leitura e Ciências, situando-se próximo da média da OCDE nestes indicadores.

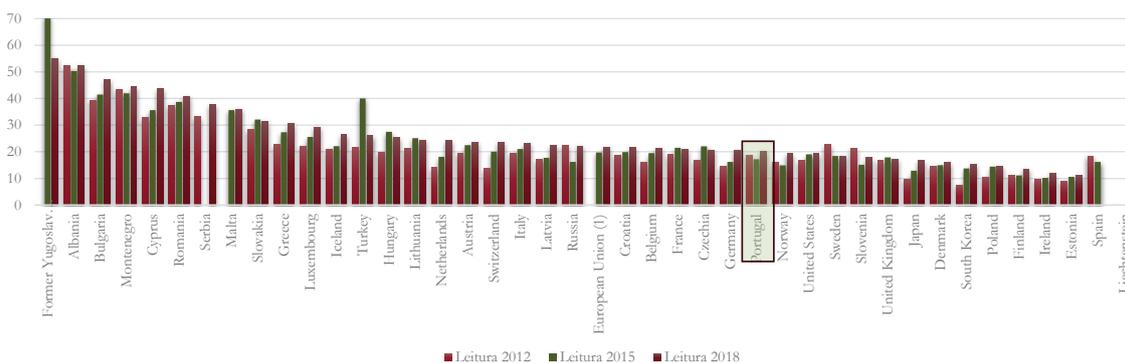
³² Programme for International Student Assessment (PISA), desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A participação portuguesa tem sido coordenada pelo Instituto de Avaliação Educativa (IAVE).

Figura 46 - Baixo desempenho dos alunos no PISA - Matemática (%) (2012 - 2018)



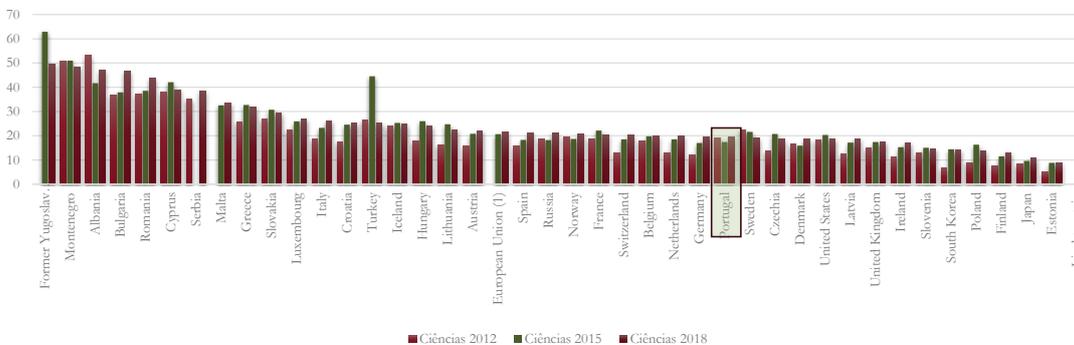
Fonte: Eurostat

Figura 47 - Baixo desempenho dos alunos no PISA - Leitura (%) (2012 - 2018)



Fonte: Eurostat

Figura 48 - Baixo desempenho dos alunos no PISA - Ciências (%) (2012 - 2018)



Fonte: Eurostat

2.2.3.4 Transição para o mercado de trabalho e empregabilidade jovem

2.2.3.4.1 Jovens em Portugal com idade dos 15 aos 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF)

Desde 2012 até 2019, verifica-se, independentemente do grupo etário, uma redução do número de jovens que não se encontram a trabalhar, nem a estudar ou em formação (NEEF). No ano de 2020, já marcado pela pandemia, esta tendência inverteu-se, registando um valor próximo ao de 2017.

Figura 49 - Jovens não empregados que não estão em educação ou formação (N.º) em Portugal, por ano e grupo etário



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em fevereiro de 2021

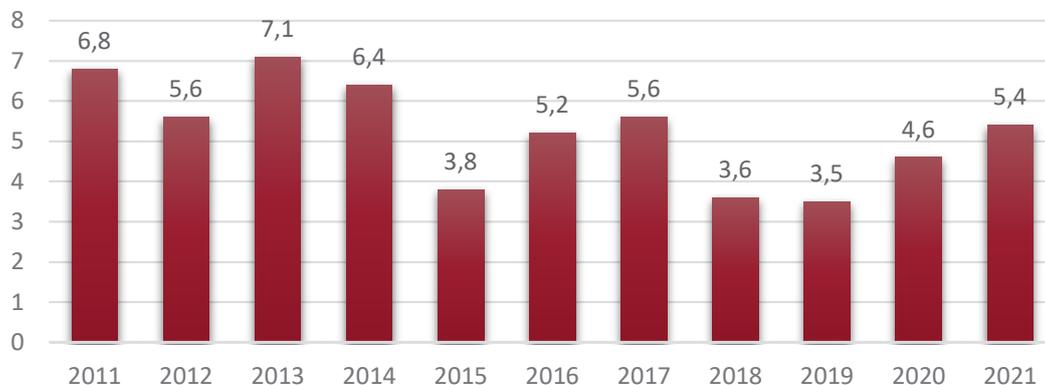
Na distribuição por sexo, existem mais jovens NEEF do sexo feminino do que do sexo masculino, sendo mais evidente no grupo etário dos 25-34 anos. De 2011 a 2020, essa diferença tem-se reduzido.

2.2.3.4.2 Jovens não empregados, nem em educação ou formação: diferença por habilitações (entre o superior e o ensino básico)

Os jovens não empregados, nem em educação ou formação (NEEF) constituem um segmento vulnerável.

A evolução do indicador mostra uma descida nos últimos anos, embora se mantenha num valor significativo e que continua a revelar a importância das habilitações para o percurso escolar e profissional dos jovens.

Figura 50 - Diferença NEEF: superior – básico em p.p.



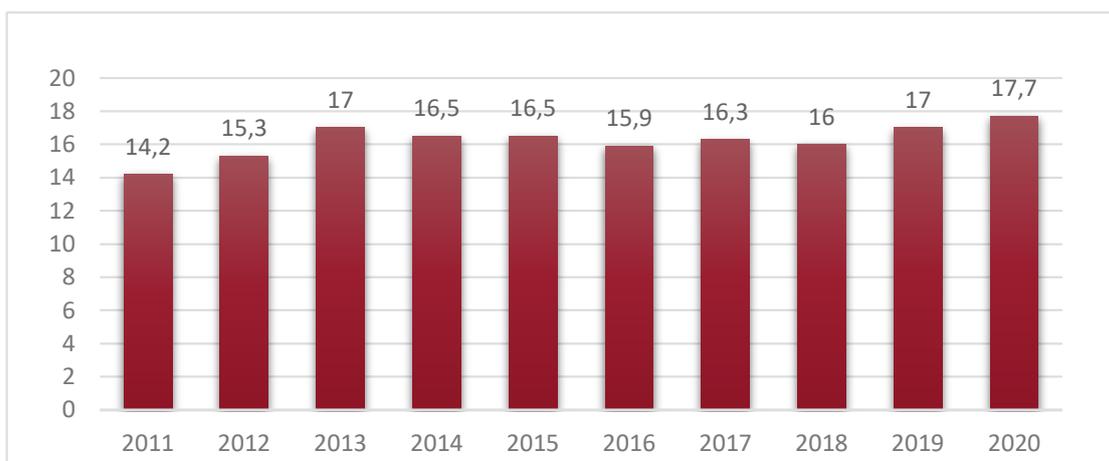
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

2.2.3.4.3 Participação dos adultos (25-64 anos) em educação e formação: diferença por habilitações (entre o superior e o ensino básico)

A participação de adultos em educação e formação continua a ser relevante para a manutenção e aquisição de saberes ao longo da vida no contexto da sociedade de informação e de conhecimento. Esta participação pode reproduzir e cimentar desigualdades se as pessoas com maior nível de habilitações formais forem também aquelas que têm maiores oportunidades e escolhas na aprendizagem ao longo da vida.

A evolução do indicador no período de 2011 a 2020 revela o aumento da percentagem de adultos com ensino superior face aos adultos apenas com o ensino básico.

Figura 51 - Disparidade: superior – básico em pontos percentuais



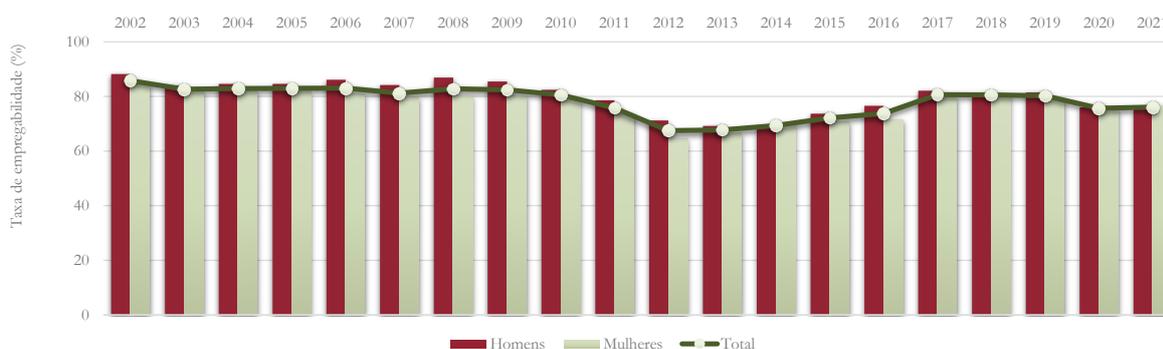
Fonte: INE

2.2.3.4.4 Taxa de empregabilidade dos diplomados dos 20 aos 34 anos

Desde 2013 que a taxa de empregabilidade dos diplomados ⁽¹⁾ dos 20 aos 34 anos tem crescido positivamente para ambos os sexos, verificando-se uma ligeira descida a partir de 2020. Nota-se uma diminuição nos anos 2011 e 2012, possivelmente provocada pela crise existente em Portugal nesses anos.

Em 2021, 76,1% dos diplomados entre 20-34 anos estão empregados. Os homens apresentam uma taxa de 75,6% enquanto as mulheres estão nos 76,7%.

Figura 52 - Taxa de empregabilidade dos diplomados entre os 20 e 34 anos em Portugal, por sexo



Fonte: DGEEC - Eurostat julho de 2022

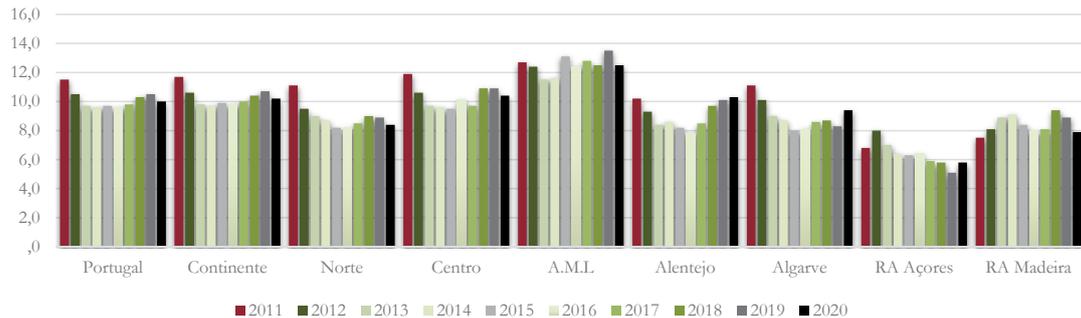
Nota: (1) diplomados com pelo menos o ensino secundário.

2.2.3.5 Formação ao longo da vida

2.2.3.5.1 Aprendizagem ao longo de vida

A percentagem de aprendizagem ao longo da vida³³ tem vindo a crescer nos últimos anos, praticamente em todas as NUTS II, excetuando a R.A. dos Açores que regista um ligeiro decréscimo desde 2016. Em 2020, regista-se um decréscimo, excetuando o Alentejo, o Algarve e a R.A. dos Açores que cresceram ligeiramente face a 2019.

Figura 53 - Aprendizagem ao longo da vida (%), por NUTS e ano



Dados em falta: § Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

Fonte: INE - Dados atualizados em fevereiro de 2021

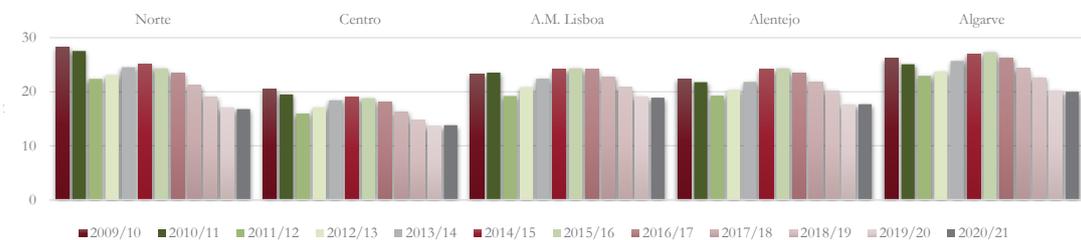
Em 2020, as mulheres têm uma percentagem ligeiramente superior à dos homens em quase todas as NUTS, excetuando a A.M.L. cujos valores são ligeiramente superiores para os homens (ver gráficos 16 e 17 dos Anexos).

2.2.3.6 Financiamento e apoio social

2.2.3.6.1 Taxa de alunos abrangidos pela ação social escolar

Observando a taxa de alunos abrangidos pela ação social escolar por NUTS, constata-se que, embora ligeiramente, a percentagem de alunos abrangidos (em ambos os escalões, correspondentes aos dois níveis inferiores do abono de família) tem decrescido em todas as NUTS desde 2015/16, o que poderá refletir uma melhoria das suas condições de vida.

Figura 54 - Taxa de alunos abrangidos pelo Escalão A, por NUTS II

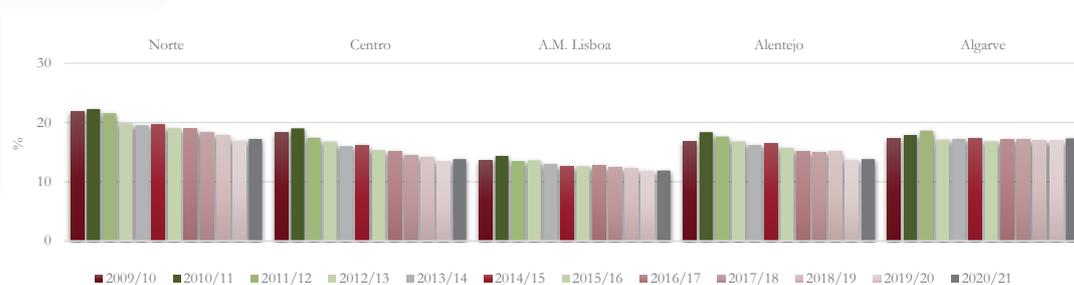


Nota: Só foram consideradas as escolas da rede pública do Ministério da Educação.

Fonte: DGEEC, dados provisórios (junho de 2022)- Dados provisórios (junho de 2022)

³³ O presente indicador refere-se à população residente entre os 25 e os 64 anos. A Aprendizagem ao longo da vida inclui todas as atividades de aprendizagem intencional ou não, desenvolvidas ao longo da vida, em contextos formais, não-formais ou informais, com o objetivo de adquirir, desenvolver ou melhorar conhecimentos, aptidões e competências, no quadro de uma perspetiva pessoal, cívica, social e/ou profissional.

Figura 55 - Taxa de alunos abrangidos pelo Escalão B, por NUTS II



Nota: Só foram consideradas as escolas da rede pública do Ministério da Educação.

Fonte: DGEEC, dados provisórios (junho de 2022)- Dados provisórios (junho de 2022)

Os escalões apresentam-se da seguinte forma:

- ▶ Escalão A entre os 17% e os 24%
- ▶ Escalão B entre os 14% e o 18%;
- ▶ Os que não beneficiam entre os 57% e os 68%.

Relativamente ao ensino básico, os escalões apresentam-se da seguinte forma:

- ▶ Escalão A entre os 18% e os 26%;
- ▶ Escalão B entre os 15% e o 19%;
- ▶ Os que não beneficiam entre os 53% e os 66%.

Por norma, os alunos que mais beneficiam no ensino básico são os que frequentam as seguintes modalidades: Percursos Curriculares Alternativos, Cursos Vocacionais (entretanto, extintos) e Cursos de Educação e Formação. E os alunos que menos beneficiam são os que frequentam o Ensino Artístico Especializado.

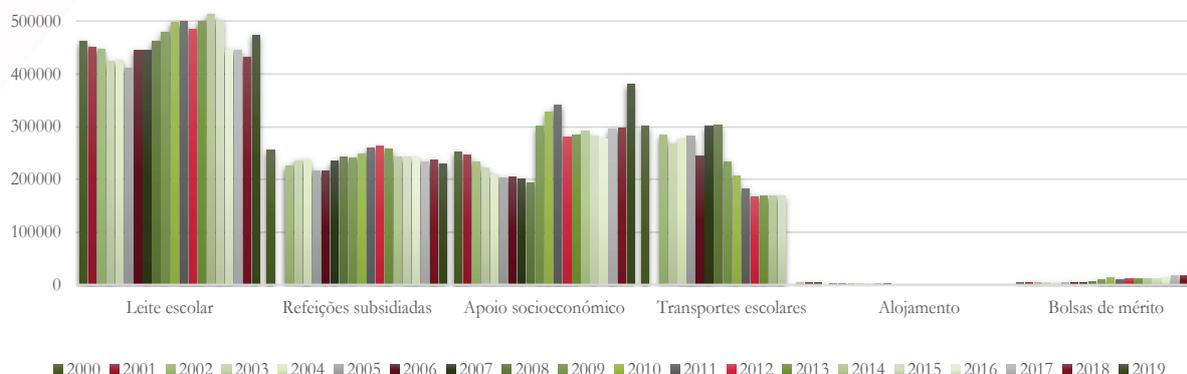
No que respeita ao ensino secundário, os escalões apresentam-se da seguinte forma:

- ▶ Escalão A entre os 11% e os 16%;
- ▶ Escalão B entre os 12% e os 15%;
- ▶ Os que não beneficiam entre os 68% e os 76%.

2.2.3.6.2 Beneficiários da ação social escolar no ensino básico e secundário

No Continente, desde 2000 até 2019, o número de beneficiários da ação social no ensino não superior tem oscilado e nem sempre no mesmo sentido, como se pode observar na figura seguinte.

Figura 56 - Beneficiários da Ação Social Escolar no ensino não superior público (N.º), por tipo de benefício (Continente)

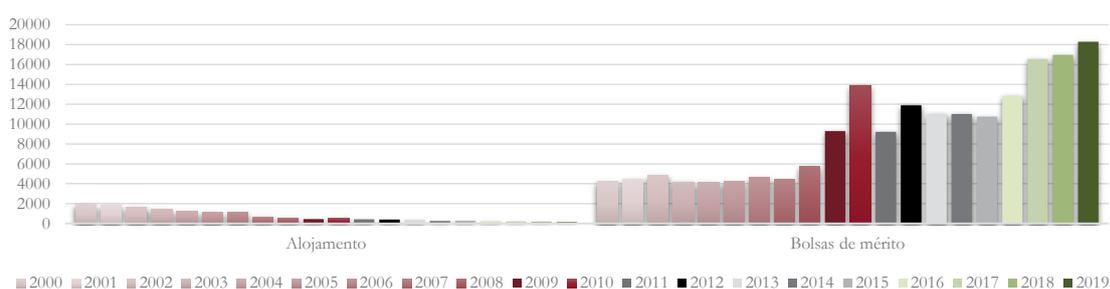


Fonte: Pordata (dados provenientes IGEFE/ME- MCTES) - Dados atualizados em novembro de 2020

O leite escolar, as refeições subsidiadas e o apoio socioeconómico embora tenham decrescido nos primeiros anos em análise, registaram nos anos seguintes subidas graduais ao longo da série. No entanto, é de salientar a descida contínua do número de alunos com benefício nos transportes escolares. O alojamento e as bolsas de mérito apresentam valores muito residuais.

Ao analisarmos com mais detalhe, e como se pode ver na figura seguinte, verifica-se que o número de beneficiários com alojamento e com bolsas de mérito tiveram sentidos inversos, à medida que o alojamento diminui, sendo quase inexistente em 2019, o número de bolsas de mérito, aumentou gradualmente, ultrapassando os 18 mil beneficiários.

Figura 57 - Beneficiários da Ação Social Escolar no ensino não superior público (N.º), por tipo de benefício (Continente)

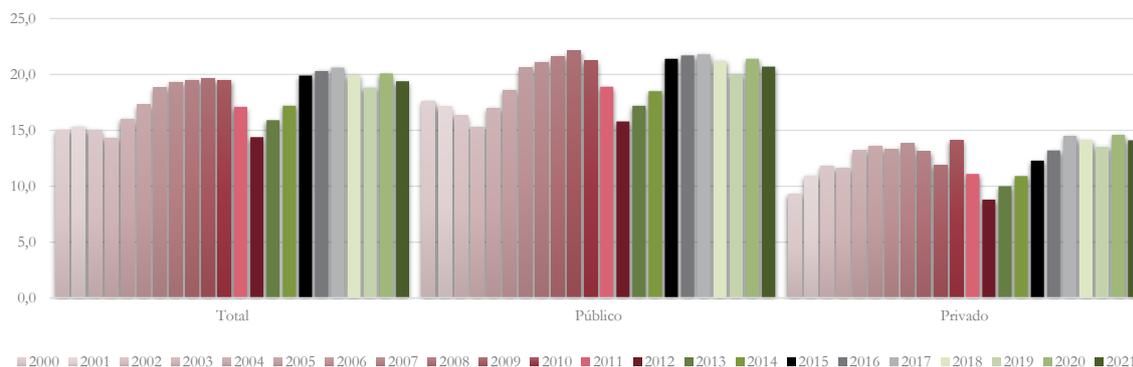


Fonte: Pordata (dados provenientes IGEFE/ME- MCTES) - Dados atualizados em novembro de 2020

2.2.3.6.3 Bolseiros do ensino superior em % de alunos matriculados no ensino superior

A percentagem de bolseiros do ensino superior tem oscilado muito, ao longo de toda a série, registando-se um ligeiro aumento em 2020. Em 2017, regista-se o valor mais elevado, apenas cerca de 20% dos alunos do ensino superior são beneficiários de ação social escolar.

Figura 58 - Bolsellos do ensino superior em % de alunos matriculados no ensino superior: total e por subsistema de ensino (Portugal)



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em julho de 2022

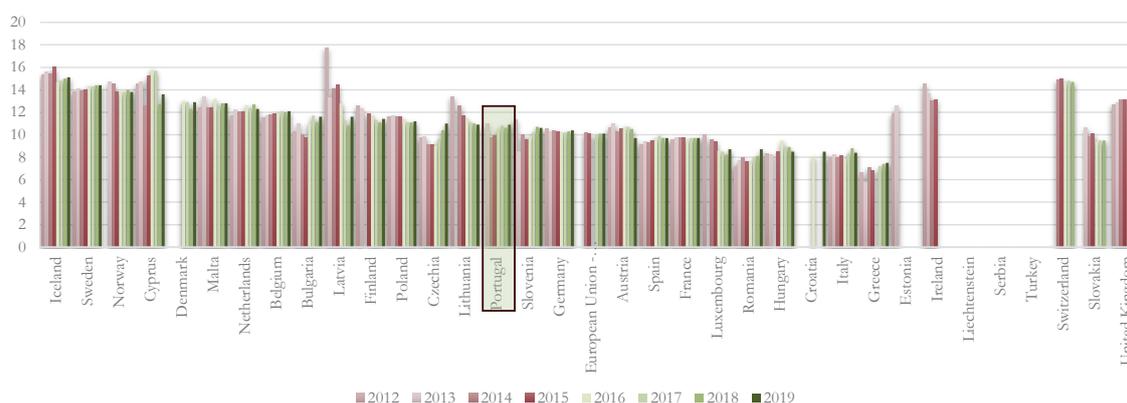
O subsistema de ensino público acompanha praticamente a mesma evolução que o total. Em 2009 regista o valor mais elevado (22,1%), valor muito semelhante ao apresentado para o ano de 2017 (21,8%), mas com uma quebra acentuada entre 2011 e 2014.

O subsistema de ensino privado apresenta valores mais baixos ao longo de toda a série. O valor mais elevado foi de 14,5% em 2017 e o mais baixo de 8,8% em 2012.

2.2.3.6.4 Percentagem do investimento público em educação

A percentagem do investimento público em educação em Portugal atingiu o valor mais alto da última década em 2013 (11%), num contexto de forte contração de outros investimentos públicos, mas cresceu nos anos mais recentes, de 9,7% (2014) para 10,9% (2019).

Figura 59 - Percentage of total public expenditure



Fonte: Eurostat (Dados atualizados em agosto de 2022)

2.2.3.7 TIC

2.2.3.7.1 Número médio de alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, por computador com ligação à internet

Depois de um forte incremento dos meios tecnológicos nas escolas entre 2005/06 e 2008/09, o rácio aluno por computador com ligação à internet tem-se mantido estável ao longo da série, tanto para o ensino público como privado.

Em 2020/21, existia um rácio de 2,0 para o total, 1,8 para o ensino público e 3,4 para o ensino privado.

Figura 60 - Rácio alunos/computador com ligação à internet, por natureza do estabelecimento (Continente)



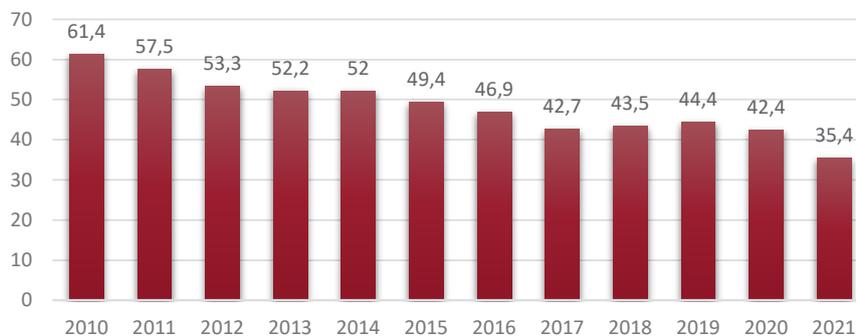
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em Julho de 2022

2.2.3.7.2 Pessoas com idade dos 16 aos 74 anos que utilizaram Internet segundo o nível de escolaridade: diferença por habilitações (entre o superior e o ensino básico)

A utilização da internet constitui um indicador relevante no domínio das estatísticas da sociedade de informação e de conhecimento.

A evolução do indicador mostra que quanto maior é a qualificação, mais elevada é a proporção de utilizadores da Internet.

Figura 61 - Disparidade: superior – básico em pontos percentuais



Fonte: INE

2.2.4 Principais áreas / indicadores a desenvolver

As desigualdades sociais na área da educação são uma realidade complexa, dinâmica e cuja análise depende da produção periódica de dados com grande fiabilidade. Ainda existem constrangimentos à recolha de dados relevantes para esta análise, tais como a habilitação e a profissão dos pais, bem como o vínculo contratual ou as remunerações em função dos níveis e percursos educativos. Estes dados podem existir a nível amostral, mas tem sido difícil obter informação para o universo da população (em particular, nos extremos socioeconómicos mais e menos favorecidos, por motivos distintos) e, de forma comparativa, para sucessivas coortes.

De futuro, será necessário encontrar/produzir indicadores que permitam identificar estas desigualdades (se elas existirem) possivelmente através do cruzamento de base de dados de várias fontes de informação ou da produção de indicadores a partir dos já existentes, como por exemplo, a necessidade de desagregar os indicadores por tipologia de escola e por regiões permitindo aferir se existem desigualdades sociais nalguns territórios. Permitiria assim analisar, com maior profundidade, alguns dos dados já enunciados anteriormente e responder a algumas questões que ficam por responder, entre as quais o facto de algumas regiões apresentarem valores elevados em alguns dos indicadores, como por exemplo as taxas de retenção e desistência. Será pela sua localização, pela tipologia e dimensão das escolas existentes, pelo número de alunos matriculados, pela distribuição dos alunos por sexo, pelas ofertas de educação e formação que oferece, pelos recursos e apoios educativos que dispõe, pelos auxílios económicos que os alunos têm, ou possivelmente por outras variáveis que não estão aqui enumeradas? Pode-se ainda recolher indicadores já existentes noutras publicações da DGEEC que sejam pertinentes para o tema, tais como:

- ▶ Desigualdades Socioeconómicas e Resultados Escolares - 3.º Ciclo
- ▶ Desigualdades Socioeconómicas e Resultados Escolares - 2.º Ciclo
- ▶ Assimetrias de contexto socioeconómico entre escolas públicas – 2º ciclo
- ▶ Dados relativos às comunidades ciganas (a introduzir, com dados para 2 anos letivos)
- ▶ Educação inclusiva (em fase de recolha dos dados relativos à nova operação)
- ▶ Dados do Observatório dos Trajetos do Ensino Secundário (p.e. Trajetos pós-secundários dos
- ▶ Jovens que concluíram o ensino secundário – CCH e CP (%)

2.3 Fiscalidade

2.3.1 Enquadramento da Fiscalidade

Uma das desigualdades económicas mais estudadas e para as quais existem mais indicadores oficiais é aquela que se refere à distribuição de rendimentos da população de um país. Todos os indicadores das instituições estatísticas para Portugal – INE, Eurostat e OCDE – baseiam-se no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado pelo INE no contexto do programa *European Union Statistics on Income and Living Conditions* (EU-SILC) que distingue várias componentes dos rendimentos das famílias. Por sua vez, as desigualdades de rendimento estão relacionadas com as desigualdades que existem em matéria fiscal, que são menos estudadas, em parte, por falta de acesso a dados administrativos.

Os estudos empíricos sobre desigualdades fiscais e de rendimento podem ser divididos em duas grandes linhas de investigação académica: a baseada nos microdados desse inquérito e aquela que utiliza dados administrativos. Em Portugal, destacam-se os trabalhos de Carlos Farinha Rodrigues na primeira e a recente investigação de Frederico Cantante na segunda. O primeiro autor tem vindo a publicar, ao longo dos anos, estimações para o nível de desigualdade entre as diferentes componentes do rendimento e os respetivos efeitos redistributivos (Rodrigues, 1994; Rodrigues et al., 2016; Rodrigues & Andrade, 2014, 2019). Por sua vez, Cantante (2019) explora em detalhe todos os dados administrativos disponíveis dos Quadros de Pessoal, calculando séries históricas para as fatias de diferentes topos da distribuição de salários.³⁴ No entanto, estes dados não só não abrangem toda a população e tipos de rendimentos como também não permitem estudar desigualdades fiscais. Não tendo acesso a dados administrativos para esse efeito, Cantante analisa um conjunto de indicadores agregados, publicados pela OCDE, e explora os dados do EU-SILC, para aferir o nível de redistribuição e progressividade do IRS.

No contexto deste Grupo de Trabalho do Conselho Superior de Estatística, o coordenador do Subgrupo de Fiscalidade e Rendimento teve acesso aos microdados administrativos relativos às Notas de Liquidação do IRS de 2016 e 2017. Para efeitos dos trabalhos do GTIDS, a Autoridade Tributária e Aduaneira disponibilizou diretamente estes microdados ao investigador do GPEARI³⁵ que é também o coordenador do Subgrupo, o que permitiu explorar ao máximo a riqueza destes dados e construir vários indicadores de desigualdades de rendimentos, redistribuição e progressividade.

Este relatório apresenta e analisa, no capítulo 2.3.3., na secção 2.3.3.1 os principais resultados dos indicadores calculados com base nestes dados. Contudo, antes disso é necessário clarificar as diferenças em termos de enquadramentos e conceitos. No capítulo 2.3.1., na secção 2.3.1.1 são apresentadas as principais diferenças entre os microdados do ICOR (EU-SILC) e das Notas de Liquidação do IRS. As estatísticas descritivas desta última base de dados e uma explicação sucinta sobre o cálculo do IRS é feita na secção 2.3.1.2. Dada a sua relevância em termos de desigualdades fiscais, esta secção também é dedicada à discussão sobre a opção pelo não englobamento do IRS, que consubstancia um tratamento desigual entre agregados fiscais, beneficiando aqueles que auferem rendimentos de capital mais elevados. As últimas três secções desta primeira parte do relatório destinam-se a clarificar diferenças conceptuais em termos de: (2.3.1.3) taxas de imposto, (2.3.1.4) enquadramento analítico de indicadores de desigualdade e redistribuição, e a (2.3.1.5) distinção entre quantis e fatias da distribuição.

³⁴ Portanto, dados que não abrangem outros tipos de rendimentos (e.g. de capital ou transferências sociais), excluindo trabalhadores da função pública e todos os desempregados e inativos.

³⁵ O primeiro protocolo de cooperação entre o INE e a DGAIEC, a DGCI e a DGITA, assinado em 6 de janeiro de 2005, inclui no Anexo 4 a disponibilização de informação anonimizada sobre o IRS ao INE; o INE divulga regularmente dados das Notas de Liquidação do IRS desde 19 de dezembro de 2017 nos Anuários Estatísticos Regionais.

O capítulo 2.3.2., é dedicado às principais dimensões de desigualdades económicas: rendimento, riqueza e fiscalidade. Aqui são apresentados os principais indicadores oficiais, publicados pelo INE, com base em inquéritos amostrais. Na secção 2.3.2.1 é feito um enquadramento do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), são identificados os indicadores de desigualdades de rendimento publicados pelas instituições estatísticas, assim como os efeitos redistributivos que estes permitem calcular. A secção 2.3. 2.2 apresenta uma breve descrição da fonte de dados e dos principais indicadores relativos às desigualdades de riqueza. Na secção 2.3.2.3 encontra-se uma introdução sucinta do sistema fiscal português, é identificada uma via nunca explorada para a estimação da desigualdade de riqueza (com base em dados administrativos), e explica-se a importante diferença entre os conceitos de progressividade e redistribuição.

No capítulo 2.3.3., são apresentados e analisados os principais resultados do Subgrupo de Fiscalidade e Rendimento. Para os leitores interessados, na secção 5.1.1 do anexo são analisados os dados que são atualmente publicados pela Autoridade Tributária e Aduaneira, explica-se como é possível calcular indicadores de desigualdade, e são discutidas as suas limitações. A secção 5.1.2 do anexo é dedicada ao projeto ambicioso da *World Inequality Lab* de construir uma Contabilidade Nacional Distributiva (*Distributional National Accounts*). Aqui apresentamos resumidamente estas metodologias inovadoras e discutimos o grau de comparabilidade dos indicadores da *World Inequality Database* com aqueles que calculámos com os microdados do IRS.

Finalmente, no capítulo 2.3.4, são identificadas as principais lacunas dos indicadores atualmente disponibilizados e avançadas as sugestões de novos indicadores que contribuam para um melhor conhecimento sobre as desigualdades fiscais e de rendimento.

2.3.1.1 Inquéritos versus Notas de Liquidação do IRS

Antes de prosseguir com a apresentação das estatísticas descritivas das Notas de Liquidação do IRS (NL-IRS), é necessário clarificar as diferenças entre estes dados e os inquéritos que são utilizados na estimação dos indicadores de desigualdade publicados pelas instituições estatísticas.

A primeira distinção encontra-se na **natureza administrativa** dos dados da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) que contrasta com a natureza dos dados dos inquéritos que resultam da inquirição de uma amostra representativa da distribuição e composição da população nacional. Enquanto os dados do Fisco captam todo o universo populacional das declarações de IRS (mais de 5 milhões de agregados fiscais), os dados dos inquéritos representam a população das famílias residentes em Portugal com um dado intervalo de confiança (através de uma amostra de pelo menos 11 mil pessoas ou 4,5 mil famílias). É por isso necessário ter em conta os desvios-padrão das estimativas dos indicadores calculados com base em inquéritos, mas não no caso dos dados administrativos porque estes abrangem todo o universo populacional do IRS.

A segunda tem de ver, precisamente, com a própria **população em causa** em cada base de dados. As NL-IRS dizem respeito às pessoas que declararam rendimento em sede deste imposto num dado ano. Estes sujeitos passivos, quando coabitando, podem optar por declarar conjunta ou separadamente, resultando em dois ou num único agregado fiscal, respetivamente, indicando o número de dependentes a seu cargo. Esta é a principal razão para o facto de serem feitas cerca de 5 milhões de declarações num país com mais de 10 milhões de pessoas. Para além disso, nem todas as pessoas são obrigadas a declarar os rendimentos em sede de IRS, nomeadamente quando estes são inferiores ao mínimo de existência definido e, portanto, não são taxados por este imposto. Na realidade, muitos abaixo desse limiar declaram IRS e constam desta base de dados, apesar de o cálculo da liquidação do imposto aferir

que não terão de o pagar, designadamente os agregados com rendimentos muitíssimo baixos ou nulos preenchem as declarações do IRS visto que estas servem para verificar as condições de elegibilidade de algumas prestações da Segurança Social (SS) – *e.g.* Rendimento Social de Inserção.

Existem também diferenças em termos de **unidade de observação**. Um agregado fiscal é composto pelas pessoas envolvidas numa mesma declaração de IRS (sejam sujeitos passivos ou dependentes). Por sua vez, os inquéritos são compostos pelas respostas das pessoas, não necessariamente com relações de parentesco, que residem numa mesma habitação e partilham despesas – *i.e.* despesas básicas de alimentação e habitação.³⁶ Assim, o designado agregado familiar na verdade diz respeito a um agregado doméstico privado, podendo existir um ou mais em cada alojamento. Nos inquéritos, a mesma habitação pode conter vários agregados fiscais que, apesar de terem a mesma residência fiscal, não declaram o IRS conjuntamente e por isso constituem mais do que um agregado fiscal, mas não necessariamente um agregado doméstico privado. Este é o caso de muitos jovens adultos que residem na mesma habitação, e que até podem partilhar as despesas básicas de alimentação e alojamento, mas não declaram o IRS conjuntamente porque não têm relações de parentesco. Neste caso, os inquéritos podem considerar que estes jovens constituem um único agregado familiar. No mesmo sentido, um jovem a partir dos 25 anos, mesmo que seja dependente dos rendimentos dos pais, terá de entregar uma declaração de IRS individual. Neste caso, os inquéritos considerariam apenas um agregado familiar, enquanto os dados da AT separam os dois agregados fiscais. Contudo estas diferenças conceptuais são atenuadas graças à informação presente nas declarações relativamente ao número de dependentes e respetivas idades em cada agregado fiscal. Assim, foi possível calcular todos os indicadores por adulto equivalente, tal como é feito com os dados oficiais de inquéritos, aplicando a escala modificada da OCDE e aumentando a comparabilidade.³⁷

A terceira distinção encontra-se na **definição e componentes do rendimento** de cada agregado. As NL-IRS captam todas as declarações de IRS de todos os agregados fiscais que obtiveram rendimentos que foram englobados. Estes rendimentos são decompostos em seis categorias: de trabalho dependente (A), empresariais e profissionais (B), de capitais (E), prediais (F), de incrementos patrimoniais (G) e de pensões (H). Cada agregado fiscal terá uma certa combinação destes tipos de rendimentos. Contudo, como será explicado na secção seguinte, nem todos os montantes destas categorias se encontram presentes no rendimento bruto que consta nas NL-IRS. Ademais, o rendimento bruto das categorias do trabalho dependente e pensões corresponde aos montantes anuais recebidos antes de efetuada qualquer dedução específica, mas no caso das outras categorias refere-se ao rendimento líquido das respetivas deduções específicas (INE, 2020).

Por sua vez, o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) recolhe uma vasta quantidade de informação sobre as características, todos os tipos de rendimentos e algumas despesas dos agregados familiares e todos os seus membros. Segundo o **enquadramento contabilístico** adaptado da OCDE e utilizado pelo Eurostat (Quadro 1), os rendimentos distinguem-se entre: de mercado, pensões e outras transferências sociais. Cada indivíduo recebe uma combinação de rendimentos de mercado compostos por: ordenados e salários (trabalho dependente), rendimentos do trabalho por conta-própria, rendimentos de propriedade (*e.g.* rendas) ou outros rendimentos privados (*e.g.* bónus associados à remuneração do trabalho ou rendimentos de capital tais como dividendos ou mais-valias). Para além destes, o rendimento é ainda composto por pensões públicas (regime contributivo ou não-contributivo)

³⁶ Definição oficial do Eurostat de “household” no contexto dos inquéritos para estatísticas sociais:

https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Household_-_social_statistics

³⁷ Muitas das despesas dum agregado são partilhadas entre os seus membros e existem economias de escala (*e.g.* a despesa em eletricidade não duplica quando um agregado unipessoal passa a ser composto por mais uma pessoa). Assim, em vez de se dividir o rendimento dum agregado pelo seu número de membros divide-se por uma escala de equivalência. A designada escala modificada da OCDE atribui o valor de 1 ao adulto com maiores rendimentos, 0,5 a outros adultos e 0,3 a cada criança (< 14 anos). Note-se que, enquanto esta escala é utilizada pelo Eurostat, a OCDE utiliza a raiz quadrada do número de membros no agregado (*i.e.*, um agregado de 4 membros têm o dobro das necessidades dum agregado com uma pessoa).

e privadas (regime ocupacional ou voluntário).³⁸ Pessoas inativas recebem maioritariamente pensões públicas de velhice (durante a reforma) ou de invalidez (em caso de incapacidade profissional). O regime contributivo abrange também pensões de sobrevivência para os familiares de um beneficiário falecido. Existem ainda pensões públicas não-contributivas financiadas pelo Orçamento do Estado (e.g. pensão social de velhice). Como vemos, a realidade contempla várias situações em que a mesma pessoa recebe rendimentos de mercado mais pensões.

Quadro 1 – Enquadramento contabilístico das componentes do rendimento

Enquadramento Contabilístico
Componentes do Rendimento
Ordenados e salários
+ Rendimentos do trabalho por conta-própria
+ Rendimentos de propriedade
+ Outros rend. privados (bónus, dividendos, etc.)
Rendimentos de Mercado/Primário
+ Pensões
Rendimentos de Mercado + Pensões
+ Outras transferências monetárias da SS
Rendimento Bruto/Original
- Contribuições do trab. para a SS
- Impostos sobre o rendimento
- Outras transf. correntes pagas
Rendimento Disponível

Fonte: Carlos Farinha Rodrigues (2019) adaptado da OCDE (2008)

O rendimento bruto resulta da soma do conjunto de transferências sociais monetárias (e.g. subsídios de desemprego, apoios à família e apoios de assistência social como o RSI e o CSI, mas não serviços públicos em educação ou saúde) aos anteriores. Eis a maior distinção entre este conceito de rendimento bruto e o presente nas NL-IRS. Os dados das NL-IRS não incluem apoios monetários sociais, do regime não contributivo, isto é assistência social, que representam a maioria dos rendimentos dos mais pobres. Logo, o rendimento bruto das NL-IRS aproxima-se mais dos rendimentos de mercado e pensões aferidos pelos inquéritos. Este será o nosso conceito de rendimento pré-IRS.

Finalmente, o rendimento disponível das famílias é o montante total remanescente após o pagamento do IRS, de todas as contribuições para a SS e de outras transferências correntes (e.g. encargos com regimes privados de pensões). O conceito mais próximo nas NL-IRS é o que resulta da subtração do IRS pago por cada agregado fiscal. Este difere do rendimento disponível por não incluir as prestações sociais (para além das pensões do regime contributivo), nem as outras transferências correntes, e corresponde ao conceito aqui utilizado de **rendimento pós-IRS**.

³⁸ No entanto, as pensões privadas são consideradas pelo Eurostat como rendimentos de mercado desde 2011 e as pensões do não-contributivo como transferências da SS.

2.3.1.2 Notas de Liquidação do IRS 2016 e 2017

Tendo em conta as diferenças conceptuais e populacionais entre as NL-IRS e os inquéritos às famílias, estes microdados fiscais apresentam vantagens e desvantagens, sendo por isso um excelente complemento, e não substituto, aos dados dos inquéritos.

Opção pelo não englobamento

O rendimento bruto das NL-IRS também difere do que consta nos inquéritos devido à opção pelo não englobamento de certas categorias de rendimentos. Esta distinção merece uma explicação detalhada.

Apesar do n.º 1 do art.º 104 da Constituição da República Portuguesa dispor que o “*IRS visa a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado*”, os art.º 71.º e 72.º do Código do IRS (CIRS) preveem a possibilidade de o contribuinte optar pelo não englobamento de certos rendimentos, sendo estes **tributados a uma taxa constante**. Assim, os rendimentos abrangidos pelo primeiro artigo (essencialmente rendimentos de capitais provenientes da participação em empresas sediadas em Portugal ou de fundos de investimento) são tributados na fonte a uma **taxa liberatória de 28%**. O segundo artigo referido (art.º 72.º) abrange praticamente todos os outros rendimentos que não do trabalho ou pensões que são tributados autonomamente no momento da liquidação do IRS, a uma **taxa especial de 28%**. Em geral, tanto as taxas liberatórias como as especiais são de 28% para residentes, 25% para não residentes (abrangendo todas as categorias de rendimento) e de 35% se os rendimentos forem pagos através de paraísos fiscais. **Existem ainda situações onde nem sequer é possível optar pelo englobamento dos rendimentos**, como é o caso das últimas duas situações (ver nota de rodapé 5). Estes rendimentos estão especificados na Tabela 1, na secção 5.1.3 no anexo, e correspondem a montantes de rendimentos de capitais (E), prediais (F) ou de incrementos patrimoniais (G). Este é o motivo pelo qual os rendimentos do trabalho (dependente e por conta-própria) e as pensões representam cerca de 95% do rendimento bruto englobado em sede de IRS, conforme consta nos [ficheiros Excel publicados pela AT](#). Só o trabalho dependente (cerca de 63%) e pensões contemplam 90,5% do rendimento englobado, recaindo sobre estes o IRS progressivo, ao passo que os rendimentos de capital e de propriedade estão isentos de progressividade e beneficiam de taxas mais baixas.

Apesar de as NL-IRS incluírem todos os agregados fiscais que obtiveram rendimentos, ou necessitam de apoios sociais por terem rendimentos muito baixos ou nulos, num dado ano (quase 9,5 milhões de pessoas), não englobam o rendimento bruto total dos agregados que não optaram pelo englobamento dos rendimentos passíveis de serem tributados a estas taxas não progressivas. Ao passo que, não englobando, cada um daqueles rendimentos são tributados separadamente e a uma taxa única, ao optar pelo englobamento aplicam-se as taxas marginais dos escalões progressivos sobre a soma de todos os rendimentos (inclusive os do trabalho e pensões que nunca estão isentos).³⁹ Uma vez que as **taxas liberatórias e especiais** são em média de 28%, e assumindo que todos os contribuintes procurarão minimizar o seu imposto a pagar, o rendimento bruto declarado nas NL-IRS apenas incluirá os dividendos, juros, *royalties*, certas gratificações pela prestação de trabalho por conta-própria, mais-valias e rendas que, somados com os restantes rendimentos, não ultrapassem o primeiro escalão (apenas pouco mais de 7 mil euros anuais, onde se passava a aplicar a taxa marginal de 28,5%, em 2017). Logo, **estas bases de dados apenas incluem rendimentos (que não do trabalho ou pensões) significativamente baixos** (e.g. pequenas rendas ou juros de depósitos), exceto agregados mais ricos que não procuraram minimizar o IRS a pagar. Sabendo que os rendimentos de capital e de propriedade

39 Exceto os rendimentos obtidos em Portugal por não residentes, que são todos tributados a uma taxa liberatória ou especial de 25%, e os rendimentos pagos através de contas em paraísos fiscais ou sem a identificação do beneficiário efetivo, aplicando-se uma taxa liberatória ou especial de 35%. Para além destas, as gratificações por prestação de trabalho a outra empresa, nacional ou internacional, são tributadas à taxa especial de apenas 10%. Em nenhuma destas situações existe sequer a opção pelo englobamento (n.º 6 do art.º 71.º e n.º 8 do art.º 72.º do CIRS). Finalmente, os rendimentos do trabalho (cat. A ou B) de residentes não habituais, em atividades de alto VAB, são tributados à taxa especial de 20% (n.º 6 do art.º 72.º do CIRS) e podem ou não ser englobados.

estão mais concentrados no topo da distribuição, **a desigualdade presente nas NL-IRS será subestimada em relação à realidade por esta via.**

Ainda assim, a **principal vantagem dos dados fiscais é capturarem rendimentos do topo da distribuição** que são significativamente subestimados nos inquéritos. Resumindo, espera-se que nas NL-IRS, os 10% mais pobres tenham rendimentos mais baixos do que nos inquéritos por incluírem todos aqueles em situação de pobreza que declaram IRS e por não incluírem qualquer prestação social a que têm direito (para além das pensões). Já os 10% mais ricos terão rendimentos mais altos do que nos inquéritos por incluírem o verdadeiro top 1% (pelo menos em termos de rendimentos da categoria A e H), **apesar de não contemplarem os montantes efetivos dos seus rendimentos de capital e propriedade.** Não obstante esta limitação das NLIRS, a distribuição de rendimentos presentes nestes microdados da AT está mais próxima da realidade dos rendimentos de mercado e pensões do que aquela que é captada nos inquéritos.

Cálculo da Liquidação do IRS

Esclarecidas as diferenças entre os conceitos de rendimentos, podemos então proceder com a descrição das NL-IRS. Estas bases congregam os dados utilizados para o cálculo do IRS efetivamente a pagar por cada agregado fiscal e o cálculo do respetivo IRS a receber/a pagar, após o fecho de cada ano.

O Quadro 2 apresenta as principais estatísticas descritivas dos microdados das NL-IRS para os anos a que tivemos acesso (2016 e 2017), previamente tratados,⁴⁰ que nunca foram publicadas na sua totalidade oficialmente pela AT. Nestes anos, **o rendimento bruto médio aumentou de pouco mais de 17.000€ anuais para 17.500€**, enquanto o valor máximo englobado subiu mais de um milhão, ultrapassando os 7,5 milhões de euros. Não obstante estes dados não contemplarem todas as fontes de rendimento dos mais ricos, o número de agregados fiscais milionários presentes nas declarações de IRS subiu de 144 para 158. Este aumento poderá estar associado ao acréscimo de quase 100 mil declarações em 2017.

Após subtrair as deduções específicas de cada categoria de rendimento, e as perdas que podem ascender a mais de um milhão de euros, obtém-se o rendimento coletável ao qual se aplica a tributação progressiva do IRS. Este é em média 5 mil euros inferior ao rendimento bruto essencialmente devido às deduções específicas, que na sua grande maioria dizem respeito aos 4.104€ relativos às contribuições para a SS deduzidas aos rendimentos do trabalho. Após o cálculo da coleta bruta do IRS subtrai-se o total das deduções à coleta (despesas gerais e familiares, de saúde, habitação e educação, com lares e IVA de certos produtos) que, em média, rondam os 700€, ascendendo às centenas de milhar. Subtrai-se ainda os benefícios fiscais, como a devolução por parte dos municípios até 5% do IRS a pagar pelos seus habitantes.

Por fim, obtemos a **coleta líquida (IRS liquidado)** que é o montante de imposto que a cada agregado compete pagar em função dos rendimentos auferidos no ano findado.⁴¹ Graças a todas estas deduções e benefícios, em média, os agregados pagam cerca de 2 mil euros de IRS por ano, o que corresponde a uma taxa efetiva que não atinge os 13% (*i.e.*, coleta líquida sobre o rendimento bruto). Este valor é então saldado com o total de imposto pago ao longo do respetivo ano em retenções na fonte (mensais) e pagamentos por conta (trimestrais). Visto que estes pagamentos ao longo do ano são superiores à

40 A limpeza destas duas bases de dados limitou-se a eliminar observações que tinham pouco sentido: rendimento bruto superior a 8 milhões de euros (2 casos em 2017 com centenas de milhões de euros); valores negativos nas deduções específicas, rendimentos isentos, rendimento para determinação da taxa, quociente familiar, tributação autónoma e rendimento após pagamento da coleta líquida (entre 17 e 20 mil casos), e após as retenções na fonte (cerca de 3 mil casos em cada ano).

41 Note-se que a variável da coleta líquida também inclui certos rendimentos que não constam no rendimento bruto de partida – como é o caso daqueles declarados por não residentes. Por outro lado, existem ainda rendimentos que estão isentos desta coleta, mas que são sujeitos a englobamento no rendimento bruto apenas para determinação de taxa (escalão) – por exemplo, os benefícios fiscais de militares e diplomatas.

coleta líquida, **em média, os agregados receberam um reembolso** superior a 200 euros.⁴² Neste contexto, o rendimento *disponível* (pós-IRS) é simplesmente o rendimento bruto menos a coleta líquida.

Quadro 2 - Cálculo do IRS e Estatísticas Descritivas dos microdados da AT

Variável	2016 - 5,100,506 obs.			2017 - 5,195,638 obs		
	Média	Min	Máx	Média	Min	Máx
Rend. bruto de cada cat.	17 049	0	6 453 569	17 506	0	7 855 439
(-) Deduções específicas	5 063	0	709 893	5 078	0	864 098
(=) Rend. líquido de cada cat.	11 964	0	5 743 677	12 401	0	7 648 937
(-) Dedução de perdas	21	0	1 546 332	27	0	1 714 063
(=) Rendimento coletável	11 964	0	5 743 677	12 401	0	7 648 937
(÷) Coeficiente conjugal	1,4	0	2,0	1,4	0	2,0
(x) Taxa IRS e taxa de solidariedade	20,1	0,0	50,5	20,3	0,0	50,5
(-) Parcela a abater	582	0	8 356	610	0	8 524
Tributações autónomas	87	0	867 054	97	0	858 555
(x) Coeficiente conjugal						
(=) Coleta	2 848	0	3 014 535	2 965	0	4 042 279
(-) Deduções à coleta	705	0	971 841	727	0	448 148
(-) Benefícios fiscais	14	0	56 762	15	0	94 733
(=) IRS liquidado = Coleta Líq.	2 101	0	3 012 435	2 195	0	3 962 769
(-) Retenção na fonte	2 355	0	2 645 760	2 413	0	3 243 559
(-) Pagamento por conta	36	0	513 828	34	0	515 475
(+) Sobretaxa	35	-3 072	130 744	29	-1 450	240 766
(=) IRS (pagar/recuperar)	-255	-145 144	2 231 817	-221	-133 994	4 296 127

Fonte: Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizadas pela AT.

2.3.1.3 Taxas marginais, médias e efetivas

O cálculo da coleta bruta de IRS a pagar por cada agregado fiscal realiza-se aplicando as taxas progressivas dos escalões em vigor ao rendimento coletável. Importa perceber que este rendimento é tributado às taxas marginais (normais) de forma escalonada ou em “escadinha”. Isto é, por exemplo, um rendimento total de 17 mil euros anuais atingia o segundo escalão em 2017. Desse total, os primeiros 7.091€ são taxados a 14,5% e apenas os 9.909€ (17.000 – 7.091) remanescentes a 28,5%, resultando numa coleta bruta de 1.028€ mais 2.824€ (3.852€). Visto que é errado aplicar-se os 28,5% aos 17 mil totais (4.845€,) ou os 37% a 21 mil euros, é um mito que o rendimento disponível (pós-IRS) diminua por via da subida de escalão devido a um aumento de rendimentos. Quando se aplica a taxa marginal do escalão mais alto que o rendimento atinge é necessário subtrair a parcela a abater desse escalão (4.845 – 993 = 3.852€). As taxas médias aplicam-se ao limite superior do escalão anterior ao último atingido (por incorporarem as parcelas a abater dos primeiros escalões) sendo este montante somado ao produto do remanescente sobre a taxa marginal do escalão superior.

42 Note-se que esta coleta líquida não inclui o imposto relativo à sobretaxa extraordinária que esteve em vigor entre 2013 e 2018, sendo esta calculada noutra base de dados. Na NL-IRS apenas consta o valor saldado da sobretaxa – entre a coleta líquida e as retenções na fonte deste adicional – que em média retirou cerca de 30 euros do reembolso final dos agregados fiscais nestes anos. Por isso, não foi possível ter em conta a sobretaxa em nenhum dos indicadores deste relatório, nomeadamente na taxa efetiva de IRS.

Por exemplo, a coleta bruta dum rendimento de 22 mil euros seria $20.261 \times 23,6\%$ mais $(22.000 - 20.261) \times 30,3\%$. Por fim, importa realçar que ao contrário do que sugerem estas taxas marginais estatutárias, **as taxas médias efetivamente pagas em cada escalão**, após todas as deduções à coleta, benefícios fiscais, deduções específicas e o mínimo de existência, **são substancialmente mais baixas**. Por exemplo, apesar de a taxa estatutária do último escalão estar perto de 50% (metade do rendimento coletável), na realidade, a taxa efetivamente paga em média foi de apenas um terço do rendimento bruto (33,1%). As taxas efetivas dos dois primeiros escalões são particularmente reduzidas graças ao mínimo de existência que garante que os rendimentos dos trabalhadores (dependentes ou independentes) – categorias A e B – e pensionistas – categoria H – que sejam inferiores a 8.500 euros anuais (em 2017), após tributação total, estejam isentos de IRS. Assim, o sistema do IRS garante que os agregados que auferem estes tipos de rendimentos não ficarão com um rendimento líquido de IRS inferior ao mínimo de existência.

Quadro 3 – Escalões do IRS de 2017: limites, taxas marginais, médias e efetivas

Escalões 2017	Rendimento Coletável	Taxa marginal	Taxa média	Parcela a abater	Taxa efetiva
1	≤ 7.091	14,5%	14,5%	-	1,4%
2	$> 7.091 - 20.261$	28,50%	23,6%	992,74	6,8%
3	$> 20.261 - 40.522$	37%	30,3%	2.714,93	15,4%
4	$> 40.522 - 80.640$	45%	37,61%	5.956,69	22,4%
5	> 80.640	48% (+2,5)	-	8.375,89	33,1%

Fonte: Código do IRS 2017 (Cap. III); Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizados pela AT.

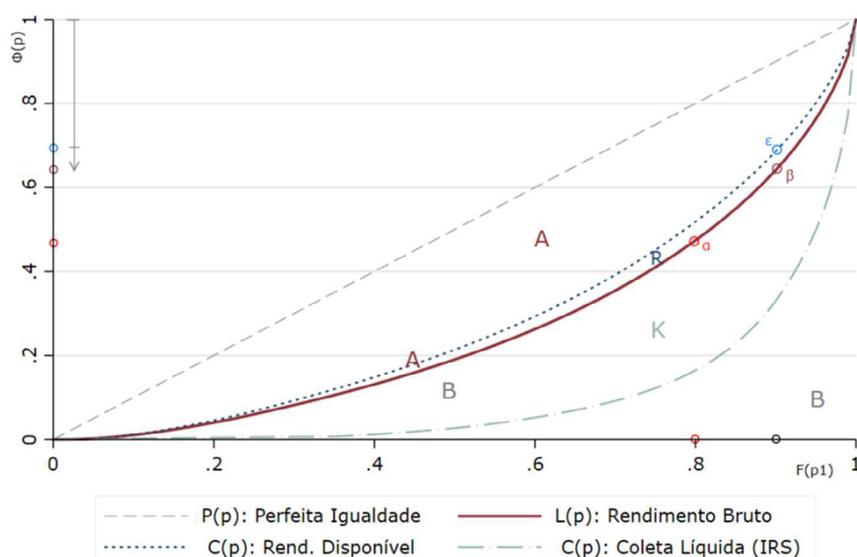
2.3.1.4 Curvas de Lorenz e de Concentração

Nesta secção apenas serão sinteticamente abordados os principais indicadores e a intuição subjacente a cada um. Uma discussão analítica e metodológica mais aprofundada sobre estes e outros indicadores de desigualdades fiscais e de rendimento é desenvolvida em (Mergulhão, 2020). Tal como é demonstrado nesse artigo, a grande maioria dos indicadores de desigualdade têm por base o conceito de curva de Lorenz. Esta função diz-nos qual é a percentagem do total duma variável (*e.g.* rendimento) que é detida por uma dada proporção da população que se encontra ordenada em função dessa variável. No caso de a população estar ordenada em função de outra variável que não a do eixo vertical dá-se o nome de curva de concentração. A Figura 1 apresenta a curva de Lorenz do rendimento bruto presente na NL-IRS de 2017 e as curvas de concentração do rendimento disponível e do imposto efetivamente pago, estando a população ordenada em função do rendimento bruto. Por exemplo, o ponto α diz-nos que os 80% mais pobres em termos de rendimentos brutos detêm menos de 50% do total desses rendimentos englobados em sede de IRS. Note-se que o *ranking* do rendimento bruto será diferente do *ranking* do rendimento disponível – *e.g.* o agregado fiscal mais rico antes de IRS pode não ser aquele com os rendimentos disponíveis mais elevados. Excluindo este efeito de reordenação, a diferença entre a curva de Lorenz e a de concentração do rendimento disponível representa o efeito redistributivo do IRS. Assim, comparando os pontos β e ϵ , verificamos que os 10% mais ricos detêm mais de 35% do rendimento bruto e pouco mais de 30% após o pagamento do imposto, tal como mostra a seta vertical.

A reta diagonal picotada representa a situação de perfeita igualdade visto que os 10% mais pobres detêm 10% do rendimento, os 20% representam 20% do rendimento e assim sucessivamente para qualquer proporção da população. Qualquer situação de mínima desigualdade, em qualquer parte da distribuição, será captada por uma curva de Lorenz que não se sobrepõe a esta reta. Quanto mais distante da reta, ou mais próxima do canto inferior direito, estiver esta curva mais desigual/concentrada será essa

variável. Em linha com esta intuição, o índice de Gini é o indicador sumário mais utilizado para medir a desigualdade global. Este corresponde ao dobro da área A, entre a reta e a curva de Lorenz, e por isso varia entre 0 (todos têm o mesmo rendimento) e 1 (apenas uma observação detêm todo o rendimento). O dobro da área entre a reta e cada uma das outras duas curvas representam índices de concentração por não terem em conta a reordenação em relação ao *ranking* em termos de rendimentos brutos.

Figura 1 – Curvas de Lorenz e de Concentração dos rendimentos englobados no IRS

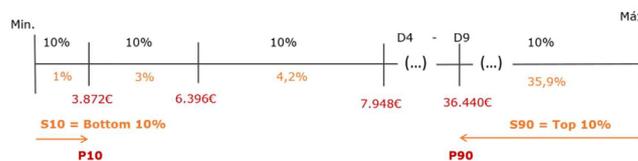


Um dos indicadores mais utilizados para medir a redistribuição é a simples diferença entre os índices de Gini antes e depois duma política. Este efeito é composto pela redistribuição vertical, visualizada pelo dobro da área R, e o efeito de reordenação que tende a diminuir essa redistribuição por captar desigualdades no imposto a pagar entre agregados com o mesmo rendimento. Logo é possível observar que o IRS tem um efeito redistributivo (vertical) relevante, uma vez que a curva de concentração do rendimento disponível (a azul) está mais próxima da reta do que a curva de Lorenz (a vermelho). É também evidente, observando a curva da coleta líquida, que o IRS está muito concentrado no topo dos rendimentos brutos, já que cerca de 45% paga perto de 0% do imposto. **Outro indicador de desigualdade é o índice Robin Hood.** Este estima a proporção do rendimento bruto que teria de ser redistribuída dos agregados acima da média para aqueles abaixo desse valor, de modo a atingir a situação de perfeita igualdade. Este pode ser visualizado como a maior distância vertical entre a reta diagonal e a curva de Lorenz, ou, alternativamente, como o dobro da área do maior triângulo inscrito na área A. Logo, também varia entre 0 (igualdade) e 1 (desigualdade máxima), mas, salvo esses extremos, será sempre inferior ao índice de Gini dessa variável.

2.3.1.5 Quantis e Fatias

A última nota metodológica que importa esclarecer é a distinção, muitas vezes mal compreendida, entre quantis e fatias duma distribuição. Quantis dizem respeito aos valores unitários que dividem uma distribuição em partes com a mesma proporção da população: quartis, quintis, vintis e percentis dividem em quatro, cinco, vinte e cem partes iguais, respetivamente. Fatias (ou *shares*) são as percentagens do rendimento total detidas por diferentes grupos/intervalos da população: *top* 1%, *top* 10%, *bottom* 20%.

Figura 2 – Distribuição do rendimento bruto para distinguir quantis de fatias ou médias



Na figura 2 podemos visualizar a diferença entre quantis a vermelho e fatias a laranja. Portanto, **o rácio de percentis P90/P10 será sempre menor que o rácio de fatias S90/S10**. Por exemplo, o rácio P90/P50 diz-nos quantos rendimentos medianos é que a observação mais pobre do top 10% recebe. Por sua vez, o rácio S90/S50 diz-nos quantos rendimentos da metade mais pobre (valor abaixo do P50) recebem, em média, aqueles que pertencem ao top 10% (acima do P90). Quando nos referirmos, por exemplo, ao último decil podemos estar a falar do seu valor médio (média dos rendimentos das observações entre o mais pobre com 36.440€ e o mais rico desse intervalo), do limite a partir do qual se pertence a esse decil (36.440€ que, na verdade, é o nono decil) ou à sua fatia do rendimento total (35,9%). Contudo, em bom rigor, o decil diz respeito ao valor de corte, sendo o primeiro decil 3.872€ e o último decil o valor máximo.

2.3.2 Dimensões fundamentais e seus indicadores

Nesta segunda parte do relatório serão discutidas as dimensões fundamentais relacionadas com desigualdades económicas. Estas podem ser categorizadas entre (i) desigualdades de rendimento, (ii) desigualdades de riqueza e (iii) desigualdades fiscais.

As primeiras são aquelas que têm recebido mais atenção, dispondo de inquéritos anuais extensos, sistemáticos e harmonizados que possibilitam a estimação de vários indicadores publicados pelas instituições nacionais e internacionais.⁴³ As desigualdades de riqueza têm vindo a ganhar relevância por serem muito superiores e influenciarem as desigualdades de rendimento. Isto porque os stocks de componentes de riqueza (e.g. ativos financeiros ou imobiliários) tendem a gerar fluxos anuais de rendimento (e.g. juros e dividendos ou mais-valias e rendes). Logo, quanto maior for a desigualdade de riqueza maior tenderá a ser a desigualdade de rendimentos uma vez que os rendimentos de capitais provenientes desses ativos estarão mais concentrados no topo da distribuição, acentuando a desigualdade de rendimentos. As desigualdades fiscais são as menos estudadas entre estas três e foram o foco deste subgrupo, aproveitando a disponibilização dos microdados anonimizados das NL-IRS.

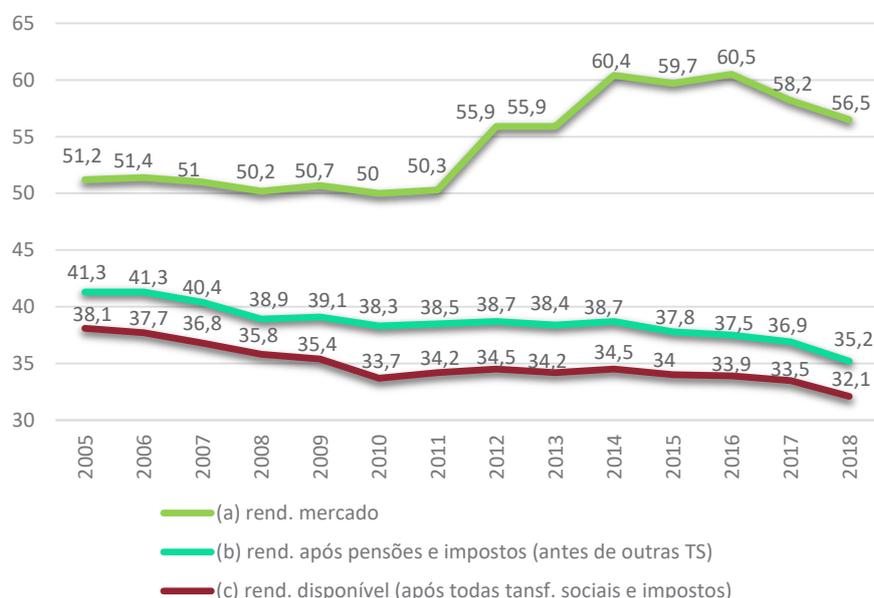
2.3.2.1 Rendimentos

A principal fonte de dados dos indicadores oficiais de desigualdades de rendimento é o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) que integra o projeto europeu, coordenado pelo Sistema Estatístico Europeu, European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC). Estas operações estatísticas anuais e harmonizadas começaram a ser realizadas, na grande maioria dos países da UE, a partir de 2004 e incluem uma vasta informação sobre a composição dos agregados familiares. Neste contexto, o INE publica anualmente desde 2003 três indicadores de desigualdade de rendimento: o coeficiente de Gini, rácio S80/S20 e o rácio S90/S10. Os dois primeiros são ainda desagregados por NUTS II desde 2018, e os rácios são desagregados por sexo e por grupo etário acima e abaixo de 65

⁴³ É entre a dimensão dos rendimentos que também são captadas as situações e intensidades de pobreza, tema que não será abordado neste relatório.

anos. Além disso, divulga os valores médios do rendimento disponível, tanto por agregado familiar como por adulto equivalente, desde 2010. Todos estes indicadores apenas dizem respeito ao rendimento disponível.

Figura 3 – Coeficientes de Gini publicados pelo Eurostat

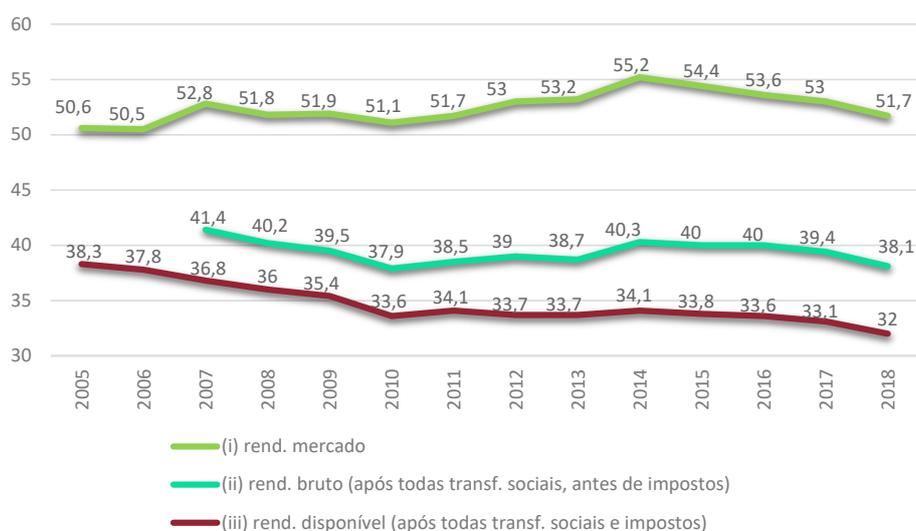


Já o Eurostat disponibiliza três coeficientes de Gini que podem ser visualizados na Figura 3. Estes estimam a desigualdade entre: (a) os rendimentos de mercado (antes de todas as transferências sociais, mas após o pagamento de impostos); (b) os rendimentos após o pagamento de pensões, mas antes de outras transferências sociais (para além de pensões) e após impostos; e (c) os rendimentos disponíveis (após todos os impostos e todas as transferências sociais). Por isso, é possível estimar a redistribuição das pensões (a – b) e o efeito redistributivo isolado das outras transferências sociais (para além das pensões) (b – c), como também a redistribuição conjunta de todas as transferências sociais (pensões e outras) (a – c). No entanto, não é possível estimar a redistribuição total – i.e. de todos os impostos e transferências sociais – uma vez que os rendimentos subjacentes a estes três coeficientes de Gini contabilizam o pagamento de impostos (IRS e CSS) logo à partida. Portanto, não é possível estimar o efeito redistributivo apenas dos impostos.⁴⁴

Por outro lado, a OCDE publica um conjunto diferente de três coeficientes de Gini que permitem estimar o efeito redistributivo isolado dos impostos (IRS e CSS) e a redistribuição de todas as transferências sociais em conjunto (pensões e outras). No entanto, não permite aferir o efeito isolado do IRS distinguindo-o do das contribuições para a Segurança Social (CSS). Isto porque esta instituição publica o coeficiente de Gini: (i) dos rendimentos de mercado (antes de todos os impostos e todas as transferências sociais), (ii) do rendimento bruto (depois de todas as transferências sociais, incluindo pensões), e (iii) do rendimento disponível (após todos os impostos e transferências sociais). Como já foi explicado, o efeito redistributivo de uma política (ou conjunto de políticas) é calculado pela diferença entre o coeficiente de Gini antes e depois da mesma. Portanto, o nível de redistribuição é visualizado pela área entre os índices de Gini. Por exemplo, o efeito redistributivo isolado dos impostos em cada ano corresponde à distância entre a linha (ii) e a linha (iii) da Figura 4.

⁴⁴ Adicionalmente, o Eurostat publica, desagregando por sexo e grupo etário, o rácio S80/S20 dos rendimentos de mercado e pensões, dos rendimentos brutos (todos os rendimentos, incluindo as restantes transferências sociais, antes de IRS e CSS, IMI e transferências pagas a outros agregados privados) e dos rendimentos disponíveis (rendimentos brutos após dedução IRS, CSS, IMI e transferências pagas a outros agregados privados).

Figura 4 – Coeficientes de Gini publicados pela OCDE



Por fim, no contexto do já mencionado protocolo com a AT, o INE passou a publicar anualmente, desde 2017, alguns indicadores com base nos dados das NL-IRS com séries que começam em 2015. Os indicadores publicados são os coeficientes de Gini, os rácios de percentis p80/p20 e p90/p10, a mediana e os quintis dos rendimentos – todos antes e depois do IRS.⁴⁵ Assim, possibilitam o cálculo do efeito redistributivo isolado do IRS. Contudo, esta publicação não evidencia esta possibilidade ao não destacar indicadores de redistribuição (relativa e absoluta), nem decompõe esse efeito entre progressividade e carga fiscal (como será sugerido neste trabalho). Para além disso, todos estes indicadores são calculados por agregado fiscal e por sujeito passivo – dividindo o rendimento do agregado por dois –, mas não por adulto equivalente como neste relatório.

2.3.2.2 Riqueza

A principal fonte de dados dos indicadores oficiais sobre as desigualdades de riqueza é o **Inquérito à Situação Financeira das Famílias**, realizada pelo INE e pelo Banco de Portugal desde 2010. Ao contrário do ICOR, é um inquérito realizado voluntariamente, realizado **de 3 em 3 anos** de acordo com metodologia harmonizada por acordo dos países da zona Euro, no quadro da *Household Finance and Consumption Network* (HFCN) liderada pelo Banco Central Europeu. Os dados são publicados através de uma comunicação conjunta do INE e do Banco de Portugal, nos respetivos sites, e também no site da HFCN.

O conceito de riqueza engloba ativos reais que incluem todos os bens de valor (e.g. casas, terrenos, veículos, obras de arte e joias) e ainda participações em negócios (e.g. valor das quotas em sociedades), e ativos financeiros (e.g. planos poupança reforma, certificados de aforro, depósitos bancários, fundos de investimento e ações cotadas). O conceito de riqueza líquida subtrai à soma do conjunto de ativos o total de dívida composta por empréstimos (e.g. para compra de casa ou veículo) e por outros tipos de dívida como cartões de crédito. Os principais indicadores sobre desigualdade focam-se no coeficiente de Gini e na diferença entre alguns quantis específicos da distribuição da riqueza líquida (P10, P25, P50, P90, P95), e na percentagem da riqueza líquida detida pelos *bottom* 50% e *top* 10%.⁴⁶

⁴⁵ Estes são publicados no site do INE em: Produtos – Base de Dados, Navegação em Árvore – Condições de vida e cidadania – Pobreza e desigualdade económica – Desigualdade.

⁴⁶ Para aceder aos indicadores de desigualdade de riqueza publicados pelo INE, veja o Destaque em PDF, uma vez que o Excel de ambas as instituições não inclui a tabela com estes indicadores (Quadro 1): https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=403907431&att_display=n&att_download=y

Como podemos ver no Quadro 4, a riqueza líquida diminuiu significativamente em 2013, não recuperando os valores de 2010 em 2017, tanto em termos médios como medianos. No entanto, a desigualdade aumentou bastante. Em 2017, a média da população detinha cerca de 160 mil euros, e a metade mais pobre detinha menos de 75 mil euros, de riqueza descontada dos montantes em dívida. Esta metade de baixo (*bottom 50%*) correspondia a apenas 8% da riqueza total enquanto os 10% mais ricos detinham mais de metade (54% em 2017). Note-se que esta fatia dos *top 10%*, grupo que consubstanciava riqueza superior a 325 mil euros no último ano, cresceu cerca de 1 ponto percentual em cada um destes dois intervalos de três anos, apesar da evolução já descrita a respeito dos valores médios e medianos.

Já a desigualdade global, medida pelo coeficiente de Gini, não aumentou sucessivamente uma vez que diminuiu ligeiramente em 2017 para 68,4%. Mais uma vez, estas diferentes dinâmicas demonstram a importância de medir a desigualdade em diferentes partes da distribuição. **Se apenas recorrêssemos ao índice de Gini concluiríamos que a desigualdade diminuiu entre 2013 e 2017 apesar de os 10% mais ricos arrecadarem uma maior fatia da riqueza total.** Contudo, este é um valor consideravelmente superior ao verificado em 2010 (Gini de 66,0%). Ambos estes indicadores evidenciam que as desigualdades de riqueza são muito mais elevadas do que as desigualdades de rendimento, e apontam para um aumento relevante da desigualdade de riqueza entre 2010 e 2017.

Quadro 4 – Indicadores de desigualdade de riqueza líquida (ISFF)

	2010 ^(a)	2013 ^(a)	2017
Riqueza líquida (10 ³ euros)			
Média ^(b)	172,8 (9,0)	143,3 (8,6)	162,3 (7,2)
Mediana ^(b)	86,1 (3,3)	68,0 (2,5)	74,8 (2,3)
Percentagem de riqueza líquida total que é detida por:			
10% de famílias com maior riqueza líquida	51,6	53,0	53,9
50% de famílias com menor riqueza líquida	8,7	7,2	8,1
Coeficiente de Gini da riqueza líquida (%) ^c	66,0	68,4	67,9
Percentis da riqueza líquida (10 ³ euros) ^(d)			
p10	1,7	0,4	0,9
p25	24,1	15,4	20,9
p50	86,1	68,0	74,8
p75	185,9	151,5	160,0
p90	339,1	287,1	325,1

Fonte: INE (13 de novembro de 2019), Destaque do Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ver nota de rodapé 12). (a) Valores ajustados para preços de 2017; (b) os valores entre parêntesis correspondem aos erros padrão.

2.3.2.3 Fiscalidade

O Estado dispõe de um conjunto alargado de impostos para alcançar essencialmente dois objetivos: arrecadar receitas para financiar as suas despesas e influenciar dinâmicas de mercado através da política fiscal.⁴⁷ A fiscalidade é composta por impostos diretos (sobre o rendimento e património) e impostos indiretos (sobre o consumo e a produção). Historicamente, os impostos diretos surgiram como forma de compensar as desigualdades criadas pelos impostos ao consumo que atingem de forma desproporcional as pessoas que consomem mais do seu menor rendimento (Saez & Zucman, 2019). Qualquer imposto sobre o consumo, seja este apenas sobre certos bens – como nos casos do Imposto de Selo (IS), do ISP, do IABA ou do Imposto sobre o Tabaco –, seja ele sobre bens e serviços – como o IVA –, representará sempre uma maior parcela do rendimento dos mais pobres. Os principais impostos diretos são o IRS (sobre os rendimentos das pessoas singulares), o IRC (sobre os rendimentos das pessoas coletivas) e o IMI (sobre o património imobiliário) – para além das CSS (sobre as remunerações do trabalho). Todos estes incidem mais sobre as pessoas com maior rendimento porque o IRS é progressivo, e tanto os empresários ou indivíduos com participações em empresas como aqueles com património tendem a ter rendimentos mais altos.

Sobre o património imobiliário existe ainda o IMT (caso a transmissão seja onerosa) e o Imposto de Selo (caso a transmissão seja gratuita). Ou seja, **em Portugal não existe um imposto sobre as heranças e doações nem sobre a riqueza num sentido mais lato**, visto que o Imposto Sucessório foi extinto em 2004. Desde então que apenas se aplica o IS de 10% sobre a herança de alguns bens⁴⁸, ao qual se acresce 0,8% sobre os imóveis. Note-se que todos os herdeiros diretos (cônjuges, filhos ou netos, pais ou avós) estão isentos de qualquer imposto sobre a herança exceto deste pequeno acréscimo sobre imóveis. **Porém, seria possível fazer uma análise inédita da desigualdade de riqueza em Portugal com estes microdados do IS sobre as heranças** já que, apesar de isentos, qualquer beneficiário tem de declarar todos estes ativos e respetivos montantes ao Fisco. Assim, **este GT recomenda que o presente protocolo entre a AT e o INE, ou um protocolo adicional para o efeito, passe a abranger a partilha e tratamento dos microdados relativos ao Imposto de Selo sobre heranças e doações** para que seja possível investigar cientificamente o nível e evolução da desigualdade de riqueza em Portugal, tal como é possível noutros países ocidentais.

No contexto deste GT, a AT disponibilizou ao coordenador do Subgrupo de Fiscalidade e Rendimento os microdados relativos ao IRS englobado em 2016 e 2017. Com as variáveis presentes nas NL-IRS, apresentadas na secção 2.3.1.2, é possível estimar o nível de redistribuição e de progressividade deste imposto. Como vimos a redistribuição pode ser medida através da redução do índice de Gini antes e depois do imposto. Isto é, a redistribuição mede até que ponto é que a aplicação do imposto resulta numa distribuição mais próxima da situação de perfeita igualdade. O conceito de progressividade é diferente já que diz respeito ao grau de concentração do imposto, comparando a distribuição antes da política com a distribuição do imposto pago. O índice de progressividade mais utilizado é o *Kakwani* que mede precisamente a distância entre a Lorenz do rendimento bruto e a curva de concentração do imposto (o dobro área K da Figura 1). Este índice varia entre -1 (máxima regressividade: apenas o mais pobre paga imposto) e 1 (máxima progressividade: o mais rico paga 100% do imposto), onde 0 representa um imposto proporcional (*flat tax*: não altera a desigualdade, não há redistribuição).⁴⁹

Como mostra a fórmula em baixo, o nível de redistribuição total é produto de dois elementos: a dimensão do imposto e o seu nível de progressividade – excluindo o efeito de reordenação. Esta relação equivale

47 A Constituição da República Portuguesa expressa concretamente estes dois objetivos no primeiro ponto do art. 103.º: “O sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza.”

48 Essencialmente veículos e armas, obras de arte, contas bancárias, direitos de autor e ações, mas não se aplica a dividendos.

49 Note-se que as taxas liberatórias e especiais, apesar de serem *flat tax*, são regressivas e aumentam a desigualdade porque são proporcionalmente mais utilizadas por agregados com rendimentos superiores pelas razões descritas na secção 2.3.1.2.1. Para além disso só se aplicam a rendimentos que tendem a estar mais concentrados no topo da distribuição.

à combinação de dois parâmetros: a taxa média de IRS e a progressividade desse imposto. Ou seja, é possível obter o mesmo nível de redistribuição com metade da “carga fiscal”, sendo para isso necessário duplicar o nível de progressividade. De igual forma, a redistribuição não aumentará através dum aumento da progressividade se a dimensão do imposto diminuir pelo menos proporcionalmente. Destrinçar estes diferentes conceitos é importante porque, como iremos ver, a redistribuição pode aumentar simplesmente porque passa a haver mais pessoas a pagar imposto, diminuindo, portanto, o nível de progressividade.

$$\begin{aligned}
 \text{Redistribuição (vertical)} &= \text{Dimensão da política} \times \text{Progressividade} \\
 &= \frac{\text{Total da Coleta de IRS}}{\text{Total do Rendimento após IRS}} \times \text{índice de Kakwani} \\
 &= \frac{\text{taxa média}}{(1 - \text{taxa média})} \times \text{índice de Kakwani}
 \end{aligned}$$

2.3.3 Análises sintéticas e ilustrativas

Nesta secção apresentamos os principais resultados das análises conduzidas pelo subgrupo de Fiscalidade e de Rendimento do GT-IDS. De modo a aproximar o grau de comparabilidade com os respetivos indicadores publicados pelas instituições estatísticas, apenas serão apresentados os indicadores por adulto equivalente.⁵⁰

2.3.3.1 Resultados do Subgrupo de Fiscalidade e Rendimento

Coefficientes de Gini e Redistribuição

Como mostra o Quadro 5, a **desigualdade do rendimento bruto englobado, medida pelo índice de Gini, diminuiu entre 2016 e 2017**. O nível desta redução (0,4 pontos de Gini) é muito inferior ao efeito redistributivo que o IRS teve nestes dois anos (5 pontos de Gini). Note-se que a relativa estabilidade da redistribuição do imposto se deve ao facto de não ter havido alterações nos escalões do IRS (apenas a atualização dos limiares ao nível da inflação) em 2017. Como vemos, o efeito de reordenação diminuiu o efeito redistributivo do imposto em ambos os anos. Este efeito resulta do tratamento diferenciado de agregados com o mesmo rendimento bruto (desigualdade horizontal), por exemplo por terem declarado diferentes níveis de despesa dedutível à coleta. Ainda assim a redistribuição total do IRS aumentou. **A percentagem da desigualdade do rendimento bruto que é corrigida pelo imposto aumentou ligeiramente de 11,2% para 11,5%**, levando a que o índice de Gini do rendimento após o pagamento do imposto diminuísse ainda mais.

A desigualdade medida pelo índice de Robin Hood aponta para a mesma conclusão. Em 2017, era necessário redistribuir ligeiramente menos rendimento daqueles acima da média para aqueles abaixo do rendimento médio (31,3% do rendimento bruto comparado com 31,7% em 2016) para erradicar toda a desigualdade. Após a aplicação do IRS, a desigualdade diminui uma vez que passou a ser necessário redistribuir 27,1% (e não 27,5%) do rendimento total das pessoas acima da média para os abaixo deste valor.

⁵⁰ Os resultados por agregado fiscal encontram-se no anexo deste documento.

Quadro 5 – Coeficientes de Gini e Redistribuição do IRS em 2016 e 2017
(microdados da AT, por adulto equivalente)

Indicadores	2016		2017	
	pré-IRS	pós-IRS	pré-IRS	pós-IRS
Gini	44,2	39,2	43,8	38,7
Redistribuição rel.	11,2%		11,5%	
Redistribuição	4,96		5,03	
Vertical	5,05		5,13	
Reordenação	0,09		0,10	
Robin Hood (%)	31,7	27,5	31,3	27,1

Acabámos de constatar que tanto a desigualdade do rendimento antes do IRS como depois deste imposto diminuiu. Vimos também que esta diminuição foi maior no segundo caso, visto que o efeito redistributivo total do imposto aumentou. Mas a que se deveu este aumento da redistribuição do IRS se não houve alteração do número nem das taxas dos escalões? Tendo em conta que o efeito regressivo da reordenação praticamente não se alterou, todo este aumento do efeito equalizador do IRS adveio da redistribuição vertical. Como vimos, este efeito é composto pelo produto do nível de progressividade e a dimensão do imposto (essencialmente a sua taxa média).

Progressividade versus Redistribuição

No Quadro 6 podemos ver que **o nível de progressividade do imposto não aumentou, mas sim diminuiu ligeiramente** de acordo com os três indicadores que calculámos (Kakwani, Suits e Stroup). Note-se que seria possível que a progressividade tivesse aumentado apesar do nível de concentração do IRS ter diminuído porque a desigualdade do rendimento bruto também diminuiu. A questão é que a desigualdade do rendimento diminuiu menos do que a concentração do IRS, 4 décimas versus 6 décimas, respetivamente: a área K da Figura 1, e, portanto, a progressividade, diminuiu em 2017. Consequentemente, **o aumento da redistribuição deveu-se inteiramente à subida da taxa média de IRS**, que passou de 12,25% para 12,46%.

Quadro 6 – Indicadores de Progressividade
(microdados da AT, por adulto equivalente)

Indicadores	2016	2017
Gini rend. bruto	0,442	0,438
Concentração IRS	0,804	0,798
Taxa média ef. IRS	0,1225	0,1246
Kakwani	0,362	0,361
Suits	0,467	0,462
Stroup	0,648	0,644

Para perceber como é que a redistribuição do IRS aumentou apesar da sua progressividade ter diminuído, olhemos para o Quadro 7. No painel da esquerda podemos ver os limites de cada um dos cinco escalões em vigor nestes anos e a taxa de variação anual (t.v.a.) destes limiares: *i.e.*, taxa de inflação para 2017 prevista em 2016. No painel da direita apresentamos o rendimento médio do decil que mais se enquadra em cada escalão – isto é, que inclui agregados com um rendimento bruto acima e abaixo desse limite. Conclui-se que os rendimentos destes decis aumentaram mais de o dobro da atualização dos limites dos escalões, devido ao aumento dos rendimentos do trabalho por via da subida significativa do emprego em 2017. Devido a este desfasamento, **o número de agregados acima do mínimo de existência, que efetivamente pagam IRS, aumentou levando a uma subida da taxa média de imposto.**

Vemos também que o aumento do emprego levou a uma diminuição da desigualdade do rendimento bruto porque os rendimentos do 3.º decil (2.º escalão) tiveram um aumento superior ao dos decis dos escalões superiores. Portanto, a subida da taxa média deve-se maioritariamente a mudanças no meio da distribuição e não no topo. A consequência destas dinâmicas é a diminuição da concentração do IRS pelo aumento da percentagem de agregados no 2.º escalão (1 pp) superior ao dos escalões mais altos (<0,3 pp), como se verifica na última coluna do Quadro 7.

A redistribuição aumentou porque o mínimo de existência, e os limiares dos escalões, aumentaram menos do que os rendimentos médios, mas a progressividade diminuiu porque o imposto passa a estar relativamente menos concentrado no topo, e mais no meio, da distribuição. Consequentemente, a percentagem de agregados acima do mínimo de existência ficou mais igual à que não paga o imposto e este efeito redistributivo no centro da distribuição mais que compensou a quebra de progressividade. Ou seja, caso os limiares dos escalões não tivessem sido atualizados, a progressividade (a redistribuição) teria diminuído (aumentado) ainda mais por via da diminuição das pessoas isentas de IRS que levaria a um maior aumento da taxa média do imposto. Assim, percebemos a importância de decompor a redistribuição pelas suas componentes, permitindo aferir de esta aumentou devido a um aumento da progressividade ou da dimensão do imposto (“carga fiscal do IRS”).

Quadro 7 – Desfasamento entre a variação dos limiares dos escalões de IRS e os rendimentos

Limite escalões	Rend. Col. 2016	Rend. Col. 2017	t.v.a.	Decis escalões	R. bruto médio 2016	R. bruto médio 2017	t.v.a.	diff. (pp) % agre.
1	0 - 7.035	0 - 7091	-	-	-	-	-	-1,5
2	7 035	7 091	0,8%	3	6 962	7 292	4,7%	1,0
3	20 100	20 261	0,8%	8	20 427	20 970	2,7%	0,3
4	40 200	40 522	0,8%	10	61 457	62 763	2,1%	0,1
5	80 000	80 640	0,8%	10	61 457	62 763	2,1%	0,0

Rácios de percentis e de fatias

O efeito redistributivo do IRS também pode ser captado pelas diferenças dos **rácios de percentis e de fatias** antes e depois do imposto. No Quadro 8 são apresentados os resultados dos principais rácios utilizados para medir a desigualdade. É fundamental ter em conta estes indicadores numa análise de desigualdade já que **cada medida atribui pesos diferentes a cada parte da distribuição**. Ou seja, é possível que, por exemplo, a fatia do último decil (*top* 10%) aumente ao mesmo tempo que o índice de Gini diminui porque este último é mais sensível a mudanças no centro da distribuição do que nos extremos. Foi precisamente esta realidade que verificamos a respeito da evolução das desigualdades de riqueza na secção 2.3.2.2.

Este efeito do IRS é mais visível em indicadores que atribuem um maior peso ao topo da distribuição de rendimentos. O rácio S90/S10 indica que **um adulto situado no último decil tinha, em média, um rendimento bruto 30 vezes superior ao de um adulto entre os 10% mais pobres**, em 2016. No ano seguinte, este rácio diminuiu para 28, em linha com a evolução do índice de Gini. Para além disso, a decomposição entre a metade superior (>p50) e a metade inferior (abaixo da mediana) da distribuição também está em linha com as conclusões anteriores. Isto é, o aumento da redistribuição total (em termos do rácio p90/p10) verificou-se entre a metade inferior da distribuição e não entre o nono decil e a mediana. O aumento do efeito do IRS em termos do rácio p50/p10 mais que compensou a ligeira diminuição do efeito em termos do rácio p90/p50. A contradição dos efeitos redistributivos medidos pelo rácio p90/p10 e o rácio S90/S10 demonstra a importante distinção explicada na secção 2.3.1.5.

Um dos indicadores de desigualdade mais recentemente adicionados àqueles que são publicados pela OCDE é o **rácio de Palma**. Num artigo seminal de 2011, Gabriel Palma demonstra que a fatia recebida pelas *classes média e média-alta* (entre D5 e D9, inclusive) apresenta uma homogeneidade surpreendente entre os países de todo o mundo e ao longo dos anos. Este grupo tende a deter pouco mais de 50% do rendimento total, o que implica que a desigualdade resulta da repartição da outra metade do rendimento entre os primeiros quatro decis (D1-D4) e o último (D10). Assim, o indicador mede precisamente o rácio das fatias do *top* 10% e dos 40% mais pobres.

Este rácio é particularmente relevante quando aplicado a estes dados porque compara aqueles que pagam mais IRS com os que estão tendencialmente isentos. **Os 10% mais ricos tinham consideravelmente mais de o dobro do que os 40% mais pobres.** Segundo este indicador, a desigualdade também diminuiu (de 2,28 para 2,22), mas a redistribuição não aumentou. Este resultado volta a confirmar a conclusão de que a redistribuição (medida pelos índices de Gini) apenas aumentou graças a uma maior equalização entre aqueles que se situam no meio da distribuição – entre aqueles que estão perto do mínimo de existência.

Quadro 8 – Rácios de percentis, de fatias e de Palma e Fatias do rendimento (microdados da AT, por adulto equivalente)

Indicadores	2016				2017			
	pré-IRS	pós-IRS	Redistr.	Redistr. %	pré-IRS	pós-IRS	Redistr.	Redistr. %
p90 / p10	8,25	7,06	1,2	14%	7,96	6,76	1,2	15%
p90 / p50	2,82	2,42	0,4	14%	2,78	2,39	0,4	14%
p50 / p10	2,92	2,92	0,0	0%	2,87	2,82	0,0	1%
S80 / S20	11,2	9,0	2,2	19%	10,8	8,7	2,1	20%
S90 / S10	29,7	23,2	6,5	22%	28,2	21,9	6,2	22%
Palma	2,28	1,75	0,5	23%	2,22	1,70	0,5	23%
ODS 10 - Bot. 40%	14,7	16,6	1,9	13%	15,0	16,9	1,9	13%
Bottom 50%	21,3	24,0	2,7	13%	21,6	24,4	2,8	13%
Middle 40%	45,1	47,0	1,9	4%	45,0	46,9	1,8	4%
Top 10%	33,6	29,0	-4,6	-14%	33,4	28,8	-4,6	-14%
Top 1%	7,75	5,87	-1,9	-24%	7,79	5,87	-1,9	-25%

Fatias da distribuição total

É também útil apresentar as fatias dos grupos utilizados pela literatura económica dos rendimentos do topo (Atkinson *et al.*, 2011). Como demonstrado por Alvaredo (2018), uma estagnação do índice de Gini pode esconder alterações na distribuição, por exemplo um aumento das fatias do topo simultânea a uma subida da fatia da metade mais pobre – isto é, uma redução da *classe média* (os 40% do meio). Por isso, **a análise das fatias dos grupos que compõem a distribuição inteira** – por exemplo a metade mais pobre (*bottom* 50%), os 4 decis seguintes (*middle* 40%) e o decil mais rico (*top* 10%) – **é a metodologia mais completa para o estudo da desigualdade**. Os rácios de percentis são insensíveis a mudanças acima (abaixo) do valor do numerador (denominador) se não houver reordenação. Os rácios de fatias apenas comparam dois grupos da distribuição. Apesar de relevantes, estes rácios não abrangem a desigualdade global e não nos dão informação sobre onde ocorreram as mudanças relativas.

O décimo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, referente à redução das desigualdades, tem como primeiro ponto “até 2030, progressivamente alcançar, e manter de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional.”. Ora, sempre que o rendimento médio de um grupo cresce acima do rendimento médio nacional a fatia desse grupo aumenta. Assim, o Quadro 8 apresenta a evolução da fatia dos 40% mais pobres que aumentou de 14,7% para 15%, e ainda mais em termos líquidos do IRS ficando muito perto de 17% em 2017. Em linha com o aumento do emprego e dos salários, a fatia dos 50% mais pobres aumentou de 21,3% para 21,6%, enquanto a dos 40% do meio diminuiu uma décima para 45%. **A fatia dos 10% mais ricos também diminuiu ligeiramente, mas este grupo continuava a deter mais de um terço do rendimento bruto em 2017.** É interessante notar que, ao passo que a fatia do 10% do topo diminuiu, os 1% mais ricos viram a sua fatia aumentar apesar do IRS ter anulado essa evolução.

A fatia dos 1% mais ricos é, aliás, o único indicador do Quadro 8 segundo o qual a desigualdade do rendimento bruto aumentou, demonstrando a sua relevância para uma análise completa da distribuição.

Topos da distribuição

Tirando partido destes dados administrativos, e seguindo a literatura supracitada, os Quadros seguintes apresentam vários indicadores para os diferentes grupos dentro dos 10% mais ricos. No painel da esquerda encontramos os rendimentos mínimos para se pertencer a cada topo e o rendimento médio, fatias e taxa média de IRS efetivamente pago por cada *top*. No painel da direita vemos os mesmos indicadores e o número de adultos equivalentes (conforme a escala modificada da OCDE) de cada *intervalo* de percentis – por exemplo a primeira linha diz respeito à metade mais pobre entre os 10% mais ricos (p90-p95) porque exclui o *top* 5%. Lembra-se que estes valores são mais baixos do que os rendimentos por agregado fiscal visto que dizem respeito a valores por adulto equivalente – *i.e.* o total do agregado foi dividido pelos seus membros através duma escala de equivalência.

Quadro 9 – Topos da distribuição do rendimento bruto englobado em sede de IRS

(microdados da AT, por adulto equivalente)

2017 Top (1)	Rend. Limite (min. topo) (2)	Rend. Médio Topo (3)	Shares Topo (4)	Taxa ef. Topo (5)	Intervalo de percentis (6)	Rend. Médio Intervalo (7)	Share intervalos (8)	Taxa ef. inter. (9)	Nº adul- tos equiv. (10)
Top 10%	25 046	42 020	33,37%	24,8%	p90-p95	29 201	11,59%	18,8%	370 427
Top 5%	34 726	54 838	21,77%	27,9%	p95-p99	44 013	13,98%	24,3%	292 017
Top 1%	62 053	98 130	7,79%	34,4%	p99-p99,9	81 679	5,84%	31,9%	66 549
Top 0,1%	137 108	246 177	1,95%	42,0%	p99,9-p99,99	191 509	1,37%	40,4%	6 660
Top 0,001%	375 248	737 997	0,59%	45,8%	p99,99-p99,999	573 540	0,41%	45,0%	658
Top 0,001%	1 276 536	2 215 854	0,18%	47,6%	p99,999 - p100	2 215 066	0,18%	47,6%	66
Total	0 - 7.833.136	12 593	100,00%	12,5%	Top 10%	42 020	33,37%	24,8%	7 097 452

2016 Top (1)	Rend. Limite (min. topo) (2)	Rend. Médio Topo (3)	Shares Topo (4)	Taxa ef. Topo (5)	Intervalo de percentis (6)	Rend. Médio Intervalo (7)	Share intervalos (8)	Taxa ef. inter. (9)	Nº adul- tos equiv. (10)
Top 10%	24 543	41 114	33,58%	24,4%	p90-p95	28 669	11,71%	18,6%	364 808
Top 5%	34 129	53 558	21,87%	27,6%	p95-p99	43 212	14,12%	24,1%	287 000
Top 1%	60 723	94 944	7,75%	33,9%	p99-p99,9	79 519	5,84%	31,5%	65 521
Top 0,1%	131 880	233 759	1,91%	41,3%	p99,9-p99,99	183 645	1,35%	39,8%	6 533
Top 0,001%	361 518	684 398	0,56%	45,0%	p99,99-p99,999	549 107	0,40%	45,2%	633
Top 0,001%	1 136 870	1 887 061	0,16%	44,5%	p99,999 - p100	1 872 707	0,16%	44,5%	68
Total	0 - 4.454.499	12 245		12,3%	Top 10%	41 114	33,58%	24,44%	6 981 644

Em termos arredondados, um adulto equivalente com apenas 25 mil euros anuais pertencia aos 10% mais ricos do país segundo o que é englobado no IRS, o top 1% alberga pessoas com rendimentos superiores a 60 mil euros e só aqueles com mais de 130 mil euros é que fazem parte do top 0,1% de Portugal.⁵¹ Não esquecendo a subestimação destes montantes que advém da exclusão dos rendimentos de capital mais elevados, como explicado na secção 2.3.1.2, existiam apenas 84 (72) adultos milionários em 2017 (2016).⁵²

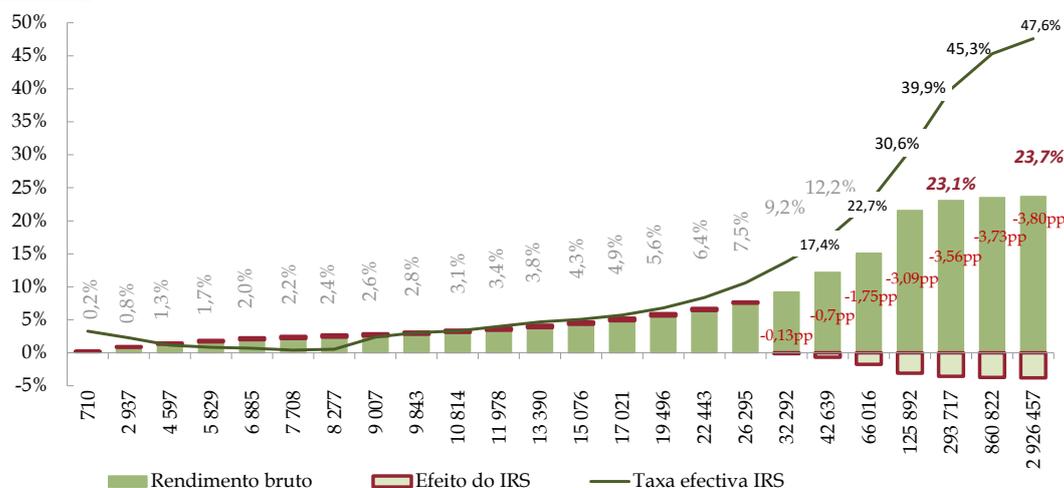
Estes Quadros mostram também a progressividade do IRS englobado. Olhando para a coluna (5) conclui-se que os 10% mais ricos pagavam quase o dobro da taxa efetiva média. Através da coluna (8) percebemos que isso se deve a taxas particularmente altas (superiores a 40%) a partir do top 0,1%, já que a metade mais pobre do top 10% é taxada a menos de 20%. Este aumento significativo da progressividade no topo do topo deve-se à taxa adicional de solidariedade que aplica acréscimos de 2,5pp aos rendimentos coletáveis entre €80.000 e €250.000 e de mais 5pp a partir deste último valor. Ou seja, **apenas pouco mais de 700 pessoas é que pagam uma taxa de IRS superior a 45%** e isso deve-se ao último escalão da taxa adicional de solidariedade. Assim, conclui-se que o sistema do IRS englobado é bastante eficaz no combate à desigualdade por ser muito progressivo no topo.

51 Os resultados por agregado fiscal, e não por adulto equivalente, presentes no anexo, estão muito em linha com os calculados com dados de 2005 por (Alvaredo, 2009). Agregados fiscais com um rendimento superior a 36 mil euros anuais pertencem aos 10% mais ricos, o top 1% começa sensivelmente a partir de 95 mil euros e eram necessários 210 mil euros por ano para se pertencer ao 0,1% mais ricos em 2017.

52 Em termos de agregados fiscais existiam 158 (144) agregados milionários em 2017 (2016).

Figura 5 – Fatias e médias do rendimento bruto, taxas efetivas e efeito do IRS por vintil

(microdados da AT, por agregado fiscal)



Progressividade e Redistribuição ao longo da distribuição

Estas características do sistema de IRS englobado são evidentes na Figura 5. Esta mostra-nos as fatias do rendimento bruto de cada vintil, por agregado fiscal, e o efeito do imposto nessas percentagens do rendimento total. O último vintil a azul, isto é o **top 5%**, está desagregado pelos mesmo grupos dos Quadros anteriores. Verificamos que **o IRS reequilibra a desigualdade de mercado e pensões, redistribuindo dos 15% mais ricos para o resto da população**. Isto graças à sua elevada progressividade, representada pela evolução da taxa de IRS efetivamente pago que aumenta ao longo de toda a distribuição, em particular no topo.

Existem, contudo, duas exceções a esta dinâmica de ascensão: no início da distribuição e no topo do topo. No primeiro caso, os primeiros vintis pagam uma taxa de imposto superior às imediatamente a seguir porque nem todos os rendimentos estão isentos à luz do mínimo de existência. Segundo o art.º 70.º do CIRS, este mínimo refere-se apenas aos rendimentos “predominantemente originados em trabalho dependente, (...) ou pensões”. Logo, agregados fiscais com rendimentos brutos baixíssimos pagam IRS se estes forem maioritariamente de capital, por exemplo pequenos montantes de rendas. À medida que nos aproximamos do mínimo de existência o imposto pago sobre esses rendimentos representa uma proporção cada vez menor do rendimento bruto que é composto cada vez mais por salários (logo a taxa efetiva diminui). Os agregados pertencentes ao 8.º vintil, por já receberem um rendimento médio superior ao mínimo de existência, vêm a sua taxa efetiva a aumentar de 0,5% para 2,5%. No segundo caso, a desaceleração da curva da taxa efetiva de IRS nos últimos dois topos, deve-se à ausência de mais escalões a partir de 250 mil euros, apesar de existirem cerca de 3 mil agregados fiscais nessas condições.

Reflexões sobre a progressividade do sistema global do IRS

Note-se que a progressividade aumentará sempre que se criar um escalão com taxas marginais mais altas e houver agregados com rendimentos superiores ao limite desse escalão. Portanto, existe margem para aumentar a progressividade ao criar, por exemplo, mais um escalão acima de 250 mil euros onde se aplicaria uma taxa adicional de solidariedade de 12%. Note-se que as pessoas a quem se aplicaria uma taxa marginal de 60% (48% do último escalão mais 12%), que pertencem maioritariamente ao **top 0,01%**, continuariam a ter um rendimento disponível médio de quase 25 mil euros por mês, mesmo que

não beneficiassem de nenhuma dedução. Como mostra a coluna (3) do Quadro 9, esse rendimento *líquido* mensal é superior ao rendimento *bruto* que o *top* 0,1% recebe em média por mês (20.515€ = 246,177 / 12). Isto reflete o facto de que dentro do último decil (*top* 10%) existe uma enorme desigualdade que, por sua vez, significa que existe margem para maior progressividade no topo do topo da distribuição.

Apesar do nível atual, e do potencial de aumento, da progressividade do IRS, este sistema exclui os rendimentos de capital mais elevados diminuindo, portanto, a desigualdade captada nestes dados e a eficácia do imposto na redução da desigualdade total. Se considerarmos 12 meses de vencimento, em 2017, uma pessoa dos 10% mais ricos ganhava em média 3 mil e 500 euros; com uma média de 8 mil euros por mês pertencia aos 1% mais ricos e o com 20 mil euros mensais ao *top* 0,1%. Os montantes relativamente pequenos dos topos englobados revelam, não só os baixos rendimentos em Portugal, mas também, a dimensão dos rendimentos que estão isentos de tributação progressiva em sede de IRS. Este exemplo, demonstra que **a opção pelo não englobamento presente no CIRS afigura-se, porventura, um contributo relevante para a maior desigualdade fiscal em Portugal.**⁵³

Mapas de indicadores de desigualdade do rendimento englobado no IRS por municípios

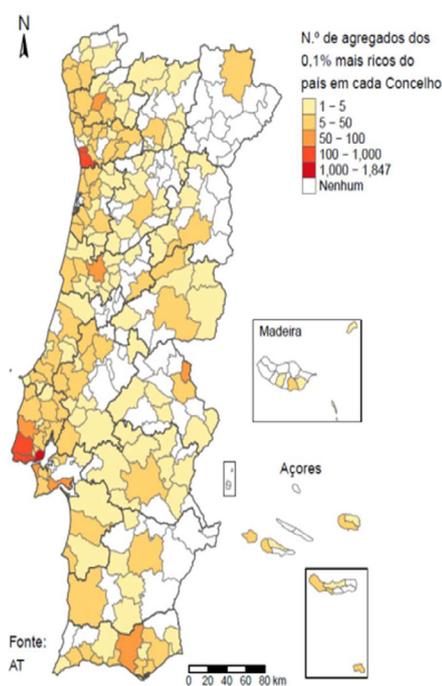
A ausência desses rendimentos no englobamento do IRS configura-se como a maior limitação dos microdados das NL-IRS. No entanto, esta base de dados tem várias vantagens, entre as quais a inclusão de informação sobre a freguesia, município e distrito de cada agregado fiscal.

Explorando essa informação, este subgrupo de trabalho construiu vários mapas que revelam a heterogeneidade entre municípios no que respeita: aos níveis de rendimento, à dimensão da sua desigualdade intraconcelhos, a alguns efeitos do IRS, e à distribuição dos agregados mais ricos e mais pobres pelo país (ver Figuras I.1 a I.6 em anexo). Ao compararmos as Figuras I.1 e I.2, e também as Figuras I.3 e I.4, é notório o efeito equalizador do IRS em termos de rendimento médio por município e em termos de desigualdades intramunicípio, respetivamente.

Na Figura 6 podemos observar o número de agregados fiscais do *top* 0,1% de Portugal, em 2017, com residência fiscal em cada um dos 308 municípios do país. Constatase a concentração dos mais ricos a nível nacional em torno de dois polos: Lisboa e Porto. O município com destacadamente mais residentes pertencentes ao *top* 0,1% é Lisboa. Neste residem quase quatro vezes mais agregados do *top* 0,1% (cerca de 1850) do que nos dois municípios que se seguem: Cascais e Porto (com cerca de 470 agregados deste grupo). Para além daqueles em torno destas duas áreas, os únicos municípios com mais de 50 agregados deste topo são: Marvão, Almada, Coimbra, Loulé, Braga e Setúbal (por ordem decrescente).

⁵³ Assumindo que o total dos 200 milhões de euros em dividendos foram tributados na fonte à taxa liberatória de 28%, o Estado arrecadou uma receita de 56 milhões de euros. Caso não existisse a opção pelo não englobamento de rendimentos de capital, o Estado iria arrecadar uma receita adicional de 10,2 milhões de euros (assumindo que seriam tributados pela taxa média efetiva do último escalão de 33,1%).

Figura 6 – Distribuição dos agregados fiscais do top 0,1% de Portugal por município (microdados da AT, por agregado fiscal, 2017)



Para além destes mapas estáticos, também foram produzidos vários mapas interativos com mais indicadores, e muito mais informação para cada município, em formato *html* (website). Para aceder a estes [mapas interativos](#)⁵⁴ deverá fazer o *download* do ficheiro e abri-lo num *browser*.⁵⁵ Ao abrigo de um protocolo assinado com a AT em 2022, o [GPEARI do Ministério das Finanças](#) passou a publicar uma versão melhorada destes mapas interativos, com dados referentes a 2019, disponibilizando os *websites* em duas versões ([por agregado fiscal](#) e [por sujeito passivo](#)) bem como um documento com [notas técnicas](#) explicando cada mapa.

54 <https://drive.google.com/file/d/1Sak0n3ZpOi4oNam3vIav0jflpuD0CjGA/view?usp=sharing>

55 Para obter o [manual](#) que explica todos os procedimentos para reprodução destes mapas, no mesmo formato *html*, faça o *download* do seguinte ficheiro e abra-o num *browser*: https://drive.google.com/file/d/1SnErYtE9W_XG0UOPSnucddqmURcRvZlt/view?usp=sharing

2.3.4 Novos indicadores e proposta de um painel de indicadores-chave

Um dos objetivos principais do Grupo de Trabalho sobre Indicadores das Desigualdades Sociais (GT-IDS) do Conselho Superior de Estatística é identificar as lacunas existentes no que respeita à publicação atual de indicadores. Neste Subgrupo procurou-se recolher todas as estatísticas oficiais relativas aos temas da fiscalidade e do rendimento, e demonstrar o valor acrescentado e o potencial da análise ao complementar essas publicações com indicadores de dados administrativos da Autoridade Tributária e Aduaneira. Neste capítulo avançamos as nossas principais sugestões tanto a nível de indicadores que podem ser construídos com os dados atualmente utilizados, como em termos de fontes de dados ainda não disponíveis.

2.3.4.1 Proposta de um painel de indicadores-chave

2.3.4.1.1 Coeficientes de Gini antes e depois do IRS: efeito redistributivo isolado do imposto

Como vimos no capítulo 2, apenas a OCDE publica dados que permitem aferir o efeito redistributivo do IRS, e das contribuições para a Segurança Social (CSS), ao publicar o índice de Gini do rendimento bruto (rendimentos de mercado, pensões e outras transferências sociais, antes de impostos) e o índice de Gini do rendimento disponível (após o pagamento de impostos). A diferença (absoluta ou relativa) entres estes dois indicadores é o efeito redistributivo conjunto do IRS e das CSS, tendo previamente em conta os benefícios sociais. No entanto, ainda não são publicados indicadores que permitam identificar o efeito redistributivo isolado do IRS. Isto acontece porque para separar o IRS e as CSS, que são reportados em conjunto no EU-SILC, é necessário recorrer a simulações das CSS.

Sabendo que o INE já tem experiência nestas simulações de dados do EU-SILC, este podia passar a publicar o índice de Gini dos rendimentos de mercado e pensões – i.e. antes de impostos (1) e o índice de Gini desses rendimentos após o pagamento dos montantes isolados do IRS (2). Se não for possível isolar o IRS das CSS estes montantes passam a designar impostos diretos e os seus efeitos. De qualquer das formas, ao não incluir as outras transferências sociais (para além das pensões), estaria a acrescentar valor aos indicadores publicados pela OCDE. Também estaria a acrescentar valor em relação aos indicadores publicados pelo Eurostat uma vez que esta não separa as pensões e os impostos. Para além disso, desta forma seriam publicados indicadores de desigualdade de rendimento comparáveis com os índices de Gini calculados com base nos microdados da AT, antes e depois do IRS.

Assim, este Subgrupo sugere que passem a ser publicados estes índices de Gini, dois com base no ICOR e dois com base nos microdados das NL-IRS, todos por adulto equivalente. A maisvalia desta sugestão é o público passar a conhecer o impacto redistributivo do IRS, com base nos inquéritos e também nos dados administrativos deste imposto, sendo ambos diretamente comparáveis.

2.3.4.1.2 Redistribuição do IRS decomposta entre Progressividade e Dimensão do imposto

Como foi explicado neste relatório, o efeito redistributivo total é composto por uma dimensão vertical e outra horizontal (que tende a ser negativa e residual). Por sua vez, a redistribuição vertical resulta do produto entre o nível de progressividade e a dimensão do imposto.

Para além de publicar os pares de índices de Gini descritos no ponto anterior, o INE poderia passar a publicar uma nova tabela onde constasse o efeito redistributivo vertical (diferença absoluta entre o índice de Gini da distribuição (1) e o índice de Concentração da distribuição (2)) e as suas componentes:

progressividade do IRS (índice de Kakwani) e a dimensão do IRS (rácio entre o total de imposto pago e o total de rendimentos da distribuição (2) – i.e. rendimentos de mercado e pensões após pagamento do imposto).

Em baixo encontra-se um exemplo de apresentação dos indicadores sugeridos até agora, onde tanto os índices de Gini como o índice de Kakwani são apresentados em percentagem (0-100). Esta tabela seria calculada tanto com base nos microdados da AT como também com base nos microdados do ICOR. A publicação destes indicadores acrescentaria valor ao salientar a distinção entre redistribuição e progressividade do imposto. Como vimos na secção 2.3.3.1, a redistribuição pode aumentar pelo facto de passar a haver mais pessoas da metade mais pobre a pagar imposto e não pelo aumento da sua progressividade, como foi o caso nestes dois anos.

Quadro 10 – Sugestão de apresentação dos indicadores sugeridos

Indicadores	2016		2017	
	pré-IRS	pós-IRS	pré-IRS	pós-IRS
Gini	44,2	39,2	43,8	38,7
Redistribuição rel.		11,2%		11,5%
Redistribuição abs.		4,96		5,03
Vertical		5,05		5,13
Progressividade		36,18		36,05
Dimensão do IRS		0,140		0,142
Horizontal		-0,09		-0,10

Fonte: Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizadas pela AT.

2.3.4.1.3 Fatias da distribuição completa e rácios das suas partes

Atualmente nenhuma instituição estatística publica as fatias do rendimento de grupos que compoñham a distribuição completa. Por isso, sugere-se que o INE ou a AT passem a publicar as fatias do bottom 50% (D1-D5), do middle 40% (D6-D9), do top 10% (D10) e ainda do top 1%. Adicionalmente, a fatia do bottom 40% (D1-D4) também é sugerida já que o seu aumento indica diretamente se estamos a atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 10. Cada indicador deve ser calculado para cada uma das quatro distribuições descritas acima. Isto é, para a distribuição do rendimento de mercado e pensões antes e depois do pagamento do IRS, com base no ICOR e com base nas NL-IRS. Ao observar as diferenças entre cada fatia, antes e depois do imposto, é possível visualizar a redistribuição do IRS ao longo da distribuição, nas duas bases de dados.

O INE publica anualmente os rendimentos médios disponíveis por adulto equivalente de todos os decis do ICOR. É verdade que se dividirmos cada um destes valores pela respetiva média global, e multiplicarmos pelo número de percentis dentro de cada grupo (10), calculamos as fatias dos decis de toda a distribuição. A partir destas conseguimos calcular as fatias sugeridas acima (exceto a do top 1%), contudo o público geral não tem este conhecimento, sendo necessária a publicação separada desses indicadores. Note-se que, a partir desta metodologia, é também muito fácil calcular os outros dois indicadores que o INE publica para além do índice de Gini. No entanto, os rácios S90/S10 e S80/S20 são publicados separadamente pelas mesmas razões. Para além disso, o valor acrescentado das sugestões descritas acima prende-se com a publicação de indicadores calculados para distribuições que não são atualmente publicadas e que medem o efeito do sistema fiscal.

2.3.4.1.4 Topos da distribuição de rendimentos dos dados administrativos

Aproveitando a principal das vantagens que os dados administrativos têm em relação aos dados por inquérito, o último decil da distribuição do rendimento bruto dos microdados da AT, que é também o mais desigual, deve ser decomposto nos seus diferentes grupos de rendimento.

O INE ou a AT poderiam passar a publicar tabelas semelhantes ao Quadro 9 apresentado na secção 2.3.3.1. No mínimo, estas tabelas devem conter informação para o top 10%, top 1%, top 0,1% e top 0,01%, dado os níveis de desigualdade que existem entre esses grupos. A informação a divulgar para cada grupo deve ser composta por: rendimento do limite inferior, rendimento médio, fatia do rendimento bruto, e taxa efetiva média. Outra possibilidade seria incluir também o coeficiente de variação dentro de cada topo, embora o rácio entre o rendimento médio e o limite inferior já indique o seu nível de desigualdade. Estes indicadores podem ser calculados por agregado fiscal, sendo diretamente comparáveis com as publicações da AT, ou por adulto equivalente, tornando-os mais comparáveis com as estatísticas oficiais.

Resumindo, o Subgrupo sobre Fiscalidade e Rendimento sugere a criação dos seguintes indicadores de desigualdade, com base nos microdados da Autoridade Tributária relativos ao IRS, e por adulto equivalente:

- ▶ Coeficientes de Gini do rendimento pré-IRS e do rendimento pós-IRS.
- ▶ Redistribuição absoluta do IRS, decomposta entre Progressividade (índice de Kakwani) e Dimensão do imposto (“carga fiscal”). Redistribuição relativa – percentagem da desigualdade que é atenuada pelo IRS (ambos à semelhança do Quadro 10, secção 4.1.).
- ▶ Fatias do rendimento pré-IRS e do rendimento pós-IRS (e sua diferença em pp) dos seguintes grupos: *top 1%*, *top 10%*, *middle 40%*, *bottom 50%* e *bottom 40%* (à semelhança do Quadro E5, em anexo).
- ▶ Quatro indicadores sobre o *top 10%*, *top 1%*, *top 0,1%* e *top 0,01%*: rendimento do limite inferior, rendimento médio, fatia do rendimento bruto, e taxa efetiva média (à semelhança do Quadro 9, secção 2.3.3.1.).

Estes quatro conjuntos de indicadores tiram partido das mais-valias que advêm da natureza administrativa dos dados do IRS, informam sobre a composição do topo da distribuição (uma das lacunas dos inquéritos), evidenciam os efeitos redistributivos provenientes exclusivamente do IRS e distinguem os respetivos contributos da progressividade e da dimensão do imposto. Por todas estas razões acrescentam valor à informação estatística que está ao dispor da comunidade e permitem uma análise mais completa das desigualdades de rendimento e de fiscalidade.

2.3.5 Notas conclusivas

Neste Subgrupo de Fiscalidade e Rendimento do Grupo de Trabalho do Conselho Superior de Estatística sobre Indicadores de Desigualdades Sociais procurámos atingir quatro objetivos. O primeiro era aprofundar e clarificar os conceitos e metodologias fundamentais para o estudo das desigualdades. Em segundo lugar pretendeu-se reunir os principais indicadores existentes relativos às três dimensões fundamentais das desigualdades económicas: rendimentos, riqueza e fiscalidade. Uma vez que este Subgrupo teve a oportunidade inédita de analisar os microdados da AT relativos às Notas de Liquidação do IRS, o terceiro objetivo foi explorar detalhadamente todas as potencialidades destes dados para o conhecimento das desigualdades de rendimento e de fiscalidade. Por fim, o objetivo derradeiro foi o de identificar as principais lacunas nos indicadores existentes e apresentar uma proposta de um painel de novos indicadores-chave que possibilitem um acompanhamento mais profundo e abrangente deste tipo de desigualdades.

Ao longo deste relatório ficou claro que a natureza administrativa dos dados das NL-IRS apresenta uma série de mais-valias que complementam os atuais indicadores baseados em inquéritos. As duas vantagens que merecem destaque são o facto de as NL-IRS abrangerem o universo de sujeitos passivos (e não uma amostra), permitindo a análise fina do topo da distribuição, e o cálculo direto dos efeitos redistributivos e progressivos deste imposto. Não obstante as diferenças de conceitos de rendimentos clarificadas na secção 2.3.1.1., estes dados revelam níveis de desigualdade superiores aos que são captados pelos inquéritos. Na secção 2.3.2.1. apresentamos os índices de Gini que são disponibilizados pelo Eurostat e pela OCDE. Ao contrário do INE que apenas publica indicadores relativos ao rendimento disponível das famílias, estas instituições estimam este indicador para diferentes instâncias do rendimento. Nessa secção, demonstrou-se os efeitos redistributivos que são possíveis estimar através dos indicadores publicados por essas duas instituições e ficou claro que também não permitem aferir o efeito redistributivo isolado do IRS.

A implementação das duas primeiras sugestões proferidas na secção 2.3.4.1. permitirá não só calcular esse efeito como decompô-lo entre o contributo da progressividade e o da dimensão do imposto. Esta distinção entre redistribuição e progressividade é fundamental para enriquecer o debate público uma vez que, como ficou demonstrado na secção 2.3.3.1., a redistribuição pode aumentar simplesmente por via dum aumento da dimensão do imposto (“carga fiscal”), por haver mais pessoas acima do mínimo de existência, e não por via de um aumento da progressividade (que na realidade diminuiu). A terceira sugestão irá colmatar outra limitação dos indicadores atualmente existentes. Tal como é explicado na secção 2.3.1.5., o rácio de percentis (e.g. p90/p10) não se altera se o aumento de rendimentos apenas ocorrer entre os 10% mais ricos (por definição, acima do valor p90), não captando um aumento da desigualdade. Por outro lado, como é explicado na secção 2.3.3.1., o índice de Gini pode manter-se inalterado numa situação em que a fatia dos 1% mais ricos aumenta consideravelmente ao mesmo tempo que a metade mais pobre auferir uma percentagem maior do rendimento – isto é, há um esmagamento da “classe média”. De igual forma, se a fatia dos 10% mais ricos aumentar na mesma proporção de que a dos 10% mais pobres, o rácio de fatias S90/S10 não se altera mesmo que haja uma maior desigualdade entre todos os outros grupos. Tal como é várias vezes sublinhado ao longo deste relatório, isto acontece porque cada medida de desigualdade atribui pesos diferentes a cada parte da distribuição. Por estes motivos, recomenda-se que se passe a publicar as fatias do rendimento total auferidas por grupos que componham toda a distribuição. A quarta sugestão tira partido duma das principais mais valias das NL-IRS que é captar informação para o topo extremo da distribuição. Como vimos nos Quadros 8 e 9 (secção 2.3.3.1.), todos os indicadores apontam para uma redução da desigualdade em 2017 exceto as fatias dentro do 1% mais rico que aumentaram. Dada a relevância económica destes grupos do topo é importante que sejam publicados indicadores sobre o rendimento, taxa de IRS efetivamente paga e fatias do rendimento total destes topos. Ao contrário do que é proferido nos debates públicos, uma das conclusões que se tira do Quadro 9 e da Figura 5 é que só a partir dos 1% mais ricos é que se começam a aplicar taxas efetivas superiores a 30%.

Uma das principais mensagens deste relatório é que o sistema de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares é consideravelmente progressivo. Este facto deve-se às crescentes taxas marginais e, em particular, aos dois escalões extra que estão ocultos dentro do último escalão estatutário que advêm das taxas adicionais de solidariedade. Contudo, outra das mensagens principais é que esta progressividade pode ser substancialmente diminuída assim que se tem em consideração todos os rendimentos que não são englobados. Porventura a principal razão pela qual os valores do Quadro 9 são baixos (e.g. a partir do qual uma pessoa pertence aos 1% mais ricos) poderá estar relacionada com a opção pelo não englobamento, explicada na secção 2.3.1.2.1.

2.3.5.1 Transparência e disponibilização dos dados da Autoridade Tributária

Todos os indicadores que são sugeridos acima relativos a dados da AT carecem duma limitação muito importante: não incluem os rendimentos não englobados no IRS. Como foi discutido ao longo deste relatório, isto leva à subestimação da desigualdade real em Portugal. De modo a resolver esta lacuna, o INE e a AT devem colaborar para consolidar a totalidade de rendimentos tributados em IRS, englobados e não englobados, calcular e publicar os indicadores sugeridos a partir desta base de dados desconhecida e ainda disponibilizar esses microdados para fins de investigação.

A situação ideal seria que o INE, no âmbito de um protocolo com a AT, passasse a disponibilizar para fins de investigação uma base de dados que cruze as NL-IRS com a base de dados que consolida todos os rendimentos tributados a taxas liberatórias e especiais. Alternativamente, caso a AT não realize este cruzamento, o INE poderia disponibilizar separadamente a base de dados consolidada pela AT que incluíse todos os rendimentos tributados fora do englobamento. Nesse caso, é essencial que esta identifique os agregados fiscais com a mesma chave de anonimização do NIF, de modo que seja possível cruzar todos os rendimentos não englobados com aqueles que constam nas NL-IRS. Esta chave de anonimização deve também ser consistente ao longo dos anos. Apesar de os rendimentos não englobados serem tributados de forma autónoma e separada, a AT dispõe de todos estes dados. Por exemplo, todos os rendimentos e receitas provenientes das taxas liberatórias são reportados, através do modelo 39, pelas instituições financeiras (e.g. bancos) que efetuam a retenção na fonte. Deste modo não só seria possível medir a desigualdade de mercado efetiva em Portugal, como também passaríamos a ter transparência e conhecimento sobre que grupos da distribuição é que englobam ou não todo o seu rendimento, e ainda estimar o efeito de existir esta opção.

Enquanto estes passos não forem dados, as NL-IRS atualmente disponibilizadas pelo INE devem passar a decompor o rendimento bruto pelas diferentes categorias do rendimento. Assim, passaríamos a ter transparência relativamente às distribuições dos rendimentos englobados de cada categoria. É também importante que haja transparência relativamente ao tratamento que o INE continue a assegurar a manutenção da metainformação disponibilizada para os dados cuja fonte é a AT, à semelhança do que faz em todas as operações estatísticas. dá a estes dados da AT, nomeadamente sobre os critérios de eliminação de observações.

Para além da disponibilização destes microdados fiscais, a AT poderia passar a publicar tabelas por escalões mais detalhadas. Idealmente, os ficheiros Excel do Portal das Finanças deveriam publicar tabelas por escalões de rendimento total (englobado e não englobado). Estas tabelas devem continuar a publicar o número de agregados fiscais, o total dos rendimentos por escalão e o total de impostos pagos por escalões. Adicionalmente, em linha com as sugestões do World Inequality Lab (Alvaredo et al., 2020, p. 162) devem conter novas colunas que decomponham esse rendimento total entre rendimentos do fator trabalho (incluindo pensões) e rendimentos do fator capital (no sentido lato).⁵⁶ Por sua vez, essa coluna do total dos rendimentos de capital deve ser decomposta noutras colunas que reportem os montantes relativos a: rendimentos prediais (cat. F), rendimentos de capitais (cat. E) e incrementos patrimoniais (cat. G). Por fim, cada uma destas quatro colunas (total e componentes) poderia reportar a percentagem de cada categoria de rendimento que não é englobada em cada escalão.

Sem transparência sobre dados administrativos do IRS e sem a disponibilização dos indicadores sugeridos, particularmente quando calculados sobre a base de dados que incluiu os rendimentos não englobados, estaremos mais longe ter um debate público informado sobre as desigualdades fiscais e de rendimento e teremos menor capacidade técnica e política para decidir democraticamente como as devemos combater.

⁵⁶ Os rendimentos "mistos" da categoria B (profissionais ou empresariais) poderiam ser incluídos na primeira coluna (fator trabalho), já que representam menos de 6% do rendimento englobado e não são passíveis de não serem englobados por residentes.

2.4 Saúde

2.4.1 Enquadramento da Saúde

Introdução

Este capítulo pretende contribuir, a partir de um longo trabalho de reflexão levado a cabo por esta equipa⁵⁷, para conceber um conjunto de indicadores sobre desigualdades sociais na saúde, com quatro objetivos fundamentais. Pretende-se, em primeiro lugar, que este conjunto de indicadores possa captar as *dimensões essenciais* dessas desigualdades, sabendo-se como são múltiplos os aspetos que teríamos de incluir neste conjunto se tivesse sido pretensão desta equipa ser exaustiva nessa descrição, atendendo à complexidade de que a realidade da saúde se reveste nas sociedades atuais. Em segundo lugar, pretende ser uma abordagem quantificada das desigualdades na saúde em Portugal, comportando uma análise da *evolução temporal* dessas desigualdades, centrando essa análise nas áreas em que essa evolução temporal se reveste de maior significado e sobre as quais a informação estatística se revela mais robusta. Em terceiro lugar, pretende-se efetuar comparações internacionais dessas desigualdades, privilegiando o espaço europeu (da União Europeia) nessas análises, já que dificilmente, na atualidade, a realidade social, em particular nesta área, se pode fazer sem se terem referências internacionais para comparação. Finalmente, o quarto objetivo foi de procurar, no conjunto dos indicadores selecionados, identificar áreas críticas que possam elucidar os poderes públicos para as *políticas públicas* na área da saúde, tendo as desigualdades nesta área como preocupação política.

Sendo objetivos que desde o início dos trabalhos se revelaram legítimos e necessários na construção de uma bateria de indicadores, numa área e numa perspetiva (das desigualdades) que só recentemente começou a preocupar a ciência e a política em Portugal, são, porém, objetivos que condicionam bastante, e cada um deles de sua forma, a escolha desses indicadores e das respetivas fontes de informação estatística. A escolha dos indicadores que se apresentam neste capítulo resulta, assim, da consideração de todas essas condicionantes, mas visando estes quatro objetivos.

Aspetos conceptuais

Sobre a centralidade da área da saúde na caracterização da realidade multidimensional das desigualdades sociais, há ampla evidência recente, de que são exemplos quer o artigo, mais conceptual, de Sen (2002), o livro, mais analítico, de Deaton (2013), ambos prémios Nobel da Economia, e o livro, mais dirigido ao grande público, de Wilkinson & Pickett (2010). Por outro lado, tem-se verificado em Portugal, nos últimos anos, um progresso notável na produção estatística de qualidade na área da saúde⁵⁸, na monitorização das políticas da saúde, em que a desigualdade tem vindo a assumir importante relevo⁵⁹, bem como na investigação na economia da saúde e na sociologia da saúde nas Universidades portuguesas⁶⁰. Mas, apesar destes progressos, pouco se tem avançado na construção de indicadores de desigualdades na saúde que deem uma perspetiva global das diferentes dimensões que comportam. Este facto constituiu a principal motivação e orientação metodológica do trabalho desta equipa.

57 Este trabalho foi apresentado, nas suas várias versões intermédias, nas sessões do GT das Desigualdades Sociais, conjuntamente com as outras áreas de análise, beneficiando assim de uma atenção de pessoas que, estando sensibilizadas para a análise das desigualdades, conseguiram algum distanciamento crítico relativamente ao trabalho que estava a ser realizado por esta equipa. Numa versão mais adiantada, anterior a esta, mais centrada nos aspetos conceptuais e na ilustração estatística de diversos padrões identificados de evolução temporal de alguns indicadores, foi apresentada e discutida com dois peritos na área das desigualdades na saúde (Prof. Tiago Correia do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, e Profª Joana Alves da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa) num *workshop* realizado no INE, no dia 19 de Outubro de 2019. De todos estes contributos muito beneficiou este grupo mantendo, naturalmente, a responsabilidade por erros e lacunas que persistam.

58 Um exemplo é a qualidade que o INE coloca na produção do Inquérito Nacional de Saúde de 2005/2006, de 2014 e de 2019, com uma periodicidade que permite, nas dimensões mais relevantes nesta área, uma análise da evolução temporal dessas dimensões.

59 Refiram-se, pela sua importância, os Relatórios da Primavera do Observatório da Saúde, que tem produzido análises muito relevantes para esta área.

60 Vejam-se as referências bibliográficas onde se encontram, sem que tal reflita intenção de exaustividade, autores que têm produzido e publicado, recentemente, trabalhos importantes, onde a temática das desigualdades na saúde se encontra presente.

Deve iniciar-se esta apresentação pelo entendimento assumido pelo grupo sobre o conceito de “*desigualdade na saúde*”, e que orientou a reflexão feita, os trabalhos realizados e as propostas apresentadas de indicadores de desigualdades na saúde.

Desigualdades na saúde são desigualdades (“*inequalities*”, “*inequities*”)⁶¹, isto é, diferenças interpessoais não aceitáveis segundo o juízo ético do avaliador da situação. Isto é, há diferenças que são desigualdades, mas há também diferenças que o não são. A principal dificuldade na análise da desigualdade na saúde é o facto de as estatísticas da saúde revelarem diferenças, em diversas dimensões da saúde, mas não ser possível, sem um olhar atento e informado, distinguir as que são desigualdades, isto é, não são aceitáveis segundo um juízo ético que seja consensual na sociedade, ou fundamentado nalgum referencial socialmente aceite. É aqui que reside a principal dificuldade de analisar as desigualdades em geral, e na saúde em particular.

Entendemos como desigualdades na saúde as diferenças interpessoais que, sendo *sistemáticas* (isto é, com um padrão consistente entre os membros da população), são *produzidas socialmente* (isto é, são resultado de processos sociais e, portanto, modificáveis) e *injustas* (isto é, contrariam concepções genericamente aceites de justiça) (Whitehead & Dahlgreen, 2006). Então, identificamos desigualdade na saúde quando, delimitando dimensões relevantes da saúde (que veremos adiante), encontramos diferenças interpessoais nessas dimensões com estas três características: que sejam sistemáticas, produzidas socialmente (e, portanto, possíveis de se reduzirem pela ação política) e que sejam injustas.

Os direitos humanos, na forma como foram consagrados em 1946 pela Organização Mundial da Saúde, constituem referencial universal para a análise das desigualdades, ao estabelecer que “os níveis mais elevados de saúde devem ser atingidos por todos sem distinção de raça, religião, ideologia política e condição económica ou social”. Desta frase emergem, claramente, as quatro dimensões que iremos considerar neste trabalho: “os níveis mais elevados de saúde” corresponde à dimensão “estado de saúde” (situação da população num dado momento), as “determinantes da saúde” que explicam, em parte, esse estado (resultado das características individuais e das circunstâncias socioeconómicas da vida em geral), do “acesso e uso dos cuidados de saúde” (procurados para garantir bom estado de saúde, prevenir a sua redução ou visar a sua recuperação pela cura), sem que haja barreiras de qualquer natureza, designadamente de natureza económica, que limite esse acesso, a dimensão “financeira” dessas desigualdades.

É crucial, para se entenderem as desigualdades na saúde, investigar os fatores determinantes dessas desigualdades, uma etapa que segue, metodologicamente, a da medição e caracterização dessas desigualdades, mas que de facto é um elemento importante para essa análise por se entender, como relevante, o objetivo da atuação das políticas públicas no trabalho que se pretende fazer na seleção de indicadores. Este é um assunto de grande relevância neste trabalho, já que é ao nível dos fatores determinantes das desigualdades que encontramos variáveis relevantes de atuação política e, por outro lado, facilmente se confundirem (e, no entanto, são coisas bem distintas) as determinantes das *desigualdades na saúde* com as determinantes da *saúde*⁶².

Em que diferem, e que relação se estabelecem entre estas duas questões analíticas? Existem três tipos de fatores determinantes da saúde de uma população. Alguns são fatores positivos na saúde, pois contribuem para a manutenção da boa saúde: a segurança alimentar, viver numa habitação adequada, praticar exercício físico regularmente, ter segurança económica, etc. Outros fatores têm o papel de proteção da saúde porque eliminam, ou reduzem, o risco de doença: a vacinação, a segurança no trabalho, uma dieta alimentar, etc. Finalmente, outros são fatores de risco na saúde, que causam problemas de saúde e doenças que se podem prevenir: condições ambientais, estilos de vida (fumo,

61 Sobre a relação entre os conceitos de desigualdades (*inequalities*) e iniquidades (*inequities*) na área da saúde, veja-se Kawachi *et al.* (2002).

62 Sobre a literatura recente sobre as determinantes sociais das desigualdades da saúde em Portugal, veja-se a recensão feita em Campos-Matos *et al.* (2016).

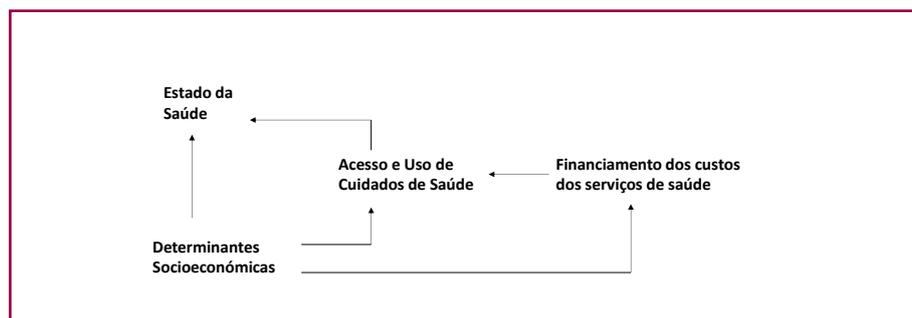
álcool, etc.). Em qualquer destes casos estamos a elencar fatores determinantes da saúde, e não da desigualdade na saúde. Mas estes fatores determinantes da saúde podem diferir entre as pessoas, ou entre grupos de pessoas (identificados pelo sexo, pela idade, pela região, pelo nível educacional, pela categoria socioeconómica, ou pela classe social). Ao observar a realidade nesta perspetiva estamos a considerar as desigualdades na saúde. Ao associarmos essas desigualdades na saúde a algum atributo (sexo, idade, nível educacional, profissão, etc.) estamos a esboçar uma análise preliminar de potenciais fatores explicativos dessas desigualdades. É nesta perspetiva que nos colocamos neste capítulo.

Procedimentos metodológicos

Não é objetivo deste texto apresentar um índice sintético de desigualdade na saúde, como se faz relativamente a outros domínios (da distribuição do rendimento, por exemplo) porque, além de não ser fácil fazê-lo (dificilmente se alcançaria consenso sobre as hipóteses requeridas), seria uma abordagem errada: as dimensões que compõem esta realidade exige uma abordagem separada, não apresentando, pela sua natureza, carácter compensatório (em que a desigualdade evidenciada em alguma dimensão fosse compensada por alguma não desigualdade em outras).

Como resulta do que foi dito atrás, serão quatro as dimensões de análise das desigualdades na saúde, como se descreve na **Figura 1**: o estado de saúde, as determinantes socioeconómicas da saúde, o acesso e a utilização dos cuidados de saúde e o financiamento dos cuidados de saúde.

Figura 1 - Esquema analítico das dimensões das desigualdades na saúde



Considera-se que é objetivo, como realização dos direitos humanos na saúde, alcançar os níveis mais elevados de saúde, sem discriminação socioeconómica entre os cidadãos. O **estado de saúde** é, assim, uma dimensão central de análise das desigualdades. O estado de saúde depende de múltiplos fatores determinantes, como atrás foi referido, devendo destacar-se as que radicam em origens de natureza socioeconómica (sexo, idade, profissão, etc.). As diferenças interpessoais desses fatores **determinantes** (hábitos de consumo, graus de sedentarismo, riscos profissionais, etc.) estão associados a diferenças no estado de saúde. Mas, por outro lado, essas diferenças socioeconómicas entre a população podem explicar o acesso e a utilização dos **cuidados de saúde** (o nível de literacia em saúde, a proximidade geográfica dos serviços de saúde) e, em particular, a capacidade de pagar esses serviços (dimensão de **financiamento**). As diferenças de acesso e capacidade de utilização dos cuidados de saúde vão naturalmente condicionar as diferenças interpessoais do estado de saúde.

Vai ser este o esquema analítico das dimensões relevantes das desigualdades na saúde, e que vai originar a metodologia seguida. Os indicadores que vão ser selecionados permitem descrever, em termos quantificados, as diferenças encontradas nessas dimensões, nas variáveis escolhidas, entre os elementos da população portuguesa, identificados por um conjunto de atributos considerados, *a priori*, como relevantes para ilustrar essas diferenças: o sexo, a idade, o nível de instrução e a região. A abordagem

que se fará às desigualdades na saúde baseia-se, assim, na análise das diferenças, para cada uma dessas dimensões, dos valores dos indicadores para os grupos de indivíduos (valores médios dos grupos) classificados pelos atributos acima referidos. Como se pode inferir do que está dito, esta abordagem requer uma análise cuidadosa dos valores encontrados, pois não pode inferir-se, automaticamente, que as diferenças encontradas sejam desigualdades.

Como se disse atrás, não é fácil encontrar referências normativas objetivas para aferir sobre diferenças aceitáveis, entre grupos da população (tendo em conta os atributos acima referidos), relativamente a alguma dimensão na área da saúde, isto é, de diferenças que não constituam desigualdades na saúde. Isso levou-nos a dar alguma importância à comparação internacional (no caso presente, a União Europeia), como fator que alerta para diferenças que, sendo mais elevadas do que as que se verificam na UE, nos devem merecer cuidado e atenção como área relevante de desigualdade social.

2.4.2 Dimensões fundamentais e respetivos indicadores

A pesquisa sobre indicadores de desigualdade na saúde centrou a sua atenção em quatro dimensões dessas desigualdades:

- ▶ A. Estado da Saúde
- ▶ B. Determinantes da Saúde
- ▶ C. Acesso e uso de Cuidados de Saúde
- ▶ D. Financiamento dos Cuidados de Saúde

A forma como os trabalhos foram conduzidos pelo grupo, dada a complexidade do tema e as especificidades técnicas de que se reveste, iniciou-se (e continuou ao longo dos trabalhos) com a realização de pesquisas centradas em três questões fundamentais:

- ▶ quem é quem no estudo sobre as Desigualdades na Saúde em Portugal?
- ▶ quais as principais referências na investigação sobre Desigualdades na Saúde em Portugal?
- ▶ quais são as principais fontes de informação estatística sobre as Desigualdades na Saúde em Portugal?

2.4.2.1 Fase inicial da pesquisa: matriz de análise

Tendo presentes os objetivos em vista com a seleção dos indicadores e a identificação das dimensões mais relevantes das Desigualdades na Saúde, elaborou-se uma matriz de informação estatística (apresentada em Anexo) em que, para cada uma destas quatro dimensões, se identificaram variáveis relevantes e fontes de informação e ventilação possível dos dados por atributos relevantes da população. Realizaram-se algumas reuniões com especialistas da área da Saúde na produção estatística no INE, por forma a identificar as possibilidades e as limitações do uso dos dados para produzir informação de qualidade para as análises pretendidas.

As variáveis selecionadas permitiram a construção de indicadores simples que revelassem, para as dimensões selecionadas, aspetos relevantes das desigualdades em Portugal, com base numa interpretação da informação estatística recolhida. Houve o cuidado de contemplar um conjunto limitado de aspetos desta realidade, evitando um número excessivo de variáveis, procurando centrar a escolha nas que se entenderam como essenciais. Esta análise foi submetida a debate no grupo de trabalho e, posteriormente, num *workshop* com especialistas, em outubro de 2019.

As principais fontes de informação identificadas e utilizadas na construção desta matriz (Anexo), e para a ilustração estatística para apresentação e discussão, foram as seguintes:

- ▶ Inquérito Nacional de Saúde (2005/2006, 2014 e 2019). Amostra da população com 15 e mais anos;
- ▶ ICOR/SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento; amostra população com 16 e mais anos, no que respeita à componente saúde;

comparações internacionais

Uma fonte importante de informação, com uma compilação de dados internacionais sobre diversos domínios da área da saúde, encontra-se na Organização Mundial da Saúde: WHO European Health Information Gateway (European Health for All Database).

Importa referir, para efeitos de análises comparativas no contexto da União Europeia, a importância da publicação dos dados EHIS pelo Eurostat (que integra os dados do INS 2014 e 2019), bem como a publicação regular dos dados saúde do EU-SILC pelo Eurostat. A estas publicações faremos referência ao longo deste relatório.

Outra importante fonte de informação, num contexto internacional mais alargado, é a OCDE.

A OCDE publica, regular ou ocasionalmente, relatórios de grande relevância para conhecer, a nível internacional, desigualdades na saúde:

- ▶ OCDE (2019a): um relatório da OCDE sobre as desigualdades na saúde, em que se encontram bastantes indicadores de desigualdades na saúde em que se comparam internacionalmente relativamente às dimensões escolhidas para as desigualdades na saúde.
- ▶ OCDE (2019b): uma análise, cobrindo todas as dimensões relevantes, da saúde em Portugal, olhando a vários atributos da população, e proporcionando comparações com a média da UE e, em alguns casos, com os países da UE.
- ▶ OCDE (2020): é o relatório que a OCDE publica regularmente sobre o estado da saúde nos países da OCDE, e de consulta obrigatória sobre este tema.

Os relatórios da OCDE centrados sobre as desigualdades na saúde (OCDE 2019a, 2019b) permitem localizar Portugal num contexto internacional de análise das desigualdades em diversas dimensões da saúde. Ter presente na nossa análise uma comparação internacional tem dois propósitos. Por um lado, permite identificar referenciais de comparação (médias da UE, realidades de países nesta UE) que, não constituindo normas objetivas para aferição de desigualdades (porque nesses países, mesmo os mais bem colocados nessas análises, não se pode excluir que as desigualdades existam), nos ajudam a comparar os valores nacionais com os de um espaço económico e social do mundo desenvolvido e, a partir daí, inferir sobre a dimensão dessas desigualdades no nosso país. Por outro lado, ao observar as diversas dimensões da saúde em Portugal e no espaço europeu, esta comparação permite, só por si, ao detetar disparidades, alertar para aquelas áreas ou dimensões que requerem especial atenção para as desigualdades na saúde em Portugal. É o que faremos nas secções seguintes.

outras fontes

Outras fontes estatísticas do INE utilizadas para a análise feita para este relatório foram as seguintes, para algumas variáveis relevantes, e também constantes na matriz (Anexo):

- ▶ Estatísticas Demográficas (esperança de vida);

- ▶ Estatísticas da Saúde (mortalidade por causas de morte)
- ▶ Inquérito ao Emprego (acidentes de trabalho e problemas de saúde relacionados com o trabalho);
- ▶ Conta Satélite da Saúde (financiamento do Serviço Nacional de Saúde).

Outas fontes identificadas, ainda que não tratadas, foram as seguintes:

- ▶ SHARE, Inquérito sobre Saúde, Envelhecimento e Reforma; Portugal participa na ronda de 2011. Amostra de população com mais de 65 anos;
- ▶ IDEF 2010/11, 2015/16, Inquéritos às Despesas Familiares (relevante para a análise das despesas em cuidados de saúde)

Foi muito importante ter uma perspetiva de análise comparativa entre os países da UE e, para isso, contar com dados do EUROSTAT, em:

- ▶ ECHI (European Core Health Indicators), que se pode visitar em:

https://ec.europa.eu/health/indicators/indicators_en

2.4.2.2 Análise crítica dos indicadores e das fontes

Os indicadores construídos e apresentados no *workshop* de Outubro 2019 (e que originaram comentários muitos estimulantes dos investigadores convidados) vieram colocar algumas reservas relativamente à sua validade como indicadores de desigualdade (não se têm bases normativas para aferir, entre as diferenças encontradas entre os indivíduos em relação a essas dimensões, quais as que se consideram aceitáveis e, portanto, não são desigualdades), relativamente aos atributos considerados para a sua caracterização (não se consegue, pela diversidade de fontes, harmonizar os atributos individuais para a sua medição), nem para a medição da sua evolução temporal (há variáveis para as quais há quebras de série, não permitindo análises evolutivas) nem para a sua análise comparativa com realidades de outros países (só por si, as estatísticas nacionais não permitem, sem trabalho mais cuidado de análise, garantir boas comparações internacionais). Acresce que a generalidade das estatísticas que suportam as variáveis selecionadas, baseiam-se em inquéritos feitos aos agregados familiares em que os indivíduos se auto-reportam em relação ao estado de saúde ou, na ausência de profissionais de saúde, respondem a questões sobre uma área da vida em que, em geral, os indivíduos estabelecem uma relação de agência com o seu médico ou enfermeira de família. Além destas limitações, notam-se algumas lacunas na abrangência de variáveis candidatas a indicadores de desigualdade: a escassez relativa à saúde das crianças (quer relativas ao estado de saúde quer ao acesso e uso dos cuidados de saúde) e a insuficiência de dados relativamente a algumas áreas muito relevantes dos cuidados de saúde (saúde mental e saúde oral), onde o Serviço Nacional de Saúde é escasso ou ausente em oferta de serviços de saúde.

Em contraste com estas limitações, observa-se, nos últimos anos, um nível crescente de qualidade na investigação sobre a saúde em Portugal, quer pelos programas de investigação que se têm desenvolvido e pelos investigadores que caracterizam o panorama nacional da investigação sobre economia da saúde e sociologia da saúde, quer pela participação destes (instituições e investigadores) em programas internacionais de investigação sobre saúde, em que as dimensões supracitadas da desigualdade estão presentes. Mas, após completada esta fase, uma pesquisa adicional permitiu encontrar novas fontes de informação.

2.4.2.3 Outras fontes de informação

Num esforço de pesquisa de fontes ainda não identificadas pela equipa, constatou-se que existem trabalhos muito recentes que devem ser considerados nesta fase de organização das variáveis e de composição de indicadores de desigualdade. A existência destes trabalhos recentes permitiu equacionar, de forma diferente, o trabalho realizado até agora por esta equipa. Assim, foram acrescentados, à análise inicialmente realizada, as seguintes fontes de informação, conhecidas e divulgadas por relatórios de análise e trabalhos de investigação publicados em relatórios científicos e artigos em revistas de especialidade⁶³:

- ▶ INSEF 2015: o 1º Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico, realizado em 2015 (INSEF 2015), cujos resultados estão publicados em Barreto et al. (2016) (sobre o estado de saúde), Santos et al. (2017) (sobre os cuidados preventivos) e Namorado et al. (2016) (sobre as determinantes de saúde).
- ▶ COSI Portugal 2016: em Rito *et al.* (2017) apresentam-se os resultados do projeto internacional Childhood Obesity Surveillance Initiative, sobre a obesidade infantil.
- ▶ WHO (2020) Spotlight on adolescent health and well-being, Vol. II. Key data
- ▶ Saúde Mental, em Castro Caldas et al. (2019) e em Almeida & Xavier (coord) (2017) publicam-se dados trabalhados estatisticamente sobre saúde mental em Portugal.

Estas fontes permitem uma boa cobertura da realidade da saúde e das diversas dimensões e perspetivas de análise das desigualdades que pretendemos considerar, complementando-se. Algumas destas fontes são baseadas na avaliação da saúde em diversas dimensões com a presença do médico nessa avaliação (INSEF) ou num local de avaliação com contexto adequado para essa avaliação (COSI) ou por técnicos de saúde especializados para domínios onde a sua presença é fundamental (saúde mental). Há que, porém, ter em consideração que se refere a estudos feitos num determinado ano, não sendo uma fonte que possa gerar necessariamente séries estatísticas: permite revelar aspetos *estruturais* de algumas dimensões da desigualdade, sem que para tal seja possível analisar tendências nem comparações internacionais. Isso serão aspetos a complementar com outras fontes.

Indicadores com base no INSEF 2015

Trata-se de um inquérito dirigido à população residente em Portugal, em 2015, com idade entre os 25 e os 74 anos de idade (foram observados 4911 indivíduos). O trabalho de campo decorreu entre fevereiro e dezembro de 2015 e foi realizado por equipas constituídas, formadas e treinadas especificamente para o efeito, num total de 117 profissionais. A recolha de dados foi organizada em três componentes: 1) exame físico, que incluiu a medição da tensão arterial, altura, peso e perímetros da cintura e da anca; 2) recolha de amostras de sangue para a avaliação de parâmetros bioquímicos; 3) questionário, com recolha de informação auto-reportada sobre variáveis demográficas e socioeconómicas, estado de saúde, determinantes de saúde relacionados com comportamentos, utilização de serviços e cuidados de saúde, incluindo os cuidados preventivos.

As variáveis foram apuradas por atributos relevantes dos indivíduos inquiridos: sexo (M, F), escalão etário (25-34, 35-44, 45-54, 55-64, 65-74), estado civil (solteiro, casado, divorciado, viúvo, união de facto), naturalidade (portuguesa, outra), nível de escolaridade (nenhum/1º ciclo, 2º ou 3º ciclo, ensino secundário, ensino superior), situação perante o trabalho (com atividade profissional, desempregado, sem atividade profissional) e região (NUT II: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, R.A.Madeira, R.A.Açores).

⁶³ Estas fontes de informação não estão diretamente disponíveis em séries estatísticas, apresentando-se muitas delas em figuras apresentadas nos textos publicados, pelo que a apresentação que vai ser feita basear-se-á, frequentemente, em análises feitas sobre estas figuras, ainda que centradas o mais possível na nossa grelha analítica.

São tratadas as seguintes variáveis, para as diversas dimensões das desigualdades:

estado de saúde

- ▶ diabetes
- ▶ tensão arterial
- ▶ colesterol total
- ▶ excesso de peso e obesidade

determinantes da saúde

- ▶ tabaco: consumo e exposição ambiental
- ▶ consumo excessivo de álcool
- ▶ atividades sedentárias e práticas de exercício físico
- ▶ consumo de frutas e vegetais

cuidados preventivos

- ▶ saúde oral
- ▶ análises clínicas
- ▶ prevenção secundária de doença oncológica (mamografia, citologia cervico-vaginal)

COSI Portugal 2016

O COSI Portugal é um sistema de vigilância nutricional infantil, integrado no estudo Childhood Obesity Surveillance Initiative da Organização Mundial da Saúde para a Europa. O estudo em questão baseia-se no modelo da epidemiologia descritiva, com amostras transversais repetidas de avaliação do estado nutricional de crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico em Portugal. As crianças foram avaliadas através de parâmetros antropométricos (peso e estatura) por 191 examinadores que receberam a mesma formação de uniformização e qualidade de procedimentos. Foram ainda aplicados mais dois instrumentos de avaliação compreendendo variáveis relativas à família e ao ambiente escolar. A participação neste estudo foi de 80,2% das crianças inicialmente inscritas, 98,3% de escolas e 93,1% de famílias. Foram propostas 8412 crianças do 1º Ciclo de Ensino Básico das regiões de Portugal. Foram avaliadas 6745 crianças com 6 (27,1%), 7 (49,4%) e 8 (23,6%) anos de idade, de 230 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. A 4ª ronda do Sistema Nacional de Vigilância Nutricional Infantil (COSI Portugal 2016) foi realizada no ano letivo de 2015/2016.

Estão publicados dados sobre:

- ▶ estado nutricional das crianças
- ▶ características do ambiente familiar
- ▶ características do 1º ano de vida das crianças
- ▶ hábitos alimentares
- ▶ atividade física das crianças
- ▶ ambiente escolar

Os dados permitem cruzar estas variáveis por NUTS II. Deve-se ter em atenção que estes indicadores relativos às crianças, que refletem as condições de vida dos pais, antecipam o estado de saúde desta geração nos anos subsequentes. Isto justifica especial atenção e relevância deste tipo de indicadores.

Saúde mental

O estudo Almeida & Xavier (2017) corresponde a um projeto de iniciativa da *World Mental Health Survey Initiative*, coordenado pela Universidade de Harvard e pela Organização Mundial de Saúde. Foi um estudo realizado pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. A população alvo foi definida como o conjunto dos indivíduos de nacionalidade portuguesa com mais de 18 anos de idade, residentes no Continente em morada privada não institucionalizada. Selecionaram-se 8253 indivíduos.

O estudo foi feito com vários módulos de avaliação do estado de saúde mental, comportando os seguintes módulos (aplicado por técnicos especializados e especialmente formados para a sua aplicação):

- ▶ diagnóstico psiquiátrico
- ▶ avaliação das incapacidades
- ▶ doenças crónicas
- ▶ utilização de serviços e de farmaco-epidemiologia
- ▶ avaliação retrospectiva da infância
- ▶ caracterização sociodemográfica
- ▶ avaliação dos fatores de risco e de consequências da doença mental

É uma fonte de informação muito importante, podendo originar uma seleção cuidadosa de indicadores relevantes sobre esta área de saúde.

2.4.3 Indicadores sobre o Estado da Saúde

Pelos motivos atrás evocados, este domínio de análise das desigualdades na saúde exige a combinação de fontes com diversas proveniências: estatísticas nacionais e internacionais, fontes de inquirição aos indivíduos e agregados familiares (autoreporte do estado de saúde) e dados obtidos por observação clínica direta. Além de indicadores de síntese (esperança de vida) e de indicadores gerais sobre o estado de saúde (por autoreporte e por observação clínica), destacamos três áreas importantes, que tratamos com autonomia, dada a sua relevância nas desigualdades na saúde: a Obesidade Infantil (uma das áreas prioritárias do Plano Nacional de Saúde), a Saúde Mental (atualmente fonte de grande preocupação na sequência da crise pandémica) e a Saúde Laboral (refletindo aspeto relevante de desigualdades no mundo do trabalho).

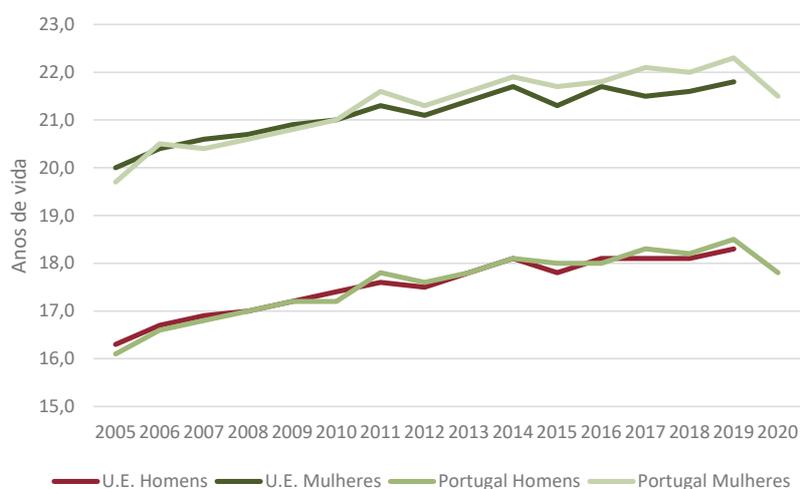
2.4.3.1 Esperança de vida

A esperança de vida à nascença é o indicador de síntese que melhor traduz as condições de vida de uma sociedade⁶⁴ e, a este respeito, quando comparamos em termos médios Portugal e a União Europeia, OCDE (2019b) conclui-se que a melhoria registada por Portugal entre 2000 e 2017 (passando de 76.8 para 81.6 anos) ultrapassou a média europeia (que passou, nos mesmos anos, de 77.3 para 80.9 anos).

Em relação ao género, as diferenças entre sexos (em que a esperança de vida da mulher é superior à do homem) é mais expressiva em Portugal (6.2 anos) do que na média da UE (5.2 anos): a esperança média de vida da mulher está acima da média europeia, e a esperança média de vida do homem está nivelada pela média europeia.

⁶⁴ É importante ter também em conta que é relevante conhecer os anos de vida saudáveis.

Figura 2- Esperança de vida aos 65 anos por sexos. União Europeia e Portugal (2005 - 2020)

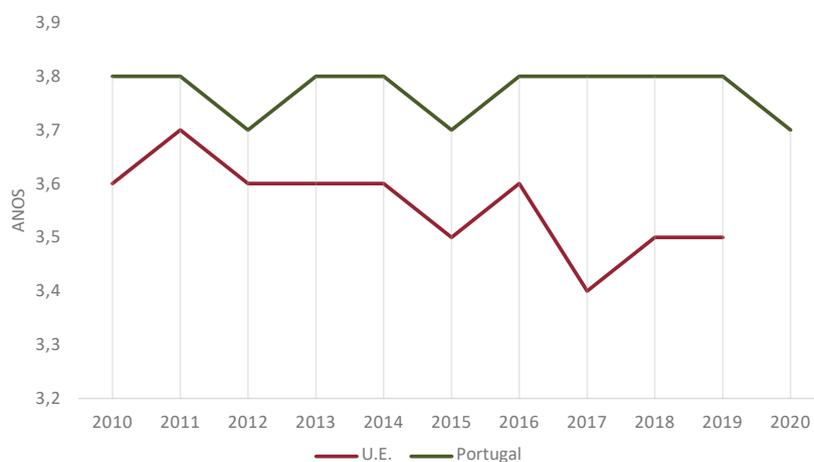


Nota: Dados de 2018 para a U.E. são estimativas provisórias.

Fonte: Eurostat Database

A tendência para a diminuição do hiato na esperança de vida aos 65 anos (entre homens e mulheres), que se manifesta na série europeia, não é visível em Portugal, onde esta distância se tem mantido sensivelmente inalterada .

Figura 3- Diferenças na esperança média de vida aos 65 anos entre Mulheres e Homens.



Nota: Dados de 2018 para a U.E. são estimativas provisórias.

Fonte: Eurostat Database

A esperança média de vida aos 65 anos é maior para as mulheres do que para os homens (22,1 versus 18,3) e para cada um dos sexos os valores em Portugal são bastante próximos da média europeia. Mas ao contrário do que acontece na maioria dos outros países, os homens têm mais **anos de vida saudável**⁶⁵ do que as mulheres (7,8 e 6,9) e a isso correspondem valores do número de anos com limitações de atividade respetivamente de 10.5 e 15.4 anos). Para as mulheres, em Portugal, isto significa que 70% do tempo de vida esperado aos 65 anos é passado com limitações na sua atividade. Aquela

⁶⁵ A healthy condition is defined by the absence of limitations in functioning/disability.

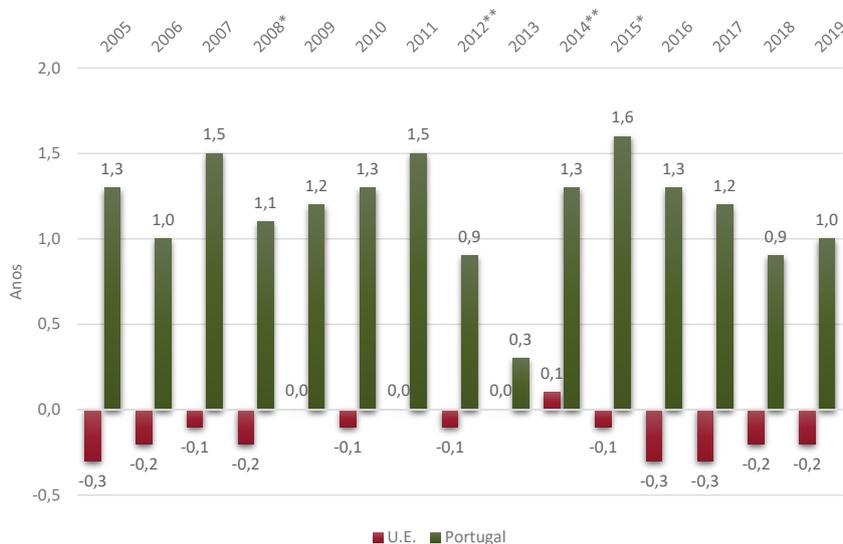
percentagem era o quinto valor mais elevado na União Europeia. Na **Figura 4** destaca-se a evolução da diferença, em anos de vida saudável, entre sexos, em Portugal e na União Europeia.

A **esperança média de vida aos 30 anos** é significativamente influenciada tanto pelo nível de escolaridade como pelo nível de rendimento, mas estas variáveis discriminam mais o que se passa entre os homens do que entre as mulheres, e de forma diferente do que se passa na média da União Europeia.

Na **escolaridade** a diferença naquela esperança de vida, em Portugal, entre o nível mais elevado e o mais baixo é de 5.5 anos para os homens e de menos de 3 anos para as mulheres. Estes valores na média da UE21, eram de 7,6 anos para ambos os sexos.

O **rendimento** também discrimina a esperança média de vida entre quem tem o nível (quartil) mais elevado e o mais baixo, de forma desigual segundo o sexo. A diferença, em Portugal, é de 5.6 anos para os homens e de 2.8 para as mulheres. Estas diferenças são menores dos que as da média dos países da OCDE, respetivamente, 6.9 e 4.0 anos.

Figura 4 - Número de anos de vida saudável aos 65 anos: Diferenças entre homens e mulheres na União Europeia e em Portugal



Nota: Quebras de série em Portugal em 20i2 e em 2014 e na UE em 2015

Fonte: Eurostat database (HLTH_HLYE)

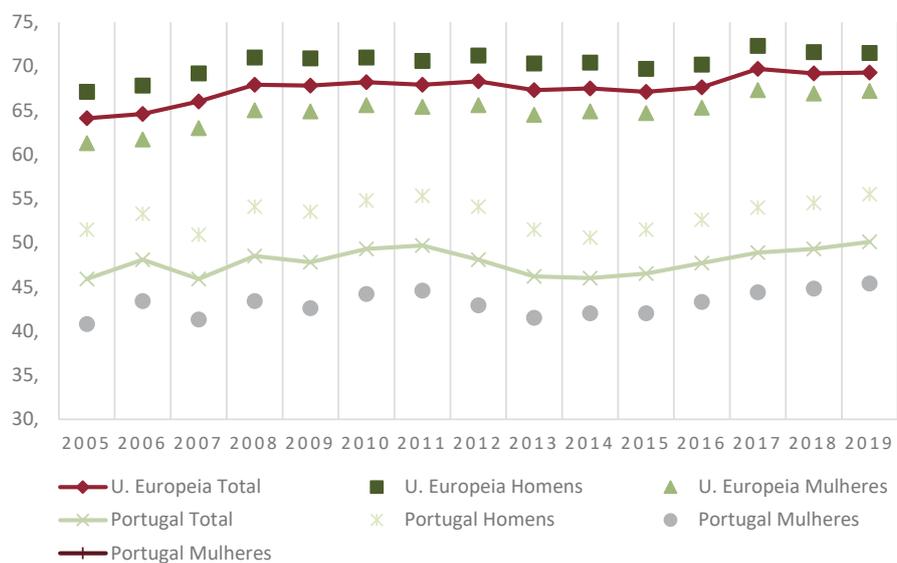
Os indicadores de esperança de vida (à nascença, aos 30 anos e aos 65 anos), por sexo e por níveis de rendimento (1º e último quintil) são, pois, indicadores que devem ser acompanhados regularmente, quer os indicadores globais quer na sua especificação de tempo de vida saudável e de limitações de atividade, privilegiando a comparação internacional destes indicadores.

2.4.3.2 Autoapreciação do estado da saúde

É igualmente revelador das desigualdades na saúde a forma como se diferencia, entre níveis de rendimento, a autoapreciação do estado de saúde feita pela população adulta. Segundo OCDE (2019b), cerca de metade da população adulta portuguesa considera que o seu estado de saúde é bom ou muito bom, enquanto na UE28 esse valor ultrapassa os 2/3. Mas o nível de rendimento é um fator diferenciador dessa autoapreciação: observando por quintis de rendimento, enquanto em Portugal essas percentagens são de 61% no quintil superior e 39% no quintil inferior, para UE28 são, respetivamente, 80.4% e 61.2%.

Observemos agora a situação de Portugal na UE e sua evolução nos últimos anos (**Figura 5**).

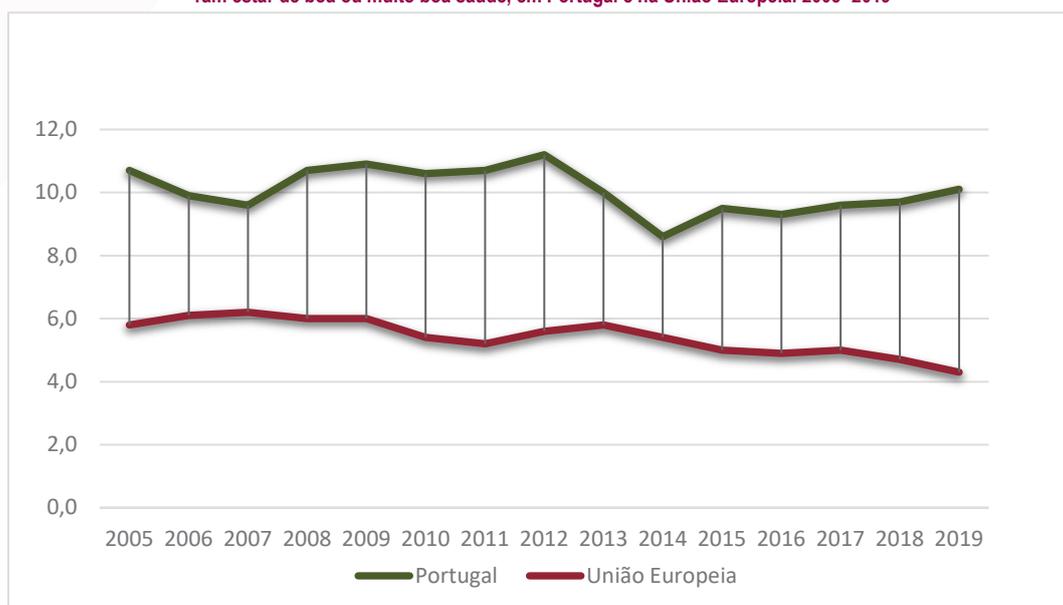
Figura 5 - Percentagens de homens e de mulheres que referiram estar de boa ou muito boa saúde, em Portugal e na União Europeia.



Fonte: Eurostat database (HLTH_HLYE)

Apesar de uma ligeira melhoria desde 2013, a percentagem de homens e de mulheres que referiram estar de boa ou muito boa saúde mantém quase inalterada a distância em relação à UE e, ao contrário do que nesta se verifica, acentua-se em Portugal a diferença entre homens e mulheres, como se observa no figura seguinte (**Figura 6**).

Figura 6 - Diferença entre as percentagens de homens e de mulheres que referiram estar de boa ou muito boa saúde, em Portugal e na União Europeia. 2005- 2019



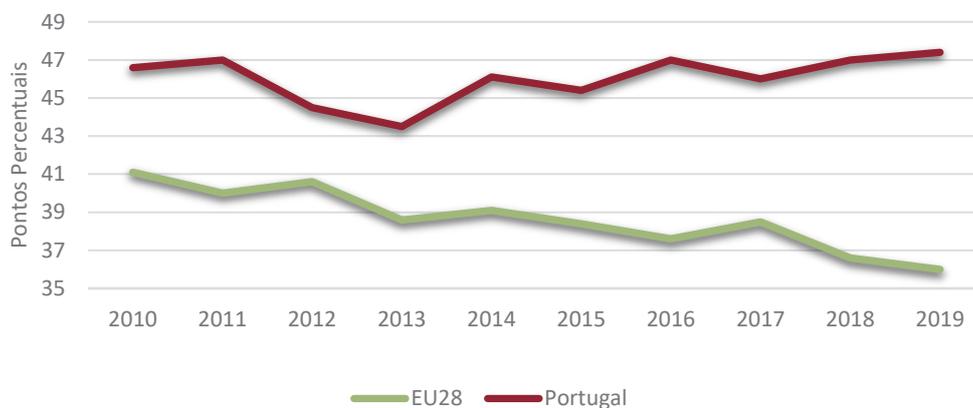
Fonte: Eurostat database (HLTH_HLYE)

A partir de 2014, o pico da crise, Portugal diverge da União Europeia porque, simultaneamente, a diferença entre homens e mulheres aumenta em Portugal e diminui na UE, ambas contribuindo para aumentar a divergência.

Na proporção de pessoas que consideram o seu estado de saúde bom ou muito bom, só dois países apresentam valores mais baixos do que Portugal (**Figura 7**). A diferença entre os valores reportados pelos rendimentos mais baixos (Q1) e mais altos (Q5), que é de 22,6 pp, contrasta com o equivalente dos países mediterrânicos (França, Espanha, Itália e Grécia) que têm um valor médio de 9,0 pp.

Neste indicador ventilado por idades também se denota uma situação de maior desigualdade em Portugal relativamente à média europeia, quando se comparam as respostas dos mais velhos (65 e mais anos) com os que estão na idade ativa (16 -64 anos). Tal como na divergência entre homens e mulheres, o diferencial na percentagem (% dos 65 + menos % dos 16-64 anos) dos que consideraram a sua saúde Boa/Muito Boa tem aumentado em Portugal e tem diminuído na U.E. (**Figura 6A**)

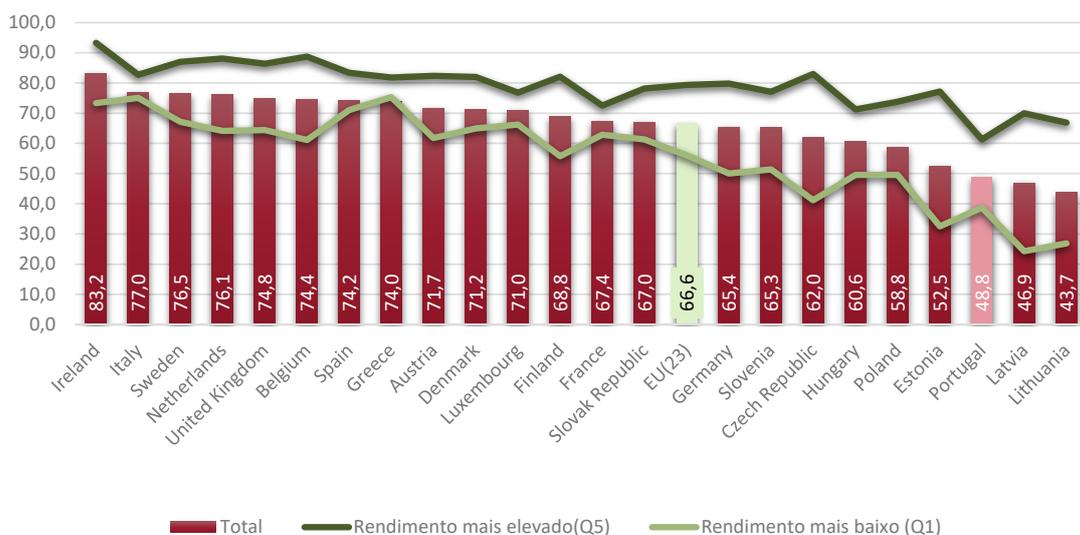
Figura 6A - Proporção de pessoas que reportam estar “Bem /Muito Bem” de saúde na U.E. e em Portugal. Diferenças em cada região nas respostas segundo as idades (16- 64 menos 65+)



Fonte: Eurostat Database (HLTH_SILC_10)

Na proporção de pessoas que consideram o seu estado de saúde bom ou muito bom, só dois países apresentam valores mais baixos do que Portugal (Figura 7).

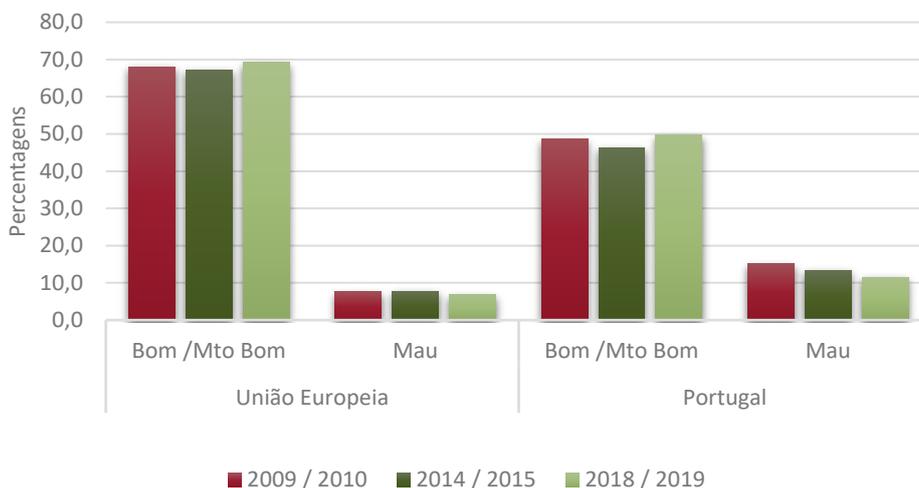
Figura 7- Adultos que consideraram a sua saúde boa ou muito boa, por quintis de rendimento. (2017)



Fonte: OCDE (2019) Health at a Glance

Apesar da ligeira melhoria no biénio 2018-2019, a percentagem de pessoas que consideram o seu estado de saúde como mau em Portugal (11,9%) é ainda o dobro do que se verifica na UE (6,9%) (Figura 8).

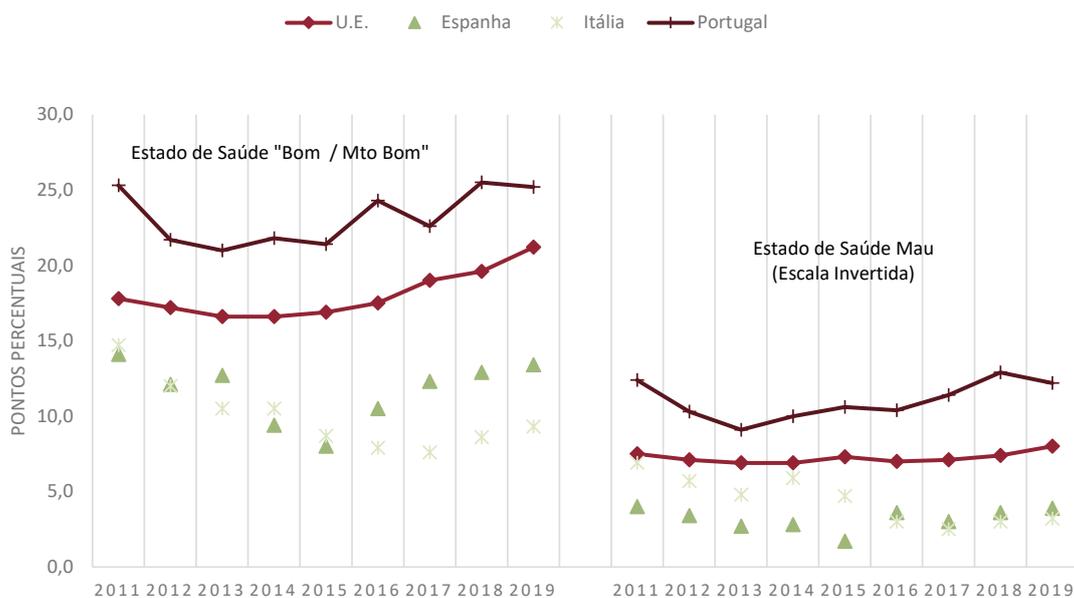
Figura 8 - Auto- percepção da qualidade da saúde na União Europeia e em Portugal



Fonte: Eurostat (HLTH_SILC_10).

No período de 2011 a 2019 o hiato existente na percepção da saúde entre quem tem o nível máximo e mínimo de rendimento é sempre superior aos valores médios da UE e acompanha a tendência de agravamento que nesta se verifica (Figura 9) a partir de 2013. Entre quem referiu ter “Mau” estado de saúde é ainda mais acentuada esta diferença face à EU, bem como em relação à Espanha ou à Itália.

Figura 9 - Autoapreciação do estado de saúde. Diferenças nas respostas entre os níveis de rendimentos mais elevado (Q5) e mais baixo (Q1), em cada região.

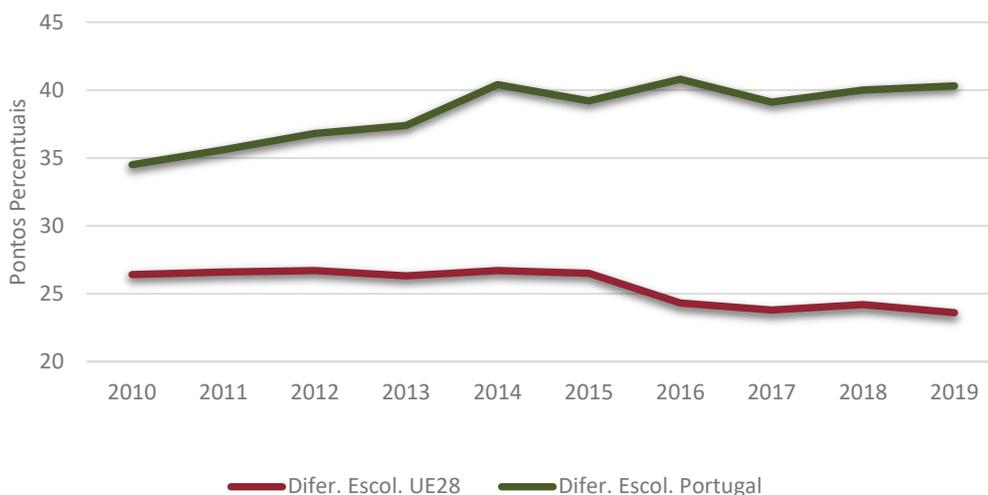


Fonte: Eurostat (HLTH_SILC_10).

A distância na auto percepção da saúde como boa ou muito boa, entre quem tem o nível mais elevado de escolaridade e o nível mais baixo, tem uma tendência claramente descendente na UE, mas tem vindo a aumentar em Portugal (Figura 10).

Como noutras dimensões da análise, a conclusão é semelhante à que se obtém com os níveis (quintis) de rendimento.

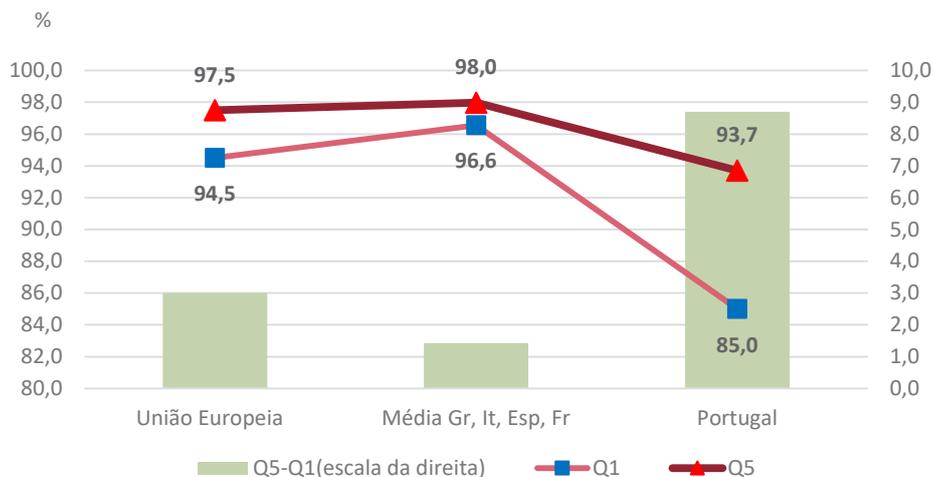
Figura 10 - Proporção de pessoas que reportam estar “Bem /Muito Bem” de saúde na U.E. e em Portugal. Diferenças em cada região nas respostas segundo o nível de escolaridade (Elevada - Baixa)



Fonte: Eurostat (HLTH_SILC_02).

Uma situação especial, que marca uma diferença notória na apreciação do estado de saúde por níveis de rendimento, é a que ocorre relativamente às crianças, quando comparamos a realidade portuguesa com a realidade europeia (UE 28) (Figura 11).

Figura 11- Menores de 16 anos, com nível geral de saúde “bom” ou “muito bom” por quintis de rendimento



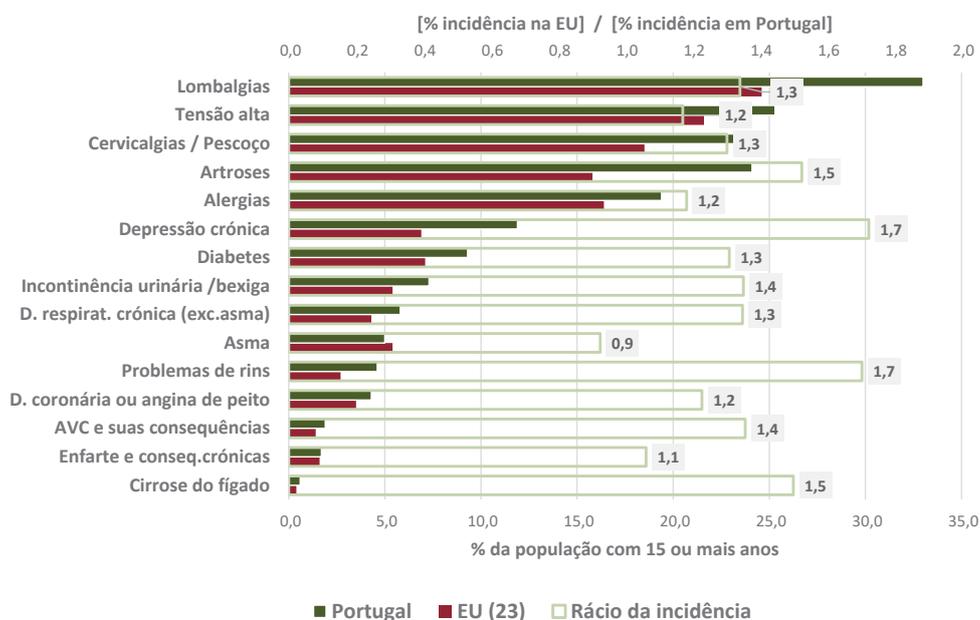
Fonte: Eurostat (ILC_HCH12)

É muito significativa a diferença entre a percentagem de agregados que consideram que as crianças que os compõem têm saúde boa ou muito boa entre os quintis extremos, quando comparada com a média da UE, e mesmo quando comparada com a media dos outros países do Sul da Europa. Este indicador reflete muito bem o impacto das desigualdades do rendimento no estado de saúde, olhando para um grupo populacional muito especial e relevante: as crianças.

2.4.3.3 Prevalência de doenças crónicas

A prevalência de doenças crónicas é um domínio de análise muito importante, permitindo analisar a diversidade de patologias e as diferenças que se encontram espelhados em diferenças de incidência na população, observando alguns dos seus atributos. E a relevância das diversas patologias emerge com clareza quando as comparamos internacionalmente, o que é feito na **Figura 12**, com base em autoreporte feito por inquéritos aos agregados familiares em 2014.

Figura 12 - Incidência comparada das principais doenças crónicas em Portugal e na UE (2014)

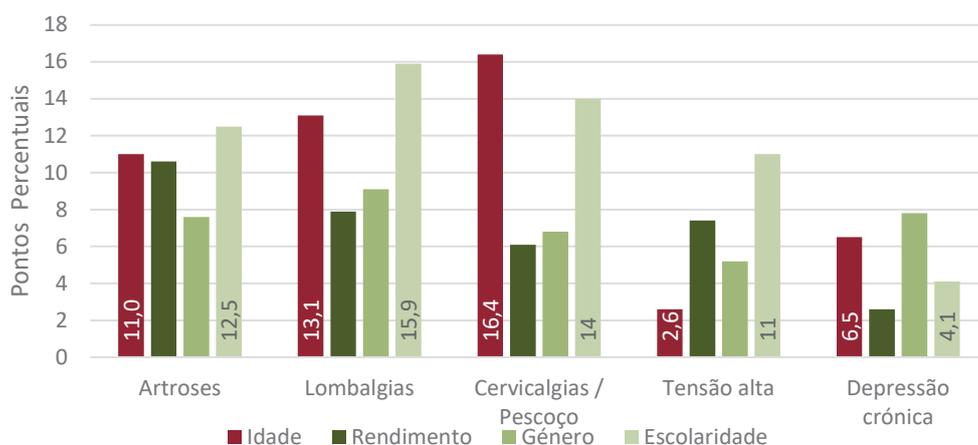


Fonte: Eurostat database [HLTH_EHIS_CD1I]

Este gráfico apresenta as principais doenças crónicas referidas pelos entrevistados e a percentagem da incidência de cada uma delas em Portugal e na União Europeia. Simultaneamente está também ilustrado o rácio destas duas percentagens que é superior a 1, em todos os casos menos um (asma), traduzindo uma maior incidência dessas doenças em Portugal que é muito significativa.

Nos gráficos seguintes (**Figura 13** e **Figura 14**) explora-se o facto de a maior prevalência destas doenças no nosso país ir de par com situações de maior desigualdade nas variáveis socioeconómicas que estão disponíveis.

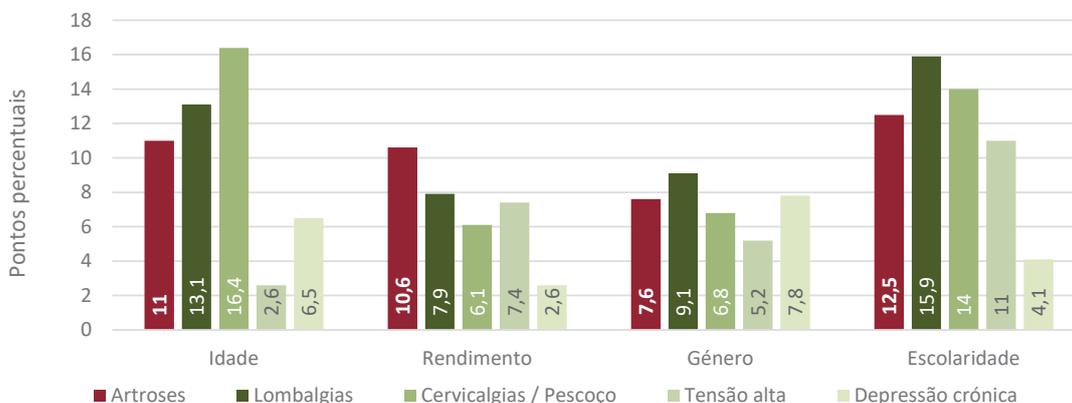
Figura 13 - Desvios nas diferenças observadas na incidência das principais doenças crónicas em Portugal e na UE, segundo diversas dimensões



Fonte: Eurostat database

Na falta de melhor indicador para aferir da iniquidade na desigualdade dos valores apresentados, faz-se uma comparação com os correspondentes valores médios dos países da União Europeia. Por exemplo, no critério Idade, calculou-se a diferença entre as percentagens referidas pelo escalão dos '65 e mais anos' e as do escalão '25-64 anos'. Os gráficos apresentam a diferença (desvio) existente entre o resultado para Portugal e o equivalente para a média da União Europeia. Este mesmo procedimento foi adotado para os restantes critérios.

Figura 14 - Desvios nas diferenças observadas na incidência das principais doenças crónicas em Portugal e na UE, segundo diversas dimensões (2014)



Fonte: Eurostat database [HLTH_EHIS_CD1]

No caso do rendimento fez-se a diferença entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos e de seguida o calculou-se o desvio em relação à média europeia para o mesmo indicador. Na escolaridade fez-se a diferença entre os níveis de escolaridade mais baixo e os mais altos. No género a diferença na prevalência nos homens e nas mulheres.

O facto de este desvio ser quase sempre positivo pretende mostrar que, admitindo a bondade das situações de doença autoreferidas, a desigualdade existente em Portugal não é “necessária” e por isso é iníqua porque pode ser ultrapassada.

2.4.3.4 O estado de saúde clinicamente observado

Faz-se de seguida uma breve apresentação dos indicadores e dos valores apresentados a partir do 1º Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico, INSEF 2015, publicados em Barreto, M. *et al.* (2016). As patologias que este estudo destaca como as mais relevantes em Portugal foram: diabetes, tensão arterial, colesterol e excesso de peso e obesidade. Foram considerados os seguintes atributos da população inquirida: sexo, idade, nível de instrução, situação perante o trabalho e região. Devem recordar-se aqui os comentários feitos atrás sobre o conceito de desigualdade que defendemos: este estudo identificou diferenças na prevalência destas patologias cruzadas com os atributos individuais agora referidos, pelo que deve ser cuidadosa a interpretação destas diferenças como possíveis sinais de desigualdade.

A prevalência da **diabetes** é um aspeto muito crítico do estado de saúde entre a população portuguesa. Se considerarmos a população adulta entre os 25 e 74 anos de idade, 9.8% desta população padece desta patologia, a qual tem uma incidência variável com a idade, sendo muito mais elevada entre os mais idosos (23.8% para a população entre 65 e 74 anos) quando comparada com os mais jovens (0.9% entre os 35 e 44 anos). Uma ventilação por sexo revela também diferenças com alguma expressão, sendo a prevalência desta doença maior entre os homens (12.1%) quando comparada com as mulheres (7.7%). Os fatores socioeconómicos são responsáveis por diferenças de incidência da diabetes. A prevalência da diabetes é muito mais elevada para a população mais idosa (23.8% para a população entre 65 e 74 anos) do que para a população mais jovem (0.9%). Também difere segundo o nível de escolaridade e a condição perante o trabalho: é mais elevada para os indivíduos sem escolaridade ou só com o ensino básico (20.1%) e sem atividade remunerada (20.6%) quando comparada com pessoas com o ensino superior (4.0%) e com atividade profissional (5.3%). Há também algumas diferenças, ainda que menos expressivas, entre regiões: entre um mínimo de 7.7% no Algarve e 11.3% no Alentejo.

A **hipertensão arterial** é uma patologia de elevada incidência para a população portuguesa entre os 25 e os 74 anos (36.0%), com alguma diferença entre sexos (32.7% para as mulheres e 39.6% para os homens), e uma elevada diferenciação por idades (entre 71.3% para a população entre 65 e 74 anos e 5.7% entre 25 e 34 anos). A influência de fatores socioeconómicos tem expressão significativa, uma vez que a incidência desta patologia é bastante mais elevada para a população com nível de escolaridade baixa (62.6%) e sem atividade profissional (64.5%). Não parece haver uma diferenciação regional significativa, já que a sua incidência varia entre um mínimo de 32.6% no Algarve e 37.9% no Alentejo.

O **colesterol total** tem grande expressão entre a população em Portugal, com uma incidência de 52.3% entre a população entre 25 e 74 anos, mas mais elevada para a população de maior idade (cerca de 80% para a população com idade acima dos 55 anos), não se evidenciando desigualdades entre sexos (ao nível dos 63%).

O **excesso de peso e obesidade** afeta 67.6% da população portuguesa, havendo uma clara diferenciação significativa por sexos, com uma incidência maior na população masculina (45.4%) em comparação com a feminina (33.1%) no excesso de peso e uma incidência ligeiramente maior na população feminina (32.1%) em relação à masculina (24.9%) na obesidade.

Uma nota relativamente à referência ao excesso de peso e obesidade. Segundo o INSEF 2015, esta é uma componente de avaliação do *estado de saúde*, embora outras fontes o refiram como *determinante do estado de saúde*. Na verdade, porque entendemos que pode ter estes dois entendimentos, consoante a fonte de informação em que nos basearmos assim o consideramos de uma forma ou outra.

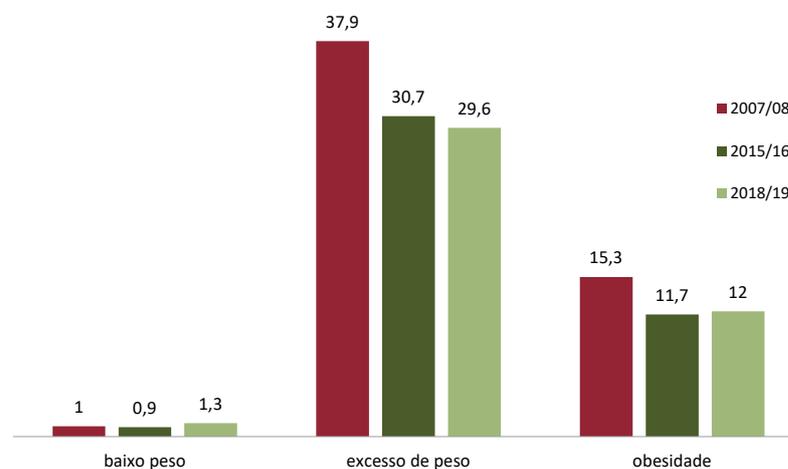
2.4.3.5 Obesidade infantil

Na 5ª ronda da COSI (Childhood Obesity Surveillance Initiative da OMS/Europa), no ano letivo 2018/2019, foram avaliadas 7210 crianças com 6 (43.8%), 7 (49,5%) e 8 (6.7%) anos de idade, de 228 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de todas as regiões do país. Esse estudo concluiu que 1.3% das crianças apresentavam baixo peso, 29.6% tinham excesso de peso e 12% estavam em situação de obesidade.

Nos últimos 11 anos, o estudo COSI Portugal (2008 a 2019) mostrou uma tendência invertida na prevalência de excesso de peso, já que em 2008 esta era de 37.9% (+8.3%). Relativamente à prevalência de obesidade, verificou-se igualmente uma diminuição passando de 15.3% em 2008 para 11.7% em 2016 e 12% em 2019. A **Figura 15** representa graficamente esta realidade.

Há várias razões para darmos destaque à obesidade infantil como dimensão especial na análise das desigualdades. O excesso de peso e obesidade foi um dos quatro indicadores atrás apresentados no âmbito dos indicadores desigualdades na saúde baseadas em observação clínica (indicadores do INSEF 2015). Porém, aqueles indicadores basearam-se em dois inquéritos que excluem a população infantil: o Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF) dirige-se à população com idades compreendidas entre os 25 e os 74 anos, enquanto o Inquérito Nacional de Saúde (INS) dirige-se à população com 15 e mais anos. A vantagem do COSI é o de se dirigir às crianças que frequentam o 1º ciclo de escolaridade, abrangendo também um leque de questões que permite investigar potenciais fatores causais bastante vastos. Outra razão para dar destaque a esta área de análise é, como já se disse, a importância que este grupo populacional tem e deve ter nas análises das desigualdades sociais, bem como o facto de a obesidade infantil constituir uma área prioritária da política em Portugal (uma das prioridades do Plano Nacional de Saúde, como se disse acima).

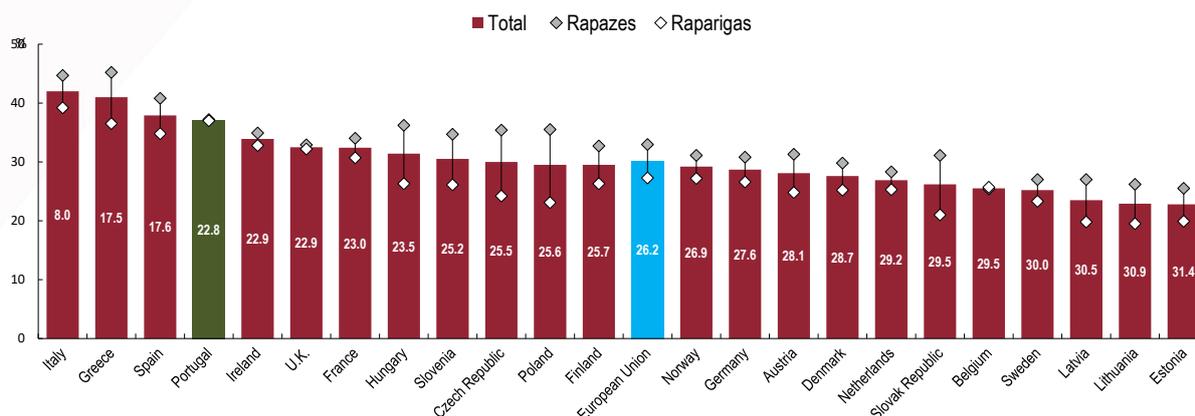
Figura 15 – Peso infantil – OMS(%), Portugal 2008 - 2019



Fonte: Childhood Obesity Surveillance COSI - INSA/DGS, Portugal 2008, 2016 e 2019

Estes argumentos justificam que se dê destaque a comparações internacionais, permitindo ver qual o posicionamento de Portugal relativamente a este problema de saúde infantil no contexto da União Europeia (**Figura 16**).

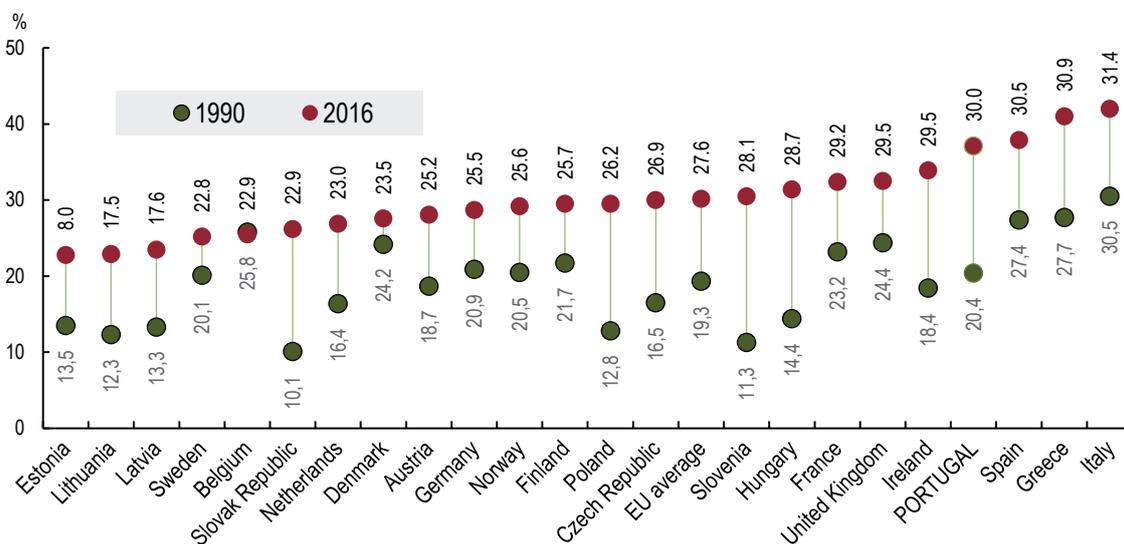
Figura 16 - Excesso de peso nas crianças de 5-9 anos, por sexo. (Valores medidos, 2016)



Fonte: WHO Global Health Observatory data

Portugal tem uma posição de grande desvantagem relativa na comparação internacional no indicador de excesso de peso nas crianças de 5 – 9 anos, a par dos outros países do Sul da Europa (Espanha, Grécia, Itália). E é, entre estes países, o que teve, nos últimos anos (entre 1990 e 2016) o maior aumento absoluto da percentagem de crianças neste escalão etário em quem se localiza este problema de saúde (Figura 17).

Figura 17 - Variação no excesso de peso, incluindo obesidade, nos jovens dos 5 aos 9 anos, 1990- 2016



Fonte: WHO Global Health Observatory data

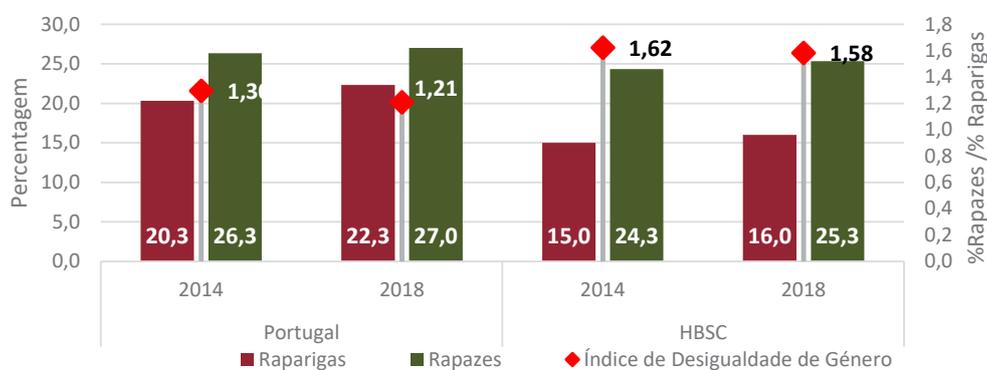
A obesidade infantil é um problema social transversal a toda a sociedade portuguesa, assim se justificando a sua inclusão prioritária no Plano Nacional de Saúde. A Figura 18 revela esse facto, ao compararmos com outros países da UE: existindo um efeito do nível de rendimento no fenómeno da obesidade infantil, e uma grande diversidade da magnitude desse efeito entre os países, esse efeito em Portugal é inferior ao que se observa em muitos outros países, aproximando-se da média da UE.

Os jovens em idade escolar

Nos dois inquéritos realizados no âmbito do projeto HBSC (Health Behaviour in School-Aged Children), apoiado pela OMS, que abrangeu 45 países da Europa e o Canadá, em 2013/14 e 2017/18, incidindo nos jovens das idades 11, 13 e 15 anos, são abordados um conjunto alargado de temas relativos à saúde deste grupo. Destacam-se aqui duas dimensões correlacionadas: as da obesidade e do exercício físico.

A **Figura 18** mostra como é maior no nosso país a incidência de excesso de peso e obesidade entre os jovens, por sexos, e o quanto se agravou entre os dois inquéritos efetuados, sobretudo entre as raparigas.

Figura 18 - Prevalência de excesso de peso e obesidade nos jovens de 11- 13- 15 anos (2014 - 2018)

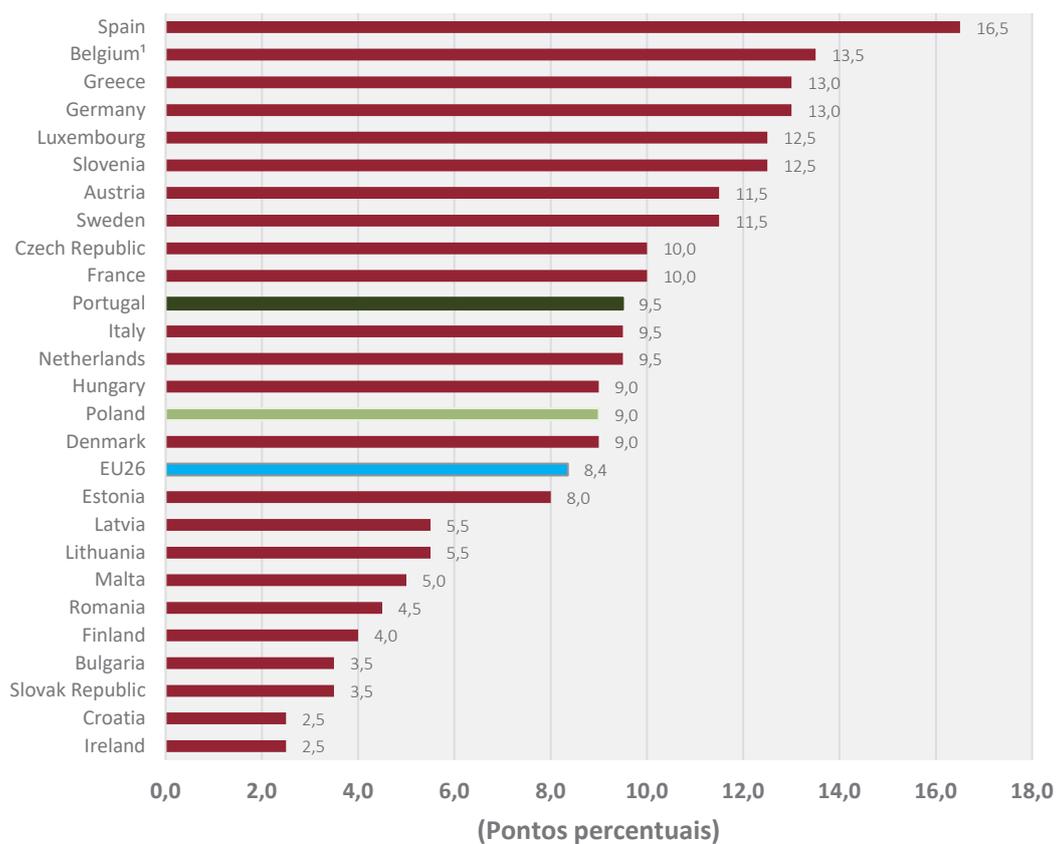


Nota: Os valores para cada sexo são as médias simples de cada um dos subgrupos de idade.

Fonte: WHO / HBSC (Health Behaviour in School-aged Children), 2020

A incidência da obesidade está associada ao nível de rendimento e essa associação começa a manifestar-se desde as idades mais baixas. O figura seguinte (**Figura 19**) mostra como o diferencial entre as famílias com maiores e menores rendimentos é superior ao que se verifica em média na União Europeia, no grupo considerado.

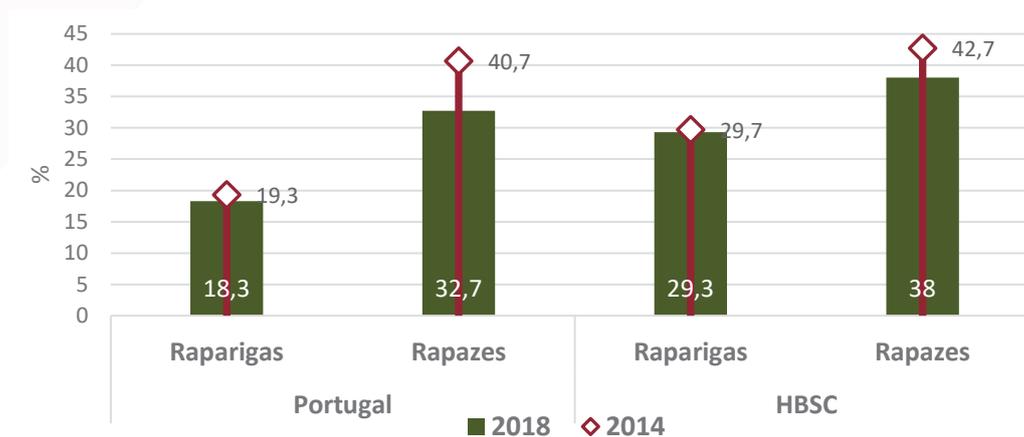
**Figura 19 - Excesso de peso e obesidade entre jovens (11,13 e 15 anos).
Diferença entre famílias menos e mais ricas (2018)**



Fonte: Health at a Glance 2019, OCDE

O excesso de peso e a obesidade, sendo um fator de risco da saúde, é também um problema de saúde, que reflete o efeito de comportamentos, quer da alimentação quer de sedentarismo. O nível de atividade física é um dos indicadores em que Portugal está mal nas comparações internacionais. A **Figura 20** mostra que entre os jovens aqui representados não só se está aquém da média dos países onde foi feito o inquérito como terá mesmo havido uma regressão entre os anos considerados. Também sobressai a fraca prevalência da atividade física entre as raparigas, em linha com outros indicadores em que se manifestam desigualdades entre homens e mulheres nos comportamentos relevantes para a saúde (EIGE, 2020, p. 55).

Figura 20 - Jovens de 11- 13- 15 anos com Atividade Física diária de 60 minutos ou mais (2014 - 2018)



Fonte: WHO (2020) Health behaviour in school-aged children.

2.4.3.6 Saúde mental

Viu-se atrás que a saúde mental é uma área crítica do SNS em Portugal, não só pela importância que tem nas épocas de crise que frequentemente assolam as sociedades modernas nos últimos anos, mas também porque são escassos os dados sobre esta área da saúde no nosso SNS.

O **Quadro 1** ilustra uma dimensão relevante da saúde mental: a percentagem da população (com 15 ou mais anos, a população inquirida) que não revelou sintomas de depressão, nos anos do inquérito: 2014 e 2019. Esta percentagem reduziu-se nos últimos anos, revelando agravamento de sintomas de depressão para todos os níveis de escolaridade considerados.

Quadro 1 - Percentagem da população residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade que não revelam sintomas de depressão

	total	nenhum	básico	secundário	superior	Diferença superior/nenhum
2014	88,7	76,9	87,4	93,1	93,8	16,9
2019	87,9	73,2	87,2	91,5	90,1	16,9

Fonte: INE, Inquérito Nacional de Saúde (2014 e 2019).

Isso justifica, então, que se investigue mais aprofundadamente este problema social. Um dos estudos que o fez é de autoria de uma equipa de investigadores e publicado em Almeida *et al.* (2017), em que a equipa investigou os efeitos da crise económica na saúde mental e na utilização dos serviços a partir de um inquérito que permitiu conhecer o nível de angústia sentido pelos inquiridos na amostra (através da utilização da escala de angústia psicológica de Kessler, K-10) e sua relação com atributos socioeconómicos dos inquiridos. O estudo, com base num inquérito dirigido a uma subamostra da população estudada no Inquérito Nacional de Saúde Mental (2008), concluiu, com bastante evidência empírica, que as pessoas que reportam menor suporte social, menor nível de escolaridade e que revelam ter dificuldades financeiras, apresentam diagnóstico de perturbação depressiva e ansiedade. Revelou também um aumento generalizado do nível de ansiedade em 2015, comparado com 2008, e que é mais acentuado entre a população feminina, quando comparado com a população masculina, e é crescente com a idade. Alguns estudos têm reforçado que estes dados podem estar relacionados com a tripla jornada

de trabalho das mulheres (trabalho pago, tarefas domésticas e tarefas de cuidado com descendentes/ascendentes), especialmente em mulheres em idade reprodutiva, fator que poderia explicar as diferenças de género na incidência de depressão/ansiedade estarem fortemente relacionadas com a idade: maiores diferenças na vida adulta, nenhuma diferença na infância e pouca diferença entre a população idosa (Vazquez Barquero et al., 1992; Beekman et al., 1995; Zunzunegui et al., 1998).

Sendo o estudo publicado em Almeida et al. (2017) realizado por uma grande equipa de especialistas, centrado no estudo do efeito de uma certa crise económica (iniciada em 2008), os resultados obtidos mostram a evidência das diferenças dos efeitos psicológicos da crise entre a população com diferentes características sociodemográficas e económicas. Este resultado sugere a relevância desta associação, bem como do interesse em conhecer esta realidade no contexto de outras crises económicas, sociais ou pandémicas e de catástrofe. Aliás, um dos resultados importantes do Inquérito Nacional à Saúde Mental de 2008 foi o facto de Portugal ter sido o segundo país (o primeiro foi a Irlanda do Norte), entre os países europeus que participaram no Inquérito Mundial à Saúde Mental, que apresentou a mais elevada prevalência de perturbação mental nos 12 meses anteriores ao inquérito, tendo evidenciado um padrão de morbilidade psiquiátrica significativamente distinta do padrão apresentado pelos outros países do sul da Europa.

O Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental, cujos resultados foram publicados em Almeida & Xavier (2017), permitiu concluir que as mulheres apresentam maior risco de ocorrência de perturbações da ansiedade e do humor, e menor risco de aparecimento de perturbações de impulsividade e de abuso de álcool, os quais são mais prevalentes entre os rapazes e os homens. Este aspeto poderá ser explicado no âmbito das normas sociais, culturais e de género que tradicionalmente reforçavam este tipo de comportamentos de risco nos rapazes e homens. Isto é um padrão consistente com os resultados obtidos na maior parte dos países participantes no Inquérito Mundial à Saúde Mental. Relativamente à associação com o grau de escolaridade, as pessoas com menores níveis de instrução evidenciaram um risco menor de ocorrência de patologia. Observando por escalões etários, os autores concluíram por um nível muito elevado de perturbação psicológica no grupo etário entre os 18 e os 34 anos.

Também em Caldas *et al.* (2019), os autores colocam com grande ênfase e evidência factual a relevância da saúde mental nas sociedades modernas, e também os défices de atenção que tem merecido nos programas de saúde pública. É particularmente relevante a atenção dada à saúde mental das crianças e aos fatores que os determinam.

2.4.3.7 Saúde laboral

A saúde laboral constitui uma área importante, tendo em conta os valores da sinistralidade, os problemas de saúde relacionados com o trabalho e a exposição a riscos que afetam a saúde e o bem-estar. O trabalho tem um forte impacto na saúde não apenas pela dimensão da população empregada, mas também pelo facto de os problemas de saúde relacionados com o trabalho poderem continuar a afetar as pessoas uma vez retiradas do mercado de trabalho.

As desigualdades na saúde têm um duplo sentido. Por um lado, as pessoas com saúde “pobre” têm menor probabilidade de estarem empregadas; por outro lado, as más condições de trabalho, bem como o desemprego, afetam a saúde física e mental. As pessoas com duas ou mais doenças crónicas têm uma menor probabilidade (reduzida em 30%) de estarem empregadas face às restantes (OCDE, 2019a, p.45).

A natureza e as condições de trabalho têm relação com a sinistralidade laboral. Por exemplo, se tivermos como referência o grupo 1 da Classificação Portuguesa de Profissões (CPP) (quadros superiores da Administração Pública, dirigentes e outros) verifica-se que, em 2017, o número de acidentes de trabalho dos grupos 7 (operários, artífices e similares), 5 (pessoal dos serviços e vendedores) e 9 (trabalhadores não qualificados) foi 5, 3.7 e 3 vezes superior, respetivamente, aos do grupo 1.

A exigência de não multiplicação de indicadores explica a limitação a apenas dois: ausências ao trabalho por razões de saúde e população exposta a riscos no trabalho.

O primeiro indicador (**Quadro 2**) mede a diferença nas ausências ao trabalho devido a problemas de saúde por grupos profissionais entre grupos profissionais de qualificação mais elevada (grupos 1 a 3) e grupos profissionais de qualificação mais baixa (6 a 9).

Quadro 2 - Ausências ao trabalho por razões de saúde (%)

Grupos Profissionais (CPP)	2014	2019
Grupos 1 a 3	16,7	
Grupos 6 a 9	39,8	

Fonte: INE; Inquérito Nacional Saúde

O segundo indicador respeita à percentagem da população empregada exposta a riscos de saúde (**Quadro 3**). Regista-se um forte crescimento deste indicador desde 2007, quer no que respeita aos riscos que podem afetar a saúde física (82.2 % em 2020), quer os que podem afetar a saúde mental (54% em 2020).

Quadro 3 - Exposição da População empregada a riscos de saúde

% da população empregada que:	2007	2013	2020
Que referiu problemas de saúde relacionados com trabalho	8,0	6,8	6,9
Exposta a riscos que podem afetar a saúde física	42,8	75,6	82,2
Exposta a riscos que podem afetar o bem-estar mental	17,9	36,8	54,0

Fonte: INE, Módulos ad hoc do Inquérito ao Emprego (2º trimestre) sobre Acidentes de trabalho e problemas de saúde relacionados com o trabalho

Nos riscos que podem afetar o bem-estar mental evidenciam-se a forte pressão nos prazos ou sobrecarga de trabalho (referidas por 43,1% da população empregada) e o contacto com pessoas problemáticas, mas não violentas (37,1%). Há outros fatores relevantes embora menos referidos (como a insegurança no emprego ou a violência no trabalho). O fator “forte pressão nos prazos” ou “sobrecarga de trabalho” passou de 34,1% em 2013 para 43,1% em 2020.

Importa ainda uma referência às razões de ausência no trabalho (**Quadro 3B**), onde se destacam o lay-off e outros motivos (designadamente a doença e a deficiência). A ausência das mulheres é sempre maior do que a dos homens, mas o diferencial acentua-se quando a razão são os “outros motivos”.

Quadro 3B - Ausência de trabalho por razões de lay-off e outros motivos

		2019-Q4	2020-Q1	2020-Q2	2020-Q3
Por motivos de Lay-off	H	0	24,9	267,9	27,3
	M	0	37,1	376,2	34,0
	rácio M/H		1,49	1,40	1,25
Por outros motivos	H	8,5	28,5	27,0	9,4
	M	30,2	65,5	100,7	34,2
	rácio M/H	3,55	2,30	3,73	3,64

Fonte: Eurostat

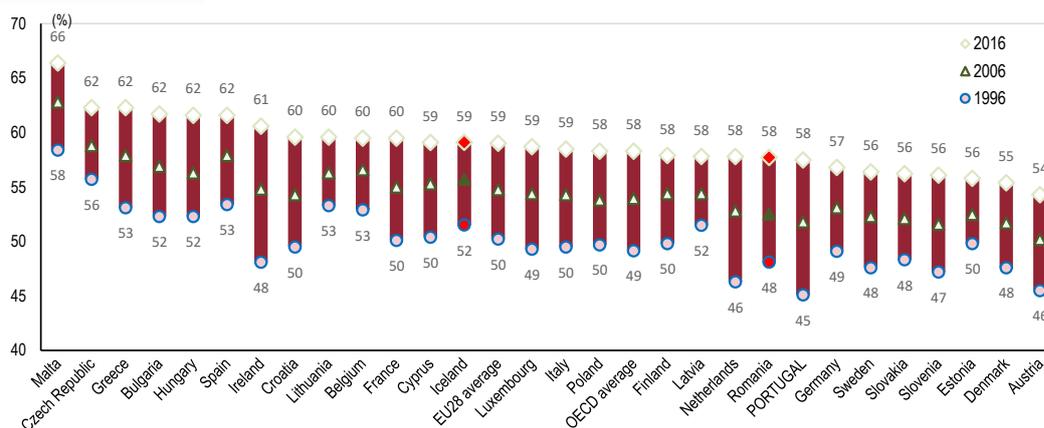
2.4.4 Indicadores Determinantes e Fatores de Risco da Saúde

Segundo OCDE (2019b), cerca de 1/3 dos óbitos em Portugal, no ano 2017, são atribuídos a fatores de risco comportamentais: 14% das mortes esteve relacionada com riscos de dieta alimentar, designadamente o baixo consumo de frutas e vegetais e elevado consumo de açúcar e sal (na UE28 esta percentagem foi superior, 18%), 12% das mortes esteve relacionada com o consumo (direto ou indireto) de tabaco (na UE28 essa percentagem foi superior, 17%) e 11% relacionadas com o consumo de álcool (neste caso superior aos valores observados na UE28, com 6%). Justifica-se que se identifiquem, como principais determinantes do estado de saúde: o excesso de peso e obesidade, o consumo de tabaco e a exposição a fumo ambiental de tabaco, o consumo excessivo de álcool, atividades sedentárias, com escassas práticas de exercício físico, e o consumo (e sua escassez) de frutas e vegetais.

2.4.4.1 Excesso de peso e obesidade

A obesidade pode ser considerada um elemento negativo de estado de saúde, mas é também um fator de risco de saúde, e em Portugal as taxas de obesidade dos adultos rondam os valores da média da UE: 15.7% em Portugal e 14.9% na UE (dados autoreportados). Mas, em 2013/14, cerca de 1/5 dos jovens com 15 anos de idade era obeso, uma percentagem superior à da UE. Um dos fatores que explicam a obesidade, além da alimentação, é a fraca atividade física: em 2014 só 57% dos portugueses adultos tinham alguma atividade física (a média da UE era 64%). Esta percentagem é muito baixa entre os jovens, principalmente do sexo feminino: apenas cerca de 5% das jovens com 15 anos tinham alguma atividade física, enquanto essa proporção era 18% para os rapazes. OCDE (2019b) salienta a relação entre a obesidade e o rendimento e nível de instrução: as pessoas com menor rendimento e menor nível de instrução são aquelas em que a obesidade tem maior incidência: em 2017, 18% das pessoas com menor grau de instrução eram obesas, descendo esta percentagem para 9% para as que tinham educação superior.

Figura 21 - Prevalência do excesso de peso nos adultos entre 1996 e 2016



Fonte: The Heavy Burden of Obesity - OECD 2019

O crescimento do número de pessoas com excesso de peso (IMC > 25), é geral em toda a União Europeia, mas a variação verificada em Portugal, entre 1996 e 2016, é maior (27%) do que a verificada em média na UE (17,5%) (Quadro 4). Assim a incidência do excesso de peso (incluindo a obesidade) aproximou-se dos valores médios da UE.

Quadro 4 - Variação da população com excesso de peso em Portugal e na UE

	1996	2006		2016	
		var. 1996-2006	2006	var. 2006-2016	2016
Média UE28	50,2	9,0%	54,8	7,8%	59,0
Portugal	45,1	14,9%	51,8	11,0	57,5

O Quadro 5 mostra que quando as medições são feitas de forma clinicamente assistida a percentagem da população obesa (com índice de massa corporal, IMC > 30) é, em Portugal, superior à média da UE (), e que esta diferença é muito mais evidente no caso das mulheres. No entanto esta posição relativa inverte-se significativamente quando se consideram os valores autoreportados.

Quadro 5 - Ausência de trabalho por razões de lay-off e outros motivos

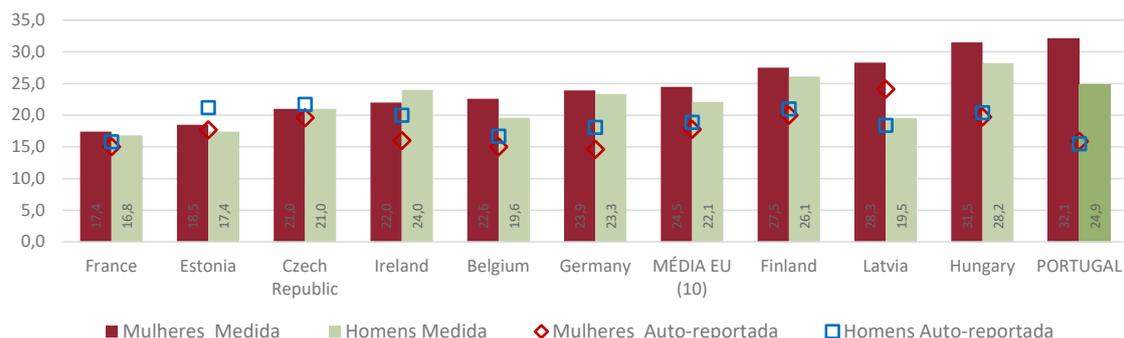
População obesa (IMC>30). Percentagens da população total						
	Valores Medidos			Valores Auto-reportados		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	28,7	24,9%	32,1	15,7	15,5%	15,9
EU	24,4	22,7%	25,7	17,1	17,3	16,9

Fonte: OECD Health Statistics 2020: website

Esta discrepância nos valores da obesidade, entre uma medição clinicamente assistida e a medição auto-reportada, justifica considerar com mais cuidado a construção dos respetivos indicadores. Para tal, observe-se a Figura 22.

Na base de dados da OCDE com estatísticas da saúde, existem séries com valores de excesso de peso onde estão disponíveis tanto os que são autoreportados como os que são diretamente medidos. Estes últimos estão disponíveis para menos países, os que se apresentam no quadro, e nem sempre para o mesmo ano. No gráfico estão os referenciados ao ano de 2018 ou mais próximo disponível, sendo os de Portugal referentes ao de 2015. O que é relevante neste caso é que o nosso país é, entre todos os que têm essa informação, aquele onde se verifica a maior discrepância entre os dados declarados e os que são diretamente medidos. De tal forma que a avaliação do problema do excesso de peso, da sua gravidade, se altera significativamente quando se tomam estes últimos.

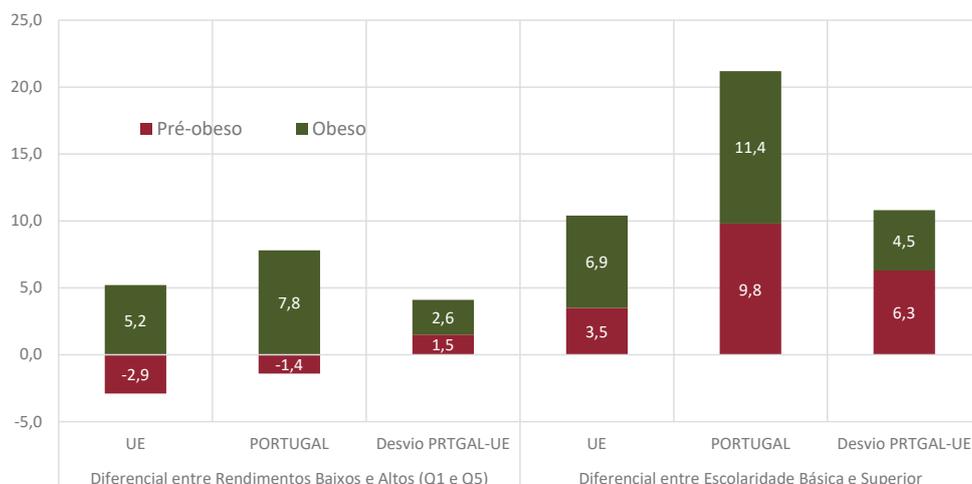
Figura 22 - Obesidade medida e autoreportada: % de obesos (IMC>30) segundo o tipo de informação disponível



Fonte: OECD Health Statistics 2020

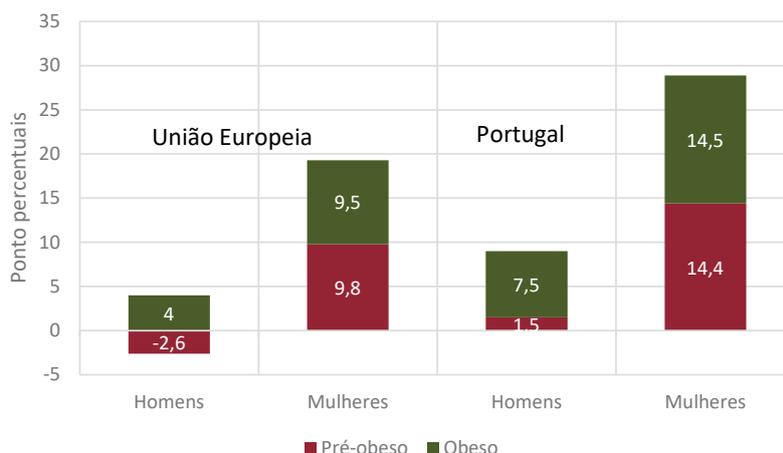
Há uma certa simetria na análise da incidência do excesso de peso comparativamente com a insuficiência da atividade física, no sentido em que as mesmas variáveis influenciam em sentidos opostos estes indicadores. A desigualdade é mais visível no critério escolaridade do que no do rendimento e, em cada critério, maior em Portugal do que na UE. Um nível mais elevado de rendimento está associado a maior prevalência de pré-obesidade (a diferença Q1-Q5 é negativa) mas de menor obesidade. A relação com o nível de escolaridade é mais direta e apresenta contornos diferentes consoante os sexos (Figura 23).

Figura 23 - Diferença na proporção de pessoas com excesso de peso, segundo o rendimento e o nível de escolaridade



Fonte: Eurostat Database (HLTH_EHIS_BM1I)

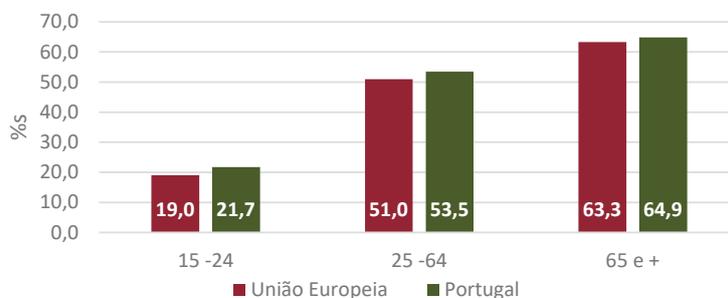
Figura 24 - Diferenças, nas percentagens de pessoas com excesso de peso, entre quem tem os níveis mais e menos elevados de educação, por sexos, em Portugal e na UE. (2014)



Fonte: Eurostat Database (HLTH_EHIS_BM11)

Ter mais anos de escolaridade contribui mais para reduzir a obesidade (IMC>30) do que para a pré-obesidade (25<IMC<30) e é mais discriminante para as mulheres do que para os homens. Ter menor escolaridade está, em geral, mais associado a excesso de peso nas mulheres do que nos homens, mas em Portugal esse fator tem ainda maior relevância. Em Portugal há mais pré-obesos nos homens com mais escolaridade (Figura 24).

Figura 25 - Excesso de peso (IMC>25) por escalões etários

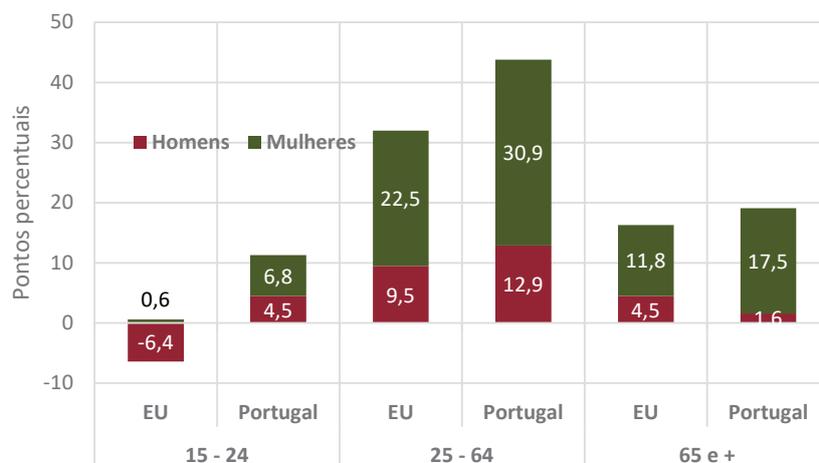


Fonte: Eurostat database (HLTH_EHIS_BM1E)

O excesso de peso tende a aumentar com a idade e em termo de grandes grupos etários Portugal não se afasta muito das médias da UE (Figura 25).

À menor prevalência da obesidade nas idades mais baixas corresponde uma relação menos evidente com o grau de escolaridade, mas essa relação é muito nítida nas idades ativas a partir dos 25 anos, sobretudo para as mulheres, e sempre mais em Portugal do que na União Europeia (Figura 26).

Figura 26 - Diferenças nas percentagens de pessoas com excesso de peso, entre níveis mais e menos elevados de escolaridade em Portugal e na EU. (2014)

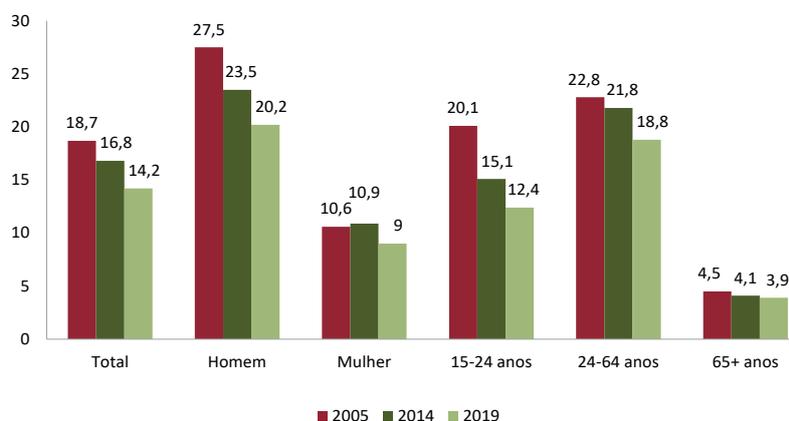


2.4.4.2 Consumo de tabaco e exposição ao fumo ambiental de tabaco

Os hábitos tabágicos constituem um fator de elevado risco para a saúde, tendo uma prevalência distinta entre homens e mulheres: em 2015 era de 28.3% para os homens e de 16.4% para as mulheres com idades entre 25 e 74 anos, diminuindo com a idade: para os homens varia entre 45,6% (dos 25 aos 34 anos) e 10,8% (dos 65 aos 74 anos) e para as mulheres entre 25,1% (dos 25 aos 34 anos) e 2,5% (dos 65 aos 74 anos).

Analisando-se o mesmo comportamento a partir do Inquérito Nacional de Saúde de 2014 e 2019, que abrange a população com mais de 15 anos (**Figura 27**), observa-se a confirmação deste padrão de consumo para os grupos etários comparáveis entre os dois inquéritos, situando-se a um nível inferior o primeiro escalão etário (dos 15 aos 24 anos), com tendência para a sua redução no período 2005-2019.

Figura 27 - Proporção da população residente com 15 e mais anos que fuma diariamente por sexo e grupo etário (%), Portugal 2005- 2014- 2019



Fonte: 4ºINS e Inquérito Nacional de Saúde, 2014 e 2019

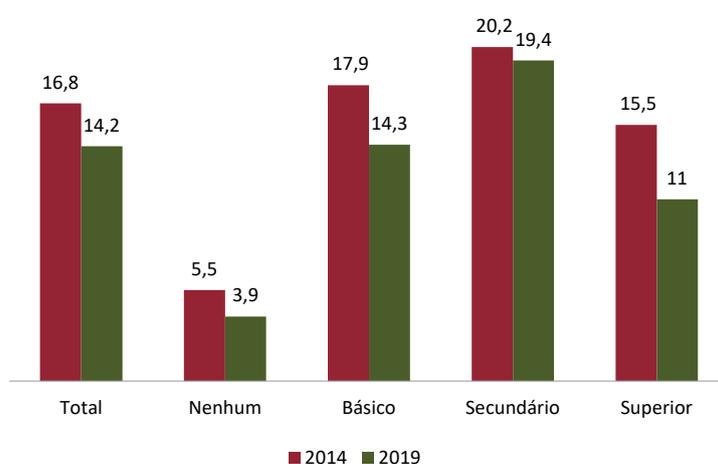
A proporção da população residente com 15 e mais anos que fuma diariamente reduziu-se de 2005 para 2014 (de 18.7% para 16.8%) e apenas aumentou ligeiramente no grupo das mulheres. Voltou a reduzir-se de 2014 para 2019 (14.2%).

É no grupo dos homens e dos jovens que se nota a maior descida.

De acordo com o INSEF 2015, a prevalência do consumo de tabaco era superior nos indivíduos desempregados, comparativamente aos indivíduos com atividade profissional remunerada, em ambos os sexos (43.0% vs. 31.4% nos homens, respetivamente, e de 27.0% vs. 20.3% nas mulheres).

De acordo com o Inquérito Nacional de Saúde, parece haver uma influência de fatores socioeconómicos nos padrões de consumo, com tendência para aumentar com o nível de instrução, como mostra a **Figura 28**, embora se reduza para a população com o ensino superior. De 2014 para 2019 diminui novamente a proporção da população que fuma diariamente (de 16.8% para 14.2%), redução verificada em todos os níveis de escolaridade.

Figura 28 - Proporção da população residente com 15 e mais anos que fuma diariamente por nível de escolaridade (%), Portugal 2014 e 2019



Fonte: INS e Inquérito Nacional de Saúde, 2014 e 2019

A exposição a fumo ambiental de tabaco, mesmo não havendo consumo direto de tabaco, constitui fator de risco para a saúde. De acordo com o INSEF 2015, 12.8% da população portuguesa entre os 25 e os 34 anos considera-se exposta a fumo de tabaco durante pelo menos 1 hora por dia em casa, no trabalho ou em espaços públicos, sendo esta exposição mais prevalente entre os homens (14.9%) do que entre as mulheres (10.8%), e diminuindo com a idade: 19.8% no grupo entre 25 e 34 anos e 3.9% no grupo dos mais idosos, de 65 a 74 anos. Esta prevalência tende a reduzir-se com o nível de instrução.

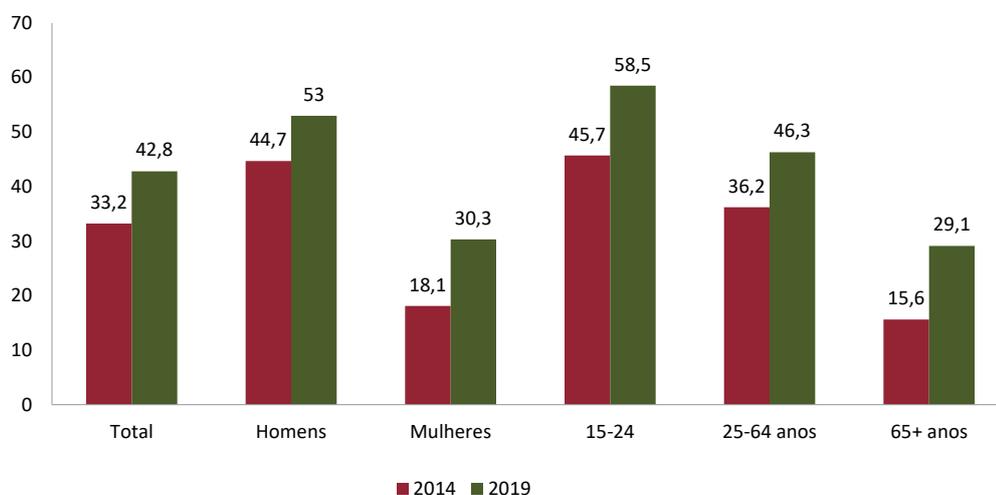
2.4.4.3 Consumo excessivo de álcool

Entende-se por consumo excessivo, ou consumo arriscado, de álcool o consumo de seis ou mais bebidas alcoólicas numa única ocasião pelo menos uma vez nos 12 meses anteriores à entrevista. A prevalência de consumo excessivo de álcool foi, em 2015, de 33.8% entre a população masculina e de 5.3% entre a população feminina. Foi mais elevada no grupo entre os 25 e os 34 anos (51.9% entre os homens e 13.7% entre as mulheres), e observa-se uma grande variação inter-regional na sua prevalência, entre um máximo no Alentejo (51.6% para a população masculina e 11.3% para a população feminina) e um mínimo na Região Norte (25.5% para a população masculina e 1.6% para a população feminina). É entre a população com menor escolaridade que se verifica uma menor prevalência do consumo excessivo de álcool: 21.2% entre a população masculina e 1.5% entre a população feminina.

O Inquérito Nacional de Saúde 2014 e 2019 permitem confirmar o padrão de prevalência por sexo e por escalão etário. Veja-se a **Figura 29**. Verifica-se também que a tendência para o decréscimo da prevalência com a idade é confirmada com a inclusão de um escalão etário mais baixo, onde a prevalência é muito elevada (45.7% e 58.5% entre os 15 e os 24 anos de idade em 2014 e 2019).

De 2014 para 2019, aumentou significativamente o consumo arriscado de álcool entre a população que consumiu álcool nos últimos 12 meses anteriores à entrevista. Especialmente entre as mulheres (de 18.1% para 30.3%) e entre os idosos (de 15.6% para 29.1%).

Figura 29 - Proporção da população residente com 15 e mais anos que consumiu bebidas alcoólicas nos 12 meses anteriores à entrevista com consumo arriscado de álcool (%), Portugal 2014 e 2019



Fonte: Inquérito Nacional de Saúde, 2014 e 2019

2.4.4.4 Atividades sedentárias e práticas de exercício físico

Ao contrário de hábitos e atividades de risco, há hábitos e atividades com efeitos benéficos para a saúde. É o caso das práticas de exercício físico. É muito elevada, em Portugal, a prática de atividades sedentárias. De acordo com o INSEF 2015, foi de 44.8% a percentagem da população com idades entre os 25 e 74 anos que ocupa o seu tempo livre a ler, ver televisão e outras atividades sedentárias.

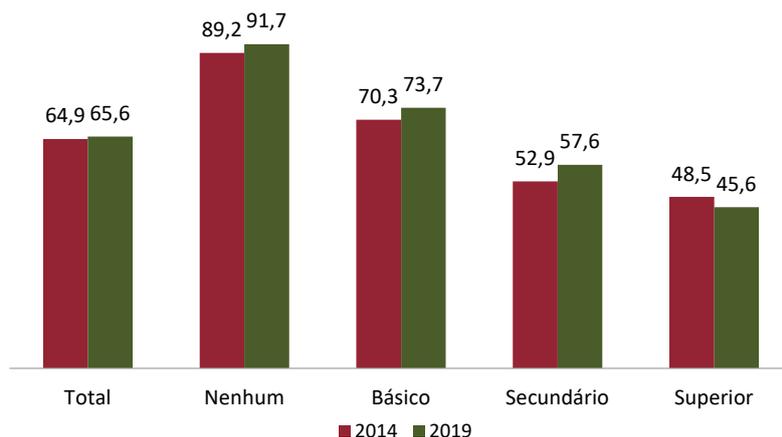
Esta prática de sedentarismo é mais frequente entre a população feminina (48.5%, comparado com 40.6% entre a população masculina), e é menor entre a população entre os 25 e os 34 anos (41.4%) e diminuindo com o nível de escolaridade (entre 51.6% para a população com escolaridade mínima e 38.9% entre a população com nível de instrução de grau superior).

O Inquérito Nacional de Saúde de 2019 confirma este padrão de comportamento sedentário.

As atividades de exercício físico são uma prática regular de 34.2% da população com idades entre 25 e 74 anos de idade, segundo o INSEF 2015.

Esta prevalência é mais elevada entre a população masculina (39.7%, comparando com 29.2% entre a população feminina), e diminui com a idade (47.1% entre as pessoas com idades entre os 25 e os 34 anos, comparado com 20.8% nas pessoas entre os 65 e os 74 anos). A **Figura 30**, com dados do Inquérito Nacional de Saúde 2014 e 2019, confirma bem este padrão, atenta as diferenças, já notadas antes, sobre a maior abrangência da população em termos de escalão etário e a natureza da variável que se observa nesta Figura. De notar, no entanto que nos últimos cinco anos diminuiu significativamente o sedentarismo entre os idosos (90.9% para 80.3%).

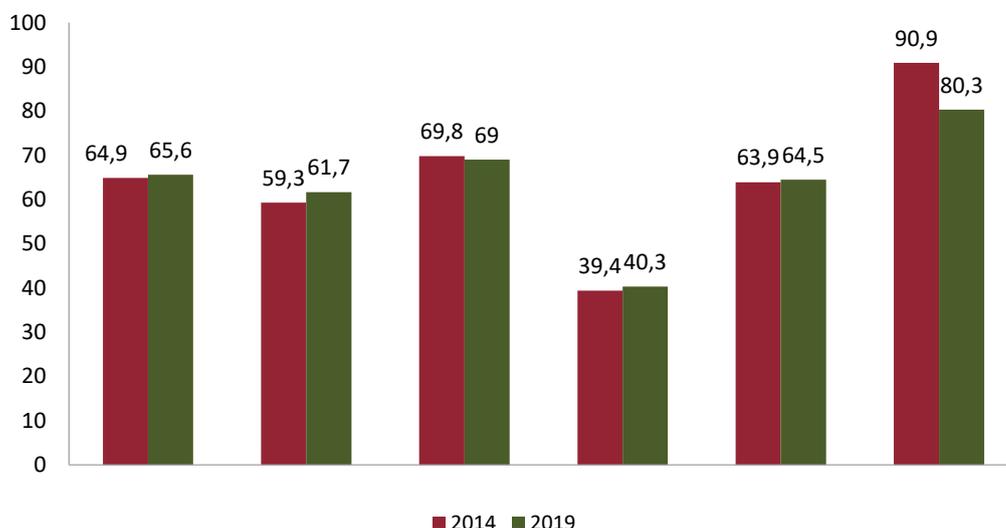
Figura 30 - Proporção da população residente com 15 e mais anos que não pratica exercício físico por sexo e grupo etário (%), Portugal 2014 e 2019



Fonte: Inquérito Nacional de Saúde, 2014 e 2019

Há uma grande diferença de práticas de exercício físico entre a população considerando o nível de escolaridade. Segundo o INSEF 2015 esta prática é mais elevada entre a população com nível de escolaridade mais elevada (49.6%), quando comparado com a da população sem escolaridade ou apenas com o 1º ciclo do ensino básico (18.8%). A Figura 31, com base no Inquérito Nacional de Saúde 2019, confirma este padrão.

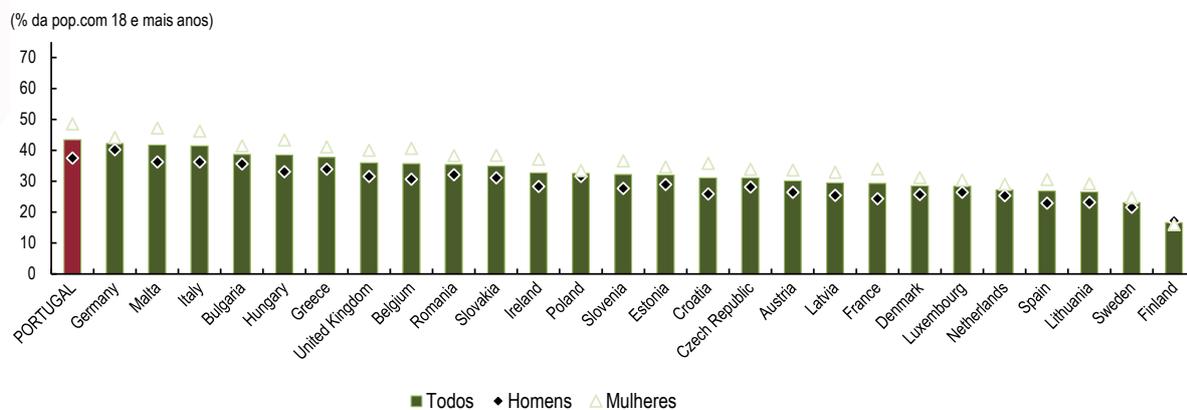
Figura 31 - Proporção da população residente com 15 e mais anos que não pratica exercício físico por nível de escolaridade (%), Portugal 2014 e 2019



Fonte: Inquérito Nacional de Saúde, 2014 e 2019

A posição relativa da população portuguesa, comparativamente às dos restantes países da UE, está bem patente nas Figuras 32 e 33.

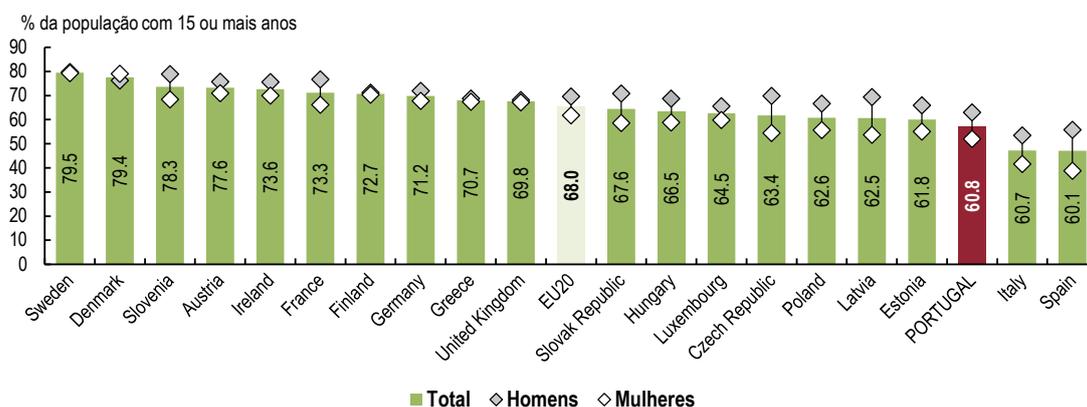
Figura 32 - Prevalência de níveis de atividade física insuficiente entre adultos em 2016



Fonte: The Heavy Burden of Obesity. OECD 2019

Portugal é o país mais mal colocado em termos da frequência da atividade física, em que mais de 40% da população adulta tem uma atividade física considerada insuficiente no estudo da OCDE, OECD (2019c), (Figura 32). É também um dos países em que é mais baixa a percentagem de população adulta com 15 ou mais anos que tem alguma atividade física (60.8%, comparada com 68,0% na média da UE), segundo os dados do EUROSTAT (Figura 33).

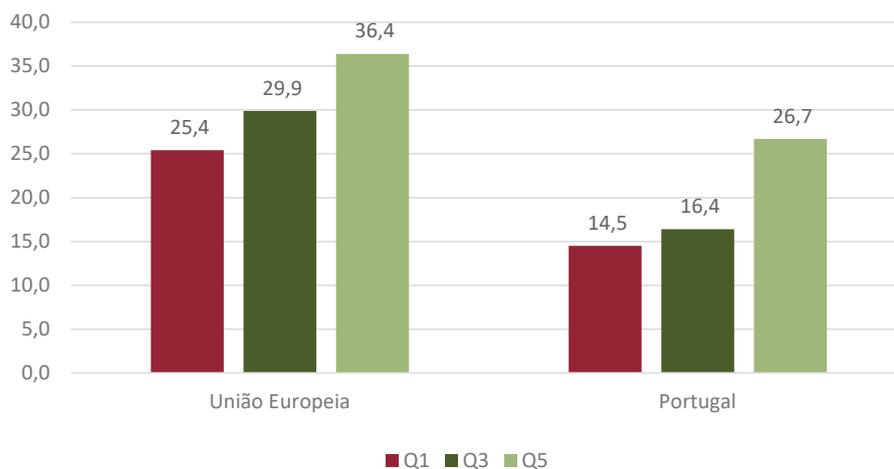
Figura 33 - Atividade física semanal moderada (> 150 minutos) nos adultos, por sexos. 2014



Fonte: Eurostat EHIS 2014.

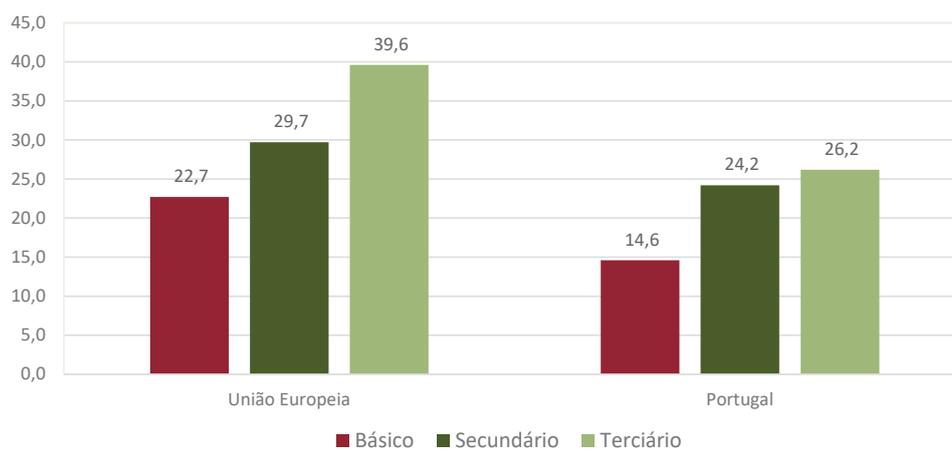
Há uma óbvia correlação da prática de atividade física com o gradiente do rendimento (Figura 34) e com o da escolaridade (Figura 35). Em Portugal o diferencial entre o último quintil e o primeiro é mais acentuado do que na EU e a frequência do nível mais elevado de escolaridade não é tão relevante para elevar a prática de atividade física como na UE onde este gradiente é mais marcado.

Figura 34 - Proporção de quem faz 150 minutos semanais ou mais de atividade física por escalões de rendimento (quintis). 2014



Fonte: Eurostat database (HLTH_EHIS_PE2I)

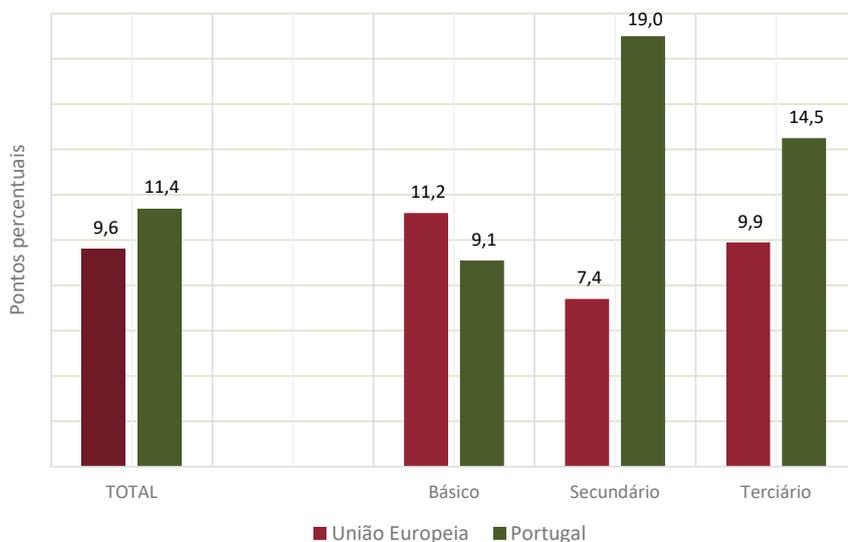
Figura 35 - Proporção de pessoas que fizeram semanalmente, pelo menos 150 minutos em atividade física não laboral, por níveis de escolaridade. 2014



Fonte: Eurostat database (HLTH_EHIS_PE2E)

Os homens estão sempre mais representados na prática de atividades físicas (não laborais) mas em Portugal os desvios, de cada nível de escolaridade em relação ao total, são muito mais marcados do que na UE: ter mais escolaridade não contribui positivamente para haver maior igualdade entre homens e mulheres nas atividades físicas (Figura 36).

Figura 36 - Diferenças na percentagem de homens e de mulheres que fizeram mais de 150 minutos semanais de atividade física (não laboral) por níveis de escolaridade, em Portugal e na UE. 2014



Fonte: Eurostat Database [hlth_ehis_pe2e]

2.4.4.5 Consumo de frutas e vegetais

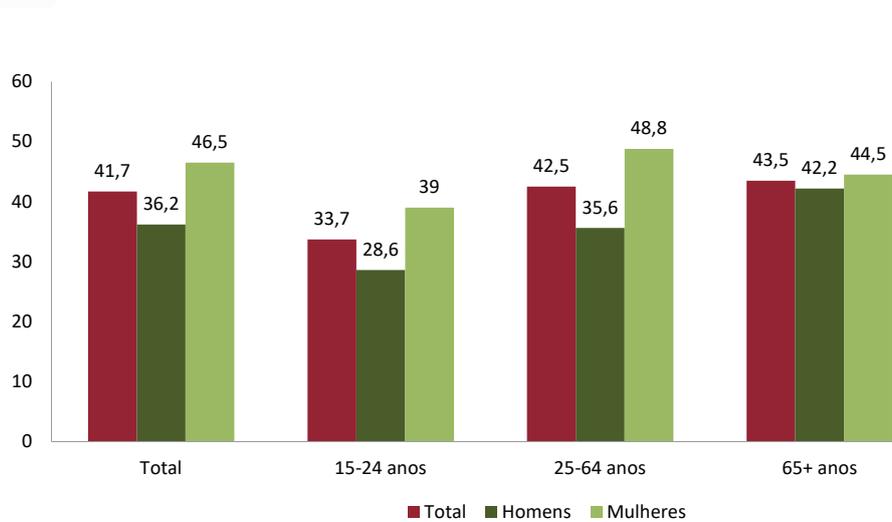
Existe um padrão de consumo de frutas e de vegetais que, tendo globalmente valores elevados (79.3% da população entre 25 e 74 anos de idade consome regularmente fruta e 73.3% consome vegetais ou saladas), coloca, porém, alguns grupos populacionais em posição de desvantagem em relação à qualidade de alimentação no consumo destes itens. É o caso da população masculina (74.4% consome fruta, comparado com 83.7% da população feminina; 65.8% consome vegetais, comparado com 80.1% da população feminina).

Segundo o INSEF 2015 há um padrão de crescimento da prevalência de consumo destes alimentos com a idade, o que é também confirmada pelos dados do Inquérito Nacional de Saúde 2019, como mostra a **Figura 37**.

No entanto, de acordo com o INS, de 2014 para 2019 baixou significativamente o consumo de legumes e saladas (de 55.1% para 41.7%) entre homens e mulheres e em todos os grupos etários.

Há também alguma influência do nível de escolaridade nestes hábitos de consumo alimentar: o valor mais elevado de prevalência de consumo de vegetais ocorre entre as pessoas com ensino superior (80,0%), sendo um pouco menor na população sem instrução ou apenas com o 1º ciclo do ensino básico (76,4%).

Figura 37 - Proporção da população residente com 15 e mais anos que consome diariamente legumes e saladas por sexo e grupo etário (%), Portugal 2019



Fonte: Inquérito Nacional de Saúde, 2019

2.4.5 Indicadores das Determinantes e Fatores de Risco da Saúde

Relativamente a este domínio de análise das desigualdades, identificaram-se algumas áreas críticas relativamente às quais consideramos serem mais sensíveis às desigualdades sociais e que criem barreiras económicas à utilização dos cuidados de saúde: a saúde oral, as consultas médicas e análises clínicas, e os cuidados preventivos e a prevenção secundária de doenças oncológicas.

2.4.5.1 Comparações internacionais

O Inquérito Europeu à Saúde (European Interview Survey) de 2014⁶⁶, vaga 2 (EHIS wave 2), realizado em 27 países da União Europeia (a que acresceu também a Noruega e a Islândia), foi concebido para levar os inquiridos a pensarem nas barreiras no acesso aos cuidados que enfrentam nos sistemas de saúde. Envolve três questões. As duas primeiras são sobre necessidades não atendidas, e as pessoas são questionadas sobre se tem “cuidados de saúde atrasados” devido aos tempos de espera ou problemas de distância/transporte, respetivamente. Esta questão engloba também os casos em que as pessoas decidiram não procurar cuidados por essas razões, devendo os inquiridos mencionar apenas os casos em que consideravam que estes atrasos eram prejudiciais à sua saúde. A terceira questão centra-se apenas em situações em que as pessoas decidiram renunciar aos cuidados por razões financeiras (em oposição a adiar ou renunciar às duas primeiras perguntas), sobre tipos específicos de cuidados (médicos, dentistas, medicamentos prescritos e problemas de saúde mental) nos últimos 12 meses. Dada a diferença de formulação das três questões, o EHIS não pode ser utilizado para avaliar a importância relativa dos três tipos de barreiras num determinado país.

⁶⁶ Este programa utiliza os dados do Inquérito Nacional de Saúde 2014.

O **Quadro 6** apresenta os dados relativos a Portugal, com uma comparação com a média europeia (apenas EU25).

Quadro 6 - Necessidades não satisfeitas de cuidados de saúde

(nº de pessoas em percentagem do total que referiram ter necessidades de saúde nos últimos 12 meses)

	Portugal			UE25		
	Q1	Média	Q5	Q1	Média	Q5
	necessidades não satisfeitas					
por tipos de bens e serviços de saúde						
de cuidados médicos	25.0	15.0	6.0	14.0	8.0	4.0
de cuidados de saúde dentária	60.0	37.0	12.0	23.0	14.0	7.0
de medicamentos prescritos	21.0	11.0	3.0	13.0	7.0	3.0
por causas que as determinaram						
por razões financeiras	48.0	31.0	11.0	26.0	16.0	8.0
por tempo de espera	29.0	26.0	19.0	20.0	18.0	16.0
devido a distância/transporte	6.0	3.0	1.0	6.0	4.0	2.0

Fonte: OECD (2019a: 154-155)

Q1 (1º quintil de rendimento); Q5 (último quintil de rendimento)

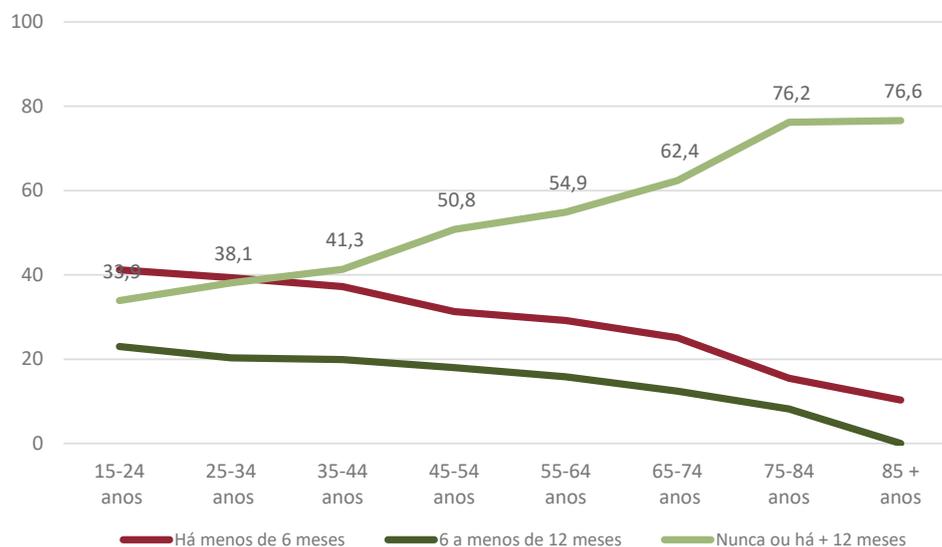
Este Quadro revela aspetos importantes do sistema de saúde português ao identificar, numa perspetiva comparativa com a média europeia, as necessidades de serviços de saúde que não foram satisfeitas, tornando assim mais evidentes um aspeto crucial dos serviços de saúde. A média nacional é superior à média europeia nos dois tipos de serviços de saúde aqui considerados: dos cuidados médicos e muito especialmente dos cuidados de saúde dentária, em que mais de 1/3 da população portuguesa não conseguiu satisfazer as suas necessidades nos últimos 12 meses anteriores à inquirição, realizada em 2014. É notório o efeito do rendimento na satisfação das necessidades, em que a percentagem da população que fica com as suas necessidades por satisfazer é muito superior no 1º quintil de rendimento. De facto, ao analisar as causas que determinam esta não satisfação de necessidades, as razões financeiras sobressaem para perto de 1/3 da população que necessita de cuidados de saúde, e perto de metade da população com menores rendimentos (no 1º quintil do rendimento). O tempo de espera é outro fator muito relevante, para ¼ da população que necessita de cuidados de saúde. O tempo de espera é um fator transversal na sociedade portuguesa, afetando todos os níveis de rendimento, ainda que mais fortemente nos rendimentos mais baixos. É interessante verificar que a distância aos serviços de saúde, dada a boa cobertura territorial destes serviços, quase não constitui fator limitativo deste acesso, situando-se mesmo em situação melhor do que a média europeia.

2.4.5.2 Saúde oral

O acesso às consultas de saúde oral medido pelo número de “usos” é um dos indicadores em que Portugal está mal classificado no contexto europeu. Só metade dos inquiridos tiveram uma consulta há menos de um ano, como é recomendado: segundo o INSEF 2015, apenas 51.3% da população portuguesa entre os 25 e 74 anos de idade disse ter realizado uma consulta desta especialidade. Os motivos declarados para realizar essa consulta foi a de tratamento de rotina (43.1%), tratamento de emergência (39.4%) e para check-up (17.5%). Mesmo nas idades mais novas, representadas na **Figura 38** (com

base em valores do Inquérito Nacional de Saúde 2014), só 60% dos inquiridos tiveram uma consulta, pelo menos, no ano anterior. E a situação piora sempre nas idades seguintes.

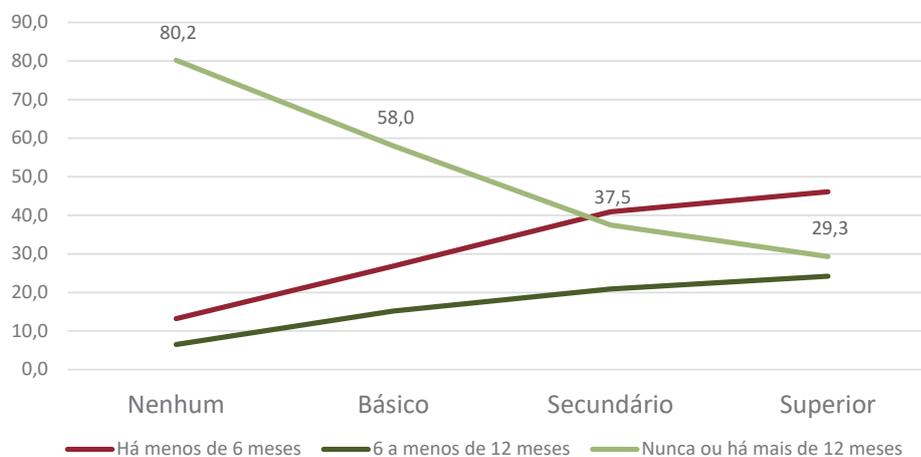
Figura 38 - Proporção da população residente com 15 ou mais anos por grupo etário e momento da última consulta com dentista, por escalões etários, 2014



Fonte: Inquérito Nacional de Saúde, 2014

O nível de escolaridade é um fator de diferenciação da frequência das consultas de saúde oral, como a **Figura 39** mostra, de novo com base no Inquérito Nacional de Saúde 2014, estando fortemente correlacionado com a maior ou menor frequência das consultas de medicina dentária que tem fraca cobertura pelo SNS. A diferença em termos de pontos percentuais é quase 30 p.p. entre Ensino básico e Superior entre quem “há mais de 12 meses ou nunca” acedeu a uma consulta.

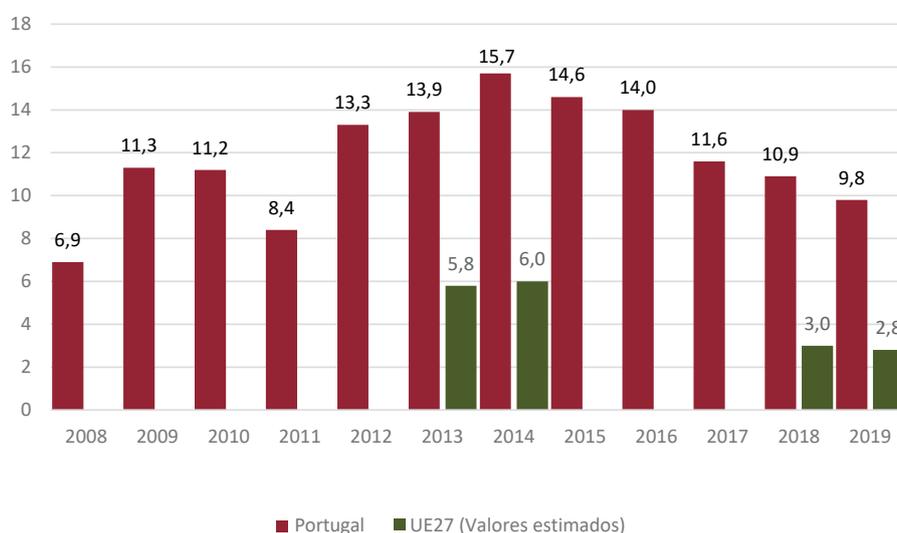
Figura 39 - Proporção da população residente com 15 ou mais anos por nível de escolaridade e momento da última consulta com dentista, Portugal, 2014



Fonte: Inquérito Nacional de Saúde, 2014

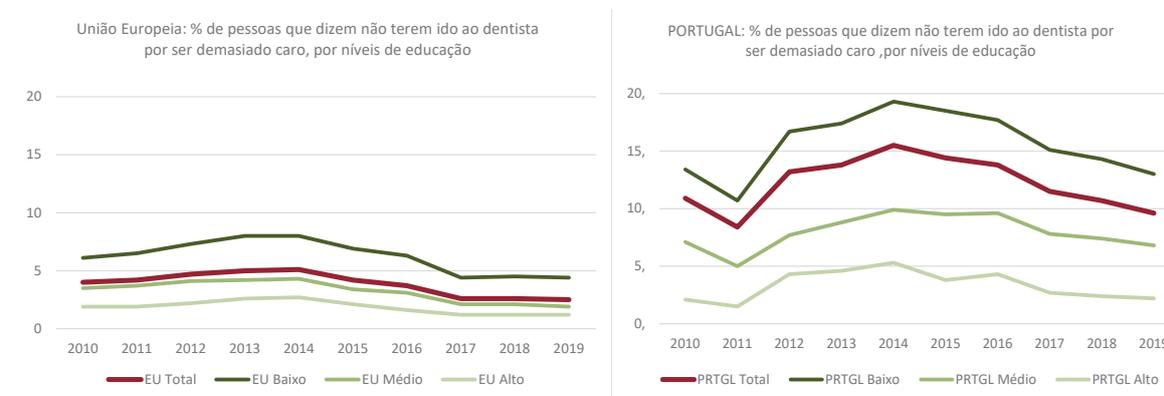
Os indicadores apresentados nas Figuras seguintes baseiam-se no dados do programa EU-SILC e são reais reveladores de desigualdades no acesso aos serviços de saúde, numa área muito sensível, escassamente coberta pelo SNS (saúde oral): necessidades não satisfeitas de consulta de dentista, por razões económicas (“não ir ao dentista por ser caro”) ou outras (tempos de espera ou distância). A **Figura 40** compara Portugal com a União Europeia (média) neste indicador, denotando o enorme hiato existente entre as duas regiões. No entanto, é também visível algum progresso desde o pico da crise anterior. Nas Figuras 41 e 41A evidencia-se como a deficiente resposta às necessidades de saúde oral se reflete na grande desigualdade entre pessoas com diferentes graus de escolaridade e diferentes níveis de rendimento e como essa diferenças se acentuou com as variações temporais do rendimento em Portugal, sendo bem visível o forte aumento da dificuldade no acesso aos serviços de saúde no período da austeridade.

Figura 40 - Proporção de pessoas que referiram ter necessidades não satisfeitas de acesso a serviços de saúde oral por razões financeiras, tempos de espera ou distância a percorrer.



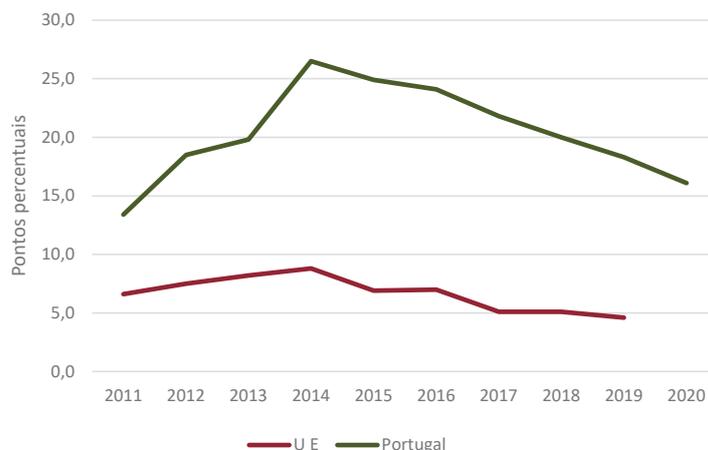
Fonte: European Core Health Indicators

Figura 41 - Necessidades não satisfeitas de consulta de dentista por motivos económicos



Fonte: Eurostat database (HLTH_SILC_09)

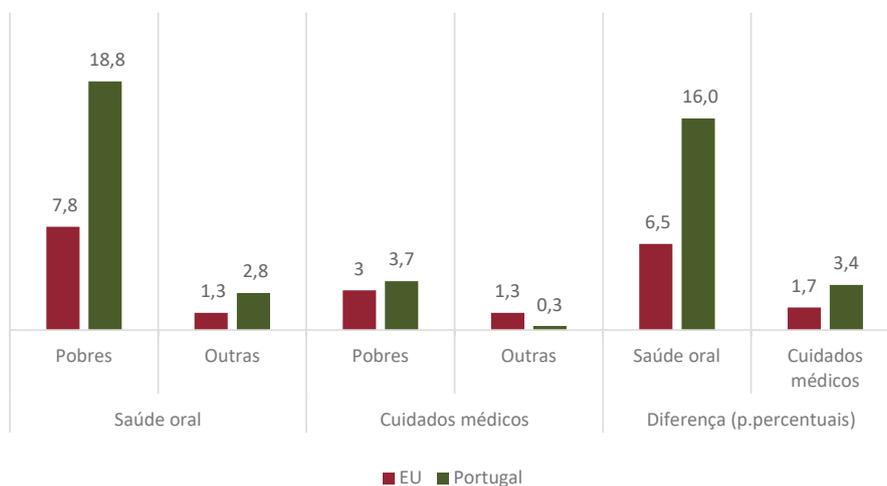
Figura 41A - Necessidades não satisfeitas (auto-reportadas) em saúde oral na UE e em Portugal, por ser demasiado caro. Diferenças entre o quinto e o primeiro quintil.



Fonte: Eurostat database (HLTH_SILC_09)

Esta situação contrasta com o acesso e utilização de serviços de outras especialidades médicas⁶⁷. Mas ao compararmos os cuidados médicos com os serviços de saúde oral no que respeita ao efeito do rendimento no acesso aos cuidados de saúde, a diferença com os cuidados médicos é enorme, e muito mais expressiva do que para a média dos países da União Europeia (Figura 42).

Figura 42 - Percentagem de crianças pobres* e de outras crianças com necessidades não satisfeitas de cuidados médicos e de saúde oral. Dados auto-reportados 2017.

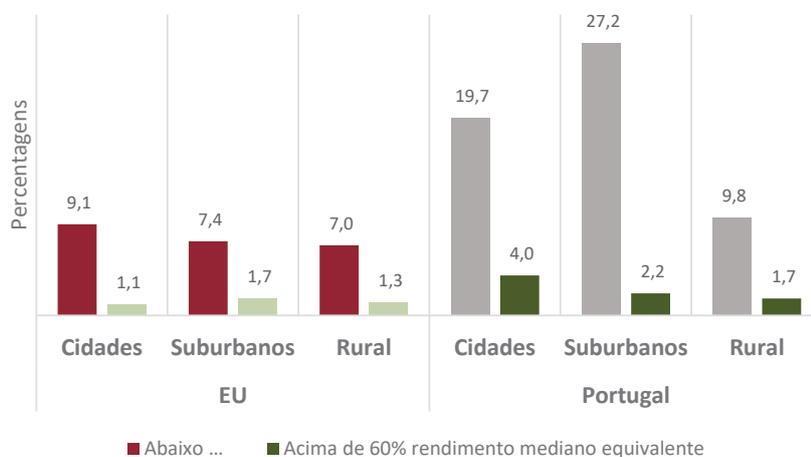


Fonte: Eurostat database (HLTH_SILC_09)

⁶⁷ Segundo o Inquérito Nacional da Saúde, a percentagem de população residente com 15 ou mais anos que nunca consultou especialidades médicas diminui com o nível de escolaridade (para 2014 estas percentagens são: 10.4% para a população com o ensino básico, 7.1% com o ensino secundário e 2.9% com o ensino superior).

A **Figura 43** dá conta de uma outra realidade, relativamente à disparidade geográfica do acesso à saúde oral.

Figura 43 - Percentagens de crianças em famílias com necessidades não satisfeitas de saúde oral (auto-reportadas) segundo o nível de rendimento e tipologia das áreas urbanas (2017)



Fonte: Eurostat database (ILC_HCH14)

A ventilação das respostas sobre necessidades não satisfeitas em cuidado médicos e em saúde oral, segundo as áreas urbanas ou rurais e os níveis de rendimento, mostra um contraste significativo entre Portugal e a UE. Não só o grau de desigualdade em Portugal é muito mais acentuado no que respeita à saúde oral, e comparativamente menos nos cuidados médicos, como a sua distribuição pelo território apresenta um padrão claramente contrastado: em Portugal os piores resultados não estão nas áreas rurais, mas sim nas cidades e nos subúrbios.

Deve fazer-se uma referência às **análises clínicas**. As análises clínicas (designadamente da glicémia, colesterolemia e trigliceridémia) são prática frequente da população portuguesa. De acordo com o INSEF 2015, 69.7% da população com idades entre 25 e 74 anos referiu ter efetuado análises clínicas nos 12 meses anteriores à entrevista. Apenas uma percentagem muito residual, 0.3%, responderam nunca terem feito análises clínicas. Isso não significa, porém, que não haja diferenças entre grupos populacionais no consumo destes serviços de saúde. É a população mais idosa aquela que realizou mais frequentemente análises clínicas nos 12 meses anteriores à entrevista: 84.2% da população entre 65 e 74 anos de idade, reduzindo-se para 56.9% para a população entre os 25 e os 34 anos de idade.

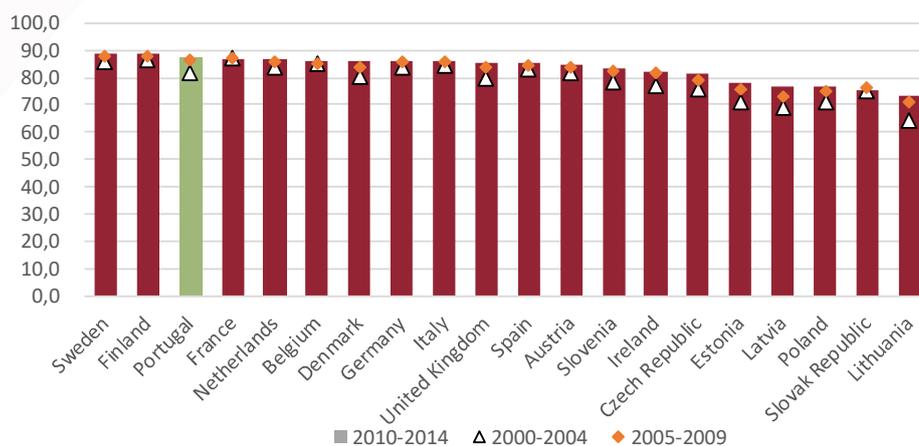
Parece haver alguma influência de fatores socioeconómicos na frequência destes serviços. De facto, enquanto 58.5% das pessoas desempregadas realizaram análises clínicas nos 12 meses anteriores à entrevista, esta percentagem passou para 66.9% para as pessoas que têm trabalho remunerado. Mas é de 80.6% para a população sem atividade profissional, provavelmente refletindo a influência de uma idade mais avançada.

2.4.5.3 Rastreio e prevenção de doenças oncológicas

A realização atempada e frequente de exames oncológicos constitui, pela importância que tem para a saúde humana, um motivo forte para observar diferenças que ocorram na sua realização.

Relativamente à mamografia, a posição de Portugal no contexto da UE é, em termos médios nacionais, relativamente boa, e tem melhorado nos últimos anos (**Figura 44**).

Figura 44 - Taxa de sobrevivência das mulheres com cancro de mama aos 5 anos

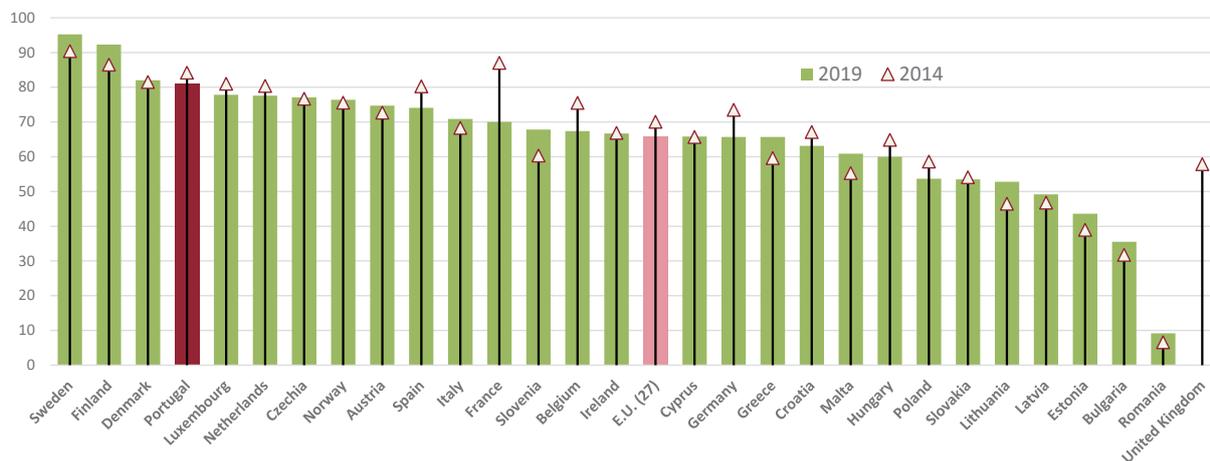


Fonte: OECD, Health Care Quality indicators

Desde o início do período reportado no gráfico (2000-2004) Portugal passou do 10º para o terceiro lugar em termos de cobertura da população feminina com taxa de sobrevivência superior ou igual a 5 anos. (Indicador de qualidade dos cuidados de saúde).

Em contraste com outros indicadores da situação da saúde em Portugal os rastreios de doenças oncológicas, particularmente a mamografia, apresentam alguns dos melhores valores na Europa com valores, claramente superiores à média da UE (Figura 45).

Figura 45 - Proporção das mulheres com idades entre os 50 e os 64 anos que declararam ter feito uma mamografia nos últimos dois anos, 2014 e 2019

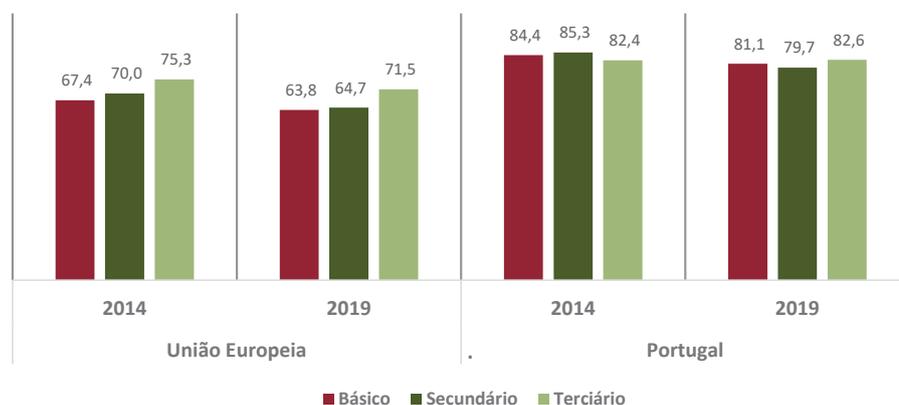


Fonte: Eurostat Database [HLTH_EHIS_PA7E]

O INSEF 2015 revela-nos que em 2015, 94,8% das mulheres residentes com idades entre os 50 e os 69 anos respondeu ter realizado uma mamografia nos 2 anos anteriores à entrevista. Também 86,3% das mulheres com idade entre os 25 e os 64 anos referiu ter realizado uma citologia cervico-vaginal nos 3 anos anteriores à entrevista. São valores muito expressivos reveladores de um acesso muito generalizado a estes serviços de saúde pela população portuguesa feminina claramente acima da média europeia.

Com base nos dados dos Inquéritos Nacionais de Saúde (2014 e 2019) e nos correspondentes dados do Eurostat (European Core Health Indicators) (**Figura 46**), é possível confirmar, não só uma cobertura muito mais efetiva como um grau de desigualdade em relação à escolaridade, neste indicador, muito menor em Portugal do que na UE.

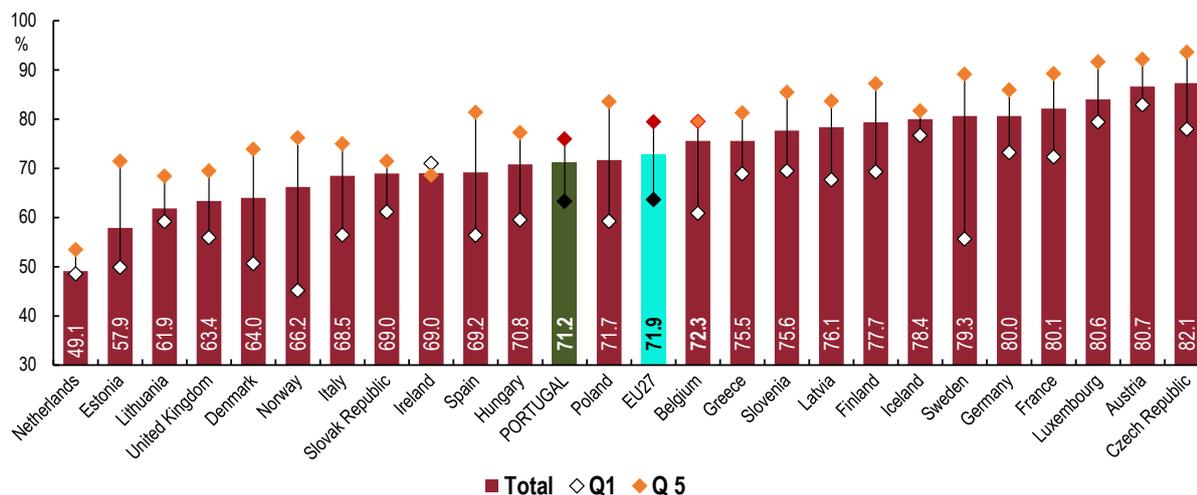
Figura 46 - Proporção de mulheres, com idades entre 50 e 69 anos, que referiram ter feito uma mamografia nos últimos dois anos, segundo os níveis de escolaridade em 2014 e 2019



Fonte: Eurostat Database [HLTH_EHIS_PA7E]

Outra área da saúde da mulher relativamente à qual os rastreios oncológicos são importantes é o do colo do útero. Comparando internacionalmente, entre os países da UE (**Figura 47**), o indicador da frequência deste rastreio, pelas mulheres com idades entre os 20 e os 69 anos, coloca Portugal próximo da média dos países da UE. Verifica-se também que a diferença na frequência associada a diferenças de rendimento (Q5 – Q1) é inferior à média da UE.

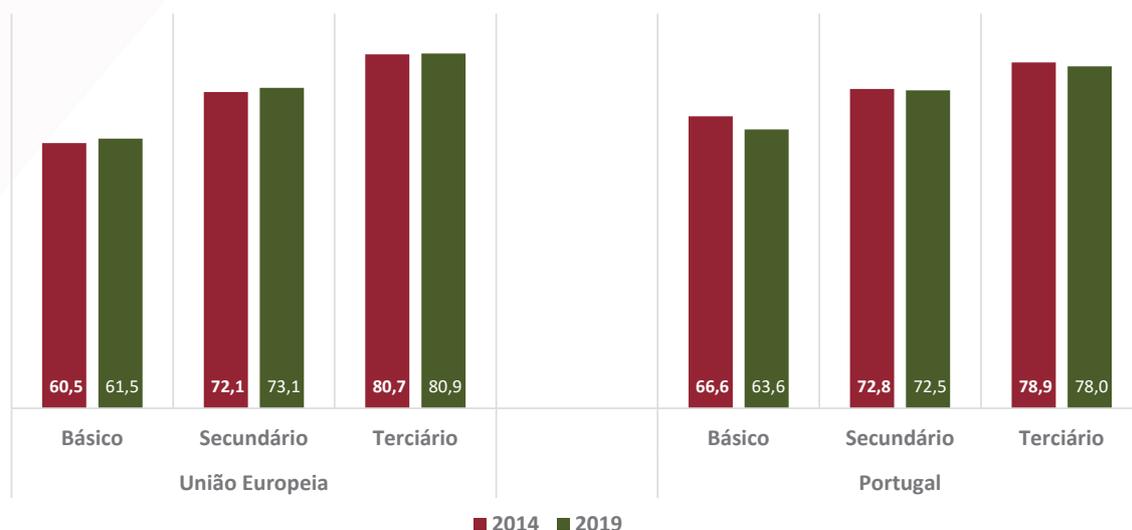
Figura 47 - Proporção de mulheres com 20- 69 anos que referiram ter feito uma citologia cervico- vaginal, por níveis de rendimento (2014)



Fonte: OECD 2019, Health at a Glance

A proximidade da realidade portuguesa com a média europeia nesta área de rastreio oncológico é comprovável pela **Figura 48**, que compara as diferenças detetadas por nível de escolaridade em Portugal e na média da União Europeia: Um valor global semelhante, mas com menor desigualdade entre os níveis de escolaridade.

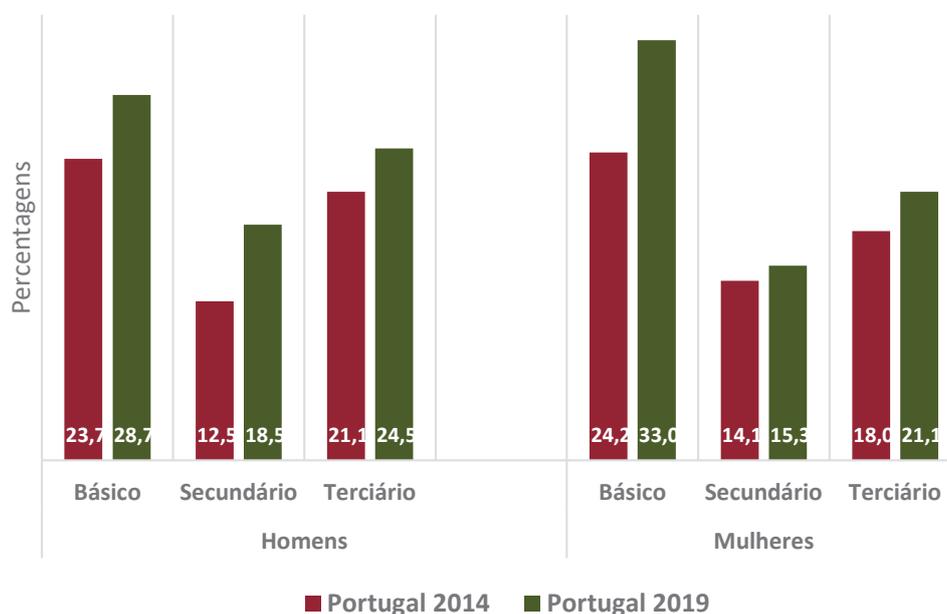
Figura 48 - Percentagem da população feminina residente, com idade entre 20 e 69 anos, que referiu ter realizado citologia cervico- vaginal nos 3 anos anteriores à entrevista, por nível de escolaridade, na UE e em Portugal, em 2014 e 2019



Fonte: Eurostat Database [HLTH_EHIS_PA8E]

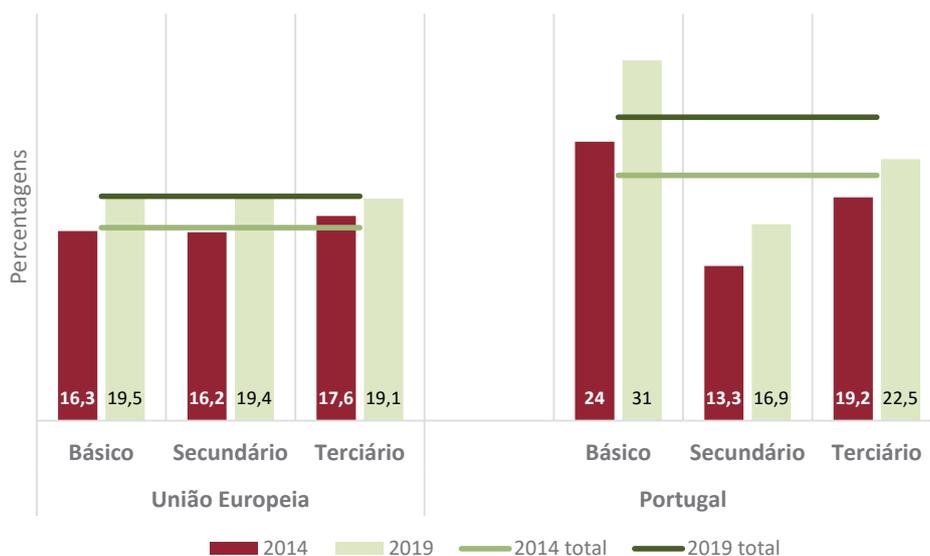
O rastreio do cancro do colon pode ser feito através de uma colonoscopia ou através da pesquisa de sangue oculto nas fezes. Os dados disponíveis (Figuras 50 e 50A) mostram que Portugal tem uma posição favorável na comparação com a média da UE em ambos os indicadores, e que entre os dois anos considerados há uma clara melhoria da cobertura, sobretudo na colonoscopia. A Figura 49 mostra as diferenças na realização de uma colonoscopia, nos 10 anos anteriores à entrevista, entre os sexos e segundo os níveis de escolaridade. Ao contrário de outros indicadores, não há aqui uma relação direta entre maior escolaridade e maior utilização deste meio de diagnóstico, já que os valores mais elevados se encontram no nível mais baixo de escolaridade. A Figura 50A, relativa ao rastreio do cancro colo-rectal pela análise das fezes, permite constatar a posição favorável da situação portuguesa que apresenta, para cada nível de escolaridade, valores mais favoráveis do que os correspondentes na média da União Europeia.

Figura 49 - Proporção das pessoas que declararam ter feito uma colonoscopia nos últimos 10 anos, segundo o sexo e o nível de escolaridade, em Portugal, em 2014 e 2019



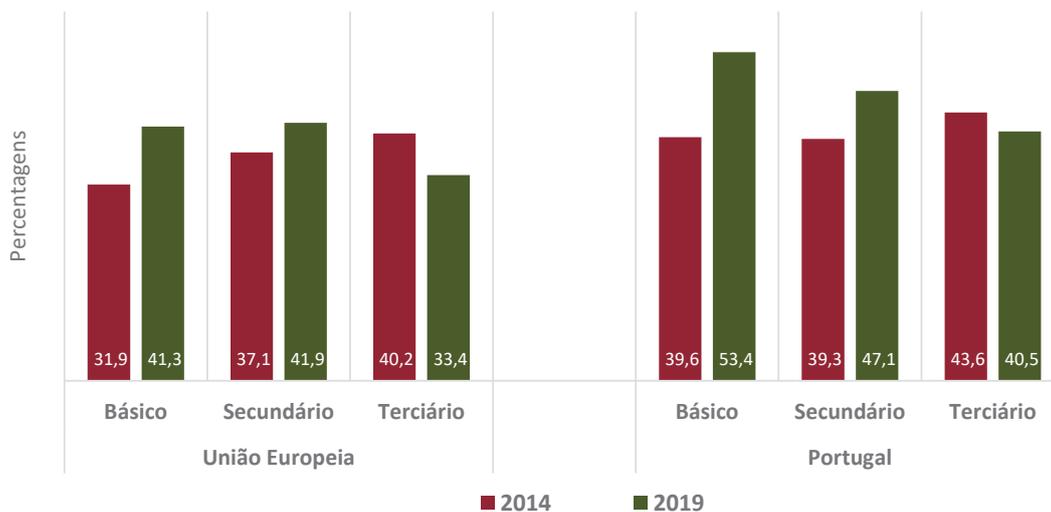
Fonte: Eurostat Database [HLTH_EHIS_PA6E]

Figura 50 - Proporção das pessoas que declararam ter feito uma colonoscopia nos últimos 10 anos, segundo o nível de escolaridade., na UE em Portugal. 2014 e 2019.



Fonte: Eurostat Database [HLTH_EHIS_PA6E]

Figura 50A - Proporção de pessoas, com idades entre 50 e 74 anos, que referiram ter feito rastreio de cancro colo-rectal* nos três anos anteriores, segundo a escolaridade, em 2014 e 2019



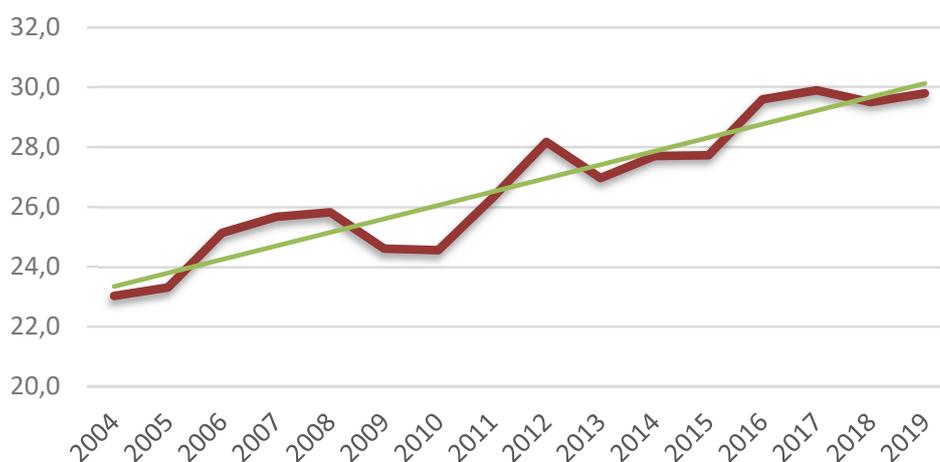
(*) Análise de sangue oculto nas fezes

Fonte: Eurostat Database [HLTH_EHIS_PA5E]

2.4.6 Financiamento dos cuidados em saúde

Em 2010, o total das despesas em saúde em Portugal repartiam-se do seguinte modo: despesa pública em saúde (65.8%), pagamentos diretos dos particulares (OOP – *out of pocket payments*) (26%) e seguros privados (4.3%) (WHO, 2013). A **Figura 51** mostra a tendência crescente, nos últimos quinze anos, da parte da despesa das famílias no total das despesas correntes da saúde, que atingiu em 2019 cerca de 30%.

Figura 51- Percentagem das despesas das famílias nas despesas correntes com a saúde



Fonte: INE, CSS (Conta Satélite de Saúde)

A maior parte dos países da UE15 têm taxas de OOP $\leq 17\%$ (na verdade, segundo OCDE (2019b), a média europeia é de 15,8%) e a OMS sugere que esta taxa deva ser $\leq 15\%$ para evitar gastos catastróficos em saúde. Em Portugal, uma parte significativa dos OOP são em medicamentos.

Equidade em saúde, no que respeita ao acesso e utilização dos cuidados de saúde, envolve duas perspetivas: a) a da utilização dos cuidados de saúde (a equidade traduz-se no princípio da utilização dos serviços de saúde de acordo com as suas necessidades); b) financiamento dos cuidados de saúde (a equidade traduz-se no princípio de o financiamento desses cuidados de acordo com a capacidade de pagar). Nas secções anteriores analisou-se a primeira destas perspetivas. Cabe agora, nesta secção, analisarmos a segunda.

Recordemos que a lógica do SNS português é a de dissociar os pagamentos dos serviços relativamente à sua utilização (i.e., o custo não deve ser fator de exclusão, não existindo o conceito de “preço”) e, por isso, ganha especial acuidade a sua consideração como dimensão relevante das desigualdades na saúde. Assim sendo, o indicador acima é revelador de potencial geração de desigualdades, pois esta componente da despesa corrente em saúde mede o peso do pagamento feito pelas famílias pelo consumo mercantil de cuidados de saúde, isto é, através de um mecanismo de preço. Ora, poderia considerar-se, como princípio de equidade, que a universalidade fosse garantida com gratuidade da prestação de serviços.

Há outras abordagens que têm sido consideradas e que admitem critérios menos exigentes de equidade, considerando admissível que possa haver pagamentos privados pelos cuidados de saúde. Nestas condições, as abordagens que têm sido usadas para o estudo das desigualdades de financiamento são: a) a construção de *índices de progressividade* (índices de Kakwani), que medem o efeito dessas despesas na distribuição do rendimento, comparando a concentração do rendimento dos ADPs com a concentração dos pagamentos. Há proporcionalidade nos pagamentos se a curva de Lorenz coincide com a curva de concentração dos pagamentos, há progressividade quando a curva de Lorenz domina à Lorenz a curva de concentração dos pagamentos e há regressividade se a curva de concentração dos pagamentos domina à Lorenz a curva de Lorenz dos rendimentos.

Outra abordagem é a utilização do indicador de *despesas catastróficas em saúde* (CHE, catastrophic health expenditure), isto é, quando as despesas em saúde são tão elevadas que comprometem a satisfação de necessidades fundamentais. Mede-se considerando que esta situação ocorre quando as

despesas em saúde são $\geq 40\%$ da “capacidade de pagar” (“*capacity to pay*”), que significa as despesas familiares que não são de subsistência, sendo consideradas de subsistência as despesas em alimentação (mas deve ajustar-se à realidade nacional, talvez incluindo as despesas em habitação).

Não existem muitos estudos sobre a equidade da saúde na dimensão do financiamento. Mas há alguns. Um deles, iniciado por Wagstaff & Doorsleer (1992), é de Quintal & Venceslau (2011), que utiliza o Inquérito Nacional de Saúde 2005-2006, com dados da rubrica 10 do INS (rendimento por classes de rendimento) (para despesas de saúde em: consultas, meios suplementares de diagnóstico, medicamentos e tratamentos) (e permite conhecer os pagamentos brutos e os pagamentos líquidos de reembolsos). Faz uma análise por categorias de despesa (há regressividade, mas maior nos medicamentos) e por regiões / NUTS II (há regressividade em todas as regiões, mas maior no Algarve e menos em Lisboa e Vale do Tejo, Açores e Madeira).

Num artigo de Quintal & Lopez (2016), foi usado o IDEF 2010/2011, numa análise por quintis de rendimento. Verificam que o rácio OOP/Total da despesa diminui com o rendimento (7.4% no 1º quintil e 5.7% no 5º quintil). Foi calculado o CHE para diferentes valores de limiar (10%, 20%, 30%, 40%) e verificaram que o CHE diminui com o rendimento: com 40% obtém 4% no 1º quintil e 1% no 5º quintil.

Outra análise feita no Relatório Final da Comissão de Sustentabilidade do Financiamento do SNS (2007), foi a da despesa em saúde recuperada em sede de IRS (benefícios fiscais) (incluindo despesas de saúde e prémios de seguros de saúde), o que requer a utilização de dados fiscais (IRS).

2.4.7 Indicadores chave da Desigualdade na Saúde

Cabe finalmente ao grupo de trabalho sugerir um conjunto mais limitado de indicadores que, ainda que não cobrindo todas as áreas de análise atrás descritas, permitam três objetivos fundamentais: a) abranjam as *quatro dimensões* em que localizamos as desigualdades na saúde (estado de saúde, determinantes e fatores de risco da saúde, acesso e uso dos cuidados de saúde, financiamento dos cuidados de saúde); b) permitam *alertar* as autoridades públicas para o *nível* e para a *evolução* das desigualdades na saúde; c) permitam situar *internacionalmente* as desigualdades na saúde. Vamos designar estes indicadores como os “indicadores-chave das desigualdades na saúde” (ICDS). A proposta que fazemos é a seguinte listagem de **10 indicadores** (contemplando, na medida do possível em todos eles, sempre que faça sentido, a sua ventilação por idade, sexo e nível de instrução) (com referência à secção deste relatório onde é apresentado, e ao indicador apresentado no Anexo – matriz analítica):

ICDS - Indicadores Chave das Desigualdades na Saúde

A. Indicadores do estado de saúde

- ▶ Esperança de vida (secção 2.4.3.1) (refere-se à diferença na esperança de vida segundo o nível de instrução)
- ▶ Prevalência de doenças crónicas (secção 2.4.3.3 – indicador A1)
- ▶ População empregada exposta a riscos no trabalho (secção 2.4.3.7 – indicador A5)

B. Indicadores das determinantes e fatores de risco da saúde

- ▶ Excesso de peso e obesidade (secção 2.4.4.1 – indicador B1)
- ▶ Consumo de tabaco e exposição ao fumo ambiental de tabaco (secção 2.4.4.2, indicador B4)
- ▶ Consumo excessivo de álcool (secção 2.4.4.3 – indicador B.5)

C. Indicadores de acesso e uso dos cuidados de saúde

- ▶ Saúde oral (secção 2.4.5.2 – indicador C3)
- ▶ Rastreio e prevenção de doenças oncológicas (secção 2.4.5.3 – indicador C1 (H, M) e indicador C2 (M))

D. Indicadores do financiamento dos cuidados de saúde

- ▶ Despesas catastróficas em saúde (indicador D1)
- ▶ Índice de Progressividade das despesas em cuidados de saúde (indicador D2)

2.4.8 Notas conclusivas e sugestão de novos indicadores

O mérito do trabalho realizado por este grupo consistiu em ter identificado informação existente, ou a que se pode aceder, a partir de fontes vocacionadas para estatísticas da saúde (Inquéritos Nacionais de Saúde) ou que contém informação sobre variáveis relevantes para a saúde (ICOR) ou para despesas em saúde (IDEF), e que permitem uma leitura dessas variáveis em termos de desigualdades na saúde. Estas fontes têm sido de grande utilidade para desenvolver modelos conceptuais e analíticos para construir indicadores de desigualdade com base em fontes não vocacionadas para estas dimensões de análise (requerendo assim um modelo de análise que se conseguiu desenvolver e testar num *workshop* com especialistas em Economia e Sociologia da Saúde). E conseguiu-se também identificar fontes de informação mais vocacionadas para o estudo das desigualdades em saúde e investigadores nele envolvidos, a maior parte delas muito recentes.

A comparação internacional de alguns indicadores permitiu, também, localizar áreas de alerta para a análise de desigualdades consideradas mais relevantes na saúde. O grupo de trabalho conseguiu assim propor um conjunto de indicadores das desigualdades na saúde, correspondendo a quatro dimensões relevantes dessas desigualdades.

São salientadas duas dimensões das desigualdades, pelo carácter central que apresentam nas relações de causalidade das diferenças constatadas no estado da saúde: as *determinantes socioeconómicas* (que remete para outras dimensões das desigualdades sociais, e que aconselha a uma ventilação das variáveis da saúde pelos atributos mais relevantes da população) e a dimensão de *acesso e uso de cuidados de saúde*. Relativamente a esta última, os indicadores devem permitir identificar as barreiras (sociais e económicas) à utilização de cuidados de saúde e de aquisição de bens necessários para satisfazer as necessidades de saúde, já que é aí que se encontram as desigualdades no acesso e uso dos cuidados de saúde, e não nas diferenças (justificável por diversas razões) de utilização desses cuidados.

Seria então necessário, para esse efeito, conhecer, em primeiro lugar, onde se localizam as necessidades não satisfeitas de cuidados de saúde e, em segundo lugar, as razões pelas quais estas necessidades não são satisfeitas. É desejável que se possam ter indicadores sobre estas duas perspetivas de análise. É também importante conhecer em que circunstâncias as necessidades não são satisfeitas quando o utente procura o SNS: sempre que, por défice de oferta no SNS, os utentes tiverem de recorrer ao sector privado, pode questionar-se até que ponto este facto coloca questões de equidade que seria importante conhecer, o que seria uma base informativa para fundamentar políticas públicas. A dimensão territorial (por região e na distinção urbano/rural do espaço de residencial) das desigualdades que se geram devido a necessidades não satisfeitas dos serviços de saúde é também, por esse motivo, de grande relevância.

Do trabalho feito, e das conclusões obtidas, resultam algumas opiniões finais que surgem como recomendações sobre o tratamento estatístico a dar às desigualdades na saúde.

Uma dessas recomendações refere-se à necessidade de se fazer o enquadramento internacional das variáveis da saúde e das desigualdades na saúde, possibilitando comparações internacionais pelo uso de bases de dados das organizações internacionais (Eurostat, OCDE e OMS). Dessas comparações resulta que há dimensões em que o estado de saúde ou o acesso a cuidados de saúde são comparativamente maus em Portugal e para os quais se verifica que a desigualdade entre nós é maior do que na generalidade dos restantes países. São exemplos a saúde oral, a falta de atividade física desde a infância/adolescência, o excesso de peso e a obesidade, a incidência da diabetes, dificuldade de acesso a especialistas ou estado de saúde autoreportado. Mas há também dimensões em que estamos comparativamente bem ou até muito bem (por exemplo, nos exames de mamografias) e a que correspondem padrões de desigualdade relativamente favoráveis, dada a relevância que têm como serviço universal, ao contrário das situações em que o SNS está ausente ou quase, como é o caso da saúde oral e da saúde mental.

Outra recomendação tem a ver com a natureza da informação usada para construir indicadores de desigualdade na saúde. Trata-se, em muitos casos, no caso dos indicadores do estado de saúde, de medições autoreportadas que, em muitos casos, é a única forma de obter informação. Há que ter em conta o efeito, nessa autoavaliação, da influência de fatores socioculturais que podem desviar estas avaliações das que resultem de medições com natureza objetiva. Sendo informação muito relevante, há vantagem em confrontar este tipo de informação com formas de medição assistidas clinicamente, ainda que alguns destes estudos possam ser feitos com menos regularidade e no âmbito de projetos de investigação internacionais.

A necessidade de utilização de várias fontes de informação não deve ser vista como uma limitação para a análise, antes um fator de enriquecimento, desde que se disponha de um quadro analítico bem definido à partida. Cabe aqui um forte destaque para a necessidade de combinar a informação obtida por inquirição à população com informação de natureza administrativa relativa ao funcionamento dos serviços de saúde. A este respeito, deveriam ser estabelecidos novos protocolos entre o INE e as autoridades de saúde no sentido de acomodar novas necessidades informacionais (dados sobre a atividade dos hospitais, centros de saúde, clínicas e farmácias), acrescentando assim informação de natureza administrativa à que o INE já recebe destas entidades. Deveria também ser reativado o inquérito aos Centros de Saúde, que foi desativado em 2012 impossibilitando assim a obtenção de dados administrativos de grande importância para a atividade destas unidades de saúde. É de realçar a importância do Registo de Saúde Eletrónico (RSE) para poder gerar informação administrativa relevante sobre uma grande variedade de áreas de saúde.

A análise das desigualdades na saúde obriga a que, relativamente às variáveis mais relevantes para os quatro domínios considerados (estado de saúde, determinantes da saúde, uso e acesso aos cuidados de saúde e financiamento da saúde), se conheçam os valores destas variáveis desagregadamente por atributos individuais (sexo, idade, nível de instrução, rendimento, categoria socioeconómica e, quando pertinente, a profissão). É especialmente notória a falta de informação, para alguns destes atributos, dos indicadores da esperança de vida. Observa-se, em particular, que a informação estatística sobre a mortalidade prematura é muito insuficiente. Também é necessário procurar identificar causas determinantes das condições de saúde relacionadas com a insegurança económica, a literacia em saúde, o stress, a satisfação com a vida, as condições ambientais (poluição), o défice energético (pobreza energética), e encontrar indicadores relevantes. Assim como é necessário avançar na construção de indicadores de

carga global da doença (*Global Burden of Disease*) (que engloba mortalidade prematura e incapacidade), ventilado pelos atributos individuais acima referidos.

Há três domínios mal cobertos e muito sensíveis em termos de desigualdade: a *saúde infantil* (envolvendo a obesidade, na dimensão de estado de saúde, e os cuidados de saúde oral, na dimensão de acesso e uso de cuidados de saúde), a *saúde mental* e a *saúde laboral* (melhor conhecimento dos riscos no trabalho: acidentes de trabalho, doenças profissionais, exposição aos riscos). Neste relatório prestámos alguma atenção a estas áreas, identificando aspetos que nos parecem relevantes para a análise das desigualdades. Mas são domínios da saúde que requerem especial atenção na análise das desigualdades. A saúde mental deveria, idealmente, fazer parte de um núcleo base de indicadores de desigualdades na saúde. Assim como deveria haver indicadores que permitissem um acompanhamento regular da evolução da obesidade infantil.

Além disso, escasseiam indicadores que revelem adequadamente as *desigualdades no acesso* aos cuidados de saúde (no sentido de necessidades não satisfeitas do uso destes serviços), devendo também explorar-se fontes de natureza administrativa para esse efeito.

Como recomendação final, a análise da informação existente e a que escasseia para conhecer e acompanhar a evolução das desigualdades na saúde aconselha ao desenvolvimento de novos projetos de investigação, nas áreas a desenvolver, e que foram reportadas neste texto, entre o INE e entidades como o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, outras Escolas Universitárias e Centros de Investigação na área da Saúde.

2.5 Habitação

2.5.1 Enquadramento da Habitação

Introdução

A habitação desempenha um papel essencial nas condições de vida, nas oportunidades, na saúde e no bem-estar dos indivíduos e das famílias, devendo providenciar abrigo em segurança e conforto e garantir a privacidade das pessoas (Azevedo, 2020). Este capítulo centra-se nas desigualdades na habitação em Portugal. Tem por objetivo principal identificar um conjunto de indicadores que, sintetizando a relação entre as famílias e a habitação em Portugal, possam permitir mensurar as desigualdades na habitação e monitorizar a sua evolução.

Inseridas no grande grupo das desigualdades de recursos ou materiais de Therborn (2006), as desigualdades na habitação são, antes de mais, uma questão de custos (Council of Europe Development Bank, 2017). Isto porque tanto os custos da habitação (relativos às rendas ou ao crédito à habitação) como as despesas inerentes (por exemplo, água, eletricidade, pequenas reparações) exercem uma pressão adicional sobre as famílias com menos recursos financeiros, limitando as suas opções habitacionais, quer ao nível das condições da habitação, quer ao nível da localização espacial. Sendo os recursos financeiros das famílias geradores de diferenças nas condições habitacionais que consideramos injustas, estas circunstâncias diferenciadas correspondem ao que Therborn denomina de desigualdades (Therborn, 2006).

Assumindo as desigualdades na habitação diversas manifestações, umas são necessariamente mais mensuráveis do que outras. Neste capítulo, por inerência ao objetivo enunciado, centrar-nos-emos nos aspetos mensuráveis das desigualdades na habitação no que respeita a três dimensões: acesso à habitação, condições habitacionais e comunidade. A estratégia metodológica desenrolou-se em três grandes etapas. Na primeira etapa dos trabalhos foi revista a principal literatura sobre a história recente da habitação em Portugal, na medida em que esta contribui, por um lado, para perceber como surgiram algumas das desigualdades na habitação existentes e, por outro lado, para melhor compreender a existência de grupos mais vulneráveis às desigualdades na habitação.

Na segunda etapa foram identificadas as entidades nacionais responsáveis pela produção de estatísticas oficiais e os respetivos indicadores passíveis de melhor informar sobre as desigualdades na habitação. A seleção dos indicadores foi guiada pelos seguintes critérios: i) contribuir para explanar cada uma das dimensões das desigualdades na habitação; ii) resultarem de uma operação estatística de carácter periódico; iii) não existirem alterações de fundo (metodológicas ou conceptuais) que inviabilizem a construção de séries cronológicas; iv) permitirem a análise comparativa, ao nível regional ou ao nível europeu; e, por fim, v) possibilitarem a análise por grupos populacionais. Complementarmente, sempre que pertinente e possível, são apresentadas séries cronológicas dos indicadores selecionados recuando ao ano de 2008, com vista a perceber os efeitos de um período que sabemos ter sido marcado por um agravamento das desigualdades em Portugal. Finalmente, na medida do que os dados permitem, foram também considerados os indicadores-chave usados pelo Eurostat para monitorizar os progressos dos Estados-membros face aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 que respeitam à habitação. Um quadro-síntese dos indicadores selecionados pode ser consultado nos Anexos à área da Habitação.

Numa terceira etapa foram realizadas análises sintéticas e ilustrativas dos indicadores selecionados, com vista à caracterização da evolução recente quanto às desigualdades na habitação e à identificação

dos grupos vulneráveis. Nesta etapa foi também possível, por um lado, proceder à identificação das limitações dos indicadores existentes e elencar uma proposta de novos indicadores que possam vir a ser utilizados na monitorização da evolução das desigualdades na habitação em Portugal. Essa proposta baseia-se exclusivamente em informação estatística existente, ainda que nem toda presentemente disponível ao público. Por outro lado, a análise realizada permitiu identificar um painel de indicadores-chave que se consideram serem sensíveis às mudanças no âmbito das desigualdades na habitação podendo, por isso, vir a ser utilizados como indicadores-chave.

Por último, deixamos os nossos agradecimentos às diversas pessoas que contribuíram para a elaboração deste capítulo sobre desigualdades na habitação. Agradecemos, em primeiro lugar, aos restantes membros do Grupo de Trabalho das Desigualdades Sociais pelos animados debates nas reuniões que muito contribuíram para a forma e os conteúdos aqui sintetizados. Em segundo lugar, agradecemos ao Instituto Nacional de Estatística, em geral, e em particular à Dr.^a Eduarda Góis, o apuramento de resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento segundo características individuais, familiares e contextuais que nos permitiu identificar grupos vulneráveis às desigualdades na habitação, abrindo caminho para os potenciais determinantes dessas desigualdades. Em terceiro lugar, agradecemos ao Professor Doutor Jorge Malheiros e à Professora Doutora Romana Xerez os comentários a uma versão preliminar deste trabalho apresentada no Workshop realizado em 19 de outubro de 2019, no Instituto Nacional de Estatística. Em quarto lugar, agradecemos a revisão científica de uma versão preliminar deste capítulo ao Dr. Fernando Marques e ao Dr. Henrique Vasconcelos, membros do Grupo de Trabalho das Desigualdades Sociais. Procurámos, da melhor maneira, integrar neste trabalho os contributos recebidos, assumindo a exclusiva responsabilidade pelas opiniões e valores expressos deste trabalho, bem como eventuais erros, gralhas e incorreções.

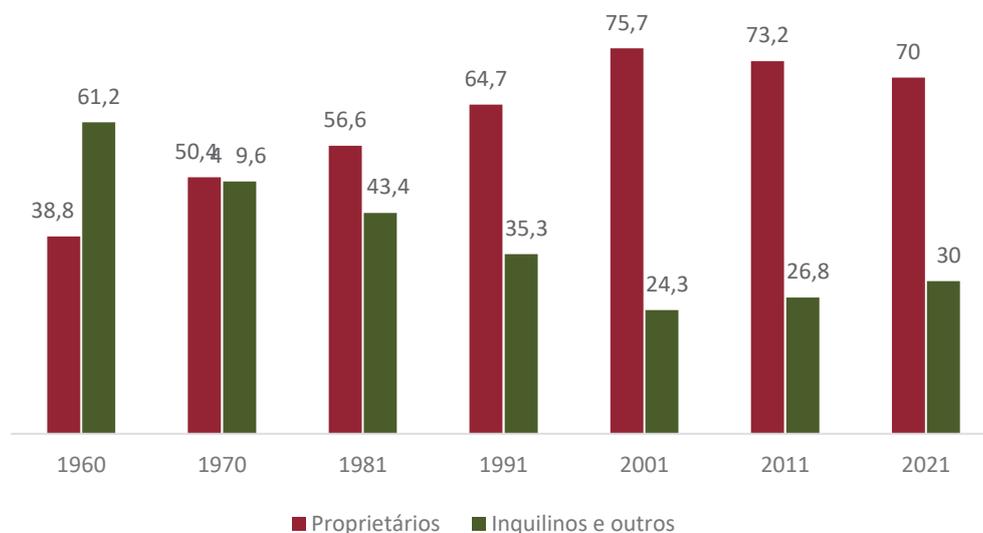
A habitação em Portugal no período democrático

Apesar de o direito à habitação estar consagrado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa de 1976, a habitação tem ocupado uma posição marginal nas políticas públicas em Portugal (Santos, 2019), de resto, como atesta a tardia publicação da Lei de Bases da Habitação em 2019 (Lei nº 83/2019). No período democrático, a história da habitação desenhou-se a partir de uma pesada herança. Os efeitos do êxodo rural na década de 1960 e do processo de descolonização fizeram crescer a pressão demográfica na procura de habitação nos grandes centros urbanos, gerando acentuadas tensões sociais (Pinto, 2008; Agarez, 2018; Antunes, 2018).

No rescaldo da revolução de abril de 1974, começaram a conjugar-se fatores económicos, financeiros, sociais e culturais que viriam a contribuir para moldar a configuração do parque de habitação e as preferências habitacionais dos agregados domésticos. Em resultado, o parque de habitação em Portugal foi-se tornando cada vez mais baseado na casa própria, com um mercado de arrendamento privado pequeno e um parque de habitação social aquém das necessidades da população (Azevedo, 2020).

Se na maior parte dos países europeus, a mudança nas preferências habitacionais para uma cultura de casa própria teve lugar após o fim da Segunda Guerra Mundial, devido à crescente disponibilidade e acessibilidade ao crédito, a incentivos públicos e ao aumento da construção (Ronald e Elsinga, 2012), em Portugal, essa viragem deu-se mais tarde. Até à década de 1970, a casa própria não era claramente uma tradição (Figura 1), principalmente nos grandes centros urbanos, onde o arrendamento era a principal via de provisão de habitação da população (Serra, 2002).

Figura 1 - Alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual (%), segundo o regime de propriedade, Portugal, 1960- 2021



Fonte: INE, Censos.

No início do período democrático, o Estado centrou a sua ação nas situações de grave carência habitacional promovendo programas de promoção direta e indireta de habitação, estratégia que se viria a prolongar até à viragem do século (Vilaça e Ferreira, 2018). Estima-se que, entre a década de 1970 e o início do século XXI, tenham sido construídos mais de 200 mil fogos de habitação social, “dos quais cerca de dois terços terão sido para arrendamento público e social” (Vilaça e Ferreira, 2018: 358). Este número contrasta com os cerca de 120 mil fogos de propriedade pública estimados pelo Inquérito à Caracterização da Habitação Social em Portugal 2015 realizado pelo INE, facto que não será alheio à política de alienação de fogos públicos aos seus arrendatários, seguida pelo menos a partir de 1987 (Vilaça e Ferreira, 2018).

A implementação de diversos programas de habitação social, entre os quais se destaca o Programa Especial de Realojamento (PER), iniciado em 1993 e centrado nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, permitiu a diminuição do número de famílias a viver em condições precárias. Entre 1993 e 2005 foram construídos 48 558 alojamentos para realojar famílias que vivam em barracas, casas rudimentares ou alojamentos improvisados (Allegra *et al.*, 2017). No entanto, o realojamento fez-se, não raramente, através da construção de bairros sociais, favorecendo a segregação espacial, a marginalização e a exclusão social dos seus residentes, dando azo a renovadas desigualdades sociais (por exemplo, a freguesia da Ameixoeira, em Lisboa).

No sector do arrendamento privado, em 1974, foi decretado o congelamento nacional das rendas de habitação, limitado até então às cidades de Lisboa e do Porto. Este mecanismo de inibição da especulação rentista só viria a conhecer mudanças significativas em 2006, com a publicação do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), que veio estabelecer um regime especial de atualização das rendas antigas. Isto porque, apesar da publicação da Lei das Rendas em 1985 e do Regime do Arrendamento Urbano em 1990, os termos dos contratos de arrendamento antigos tiveram poucas alterações. Mesmo assim, o NRAU 2006 não viu cumprido o seu principal objetivo, em certa medida porque a atualização das rendas estava condicionada ao estado de conservação do edifício e porque mesmo garantidas as condições habitacionais satisfatórias, a atualização poderia demorar entre 2 e 10 anos. Em resultado dos baixos ganhos de capital com os imóveis com contratos de renda de duração indeterminada, os proprietários deixaram de investir na manutenção e conservação dos edifícios e respetivos alojamentos em

arrendamento, situação que conduziu à degradação do parque de habitação em arrendamento privado, mais expressiva nos grandes centros urbanos, por ser onde a proporção de alojamentos arrendados é maior.

Não obstante os esforços do Estado na provisão de habitação através da criação de um parque de habitação pública e da regulação do sector de arrendamento, no início do período democrático, as políticas públicas foram sobretudo focadas em incentivos financeiros e fiscais à compra ou construção de habitação própria de residência habitual (Xerez, Pereira e Cardoso, 2019). No seguimento da consagração do direito à habitação na Constituição da República Portuguesa, é criado, em 1976, o crédito bonificado para a compra de casa própria e, em 1981, o sistema poupança-habitação. Durante a década de 1980, as condições macroeconómicas favoráveis e a adesão de Portugal à atual União Europeia vieram progressivamente liberalizar o sector bancário, o que se traduziu num alargamento do acesso ao crédito por parte das famílias e a taxas de juro mais baixas (Antunes, 2018; Neves, 2000), contribuindo para a difusão da cultura da casa própria (Xerez, Pereira e Cardoso, 2019). Tornou-se assim, em Portugal, muitas vezes mais barato comprar casa do que arrendar (Azevedo, 2020).

Entre 1987 e 2011, o Estado despendeu com a habitação “9,6 mil milhões de euros dos quais 73,3% se referem a bonificações de juros do crédito à construção ou à aquisição de habitação” (IHRU, 2015: 4). A casa própria tornou-se, em Portugal, no maior investimento que grande parte dos agregados domésticos realizam nas suas vidas (Neves, 2000), tal como aconteceu um pouco por toda a Europa a partir da segunda metade do século XX (Doling e Elsinga, 2013).

No entanto, as famílias de rendimentos mais baixos permaneciam excluídas do sistema de crédito, ficando dependentes da ajuda do Estado. Neste período, o realojamento constituiu a segunda maior despesa nos orçamentos do estado (14,1%), ainda assim muito abaixo da despesa em bonificações de juros. Os incentivos ao arrendamento representaram 8,4% e os restantes programas (reabilitação, subsídios de renda, programas de promoção direta e contratos de desenvolvimento de habitação), 4,1% do total da despesa executada entre 1987 e 2011 (IHRU, 2015).

À medida que a casa própria se foi tornando na via de acesso à habitação preferencial das famílias em Portugal, o sector de arrendamento, sujeito a uma longa tradição de mecanismos de regulação das rendas, foi progressivamente perdendo peso no parque habitacional. Em 2011, a propriedade correspondia a 73,2% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual (2 923 271 alojamentos). Todavia, uma grande parte destes, 42,9%, tinham encargos pela compra. Apenas 19,9% dos alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual estavam em arrendamento (794 465 alojamentos), 57,9% destes correspondendo a contratos com duração indeterminada (459 683 alojamentos). Em situações que não a propriedade ou o arrendamento estavam 6,8% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual (273 376 alojamentos).

Na sequência da crise financeira global 2007-8, ditou o Memorando de Entendimento de resgate assinado em 2011 com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, que se melhorasse o acesso das famílias à habitação adequada e de qualidade, se investisse na requalificação e se reduzissem os incentivos ao endividamento das famílias. No mercado de compra e venda, estas orientações traduziram-se em restrições no acesso ao crédito e na conseqüente queda abrupta dos empréstimos às famílias com a finalidade habitação em percentagem do Produto Interno Bruto (Xerez, Rodrigues e Cardoso, 2018). No mercado de arrendamento, o NRAU 2012 veio introduzir a eliminação gradual dos mecanismos de regulação das rendas, cujos efeitos têm alimentado pertinentes

debates, mas que permanecem por quantificar apropriadamente devido à informação sobre o sector de arrendamento no período pós-Censos 2011 ser muito reduzida.

Os efeitos da crise financeira global 2007-8 e das medidas de austeridade que se lhe seguiram, marcaram uma nova fase da habitação em Portugal, de rutura com algumas das anteriores tendências, e assinalada por um acréscimo das dificuldades no acesso à habitação (Allegra e Tulumello, 2019). A conjugação dos efeitos da ausência de verdadeira política de habitação durante décadas com o impacto da liberalização do mercado de arrendamento, do aumento das restrições ao crédito e de regimes financeiros e fiscais favoráveis ao investimento estrangeiro, resultou no financiamento da habitação, sobretudo nos grandes centros urbanos (Mendes, Carmo e Malheiros, 2019).

De acordo com o Banco de Portugal, em 2018 eram observados sinais de sobrevalorização do mercado imobiliário de impactos regionais diferenciados, como resultado da recuperação da economia portuguesa, do crescimento do turismo e consequente aumento do alojamento local e do interesse de não residentes no mercado imobiliário português (Banco de Portugal, 2018). O crescimento do rendimento, no entanto, não tem acompanhado o aumento de preços da habitação, colocando desafios acrescidos no acesso a habitação segura, adequada e a preços acessíveis, com importantes implicações nas desigualdades.

Para fazer face às crescentes dificuldades das famílias em Portugal no acesso à habitação, em 2018, um ano antes da aprovação da Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019), foi criada a Nova Geração de Políticas de Habitação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018), definindo como meta de médio-prazo (até 2026) o aumento do peso da habitação com apoio público no parque de habitação de 2% para 5%, o que significa alargar o apoio a mais 170 000 fogos. No mesmo ano, o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, realizado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, identifica quase 26 mil famílias em situação habitacional insatisfatória, 73% destas residentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (IHRU, 2018). No entanto, em 2020, a execução do programa 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, dirigido às famílias a viver em condições habitacionais indignas, é de 7,4% dos 176 milhões de euros previstos no Orçamento do Estado de 2019 e de 2020 (IHRU, 2020).

Os últimos dois anos, severamente marcados pela crise pandémica Covid-19, têm tido consequências no acentuar das desigualdades existentes e na criação de novas desigualdades sociais. Segundo os dados do Banco de Portugal, entre março e agosto de 2020, 312 179 contratos de crédito concedidos para aquisição de habitação própria permanente e outros créditos hipotecários foram abrangidos pelo regime excecional de moratórias (Banco de Portugal, 2020). Com o final deste regime em setembro de 2021, as famílias abrangidas tiveram de retomar os pagamentos, algumas com a possibilidade de renegociar o contrato com o banco.

A dotação de 1 633 milhões de euros a fundo perdido para a área da habitação no Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal (PRR) é um sinal claro do reconhecimento da importância da crise da habitação em Portugal. Os programas e as linhas estratégicas do PRR contemplam fundos para dar resposta a quatro dimensões das necessidades: o acesso à habitação, o alojamento urgente e temporário, a melhoria da eficiência energética dos edifícios e o aumento do parque público de habitação. Não pode, no entanto, ignorar-se que uma parte deste investimento virá colmatar necessidades de habitação muito anteriores à pandemia Covid-19 e que resultam de décadas de desinvestimento na habitação familiar em Portugal, que já estavam previstas e algumas até orçamentadas, mas cuja implementação permanecia inexplicavelmente por acontecer.

2.5.2 Dimensões e indicadores

A partir da conceptualização das desigualdades de recursos ou materiais de Therborn (2012), assente nas desigualdades de oportunidades e de resultados, podemos pensar as desigualdades na habitação em três dimensões. A primeira dimensão diz respeito ao acesso à habitação e estabelece-se no âmbito das desigualdades de oportunidades. A segunda dimensão refere-se às condições habitacionais e enquadra-se nas desigualdades de resultados. A terceira dimensão centra-se na comunidade envolvente, no ambiente físico e social da habitação o que, referindo-se às desigualdades de resultados, é também um carburante de renovadas desigualdades de oportunidades num círculo vicioso que importa romper. Num segundo plano de análise, podemos desdobrar as três dimensões em sete sub-dimensões e 20 indicadores, estes últimos podendo ser considerados uma forma de operacionalização das mesmas.

Quadro 1. Dimensões, sub- dimensões e indicadores das desigualdades na habitação

Dimensão	Sub-dimensão	Indicador (fonte)
habitação	Regimes de ocupação	Alojamentos clássicos de residência habitual segundo o regime de ocupação (Censos, INE)
		População por regime de ocupação da habitação (ICOR, INE)
		Proporção de jovens entre os 18 e os 34 anos a residir em casa dos pais (ICOR, INE)
	Estado	Despesas públicas em habitação (Eurostat)
		Fogos de habitação social por 100 mil habitantes (Inquérito à Caracterização da Habitação Social, INE)
	Mercado	Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (Estatísticas de preços da habitação ao nível local, INE)
		Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (Estatísticas de preços da habitação ao nível local, INE)
		Rácio entre os preços da habitação e o rendimento no acesso à habitação (Estatísticas dos preços da habitação ao nível local e Estatísticas do rendimento bruto declarado deduzido do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, INE)
		Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento no acesso à habitação (Estatísticas dos preços da habitação ao nível local e Estatísticas do rendimento bruto declarado deduzido do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, INE)
	Ocupação	Taxa de sobrelotação da habitação (ICOR, INE)
Taxa de subocupação da habitação (ICOR, INE)		
Condições habitacionais	Condições básicas insuficientes	Privação material na dimensão habitação por número de itens (ICOR, INE)
		Taxa de privação severa das condições de habitação (ICOR, INE)
	Encargos e custos financeiros com a habitação	Custos totais com o alojamento (ICOR, INE)
		Taxa de sobrecarga das despesas em habitação (ICOR, INE)
Comunidade		Rácio dos empréstimos vencidos, particulares com a finalidade habitação (Banco de Portugal)
		Incapacidade financeira de manter a casa suficientemente aquecida (ICOR, INE)
		Ruído e barulho dos vizinhos ou da rua (ICOR, INE)
		Poluição e outros problemas ambientais causados pelo trânsito (ICOR, INE)
		Crime, violência ou vandalismo na área de residência (ICOR, INE)

2.5.3 Análise sintética e ilustrativa

2.5.3.1 Acesso à habitação

2.5.3.1.1 Regimes de ocupação

Os dados relativos aos regimes de ocupação da habitação são apresentados usualmente em referência: a) aos alojamentos; b) às famílias; e c) à população. Na maioria dos casos, a situação preferencial é o número de alojamentos porque, por um lado, e apesar de cada vez menos frequente, há alojamentos onde reside mais do que um agregado doméstico. Por outro lado, porque a referência relativamente à população total é condicionada pelo número médio de pessoas por alojamento, num dado período e num dado território.

No entanto, até à data, apenas nos momentos censitários é possível conhecer a distribuição dos alojamentos clássicos de residência habitual segundo o regime de ocupação da habitação. Isto significa que nos períodos intercensitários a informação mais completa de que dispomos respeita à população e que, mesmo essa, está disponível apenas de 2004 em diante e apresenta as limitações inerentes aos dados de inquérito.

Com base nos dados dos Censos 2011 (Quadro 2) sabemos que, em Portugal, o parque habitacional é caracterizado por:

- ▶ **Elevadas taxas de ocupação do alojamento em propriedade.** Ao nível nacional, 73,2% dos alojamentos clássicos de residência habitual são ocupados em propriedade (com ou sem encargos por compra). Esta proporção é menor em Lisboa (66,8%) e maior na região Centro (83,1%). Todavia, o acesso à propriedade é, frequentemente, feito através de crédito bancário, o que se traduz numa elevada proporção de proprietários com encargos com a compra (31,4% em Portugal).
- ▶ **Baixas taxas de ocupação do alojamento em arrendamento privado.** É nos principais centros urbanos que o arrendamento privado tem um peso maior. Ao nível da região, esse padrão denota-se no peso de arrendamento privado em Lisboa, mesmo assim não representando mais de cerca de um em cada quatro alojamentos (24,3%). Nas regiões Norte (que inclui a Área Metropolitana do Porto) e Algarve, o arrendamento privado situa-se nos 18,1%. Nas restantes regiões, a proporção de alojamentos em arrendamento privado é ainda mais reduzida, entre os 10,6% na Região Autónoma dos Açores e os 13,7% no Alentejo.
- ▶ **Taxas de ocupação do alojamento em arrendamento social ou apoiado extremamente reduzidas.** Representando apenas 1,7% do total de alojamentos clássicos de residência habitual ao nível nacional, o sector de arrendamento social é, em 2011, praticamente residual. Isto significa que apenas uma pequena parte das famílias com baixos recursos económicos tem acesso a habitação social ou apoiada.

Quadro 2 - Alojamentos clássicos de residência habitual segundo o regime de ocupação (n.º total, %), Portugal, 2011

	Total (n. °)	Propriedade		Arrendamento			Outra situação (%)
		Com encargos (%)	Sem encargos (%)	Privado (%)	Social ou apoiado (%)	Subarrendamento (%)	
Portugal	3991112	31,4	41,8	17,8	1,7	0,4	6,8
Norte	1319665	29,9	42,3	18,1	1,9	0,3	7,4
Centro	893857	27,1	54,2	11,8	0,5	0,2	6,1
Lisboa	1127711	36,8	30,0	24,3	2,5	0,5	5,9
Alentejo	298767	28,8	47,6	13,7	0,8	0,4	8,7
Algarve	178574	29,8	40,7	18,1	1,4	0,8	9,1
R. A. Açores	80425	40,2	39,3	10,6	1,8	0,6	7,4
R. A. Madeira	92113	31,9	46,1	11,5	3,4	0,5	6,5

Fonte: INE, Censos 2011.

Ainda que não sejam diretamente comparáveis, a partir dos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) temos anualmente acesso aos dados da população por regime de ocupação da habitação. Estes dados que desde 2018, em geral, são representativos da população residente ao nível da região (NUTSII), permitem-nos acompanhar a evolução das tendências da população relativamente aos regimes de ocupação da habitação.

Em 2019, comparativamente à União Europeia⁶⁸, Portugal sobressai enquanto um país de proprietários (69,1% e 73,8% da população, respetivamente) (Quadro 3). Porém, enquanto na União Europeia existe uma grande diferença entre as proporções de proprietários com e sem encargos (26,5% e 42,6%, respetivamente), em Portugal, essa diferença é muito reduzida (36,2% e 37,6%, respetivamente).

No período 2011-2019, denota-se mesmo um aumento da população a residir em alojamentos com encargos com a compra em Portugal (6,1%), a par da redução da população a residir em alojamentos sem encargos com a compra (9%). Ainda que sem estabelecer relações entre os dados de que dispomos, é importante assinalar que este aumento ocorre num período de restrições acrescidas no acesso ao crédito e em contraciclo com a taxa de variação anual ajustada dos empréstimos a particulares com a finalidade habitação que, entrando em valores negativos no final de 2011, só recupera para valores positivos no final de 2019 (Banco de Portugal, 2021).

Relativamente à população a residir em alojamentos arrendados a preços de mercado, no período 2011-2019, verifica-se um aumento de 7,6% (Quadro 3). Esta tendência de crescimento, que ocorre paralelamente ao aumento da insegurança residencial no arrendamento, poderá resultar de uma reorientação das preferências residenciais, comum aos países da Europa do Sul, e protagonizada sobretudo pelas gerações mais jovens (Módenes e Azevedo, 2017).

68 Neste capítulo todos os dados apresentados para a União Europeia referem-se ao conceito utilizado pelo Eurostat que compatibiliza as alterações dos países-membros no tempo. Como os dados do ICOR estão disponíveis desde 2004, os dados apresentados consideram as seguintes reconfigurações da União Europeia: EU25-2004, EU27-2007, EU28-2013 e EU27-2020.

Quadro 3 - População por regime de ocupação da habitação (%), União Europeia e Portugal, 2011- 2019

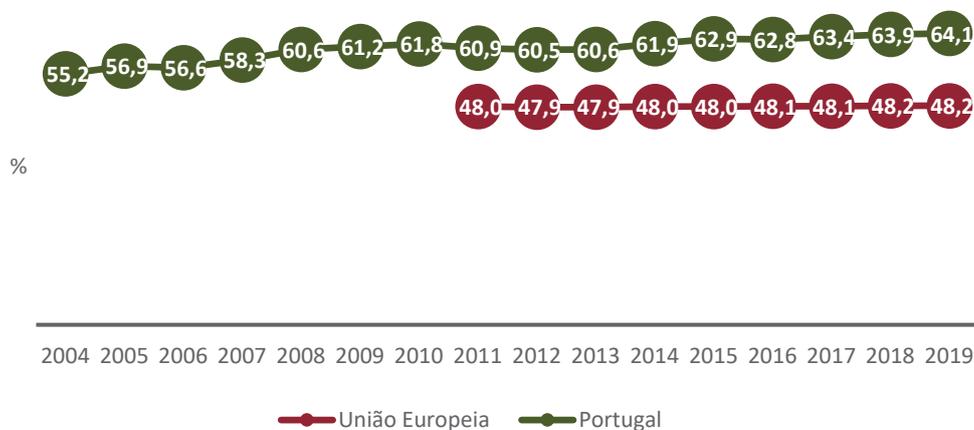
Ano	União Europeia				Portugal			
	Proprietário com encargos	Proprietário sem encargos	Arrendatário a preço de mercado	Arrendatário a preço abaixo de mercado ou gratuito	Proprietário com encargos	Proprietário sem encargos	Arrendatário a preço de mercado	Arrendatário a preço abaixo de mercado ou gratuito
2011	27,4	43,1	17,6	11,9	34,0	41,0	12,2	12,8
2012	27,0	43,4	18,3	11,2	33,8	40,7	10,9	14,5
2013	27,3	42,6	19,0	11,0	34,6	39,6	11,3	14,5
2014	27,1	42,8	19,2	10,9	35,5	39,4	12,4	12,7
2015	26,8	42,5	19,8	10,9	36,5	38,3	12,7	12,5
2016	26,6	42,6	19,9	10,9	36,7	38,5	12,9	11,8
2017	26,5	42,8	20,0	10,7	37,3	37,5	12,8	12,5
2018	26,5	42,8	22,0	8,7	36,3	38,2	12,6	12,9
2019	26,5	42,6	22,2	8,6	36,2	37,6	13,2	12,9

Notas: Arrendatário a preço abaixo de mercado inclui os arrendatários em regime de arrendamento apoiado ou renda condicionada e os alojamentos cedidos gratuitamente ou a título de salário.

Fonte: EU-SILC [ilc_lvho02], Eurostat.

Uma outra característica dos padrões habitacionais em Portugal, comum entre os países da Europa do Sul (Azevedo, 2016), diz respeito a uma emancipação residencial dos jovens tardia. Quando comparada com a União Europeia, a proporção de jovens entre os 18 e os 34 anos a residir em casa dos pais em Portugal é bastante elevada e tem mesmo vindo a crescer (Figura 2). Em Portugal, em 2019, 64,1% dos jovens residiam em casa dos pais, uma expressão de padrões de formação familiar tardia com impactos na fecundidade e no envelhecimento da população, contrariamente à União Europeia, na qual pouco menos de metade dos jovens se encontravam nesta situação (48,2%), existindo uma diferença de 15,9 pontos percentuais entre ambos.

Figura 2 - Jovens entre os 18 e os 34 anos a residir em casa dos pais (%), União Europeia e Portugal, 2004- 2019



Fonte: EU-SILC [ilc_lvps08], Eurostat.

Sobre a distribuição da população por regime de ocupação segundo características demográficas e socioeconómicas da população, a partir do apuramento de dados do ICOR solicitado ao INE, sabemos que, em 2019, a proporção da população a residir em alojamentos em propriedade com encargos pela compra é mais reduzida na população residente do que nos grupos etários até aos 64 anos (54,6% entre os com menos de 18 anos e 42,0% entre os indivíduos com idades entre os 18 e os 64 anos, comparativamente a 36,2% na população residente). A proporção da população a residir em alojamentos em propriedade sem encargos por compra é mais comum entre a população com 65 e mais anos do que na população residente (73,6% versus 37,6%). Além de ilustrar a relação entre grupos etários e etapas do ciclo de vida, esta diferença demonstra também como os incentivos à casa própria se traduzem em desigualdades intergeracionais. Por fim, a proporção de população com menos de 18 anos a residir em arrendamento a preços de mercado é ligeiramente acima da proporção ao nível global (15,3% e 13,2%, respetivamente).

A desagregação por rendimento faz notar uma proporção de proprietários com encargos superior à da população geral nos dois quintis de rendimentos mais elevados (44,7% e 48,6%) e uma proporção de arrendatários a preços de mercado superior à da população em geral nos dois quintis de rendimentos mais baixos (16,5% e 16,4%). Entre aqueles que têm acesso à habitação a preços abaixo de mercado ou a título gratuito, e apesar desta categoria reunir situações que não são diretamente comparáveis, é de salientar as diferenças entre os 23,1% relativos ao 1.º quintil e os 5,2% do 5.º quintil. Por um lado, é sabido que o acesso à habitação social está sujeito à condição de recursos, por outro lado, parece plausível que a habitação a título gratuito seja, com alguma frequência, utilizada como um benefício marginal dos trabalhadores menos qualificados e por isso com salários mais baixos.

No que respeita à condição perante o trabalho, destaca-se uma proporção mais elevada de proprietários com encargos entre os empregados (45,7%) do que na população em geral, uma proporção muito mais elevada de proprietários sem encargos entre os reformados (71,1%) e, por fim, uma proporção bastante mais elevada de arrendatários a preços de mercado entre os desempregados (18,0%).

A análise da série cronológica, demonstra que este retrato relativo a 2019 não sofreu alterações significativas desde 2008 e estes resultados, ainda que relativos à população residente e não aos responsáveis pelos alojamentos, parecem consistentes com as interligações entre os percursos de vida familiar (formação familiar), laboral (emprego e reforma) e habitacional (prazos de amortização dos empréstimos à habitação).

Quadro 4 - População por principais regimes de ocupação da habitação (%), segundo características demográficas, socioeconómicas, Portugal, 2019

		Proprietário com encargos	Proprietário sem encargos	Arrendatário a preços de mercado	Arrendatário a preço abaixo de mercado ou gratuito
População residente		36,2	37,6	13,2	13,0
Grupo etário	Menos de 18 anos	54,6	15,7	15,3	14,4
	18 a 64 anos	42,0	30,9	14,0	13,1
	65 e mais anos	5,8	73,6	9,4	11,2
Rendimento por adulto equivalente	1º quintil	20,0	40,3	16,5	23,1
	2º quintil	29,2	39,5	16,4	14,8
	3º quintil	38,7	36,1	12,3	12,9
	4º quintil	44,7	34,6	12,1	8,6
	5º quintil	48,6	37,6	8,6	4,3
Condição perante o trabalho	Empregado	45,7	28,1	14,2	11,9
	Desempregado	27,3	33,1	18,0	21,7
	Reformado	7,8	71,1	9,7	11,3
	Outro inativo	34,5	41,8	10,2	13,4

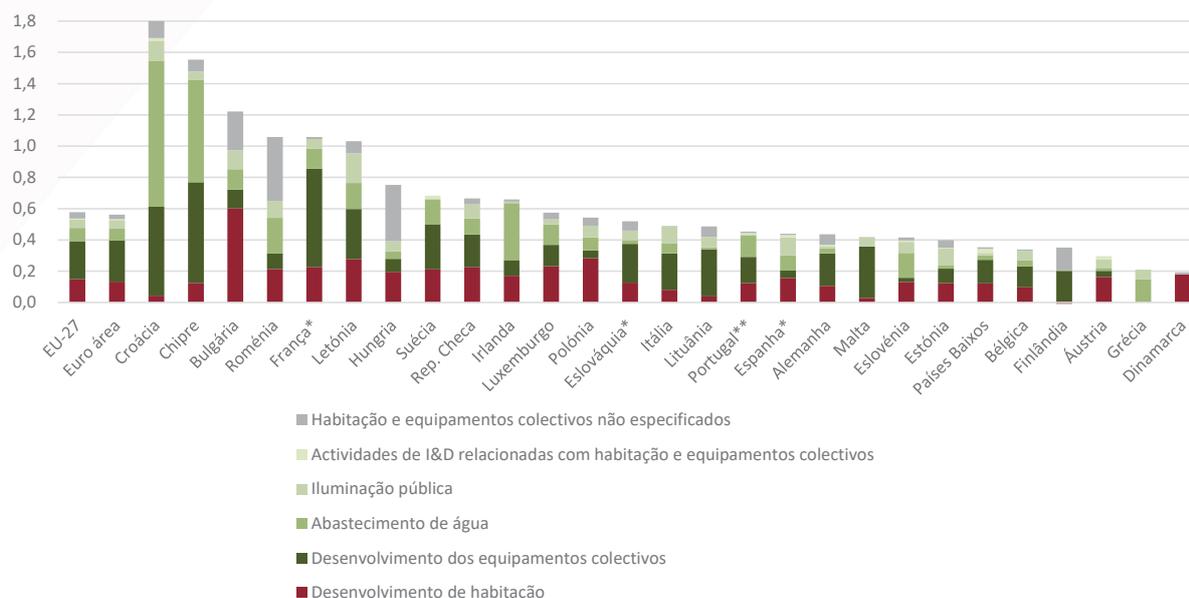
Notas: o grupo etário tem em conta a idade em 31 de dezembro do ano dos rendimentos, os quintis de rendimento têm em conta os rendimentos do ano anterior, isto é, 2018. A condição perante o trabalho é referente à população residente com 16 e mais anos.

Fonte: ICOR, INE (PED-421796786).

2.5.3.1.2 Estado

Em 2019, a estimativa das despesas públicas em habitação aponta para 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Nesta rubrica, a maior fatia é despendida no desenvolvimento dos equipamentos coletivos (0,2%), seguida do desenvolvimento de habitação (0,1%) e do abastecimento de água (0,1%). Este padrão de baixo investimento público em habitação, que de resto corresponde a uma tendência de longo prazo, posiciona Portugal numa posição intermédia relativamente aos países europeus. No entanto, a distribuição entre as seis categorias que respeitam a esta rubrica, revelam uma concentração da despesa em três das quatro rubricas mais essenciais e, por isso, prementes. O caso francês, comparativamente, é ilustrativo de uma estratégia de despesa pública em habitação em relação ao PIB mais elevada (1,1%) e em que a maior parte da despesa é destinada ao desenvolvimento dos equipamentos coletivos (0,6%). Temos assim uma Europa com ritmos e estratégias diferenciados no que respeita à habitação, em boa medida como resultado da relação entre os regimes europeus de Proteção Social e os sistemas residenciais.

Figura 3- Total das despesas públicas em habitação, 2019 (% do PIB)

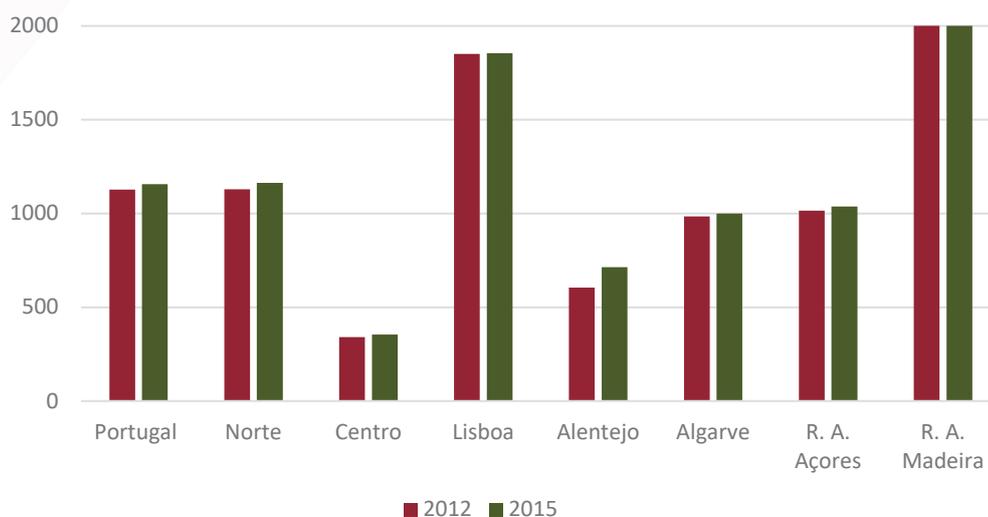


Nota: * dados provisórios. ** dados estimados.

Fonte: Eurostat [gov_10a_exp].

Como vimos relativamente aos regimes de ocupação da habitação, em Portugal, as taxas de ocupação do alojamento em arrendamento social ou apoiado são extremamente reduzidas, representando apenas 1,7% do total de alojamentos clássicos de residência habitual ao nível nacional. O parque de habitação social em Portugal é diminuto, principalmente nas regiões Centro, no Alentejo e no Algarve onde, em 2012 e em 2015, o número de alojamentos de habitação social por 100 mil habitantes é igual ou inferior a 1 000 (Figura 4). É na Região Autónoma da Madeira onde a relação entre alojamentos sociais e população é maior, acima dos 2 000 alojamentos por 100 mil habitantes, seguida pela região de Lisboa com pouco mais de 1 800 alojamentos de habitação social por 100 mil habitantes. Por fim, as regiões onde o número de alojamentos de habitação social por 100 mil habitantes mais cresceu entre 2012 e 2015, os dados mais recentes de que dispomos, correspondem às duas regiões que tinham o parque mais reduzido no Inquérito à Caracterização da Habitação Social em 2012: o Alentejo (17,7%) e o Centro (3,8%) e também nos Censos 2011 (ver Quadro 1).

Figura 4 - Alojamentos de habitação social por 100 mil habitantes (n.º), Portugal e NUTS II, 2012 e 2015

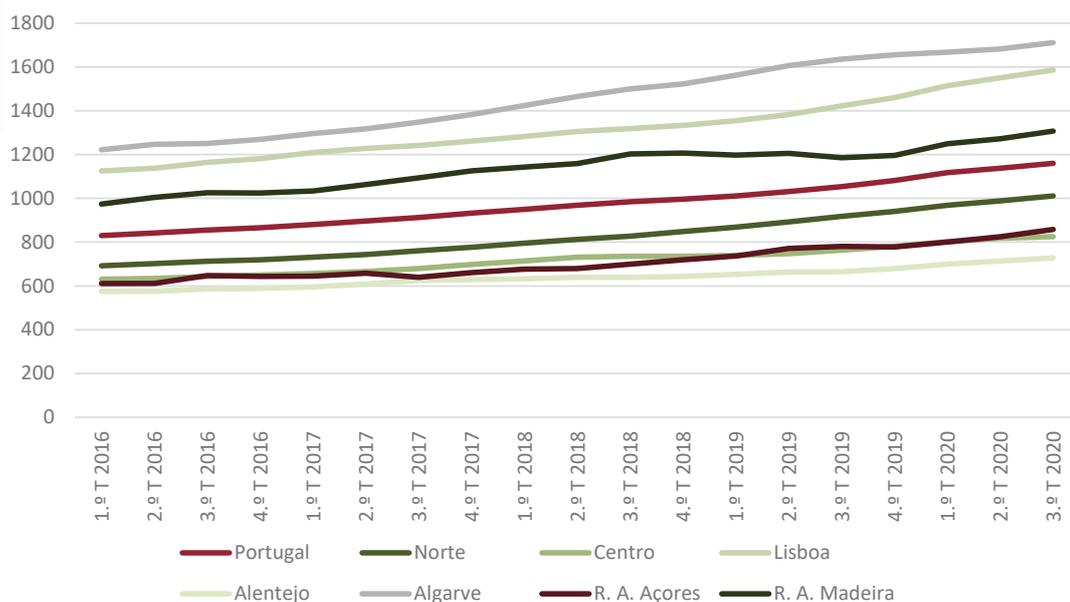


Fonte: Inquérito à Caracterização da Habitação Social, INE.

2.5.3.1.3 Mercado

A evolução dos preços da habitação em Portugal reflete sinais de sobrevalorização do mercado imobiliário. Desde o início da série das estatísticas de preços da habitação ao nível local (INE), em 2016, o valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares em Portugal subiu todos os anos progressivamente, com exceção da Região Autónoma da Madeira, entre 2018 e 2019, onde houve uma pequena redução (0,9%) (Quadro 5). De 2016 a 2019, o crescimento foi superior na região Norte (30,6%), uma das regiões onde os valores medianos eram mais baixos no início da série, e no Algarve (30,3%) que, apesar de ser a região com valores medianos das vendas por m² de alojamentos familiares mais altos em 2016, continua em tendência crescente. As regiões onde se registou um aumento de preços menos acentuado, mas ainda assim muito elevado (acima dos 15%), são o Alentejo, a região onde os preços da habitação são mais baixos e a Região Autónoma da Madeira, a terceira região com preços mais elevados.

Figura 5 - Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€), Portugal e NUTS II, 2016- 2020 (trimestral)



Fonte: Estatísticas de preços da habitação ao nível local, INE.

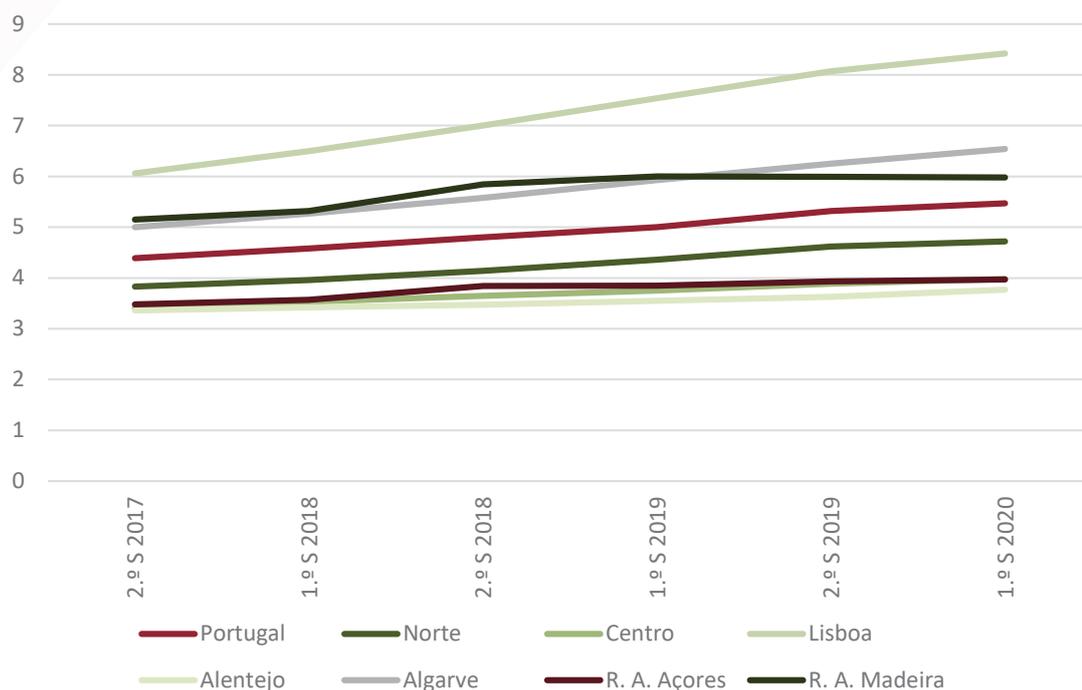
Quadro 5 - Taxa de variação anual do valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (%), Portugal e NUTS II, 2016- 2020

	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2016-2019
Portugal	7,6	6,9	8,5	24,8
Norte	7,9	9,3	10,7	30,6
Centro	7,4	5,3	6,3	20,2
Lisboa	6,9	5,6	9,5	23,6
Alentejo	6,8	2,4	5,6	15,4
Algarve	8,9	10,1	8,7	30,3
R. A. Açores	2,6	8,9	8,1	20,8
R. A. Madeira	10,0	7,2	-0,9	16,8

Fonte: Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Trimestral. Estatísticas de preços da habitação ao nível local, INE. Quadro extraído em 04 de março de 2021.

Nas rendas, entre 2017 e 2019, o valor mediano por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares tem também vindo a aumentar consistentemente (Figura 6), embora com um padrão diferenciado das vendas. É na região de Lisboa que os preços são mais altos e mais têm crescido (33,2% entre 2017 e 2019) (Quadro 6), questão que não será dissociável do crescimento do turismo e conseqüente aumento do alojamento local desde o período pós-crise económica 2007-8. Tal como relativamente aos preços das vendas, é no Alentejo que os valores das rendas são mais baixos e menos cresceram no período para o qual temos dados disponíveis (8,0%).

Figura 6 - Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€), Portugal e NUTS II, 2017- 2020 (semestral)



Fonte: Estatísticas de preços da habitação ao nível local, INE.

Quadro 6 - Taxa de variação anual do valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de alojamentos familiares (%), Portugal e NUTS II, 2017- 2019

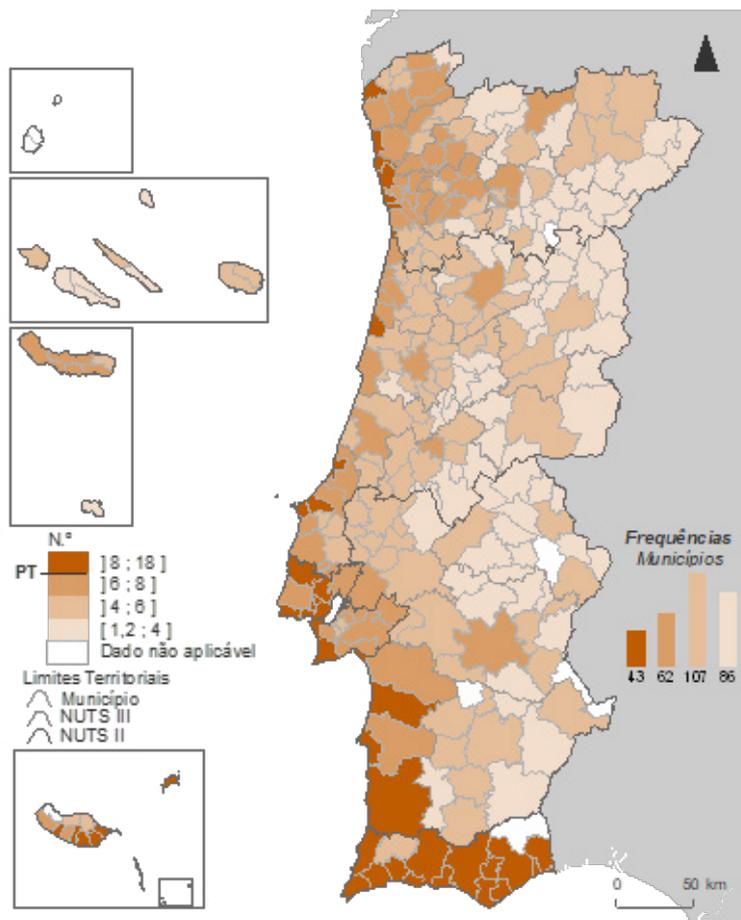
	2017-2018	2018-2019	2017-2019
Portugal	9,3	10,8	21,2
Norte	8,1	11,6	20,6
Centro	7,4	6,6	14,4
Lisboa	15,5	15,3	33,2
Alentejo	3,3	4,6	8,0
Algarve	11,6	12,0	25,0
R. A. Açores	10,3	2,3	12,9
R. A. Madeira	13,4	2,6	16,3

Fonte: Estatísticas de preços da habitação ao nível local, INE.

Sendo as desigualdades na habitação, em larga medida, uma questão de custos, o crescimento dos preços da habitação torna-se alarmante quando este não é acompanhado pelo crescimento do rendimento das famílias porque condiciona o acesso à habitação. Em 2019, o Instituto Nacional de Estatística publicou uma análise do acesso à habitação, realizada com base nas estatísticas dos preços da habitação ao nível local e nas estatísticas do rendimento bruto declarado deduzido do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares. Esta análise territorial permite identificar quais os municípios onde o crescimento dos preços da habitação (vendas e rendas) e do rendimento tem sido mais diferenciado.

A Figura 7 apresenta o rácio entre os preços da habitação e rendimento em 2017. Ao nível nacional, o valor mediano das vendas (932 euros por m²) ponderado pela área mediana dos alojamentos familiares vendidos (95 m²) é 8,02 vezes o valor mediano do rendimento bruto anual por agregado fiscal (11 039 euros), isto é, 88 540 euros. Acima da média nacional, contam-se 43 municípios do país, situados sobretudo no Algarve, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e em algumas cidades de média dimensão no litoral.

Figura 7 - Rácio entre preço da habitação e rendimento, Portugal e municípios, 2017



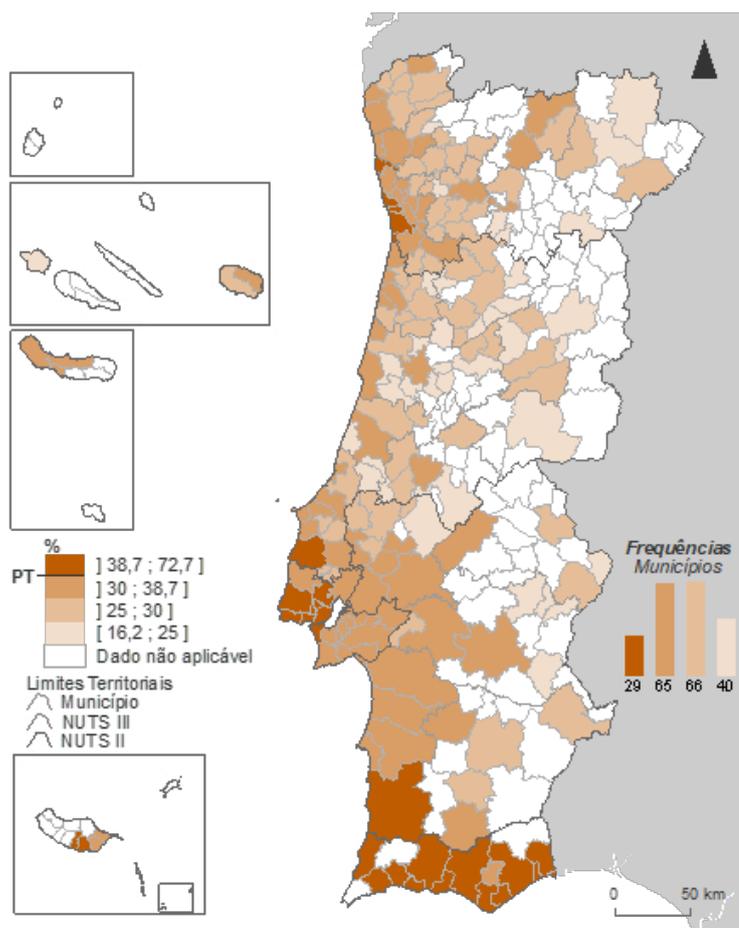
Nota: Apresentam-se resultados para os municípios com 2 000 ou mais sujeitos passivos e com um número mínimo de 15 transações.

Fonte: Figura III.75, [Quadros do Retrato Territorial de Portugal 2019](#), INE.

O exercício idêntico relativamente ao arrendamento, isto é, o rácio entre o valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (4,39 euros por m²) ponderado pela área mediana das rendas de novos contratos (81 m²) e o valor mediano do rendimento bruto mensal por agregado fiscal (11 039 euros), é de 38,7%, isto é, 4 267 euros.

Em 29 municípios este rácio é mais elevado do que a média nacional e em alguns municípios no Algarve (Albufeira, Loulé, Lagos, Tavira e Vila Real de Santo António) e das áreas metropolitanas (Lisboa, Cascais e Porto), os encargos mensais com o arrendamento eram superiores a 50% do rendimento das famílias.

Figura 8 - Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento, Portugal e municípios, 2017



Nota: Apresentam-se resultados para os municípios com 2 000 ou mais sujeitos passivos e com um número mínimo de 30 transações.

Fonte: Figura III.79, [Quadros do Retrato Territorial de Portugal 2019](#), INE.

Tendo em conta que os dados necessários ao cálculo dos rácios entre o custo da habitação e o rendimento fazem agora parte das séries estatísticas do INE, ao longo dos próximos anos será possível construir uma série cronológica que permita a monitorização da evolução da relação entre custos do acesso à habitação e o rendimento a uma escala municipal.

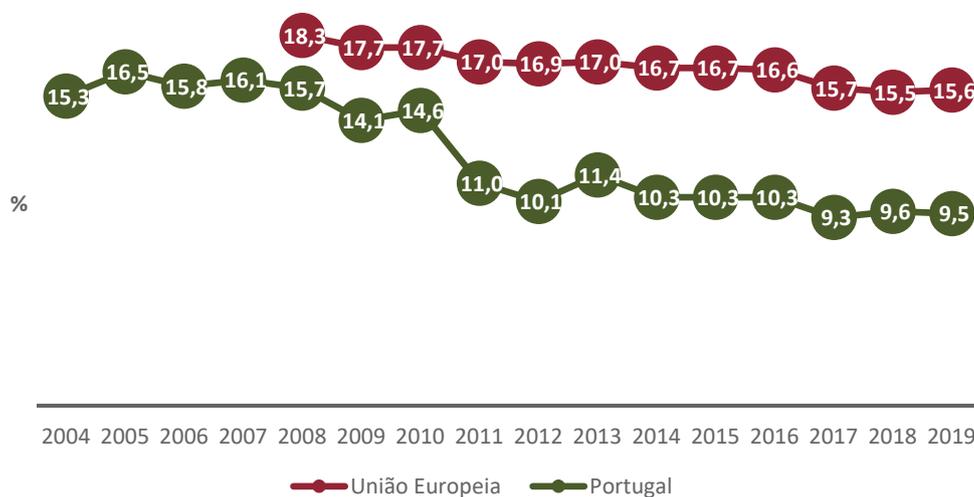
2.5.3.2 Condições habitacionais

2.5.3.2.1 Ocupação

A relação entre o número de divisões no alojamento e a dimensão e composição do agregado doméstico privado, quando desajustada, conduz a situações quer de sobrelotação quer de subocupação. A taxa de sobrelotação da habitação traduz a proporção da população que vive num alojamento com um número de divisões insuficiente para a dimensão e composição do agregado doméstico e a taxa de subocupação refere-se à situação inversa, de um número de divisões superior ao necessário para acomodar o agregado doméstico. A situação de ajustamento compreende a existência de: a) uma divisão para o agregado doméstico privado; b) um quarto por casal; c) um quarto por cada pessoa solteira com 18 ou mais anos de idade; d) um quarto por cada duas pessoas solteiras do mesmo sexo entre os 12 e os 17 anos de idade; e) um quarto para cada pessoa solteira entre 12 e 17 anos de idade e não incluída na categoria anterior; f) um quarto por cada duas crianças com menos de 12 anos de idade (Eurostat, 2021a).

Comparativamente à União Europeia, em Portugal, a proporção da população em situação de sobrelotação da habitação é menor (15,6% e 9,5%, em 2019, respetivamente), diferença que é relativamente estável desde 2011 (Figura 9).

Figura 9 - Taxa de sobrelotação da habitação (%), União Europeia e Portugal, 2004- 2019



Fonte: EU-SILC [ilc_lvho05a], Eurostat.

No entanto, por região, em 2019, denotam-se acentuadas assimetrias, com uma proporção muito elevada da população a viver em situação de sobrelotação da habitação no Algarve (17,8%), na Região Autónoma dos Açores (15,7%) e em Lisboa (12,9%) (Quadro 7).

Quadro 7 - Taxa de sobrelotação da habitação (%), Portugal e NUTS II, 2019

	2019
Portugal	9,5
Norte	8,3
Centro	5,4
Lisboa	12,9
Alentejo	7,8
Algarve	17,8
R. A. Açores	15,7
R. A. Madeira	8,3

Fonte: ICOR, INE.

Além de disparidades regionais, este indicador encerra também acentuadas desigualdades segundo características demográficas e socioeconómicas (Anexo 5.3.2, Quadro A2.1). Em 2019, a taxa de sobrelotação da habitação é muito superior ao global nacional entre os agregados com 5 e mais pessoas (41,1%) e superior entre os arrendatários (19,9%), os agregados com rendimentos mais baixos (18,0%),

com crianças e jovens até aos 18 anos (16,2%) e com desempregados (15,7%). Relativamente a estes grupos, no período 2008-2019, verifica-se uma redução convergente com a proporção global nos grupos dos menores de 18 anos e entre os desempregados. Entre os agregados numerosos, os agregados com rendimentos mais baixos e os arrendatários, a proporção da população em situação de sobrelotação mantém-se relativamente constante em valores elevados.

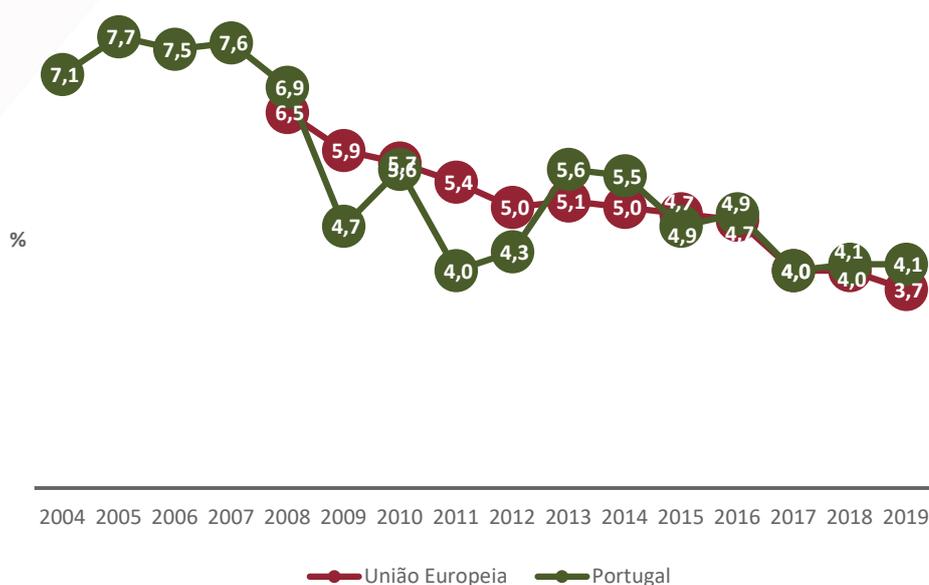
Por se relacionarem com a incapacidade financeira de os agregados acederem a uma habitação adequada ao agregado, as situações de sobrelotação atraem mais atenção, sendo inclusivamente utilizadas pelo Eurostat para monitorizar os progressos face a dois ODS (1. Erradicar a pobreza e 11. Cidades e comunidades sustentáveis), mas as circunstâncias de subocupação são também preocupantes. É importante referir que, em Portugal, em 2019, 36,9% da população vivia em situações de subocupação da habitação, proporção explicável pela combinação de fatores como o acentuado envelhecimento da população e a reduzida mobilidade residencial decorrente de elevadas taxas de ocupação em propriedade e de décadas de congelamento de rendas.

2.5.3.2 Condições básicas insuficientes

A taxa de privação severa das condições de habitação relaciona-se estreitamente com a taxa de sobrelotação, na medida em que a definição da primeira depende da existência da segunda. Considera-se assim que vive em privação severa das condições de habitação a população que, vivendo num alojamento sobrelotado tem também, pelo menos, um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol (INE, 2021). Esta taxa faz também parte do conjunto de indicadores selecionados pelo Eurostat para monitorizar os progressos face a dois ODS (1. Erradicar a pobreza e 6. Água potável e saneamento).

Em Portugal, não obstante algumas oscilações, a proporção da população que vive em situação de privação severa das condições de habitação tem seguido uma tendência decrescente entre 2004 e 2019 (de 7,1% para 4,1%). Essa tem sido, de uma maneira geral, também a tendência dos países que constituem a União Europeia desde que dispomos de dados (de 6,5% em 2008 para 3,7% em 2019).

Figura 10 - Taxa de privação severa das condições de habitação (%), União Europeia e Portugal, 2004- 2019



Fonte: EU-SILC [ilc_mdho06a], Eurostat.

Ao nível das NUTS II, e por força da própria definição de privação severa das condições de habitação, reproduzem-se as assimetrias regionais existentes nas situações de sobrelotação da habitação, ou seja, é na Região Autónoma dos Açores (8,7%), no Algarve (7,2%) e em Lisboa (6,4%) que a proporção da população em situação de privação severa das condições de habitação é superior (Quadro 8).

Quadro 8 - Taxa de privação severa das condições de habitação (%), Portugal e NUTS II, 2019

	2019
Portugal	4,1
Norte	3,0
Centro	2,3
Lisboa	6,4
Alentejo	2,3
Algarve	7,2
R. A. Açores	8,7
R. A. Madeira	4,5

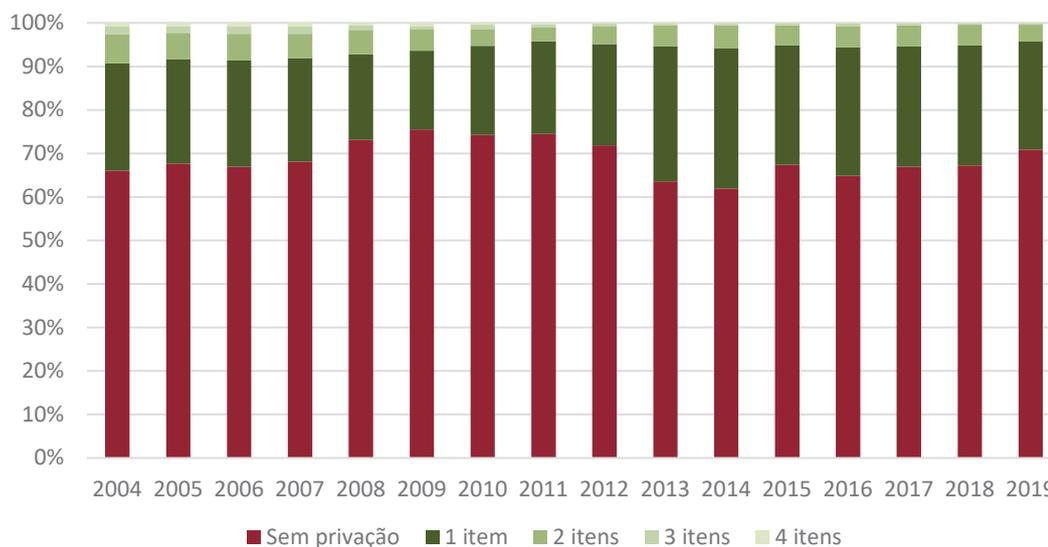
Fonte: ICOR, INE.

Segundo as características demográficas e socioeconómicas da população, sabemos serem mais afetados pela privação severa das condições da habitação, em 2019, os agregados com 5 e mais pessoas (18,3%), os arrendatários (10,3%), os agregados com rendimentos mais baixos (10,2%) ou em risco de pobreza (10,5%) e os agregados com pessoas em situação de desemprego (8,9%). Entre 2008 e 2019, nestes grupos observa-se uma tendência decrescente das situações de privação severa das condições da habitação, apesar de se detetar uma interrupção desta evolução nos anos mais severos da crise, 2013-2014.

Desvinculando a privação das condições da habitação da sobrelotação, até porque, como vimos, a subocupação em Portugal é bastante frequente, vemos que, em média, no período 2004-2019, 68,8% da população vive sem privação material na dimensão habitação e que 25,0% vive com privação num dos

itens considerados, proporção essa mais elevada nos anos de maior impacto da crise financeira global que atingiu Portugal a partir de 2009. A par dos indicadores anteriores sob a dimensão Condições habitacionais, também este indicador é utilizado pelo Eurostat na monitorização da consecução dos ODS (1. Erradicar a pobreza e 11. Cidades e comunidades sustentáveis).

Figura 11 - Privação material para a dimensão habitação por número de item de privação (%), Portugal, 2004- 2019



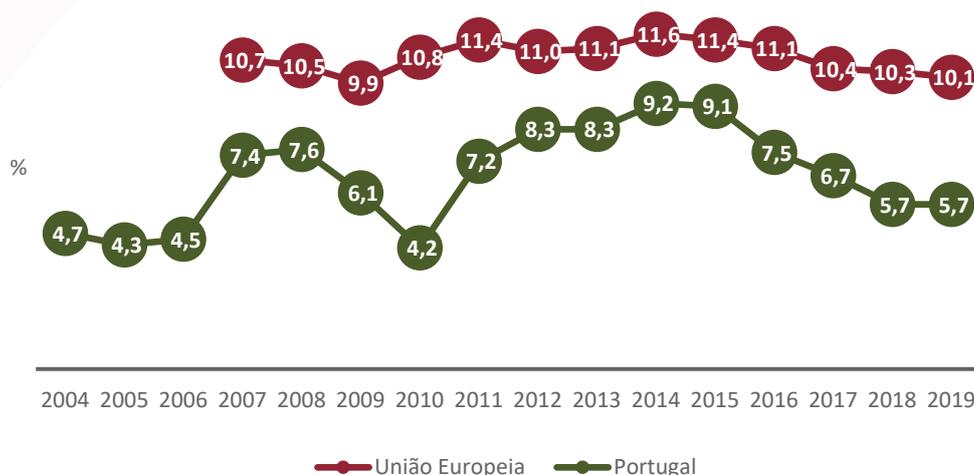
Notas: Itens de privação: inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; luz natural insuficiente num dia de sol.

Fonte: EU-SILC [ilc_mddd04b], Eurostat.

2.5.3.2.3 Encargos e custos financeiros

A taxa de sobrecarga das despesas em habitação refere-se à proporção da população que vive num agregado doméstico em que os custos totais de habitação representam mais de 40% do rendimento total disponível do agregado (Eurostat, 2021b). De uma maneira global, a situação de sobrecarga com as despesas em habitação é menos frequente em Portugal do que na União Europeia (Figura 12), o que poderá explicar-se parcialmente pela elevada taxa de ocupação em propriedade. Porém, em Portugal registam-se oscilações na proporção da população em sobrecarga com as despesas da habitação elevadas, com valores máximos nos anos 2014 e 2015 (9,2% e 9,1%, respetivamente). No período pós-crise, apesar do aumento dos preços da habitação, a taxa de sobrecarga mantém uma tendência decrescente, o que poderá justificar-se pelo facto do aumento de preços atingir apenas a população em situações de mobilidade residencial.

Figura 12 - Taxa de sobrecarga das despesas em habitação (%), União Europeia e Portugal, 2004- 2019



Fonte: EU-SILC [ilc_lvho07a], Eurostat.

Esta potencial relação entre preços da habitação elevados e uma elevada taxa de sobrecarga com as despesas em habitação é mais clara ao nível regional, onde as regiões com os preços da habitação mais altos, nomeadamente o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa, correspondem também às regiões com maior sobrecarga em 2019 (8,2% e 7,7%, respetivamente) (Quadro 9).

Quadro 9 - Taxa de sobrecarga das despesas em habitação (%), Portugal e NUTS II, 2019

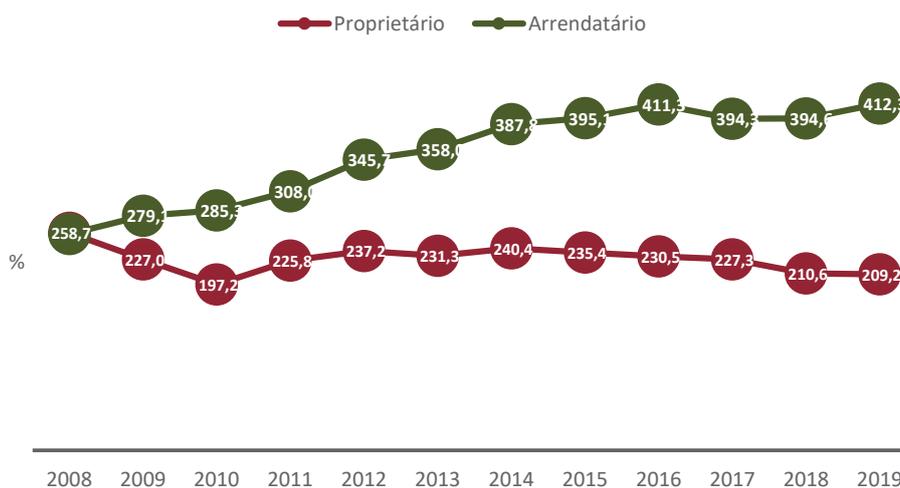
	2019
Portugal	5,7
Norte	4,6
Centro	4,4
Lisboa	7,7
Alentejo	5,4
Algarve	8,2
R. A. Açores	7,3
R. A. Madeira	6,5

Fonte: ICOR, INE.

Sendo este um indicador centrado nos custos, são os agregados com os rendimentos mais baixos e os agregados em risco de pobreza os que mais sentem a sobrecarga das despesas (Anexo 5.4.2, Quadro A2.3). Menos previsível é a maior vulnerabilidade dos arrendatários no que respeita à sobrecarga das despesas em habitação, quando comparados com os proprietários ou residentes num alojamento cedido gratuitamente (21,4% e 2,4%, respetivamente, em 2019). Haverá, pelo menos, três explicações possíveis para esta diferença que, apesar de sofrer algumas alterações no período 2008-2019, é sempre muito acentuada. Em primeiro lugar, na categoria proprietários incluem-se os proprietários sem encargos com a compra (37,6% em 2019) e os alojamentos cedidos a título gratuito (8,5%), isto é, a população cujos custos de habitação incluem apenas as despesas relacionadas com água, eletricidade, gás ou outros combustíveis, condomínio, saneamento, manutenção e pequenas reparações, bem como seguros. Em segundo lugar, durante o período de contratualização de um empréstimo à habitação, o peso dos encargos relativamente ao rendimento do agregado tende a diminuir. Em terceiro lugar, enquanto os

custos com a habitação em paridade de poder de compra entre os proprietários têm decrescido (12,7% entre 2008 e 2012, 0,8% entre 2012 e 2015 e 9,2% entre 2015 e 2019), entre os arrendatários esses custos cresceram acentuadamente entre 2008 e 2015 (19,7% entre 2008 e 2012, 14,3% entre 2012 e 2015 e 0,2% entre 2015 e 2019) (Figura 13). Este facto poderá relacionar-se com a atualização de contratos antigos e com a realização de novos contratos ao abrigo do Novo Regime de Arrendamento Urbano, na sua primeira versão, em 2006, e na sua reformulação, em 2012.

Figura 13 - Custos totais de alojamento por regime de ocupação, Portugal, 2004- 2019



Fonte: EU-SILC [ilc_mdcd03], Eurostat.

A evolução do rácio dos empréstimos com a finalidade habitação a particulares vencidos entre 2008 e 2021 mostra o início de uma subida desde o início de 2011, ainda antes do pedido de resgate de Portugal à *Troika*, para atingir um *plateau* nos anos de maior impacto da crise económica global em Portugal (Figura 14). No período pós-crise, a percentagem de agregados em incumprimento começa a recuar no início de 2016, situando-se em 2021 nos 0,6%.

Este é um indicador relevante a dois níveis. Em primeiro lugar, tem como fonte dados administrativos, o que permite ultrapassar alguns dos constrangimentos inerentes aos dados de inquérito (por exemplo no que concerne à representatividade e ao erro associado). Em segundo lugar, é um indicador de periodicidade mensal e cuja publicação pelo Banco de Portugal se tem mantido bastante atualizada. Sendo o sistema residencial português fortemente apoiado na propriedade, e em boa parte desta baseada no recurso à banca, este rácio afigura-se um indicador adequado para a monitorização das dificuldades que os agregados possam ter no cumprimento dos empréstimos à habitação contratualizados.

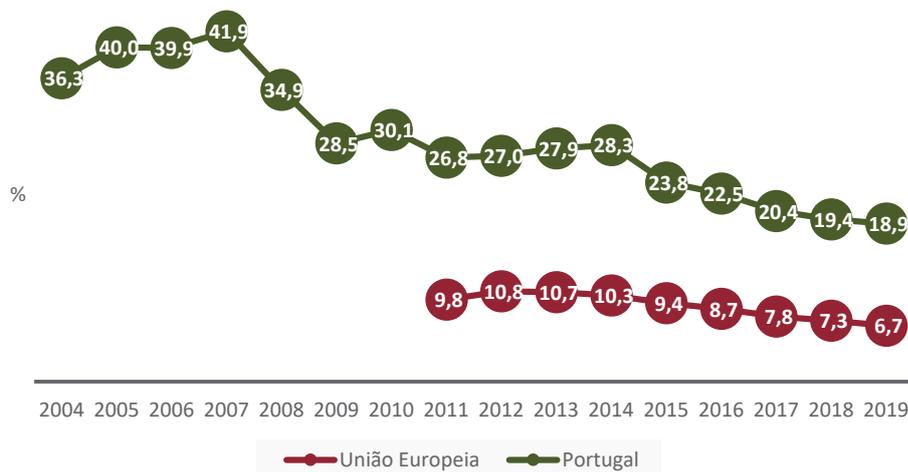
Figura 14 - Rácio dos empréstimos com a finalidade habitação a particulares vencidos, (%), Portugal, 2008- 2021, mensal



Fonte: Banco de Portugal [12556268].

Ainda relacionado com os encargos e custos financeiros, a proporção da população com incapacidade financeira de manter a casa suficientemente aquecida é mais um dos indicadores utilizados pelo Eurostat na monitorização dos progressos nos ODS (1. Erradicar a pobreza). Quando comparado com o nível europeu, e apesar dos progressos desde que há registos, em 2004, Portugal encontra-se numa posição desfavorável. Em 2019, a proporção da população com incapacidade financeira de manter a casa suficientemente aquecida em Portugal contrasta fortemente com a da União Europeia (18,9% e 6,7%, respetivamente). Para estes resultados concorrem diversos fatores: o elevado custo da energia em Portugal, a baixa eficiência energética do parque habitacional e a inexistência de equipamentos de aquecimento eficientes na esmagadora maioria das habitações.

Figura 15 - Incapacidade financeira de manter a casa suficientemente aquecida (%), União Europeia e Portugal, 2004- 2019



Fonte: EU-SILC [ilc_mdcs01], Eurostat.

Desagregando por características demográficas e socioeconómicas (Anexo 5.4.2, Quadro A2.4), identificam-se vários grupos vulneráveis quanto à incapacidade de manter a casa suficientemente aquecida: os agregados em risco de pobreza (38,0% em 2019), os agregados com rendimentos mais baixos (37,1% em 2019), os agregados constituídos por uma pessoa só (26,6% em 2019), as pessoas com 65 e mais anos (23,1% em 2019) e os constituídos por 5 ou mais pessoas (24,5% em 2019). Também relativamente

te a este indicador, os arrendatários estão em desvantagem quando comparados com os proprietários (32,1% e 16,1% em 2019, respetivamente). Por fim, quando comparados com os agregados cujos elementos estão empregados, as pessoas em situação de desemprego, reforma ou inatividade são mais afetados pela pobreza energética (31,2%, 22,9% e 24,4% em 2019, respetivamente). De realçar que ainda que nestes grupos a tendência corresponda à tendência global de redução, essa tem-se verificado a um ritmo bastante lento.

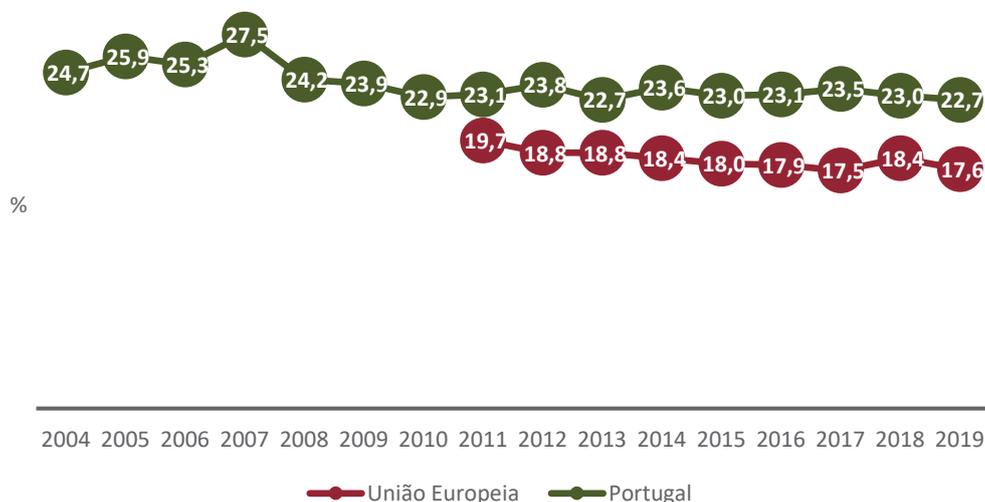
2.5.3.3 Comunidade

Para analisar a comunidade envolvente, recorremos a três indicadores sobre o ambiente físico e social da habitação, isto é, sobre a autopercepção: o ruído, a poluição e a criminalidade. É de salientar que, como qualquer indicador sobre autopercepção, estes indicadores têm uma dimensão de subjetividade inerente. Estudos anteriores com base nos dados do Inquérito às Condições Vida e Rendimento demonstraram existirem diferenças entre as estatísticas oficiais e as avaliações subjetivas que os indivíduos fazem sobre a sobrecarga das despesas da habitação e a sobrelotação da habitação (Sunega e Lux, 2016), questões mais facilmente mensuráveis do que as questões relativas ao ruído, poluição e criminalidade aqui tratadas. Por esse motivo, a interpretação dos indicadores deve ser cautelosa. No entanto, por ser a única fonte com periodicidade regular que inquiri sobre estas questões, correspondendo ainda à principal fonte de dados sobre as desigualdades na habitação, importa incluir estes indicadores na análise.

A proporção da população afetada por ruídos ou barulho dos vizinhos é superior em Portugal do que nos Estados-membro da União Europeia, numa diferença média, entre 2011 e 2019, de 4,8 pontos percentuais (Figura 16). Em 2019, em Portugal, 22,7% da população referia sentir-se incomodada com o ruído ou barulho dos vizinhos ou da rua, enquanto na União Europeia, essa proporção era de 17,6%.

Analisando o mesmo indicador segundo características demográficas, socioeconómicas e territoriais, (Anexo 5.4.2, Quadro A2.5) verificamos que, em Portugal, a proporção da população cujo ruído incomoda é muito superior nas áreas densamente povoadas (30,7% em 2019), do que nas áreas intermédias (19,9% em 2019) e nas áreas pouco povoadas (12,2% em 2019). Existem outros dois grupos que se sentem particularmente afetados pelo ruído e barulho dos vizinhos ou da rua: os arrendatários (33,0% em 2019) e os desempregados (28,9%). Estas diferenças são relativamente constantes no período 2008-2019, pelo que se crê constituírem efetivas vulnerabilidades destes três grupos.

Figura 16 - Ruídos e barulho dos vizinhos ou da rua (%), União Europeia e Portugal, 2004-2019



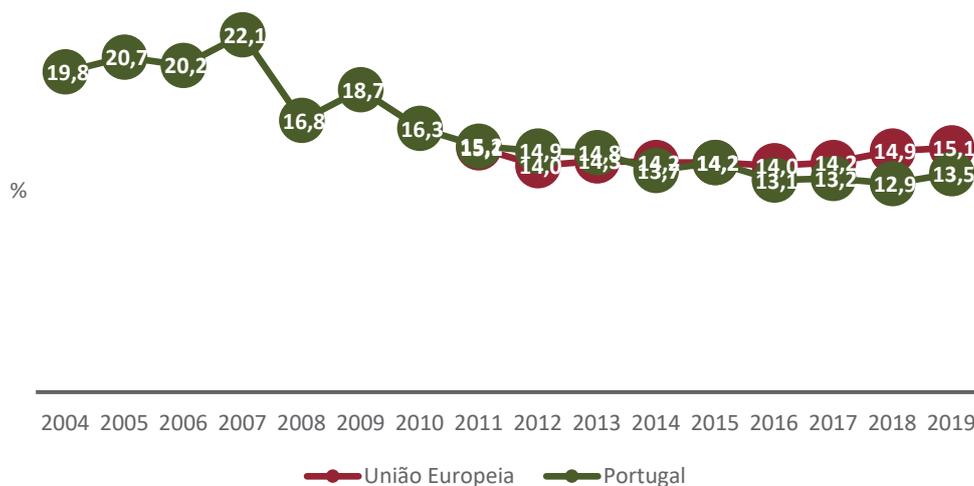
Fonte: EU-SILC [ilc_mddw01], Eurostat.

No que diz respeito à proporção da população que se sente afetada por problemas de poluição e outros problemas ambientais causados pelo trânsito, a tendência de Portugal anda muito a par com a tendência europeia (13,5% e 15,1% em 2019, respetivamente, como se pode verificar na Figura 17). Esta, aliás, tem sido uma tendência relativamente estável ao longo dos anos para os quais dispomos de dados. A desagregação por características territoriais alerta para uma proporção da população que refere ser afetada pela poluição superior entre os que vivem em áreas densamente povoadas (16,3% em 2019). Esta diferença, apesar de se verificar nos anos anteriores, parece estar em evolução convergente, através da redução da proporção da população que se sente incomodada pela poluição nas áreas densamente povoadas (de 25,4% em 2008 para 16,3% em 2019).

Por características demográficas e socioeconómicas (Anexo 5.4.2, Quadro A2.6), os grupos que mais referem sentir ter problemas relativamente aos níveis de poluição são os agregados domésticos com 5 e mais pessoas e os arrendatários (em ambos os grupos 17,3% em 2019). No entanto, a tendência desde 2008 difere entre estes grupos. Se entre os agregados numerosos a tendência é marcada por oscilações, entre o máximo de 19,5% em 2009 e o mínimo de 14,2% em 2017, entre os arrendatários esta proporção tem vindo a decrescer após um valor máximo de 33,2% em 2009.

Por último, ainda que em tendência decrescente, denota-se que os problemas de poluição são mais referidos entre os desempregados (16,4% em 2019).

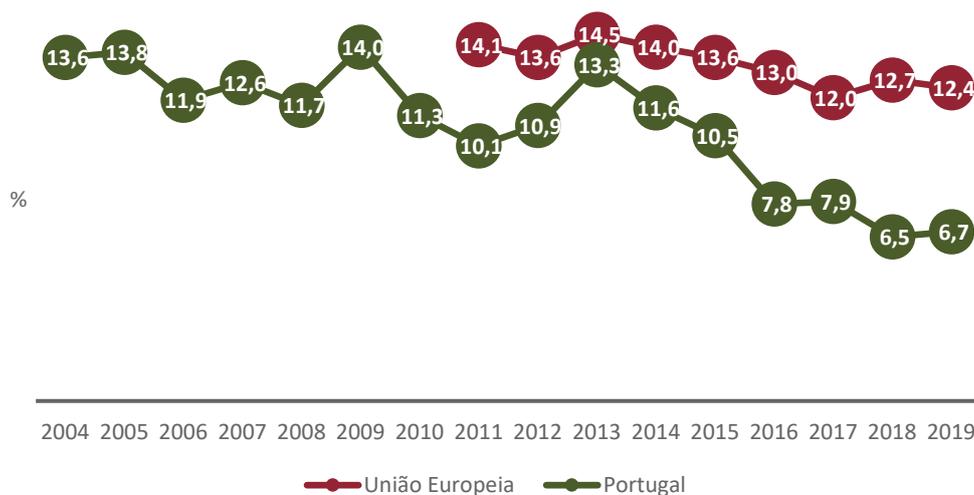
Figura 17 - Poluição e outros problemas ambientais causados pelo trânsito (%), União Europeia e Portugal, 2004- 2019



Fonte: EU-SILC [ilc_mddw02], Eurostat.

Por fim, a proporção da população que refere ser atingida por problemas de crime, violência ou vandalismo na área de residência, é muito inferior em Portugal, comparativamente à média europeia (6,7% e 12,4% em 2019, respetivamente, como ilustra a Figura 18). Isto porque desde 2013, em Portugal, a proporção da população afetada por estes problemas tem vindo a decrescer, ao passo que na União Europeia continua situada acima dos 10%. Numa incidência globalmente baixa são poucos os grupos que se destacam por uma proporção mais elevada. Ainda assim, é de destacar os residentes em áreas densamente povoadas, onde, em 2019, 9,0% diz sentir-se afetada por problemas de criminalidade, e os arrendatários, entre os quais a proporção chega aos 10%. Não obstante, entre o período 2008-2019, nestes grupos a proporção tem vindo a reduzir-se, convergindo com a tendência global (Anexo 5.4.2, Quadro A2.7).

Figura 18 - Crime, violência ou vandalismo na área de residência (%), União Europeia e Portugal, 2004- 2019



Fonte: EU-SILC [ilc_mddw06], Eurostat.

2.5.4 Sugestão de novos indicadores

Nesta secção baseamo-nos exclusivamente na informação existente, apesar de nem toda estar presentemente sistematizada nem disponível ao público, para propor: a) novos indicadores que possam informar sobre o estado e a evolução das desigualdades na habitação; b) novas desagregações dos indicadores existentes e integrados no calendário de publicações anuais do INE que permitam estudar grupos populacionais específicos e, habitualmente, mais vulneráveis às questões habitacionais.

Grande parte da informação que nos falta para melhor conhecer as desigualdades na habitação é recolhida e importa, por isso e antes de mais, explorá-la em detalhe.⁶⁹

Relativamente aos novos indicadores recomenda-se a sua publicação com uma periodicidade regular (idealmente anual) e com o maior nível de desagregação territorial possível (preferencialmente o município).

- ▶ **Governo central e governo local:** montantes orçamentados e despendidos segundo os diferentes programas públicos em período de vigência relacionados com a habitação (exemplos: 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação; Arrendamento Acessível; Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível; Porta 65 Jovem; Casa Eficiente 2020).
- ▶ **Fontes:** Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Orçamento do Estado, Conta Geral do Estado.
- ▶ **Habitação social:** número total de fogos, tipologia, ocupação, número de pedidos de habitação social, renda média, receita e despesa média por fogo de habitação social. Caracterização demográfica e socioeconómica dos residentes.
- ▶ **Fontes:** Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, instituições públicas autónomas, empresas públicas e autarquias.
- ▶ **Subsídios de renda da Segurança Social:** número de candidatos e de beneficiários, valor médio por subsídio, montante total despendido.
- ▶ **Fonte:** Segurança Social.
- ▶ **Arrendamento privado:** número total dos contratos de arrendamento em vigor, valor médio da renda por m² segundo o período de celebração do contrato e a forma do contrato. **Fonte:** Autoridade Tributária.
- ▶ Número de despejos de alojamentos familiares de residência habitual por iniciativa e motivo. **Fontes:** Direção-Geral da Política de Justiça, Balcão Nacional do Arrendamento.
- ▶ **Propriedade:** número de penhoras de alojamentos familiares de residência habitual. **Fontes:** Direção-Geral da Política de Justiça.

Pobreza: Taxa de pobreza após custos com a habitação.

- ▶ **Fonte:** ICOR, INE.
- ▶ Taxa de sobrecarga com as despesas com a habitação antes e depois de subsídios à habitação.
- ▶ **Fonte:** ICOR, INE.
- ▶ Edifícios de habitação certificados por classe energética e tipo de edifício.
- ▶ **Fonte:** Sistema de Certificação Energética.

No que respeita às novas desagregações dos indicadores existentes, por um lado, haveria todo o interesse na publicação sistemática das desagregações pedidas ao INE no âmbito do Grupo de Trabalho

⁶⁹ No que respeita à habitação, os casos do [Reino Unido](#) e da [Dinamarca](#) constituem exemplos de boas práticas sobre a disponibilização de dados administrativos. Ainda que neste relatório se evitem comparações diretas, em virtude das diferenças nos sistemas de recolha e tratamento da informação administrativa, estes dois exemplos permitem ilustrar alguma da informação que poderia vir a integrar as séries estatísticas sobre o caso português.

sobre Indicadores das Desigualdades Sociais, ou seja, segundo: o grau de urbanização, o sexo, o grupo etário, a dimensão do agregado, os quintis do rendimento por adulto equivalente, a existência de crianças no agregado, a situação do agregado perante o risco de pobreza, o regime de ocupação do alojamento, o nível de educação e a condição perante o trabalho.

Por outro lado, as análises sintéticas dos dados (secção IV) e as atividades no âmbito do Grupo de Trabalho alertam para a pertinência de novas desagregações, segundo variáveis demográficas e socioeconómicas, familiares e territoriais.

Características demográficas e socioeconómicas

Sugere-se a disponibilização dos principais indicadores apresentados com base no ICOR segundo as características dos responsáveis pelos alojamentos, além da população residente. Dessa forma poder-se-iam quantificar as desigualdades intergeracionais, as desigualdades de género e as desigualdades entre autóctones e imigrantes laborais no que respeita às três dimensões da habitação identificadas neste capítulo.

No âmbito das desigualdades intergeracionais, seria pertinente a consideração de grupos etários mais pequenos que permitam, por exemplo, desagregar os jovens adultos entre os 18 e os 34 anos. É expectável que, decorrentes de efeitos do período nas idades de transição para a vida adulta, nomeadamente da conjuntura socioeconómica, das políticas de habitação em curso e do próprio parque de habitação, existam acentuadas desigualdades entre as gerações. Neste âmbito, os jovens que em 2021 planeiam a emancipação residencial enfrentam múltiplas dificuldades: elevada precaridade laboral, preços da habitação elevados, dificuldades no acesso ao crédito, reduzida oferta no sector de arrendamento a preços acessíveis, elevada vulnerabilidade nos contratos de arrendamento, um parque de habitação pública reduzido e, desde 2020, uma pandemia global.

Relativamente às desigualdades de género, tendo em conta que as famílias monoparentais (maioritariamente constituídas por mãe e filhos/as) enfrentam dificuldades acrescidas no âmbito das desigualdades económicas, e sabendo-se que as desigualdades na habitação estão muito relacionadas com as questões dos custos da habitação, é expectável que estas mulheres sejam particularmente vulneráveis no que respeita à habitação. Na mesma linha, a esperança de vida mais alargada das mulheres, comparativamente à dos homens, penaliza as mulheres na expectativa de anos de vida saudável e na feminização dos agregados domésticos unipessoais nas idades avançadas. Em termos globais, estas mulheres recebem rendimentos mais baixos do que os homens, em virtude de carreiras contributivas mais curtas interrompidas pela maternidade e das diferenças salariais acentuadas que se verificam desde a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho em Portugal, na década de 1960.

No que respeita às desigualdades entre nacionais e imigrantes laborais, importa saber em que medida as condições habitacionais, ao nível da sobrelotação e da privação severa, mas também da sobrecarga com as despesas da habitação, tem afetado os imigrantes laborais. Como tem sido recentemente noticiado em torno dos imigrantes a trabalhar nas explorações agrícolas em Portugal, há circunstâncias diretamente relacionadas com a condição de imigrante (por vezes em situação irregular no país) que afetam severamente as condições de habitabilidade e salubridade dos indivíduos. Não obstante a gravidade desta situação específica, os imigrantes em geral estão mais sujeitos a vulnerabilidades no acesso à habitação adequada e acessível porque: a) enfrentam restrições adicionais no acesso ao crédito para a compra; b) não reúnem frequentemente os requisitos para a realização de um contrato de arrendamento (por exemplo, fiador, declaração de IRS); e c) não são elegíveis para a habitação social.

Características do agregado doméstico privado:

A disponibilização dos principais indicadores, segundo a composição do agregado doméstico privado, permitiria identificar as maiores vulnerabilidades das famílias monoparentais, das famílias com três e mais crianças dependentes, de famílias unipessoais constituídas por pessoas de idades mais avançadas. Frequentemente estas vulnerabilidades andam a par com importantes desigualdades de género. Tendo em conta que as famílias monoparentais (maioritariamente constituídas por mãe e filhos/as) enfrentam dificuldades acrescidas no âmbito das desigualdades económicas e, sabendo-se que as desigualdades na habitação estão muito relacionadas com as questões dos custos da habitação, é expectável que estas mulheres sejam particularmente vulneráveis no que respeita à habitação. Na mesma linha, a esperança de vida mais alargada das mulheres, comparativamente à dos homens, penaliza as mulheres na expectativa de anos de vida saudável e na feminização dos agregados domésticos unipessoais nas idades avançadas. Em termos globais, estas mulheres recebem rendimentos mais baixos do que os homens, em virtude de carreiras contributivas mais curtas interrompidas pela maternidade e das diferenças salariais acentuadas que se verificam desde a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho em Portugal.

Características geográficas/territoriais:

Nem todas as desigualdades na habitação estão relacionadas com os rendimentos. Por um lado, as características geográficas do território comportam riscos diferenciados no que respeita a fenómenos naturais e desastres ambientais que importa sistematizar. Por outro lado, há uma dimensão entre habitação e território cuja exploração com base nos dados aqui referidos nos parece ser ainda insuficiente. Poderemos dispor de acesso a informação sistematizada sobre a mobilidade pendular, os principais meios de transporte e o acesso a bens, serviços e equipamentos seria uma forma de completar a dimensão aqui designada por Comunidade. Se alguns desses dados existem e estão disponíveis, por exemplo os relativos ao Inquérito à Mobilidade nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, outros poderão vir a requerer uma análise de fontes de informação geográfica não contempladas neste relatório.

2.5.5 Proposta de um painel de indicadores-chave

A partir da análise dos 20 indicadores ilustrativos das desigualdades na habitação realizada na subsecção IV, e procurando contribuir para a identificação de um conjunto de indicadores-chave, identificaram-se oito indicadores que podem ser utilizados como indicadores-chave no acompanhamento da evolução das desigualdades na habitação.

1. Despesas públicas em habitação (Eurostat).
2. Rácio entre preço da habitação e rendimento no acesso à habitação (INE).
3. Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento no acesso à habitação (INE)
4. Taxa de sobrelotação da habitação (ICOR, INE).
5. Privação material na dimensão habitação por número de itens (ICOR, INE).
6. Taxa de sobrecarga das despesas em habitação (ICOR, INE).
7. Rácio dos empréstimos vencidos, particulares com a finalidade habitação (Banco de Portugal).

Reconhecemos que a implementação de algumas destas sugestões depende da Política de Confiden-

cialidade Estatística do INE, da qualidade da informação disponível e da disponibilidade de recursos para alargar o leque de informação estatística já habitualmente produzida pelo INE. No entanto, a ciência de dados, em permanente evolução, tem contribuído para derrubar relevantes barreiras no acesso e processamento de informação, pelo que quisemos ser exaustivos nas nossas propostas.

2.5.6 Notas conclusivas

Nas últimas décadas, a habitação ocupou um lugar marginal nas políticas públicas em Portugal. Excluindo os casos específicos dos bairros de habitações precárias e as consequentes necessidades de realojamento, assumia-se que o acesso à habitação estava relativamente garantido através da regulação das rendas e do crédito bonificado para compra de casa própria, ignorando-se que muito estivesse ainda por fazer no que respeita ao acesso e às condições de habitação. A situação de grave crise económica em que o país mergulhou em 2011 e o período pós-crise veio reacender velhas lutas sobre o direito à habitação e alertar para a necessidade de indicadores que nos permitam quantificar e acompanhar a evolução das desigualdades na habitação. Foi esse o objetivo orientador deste subgrupo de trabalho.

Em Portugal, um sistema residencial fortemente baseado na casa própria, as taxas elevadas de ocupação do alojamento em propriedade são transversais a quase todos os grupos socioeconómicos. No entanto, a ampla difusão da propriedade dificilmente pode ser entendida como um elemento na redução das desigualdades na habitação, pelo contrário, é um dos principais fatores de incremento das desigualdades na habitação. Isto porque tanto as vias de acesso como as funções da propriedade diferem consoante a posição das famílias na distribuição do rendimento.

A propriedade é menos frequente entre as famílias nas partes inferiores da distribuição do rendimento. A provisão da habitação das famílias de baixos recursos económicos, que não conseguem aceder à casa própria, fica assim dependente do mercado de arrendamento privado, da disponibilidade de arrendamento social e de cedências gratuitas. Nos proprietários que se situam nas partes inferiores da distribuição do rendimento, a compra com encargos por compra é menos frequente porque estas famílias enfrentam dificuldades acrescidas no acesso ao crédito. O acesso à propriedade está assim condicionado por via da compra sem encargos, nos casos em que conseguem acumular a riqueza suficiente para tal, da autoconstrução ou de heranças.

Para as famílias nas partes intermédias da distribuição do rendimento, a propriedade com encargos por compra é muito frequente, porque mesmo não dispondo do capital necessário, dispõem do acesso ao crédito para a aquisição do alojamento de residência habitual, muitas vezes com condições favoráveis ao nível das taxas de juro e dos prazos dos empréstimos. No entanto, em Portugal, quase metade dos proprietários tem encargos com a compra da habitação, o que representa um fator de risco acrescido em situações de crise económica. Entre as famílias nas partes inferiores e intermédias da distribuição do rendimento, a casa própria é um bem de consumo, não sendo um ativo financeiro passível de conversão em ganhos de capital.

Entre as famílias que se situam no topo da distribuição de rendimento, a habitação é, além de um bem de consumo, um investimento gerador de rentabilidade e riqueza.

Os grupos em situação de vulnerabilidade relativamente ao acesso à habitação, às condições habitacionais e à comunidade correspondem, em larga medida, aos grupos mais afetados pelas desigualdades sociais em geral. Enfrentam dificuldades acrescidas na habitação: os agregados com crianças e jovens até aos 18 anos, os agregados numerosos, os agregados em risco de pobreza e os agregados com pessoas na condição de desempregadas. Nesse espectro, este trabalho acrescenta a evidência empírica sobre um outro grupo vulnerável relativamente às desigualdades na habitação: os agregados domésticos em arrendamento.

Possivelmente pelo facto de muitos arrendatários o serem porque uns não conseguem aceder à habitação em propriedade e outros não conseguem aceder à habitação social, os agregados domésticos em arrendamento acumulam vulnerabilidades várias no que respeita à habitação. Quando comparados com os proprietários, os arrendatários têm custos com a habitação superiores, estão mais frequentemente em situações de sobrecarga com as despesas da habitação, de sobrelotação da habitação e de privação severa das condições de habitação.

Em resposta ao aumento dos preços da habitação um pouco por todos os grandes centros urbanos do país nos últimos anos, acompanhado pelo aumento das desigualdades sociais, os poderes central e local têm implementado programas e medidas com vista a melhorar o acesso à habitação e as condições habitacionais da população. Ainda que sejam de saudar, essas medidas têm sido de implementação muito difícil e insuficientes para as necessidades. Adicionalmente têm carecido das devidas avaliações ex ante e ex post.

Por fim, estudar as desigualdades na habitação, identificar riscos e otimizar recursos depende, em larga medida, do acesso a informação (administrativa, censitária e de inquérito). Apesar dos notórios progressos dos últimos anos na produção e disponibilização de informação sobre a habitação em Portugal, muitos dados, sendo essenciais, ainda não estão disponíveis. De acordo com a análise realizada neste relatório, há que, em primeiro lugar, ampliar o número de indicadores produzidos para melhor retratar e permitir monitorizar a situação e a evolução da habitação em Portugal, conforme a sugestão apresentada. Em segundo lugar, é fundamental avançar na disponibilização de informação comparável sobre diferentes âmbitos geográficos, destacando-se a necessidade de mais informação sobre as regiões (sobretudo com base no ICOR), mas também sobre os municípios (particularmente a partir de informação administrativa). Em terceiro lugar, é importante priorizar a desagregação da informação disponível por grupos específicos, mais vulneráveis às desigualdades na habitação, nomeadamente os referidos nestas notas. Sem o acesso a informação atualizada, periódica e alargada não é possível conhecer a realidade e, sem esse conhecimento, a contribuição científica sobre as possibilidades e prioridades no combate às desigualdades no acesso, nas condições habitacionais e na comunidade é sempre aquém do que seria desejável. Acompanharemos, com expectativa, as potencialidades da disponibilização futura de informação no âmbito da habitação.

3 Conclusões e recomendações

3.1 Trabalho, Emprego e Proteção Social

3.1.1 Sugestão de novos indicadores

As dimensões e os indicadores (e mesmo as fontes) selecionados, no âmbito deste trabalho, não esgotam os campos passíveis de serem explorados na análise da relação entre trabalho, emprego, desemprego e os rendimentos do trabalho e as desigualdades sociais. Assim, recomendam-se às entidades produtoras de estatísticas na área do Trabalho, Emprego e Proteção Social, designadamente ao INE e ao MTSSS, numa reflexão relativamente a outras dimensões/indicadores que poderiam ser explorados no futuro, com vista a complementar e aprofundar esta análise, tenham em consideração os que se referem a:

Proporção de tempo gasto em trabalho doméstico e em prestação de cuidados não pagos - Os estudos conhecidos, tanto a nível internacional como a nível nacional⁷⁰ apontam para assimetrias significativas entre mulheres e homens ao nível da partilha das tarefas domésticas e do trabalho de cuidado nas famílias, que continua a recair maioritariamente sobre as mulheres.

Mudanças tecnológicas - As novas tecnologias apresentam um potencial para alterar a natureza do processo de produção e aumentar a produtividade e o crescimento, mas também estão a alterar, de forma significativa, o mercado de trabalho e o acesso à proteção social, colocando desafios significativos. Um dos deles relaciona-se com os efeitos das mudanças tecnológicas nos grupos mais vulneráveis e às maiores dificuldades de adaptação que terão no mercado de trabalho. É esse o caso do *gap* na área digital entre mulheres e homens, entre indivíduos de escalões etários mais elevados e indivíduos mais jovens, entre ativos com mais e com menos escolaridade, com mais e com menos qualificações, em profissões passíveis de execuções mais ou menos automatizáveis, entre outros. A maior vulnerabilidade, não só ao nível do mercado de trabalho, mas também ao nível educacional, o que na prática se traduz em lacunas em termos de inovação e no futuro de toda a economia digital e do conhecimento, já que a influência do setor digital é generalizada a todos os aspetos da vida.

Proteção social - Apesar de existirem inquéritos⁷¹ que permitem analisar as diferentes fontes de rendimentos, essa informação não possibilita, determinadas desagregações por estas não serem recolhidas, ou têm um erro associado elevado, por não serem estatisticamente representativos a esse nível.

As bases de dados administrativas, em particular as da Segurança Social, permitirão o conhecimento, de uma forma mais detalhada, alguns segmentos da população, nomeadamente os relativos aos beneficiários de prestações sociais. Com base neste tipo de informação, será possível obter estatísticas mais precisas e com mais qualidade em estratos de menor dimensão, possibilitando informações mais pormenorizadas. Contudo, uma vez que esses dados administrativos não são recolhidos para fins estatísticos, não dispomos de meta informação associada, pelo que os conceitos, classificações e nomenclaturas terão de ser trabalhados para uma maior adequação e perceção da informação. Assim, recomenda-se à Segurança Social que seja difundida informação mais detalhada sobre a metainformação, conceitos e classificações associados aos dados referentes aos beneficiários de prestações sociais.

70 A nível internacional, os usos do tempo têm constituído um domínio de inquirição estatística e de investigação com uma tradição longa e consolidada, nalguns casos com mais de um século. Em Portugal, apenas nas décadas de 1980 e 1990 uma perspetiva de análise da ocupação do tempo começou a ser incluída em alguns estudos sobre a partilha das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças. Alguns desses estudos eram de carácter académico e, na sua maior parte, tinham um âmbito de aplicação limitado, nomeadamente em termos territoriais; outros foram de iniciativa pública e desenvolvidos no âmbito da (então) Direcção-Geral da Família. O último estudo realizado nesta área- INUT- Inquérito Nacional aos Usos do Tempo de Homens e de Mulheres (2014-2016), foi levado a cabo por uma equipa do CESIS- Centro de Estudos para a Intervenção Social em parceria com a CITE- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, tendo contado com o financiamento do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, EEA Grants, Área de Programa PT07- Integração da Igualdade de Género e Promoção do Equilíbrio entre o Trabalho e a Vida Privada.

71 Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) e Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF).

No caso das bases administrativas da Segurança Social em Portugal, os dados poderão ser recolhidos, essencialmente, a partir:

- ▶ Da identificação nacional única de todas as entidades que estabeleçam relação relevante com a Segurança Social;
- ▶ Do requerimento de prestações;
- ▶ Do requerimento de pensões;
- ▶ Da declaração de remunerações.

Neste sentido, importaria recomendar à Segurança Social uma clarificação acerca das fontes de informação e variáveis que, das suas bases de informação administrativa, possam ser disponibilizadas e sejam as mais adequadas, com vista ao cálculo de indicadores fiáveis e claros. A título de exemplo, referem-se os seguintes:

- ▶ Adequação do Subsídio de Desemprego (valor médio do subsídio de desemprego/remuneração declarada à Segurança Social);
- ▶ Cobertura do subsídio de desemprego (proporção do número de beneficiários do subsídio de desemprego no total da população desempregada);
- ▶ Adequação do subsídio parental (valor médio do subsídio parental inicial/remuneração declarada à segurança social e proporção do número de pais e/ou mães a receber subsídio parental inicial face ao total de partos de nados vivos);
- ▶ Cobertura das pensões de velhice (proporção do número de pensões de velhice no total da população com mais de 65 anos);
- ▶ Adequação das pensões de velhice (valor médio das pensões de velhice do regime geral/remuneração declarada à segurança social).

Outras recomendações são feitas no ponto III.

3.1.2 Proposta de Indicadores-chave

A. Trabalho e emprego

- ▶ Diferencial das taxas de emprego em grupos etários distintos
- ▶ Desigualdade na estabilidade do emprego
- ▶ Desigualdade no acesso ao emprego em função da escolaridade | diferença nas taxas de emprego segundo o nível de escolaridade completo
- ▶ Desigualdade no acesso ao emprego nas diferentes atividades económicas e nas diferentes profissões e no acesso a cargos de chefia, segundo o sexo
- ▶ Subemprego | pessoas empregadas que trabalham a tempo parcial com disponibilidade para trabalhar a tempo completo
- ▶ Percentagem de trabalhadores por conta de outrem cobertos pela contratação coletiva

B. Desemprego e subutilização

- ▶ Diferencial das taxas de desemprego segundo o nível de escolaridade completo
- ▶ Diferencial das taxas de desemprego segundo a origem (nacional ou estrangeira)
- ▶ Intensidade laboral muito reduzida
- ▶ Subutilização do trabalho

C. Rendimentos do trabalho

- ▶ Taxa de pobreza da população empregada
- ▶ Taxa de pobreza da população desempregada
- ▶ Desigualdade social dos desempregados
- ▶ Disparidades salariais (Ganho)
- ▶ Percentagem do salário no PIB

D. Proteção social

- ▶ Impacto das transferências sociais (excluindo pensões) no coeficiente de Gini
- ▶ Cobertura no desemprego e rácio de benefício
- ▶ Cobertura da parentalidade e rácio de benefício
- ▶ Cobertura da pensão de velhice e rácio de benefício
- ▶ Disparidades de género do rendimento das pessoas idosas

Face ao exposto, recomenda-se ao Instituto Nacional de Estatística o reforço da articulação, já desenvolvida, com a área da Segurança Social e, eventualmente, com utilizadores privilegiados de informação, tendo em vista a viabilidade da construção dos indicadores acima propostos, ou de outros que venham a ser considerados pertinentes, que carecem da informação administrativa para o seu desenvolvimento. Neste contexto, não deve ser menosprezado o trabalho de clarificação de fontes, variáveis e períodos de referência.

3.1.3 Outras sugestões

A necessidade de obter diagnósticos mais detalhados, no plano da intervenção pública (o desenho, a monitorização e avaliação das políticas assim o exige), na construção de conhecimento por parte da academia, ou na necessidade de maior escrutínio por parte dos cidadãos, entre outras, associada a novas realidades e dinâmicas colocam exigências acrescidas em matéria de informação estatística. Ainda que sobre determinadas questões possa existir informação a nível mais agregado, a robustez das desagregações, por exemplo, em termos regionais, níveis de escolaridade, grupos etários, sexo, tipo de contrato, entre outros não é passível de ser assegurada.

Se ao nível da informação estatística existente para a análise de algumas áreas ligadas à pobreza e aos rendimentos se nota alguma desatualização e impossibilidade de análise no detalhe, uma vez que a sua desagregação implica a ausência de representatividade, no caso da informação administrativa identifica-se a dificuldade de acesso à informação desagregada e a escassez da meta informação associada, o que dificulta a perceção do seu conteúdo e a sua utilização por um público mais alargado, impossibilitando a sua classificação enquanto estatísticas.

Em termos de ausência de informação, ou de informação atualizada, podem elencar-se as seguintes áreas temáticas:

- ▶ Percurso de vida dos indivíduos, explorando as ligações entre vários tipos de elementos com a caracterização da família de origem e agregado familiar atual, percursos académico e profissional;
- ▶ Usos do tempo;
- ▶ Trabalho não pago;
- ▶ Deficiência e incapacidades;
- ▶ Economia social e solidária;

- ▶ Trabalho voluntário;
- ▶ Pobreza e desigualdade (ação social, fontes complementares, ...);
- ▶ Acesso e qualidade dos serviços sociais;
- ▶ Novas realidades ligadas, entre outros ao trabalho no âmbito das plataformas digitais e dos nómadas digitais;
- ▶ Alterações climáticas, nomeadamente nas ligações com o mercado de trabalho e as exigências em termos de competências;
- ▶ A informação ao nível regional e sub-regional também teria um papel fundamental neste âmbito.

3.2 Educação

3.2.1 Sugestão de novos indicadores

As desigualdades sociais na área da educação são uma realidade complexa, dinâmica e cuja análise depende da produção periódica de dados com grande fiabilidade. Ainda existem constrangimentos à recolha de dados relevantes para esta análise, tais como a habilitação e a profissão dos pais, bem como o vínculo contratual ou as remunerações em função dos níveis e percursos educativos. Estes dados podem existir a nível amostral, mas tem sido difícil obter informação para o universo da população (em particular, nos extremos socioeconómicos mais e menos favorecidos, por motivos distintos) e, de forma comparativa, para sucessivas coortes.

Pretende-se ainda que, futuramente, e de forma a contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre este tema, estes indicadores possam servir de base para se encontrarem novas pistas de estudo e de análise sobre o tema, que permitam elaborar novos indicadores através do cruzamento de bases de dados de informação (sempre que estas estejam disponíveis).

O relatório apresenta um conjunto de indicadores relativos ao acesso à educação, à sua frequência, aos resultados escolares, à transição para o mercado de trabalho, aos efeitos no mercado de trabalho, à formação ao longo da vida, ao financiamento e apoio social e às tecnologias de informação e comunicação, em Portugal. Recomenda-se ainda uma maior articulação entre as entidades a designar das áreas da Educação, Formação e Ensino Superior e da área do Mercado de Trabalho (MTSS), com vista ao cruzamento das bases de informação administrativa, que possibilite a construção de indicadores relevantes sobre a desigualdade na educação.

O presente documento apresenta: 1) síntese dos principais indicadores apresentados no relatório; 2) Sugestões adicionais

3.2.2 Proposta de Indicadores-chave

1. Acesso à educação

Crianças inscritas e alunos matriculados/inscritos

- ▶ Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em ofertas de educação e formação destinadas a jovens
- ▶ Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em vias profissionalizantes
- ▶ Alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, em ofertas de educação e formação destinadas a adultos

- ▶ Alunos matriculados no ensino superior
- ▶ Taxa de Feminilidade
- ▶ Alunos matriculados/inscritos por nacionalidade

2. Frequência

- ▶ Taxa de escolarização aos 5 anos

3. Resultados escolares

- ▶ Taxa de retenção e desistência
- ▶ Diplomados do ensino superior
- ▶ Taxa de analfabetismo
- ▶ População residente com 15 e mais anos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado
- ▶ População entre os 25 e 64 anos com baixo nível de habilitações
- ▶ Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (30 aos 34 anos)
- ▶ Taxa de abandono precoce de educação e formação
- ▶ Conclusões no tempo esperado e Equidade
- ▶ Percursos dos alunos que ingressaram no ensino secundário, em diferentes vias de ensino (Portugal Continental)
- ▶ Prosseguimento dos estudos dos diplomados dos cursos científico-humanísticos e dos cursos profissionais, por ano letivo de conclusão do ensino secundário (Portugal Continental)
- ▶ Desempenho dos alunos no PISA

4. Transição para o mercado de trabalho e empregabilidade jovem

- ▶ Jovens em Portugal com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação (NEEF)
- ▶ Jovens não empregados, nem em educação ou formação: diferença por habilitações (entre o superior e o ensino básico) (p.p.)
- ▶ Participação dos adultos (25-64 anos) em educação e formação: diferença por habilitações (entre o superior e o ensino básico) (p.p.)
- ▶ Taxa de empregabilidade dos diplomados entre os 20 e 34 anos

5. Formação ao longo da vida

- ▶ Aprendizagem ao longo de vida

6. Financiamento e apoio social

- ▶ Taxa de alunos abrangidos pela ação social escolar
- ▶ Beneficiários da ação social escolar no ensino não superior público, por tipo de benefício
- ▶ Bolseiros do ensino superior em % de alunos matriculados no ensino superior
- ▶ Percentagem do investimento público em educação

7. TIC

- ▶ Número médio de alunos matriculados nos ensinos básico e secundário, por computador com ligação à internet
- ▶ Pessoas com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram internet segundo o nível de escolaridade: diferença por habilitações (entre o superior e o ensino básico)

3.2.3 Outras sugestões

De futuro, será necessário encontrar/produzir indicadores que permitam identificar as desigualdades na área da educação (se elas existirem), possivelmente através do cruzamento de base de dados de várias fontes de informação ou da produção de indicadores a partir dos já existentes, como por exemplo, a necessidade de desagregar os indicadores por tipologia de escola e por regiões permitindo aferir se existem desigualdades sociais nalguns territórios. Permitiria assim analisar, com maior profundidade, alguns dados e responder a algumas questões que ficam por responder, entre as quais o facto de algumas regiões apresentarem valores elevados em alguns dos indicadores, como por exemplo as taxas de retenção e desistência.

Será pela sua localização, pela tipologia e dimensão das escolas existentes, pelo número de alunos matriculados, pela distribuição dos alunos por sexo, pelas ofertas de educação e formação que oferece, pelos recursos e apoios educativos que dispõe, pelos auxílios económicos que os alunos têm, ou possivelmente por outras variáveis que não estão aqui enumeradas?

Por outro lado, que emprego (qualidade, estabilidade dos vínculos, salários, etc.) encontram os jovens diplomados, quer após a conclusão do ensino secundário, quer principalmente após a conclusão de um curso de Ensino Superior? Ao nível do Ensino Secundário, os estudos realizados pela DGEEC, nomeadamente através do Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário (OTES), têm contribuído regularmente para o acompanhamento desta realidade. Ao nível do Ensino Superior, podemos destacar a parceria entre a DGEEC e o CIPES - Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior com vista à realização em Portugal do estudo internacional “European Graduate Tracking Survey” que permitirá produzir os primeiros indicadores globais nesta área, permitindo ainda a comparação com outros países. No entanto, e talvez de forma mais célere e objetiva, poder-se-ia, como referido no início, promover a conexão entre as diversas bases de dados administrativas/estatísticas existentes, quer em relação à Educação, Formação e Ensino Superior, quer em relação ao Mercado de Trabalho, e produzir alguns importantes indicadores nesta área.

Por fim, será importante identificar indicadores que analisem os impactos da pandemia no aumento das desigualdades na educação. Indicadores como o acesso dos alunos a computadores e à Internet para fins educativos são apenas dois exemplos de como se pode medir esta realidade.

Pode-se ainda recolher indicadores já existentes noutras publicações da DGEEC que sejam pertinentes para o tema, tais como:

- ▶ Desigualdades Socioeconómicas e Resultados Escolares - 3.º Ciclo
- ▶ Desigualdades Socioeconómicas e Resultados Escolares - 2.º Ciclo
- ▶ Assimetrias de contexto socioeconómico entre escolas públicas – 2º ciclo
- ▶ Dados relativos às comunidades ciganas (a introduzir, com dados para 2 anos letivos)
- ▶ Educação inclusiva (em fase de recolha dos dados relativos à nova operação)
- ▶ Dados do Observatório dos Trajetos do Ensino Secundário (p.e. Trajetos pós-secundários dos jovens que concluíram o ensino secundário – CCH e CP (%))

3.3 Fiscalidade

3.3.1 Sugestão de novos indicadores

Microdados do IRS

Neste Relatório são utilizadas as Notas de Liquidação do IRS (NL-IRS) uma vez que foram estes os

dados disponibilizados ao Subgrupo. No entanto, o ideal será cruzar todos os rendimentos declarados em sede de IRS (incluindo aqueles que são tributados a taxas liberatórias ou especiais) e não apenas os rendimentos englobados nas NL-IRS. Na secção *III. Outras Sugestões*, é dada uma explicação de como proceder à construção desta distribuição completa dos rendimentos declarados no IRS.

As NL-IRS apenas dizem respeito aos rendimentos englobados, mas têm a vantagem de ter a coleta líquida em IRS já calculada. Assim, podemos aferir os impactos do IRS progressivo nos rendimentos englobados (apesar de não contabilizar os efeitos da totalidade do IRS: taxas liberatórias e especiais).

Todos os seguintes indicadores devem ser calculados com base nas NL-IRS, e por adulto equivalente (utilizando a mesma escala de equivalência aplicada aos indicadores baseados no ICOR):

1. Índice de Gini do rendimento pré-IRS e índice de Gini do rendimento pós-IRS.
2. Redistribuição absoluta do IRS (diferença entre os dois anteriores, em pp). Esta é igual ao produto das duas componentes seguintes. Deverá ser decomposta entre Progressividade (índice de Kakwani: diferença entre o índice de concentração do IRS e o índice de Gini do rendimento pré-IRS, em pp) e Dimensão do imposto (“carga fiscal”, total da receita em IRS a dividir pelo total do rendimento pós-IRS, em decimais). Redistribuição relativa, isto é redistribuição absoluta a dividir pelo índice de Gini do rendimento pré-IRS, a multiplicar por 100 (i.e., percentagem da desigualdade original que é atenuada pelo imposto).
3. Fatias do rendimento pré-IRS e do rendimento pós-IRS (e sua diferença em pp) dos seguintes grupos: top 1%, top 10%, middle 40%, bottom 50% e bottom 40%.
4. Quatro indicadores sobre o top 5%, top 1%, top 0,1%, top 0,01% e top 0,001%: rendimento mínimo, rendimento médio, fatia do rendimento bruto, e taxa efetiva média.

Este conjunto de indicadores tira partido das mais-valias que advêm da natureza administrativa dos dados do IRS. Em primeiro lugar, medem os efeitos redistributivos provenientes exclusivamente do IRS progressivo e distinguem os respetivos contributos da progressividade e da dimensão do imposto. Em segundo lugar, evidenciam as percentagens do rendimento que são auferidos por grupos que compõem toda a distribuição e ainda mostram a forma como o IRS redistribui essas parcelas do rendimento entre os grupos. Por fim, colmatando uma das lacunas dos inquéritos, informam sobre a composição do topo da distribuição do rendimento. Por todas estas razões acrescentam valor à informação estatística que está ao dispor da comunidade e permitem uma análise mais completa das desigualdades de rendimento e de fiscalidade.

Microdados do ICOR

O INE passou recentemente a publicar a série dos Índices de Gini dos rendimentos brutos e dos rendimentos disponíveis, por adulto equivalente. Sugerimos que passem a ser publicados os seguintes indicadores, idealmente em conjunto:

1. Índice de Gini do rendimento de mercado (antes de impostos)
2. Índice de Gini do rendimento de mercado após pensões
 - a. [Índice de Gini do rendimento bruto: rendimento de mercado após pensões e outras transferências sociais]
 - ▶ b. [Índice de Gini do rendimento disponível: após todas as transferências sociais e após impostos]

3. Efeito redistributivo das pensões: a diferença entre 1. e 2. mede o efeito redistributivo das pensões.
4. Efeito redistributivo das outras transferências sociais: a diferença entre os indicadores 2. e a. mede o efeito redistributivo isolado das outras transferências sociais (para além das pensões).
5. Efeito redistributivo dos impostos: a diferença entre os indicadores a. e b. mede o efeito redistributivo conjunto do IRS, das Contribuições para a Segurança Social (CSS) e outros impostos regulares sobre o património (ou seja, não isola o do IRS).

Microdados do ISFF

1. Média da riqueza líquida
2. Percentis da riqueza líquida (p10, p25, p50/mediana, p75 e p90)
3. Percentil p99 da riqueza líquida
4. Fatia da riqueza líquida detida pelos 1% com maior riqueza

Todos estes, e ainda os indicadores-chave destacados em baixo, devem passar a ser publicados em série na *Árvore do INE*, em: *Produtos – Base de Dados – Navegação em Árvore – Condições de vida e cidadania – Pobreza e desigualdade económica – ...* (ao critério do INE).

3.3.2 Proposta de Indicadores-chave

Rendimento e Fiscalidade

Principais indicadores atualmente disponibilizados por instituições de estatística, **com base no inquérito EU-SILC** e por adulto equivalente (sendo que a OCDE utiliza uma escala de equivalência diferente):

1. Índice de Gini do rendimento de mercado (antes de impostos) (OCDE)
2. Índice de Gini do rendimento de mercado após impostos (Eurostat)
3. Índice de Gini do rendimento de mercado após impostos e pensões (Eurostat)
4. Índice de Gini do rendimento bruto, isto é, rendimentos de mercado após todas as transferências sociais (incluindo pensões), mas antes de impostos (OCDE, INE)
5. Índice de Gini do rendimento disponível, após todas as transferências sociais e impostos (Eurostat, OCDE e INE)
6. Rácio S80/S20 (fatia dos 20% mais ricos sobre a dos 20% mais pobres) em termos de rendimento disponível (Eurostat, OCDE e INE)
 - ▶ a. Rácio S80/S20 (fatia dos 20% mais ricos sobre a dos 20% mais pobres) em termos de rendimento de mercado e pensões, antes de impostos (Eurostat)
 - ▶ b. Rácio S80/S20 (fatia dos 20% mais ricos sobre a dos 20% mais pobres) em termos de rendimento bruto, isto é, rendimentos de mercado e pensões após pagamento do IRS, CSS e impostos regulares sobre o património (Eurostat)

7. Rácio S90/S10 (fatia dos 10% mais ricos sobre a dos 10% mais pobres) em termos de rendimento disponível (INE)

8. Rácio de Palma, isto é, fatia dos 10% mais ricos sobre a dos 40% mais pobres, em termos do rendimento disponível (OCDE)

Novos indicadores disponibilizados pelo INE **com base nas Notas de Liquidação do IRS** (apenas rendimentos englobados), por agregado fiscal e por sujeito passivo (e não por adulto equivalente):

1. Índice de Gini do rendimento pré-IRS (rendimento bruto englobado que já é descontado de algumas deduções específicas)

2. Índice de Gini do rendimento pós-IRS (rendimento bruto englobado menos a coleta líquida)

- ▶ a. A diferença entre os indicadores 1. e 2. do INE mede o efeito redistributivo isolado do IRS. Contudo, não inclui os rendimentos não englobados e tributados de forma não progressiva a taxas liberatórias e especiais. Para além disso, não explicita o indicador de redistribuição absoluta nem relativa e não decompõe o primeiro entre progressividade e dimensão do imposto.

3. Rácio P90/P10 (rendimento no percentil 90, rendimento mais baixo entre os 10% mais ricos, sobre o percentil 10, rendimento mais alto entre os 10% mais pobres).

4. Rácio P80/P20 (rendimento no percentil 80, rendimento mais baixo entre os 20% mais ricos, sobre o percentil 20, rendimento mais alto entre os 20% mais pobres).

Riqueza

Atualmente são publicados no site do INE, alguns indicadores **com base no Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF)**. Porém, uns são publicados em Destaques em PDF e outros em Excel, e a seleção de indicadores não é consistente. Destes destacamos os seguintes:

1. Fatia da riqueza líquida detida pelos 10% com maior riqueza

2. Fatia da riqueza líquida detida pelos 50% com menor riqueza

3. Fatia da riqueza líquida detida pelos 40% de famílias entre o percentil 50 e o percentil 90

4. Índice de Gini da riqueza líquida

3.3.3 Outras sugestões

De modo a contruir uma distribuição mais completa dos rendimentos brutos declarados em IRS, por sujeito passivo, (e não só os englobados nas NL-IRS) são necessárias as seguintes informações, sempre com a mesma chave de anonimização dos NIF dos sujeitos passivos:

- Campos das declarações de IRS **Modelo 3** e respetivos anexos, desagregados por contribuinte:
 - ▶ **Anexo A**, trabalho dependente ou pensões: soma dos rendimentos (Quadro 4A)
 - ▶ **Anexo B**, trabalho por conta própria (regime simplificado): soma dos rendimentos dos três quadros (Quadro 4A, 4B e 4C)
 - ▶ **Anexo C**, trabalho por conta própria (regime contabilidade organizada): montantes dos lucros/prejuízos (Quadro 4, campo 470/469), mais os rendimentos do campo 471.

- ▶ **Anexo D**, soma de controlo do valor rendimentos líquidos imputados do Quadro 4; e soma dos rendimentos obtidos por alojamento local do Quadro 11.1.
- ▶ **Anexo E**, rendimentos de capitais: soma dos rendimentos do Quadro 4A (sujeitos a taxas especiais do art.º 72.º do CIRS, são sempre declarados neste anexo do modelo 3); soma dos rendimentos do Quadro 4B (sujeitos a taxas liberatórias do art.º 71.º do CIRS, que só são aqui reportados quando se optar pelo englobamento).
- ▶ **Anexo F**, rendimentos prediais: total do valor líquido de rendas (Quadro 4); total de rendas recebidas por sublocação (Quadro 6); total de rendimentos distribuídos por fundos ou sociedades de investimento imobiliário (Quadro 8).
- ▶ **Anexo G**, mais-valias e outros incrementos patrimoniais. Diferença entre a soma do valor de realização e a soma do valor de aquisição: do Quadro 4 e 7 (bens imóveis), do Quadro 6 (propriedade intelectual), do Quadro 8 (cessação de créditos), do Quadro 9 (valores mobiliários, e.g. ações); A soma dos rendimentos obtidos por alienação (Quadro 11A) ou resgate de posições em fundos/sociedades de investimento imobiliário (Quadro 11B); Soma de controlo dos rendimentos obtidos com derivados financeiros (Quadro 13); Soma dos rendimentos por resgate/liquidação de posições em fundos/sociedades de investimento mobiliário (Quadro 10); Soma de controlo dos rendimentos por via de outros incrementos patrimoniais (Quadro 14).
- ▶ **Anexo G1**, mais-valias não tributadas. Diferença entre a soma do valor de realização e a soma do valor de aquisição: de valores mobiliários (Quadro 4) e de bens imóveis (Quadro 5).
- Campos das declarações do **Modelo 39**: soma dos montantes dos rendimentos, de modo a obter todos os rendimentos de capitais e de propriedade que foram tributados a taxas liberatórias, e que não foram englobados no momento da liquidação. Isto é, todos os rendimentos das categorias E (capitais), F (prediais) e G (incrementos patrimoniais) que não foram declarados ou englobados nos anexos E, F e G/G1 do modelo 3.

Cruzando todos estes campos por NIF anonimizado obtemos o total de rendimento bruto declarado em IRS (englobado e não englobado) de todos os sujeitos passivos. Deve-se ainda consolidar esta base de dados por agregado fiscal, adicionando duas variáveis, presentes no Rosto do Modelo 3, necessárias para calcular as escalas de equivalência: número de membros do agregado com 14 anos ou mais e o número de crianças com menos de 14 anos. Tendo em conta a complexidade destas operações (e.g. evitar duplicações de rendimentos reportados no modelo 39 que depois foram englobados nos anexos do modelo 3, mas também incluir os sujeitos passivos que apenas declaram rendimentos no modelo 39), sugere-se que seja a AT a efetuar estes cruzamentos de dados. Caso contrário, é importante que haja apoio técnico por parte do Ministério das Finanças ao INE.

Todos os seguintes indicadores devem ser calculados com base nesta distribuição completa (dos rendimentos brutos englobados e não englobados), e por adulto equivalente (utilizando a mesma escala de equivalência aplicada aos indicadores baseados no ICOR):

1. Índice de Gini do rendimento bruto declarado (englobado e não englobado)
2. Fatias do rendimento bruto declarado (englobado e não englobado) dos seguintes grupos: top 1%, top 10%, middle 40%, bottom 50% e bottom 40%.
3. Quatro indicadores sobre o top 5%, top 1%, top 0,1%, top 0,01% e top 0,001%: rendimento mínimo, rendimento médio, fatia do rendimento total.

Com o apoio técnico da AT é também possível calcular a coleta líquida total (não só a presente nas NL-IRS, mas também aquela que é liquidada em sede de taxas liberatórias e especiais). Desta forma, seria

possível calcular todos os indicadores sugeridos para as NL-IRS, e não apenas os aqui referidos (que só dizem respeito ao rendimento bruto).

Transparência e disponibilização dos dados da Autoridade Tributária

Todos os indicadores calculados neste Subgrupo carecem duma limitação muito importante: não incluem os rendimentos não englobados no IRS. Como foi discutido ao longo do relatório, isto leva à subestimação da desigualdade real em Portugal e à provável sobrestimação da progressividade do IRS. De modo a resolver esta lacuna, o INE e a AT devem colaborar para consolidar a totalidade de rendimentos tributados em sede IRS, calcular e publicar os indicadores sugeridos a partir desta base de dados desconhecida e ainda disponibilizar esses microdados para fins de investigação.

Apesar de os rendimentos não englobados serem tributados de forma autónoma e separada, a AT dispõe de todos estes dados. Por exemplo, todos os rendimentos e receitas provenientes das taxas libertatórias são reportados, através do modelo 39, pelas instituições financeiras (e.g. bancos) que efetuam a retenção na fonte. Por outro lado, grande parte dos rendimentos que são tributados a taxas especiais (e.g. rendas e mais-valias) são reportados diretamente no modelo 3. Ou seja, constam das bases de dados das Declarações do IRS, apesar de não serem incluídas no rendimento bruto das Notas de Liquidação. A partir dos Anexos completos das Declarações do IRS e ainda dos outros modelos onde se reportam outros rendimentos não englobados, é possível somar o total de rendimentos auferidos por cada agregado fiscal (pelo menos desde 2010). Deste modo não só seria possível medir a desigualdade de mercado efetiva em Portugal, como também passaríamos a ter transparência e conhecimento sobre que grupos da distribuição é que englobam ou não todo o seu rendimento, e ainda estimar os efeitos de existirem estas opções pelo não englobamento.

Enquanto estes passos não forem dados, as NL-IRS atualmente disponibilizadas pelo INE devem passar a decompor o rendimento bruto pelas diferentes categorias do rendimento. Logo, o INE deve pedir à AT que adicione novas colunas nos microdados, relativas ao montante em cada categoria. É também importante que haja transparência relativamente ao tratamento que o INE dá a estes dados, nomeadamente sobre os critérios de eliminação de observações.

Melhorar as tabelas publicadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira no Portal das Finanças

Para além da disponibilização destes microdados fiscais, a AT deveria passar a publicar tabelas por escalões mais detalhadas. Idealmente, os ficheiros Excel do Portal das Finanças deveriam publicar tabelas por escalões de rendimento total (englobado e não englobado). Estas tabelas devem continuar a publicar o número de agregados fiscais, o total dos rendimentos por escalão e o total de impostos pagos por escalões. Adicionalmente, em linha com as sugestões do World Inequality Lab (Alvaredo et al., 2020, p. 162) devem conter novas colunas que decomponham esse rendimento total entre rendimentos do fator trabalho (incluindo pensões) e rendimentos do fator capital (no sentido lato).⁷² Por sua vez, essa coluna do total dos rendimentos de capital deve ser decomposta noutras colunas que reportem os montantes relativos a: rendimentos prediais (cat. F), rendimentos de capitais (cat. E) e incrementos patrimoniais (cat. G). Por fim, cada uma destas quatro colunas (total e componentes) poderia reportar a percentagem de cada categoria de rendimento que não é englobada em cada escalão.

Calcular a desigualdade de riqueza com base em dados administrativos da Autoridade Tributária e Aduaneira

O património imobiliário é tributado através do IMI, do IMT (caso a transmissão seja onerosa) e do Imposto de Selo (caso a transmissão seja gratuita). Ou seja, em Portugal não existe um imposto sobre as heranças e doações, nem sobre a riqueza num sentido mais lato, visto que o Imposto Sucessório foi extinto em 2004. Desde então que apenas se aplica o IS de 10% sobre a herança de alguns bens, ao qual se acresce 0,8% sobre os imóveis. Note-se que todos os herdeiros diretos (cônjuges, filhos ou netos, pais ou avós) estão isentos de qualquer imposto sobre a herança exceto deste pequeno acréscimo sobre imóveis. Porém, seria possível fazer uma análise inédita da desigualdade de riqueza em Portugal com estes microdados do IS sobre as heranças já que, apesar de isentos, qualquer beneficiário tem de

⁷² Os rendimentos "mistos" da categoria B (profissionais ou empresariais) poderiam ser incluídos na primeira coluna (fator trabalho), já que representam menos de 6% do rendimento englobado e não são passíveis de não serem englobados por residentes.

declarar todos estes ativos e respetivos montantes ao Fisco. Assim, este GT recomenda que o presente protocolo entre a AT e o INE, ou um protocolo adicional para o efeito, passe a abranger a partilha e tratamento dos microdados relativos ao Imposto de Selo sobre heranças e doações para que seja possível investigar cientificamente o nível e evolução da desigualdade de riqueza em Portugal, tal como é possível noutros países ocidentais.

3.4 Saúde

3.4.1 Sugestão de novos indicadores

Há três domínios mal cobertos e muito sensíveis em termos de desigualdade na área da saúde: a saúde infantil (envolvendo a obesidade, na dimensão de estado de saúde, e os cuidados de saúde oral, na dimensão de acesso e uso de cuidados de saúde), a saúde mental e a saúde laboral (melhor conhecimento dos riscos no trabalho: acidentes de trabalho, doenças profissionais, exposição aos riscos).

Além disso, escasseiam indicadores que revelem adequadamente as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde (no sentido de necessidades não satisfeitas do uso destes serviços), devendo também explorar-se fontes de natureza administrativa para esse efeito.

Outras recomendações são feitas no ponto III.

3.4.2 Proposta de Indicadores-chave

A. Indicadores do estado de saúde

Esperança de vida

- ▶ Diferença na esperança média de vida (à nascença, aos 30 anos e aos 65 anos), por sexo e por níveis de rendimento, por habilitações (1º e último quintil)

Prevalência de doenças crónicas

- ▶ Diferença, por níveis de escolaridade, no reporte de asma, problemas respiratórios, tensão arterial elevada, diabetes e depressão crónica.

População empregada exposta a riscos no trabalho

- ▶ Proporção de pessoas dos 15 aos 74 anos empregados que referiram pelo menos um acidente de trabalho nos últimos 12 meses, por idade e sexo
- ▶ Proporção de pessoas dos 15 aos 74 anos que referiram pelo menos um problema de saúde relacionado com o trabalho sofrido nos últimos 12 meses, por idade e sexo

B. Indicadores das determinantes e fatores de risco da saúde

Excesso de peso e obesidade

- ▶ Índice de Massa Corporal (obeso, normal, abaixo do normal) por sexo, idade e nível de instrução

Consumo de tabaco e exposição ao fumo ambiental de tabaco

- ▶ Hábitos de fumo (não fumador, fumador diário, fumador ocasional) por sexo, idade e nível de instrução

Consumo excessivo de álcool

- ▶ Frequência de consumo de álcool (diariamente, todas as semanas, todos os meses, menos que uma vez por mês, nunca) por sexo, idade e nível de instrução

C. Indicadores de acesso e uso dos cuidados de saúde

Saúde oral

- ▶ Proporção de pessoas que autodeclararam não ter conseguido satisfazer as suas necessidades de serviços de saúde dentária devido a razões financeiras, tempo de espera ou distância, por sexo, idade e nível de instrução

Rastreio e prevenção de doenças oncológicas

- ▶ Proporção das pessoas com idade entre 50 e 74 anos que declararam ter feito um exame oncológico ao cancro colo-rectal nos últimos dois anos, por sexo, idade e nível de instrução
- ▶ Proporção das mulheres com idade entre 50 e 74 anos que declararam ter feito uma mamografia nos últimos dois anos, por idade e nível de instrução

D. Indicadores do financiamento dos cuidados de saúde

Despesas catastróficas em saúde

- ▶ Rácio entre o valor dos pagamentos diretos dos cuidados de saúde e o valor da capacidade de pagamento dos agregados familiares

Progressividade das despesas em cuidados de saúde

- ▶ Índice de Kakwani das despesas privadas de cuidados de saúde (diferença entre Gini do rendimento disponível e o índice de concentração das despesas privadas de cuidados de saúde).

3.4.3 Outras sugestões

Recomenda-se que seja promovida no contexto ou do SEN ou do CSE uma maior reflexão sobre qual deverá ser a entidade a quem endereçar a realização regular de um enquadramento internacional das variáveis da saúde e das desigualdades na saúde, possibilitando comparações internacionais pelo uso de bases de dados das organizações internacionais (Eurostat, OCDE e OMS)

Outra recomendação tem a ver com a natureza da informação usada para construir indicadores de desigualdade na saúde. Trata-se, em muitos casos, no caso dos indicadores do estado de saúde, de medições autoreportadas que, em muitos casos, é a única forma de obter informação. Há que ter em conta o efeito, nessa autoavaliação, da influência de fatores socioculturais que podem desviar estas avaliações das que resultem de medições com natureza objetiva. Sendo informação muito relevante, há vantagem em confrontar este tipo de informação com formas de medição assistidas clinicamente, ainda que alguns destes estudos possam ser feitos com menos regularidade e no âmbito de projetos de investigação internacionais. Face ao exposto recomenda-se sejam promovidos, no âmbito do SEN, estudos baseados em informação administrativa sobre variáveis diversas referentes a medições assistidas clinicamente, eventualmente no âmbito de projetos de investigação internacional.

Recomenda-se fortemente que seja adequadamente combinada a informação obtida por inquirição à população com informação de natureza administrativa relativa ao funcionamento dos serviços de saúde.

A análise das desigualdades na saúde obriga a que, relativamente às variáveis mais relevantes para os quatro domínios considerados (estado de saúde, determinantes da saúde, uso e acesso aos cuidados de saúde e financiamento da saúde), se conheçam os valores destas variáveis desagregadamente por atributos individuais (sexo, idade, nível de instrução, rendimento, categoria socioeconómica e, quando pertinente, a profissão). É especialmente notória a falta de informação, por alguns destes atributos, dos indicadores da esperança de vida. Observa-se, em particular, que a informação estatística sobre a mortalidade prematura é muito insuficiente.

Também é necessário procurar identificar causas determinantes das condições de saúde relacionadas com a insegurança económica, a literacia em saúde, o stress, a satisfação com a vida, as condições ambientais (poluição), o défice energético (pobreza energética), e encontrar indicadores relevantes. Assim como é necessário avançar na construção de indicadores de carga global da doença (Global Burden of Disease) (que engloba mortalidade prematura e incapacidade), ventilado pelos atributos individuais acima referidos.

3.5 Habitação

3.5.1 Sugestão de novos indicadores

- a. Montantes orçamentados e despendidos segundo os diferentes programas públicos em período de vigência relacionados com a habitação.
- b. Habitação social: número total de fogos, tipologia, ocupação, número de pedidos de habitação social, renda média, receita e despesa média por fogo de habitação social.
- c. Subsídios de renda da Segurança Social: número de candidatos e de beneficiários, valor médio por subsídio, montante total despendido.
- d. Arrendamento privado: número total dos contratos de arrendamento em vigor, valor médio da renda por m² segundo o período de celebração do contrato e a forma do contrato.
- e. Número de despejos de alojamentos familiares de residência habitual por iniciativa e motivo.
- f. Propriedade: número de penhoras de alojamentos familiares de residência habitual.
- g. Pobreza: Taxa de pobreza após custos com a habitação.
- h. Taxa de sobrecarga com as despesas com a habitação antes e depois de subsídios à habitação.
- i. Edifícios de habitação certificados por classe

3.5.2 Proposta de Indicadores-chave

- j. Despesas públicas em habitação (Eurostat).
- k. Rácio entre preço da habitação e rendimento no acesso à habitação (INE).
- l. Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento no acesso à habitação (INE)
- m. Taxa de sobrelotação da habitação (ICOR, INE).
- n. Privação material na dimensão habitação por número de itens (ICOR, INE).
- o. Taxa de sobrecarga das despesas em habitação (ICOR, INE).
- p. Rácio dos empréstimos vencidos, particulares com a finalidade habitação (Banco de Portugal).

4 Bibliografia e webgrafia

4.1 Introdução

Aboim, Sofia (2020), “Covid-19 e desigualdades de género: uma perspetiva interseccional sobre os efeitos da pandemia”, em Renato Miguel do Carmo; Inês Tavares; e Ana Filipa Cândido (orgs.) (2020), *Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro*, Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE, pp. 130-148: <https://www.observatorio-das-desigualdades.com/2020/11/29/umolharsociologicosobreacovid19emlivro/>

Atkinson, Anthony B. (2016), *Desigualdade: O Que Fazer?* Lisboa, Bertrand.

Barata, André e Renato Miguel do Carmo (2015), *O Futuro nas Mãos: de Regresso à Política do Bem-Comum*, Lisboa, Tinta-da-China.

Bhir, Alain e Roland Pfefferkorn (2008), *Le système des Inégalités*, Paris, La Découverte.

Bourdieu, Pierre (2010[1979]), *A Distinção: uma crítica social da faculdade de juízo*, Lisboa, Edições 70.

Cantante, Frederico (2019), *O Risco da Desigualdade*, Almedina.

[Carmo, RM \(2021\), “Social inequalities: theories, concepts and problematics”, SN Social Sciences, 1:116. DOI: https://doi.org/10.1007/s43545-021-00134-5](https://doi.org/10.1007/s43545-021-00134-5)

Carmo, Renato Miguel do (2009), “Coesão e capital social: uma perspetiva para as políticas públicas”, em Luísa Veloso e Renato Miguel do Carmo (orgs.), *A Constituição Social da Economia*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 197-230.

Carmo, Renato Miguel do; Rio, Cédric; Medgyesi, Márton (eds.) (2018), *Reducing Inequalities: A Challenge for the European Union?*, Basingstoke (UK), Palgrave Macmillan.

Carmo, Renato Miguel do, e Nuno Nunes (2013), “Class and social capital in Europe: a transnational analysis of the European Social Survey”, *European Societies*, 15 (3), pp. 373-387.

Carmo, Renato Miguel do (org.)(2013), *Portugal uma Sociedade de Classes: Polarização Social e Vulnerabilidade*, Lisboa, Edições 70/ Le Monde Diplomatique Ed. Portuguesa.

Costa, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Costa, António Firmino da (1998), “Classificações Sociais”, *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, 3(2), 65-75.

Costa, António Firmino da, e Mauritti, Rosário (2018), “Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa”, em Carmo, RM et al (orgs) (2018), *Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 109-129.

OECD (2018), *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*.

Parkin, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*, Londres, Tavistock.

Piketty, Thomas (2020), *Capital and Ideology*, Cambridge/Massachusetts, Belknap Harvard

Rawls, John (2001 [1971]), *Uma Teoria da Justiça*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

Sen, Amartya (2003), *Desenvolvimento como Liberdade*, Lisboa, Gradiva.

Sen, Amartya (1980), “Equality of What?” em S. McMurrin (ed.), *Tanner Lectures on Human Values*. Vol. I. Cambridge, Cambridge University Press.

Therborn, Göran (2013), *The Killing Fields of Inequality*, Polity Press.

Therborn, Göran (ed.) (2006), *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, London, Verso.

Tilly, Charles (2005), “Historical perspectives on inequality”, in Mary Romero and Eric Margolis (eds.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell, pp. 15-30.

UNDP (2019), Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century, Human Development Report 2019.

Wilkinson, Richard, e Kate Pickett (2010), *O Espírito da Igualdade. Por que Razão Sociedades mais Igualitárias Funcionam Quase Sempre Melhor*, Lisboa, Editorial Presença.

Wright, Erik Olin (1994), “Análises de classes, história e emancipação”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, pp. 3-35.

4.2 Trabalho, Emprego e Proteção Social

Almeida, João Ferreira de (2013), *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos. Portugal e Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Brussevich, Mariya; Era Dabla-Norris; Christine Kamunge; Pooja Karnane; Salma Khalid; Kalpana Kochhar (2018), *Gender, Technology, and the Future of Work*; FMI, Fiscal Affairs and Human Resources Departments

<https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2018/10/09/Gender-Technology-and-the-Future-of-Work-46236>

CANTANTE, Frederico Manuel Pincho (2018), *Desigualdades de rendimento a partir do topo em Portugal: mercado de trabalho, redistribuição e fiscalidade*, Lisboa: ISCTE-IUL, Tese de doutoramento.

Carmo, Renato Miguel do, e Frederico Cantante (2015), “Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego: tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira”, em *Sociologia, problemas e praticas*, 77/2015. ECKERT, Henri (2008) Présentation de l’ouvrage « *Le système des inégalités* » (2008) *Formation employ*; *Revue française de sciences sociales*; 104; octobre-décembre;

<https://journals.openedition.org/formationemploi/1766>

OECD (2015) *In It Together – Why Less Inequality Benefits All*, OECD, Paris

OECD (2018) *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*, OECD publishing, Paris

OECD (2019) *Negotiating our Way Up: Collective Bargaining in a changing world of work*, Executive summary and overview, OECD publishing, Paris <https://www.oecd.org/els/emp/ExecutiveSummaryAndOverview.pdf>

Portal do Eurostat <https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>

Portal do INE https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

Portal do GEP <http://www.gep.mtsss.gov.pt/inicio>

Rodrigues, C. F. et al. (2012), *Desigualdades Económicas em Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa;

Rodrigues, C. F. et al. (2016), *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal – As consequências sociais do programa de ajustamento*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa

[Therborn, Göran \(ed.\) \(2006\). *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*. London, Verso](#)

4.3 Educação

Abrantes, P. (2010). *Escolas de qualidade para todos: Alguns casos de inovação e sucesso*. In *Estado da Educação 2010*, Lisboa, Conselho Nacional de Educação.

Abrantes, P. (2011). *Revisitando a teoria da reprodução: debate teórico e aplicações ao caso português*. *Análise Social*, (199), 261-281.

Abrantes, P., & Abrantes, M. (2014). *Gendering social mobility: A comparative perspective on the nexus of education and class across Europe*. *Gender and Education*, 26(4), 377-396.

Abrantes, P. & Roldão, C. (2019). “The (mis) education of African descendants in Portugal: Towards vocational traps?.” *Portuguese Journal of Social Science* 18.1: 27-55.

Almeida, A. N., & Vieira, M. M. (2006), *A Escola em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais. An-

dersen, R., & Van de Werfhorst, H. G. (2010). Education and occupational status in 14 countries: the role of educational institutions and labour market coordination. *The British journal of sociology*, 61(2), 336-355.

Betts, J. R. (2011). The Economics of Tracking in Education. *Handbook of the Economics of Education*, 3, pp. 341-381.

Bourdieu, P. (org.) (1997). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes.

Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1970). *La Reproduction: Éléments Pour une Théorie du Système d'enseignement*. Paris: Minuit.

Boudon, R. (1981), *A Desigualdade de Oportunidades: A Mobilidade Social nas Sociedades Industriais*, Brasília, Universidade de Brasília.

Breen, R., & Jonsson, J. O. (2005). Inequality of opportunity in comparative perspective: Recent research on educational attainment and social mobility. *Annu. Rev. Sociol.*, 31, 223-243.

Buchmann, C., & Hannum, E. (2001). Education and stratification in developing countries: A review of theories and research. *Annual review of sociology*, 27(1), 77-102.

Coleman, J. S. (1966). *Equality of Educational Opportunity*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office.

Devine, F. (2004). *Class Practices: How Parents Help Their Children Get Good Jobs*. Cambridge: Cambridge University Press.

Dupriez V., Dumay, X., & Vause, A. (2008). How Do School Systems Manage Pupils' Heterogeneity? *Comparative Education Review*, Vol. 52, No. 2 (May 2008), pp. 245-273.

Fitz, J., Davies, B., & Evans, J. (2006). *Educational Policy and Social Reproduction: Class Inscription and Symbolic Control*. Oxon: Routledge.

Grácio, S. (1997), *Dinâmicas de Escolarização e das Oportunidades Individuais*, Lisboa, Educa.

Grossman, M. (2006). Education and Nonmarket Outcomes, *Handbook of the Economics of Education*, 1, pp. 577-633.

Hanushek, E. A., & Woessmann, L. (2011). *The Economics of International Differences in Educational*

Achievement, *Handbook of the Economics of Education*, 3, pp. 89-200.

Lochner, L. (2011). Nonproduction Benefits of Education: Crime, Health, and Good Citizenship. *Handbook*

of the Economics of Education, 4, pp. 183-282.

Machado, F. L., et al. (2003). Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.

Machado, F. L., Matias, A. R. & Leal, S. (2005). Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados

escolares dos filhos de imigrantes africanos. *Análise Social*, 50 (176), pp. 695-714.

Martins, S. C. 2012. *Escola e Estudantes da Europa: Estruturas, Recursos e Políticas de Educação*. Lisboa:

Mundos Sociais.

Muller, W., & Karle, M (1993). "Social Selection in Educational Systems in Europe." *European Sociological*

Review 9 (1): 1–23.

Seabra, T. (2009), Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, pp. 75-106.

Seabra, T., Mateus, S., Rodrigues, E., & Nico, M. (2011). Trajetos e projetos de jovens descendentes de imigrantes à saída da escolaridade básica (Vol. 47). *Observatório da Imigração, ACIDI, IP*.

Van de Werfhorst, H., & Mijs, J. (2010). "Achievement Inequality and the Institutional Structure of Educational Systems: A Comparative Perspective." *Annual Review of Sociology* 36: 407–428.

Wenglinsky, Harold (1998), Finance Equalization and Within-School Equity: The Relationship Between Education Spending and the Social Distribution of Achievement, *Educational Evaluation and Policy Analysis*, vol. 20, 4: pp. 269-283.

Willis, P. (1977). *Learning to Labour: How Working-Class Kids Get Working Class Jobs*. Londres: Saxon House.

4.4 Fiscalidade

Alvaredo, F. (2008). *Top incomes and earnings in Portugal 1936-2004 - WORKING PAPER N° 2008 - 17*. 33(0).

Alvaredo, F. (2009). Top incomes and earnings in Portugal 1936-2005 - Elsevier. *Explorations in Economic History*, 46(4), 404–417. <https://doi.org/10.1016/j.eeh.2009.04.006>

Alvaredo, F., Atkinson, A. B., Blanchet, T., Chancel, L., Bauluz, L., Fisher-Post, M., Flore, I., Garbinti, B., Goupille-Lebret, J., Martínez-Toledano, C., Morgan, M., Neef, T., Piketty, T., Robilliard, A.-S., Saez, E., Yang, L., & Zucman, G. (2020). *Distributional National Accounts Guidelines: Methods and Concepts Used in the World Inequality Database*.

Alvaredo, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2018). *The World Inequality Report 2018*. Belknap Press. <https://doi.org/10.4159/9780674984769>

Atkinson, A. B., Piketty, T., & Saez, E. (2011). Top incomes in the long run of history. *Journal of Economic Literature*, 49(1), 3–71. <https://doi.org/10.1257/jel.49.1.3>

Cantante, F. (2019). *O risco da desigualdade*. Leya.

INE. (2020). *Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS: 2018*. <https://doi.org/2184-7177>

Mergulhão, A. (2020). *Indicadores de Desigualdades Fiscais e de Rendimento (No. 01–2020; GPEARl WP)*.

Rodrigues, C. F. (1994). *Repartição do Rendimento e Desigualdade: Portugal nos anos 80*. *Estudos de Economia*, 14(4), 399–428.

Rodrigues, C. F., & Andrade, I. (2014). Robin hood versus piggy bank: Income redistribution in Portugal 2006-2010. *Panoeconomicus*, 61(5), 617–630. <https://doi.org/10.2298/PAN1405617R>

Rodrigues, C. F., & Andrade, I. (2019). *Redistribution Policy and Inequality in Portugal (2008-2017)*. *Notas Económicas*, 7–20, 23–42. https://doi.org/10.14195/2183-203X_50_3

Rodrigues, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2016). *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal*. In *Desigualdade do rendimento e Pobreza em Portugal* (pp. 45–56).

Saez, E., & Zucman, G. (2019). *The triumph of injustice: How the rich dodge taxes and how to make them pay*. WW Norton & Company.

4.5 Saúde

Almeida, J.M.C. *et al.* (2017), *M H Crisis Impact Report 1: Epidemiological study and qualitative study results*.

Almeida, J.M.C., Xavier, M. (coordenadores) (2017). Estudo epidemiológico de saúde mental: 1º Relatório. Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa.

Barreto, J. et al. (2016). 1º Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF 2015): Estado de Saúde. Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge.

Beekman, A. et al. (1995). Predicting the course of depression in the older population: results from a community-based study in The Netherlands. *Journal of Affective Disorders*, Volume 34, Issue 1, Pages 41-49,

Campos-Matos, I.; Russo, G.; Perelman, J. (2016), Connecting the dots on health inequalities – a systematic review on the social determinants of health in Portugal. *International Journal of Equity in Health*, 15:26. DOI: 10.1186/s 12939-016-0314-z

Castro Caldas, A. et al. (2019). Conselho Nacional de Saúde. Sem mais tempo a perder - saúde mental em Portugal: um desafio para a próxima década. Lisboa: CNS

Deaton, A. (2013), *The great escape: health, wealth and the origins of inequality*. Princeton University Press.

EIGE (2020). Gender Equality Index 2020: Digitalisation and the future of work. Vilnius: European Institute for Gender Equality EIGE

Kawachi, I.; Subramanian, S.V.; Almeida-Filho, N. (2002), A glossary of health inequalities. *Journal of Epidemiol Health*, 56: 647-652

Namorado, S. et al. (2016). 1º Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF 2015): Determinantes de Saúde. Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge.

OECD (2020), *Health at a Glance: Europe 2020. State of Health in the EU cycle*. Paris: OECD.

OECD (2019a). *Health for Everyone? Social Inequalities in Health and Health Systems*. Paris: OECD.

OCDE (2019b), *State of Health in the EU: Portugal. Country Health Profile 2019*. Paris: OECD.

OECD (2019c), *The Heavy Burden of Obesity: The Economics of Prevention*, OECD Health Policy Studies, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/67450d67-en>

Quintal, C., Lopes, J. (2015). Equity in health care financing in Portugal: findings from the Household Budget Survey 2010/2011. *Health Economics, Policy and Law*, 11:233-252.

Quintal, C., Venceslau, S. (2011). Equidade nos pagamentos diretos dos cuidados de saúde em Portugal: uma análise global e por NUTS II. *Estudos Regionais* nº 25/26.

Rito, A., Cruz de Sousa, R., Mendes, S., Graça, P. (2017). Childhood Obesity Surveillance Initiative. COSI Portugal 2016. Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge.

Santos, A. J. et al. (2017). 1º Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF 2015): Cuidados Preventivos. Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge.

Sen, A. (2002), Why health equity? *Health Economics*, 11:659-666

Vazquez, B. et al. (1992). Sex differences in mental illness: a community study of the influence of physical health and sociodemographic factors. *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol* 27, 62–68

Wagstaff, A, vn Doorslaer, E. (1992). Equity in the finance of health care: some international comparisons. *Journal of Health Economics*, 11:361-387

WHO (2020), Spotlight on adolescent health and well-being. Vol. II. Keydata. World Health Organization.

Wilkinson, R., Pickett, K. (2010). *O Espírito da Igualdade*. Editorial Presença.

Zunzunegui et al. (1998). Gender differences in depressive symptoms among Spanish elderly. *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol* 33, 195–205.

4.6 Habitação

Agarez, Ricardo Costa (Coord.) (2018). *Habitação. Cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Allegra, Marco; Tulumello, Simone; Falanga, Roberto; Cachado, Rita; Ferreira, Ana Caterina; Colombo, Alessandro; e Alves, Sónia (2017). Um novo PER? Realojamento e Políticas de Habitação em Portugal. *Observa Policy Brief*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Allegra, Marco e Tulumello, Simone (2019). The state of housing: introduction to the dossier. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 38: iii–ix.

Antunes, Gonçalo (2018). *Políticas de Habitação – 200 anos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Azevedo, Alda Botelho (2016). *Housing and family dynamics in Southern Europe*. Tese de doutoramento. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.

Azevedo, Alda Botelho (2020). *Como Vivem os Portugueses – população e famílias, alojamentos e habitação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: [como-vivem-os-portugueses-habitacao-condicoes-de-vida-alojamentos-territorio-ambiente-pdf \(ffms.pt\)](https://ffms.pt/como-vivem-os-portugueses-habitacao-condicoes-de-vida-alojamentos-territorio-ambiente-pdf).

Banco de Portugal (2018). *Relatório de Estabilidade Financeira*. Lisboa: Departamento de Estabilidade Financeira.

Banco de Portugal (2020). *Sinopse de atividades de supervisão comportamental. 1.º semestre 2020*. Lisboa: Banco de Portugal. Disponível em: [Sinopse de Atividades de Supervisão Comportamental – 1.º semestre de 2020 \(bportugal.pt\)](https://bportugal.pt/Sinopse-de-Atividades-de-Supervisao-Comportamental-1-0-semestre-de-2020).

Banco de Portugal (2021). Empréstimos Particulares PRT Habitação TVA Ajustada (OIFM). Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/serie/12558223>.

Council of Europe Development Bank (2017). *Housing Inequality in Europe. Tackling inequalities in Europe: the role of social investment*. Disponível em: [Microsoft Word - Part 3 - Inequality - Housing.docx \(coebank.org\)](https://coebank.org/Microsoft-Word-Part-3-Inequality-Housing.docx).

Doling, John e Elsinga, Marja (2013). *Demographic Change and Housing Wealth: Home-owners, Pensions and Asset-based Welfare in Europe*. The Netherlands: Springer Netherlands. Em *Beyond homeownership*. Housing, welfare and society. Editado por Richard Ronald e Marja Elsinga, pp. 1-28. London: Routledge.

Eurostat (2021a). Glossary: Overcrowding rate. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Overcrowding_rate.

Eurostat (2021b). Glossary: Housing cost overburden rate. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Housing_cost_overburden_rate.

IHRU (2015). 25 anos de esforço do Orçamento do Estado com a habitação, 1978-2011. Disponível em: [\(Microsoft Word - Esforço do Estado em Habitação.docx\) \(portaldahabitacao.pt\)](#).

IHRU (2018). *Levantamento nacional das necessidades de realojamento habitacional*. Disponível em: http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portal/pt/portal/habitacao/levantamento_necessidades_habitacionais/Relatorio_Final_Necessidades_Realojamento.pdf.

IHRU (2020). *Programa 1.º Direito. 1.º Relatório de Execução*. Disponível em: <https://www.portaldahabitacao.pt/documents/20126/58203/Relat%C3%B3rio%20Execu%C3%A7%C3%A3o%201.%C2%BA%20Direito/5820bc32-4ac4-63c3-f142-22b2630aab09>

INE (2021). Taxa de privação severa das condições da habitação (%). Disponível em: https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006259&lingua=PT.

Mendes, Luís; Carmo, André; e Malheiros, Jorge (2019). Gentrificação transnacional, novas procuras globais e financeirização do mercado de habitação em Lisboa. Em Ana Cordeiro Santos (org.), *A Nova Questão da Habitação em Portugal: Uma Abordagem de Economia Política*, pp. 111-141. Lisboa: Actual Editora.

Módenes, Juan Antonio e Azevedo, Alda Botelho (2017). Más alquiler, ¿también más inseguridad residencial? Nuevas tendencias en los hogares jóvenes españoles tras la crisis. *Revista de Estudios de Juventud*, 116, 95-109.

Neves, Vítor (2000). Crédito à habitação: será o endividamento dos portugueses excessivo? *Notas Económicas*, 14, 85-112. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/25257>.

Pinto, Pedro Ramos (2008). Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal, 1974–1976. *The Historical Journal*, 51: 1025-1046.

Ronald, Richard e Elsinga, Marja (2012). “Beyond homeownership: an overview”. Em *Beyond homeownership*. Housing, welfare and society editado por Richard Ronald e Marja Elsinga, pp. 1-28. London: Routledge.

Santos, Ana Cordeiro (Coord.) (2019). *A nova questão da habitação em Portugal: uma abor-*

dagem de economia política. Coimbra: Actual Editora.

Serra, Nuno (2002). *Estado, território e estratégias de habitação*. Coimbra: Quarteto Editora.

Sunega, Petr e Lux, Martin (2016). Subjective perception versus objective indicators of overcrowding and housing affordability. *Journal of Housing and the Built Environ*, 31:695–717.

Therborn, Goran (2012). The Killing Fields of Inequality. *International Journal of Health Services*, 42: 579-589. doi: 10.3898/136266209789024960.

Therborn, Göran (ed.) (2006). *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*. London: Verso.

Vilaça, Eduardo e Ferreira, Teresa (2018). Os anos de crescimento (1969-2002). Em *Habitação. Cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018* editado por Ricardo Costa Agarez, pp. 317-364.

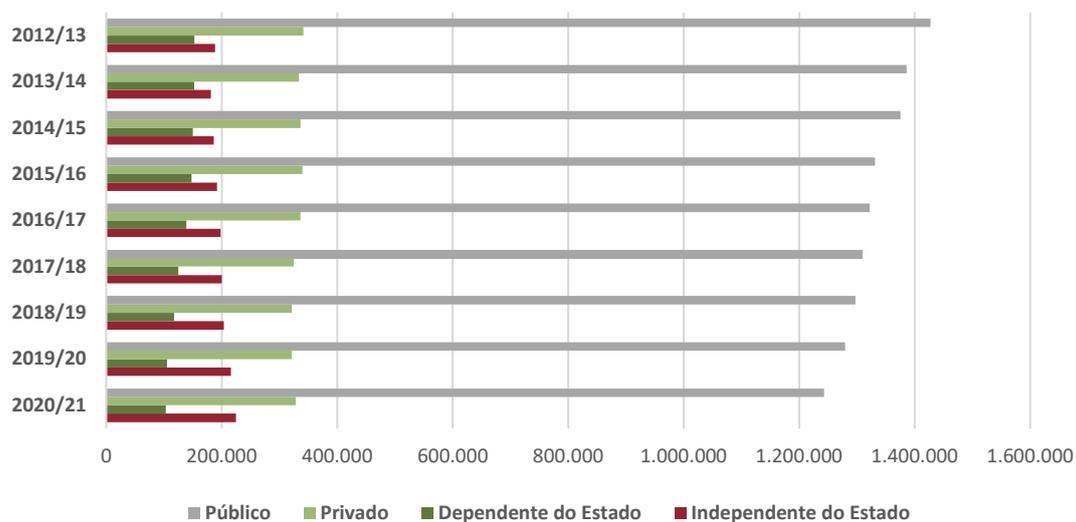
Xerez, Romana; Pereira, Elvira; e Cardoso, Francielli Dalprá (2019). *Habitação Própria em Portugal numa Perspetiva Intergeracional*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

5 Anexos

5.1 Anexos à área da Educação

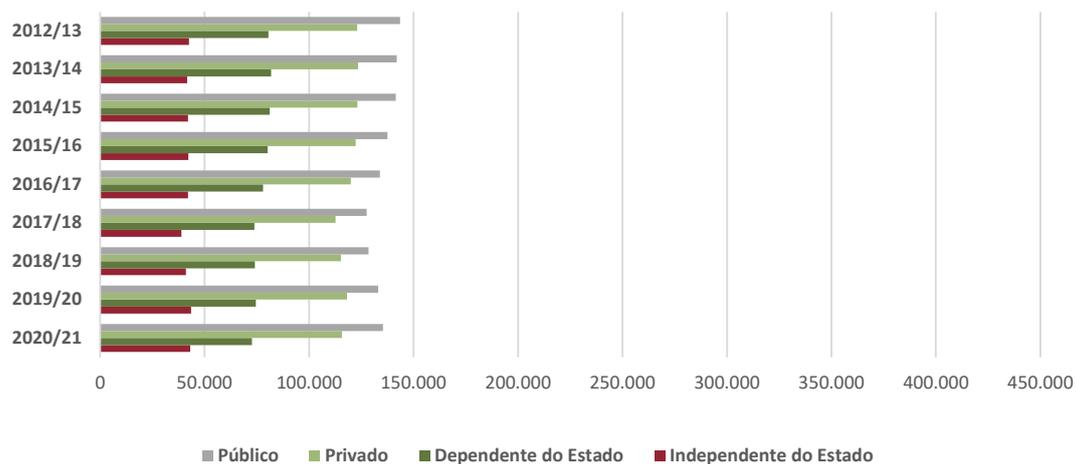
5.1.1 Gráficos

Gráfico 1 - Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) em Portugal, por natureza institucional



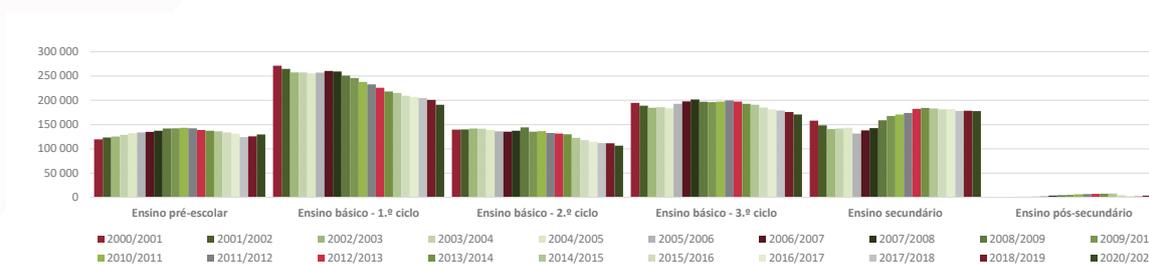
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022

Gráfico 2 - Alunas/os matriculadas/os no ensino pré-escolar (N.º) em Portugal, por natureza



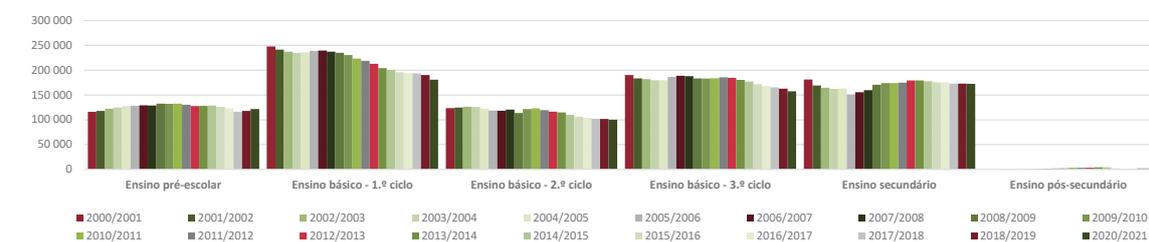
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022

Gráfico 3 - Alunos matriculados no ensino não superior em ofertas de educação e formação orientadas para jovens (N.º) em Portugal, por nível de ensino - Homens



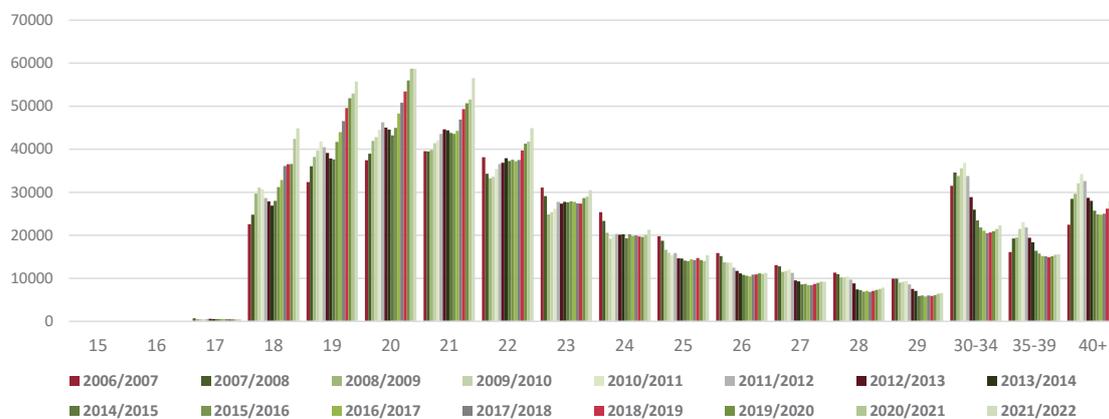
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022

Gráfico 4 - Alunos matriculados no ensino não superior em ofertas de educação e formação orientadas para jovens (N.º) em Portugal, por nível de ensino - Mulheres



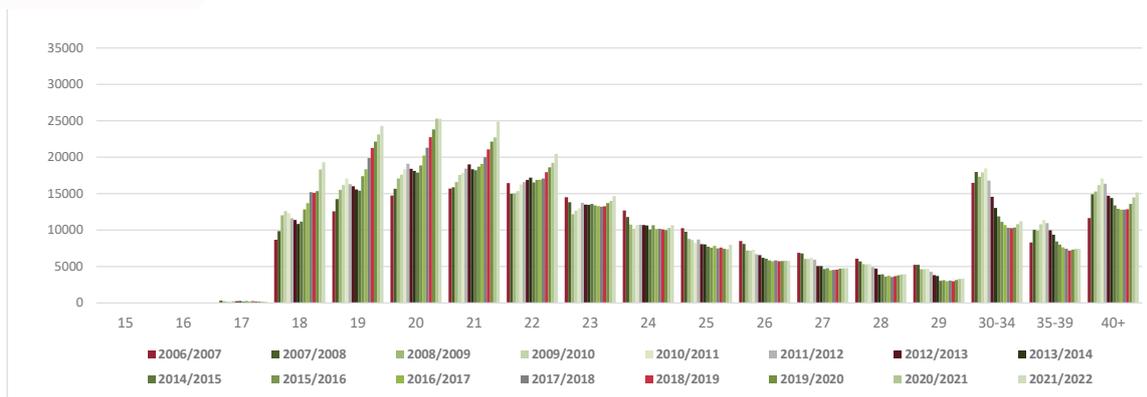
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em junho de 2022

Gráfico 5 - Total de alunos inscritos no ensino superior (N.º) em Portugal, por idade



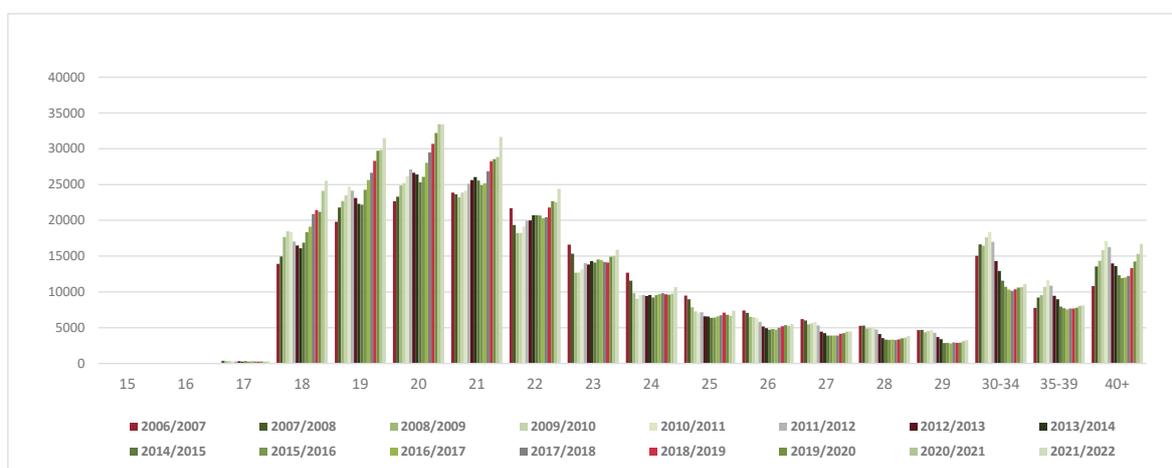
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em outubro de 2022

Gráfico 6 - Total de alunos inscritos no ensino superior (N.º) em Portugal, por idade (Masculino)



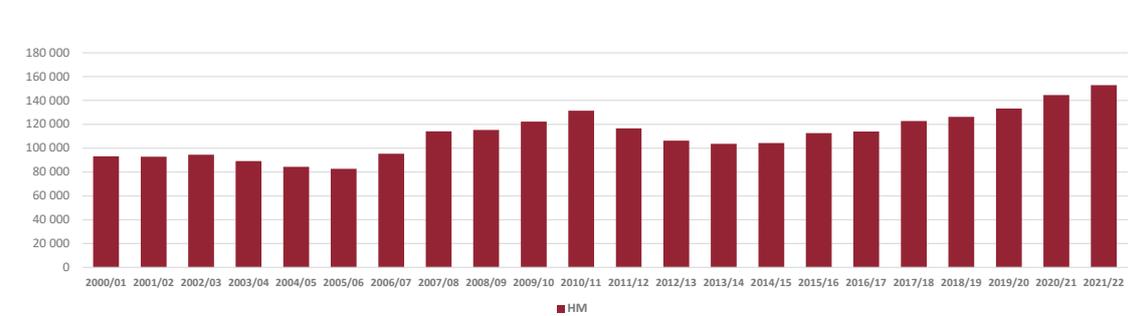
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em outubro de 2022

Gráfico 7 - Total de alunos inscritos no ensino superior (N.º) em Portugal, por idade (Feminino)



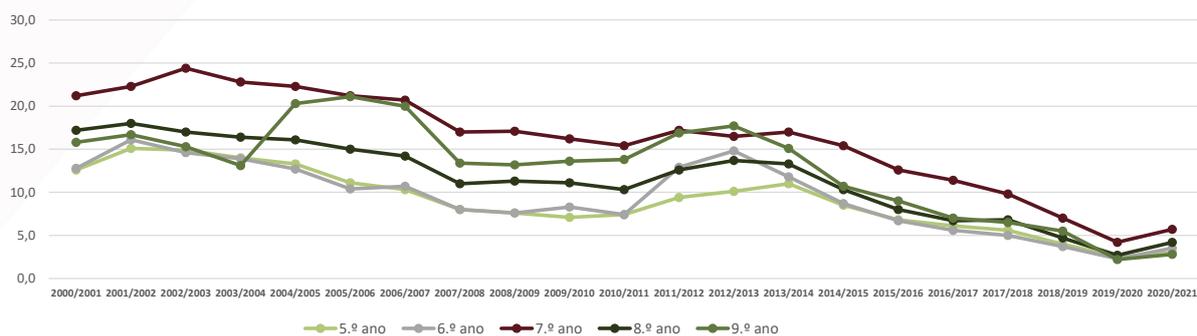
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em outubro de 2022

Gráfico 8 - Alunos inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, no ensino superior (N.º) em Portugal, por ano letivo



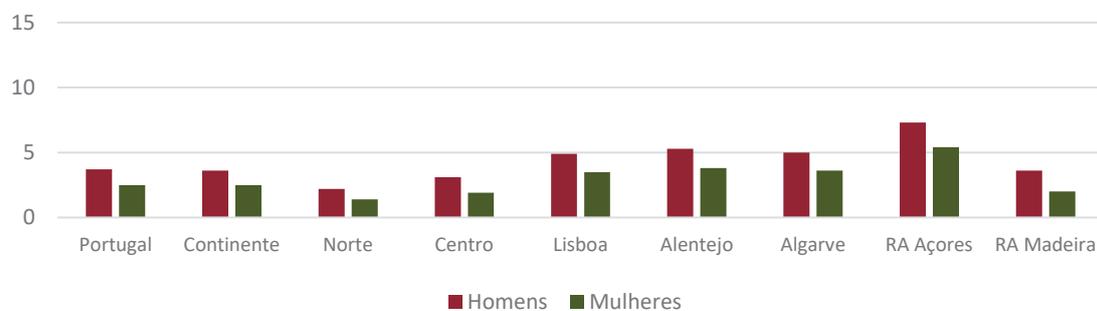
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em outubro de 2022

Gráfico 9 - Taxa de retenção e desistência em Portugal (%) no 2º e 3º ciclo, por ano letivo e de escolaridade



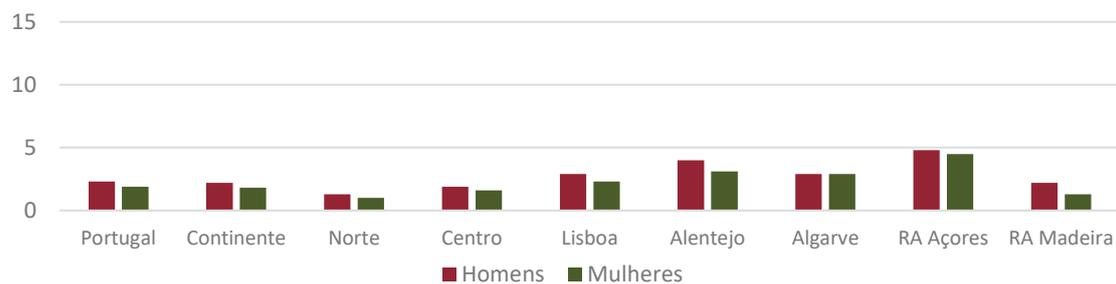
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em julho de 2022

Gráfico 10 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico em 2020/21 (%), por sexo



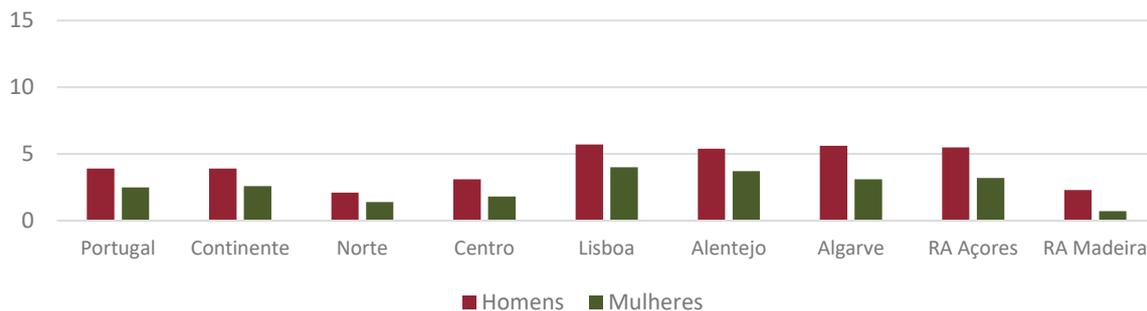
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2022

Gráfico 11 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico em 2020/21 (%), por sexo (1.º Ciclo)



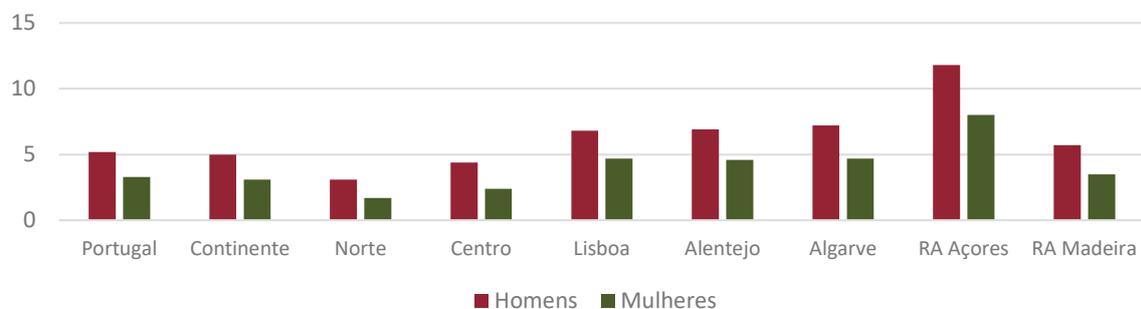
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2022

Gráfico 12 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico em 2020/21 (%), por sexo (2.º Ciclo)



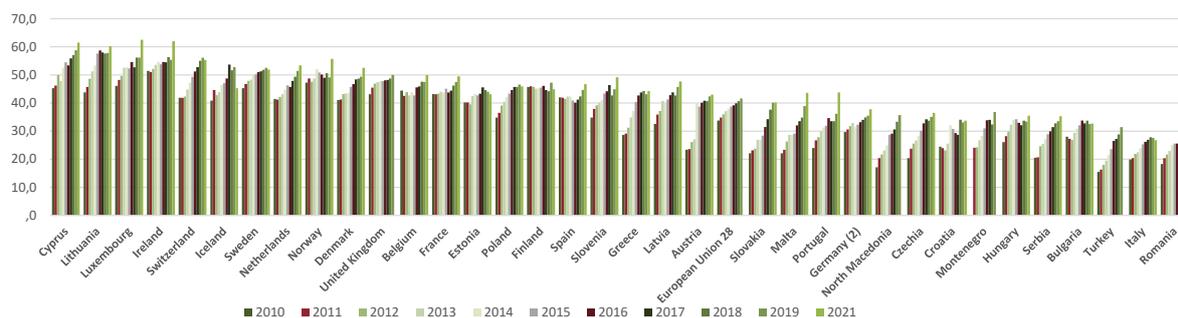
Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2022

Gráfico 13 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico em 2020/21 (%), por sexo (3.º Ciclo)



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2022

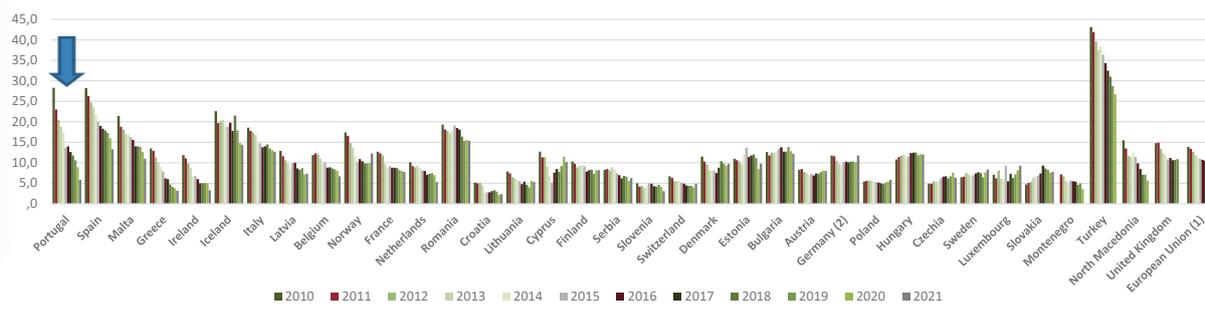
Gráfico 14 - Taxa de escolaridade do nível de ensino superior da população residente com idade entre 30 e 34 anos por país



Legenda: (1) European Union - 28 countries (2013-2020)

Fonte: Eurostat – atualizado em abril de 2022

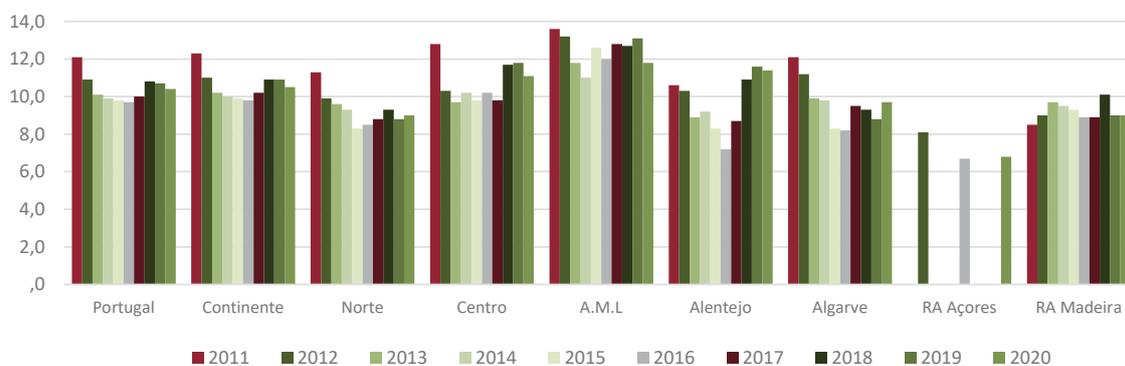
Gráfico 15 - Taxa de abandono precoce de educação e formação por país



Legenda: (1) European Union - 28 countries (2013-2020)

Fonte: Eurostat – atualizado em abril de 2022

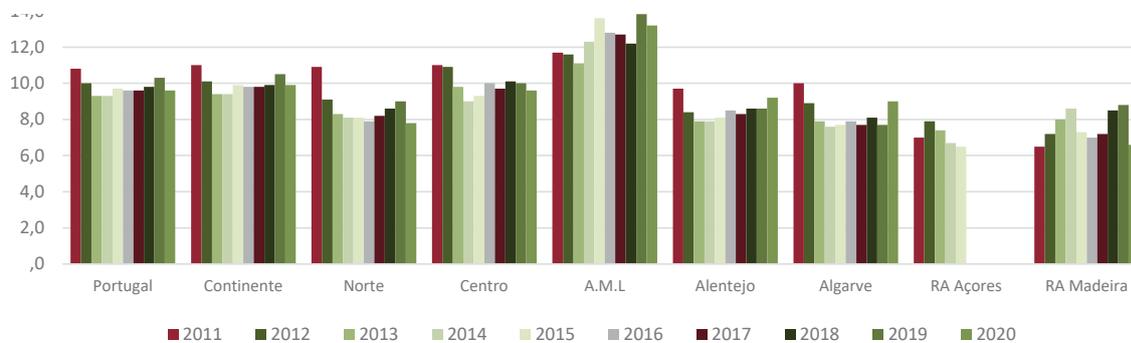
Gráfico 16 - Aprendizagem ao longo da vida (%), por ano (Mulheres)



Dados em falta na RA Madeira (2011; 2013 a 2015; 2017 a 2019): § Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

Fonte: INE - Dados atualizados em fevereiro de 2021

Gráfico 17 - Aprendizagem ao longo da vida (%), por ano (Homens)



Dados em falta na RA Açores (2016 a 2020): § Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

Fonte: INE - Dados atualizados em fevereiro de 2021

5.2 Anexos à área da Fiscalidade

5.2.1 Publicações da Autoridade Tributária e Aduaneira

A Autoridade Tributária e Aduaneira publica anualmente dois documentos relativos à liquidação das declarações do IRS (modelo 3), desde 1990. Estas são compostas por um documento PDF, com breves análises e explicações metodológicas, e um ficheiro Excel com vários quadros de diferentes indicadores. No sítio das publicações do Portal das Finanças, encontram-se os documentos desde 2005 até ao último ano disponível (2018, à data deste relatório).

Estas Estatísticas do IRS contemplam resultados agregados da liquidação das declarações do IRS dos últimos três anos disponíveis, e não incluem indicadores de desigualdade – para além da heterogeneidade entre distritos. Estes dados têm duas principais vantagens em relação às NLIRS: (i) informação sobre a decomposição do rendimento bruto por categorias, e (ii) coleta líquida em sede da sobretaxa. Relembramos que não contemplam os rendimentos que foram sujeitos ao não englobamento, nomeadamente rendimentos de capitais (E) que foram tributados a taxas liberatórias e rendimentos prediais (F) tributados à taxa especial de 28%. Contudo, é precisamente esta desigualdade fiscal, discutida na secção 1.2.1, que é observável no Mapa 9 (do referido ficheiro Excel disponível no site da AT) através das baixíssimas proporções do rendimento total englobado que correspondem a rendimentos de capital e de propriedade.

Quadro E1 – Mapa 28 do Dossier Estatístico publicado pela Autoridade Tributária: Número de agregados fiscais por escalões de rendimento bruto

	Modelo 3							
	2016	%	2017	%	2018	%	Var 16-17	Var 17-18
01 - [0 A 5.000 [744.923	14,69%	718.643	13,87%	702.517	13,25%	-3,53%	-2,24%
02 - [5.000 A 10.000 [1.536.298	30,29%	1.534.136	29,61%	1.496.374	28,22%	-0,14%	-2,46%
03 - [10.000 A 13.500 [713.129	14,06%	750.179	14,48%	797.305	15,04%	5,20%	6,28%
04 - [13.500 A 19.000 [687.843	13,56%	708.246	13,67%	749.271	14,13%	2,97%	5,79%
05 - [19.000 A 27.500 [602.145	11,87%	632.429	12,21%	654.467	12,34%	5,03%	3,48%
06 - [27.500 A 32.500 [190.224	3,75%	204.196	3,94%	221.555	4,18%	7,35%	8,50%
07 - [32.500 A 40.000 [191.700	3,78%	202.917	3,92%	217.670	4,10%	5,85%	7,27%
08 - [40.000 A 50.000 [152.614	3,01%	162.417	3,14%	173.388	3,27%	6,42%	6,75%
09 - [50.000 A 100.000 [211.279	4,17%	223.331	4,31%	241.629	4,56%	5,70%	8,19%
10 - [100.000 A 250.000 [38.202	0,75%	40.932	0,79%	44.914	0,85%	7,15%	9,73%
11 - [250.000 A *** [2.794	0,06%	3.217	0,06%	3.863	0,07%	15,14%	20,08%
Total Mod.3:	5.071.151	100,00%	5.180.643	100,00%	5.302.953	100,00%	2,16%	2,36%

Segue-se uma explicação sobre como calcular indicadores de desigualdades de rendimentos e fiscais com base nos dados publicados pela AT. Apesar de não serem apresentados indicadores de desigualdade, este Excel inclui quadros com dados sobre o total e número de agregados em termos de rendimento bruto e de IRS liquidado, distribuídos por 11 escalões de rendimento. Note-se que estes escalões são escolhidos pela AT e nada têm a ver com os escalões do IRS aos quais se aplicam as taxas progressivas. No Quadro E1 apresentamos o Mapa 28 desse Excel que diz respeito ao número total de agregados fiscais por escalões de rendimento bruto definidos pela AT.

Com base nos Mapas 9, 28, 29 e 31, com valores por escalões, é possível calcular alguns indicadores de desigualdades fiscais e de rendimento que apresentamos no Quadro E2.

Através dos totais do rendimento bruto (Mapa 29) e do número de agregados em cada escalão é possível calcular o rendimento bruto médio por escalão. Assim, podemos calcular o rácio entre o rendimento bruto médio dos agregados com mais de 250 mil euros e o rendimento dos agregados do primeiro escalão (com menos de 5 mil euros). Constata-se que, em média, um agregado do último escalão tinha um rendimento bruto 183 vezes superior ao rendimento dum agregado do primeiro escalão, em 2018. Nesse ano, o último escalão tinha um rendimento médio de 444 mil euros enquanto o primeiro compreendia um rendimento médio anual de apenas 2430 euros (ver Tabelas 2, em anexo). Esse rácio aumentou durante os três anos, partindo dum valor de 175 em 2016.

O Mapa 28 diz-nos também a percentagem da população de agregados fiscais que cada escalão representa. Assim, é possível ter uma aproximação dos escalões que representam o top 1%, o top 10% e os 50% mais pobres, por exemplo. Os últimos dois escalões não chegam a abranger 1% das declarações, rondando entre 0,8 e 0,92 por cento, implicando que o top 1% será subestimado. Portanto, a soma das percentagens do rendimento bruto dos últimos dois escalões do Mapa 29 são uma estimativa subestimada da fatia dos um por cento mais ricos.

De modo a ter indicadores sobre os efeitos do IRS, temos de recorrer ao Mapa 31 onde constam os totais do IRS liquidado por escalão. Subtraindo estes montantes do rendimento bruto total por escalão (Mapa 29) obtemos o total de rendimento líquido de IRS por escalão (e o seu total nacional). Uma vez construído este novo quadro é possível calcular os mesmos indicadores para o rendimento pós-IRS e estimar os efeitos do imposto. É ainda possível calcular a taxa média efetiva de cada escalão ao dividir o IRS liquidado médio pelo rendimento bruto médio respetivos (ver Tabela 2 em anexo).

Verificamos que o IRS diminui perto de 70 vezes o rácio entre os rendimentos médios do último e do primeiro escalão (uma redução de 40% do rácio). Após o pagamento do imposto, um agregado do último escalão tinha, em média, um rendimento 110 vezes superior ao de um agregado no escalão mais baixo. Podemos também verificar que a fatia aproximadamente detida pelo top 1% aumentou nestes três anos, ultrapassando, pelo menos, os 8% do rendimento total. No entanto, o IRS redistribuiu cerca de um quarto dessa fatia para os restantes agregados fiscais, ficando os um por cento mais ricos com perto de 6% do rendimento líquido do IRS. Note-se que estes valores são calculados por agregado fiscal e não por adulto equivalente como na secção 2.3.3.1.

Quadro E2 – Indicadores de desigualdades fiscais e de rendimento com base em dados publicados pela Autoridade Tributária e Aduaneira

Indicadores	2016		2017		2018	
	pré-IRS	pós-IRS	pré-IRS	pós-IRS	pré-IRS	pós-IRS
último / primeiro escalão	175	106	179	107	183	112
redist. absoluta do IRS		69,7		71,4		71,0
redist. relativa do IRS		39,8%		40,0%		38,8%
top 1% subestimado	7,4	5,6	7,7	5,8	8,2	6,1
redist. absoluta do IRS		1,8		1,9		2,1
redist. relativa do IRS		24,3%		24,7%		25,2%

Infelizmente, não é possível aferir a percentagem do rendimento do top 1%, ou de qualquer outra parte da distribuição, que é composta por rendimentos do trabalho ou do capital. A única informação que consta neste Excel sobre cada categoria de rendimento é o seu número total de agregados titulares e o total dos valores englobados. Através destes dois quadros do Mapa 9 podemos calcular o rendimento médio englobado por categoria.

Do Quadro E3 destacam-se duas observações. A primeira é de que os montantes englobados das categorias passíveis de não serem englobadas (E, F e G) foram em média pouco mais de 3 mil euros anuais. Um agregado que obtivesse rendimentos dessas três categorias e englobasse o total das três estaria, em média, a declarar menos de 10 mil euros. Isto demonstra, mais uma vez, que a grande maioria dos rendimentos de capital e de propriedade não são englobados. A segunda é de que os rendimentos médios de capitais (E) e provenientes de incrementos patrimoniais (H) aumentaram em mais de 30% nos dois últimos anos. Esta evolução fez com que, apesar de os rendimentos do trabalho e pensões terem aumentado, os rendimentos de capitais passassem de representar 17% (23%) dos rendimentos do trabalho (pensões) para 30% (39%), entre 2016 e 2018. Semelhantemente, enquanto em 2016 os incrementos patrimoniais médios representavam 19% (26%) dos rendimentos médios do trabalho (das pensões), em 2018 já correspondiam a 32% (42%). Assim, a soma dos rendimentos médios englobados das categorias E, F e G passou a ser superior à média das pensões em 2018. Estes dados sugerem que os rendimentos dessas categorias que não foram englobados também devem ter aumentado substancialmente.

Quadro E3 – Rendimento médio por categoria (com base nos quadros do Mapa 9)

Categorias	2016	2017	2018	var 16-17	var 17-18
A - Trabalho dependente	13.547	13.794	14.132	1,8%	2,4%
B - Empresariais e profissionais	4.732	4.830	4.846	2,1%	0,3%
E - Rendimentos de capitais	2.319	3.061	4.210	32,0%	37,5%
F - Rendimentos prediais	3.111	3.285	2.852	5,6%	-13,2%
G - Incrementos patrimoniais	2.628	3.466	4.563	31,9%	31,7%
H - Pensões	10.202	10.412	10.767	2,1%	3,4%

Tirando partido duma das principais vantagens da base de dados subjacente a esta publicação da AT, o Excel poderia passar a publicar informação sobre a composição do rendimento bruto por escalões. Combinando a informação do Mapa 9 e do Mapa 29, a AT poderia passar a publicar seis novos quadros semelhantes ao Mapa 29, mas referentes ao rendimento de apenas uma categoria. Assim, teríamos informação sobre o nível, evolução e percentagens do rendimento de cada categoria distribuídos pelos 11 escalões. Estes novos quadros permitiriam responder à questão sobre que partes da distribuição é que englobam a maior percentagem de cada categoria de rendimento.

5.2.2 World Inequality Lab/Database

Nesta secção é feita uma descrição de como a literatura académica utiliza as referidas publicações da AT e outras fontes de dados públicas para estimar os rendimentos do topo e a desigualdade de rendimentos. Após esta breve explicação, os resultados desse artigo são comparados com os cálculos realizados neste relatório de modo a aferir a capacidade da metodologia em estimar a realidade dos microdados. De seguida é apresentada uma explicação sobre a nova metodologia das Distributional National Accounts (DINA), a suas mais valias em relação à anterior. Por fim, compara-se os indicadores desta base de dados internacional (WID) com os valores calculados neste relatório, discutindo-se as diferenças.

Enquanto o Portal da Finanças apenas tem dados a partir de 2005, a PORDATA disponibiliza todos os quadros do Mapa 28, desde 1990 (o primeiro ano da liquidação do IRS que foi criado em 1989). Com base nestas tabelas e em quadros ainda mais detalhadas publicados pelo INE entre 1936 e 2000,⁷³ Alvaredo (2008) estimou séries para os rendimentos do topo em Portugal entre 1936 e 2005.

Nesse estudo, dado o número reduzido de agregados que não estavam isentos de pagar imposto sobre o rendimento, apenas foi possível calcular os percentis, rendimentos médios e fatias dentro do top 0,1% desde 1936. A partir de 1976 foi possível calcular esses indicadores para o top 1% e top 10%. Devido aos montantes reduzidos do rendimento tributado nesses anos, no referido estudo o total do rendimento que é distribuído é uma estimação do rendimento bruto tributável em sede de IRS com base na Contabilidade Nacional.⁷⁴

Para distribuir este rendimento pelos agregados, o autor utiliza as tabelas por escalões da AT e recorre a um método estatístico (Pareto Interpolation) para imputar os rendimentos dos percentis do topo (Atkinson et al., 2011). Pela mesma razão, Alvaredo assume que toda a população que devia ter declarado IRS fê-lo. Com base nos censos, o autor define o total de agregados fiscais como o número de adultos (com 20 anos ou mais) menos o número de homens/mulheres casados – i.e. assume que todos os casais declararam conjuntamente como era obrigatório. Apesar de considerar que todos os casados declaram conjuntamente o IRS, a premissa de que toda a população presente nos censos declarou o imposto faz com que o número de agregados fiscais considerados pelo autor será superior ao real, como vemos no Quadro E4, apesar de este ter vindo a aumentar consistentemente ao longo dos anos.

Quadro E4 – Comparações entre séries antigas da WID (Alvaredo, 2008) e microdados da AT

Indicadores	WID (fiscal income) 2005 agregado fiscal				AT (microdados: pré-IRS) 2016 (preços de 2005) agregado fiscal				Diferenças WID - microdados	
	Rend. Limite (percentil)	Rend. Médio	Fatia	Nº agr. Fiscais	Rend. Limite (percentil)	Rend. Médio	Fatia	Nº agr. Fiscais	Rend. Limite (percentil)	Rend. Médio
top 10%	29.504	55.888	38,3	575.895	30.460	52.481	36,0	510.051	-956	3.407
top 1%	87.054	142.705	9,8	57.590	79.494	124.419	8,5	51.006	7.560	18.286
top 0,1%	206.538	361.808	2,5	5.759	173.722	299.426	2,1	5.101	32.816	62.382
top 0,01%	557.582	1.012.582	0,7	576	467.114	826.899	0,6	510	90.468	185.684
Total	-	14.611	100,0	5.758.946	-	14.559	100,0	5.100.506	-	52

Infelizmente, o ano mais recente destas séries antigas é 2005 e apenas podemos comparar com os cálculos que efetuámos para 2016. De modo a aumentar a comparabilidade retirámos o efeito da inflação (índice de preços do consumidor) dos nossos cálculos baseados nos microdados da AT. O rendimento bruto médio é praticamente o mesmo. Sabendo que o autor considera que todos os adultos declararam o IRS, isto implica que o rendimento bruto total tributável estimado pelas Contas Nacionais é superior ao que é realmente englobado. Assim, com exceção do limite inferior do top 10%, a metodologia do autor parece sobrestimar os rendimentos do topo. Não obstante, a conclusão geral é que os valores estimados pelo autor, aplicando a metodologia acima descrita a dados públicos, aproximam razoavelmente bem aqueles que calculámos com base nos microdados, particularmente até ao top 1%.

73 Publicações em PDF do Instituto Nacional de Estatística: Anuário Estatístico das Contribuições e Impostos entre 1936 e 1963; Estatísticas das Contribuições e Impostos, Continente e Ilhas Adjacentes entre 1967 e 1982; Estatísticas das Receitas Fiscais, 1989-1992, 1993-1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000.

74 "For the period 1989-200[5], total income is defined as wages and salaries from National Accounts net of effective social security contributions, plus 50% of social transfers, plus 66% of unincorporated business income plus all non-business, non-labor income reported on tax returns. This methodology generates an income denominator that fluctuates around 60% of Portuguese GDP (...)" (Alvaredo, 2008).

A metodologia seguida para Portugal por Alvaredo na construção de indicadores com base no conceito designado por fiscal income, evoluiu para a metodologia das Distributional National Accounts (DINA), construídas pelo World Inequality Lab. Este laboratório é composto por centenas de investigadores de todo o mundo que trabalham para a construção continuada e colaborativa da World Inequality Database (WID). A principal inovação desta base de dados internacional é a produção de indicadores de desigualdades de rendimento que abrangem toda a sua distribuição numa forma comparável. Estas DINA combinam, numa forma sistemática, transparente e reproduzível, todas as fontes de microdados disponíveis (inquéritos, dados administrativos fiscais, tabelas como o Mapa 28) de cada país com a sua Contabilidade Nacional. Basicamente, todo o Rendimento Nacional⁷⁵ que não é captado pelos microdados dos inquéritos e pelos dados fiscais é alocado, através de métodos estatísticos e premissas explícitas, aos vários percentis da distribuição.

Ao imputar o remanescente do Rendimento Nacional aos percentis da distribuição, em vez de estimar o rendimento bruto tributável em IRS (fiscal income) com base em outras estatísticas da Contabilidade Nacional, as DINA superam as limitações de comparabilidade internacional das séries antigas, que decorriam das diferentes legislações e conceitos de rendimento tributável. Sucintamente, a construção das DINA inicia-se com a estimação da distribuição total através de métodos melhorados e flexíveis de interpolação de Pareto aplicados às tabelas públicas da AT. Uma vez construída esta distribuição, estes rendimentos são incorporados nos rendimentos que constam do EU-SILC de Portugal, corrigindo a subestimação dos rendimentos do topo. Para isso, é necessário primeiro calcular o rendimento tributável com base nos indicadores desse inquérito, de modo a aproximar os conceitos de rendimento. Uma vez que os conceitos tenham as mesmas componentes de rendimentos, as diferenças entre as duas distribuições devem-se à sub-representação e enganos de reporte nos inquéritos dos rendimentos mais elevados e sobre-representação dos rendimentos médios. De seguida distribui-se os rendimentos que não são realizados nem reportados no IRS, com base em informação do SILC. Por fim, as diferenças entre as componentes desta distribuição combinada do rendimento e os totais correspondentes da Contabilidade Nacional são alocadas com base na decomposição sectorial do Rendimento Nacional.

Desta forma, ao contrário do conceito de fiscal income, os totais de pre-tax e post-tax national income são iguais ao Rendimento Nacional (Líquido), mas com distribuições muito diferentes. Pre-tax national income diz respeito à distribuição dos rendimentos de mercado e pensões. Post-tax national income é a sua distribuição depois do Estado, no sentido amplo, incluindo o efeito: (i) dos impostos (sobre a produção e consumo – indiretos – e sobre o rendimento e o património – diretos), (ii) das transferências sociais monetárias (para além das pensões contributivas), e incluindo ainda as (iii) transferências sociais em espécie (e.g. despesa em saúde e educação) e a (iv) despesa pública coletiva (e.g. em defesa e iluminação pública). Note-se, portanto, que este conceito de rendimento inclui os lucros não distribuídos pelas empresas e impostos indiretos, que não constam do enquadramento dos inquéritos. O conceito de post-tax national income tem ainda em conta o saldo orçamental de modo que o seu total iguale o Rendimento Nacional (Líquido). Assim, este conceito abrange os efeitos da redistribuição total e a que resulta da provisão de bens públicos. Uma descrição mais detalhada sobre as metodologias e conceitos utilizados para a construção das DINA pode ser encontrada aqui (Alvaredo et al., 2020).

⁷⁵ Rendimento Nacional (Líquido) é igual ao Produto Interno Bruto (PIB) menos o consumo do capital fixo (depreciações) mais o saldo dos rendimentos com o exterior. Assim, tem em conta todo o rendimento que é distribuído entre os cidadãos de cada nação e aquele que é transferido para detentores estrangeiros de capital (incluindo, em princípio, as transferências para offshores).

Quadro E5 – Comparações entre as séries atuais da WID e microdados da AT

2017 Indicadores	WID equal-splits		AT (NL-IRS) agregado fiscal		Diferenças (p.p.)	
	<i>pre-tax</i>	<i>post-tax</i>	<i>pré-IRS</i>	<i>pós-IRS</i>	<i>antes</i>	<i>depois</i>
top 1%	11,7	8,4	8,6	6,6	3,1	1,8
top 10%	37,5	31,8	35,9	31,5	1,7	0,2
middle 40%	43,2	44,3	45,1	47,2	-1,9	-2,9
bottom 50%	19,3	23,9	19,0	21,3	0,3	2,6
Gini	48,4	40,5	47,5	43,1	0,9	-2,6

Aproveitando a principal vantagem das DINA, os indicadores de desigualdade de rendimento que a WID tipicamente destaca, para além do índice de Gini, são as fatias de diferentes partes da distribuição: top 1% (p99-p100), top 10% (p90-p100), middle 40% (p50-p90) e bottom 50% (p0-p50). Estes indicadores da WID para Portugal são comparados com os que calculámos com base nos microdados da AT, em 2017, no Quadro E5.

Os três indicadores de desigualdade antes do Estado (o índice de Gini e as fatias dos topos) da WID apontam para níveis mais elevados do que aqueles presentes nos microdados da NL-IRS. Estas séries são bastante comparáveis visto que ambos os conceitos de rendimento (pre-tax e pré-IRS) incluem rendimentos do trabalho, por conta-própria e empresariais, de capitais, rendas, mais-valias e pensões. E ambos os conceitos não incluem qualquer redistribuição do Estado, seja por impostos ou transferências, para além das pensões do sistema contributivo que lhes é comum. As principais diferenças prendem-se com o facto de o conceito pre-tax incluir rendimentos que não foram “realizados” nem pelo fator trabalho nem pelo factor capital. Nomeadamente, lucros não distribuídos pelos acionistas e rendas imputadas (renda que hipoteticamente seria paga pelo proprietário da habitação onde reside) que estão provavelmente mais concentrados no top 1% e top 10%, respetivamente. Para além disso, esse conceito inclui também: rendimentos que não foram englobados no IRS; os que estão totalmente isentos do pagamento do imposto (e.g. rendimentos do trabalho ou pensões abaixo do mínimo de existência); e teoricamente parte da parcela que diz respeito a evasão fiscal.

Note-se que os indicadores da WID são estimados por sujeito passivo, dividindo o rendimento pelos adultos que moram juntos (equal-split) e não por agregado fiscal. No entanto, as séries que calculámos dividindo o rendimento pelas pessoas do agregado fiscal, através da escala de equivalência modificada da OCDE, apresentam níveis de desigualdade inferiores. Logo, a sobrestimação das séries da WID não deverá resultar da unidade de observação. A desigualdade antes de impostos segundo a WID é mais alta, em grande medida, porque o conceito pre-tax capta os rendimentos que não foram englobados.

As diferenças entre as bases de dados são mais nítidas nas fatias do topo do que no índice de Gini. Isto indica que as diferenças nos níveis de desigualdade primária provêm mais do topo da distribuição do que do seu meio. No entanto, quando comparamos as séries post-tax com as pós-IRS, a desigualdade é naturalmente maior nos microdados da AT e, é no índice de Gini que encontramos a maior diferença. Isto porque, como vimos, o primeiro conceito abrange a ação do Estado no seu sentido mais lato e o segundo apenas tem em conta o IRS. Desde logo, o conceito post-tax abrange as transferências sociais monetárias (RSI, CSI e outros apoios direcionados ao mais pobres) que aumentam a fatia dos bottom 50%, enquanto o rendimento pós-IRS não as inclui. Portanto, como seria expectável, a redistribuição (diferença absoluta ou relativa entre os indicadores antes e depois do Estado) é superior entre os conceitos da WID do que a presente nos microdados do IRS. Tanto a redução do índice de Gini como o aumento

da fatia dos 50% mais pobres após o Estado é praticamente o dobro nos indicadores da WID.

Enquanto a fatia do top 10% se aproxima dos valores presentes nos microdados da AT depois da ação do Estado, a fatia do top 1% permanece quase 2 p.p. acima. Porventura, esta diferença tem que ver com o efeito desigual dos rendimentos que não foram tributados progressivamente graças à existência da opção pelo não englobamento.

O World Inequality Lab calcula também um índice de transparência da desigualdade para cada país. Este Inequality Transparency Index varia entre 0 e 20 tendo em conta duas dimensões: (i) distingue entre inquéritos ao rendimento, dados administrativos fiscais dos impostos sobre o rendimento, inquéritos ao património, e dados administrativos fiscais dos impostos sobre o património; e (ii) avalia as componentes destas fontes em termos de qualidade, frequência de publicação e acesso aos dados.

Se Portugal disponibilizar microdados fiscais, o primeiro passo da construção das DINA não é necessário, a qualidade das séries aumenta e a transparência sobre desigualdade também melhora. No decurso dos trabalhos deste Subgrupo, o INE passou a disponibilizar os microdados das Notas de Liquidação do IRS a partir de 2015. No entanto, como vimos, estas bases de dados não incluem a verdadeira distribuição do rendimento em Portugal, resultando numa subestimação da desigualdade efetiva. Para resolver esta situação avançamos algumas sugestões no capítulo seguinte.

5.2.3 Resultados por agregado fiscal e informação complementar

Resultados por agregado fiscal

Quadro I – Indicadores de desigualdade do rendimento e redistribuição do IRS

Indicadores	2016		2017	
	pré-IRS	pós-IRS	pré-IRS	pós-IRS
Gini	0,479	0,435	0,475	0,431
Redistribuição rel.	9,1%		9,3%	
Redistribuição	0,0436		0,0442	
Vertical	0,0449		0,0455	
Reordenação	0,0013		0,0014	
Robin Hood (%)	34,8	31,2	34,6	30,9

Fonte: Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizadas pela AT.

Quadro II – Indicadores de progressividade do IRS

Indicadores	2016	2017
	Gini rend. bruto	0,479
Concentração IRS	0,798	0,792
Taxa média ef. IRS	0,1232	0,1254
Kakwani	0,319	0,317
Suits	0,432	0,427
Stroup	0,612	0,608

Fonte: Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizadas pela AT.

Quadro III – Rácios e fatias do rendimento e respetivos efeitos redistributivos do IRS

Indicadores	2016			2017		
	pré-IRS	pós-IRS	Redistr.	pré-IRS	pós-IRS	Redistr.
p90 / p10	9,7	8,3	1,34	9,4	8,2	1,24
p90 / p50	3,2	2,8	0,39	3,2	2,8	0,39
p50 / p10	3,0	2,9	0,06	2,9	2,9	0,04
p75 / p25	2,9	2,7	0,20	2,8	2,6	0,20
S80 / S20	13	11	2	13	11	2
S90 / S10	35	29	6	34	27	7
Palma	2,8	2,2	0,6	2,7	2,1	0,6
Bottom 50%	18,8	21,0	2,2	19,0	21,3	2,3
Middle 40%	45,2	47,2	2,0	45,1	47,2	2,0
Top 10%	36,0	31,8	-4,3	35,9	31,5	-4,3

Fonte: Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizadas pela AT.

Quadro IV – Topos da distribuição do rendimento bruto englobado em sede de IRS

2016 Top (1)	Rend. Limite (min. topo) (2)	Rend. Médio Topo (3)	Shares Top (4)	Taxa ef. Top (5)	Intervalo de percentis (6)	Rend. Médio Intervalo (7)	Share intervalos (8)	Taxa ef. inter. (9)	Nº agr. fiscais (10)
Top 10%	35.669	61.457	36,05%	23,1%	p90-p95	41.820	12,26%	17,2%	255.024
Top 5%	49.999	81.094	23,78%	26,2%	p95-p99	64.942	15,24%	22,4%	204.021
Top 1%	93.090	145.699	8,55%	32,8%	p99-p99,9	122.927	6,49%	30,2%	45.905
Top 0,1%	203.435	350.639	2,06%	41,0%	p99,9-p99,99	281.943	1,49%	39,3%	4.590
Top 0,01%	547.007	968.328	0,57%	45,4%	p99,99-p99,999	798.284	0,42%	45,8%	459
Top 0,001%	1.530.119	2.478.477	0,15%	44,2%	p99,999 - p100	2.461.606	0,15%	44,2%	52
Total	0 - 6.453.569	17.049	100,00%	12,3%	Top 10%	62.763	36,05%	23,11%	5.100.506

2017 Top (1)	Rend. Limite (min. topo) (2)	Rend. Médio Topo (3)	Shares Top (4)	Taxa ef. Top (5)	Intervalo de percentis (6)	Rend. Médio Intervalo (7)	Share intervalos (8)	Taxa ef. inter. (9)	Nº agr. fiscais (10)
Top 10%	36.440	62.763	35,85%	23,4%	p90-p95	42.639	12,18%	17,4%	259.783
Top 5%	50.846	82.888	23,67%	26,6%	p95-p99	66.016	15,08%	22,7%	207.825
Top 1%	94.667	150.376	8,59%	33,4%	p99-p99,9	125.892	6,47%	30,6%	46.761
Top 0,1%	210.050	370.741	2,12%	41,7%	p99,9-p99,99	293.717	1,51%	39,9%	4.675
Top 0,01%	569.961	1.063.827	0,61%	45,9%	p99,99-p99,999	860.822	0,44%	45,3%	469
Top 0,001%	1.901.798	2.907.596	0,16%	47,6%	p99,999 - p100	2.926.457	0,16%	47,6%	51
Total	0 - 7.855.439	17.506	100,00%	12,5%	Top 10%	62.763	35,85%	23,4%	5.195.638

Fonte: Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizadas pela AT.

Quadro IV – Indicadores de desigualdade do rendimento adicionais: Índices de Atkinson, Índices de Entropia Generalizada e Redistribuição de Kiefer (por adulto equivalente, tal como no corpo do texto)

Indicadores	2016		2017	
	pré-IRS	pós-IRS	pré-IRS	pós-IRS
Yede(0,5)	13.982	12.755	14.415	13.119
Yede(1)	10.774	10.117	11.277	10.562
A(0,5)	0,189	0,156	0,186	0,153
A(1)	0,375	0,331	0,363	0,318
Kiefer(0,5)	0,0327		0,0330	
Kiefer(1)	0,0443		0,0452	
GE(0)	0,47	0,40	0,45	0,38
GE(1)	0,42	0,33	0,42	0,32
GE(2)	0,87	0,53	0,92	0,54

Fonte: Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizadas pela AT.

Nota: Estes indicadores excluem rendimentos nulos, por construção

**Quadro V – Indicadores de desigualdade do rendimento adicionais:
Índices de Atkinson, Índices de Entropia Generalizada e Redistribuição de Kiefer**

Indicadores	2016		2017	
	pré-IRS	pós-IRS	pré-IRS	pós-IRS
Yede(0,5)	10.355	9.449	10.696	9.738
Yede(1)	8.220	7.718	8.620	8.074
A(0,5)	0,163	0,130	0,160	0,127
A(1)	0,336	0,289	0,323	0,276
Kiefer(0,5)	0,0333		0,0335	
Kiefer(1)	0,0465		0,0473	
GE(0)	0,41	0,34	0,39	0,32
GE(1)	0,36	0,27	0,36	0,26
GE(2)	0,77	0,44	0,82	0,44

Fonte: Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizadas pela AT.

Nota: Estes indicadores excluem rendimentos nulos, por construção

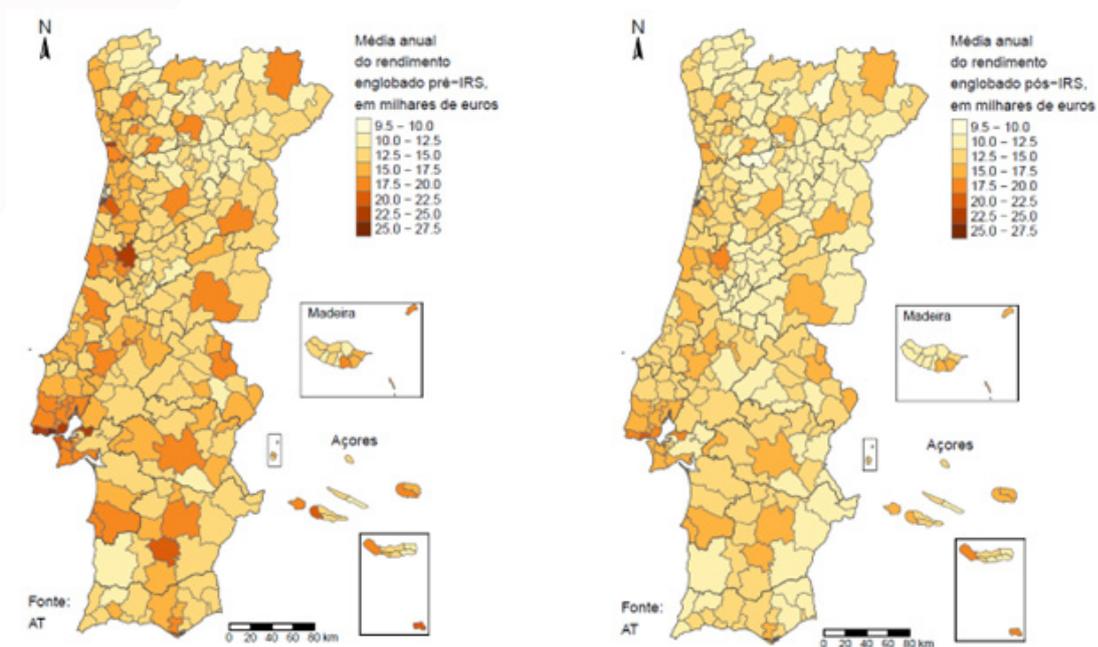
Tabela VI – Decis do rendimento bruto englobado no IRS

2016							
Decis	Média	Coef. Variação	Mínimo	Máx. = Decil	Taxa Efectiva	Share Bruto	Share Disp.
1	1.721	0,71	0	3.682	2,32%	1,0%	1,1%
2	4.987	0,14	3.682	6.077	0,96%	2,9%	3,3%
3	6.962	0,07	6.077	7.626	0,52%	4,1%	4,6%
4	8.341	0,05	7.626	9.109	1,04%	4,9%	5,5%
5	10.032	0,06	9.109	11.050	3,00%	5,9%	6,5%
6	12.347	0,06	11.050	13.822	4,04%	7,2%	7,9%
7	15.617	0,07	13.822	17.675	5,17%	9,2%	9,9%
8	20.427	0,08	17.675	23.571	7,38%	12,0%	12,7%
9	28.633	0,12	23.571	35.669	12,15%	16,8%	16,8%
10	61.457	0,79	35.669	6.453.569	23,11%	36,0%	31,6%
Total	17.049	1,33	0	6.453.569	12,32%		

2017							
Decis	Média	Coef. Variação	Mínimo	Máx. = Decil	Taxa Efectiva	Share Bruto	Share Disp.
1	1.823	0,70	0	3.872	2,46%	1,0%	1,2%
2	5.213	0,14	3.872	6.396	0,97%	3,0%	3,4%
3	7.292	0,06	6.396	7.948	0,54%	4,2%	4,7%
4	8.642	0,05	7.948	9.406	1,49%	4,9%	5,6%
5	10.329	0,05	9.406	11.356	3,19%	5,9%	6,5%
6	12.684	0,06	11.356	14.184	4,35%	7,2%	7,9%
7	16.049	0,07	14.184	18.179	5,42%	9,2%	9,9%
8	20.970	0,08	18.179	24.109	7,64%	12,0%	12,6%
9	29.293	0,12	24.109	36.440	12,36%	16,7%	16,8%
10	62.763	0,86	36.440	7.855.439	23,44%	35,9%	31,4%
Total	17.506	1,37	0	7.855.439	12,54%		

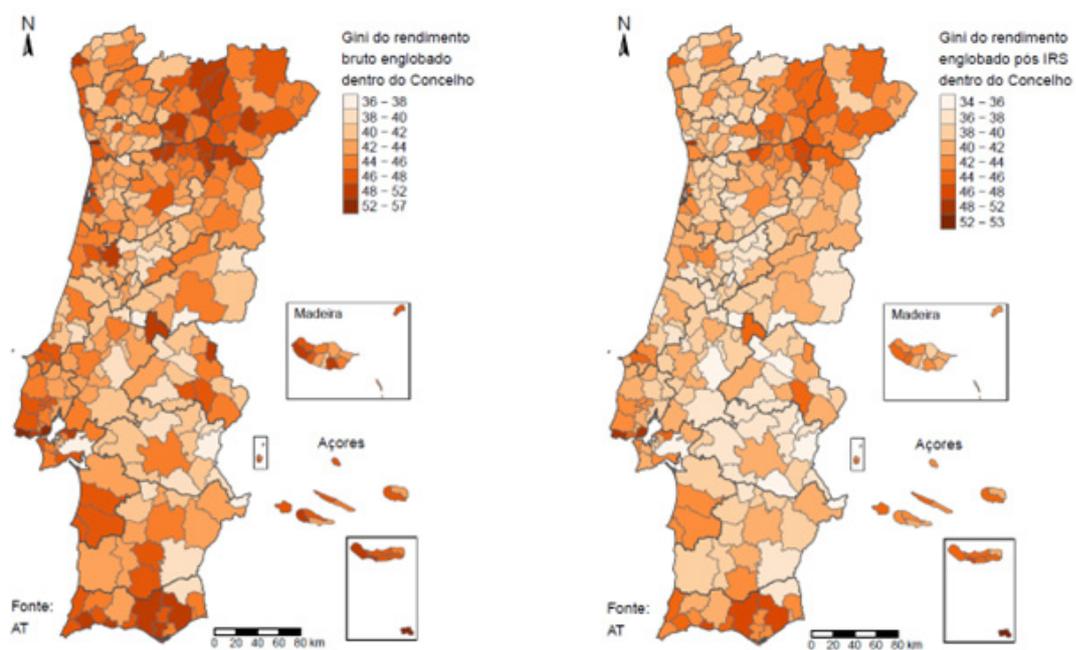
Fonte: Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizadas pela AT.

Figura I.1 e Figura I.2 – Rendimento médio englobado no IRS: antes e depois do pagamento do imposto



Fonte: Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizados pela AT.

Figura I.3 e Figura I.4 – Coeficiente de Gini do rendimento englobado no IRS: antes e depois do pagamento do imposto (desigualdade intramunicipal)



Fonte: Microdados das Notas de Liquidação do IRS anonimizados pela AT.

Figura I.5 – Fatia do rendimento bruto do top 1% do município (desigualdade intramunicipio)

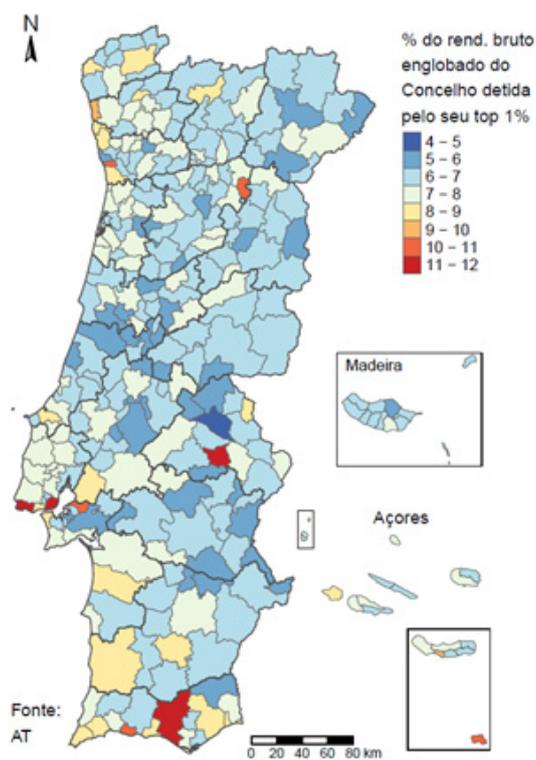


Figura I.6 – Municípios com maior percentagem dos 10% mais pobres do país

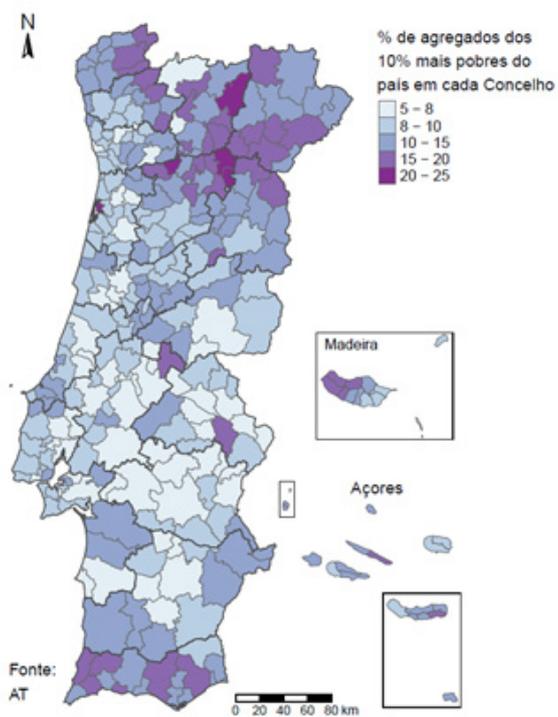


Tabela 1 – Taxas liberatórias e especiais para rendimentos passíveis de não serem englobados por residentes em 2017

Rendimentos	Taxa (2)
Lucros distribuídos por entidades residentes em Portugal ou pagos através do agente pagador situado em Portugal (3)	28% (4)
Juros de depósitos à ordem/prazo/certificados de depósito/suprimentos/relativos a entidades residentes (3)	28%
Rendimentos de títulos de dívida, nominativos ou ao portador, operações de reporte, cessões de crédito, contas de títulos com garantia de preços ou outras operações similares ou afins (3)	28% (1)
Diferença positiva entre o valor do resgate e os prémios pagos em operações de seguros do ramo vida, fundos de pensões e regimes especiais de segurança social (com restrições) (3)	28% (4)
Rendimentos das categorias A, B e H auferidos por não residentes	25%
Ganhos decorrentes de <i>swaps</i> cambiais, de taxa de juro, de juro e divisas e de operações cambiais a prazo (3)	28%
Indemnizações que visem a reparação de danos não patrimoniais e de danos emergentes e importâncias atribuídas por obrigações de não concorrência, auferidas por não residentes	25%
Saldo positivo entre as mais e as menos-valias apuradas na transmissão onerosa de partes sociais e outros valores mobiliários (1)	28%
Outras mais-valias realizadas e outros rendimentos auferidos por não residentes em território português que não sejam imputáveis a estabelecimento estável aí situado e que não sejam sujeitas a retenção na fonte às taxas liberatórias	28%
Rendimentos prediais auferidos por residentes ou por não residentes em território português que não sejam imputáveis a estabelecimento estável aí situado (2)	28%
Lucros distribuídos por entidades não residentes sem intervenção de um "agente pagador" residente em Portugal (1)	28%
Juros pagos por entidades não residentes sem intervenção de um "agente pagador" residente em Portugal (1)	28%
Gratificações auferidas pela prestação ou em razão da prestação de trabalho, quando não atribuídas pela entidade patronal nem por entidade que com esta mantenha relações de grupo, domínio ou simples participação	10%
Rendimentos líquidos das categorias A e B auferidos, por residentes não habituais, em atividades definidas na Portaria nº 12/2010, de 7 de Janeiro	20%
Acréscimos patrimoniais não justificados de valor superior a € 100.000,00	60%
Os rendimentos de capitais pagos por entidades domiciliadas em paraísos fiscais, bem como mais-valias de valores mobiliários de entidades domiciliadas nestes territórios	35%

Fonte: Guia do IRS 2017, Deloitte - fevereiro 2018

Tabela 2 – Publicações da AT e cálculos com base nos Mapas 28 e 29 e 31

Escalões de rend. bruto anual	Número de agregados			Rendimento bruto médio		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
01 - [0 A 5.000 [744.923	718.643	702.517	2.507	2.499	2.430
02 - [5.000 A 10.000 [1.536.298	1.534.136	1.496.374	7.588	7.688	7.787
03 - [10.000 A 13.500 [713.129	750.179	797.305	11.598	11.595	11.581
04 - [13.500 A 19.000 [687.843	708.246	749.271	15.993	16.006	16.006
05 - [19.000 A 27.500 [602.145	632.429	654.467	22.758	22.758	22.799
06 - [27.500 A 32.500 [190.224	204.196	221.555	29.849	29.825	29.844
07 - [32.500 A 40.000 [191.700	202.917	217.670	35.985	35.993	35.990
08 - [40.000 A 50.000 [152.614	162.417	173.388	44.517	44.551	44.556
09 - [50.000 A 100.000 [211.279	223.331	241.629	66.276	66.314	66.329
10 - [100.000 A 250.000 [38.202	40.932	44.914	134.572	135.305	135.743
11 - [250.000 A *** [2.794	3.217	3.863	439.711	446.294	443.989
TOTAL	5.071.151	5.180.643	5.302.953	17.007	17.455	18.012

Escalões de rend. bruto anual	IRS líquido médio			Taxa efetiva média		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
01 - [0 A 5.000 [139	162	184	5,5%	6,5%	7,6%
02 - [5.000 A 10.000 [107	116	99	1,4%	1,5%	1,3%
03 - [10.000 A 13.500 [442	455	448	3,8%	3,9%	3,9%
04 - [13.500 A 19.000 [867	892	844	5,4%	5,6%	5,3%
05 - [19.000 A 27.500 [2.014	1.997	1.877	8,8%	8,8%	8,2%
06 - [27.500 A 32.500 [3.788	3.794	3.447	12,7%	12,7%	11,5%
07 - [32.500 A 40.000 [5.635	5.610	5.242	15,7%	15,6%	14,6%
08 - [40.000 A 50.000 [7.920	7.927	7.604	17,8%	17,8%	17,1%
09 - [50.000 A 100.000 [15.141	15.243	14.810	22,8%	23,0%	22,3%
10 - [100.000 A 250.000 [42.444	43.050	43.526	31,5%	31,8%	32,1%
11 - [250.000 A *** [189.483	195.739	193.026	43,1%	43,9%	43,5%
TOTAL	2.120	2.225	2.263	12,5%	12,7%	12,6%

Fonte: Portal das Finanças – Estatísticas do IRS - Declarações mod.3 - exercícios de 2017/2019



5.3 Anexos à área da Saúde

5.3.1 Grelha analítica

Matriz de indicadores de desigualdade na Saúde																
Designação do indicador	Descrição do indicador (definição)	Fonte	Unidade	Desagregação por sexo	Desagregação por grupo etário	Desagregação por nível de escolaridade	Desagregação por grupo socioprofissional	Desagregação por região (NUT)	Subjetiva territorial	Âmbito temporal	Disponibilidade (link)	Coveragem internacional	Incluído nos ODS	Objetivo do indicador	Nota justificativa	Observações
A. Estado de saúde																
A1	Doenças crónicas	Eurostat	p.p.	Sim	16-64, 65+	Sim	Sim	Não	Portugal	2014	http://apps.eurostat.ec.europa.eu/ViewMain.do	Sim	Não	Medir o gradiente social em doenças crónicas representativas	A desigualdade pode ser medida em relação à escolaridade. A diferença na incidência de doenças crónicas entre as pessoas de baixa escolaridade e as pessoas de alta escolaridade é elevada ou muito elevada na pressão sanguínea e na diabetes e significativa na depressão e no cancro. As doenças crónicas representam o 45% do total de custos de saúde em Portugal e a média da UE28.	Os dados sobre as doenças crónicas podem ser obtidos no Portal do INE, INS 2014
A2	Saúde mental	INE, INS 2014	p.p.	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Portugal	2014	www.inec.pt/	Sim	Não	Medir o gradiente social na doença mental	O bem-estar emocional é uma das dimensões essenciais do bem-estar em geral. Alguns autores apontam a tendência para o aumento do número de pessoas que se sentem ansiosas, sofrem de pressão psicológica (stress) ou apresentam sintomas de depressão. Segundo a OMS, a depressão tende a agravar-se no futuro. Do ponto de vista da desigualdade, seria interessante estudar o impacto do estatuto social (o estatuto social tem maior prevalência de sintomas de depressão (ou se apresentam menos sintomas) em relação às pessoas com estatuto social considerado superior.	
A3	Incapacidade severa	Eurostat, EU-SILC	p.p.	Sim	Sim	Sim	Não	Portugal	2008+	2014	http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do	Sim	Não	Medir o ingrediente social na incapacidade severa	Existe diferença social nas limitações prolongadas e severas que afectam a realização de actividades diárias	Existe relação com ODS3
A4	Assistência laboral por razões de saúde	INE, INS	N.º dias	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Portugal	2014	www.inec.pt/	Sim	Não	Medir diferenças entre grupos de trabalhadores nas ausências por motivos de saúde	Existe diferença significativa segundo os grupos profissionais	
A5	População exposta a riscos no trabalho	INE, IE	%	Sim	Sim	?	Não	Não	Portugal	2013	www.inec.pt/	Sim	ODS 8 (meta 8.9)	Medir a exposição a riscos no trabalho	As condições de trabalho fisicamente penosas e as que afectam o bem-estar mental, a violência e o insucesso dos ritmos de trabalho, a violência e o insucesso podem ser entendidos como desigualdades por exporem uma diferença estatística entre grupos profissionais, além disso, elevada a população abrangida.	
B. Determinantes socioeconómicos do estado de saúde																
B1	Índice de massa corporal (BMI) por sexo, idade e educacional attainment level	EHS/INS-2014	%	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Portugal	2014	http://apps.eurostat.ec.europa.eu/ViewMain.do	EU28	Não	Medir o índice de massa corporal: Índice Internacional adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que permite determinar se um indivíduo tem baixo peso, peso normal, sobrepeso ou obesidade em relação ao seu peso corporal correspondente ao quociente entre o peso de uma pessoa em quilogramas e o quadrado da sua altura em metros.	Os resultados apontam para uma relação diretamente proporcional entre a variável e o nível de escolaridade.	*2005 só está disponível por sexo e grupo etário. Em Portugal, o IMC é divulgado desagregado por confissão religiosa e por nível de escolaridade. Eurostat pode ainda ser cruzado com os quintis de rendimento.
B2	Tempo gasto em actividades físicas relacionadas com o bem-estar físico por sexo, idade e educacional attainment level	EHS/INS-2014	%	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Portugal	2014	http://apps.eurostat.ec.europa.eu/ViewMain.do	EU28	Não	Medir o tempo dedicado ao exercício físico	Os resultados apontam para uma relação diretamente proporcional entre a variável e o nível de escolaridade.	Para Portugal, um indicador similar pode ser desagregado por confissão perante o trabalho ou NUTs. No Eurostat pode ainda ser cruzado com os quintis de rendimento.
B3	Frequência de consumo de frutas e vegetais por sexo, idade e educacional attainment level	EHS/INS-2014	%	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Portugal	2014	http://apps.eurostat.ec.europa.eu/ViewMain.do	EU28	Não	Medir a frequência de consumo de frutas e vegetais (Impacto no estado de saúde)	Os resultados apontam para uma relação diretamente proporcional entre a variável e o nível de escolaridade.	Para Portugal, um indicador similar pode ser desagregado por confissão perante o trabalho ou NUTs. No Eurostat pode ainda ser cruzado com os quintis de rendimento.
B4	Frequência de consumo de produtos de tabaco por sexo, idade e educacional attainment level	EHS/INS-2014	%	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Portugal	2014	http://apps.eurostat.ec.europa.eu/ViewMain.do	EU28	a*	Medir a frequência do consumo de tabaco (Impacto no estado de saúde)	Os resultados apontam para uma relação diretamente proporcional entre a variável e o nível de escolaridade.	*2005 só está disponível por sexo e grupo etário. Em Portugal, um indicador similar pode ser desagregado por confissão perante o trabalho ou NUTs. No Eurostat pode ainda ser cruzado com os quintis de rendimento.
B5	Frequência de consumo de álcool por sexo, idade e educacional attainment level	EHS/INS-2014	%	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Portugal	2014	http://apps.eurostat.ec.europa.eu/ViewMain.do	EU28	b*	Medir a frequência do consumo de bebidas alcoólicas (Impacto no estado de saúde)	Os resultados apontam para uma relação diretamente proporcional entre a variável e o nível de escolaridade.	Para Portugal, um indicador similar pode ser desagregado por confissão perante o trabalho ou NUTs. No Eurostat pode ainda ser cruzado com os quintis de rendimento.
B6	Perceção de apoio social por sexo, idade e educacional attainment level	EHS/INS-2014	%	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Portugal	2014	http://apps.eurostat.ec.europa.eu/ViewMain.do	EU28	Não	Medir a perceção que as pessoas têm seu do grau de suporte social.	Os resultados apontam para uma relação diretamente proporcional entre a variável e o nível de escolaridade.	Para Portugal, um indicador similar pode ser desagregado por confissão perante o trabalho ou NUTs. No Eurostat pode ainda ser cruzado com os quintis de rendimento.

Designação do indicador	Descrição do indicador (definição)	Fonte	Unidade	Desagregação por sexo	Desagregação por nível de escolaridade	Desagregação socioprofissional	Desagregação por região (NUT)	Cobertura territorial	Âmbito temporal	Disponibilidade (link)	Comparação Internacional	Incluído nos ODS	Objetivo do indicador	Nota justificativa	Observações
C. Acesso e uso de cuidados de saúde															
C1 - rastreio do cancro do cólon / colorectal cancer screening	Proportion of people (aged 50-74) reporting a colorectal cancer screening in the past 2 years	ECH/NS2014	%	Sim	Sim	Não	Sim	Portugal	2014		EU28	Não	Medir o acesso que as pessoas têm ao rastreio através de colonoscopia e de sangue residual nas fezes.	O cancro do cólon e do reto é um dos três tipos mais mortais e o rastreio via colonoscopia é a forma mais eficiente de prevenção.	Este indicador é calculado com base no SILC
C2 - Mamografias / Breast cancer screening	The indicator on self-reported breast cancer screening is the proportion of women aged 50-69 reporting to have undergone a breast cancer screening test within the past two years.	ECH/NS2014	%	Sim	Sim	Não	Sim	Portugal	2014		EU28	Não	A fim de medir o acesso das mulheres à mamografia, o indicador foi definido para as mulheres com idades entre 50 e 69 anos.	O indicador só não computado só de respeito ao grupo etário das mulheres com idades entre 50 e 69 anos	
C3 - Equidade no acesso aos serviços de saúde / Equity of access to dental care services	Proportion of persons with self-declared need for dental care who reported to have either financial barriers, waiting times or travelling distances	ECH/NS2014	%	Sim	Sim	Sim	Sim	Portugal	2014		EU28	Não	Identificar o grau de dificuldade sentido na satisfação das necessidades de serviços dentários segundo as principais razões (financeiras, de transporte ou tempos de espera)	A necessidade não satisfeita de tratamentos e exames médicos é um indicador do grau de equidade no acesso a cuidados de saúde. A existência de barreiras à utilização dos serviços de saúde indica que as necessidades não são satisfeitas adequadamente correspondendo às necessidades efetivas de cuidados médicos.	
C4 - Equidade no acesso aos serviços de saúde / Equity of access to health care services	Equity of access to health care services is an index of self-declared unmet need for health care services by sex, age group, educational level, and region of residence for people who self-reported an unmet need for medical care (medical examination or treatment) in the previous 12 months for the following three reasons: financial barriers, waiting times or long distances.	ECH	%	Sim	Sim	Sim	Não	Portugal	2016		EU28	Não	Identificar o grau de dificuldade sentido na satisfação das necessidades de cuidados médicos segundo as principais razões (financeiras, de transporte ou tempos de espera)		
C5 - Uso de medicamentos com prescrição médica / Medicine use ...	The indicator on medicine use gives the proportion of persons who reported taking medication, sex, age group, educational level, degree of urbanisation and ascribed by a physician during the past 2 weeks.	ECH/NS2014	%	Sim	Sim	Não		Portugal	2014		EU28	Não	The Medicine use indicator indicates aspects of accessibility, up-to-date quality of care, and costs. Large differences between countries may point to under-use as well as over-use.		
D. Financiamento dos cuidados de saúde															
D1 - Risco de Catastrófica Saúde / Catastrophic Health Expenditure (CHE)	Índice de risco de saúde catastrófica (ICSC) que mede a capacidade de pagamento em out-of-pocket spending, em que subsistência spending é o valor que se espera que cada ADP faça em alimentação	HS201611 HS201616	%	Não	Informação de ADP classificada por estratos de rendimento (níveis de escolaridade e rendimento, idade, rendimento percentil, sexo, quantil)	Sim	Sim	Portugal	2010-2015	INE	Sim, a posteriori, tendo os estados membros da UE em linha com a metodologia nacional	Não	Medir a CHE (catastrophic health expenditure), isto é, o valor da despesa em cuidados de saúde a partir da qual o ADP tem de recorrer a despesas em necessidades básicas. De acordo com a OMS, este risco acontece quando este indicador tiver valor igual ou superior a 40%.	Recomendação da OMS	Este indicador assume valores elevados em Portugal, quando comparado internacionalmente (dos mais elevados na UE)
D2 - Índice de Progressividade das Despesas em Cuidados de Saúde	Índice de Kakwani (diferença entre Gini do rendimento disponível e índice de concentração de despesas privadas de cuidados de saúde)	NS2006/06	%	Não	Informação de ADP classificada por estratos de rendimento (níveis de escolaridade e rendimento, idade, rendimento percentil, sexo, quantil)	Sim	Sim	Portugal	2005	INE Dr Ricardo Jorge	Sim, a posteriori, tendo os estados membros da UE em linha com a metodologia nacional	Não	Pretende medir o efeito de proporcionalidade, regressividade ou progressividade das despesas privadas em saúde	Preocupação sobre equidade vertical (critério relevante de equidade no financiamento)	A metodologia pode ser alargada a outros variáveis (ex: rendimento imputado pela provisão inferior ao custo de cuidados de saúde, participação no preço dos medicamentos, por substituição dos medicamentos, por substituição dos medicamentos, por substituição dos medicamentos, por substituição dos medicamentos)

a* - Fortalecer a implementação do Convénio-Quadro para o Controlo do Tabaco em todos os países, conforme apropriado

b* - Retorcer a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool

5.4 Anexos à área da Habitação

5.4.1 Grelha analítica

Dimensão	Sub-dimensão	Designação do indicador	Incluído no relatório	Código	Fonte	Unidade	Desagregação por sexo	Desagregação por grupo etário	Desagregação por nível de escolaridade	Desagregação por grupo socioprofissional	Desagregação por tipologia familiar	Desagregação por grau de urbanização	Desagregação por pobreza / rendimento	Desagregação por região (NUT)	Cobertura territorial	Âmbito temporal (desde)	Periodicidade	Disponibilidade (link)	Comparação internacional	Incluído nos ODS
Acesso	Regimes de ocupação	Alojamentos clássicos de residência habitual segundo o regime de ocupação	sim	-	Censos, INE n.º		-	-	-	-	-	-	-	Freguesia	PT	1981	decenal	-	-	-
Acesso	Regimes de ocupação	População por regime de ocupação da habitação	sim	ilc_lvho02	EU-SILC, INE e Eurosta	%	-	-	-	-	sim	sim	sim	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	http://a	EU	-
Acesso	Regimes de ocupação	Proporção de jovens entre os 18 e os 34 anos a residir em casa dos pais	sim	ilc_lvps08	EU-SILC, INE e Eurosta	%	sim	sim	-	-	-	-	-	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	http://a	EU	-
Acesso	Regimes de ocupação	Alojamentos familiares não clássicos	não	-	Censos, INE n.º		-	-	-	-	-	-	-	Freguesia	PT	1981	decenal	-	-	-
Acesso	Estado	Despesas públicas em habitação (% do PIB)	sim	gov_10a exp	Eurostat	%	-	-	-	-	-	-	-	-	PT	1995	anual	https://	EU	-
Acesso	Estado	Fogos de habitação social por 100 mil habitantes	sim	-	Inquérito n.º por 100 mil habitantes		-	-	-	-	-	-	-	-	NUTSII	2012-2015	Trienal (descontinuado)	https://	-	-
Acesso	Mercado	Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares	sim	-	Estatísticas de preços da	€	-	-	-	-	-	-	-	Município	PT	2017	semestral	https://	-	-
Acesso	Mercado	Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares	sim	-	Estatísticas de preços da	€	-	-	-	-	-	-	-	Município	PT	2016	trimestral	https://	-	-
Acesso	Mercado	Rácio entre os preços da habitação e o rendimento no acesso à habitação	sim	-	Estatísticas dos preços da	n.º	-	-	-	-	-	-	-	Município	PT	2017	pontual	https://	-	-
Acesso	Mercado	Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento no acesso à habitação	sim	-	Estatísticas dos preços da	%	-	-	-	-	-	-	-	Município	PT	2017	pontual	https://	-	-
Condições habitacionais	Ocupação	Taxa de sobrelotação da habitação	sim	ilc_lvho05a	EU-SILC, INE e Eurosta	%	-	sim	-	-	sim	-	sim	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	http://a	EU	1 e 11
Condições habitacionais		Taxa de subocupação da habitação	sim	ilc_lvho50a	EU-SILC, INE e Eurosta	%	-	sim	-	-	sim	-	sim	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	https://	EU	-
Condições habitacionais	Condições básicas insuficientes	Privação material na dimensão habitação por número de itens	sim	ilc_mdd04b	EU-SILC, INE e Eurosta	%	-	sim	-	-	sim	-	sim	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	https://	EU	1 e 11
Condições habitacionais	Condições básicas insuficientes	Taxa de privação severa das condições de habitação	sim	ilc_mdh06a	EU-SILC, INE e Eurosta	%	-	sim	-	-	sim	sim	sim	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	https://	EU	1 e 6
Condições habitacionais	Encargos e custos financeiros com a habitação	Custos totais com o alojamento	sim	ilc_mde03	EU-SILC, INE e Eurosta	%	-	-	-	-	sim	sim	sim	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	https://	EU	-
Condições habitacionais	Encargos e custos financeiros com a habitação	Preços do alojamento no rendimento disponível do agregado familiar	não	ilc_mde01	EU-SILC, INE e Eurosta	%	-	-	-	-	sim	-	sim	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	https://	EU	-
Condições habitacionais	Encargos e custos financeiros com a habitação	Preços da renda relacionada com a habitação ocupada no rendimento disponível do agregado familiar por tipo de agregado	não	ilc_mde02	EU-SILC, INE e Eurosta	%	-	-	-	-	sim	-	sim	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	https://	EU	-
Condições habitacionais	Condições básicas insuficientes	População em alojamentos cujo tecto que deixa passar água, fundações/paredes/soalho húmidos ou apodrecimento dos caixilhos das janelas ou do soalho	não	ilc_mdh01	EU-SILC, INE e Eurosta	%	sim	sim	-	-	sim	-	sim	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	https://	EU	-
Condições habitacionais	Condições básicas insuficientes	População a viver em alojamentos com luz natural insuficiente num dia de sol	não	ilc_mdh04	EU-SILC, INE e Eurosta	%	sim	sim	-	-	sim	-	sim	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	https://	EU	-
Condições habitacionais	Condições básicas insuficientes	População a viver em alojamentos sem a existência de instalação de banho nem duche nem sanita com autoclismo no interior do alojamento	não	ilc_mdh05	EU-SILC, INE e Eurosta	%	sim	sim	-	-	sim	-	sim	2018 em diante, NUTSII	PT	2004	anual	https://	EU	-
Condições habitacionais	Encargos e custos financeiros com a habitação	Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	sim	ilc_lvho07a	EU-SILC	%	sim	sim	-	-	-	-	sim	2018 em diante, NUTS2	PT	2007	anual	http://a	EU28	-
Condições habitacionais	Encargos e custos financeiros com a habitação	Rácio dos empréstimos vencidos, particulares com a finalidade habitação	sim	-	Banco de Portugal	%	-	-	-	-	-	-	-	NUTSII	PT	1998	mensal	https://	-	-
Condições habitacionais	Encargos e custos financeiros com a habitação	Incapacidade financeira para manter a casa suficientemente aquecida	sim	h1th_dhc140	EU-SILC	%	sim	sim	-	-	-	-	-	2018 em diante, NUTS2	PT	2004	anual	http://a	EU28	1
Condições habitacionais	Encargos e custos financeiros com a habitação	Carga mediana das despesas em habitação	não	ilc_lvho08b	EU-SILC	%	-	-	-	-	-	sim	-	2018 em diante, NUTS2	PT	2004	anual	http://a	EU28	-
Comunidade	Comunidade	Ruído e barulho dos vizinhos ou da rua	sim	ilc_mddw01	EU-SILC	%	-	-	-	-	sim	-	sim	2018 em diante, NUTS2	PT	2004	anual	https://	EU28	-
Comunidade	Comunidade	Poliuição e outros problemas ambientais causados pelo trânsito	sim	ilc_mddw02	EU-SILC	%	-	-	-	-	sim	-	sim	2018 em diante, NUTS2	PT	2004	anual	https://	EU28	-
Comunidade	Comunidade	Crime, violência ou vandalismo na área de residência	sim	ilc_mddw06	EU-SILC	%	-	-	-	-	-	sim	sim	2018 em diante, NUTS2	PT	2004	anual	https://	EU28	-

5.4.2 Indicadores segundo características demográficas, socioeconómicas e territoriais

Quadro A2.1. Taxa de sobrelotação da habitação (%), segundo características demográficas, socioeconómicas e territoriais, Portugal, 2008-2019

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
População residente		15,9	14,1	14,6	11,0	10,0	11,4	10,3	10,3	10,3	9,3	9,6	9,5
Grau de urbanização	Área densamente povoada	18	15,8	17,1	13,9	12,2	13,9	13,3	12,8	13,2	11,5	11,6	11,4
	Área intermédia	17,3	15,8	14,4	10,2	10,1	11,7	8,6	8,7	7,7	8,0	9,3	9,9
	Área pouco povoada	10,3	8,8	10,1	6,5	6,5	7,2	7,2	8,0	8,3	6,9	6,7	5,7
Sexo	Homem	16,4	14,2	14,7	11,5	10,0	11,7	10,5	10,4	10,2	9,1	9,6	9,5
	Mulher	15,5	14,1	14,5	10,6	9,9	11,2	10,1	10,2	10,3	9,4	9,7	9,4
Grupo etário	Menos de 18 anos	23,5	21,5	21,4	16,8	15,7	17,7	16,4	17,2	17,0	15,8	16,3	16,2
	18 a 64 anos	16,4	14,5	15,0	11,3	10,3	11,8	10,7	10,4	10,5	9,6	10,1	9,9
	65 e mais anos	6,1	5,0	6,0	4,1	3,6	4,5	3,9	4,0	4,1	3,1	3,0	3,1
Dimensão do agregado	1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	2	2,4	2,1	2,0	1,7	1,2	1,3	1,6	1,9	1,8	1,7	1,4	1,3
	3	8	7,5	7,6	4,9	4,8	4,6	4,7	5,4	5,9	5,4	5,0	5,0
	4	17,9	17,9	17,3	12,3	14,4	13,7	13,5	14,5	12,6	11,6	14,3	13,9
	5 e mais	51,9	45	46,7	42,2	37,6	45,4	42,3	40,1	43,7	39,4	39,7	41,1
Quintis do rendimento por adulto equivalente	1º Q	25,1	23,5	22,5	19,7	16,7	19,2	20,8	20,8	19,8	17,3	18,3	18,0
	2º Q	18,2	18,0	17,3	11,6	13,7	13,7	12,0	10,3	13,1	12,2	11,9	11,9
	3º Q	19,1	16,0	15,3	10,1	9,9	11,2	10,0	9,9	9,1	8,9	8,4	9,5
	4º Q	10,1	9,3	11,1	9,8	6,6	10,5	5,3	7,2	6,5	5,5	6,9	5,5
	5º Q	7,2	3,9	6,9	3,9	2,8	2,6	3,7	3,3	2,9	2,5	2,7	2,5
Composição familiar	Agregados sem crianças dependentes	7,4	7,0	7,4	5,5	4,4	5,3	4,2	3,4	3,3	3,0	3,2	3,3
	Agregados com crianças dependentes	23,0	20,3	20,7	16,1	15,2	17,1	16,2	16,9	17,0	15,4	16,0	15,7
Em risco de pobreza		25,1	23,4	22,3	20,6	16,8	19,7	21,1	21,0	19,9	17,7	18,7	18,2
Regime de ocupação	Proprietário ou alojamento gratuito	13,5	12,1	11,7	8,6	7,5	8,8	7,8	8,3	8,2	7,2	7,6	7,3
	Arrendatário	27,8	23,9	28,0	22,5	21,0	23,8	22,9	20,1	20,2	19,4	19,4	19,9
Nível de educação	Básico	16,8	15,0	15,4	11,6	10,1	11,2	10,6	10,2	10,4	9,1	9,3	9,0
	Secundário	10,3	10,1	11,3	9,0	9,1	10,7	8,5	8,4	9,3	9,3	10,0	9,8
	Superior	7,7	5,5	5,8	x	3,7	4,8	4,2	5,0	4,6	3,9	4,1	4,4
Condição perante o trabalho	Empregado	14,7	13,3	14,4	10,4	8,8	10,5	8,6	8,7	9,5	8,5	8,6	9,0
	Desempregado	25,4	21,8	18,9	15,3	16,2	16,0	15,5	16,5	14,6	16,2	18,3	15,7
	Reformado	6,9	5,0	6,3	4,6	3,8	4,5	3,6	3,9	4,0	3,1	3,3	3,2
	Outro inativo	19,3	17,5	18,5	14,4	11,8	13,8	15,3	13,5	13,3	11,9	12,0	11,9

Notas: o grupo etário tem em conta a idade em 31 de dezembro do ano dos rendimentos, os quintis de rendimento têm em conta os rendimentos do ano anterior. O nível de educação e condição perante o trabalho referem-se à população residente com 16 e mais anos.

x - valor não disponível (ausência de valor decorrente da inexistência de dados ou da falta de qualidade dos mesmos).

Fonte: ICOR, INE, PED-421796786.

Quadro A2.2. Taxa de privação severa das condições da habitação (%), segundo características demográficas, socioeconómicas e territoriais, Portugal, 2008-2019

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
População residente		7,1	5,1	5,7	4,1	4,4	5,7	5,5	4,8	4,9	4,0	4,2	4,1
Grau de urbanização	Área densamente povoada	8,4	6,0	7,7	5,4	6,2	7,9	7,6	6,6	7,5	5,3	5,4	5,5
	Área intermédia	7,0	5,0	5,1	3,6	3,7	4,4	3,3	2,7	2,7	2,9	3,7	4,1
	Área pouco povoada	4,5	3,3	2,5	2,1	2,3	3,4	4,4	4,1	3,2	3,1	2,6	1,9
Sexo	Homem	7,3	5,1	5,7	4,2	4,5	5,8	5,5	4,7	5,0	3,9	4,1	4,4
	Mulher	6,8	5,0	5,6	3,9	4,3	5,5	5,5	4,9	4,9	4,0	4,2	3,9
Grupo etário	Menos de 18 anos	11,5	7,7	8,1	5,8	7,4	8,8	8,6	7,3	7,8	7,0	6,8	7,2
	18 a 64 anos	7,0	5,2	5,9	4,0	4,2	5,8	5,7	5,0	5,1	4,0	4,4	4,3
	65 e mais anos	2,5	x	2,4	2,5	2,0	2,5	2,2	2,0	2,1	1,4	1,5	1,4
Dimensão do agregado	1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	2	x	x	x	x	x	x	x	1,2	1,1	0,9	0,7	0,6
	3	4,3	2,5	3,3	2,3	2,4	2,4	2,7	2,5	2,3	2,3	1,7	2,2
	4	7,9	6,1	6,5	4,7	6,8	6,8	6,3	6,2	5,4	3,8	6,5	5,9
	5 e mais	21,7	16,3	17,4	13,8	13,6	21,4	23,2	19,0	23,4	19,5	17,7	18,3
Quintis do rendimento por adulto equivalente	1º Q	13,5	10,6	10,7	8,0	8,3	10,8	13,1	10,9	11,4	8,9	8,3	10,2
	2º Q	8,6	5,5	6,8	4,5	5,7	7,1	5,5	4,4	6,2	5,2	6,0	4,6
	3º Q	7,0	5,4	5,3	3,8	3,8	6,1	5,0	4,1	3,8	3,8	4,2	3,8
	4º Q	4,7	x	3,1	3,7	2,9	3,6	2,6	2,8	2,5	1,3	2,1	1,4
	5º Q	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Composição familiar	Agregados sem crianças dependentes	2,4	2,5	3,1	2,5	1,9	2,7	2,4	2,1	1,7	1,3	1,3	1,3
	Agregados com crianças dependentes	10,9	7,2	7,9	5,5	6,7	8,4	8,5	7,3	8,0	6,6	7,0	7,0
Em risco de pobreza		13,1	11,4	10,6	8,2	7,8	11,4	13,1	11,2	11,3	9,3	8,9	10,5
Regime de ocupação	Proprietário ou alojamento gratuito	5,3	3,7	3,5	3,0	2,8	3,8	4,1	3,3	3,4	2,9	2,9	2,8
	Arrendatário	15,5	11,5	15,7	9,2	11,6	14,3	12,6	11,9	12,3	9,5	10,4	10,3
Nível de educação	Básico	7,4	5,4	6,1	4,4	4,4	5,9	6,0	4,9	5,4	4,3	4,5	4,2
	Secundário	x	x	x	2,8	3,3	4,9	4,2	4,2	4,0	3,4	3,9	3,6
	Superior	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	1,1	1,7
Condição perante o trabalho	Empregado	5,9	4,3	5,2	3,5	3,7	4,8	4,5	3,9	4,4	3,3	3,3	3,5
	Desempregado	12,4	9,6	9,3	5,7	7,2	8,4	8,9	8,8	7,5	8,6	10,2	8,9
	Reformado	3,0	x	2,4	2,3	2,0	2,4	1,9	2,0	2,0	1,4	1,8	1,4
	Outro inativo	8,8	6,9	7,2	5,6	4,4	7,3	8,4	6,1	6,6	5,2	5,6	5,6

Notas: o grupo etário tem em conta a idade em 31 de dezembro do ano dos rendimentos, os quintis de rendimento têm em conta os rendimentos do ano anterior. O nível de educação e condição perante o trabalho referem-se à população residente com 16 e mais anos.

x - valor não disponível (ausência de valor decorrente da inexistência de dados ou da falta de qualidade dos mesmos).

Fonte: ICOR, INE, PED- 421796786.

Quadro A2.3. Taxa de sobrecarga das despesas em habitação (%), segundo características demográficas, socioeconómicas e territoriais, Portugal, 2008- 2019

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
População residente		8,2	6,3	4,4	7,2	8,2	8,3	9,2	9,1	7,5	6,7	5,7	5,7
Grau de urbanização	Área densamente povoada	9,4	7,2	5,6	8,3	9,3	9,6	9,7	9,5	8,2	8,0	6,0	7,3
	Área intermédia	7,7	6,6	3,6	6,8	8,6	8,6	10,3	10,0	7,9	6,4	6,0	4,4
	Área pouco povoada	6,8	4,0	3,3	5,6	6,1	5,7	7,1	7,3	6,0	5,0	5,1	4,6
Sexo	Homem	8,2	6,3	4,3	7,2	7,9	8,1	9,0	8,4	6,7	6,2	5,4	5,6
	Mulher	8,3	6,2	4,5	7,2	8,5	8,4	9,4	9,7	8,3	7,2	6,0	5,9
Grupo etário	Menos de 18 anos	12,6	9,9	6,4	11,3	12,5	12,4	11,9	11,8	9,4	7,2	7,3	6,9
	18 a 64 anos	8,6	6,4	4,6	7,3	8,5	8,6	9,9	10,0	8,2	7,5	6,1	6,3
	65 e mais anos	2,2	1,7	1,8	2,7	3,4	3,2	4,4	4,1	4,0	4,2	3,5	3,2
Dimensão do agregado	1	11,3	7,6	8,4	10,8	12,1	12,7	15,6	14,8	14	12,7	12,9	11,7
	2	6,7	5,6	4,3	6,1	7,7	7,1	8,7	9,2	7,9	7,2	6,4	6,2
	3	9,6	6,1	4,9	7,2	8,2	8,3	8,2	7,6	7,3	6,4	4,9	5,4
	4	9,0	7,3	3,8	7,7	7,5	7,6	8,6	8,6	5,2	5,3	3,4	3,3
	5 e mais	5,2	4,9	3,1	6,1	8,7	9,0	9,1	9,6	7,5	5,0	5,5	6,0
Quintis do rendimento por adulto equivalente	1º Q	20,9	20,2	15,6	24,8	26,8	29,2	33,1	32,8	27,9	24,3	20,4	20,7
	2º Q	11,8	6,9	2,9	6,6	7,8	7,1	7,0	8,2	6,6	5,6	5,2	5,1
	3º Q	4,0	2,7	x	3,7	3,6	3,5	3,2	3,0	1,9	2,0	1,8	2,1
	4º Q	3,1	x	x	x	2,2	x	2,2	x	x	1,5	1,0	x
	5º Q	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Composição familiar	Agregados sem crianças dependentes	5,0	4,0	3,4	4,5	5,8	5,9	7,7	7,6	6,7	6,7	5,4	5,2
	Agregados com crianças dependentes	10,9	8,2	5,2	9,7	10,5	10,4	10,6	10,5	8,3	6,7	6,0	6,2
Em risco de pobreza		21,8	21,5	16,4	26,4	28,4	30,9	33,7	33,5	29,1	26,1	22,4	22,8
Regime de ocupação	Proprietário ou alojamento gratuito	6,9	4,4	2,1	4,6	4,4	4,4	5,5	4,7	3,7	3,2	2,5	2,4
	Arrendatário	14,7	15,4	15	19,6	25,6	26,2	27,1	29,9	26,5	24	21,1	21,4
Nível de educação	Básico	8,3	6,4	4,6	7,1	8,2	8,5	9,5	9,3	7,8	7,3	5,9	5,6
	Secundário	7,7	4,9	3,9	7,0	8,0	6,9	8,3	8,9	7,7	6,9	5,6	6,8
	Superior	x	x	x	x	5,3	5,0	5,5	5,2	4,6	4,4	3,6	4,0
Condição perante o trabalho	Empregado	7,6	5,7	3,6	6,3	7,1	6,3	7,4	7,6	6,3	5,9	5,0	5,1
	Desempregado	14	11,6	10,5	13,2	15,5	17,6	18,9	19,8	17,3	15,6	13,3	14,1
	Reformado	2,5	1,5	1,7	2,6	3,1	2,6	3,9	3,8	3,9	3,6	3,5	3,0
	Outro inativo	9,0	7,3	5,1	8,8	9,6	9,4	11,8	11,6	9,2	9,6	6,3	7,8

Notas: o grupo etário tem em conta a idade em 31 de dezembro do ano dos rendimentos, os quintis de rendimento têm em conta os rendimentos do ano anterior. O nível de educação e condição perante o trabalho referem-se à população residente com 16 e mais anos.

x - valor não disponível (ausência de valor decorrente da inexistência de dados ou da falta de qualidade dos mesmos).

Fonte: ICOR, INE, PED- 421796786.

Quadro A2.4. População que vive em agregados sem capacidade económica para manter a casa adequadamente aquecida (%), segundo características demográficas, socioeconómicas e territoriais, Portugal, 2008- 2019

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
População residente		34,9	28,4	30,0	26,7	26,9	27,9	28,3	23,8	22,5	20,4	19,4	18,9
Grau de urbanização	Área densamente povoada	31,6	24,2	26,4	23,6	23,3	26,7	29,4	24,6	22,4	22,1	20,7	19,7
	Área intermédia	39,8	33,6	34,8	31,3	29,7	28,7	27,7	23,4	22,8	18,7	19,0	18,0
	Área pouco povoada	34,9	29,4	30,0	26,0	29,8	29,1	27,2	22,9	22,2	19,7	17,9	18,8
Sexo	Homem	34,7	28,5	29,8	26,3	26,7	27,2	27,3	23	21,5	20,0	18,8	18,5
	Mulher	35,1	28,3	30,2	27,0	27,2	28,6	29,2	24,6	23,4	20,9	20,0	19,3
Grupo etário	Menos de 18 anos	35,7	26,1	30,9	26,2	22,7	24,1	25,8	20,8	19,0	16,8	15,2	15,1
	18 a 64 anos	33,3	27,5	28,8	25,7	26,5	27,9	27,2	22,8	22,0	19,4	18,7	18,5
	65 e mais anos	40,3	34,0	33,4	30,4	32,4	31,7	34,3	29,7	26,9	26,6	24,8	23,1
Dimensão do agregado	1	42,7	37,3	37,2	33,3	32,7	35,5	36,6	33,6	28,9	28,4	28,2	26,6
	2	34,5	27,8	28,2	23,5	27,9	27,4	29,2	25,3	23,4	22,9	21,1	21,2
	3	31,4	25,1	26,4	24,8	25,8	25,5	25,9	21,0	20,5	18,4	17,5	15,4
	4	32,4	26,0	26,9	24,3	23,7	24,1	23,8	20,1	18,9	16,5	14,6	15,0
	5 e mais	43,6	36,9	41,7	37,0	32,2	37,2	36,6	28,7	28,9	22,7	24,0	24,5
Quintis do rendimento por adulto equivalente	1º Q	55,1	42,8	49,1	44,6	42,1	45,0	47,4	43,3	42,6	38,4	36,6	37,1
	2º Q	47,0	38,6	40,3	35,5	34,7	38,5	37,5	30,2	26,5	27,5	23,2	24,4
	3º Q	38,4	31,9	35,1	27,9	30,0	28,7	27,7	24,3	21,9	20,2	19,8	16,4
	4º Q	26,1	22,4	19,2	19,4	19,0	18,9	20,4	13,5	14,7	12,0	13,3	11,3
	5º Q	8,2	6,4	6,4	5,9	8,9	8,6	8,8	7,8	6,8	4,1	4,2	5,6
Composição familiar	Agregados sem crianças dependentes	34,8	30,0	29,8	27,9	30,8	30,4	31,1	27,1	25,5	23,6	22,8	21,8
	Agregados com crianças dependentes	35,1	27,0	30,2	25,5	23,2	25,6	25,7	20,7	19,6	17,4	16,1	16,0
Em risco de pobreza		55,8	44,1	49,6	44,2	43,1	44,6	47,5	43,3	42,7	38,9	37,0	38,0
Regime de ocupação	Proprietário ou alojamento gratuito	31,8	25,5	27,5	23,8	25,1	25,0	25,6	21	19,6	17,9	16,5	16,1
	Arrendatário	50,0	42,5	41,7	40,0	35,6	41,8	41,5	37,1	36,5	32,8	33,7	32,1
Nível de educação	Básico	38,1	31,6	32,6	30,2	31,4	32,9	34,7	30,3	28,7	27,0	25,8	25,0
	Secundário	20,9	17,6	19,7	18,2	19,5	21,5	20,5	17,1	17,6	15,2	16,0	15,8
	Superior	10,0	8,6	10,7	7,9	10,1	11,2	12,7	9,7	9,3	8,0	7,3	7,1
Condição perante o trabalho	Empregado	30,6	24,4	25,0	22,3	22,8	23,5	22,1	18,4	17,8	15,9	15,8	15,4
	Desempregado	46,4	38,2	39,5	36,9	34,5	36,9	38,4	34,4	34,7	30,2	28,7	31,2
	Reformado	38,8	32,5	32,5	29,4	31,1	30,3	32,7	28,6	26,2	25,5	24,6	22,9
	Outro inativo	39,8	33,6	35,7	32,5	32,9	34,9	34,8	29,3	27,7	26,5	24,6	24,4

Notas: o grupo etário tem em conta a idade em 31 de dezembro do ano dos rendimentos, os quintis de rendimento têm em conta os rendimentos do ano anterior. O nível de educação e condição perante o trabalho referem-se à população residente com 16 e mais anos.

x - valor não disponível (ausência de valor decorrente da inexistência de dados ou da falta de qualidade dos mesmos).

Fonte: ICOR, INE, PED- 421796786.

Quadro A2.5. População que refere ser comum sentir ruídos no alojamento vindos dos vizinhos ou da rua (%), segundo características demográficas, socioeconómicas e territoriais, Portugal, 2008- 2019

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
População residente		24,3	23,9	22,9	23,2	23,8	22,7	23,6	23,0	23,1	23,5	23,0	22,7
Grau de urbanização	Área densamente povoada	35,8	36,2	34,3	32,4	31,9	29,5	31,2	30,5	29,6	29,7	30,6	30,7
	Área intermédia	18,9	18,0	15,2	18,3	22,4	22,1	23,5	22,8	23,6	23,1	21,2	19,9
	Área pouco povoada	9,8	8,8	12,1	12,0	12,8	12,6	11,2	11,1	11,8	13,7	12,0	12,2
Sexo	Homem	23,4	23,0	22,0	22,5	23,0	22,5	23,3	22,6	22,5	22,8	22,4	22,5
	Mulher	25,1	24,8	23,7	23,8	24,5	22,9	23,9	23,4	23,7	24,2	23,5	22,9
Grupo etário	Menos de 18 anos	24,2	23,0	24,0	22,3	23,7	23,1	23,8	24,3	22,7	23,7	24,3	24,4
	18 a 64 anos	24,4	24,5	23,2	23,9	24,7	23,3	24,5	23,9	24,3	24,5	23,9	23,5
	65 e mais anos	24,0	22,8	20,5	21,4	20,9	20,4	20,4	19,4	20,1	20,4	19,5	19,4
Dimensão do agregado	1	24,1	23,6	20,3	24,6	23,5	22,4	23,4	23,9	22,9	23,4	23,4	22,1
	2	25,7	27,3	22,8	22,0	22,9	21,9	23,4	21,8	23,5	23,7	22,2	22,9
	3	25,0	25,3	25,1	25,6	24,6	25,2	25,4	24,3	26,5	26,2	26,2	24,9
	4	22,1	19,5	22,0	19,1	22,2	20,2	21,2	22,3	19,6	21,0	21,9	21,7
	5 e mais	25,0	24,3	21,3	27,0	27,5	24,1	24,8	23,7	21,6	21,8	18,5	19,4
Quintis do rendimento por adulto equivalente	1º Q	20,2	19,0	21,0	24,6	23,7	23,1	23,5	24,1	23,9	24,8	22,9	22,1
	2º Q	22,1	23,7	24,4	19,8	22,4	21,5	21,4	23,3	23,2	23,6	22,8	22,8
	3º Q	26,9	23,8	21,2	23,6	24,3	22,2	24,9	22,3	22,6	22,5	24,0	23,9
	4º Q	24,6	24,8	26,7	26,9	22,0	22,0	24,2	23,3	23,4	24,9	23,0	21,4
	5º Q	27,5	28,2	21,1	20,9	26,4	24,8	24,0	22,1	22,5	21,7	22,2	23,5
Composição familiar	Agregados sem crianças dependentes	25,2	25,6	22,0	23,4	23,2	22,5	23,4	22,0	23,3	23,2	22,1	21,6
	Agregados com crianças dependentes	23,5	22,4	23,5	23,0	24,3	23,0	23,7	24,0	22,9	23,8	23,9	23,9
Em risco de pobreza		20,5	19,8	20,7	24,8	23,9	23,2	23,4	24,3	23,6	25,0	22,9	22,8
Regime de ocupação	Proprietário ou alojamento gratuito	21,7	21,1	19,5	20,8	21,2	20,8	21,7	20,8	20,7	20,8	20,6	20,5
	Arrendatário	36,8	37,5	38,3	34,5	35,4	31,8	33,0	33,9	35,2	36,9	34,3	33,0
Nível de educação	Básico	24,3	23,8	23,3	23,3	23,4	21,9	22,8	21,8	22,3	22,5	21,5	21,3
	Secundário	25,2	27,1	22,7	24,1	25,3	23,0	24,7	24,8	24,8	24,6	23,0	23,7
	Superior	26,6	26,5	23,2	25,7	27,9	27,6	25,8	24,1	24,9	25,9	26,2	24,3
Condição perante o trabalho	Empregado	23,9	24,4	21,7	23,0	24,0	22,6	24,0	23,5	23,7	24,3	23,7	23,1
	Desempregado	28,2	28,6	29,8	28,4	27,9	25,3	27,8	26,3	26,6	26,8	27,1	28,9
	Reformado	25,4	23,0	21,0	22,7	21,7	21,0	21,5	19,8	21,3	21,3	20,0	19,9
	Outro inativo	21,4	22,1	23,9	22,3	23,3	23,3	22,4	23,1	22,9	23,0	21,4	20,8

Notas: o grupo etário tem em conta a idade em 31 de dezembro do ano dos rendimentos, os quintis de rendimento têm em conta os rendimentos do ano anterior. O nível de educação e condição perante o trabalho referem-se à população residente com 16 e mais anos.

x - valor não disponível (ausência de valor decorrente da inexistência de dados ou da falta de qualidade dos mesmos).

Fonte: ICOR, INE, PED- 421796786.

Quadro A2.6. População que refere ser comum haver problemas de poluição, sujidade, mau cheiro ou outros problemas ambientais na zona causados pelo trânsito na área de residência (%), segundo características demográficas, socioeconómicas e territoriais, Portugal, 2008- 2019

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
População residente		11,8	14,0	11,2	10,1	10,9	13,3	11,6	10,5	7,8	7,9	6,5	6,7
Grau de urbanização	Área densamente povoada	19,3	23,6	18,9	17,8	16,9	19,1	15,9	14,3	10,7	11,1	9,3	9,0
	Área intermédia	8,8	8,9	7,3	4,8	7,9	10,5	10,8	10,0	7,2	6,6	5,3	6,0
	Área pouco povoada	1,6	3,0	2,4	2,6	4,9	6,7	5,3	4,8	3,5	4,1	2,9	3,3
Sexo	Homem	12,1	14,0	11,1	9,9	10,6	13,2	11,5	10,5	7,7	7,8	6,2	6,4
	Mulher	11,4	14,1	11,3	10,3	11,3	13,3	11,6	10,5	7,8	7,9	6,8	6,9
Grupo etário	Menos de 18 anos	13,0	14,8	11,3	9,4	10,7	13,7	11,8	11,4	7,8	8,8	6,6	7,6
	18 a 64 anos	11,8	14,5	11,3	10,3	11,3	13,3	11,6	10,5	7,8	8,0	6,5	6,7
	65 e mais anos	10,1	11,6	10,7	10,1	10,0	13,0	11,5	9,8	7,6	6,8	6,4	5,8
Dimensão do agregado	1	9,5	11,2	9,4	11,6	11,9	13,0	13,9	8,6	7,6	7,3	7,2	7,2
	2	11,2	14,7	11,8	10,7	11,7	13,0	10,8	10,1	8,1	7,6	5,4	6,6
	3	10,3	14,2	11,7	11,0	12,8	13,0	12	11,3	8,9	8,6	7,7	5,8
	4	12,4	13,0,0	9,4	8,5	9,7	12,8	10,8	10,6	5,8	6,4	5,4	7,4
	5 e mais	14,9	15,9	13,5	9,7	6,8	15,3	12,3	10,8	8,5	10,8	7,8	7,1
Quintis do rendimento por adulto equivalente	1º Q	10,9	11,4	10,7	8,6	8,1	13,4	11,4	11,2	7,7	8,8	7,1	6,9
	2º Q	9,3	10,3	12,1	9,8	9,8	11,4	9,8	7,4	7,4	8,6	6,2	6,6
	3º Q	10,8	14,9	11,7	9,3	8,9	10,9	10,9	10,7	7,5	7,4	6,1	6,1
	4º Q	12,3	15,7	9,5	10,9	13,3	14,1	12,8	10,8	8,1	7,0	6,0	7,4
	5º Q	15,5	17,9	12,1	12,0	14,6	16,6	13,0	12,5	8,0	7,6	7,0	6,4
Composição familiar	Agregados sem crianças dependentes	11,6	14,0	10,8	10,7	11,3	12,9	11,1	10,0	7,7	7,2	6,1	6,1
	Agregados com crianças dependentes	11,9	14,0	11,6	9,6	10,6	13,6	12,1	10,9	7,8	8,5	6,9	7,2
Em risco de pobreza		10,7	10,9	11,4	8,9	7,9	13,6	11,3	11,4	7,3	8,8	7,4	7,0
Regime de ocupação	Proprietário ou alojamento gratuito	10,9	12,9	9,7	9,0	10,6	12,6	10,9	9,8	7,2	7,0	5,5	6,0
	Arrendatário	16,0	19,4	18,2	15,1	12,7	16,6	14,8	14,0	10,5	12,1	11,0	10,0
Nível de educação	Básico	11,0	13,1	11,5	9,7	10,3	12,9	10,6	9,5	7,5	7,4	6,1	6,5
	Secundário	10,9	15,4	11,4	12,9	12,5	14,5	13,3	11,2	8,2	8,3	6,4	6,7
	Superior	16,3	18,5	11,5	10,3	14,8	14,5	13,8	12,5	7,9	8,5	7,7	6,4
Condição perante o trabalho	Empregado	11,6	14,0	10,7	9,9	11,4	13,3	11,6	10,3	7,7	7,6	6,0	6,6
	Desempregado	14,0	14,9	13,7	12,8	12,0	15,4	12,8	10,1	8,5	9,3	9,0	8,3
	Reformado	11,7	12,8	9,9	10,1	10,1	12,1	11,0	10,0	7,8	7,3	6,5	5,9
	Outro inativo	9,2	13,4	13,3	9,5	10,3	12,9	11,4	11,1	6,9	8,1	6,6	6,5

Notas: o grupo etário tem em conta a idade em 31 de dezembro do ano dos rendimentos, os quintis de rendimento têm em conta os rendimentos do ano anterior. O nível de educação e condição perante o trabalho referem-se à população residente com 16 e mais anos.

x - valor não disponível (ausência de valor decorrente da inexistência de dados ou da falta de qualidade dos mesmos).

Fonte: ICOR, INE, PED- 421796786.

Quadro A2.7. População que refere ser comum haver problemas de crime, violência ou vandalismo na área de residência (%), segundo características demográficas, socioeconómicas e territoriais, Portugal, 2008- 2019

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
População residente		16,8	18,8	16,3	15,2	14,9	14,8	13,7	14,2	13,1	13,2	12,9	13,5
Grau de urbanização	Área densamente povoada	25,4	28,9	25,1	21,9	19,8	18,1	16,8	16,6	15,1	15,4	15,9	16,3
	Área intermédia	12,2	13,0	11,4	11,5	13,0	13,8	12,7	15,1	13,2	13,0	11,7	12,7
	Área pouco povoada	6,6	7,6	6,6	7,1	9,5	10,4	9,8	9,2	9,5	9,6	9,0	9,4
Sexo	Homem	16,1	17,7	15,5	15,2	14,6	14,5	13,3	14	12,7	12,8	12,6	13,5
	Mulher	17,4	19,8	17,1	15,1	15,2	15,1	14,2	14,4	13,5	13,5	13,1	13,4
Grupo etário	Menos de 18 anos	16,4	17,7	15,0	14,2	13,1	13,2	13,4	13,4	12,9	13,1	13,1	14,5
	18 a 64 anos	16,5	18,6	17,0	15,6	15,4	15,1	13,8	14,4	13,4	13,4	12,8	13,6
	65 e mais anos	18,2	20,7	15,1	14,7	15,1	15,3	13,8	14,3	12,2	12,7	13,1	12,4
Dimensão do agregado	1	16,5	19,4	15,9	14,5	13,3	15,5	12,4	12,6	11,4	12,8	12,2	11,6
	2	18,4	20,5	17,8	13,4	15,0	15,1	15,2	15,1	13,9	13,8	13,5	13,5
	3	15,8	20,1	17,5	16,4	15,3	14,6	13,5	14,1	13,4	14,0	13,1	12,2
	4	16,0	15,4	13,5	13,8	14,2	13,7	10,6	12,9	10,5	11,4	11,4	14,0
	5 e mais	18,0	19,5	16,8	18,5	16,9	16,3	19,2	16,6	17,4	14,2	14,5	17,3
Quintis do rendimento por adulto equivalente	1º Q	14,9	17,0	15,8	15,2	13,6	15,0	14,7	16,3	15,4	15,5	13,8	14,0
	2º Q	15,1	21,0	18,3	16,2	15,6	13,9	12,2	13,4	13,8	13,3	12,1	13,8
	3º Q	17,0	19,0	18,1	14,9	15,4	12,4	15,1	14,3	11,7	13,1	14,2	13,1
	4º Q	15,5	18,7	15,6	15,9	13,7	16,4	12,8	14,6	13,0	13,3	13,4	12,5
	5º Q	21,2	18,3	13,7	13,6	16,4	16,3	13,9	12,5	11,6	10,7	10,9	13,9
Composição familiar	Agregados sem crianças dependentes	17,4	20,6	17,4	15,8	15,9	16,2	14,0	14,4	12,7	13,6	13,0	13,2
	Agregados com crianças dependentes	16,3	17,3	15,4	14,6	14,0	13,5	13,6	14,0	13,5	12,8	12,8	13,8
Em risco de pobreza		14,5	17,6	16,5	16,0	13,3	15,0	14,8	16,3	15,4	15,8	13,5	14,6
Regime de ocupação	Proprietário ou alojamento gratuito	15,5	15,8	13,9	13,5	13,7	13,9	12,9	13,1	11,8	12,0	11,5	12,6
	Arrendatário	22,8	33,2	27,6	23,0	20,7	18,9	18,1	19,5	19,2	19,1	19,3	17,3
Nível de educação	Básico	16,4	19,1	17,1	15,8	15,1	14,7	13,8	14,4	13,1	13,6	13,5	13,9
	Secundário	16,6	20,9	16,6	15,2	15,3	15,3	13,7	14,8	13,2	13,0	11,8	12,6
	Superior	21,4	17,6	15,0	15,4	17,6	16,6	14,3	13,8	13,4	12,3	12,2	12,3
Condição perante o trabalho	Empregado	16,0	17,6	16,1	14,8	14,7	14,4	12,6	13,8	12,6	12,6	12,2	12,9
	Desempregado	18,3	23,9	22,3	20,9	17,1	17,0	16,0	16,2	15,7	16,1	15,9	16,4
	Reformado	19,7	20,7	15,1	14,8	15,3	15,2	14,6	14,6	13,3	13,4	13,4	13,0
	Outro inativo	15,2	18,3	17,2	14,5	16,3	15,3	14,5	14,5	13,3	13,4	12,8	14,2

Notas: o grupo etário tem em conta a idade em 31 de dezembro do ano dos rendimentos, os quintis de rendimento têm em conta os rendimentos do ano anterior. O nível de educação e condição perante o trabalho referem-se à população residente com 16 e mais anos.

x - valor não disponível (ausência de valor decorrente da inexistência de dados ou da falta de qualidade dos mesmos).

Fonte: ICOR, INE, PED- 421796786.

5.5 Constituição do Grupo de Trabalho

Associação Nacional Para a Defesa do Consumidor – DECO

- ▶ Prof. Dr. Henrique Vasconcelos
- ▶ Prof. Dr. António Ascensão Costa

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP

- ▶ Dr. Fernando Marques

Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género – CIG

- ▶ Dra. Carla Bernardo
- ▶ Dra. Joana Leonardo

Confederações Empresariais

- ▶ Dra. Emília Espírito Santo (CIP)
- ▶ Dra. Isabel Francisco (CCP)

Direção Regional de Estatísticas da Madeira - DREM

- ▶ Dra. Guida Rodrigues
- ▶ Eng^a. Cláudia Freitas

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência - DGEEC/MEd/MCTES

- ▶ Dr. Nuno Rodrigues

Gabinete de Estratégia e Planeamento - GEP/MTSSS

- ▶ Dra. Rute Guerra
- ▶ Dra. Antonieta Ministro
- ▶ Dra. Rita Figueiras

Instituto Nacional de Estatística, I.P. - INE, I.P.

- ▶ Dra. Eduarda Góis
- ▶ Doutora Carla Cardoso

Ministério das Finanças – MF

- ▶ Dr. Alexandre Mergulhão
- ▶ Dr. Pedro Silva

União Geral dos Trabalhadores – UGT

- ▶ Dra. Vanda Pina
- ▶ Dra. Paula Bernardo

Serviço Regional de Estatística dos Açores - SREA

- ▶ Dra. Isabel Monjardino
- ▶ Dr. Augusto Elavai
- ▶ Doutor Ivo Sousa

Individualidades/Especialistas

- ▶ Prof. Doutor José Pereirinha
- ▶ Prof. Doutor Renato Miguel do Carmo (Presidente do GT)
- ▶ Prof.^a Doutora Alda Azevedo

5.6 Participantes deste relatório

• Introdução:

- ▶ Presidente do GTIDS – Prof. Doutor Renato Miguel do Carmo

• Área do Trabalho, Emprego e Proteção Social:

- ▶ Coordenação GEP/MTSSS
- ▶ Participantes GEP/MTSSS – Dra. Rute Guerra / Dra. Antonieta Ministro / Dra. Rita Figueiras
- ▶ CGTP-IN – Dr. Fernando Marques
- ▶ CIG – Dra. Carla Bernardo
- ▶ CCP – Dra. Isabel Francisco
- ▶ INE – Dra. Eduarda Góis
- ▶ MF – Dra. Conceição Amaral / Dr. Daniel Goulão / Dra. Conceição Nunes
- ▶ UGT - Dra. Paula Bernardo / Dra. Vanda Pina

• Área da Educação:

- ▶ Coordenador – Dr. Nuno Neto Rodrigues (DGEEC)
- ▶ DGEEC - Dr. Pedro Abrantes/ Dra. Marta Jeremias

• Área da Fiscalidade:

- ▶ Coordenador – Dr. Alexandre Mergulhão (GPEARI-MF)
- ▶ INE – Dra. Eduarda Góis

• Área da Saúde:

- ▶ Coordenador – Prof. Doutor José António Pereirinha
- ▶ DECO – Dr. Henrique Vasconcelos
- ▶ CGTP-IN – Dr. Fernando Marques
- ▶ INE – Doutora Carla Cardoso

• Área da Habitação:

- ▶ Coordenadora – Prof. Doutora Alda Botelho Azevedo (ICS-ULisboa)
- ▶ Presidente do GTIDS – Prof. Doutor Renato Miguel do Carmo

